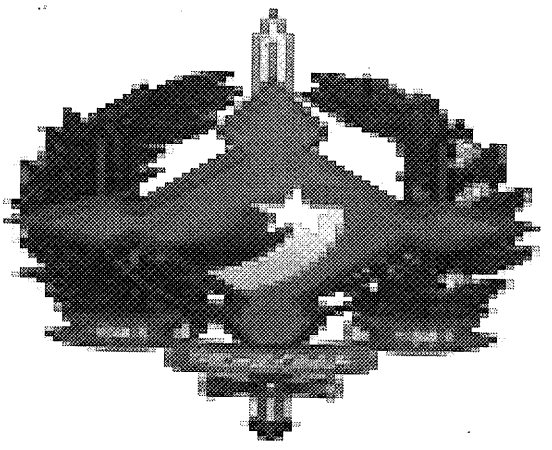


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria de Processamento e Julgamento – SPJ

Departamento do Pleno

ACÓRDÃOS

111 a 235/2015
VOL. II/II

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1014 DE 16 / 10 / 2015

Tatiana Horeay Santos
Assistente de Gabinete
Cadastro nº 990634

PROCESSO Nº: 5359/2012
INTERESSADA: ELIANE BACK – CPR Nº 351.099.632-15
VEREADORA DO MUNICÍPIO DE VILHENA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO – POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA DOAÇÃO DE IMÓVEIS PÚBLICOS PELO MUNICÍPIO DE VILHENA À IGREJA METODISTA WESLEYANA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 34.353.920/0001-05 – EXERCÍCIO DE 2009
RESPONSÁVEL: JOSÉ LUIZ ROVER – CPF nº 591.002.149-49
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VILHENA
RELATOR: CONSELHEIRO FRANCISCO CARVALHO DA SILVA

ACÓRDÃO Nº 111/2015 - PLENO

Representação. Vereador Municipal. Doação de imóveis públicos. Descumprimento ao artigo 17, inciso I e §4º da Lei Federal n.º 8.666/93, ausência de interesse público e inexistência de procedimento licitatório. Afronta ao disposto ao artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, em especial aos princípios da legalidade, da impessoalidade e da moralidade. Contraditório e ampla defesa. Benfeitorias. Avaliação do imóvel. Decisão prolatada. Determinações. Acordo extrajudicial para pagamento do valor dos imóveis aos cofres municipais. Cumprimento de decisão. Ilegal. Sem pronúncia de nulidade. Multa. Determinações.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Representação formulada pela Vereadora do Município de Vilhena, Senhora Eliane Back, sobre possíveis irregularidades na doação de imóveis públicos à Igreja Metodista Wesleyana, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I – Considerar cumprida a determinação constante no item III da Decisão nº 88/2015-Pleno, uma vez que restou comprovada a celebração de acordo extrajudicial para pagamento parcelado do valor dos imóveis, conforme documentação acostada às fls. 280/286;

II – Considerar procedente a Representação formulada pela Senhora Eliane Back, Vereadora do Município de Vilhena, em razão da inobservância aos princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia e eficiência na doação de imóvel público pelo

Município de Vilhena à instituição privada denominada Igreja Metodista Wesleyana, inscrita no CNPJ sob nº 34.353.920/0001-05, e, ainda, pela ausência de comprovado interesse público e de licitação;

III - Considerar ilegal, sem pronúncia de nulidade, a doação de imóvel feita pelo Poder Executivo do Município de Vilhena à entidade privada denominada Igreja Metodista Wesleyana, CNPJ sob nº 34.353.920/0001-05, referente aos Lotes 01 e 02, quadra 05, Setor 22, de responsabilidade do Senhor José Luiz Rover (CPF nº 591.002.149-49), Prefeito Municipal, em razão do descumprimento ao artigo 17, I, da Lei Federal nº 8.666/1993 e artigo 37, *caput* e XXI, da Constituição Federal, por inobservância aos princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia e eficiência, em face da ausência de comprovado interesse público que justificasse a alienação de terrenos públicos sem licitação;

IV – Multar em R$ 5.000,00 (cinco mil reais) o Senhor José Luiz Rover (CPF nº 591.002.149-49), na qualidade de Prefeito Municipal, com fundamento no artigo 55, II, da Lei Complementar nº 154/1996, em razão da alienação irregular de imóvel público à Igreja Metodista Wesleyana, CNPJ sob nº 34.353.920/0001-05, em desrespeito às normas contidas no artigo 17, I, da Lei Federal nº 8.666/1993 e artigo 37, *caput* e XXI, da Constituição Federal; fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do acórdão no Diário Eletrônico do TCE/RO, para que proceda ao recolhimento à conta do Fundo de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas da multa, na forma do artigo 3º, III, da Lei Complementar nº 194/1997. Decorrido o prazo ora fixado, sem o devido recolhimento, a multa será atualizada monetariamente, nos termos do artigo 104 do Regimento Interno do TCE/RO;

V – Determinar ao Órgão de Controle Interno do Município de Vilhena que acompanhe o parcelamento do débito consignado no acordo firmado com a Igreja Metodista Wesleyana até seu final pagamento, devendo, anualmente, informar seu andamento à Secretaria Regional de Controle Externo de Vilhena e dar conhecimento a esta Corte de Contas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias depois do pagamento da última parcela, sob pena de responder pelo dano causado ao erário e tornar-se sujeito à aplicação das sanções previstas no artigo 55, da Lei Complementar nº154/96;

VI – Notificar, via Ofício, o atual ocupante da titularidade do Órgão de Controle Interno do Município de Vilhena para atendimento do item V deste dispositivo, remetendo-lhe cópia deste Acórdão; cientificando-o que a notificação diz respeito apenas ao cumprimento da decisão no item especificado, não estando sua ciência vinculada à contagem do prazo para interposição de recurso, uma vez que esse se dá pela publicação do acórdão no Diário Oficial eletrônico desta Corte, conforme Lei Estadual nº 749/2013;

VII - Dar ciência, via Diário Oficial, do teor deste Acórdão aos interessados;

VIII – Dar conhecimento à Secretaria-Geral de Controle Externo, por sua Regional de Vilhena, para acompanhamento anual no Controle Interno do Município de Vilhena do acordo de parcelamento do débito referente à doação de imóveis públicos à Igreja Metodista Wesleyana, objeto de apreciação nestes autos, remetendo-lhe cópia deste Acórdão;

IX - Determinar ao Departamento do Pleno que, adotadas as medidas de praxe, permaneçam os presentes autos naquele Departamento, para acompanhamento do feito, que, não sobrevindo pagamento da multa aplicada, expedirá título executivo, para cobrança judicial; e

X – Após as providências necessárias a efetividade do pagamento da multa, deverão os autos permanecer em arquivo temporário até ultimar o parcelamento do valor dos imóveis doados, somente depois de exaurido, com o pagamento da última parcela e do recolhimento da multa, deverá este processo ser arquivado.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA (Relator), PAULO CURI NETO, BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS. Os Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA e WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA arguiram suspeição, nos termos do artigo 135 do Código de Processo Civil.

Porto Velho/RO, 1º de outubro de 2015.

FRANCISCO CARVALHO DA SILVA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO TCE/RO
Nº 1014 DE 16 / 10 / 2015

Tatiana Horeay Santos
Assistente de Gabinete
Cadastro nº 990634

PROCESSO Nº: 1380/2010
UNIDADE: PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE VILHENA
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – CONVERTIDA POR FORÇA DA DECISÃO Nº 181/2010-PLENO
RESPONSÁVEIS: JOSÉ LUIZ ROVER – CPF nº 591.002.149-49
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VILHENA
MARIA TEREZINHA FRANCISCO – CPF Nº 212.184.129-49
EX-SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TERRAS
DIRCEU HOFFMANN – CPF Nº 624.143.219-20
EX-SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA (PERÍODO DE 1º.1 A 5.10.2009)
WELLITON OLIVEIRA OLIVEIRA – CPF Nº 619.157.502-53
EX-SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA (PERÍODO 6.10 A 31.12.2009)
VÂNIA APARECIDA TINELLO COSTA – CPF Nº 531.456.072-00
ASSESSORA EXECUTIVA
RELATOR: CONSELHEIRO FRANCISCO CARVALHO DA SILVA

ACÓRDÃO Nº 112/2015 - PLENO

Tomada de Contas Especial. Convertida por meio da Decisão n° 181-2010-Pleno. Inspeção Especial. Apontamentos. Doação de imóvel público. Descumprimento ao artigo 17, inciso I e §4° da Lei Federal n° 8.666/93, ausência de interesse público e inexistência de procedimento licitatório. Afronta ao disposto ao artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, em especial aos princípios da legalidade, da impessoalidade e da moralidade. Pagamento ilegal de remuneração à servidora sem a devida prestação de serviço. Não comprovado. Contas. Irregular. Determinações. Multa.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Tomada de Contas Especial, convertida por força da Decisão n° 181/2010-Pleno, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I - Julgar irregular a Tomada de Contas Especial de responsabilidade do Senhor José Luiz Rover, CPF n° 591.002.149-49 - Prefeito Municipal e da Senhora Maria Terezinha Francisco, CPF n° 212.184.129-68 – Secretária Municipal de Terras,

nos termos do artigo 16, III, "b" e "c", da Lei Complementar n° 154/96, em razão do descumprimento ao art. 17, §4°, da Lei Federal n° 8.666/93 c/c o art. 37, *caput* e XXI, da Constituição Federal, por inobservância aos princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia e eficiência, em face da ausência de comprovado interesse público que justificasse a doação de terrenos públicos, sem atendimento das exigências legais à empresa privada V. L. da Silva- ME. CNPJ sob n° 08.613.995/0001-78;

II - Determinar ao atual Prefeito do Município de Vilhena a instauração de processo administrativo para avaliação do preço de mercado do imóvel doado e elaboração de acordo com a empresa V. L. da Silva - ME para que recolha o valor aos cofres do Município de Vilhena, comprovando a esta Corte de Contas, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da notificação, a realização do acordo e, caso seja parcelado o valor, encaminhe comprovação do pagamento da primeira parcela;

III - Determinar que o responsável pelo Controle Interno daquela municipalidade acompanhe a execução do acordo até final pagamento, devendo informar a esta Corte sobre a regularidade dos pagamentos no Relatório que acompanha a Prestação de Contas Anual, em tópico específico para essa finalidade. Caso a empresa, não efetue o pagamento ou interrompa deverá, o Controlador, imediatamente, sob pena de responder solidariamente pelo dano causado ao erário, dar conhecimento a este Relator para adoção das medidas necessárias a recomposição do erário;

IV - Determinar a Secretaria-Geral de Controle Externo, por sua Regional de Vilhena, que na análise da Prestação de Contas anuais, exercício de 2015 e seguintes, no caso de ter sido entabulado acordo com parcelamento, até sua final vigência, certifique a regularidade dos pagamentos;

V - Multar em R$ 5.000,00 (cinco mil reais) o Senhor José Luiz Rover, na qualidade de Prefeito Municipal, com fundamento no artigo 55, II, da Lei Complementar n° 154/1996, em razão da doação irregular de imóvel público à empresa privada V. L. da Silva - ME. CNPJ sob n° 08.613.995/0001-78, em desrespeito às normas contidas no artigo 17, §4°, da Lei Federal n° 8.666/1993 e artigo 37, *caput* e XXI, da Constituição Federal; fixando o prazo de 15(quinze) dias, a contar da notificação, para que proceda ao recolhimento à conta do Fundo de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas, na forma do artigo 3°, III, da Lei Complementar n° 194/1997. Decorrido o prazo ora fixado, sem o devido recolhimento, a multa deverá ser atualizada monetariamente, nos termos da lei;

VI - Autorizar desde já que, após o trânsito em julgado e sem que ocorra o recolhimento da multa consignada no item anterior, seja iniciada cobrança judicial nos termos do artigo 27, II, da Lei Complementar n° 154/96, combinado com o artigo 36, II, do Regimento Interno desta Corte;

VII - Notificar, via Ofício, o atual Prefeito do Município de Vilhena, para atendimento do item II, no prazo especificado, cientificando-o que a notificação diz respeito apenas ao cumprimento da decisão no item especificado, não estando sua ciência vinculada à contagem do prazo para interposição de recurso, uma vez que esse se dá pela publicação do acórdão no Diário Oficial eletrônico desta Corte, conforme Lei Estadual n° 749/2013;

VIII - Notificar, via Ofício, o atual Controlador-Geral do Município de Vilhena ou o responsável por aquele órgão, para atendimento do item III, cientificando-o que a notificação diz respeito apenas ao cumprimento da decisão no item especificado, não estando sua ciência vinculada a contagem do prazo para interposição de recurso, uma vez que esse se dá pela publicação da decisão no Diário Oficial eletrônico desta Corte, conforme Lei Estadual nº 749/2013;

IX - Dar conhecimento deste Acórdão à Secretaria-Geral de Controle Externo para atendimento ao item IV deste dispositivo;

X - Determinar ao Departamento do Pleno que depois de adotadas a providência de praxe, permaneçam os autos naquele departamento para acompanhamento das medidas prolatadas, arquivando-se o feito depois de exaurida sua tramitação; e

XI - Dar ciência, via Diário Oficial, do teor deste Acórdão aos interessados.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA (Relator), PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 1º de outubro de 2015.

FRANCISCO CARVALHO DA SILVA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1014 DE 16 / 10 / 2015

Tatiana Horeay Santos
Assistente de Gabinete
Cadastro nº 990634

PROCESSO Nº: 0683/2015 (PROCESSO ELETRÔNICO)
ANEXO: PROCESSO Nº 1986/2015
INTERESSADO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGENS E TRANSPORTE DO ESTADO DE RONDÔNIA - DER
ASSUNTO: ANÁLISE DA LEGALIDADE DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015
REPRESENTANTE: LAERTE GOMES – CPF Nº 419.890.901-68
RESPONSÁVEIS: UBIRATAN BERNARDINHO GOMES - CPF nº 144.054.314-34
DIRETOR GERAL DO DER, À ÉPOCA DOS FATOS
LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – CPF Nº 532.637.740-34 – ATUAL DIRETOR DO DER
REINALDO ROBERTO DOS SANTOS – CPF Nº 866.048.302-25
PRESIDENTE DA COMISSÃO DO PPS
RELATOR: CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

ACÓRDÃO Nº 113/2015 - PLENO

Processo Seletivo Simplificado. Contratação de operários, operadores de máquinas pesadas e oficiais de manutenção, em caráter temporário, de excepcional interesse público, no interior do Estado. Graves falhas detectadas em instrução preliminar com especial destaque à ausência de parâmetros objetivos para a etapa de avaliação prática dos candidatos ao cargo de Operador de Máquinas Pesadas. Determinações aos responsáveis para o exato cumprimento da lei. Falhas não saneadas. Relativização dos atos praticados, tendo em vista que suas consequências não causaram prejuízos aos candidatos. Necessidade do órgão em relação aos trabalhadores temporários recrutados. Representação noticiando possível direcionamento da disputa para candidatos que teriam apoiado agentes políticos eleitos na última eleição. Fato não comprovado. Alegação do MPC quanto ao descumprimento ao disposto no artigo 37, IX, da CF, em razão da omissão da lei regulamentadora do certame quanto à menção das situações de excepcional interesse público. Improcedência. Caso de possível utilização de Processo Seletivo Simplificado para celebração dos contratos temporários. Não conveniência de realização de concurso público. Revogação da tutela inibitória proferida pela Relataria durante a instrução dos autos. Precedente desta Corte. Determinações para que não ocorra a reincidência das falhas aqui consignadas. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de análise da legalidade do Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 001/2015, deflagrado pelo Departamento de Estradas e Rodagem e Transportes - DER/RO, para a contratação de operários, operadores de máquinas pesadas e oficiais de manutenção, em caráter temporário, de excepcional interesse público, no interior do Estado, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro PAULO CURI NETO, por unanimidade de votos, em:

I - Conhecer da Representação oferecida pelo Deputado Laerte Gomes, autuada sob o n. 1986/15, por preencher os requisitos regimentais de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, tendo em vista que esta Corte já havia constatado a obscuridade dos critérios de avaliação das provas práticas para a função de operador de máquinas pesadas, oferecida pelo DER no Processo Seletivo Simplificado n. 1/2015, mas não se constatou, pelos documentos que instruem os autos, a prática de direcionamento massivo do julgamento para candidatos que teriam apoiado políticos eleitos na última eleição;

II - Considerar ilegal, com efeito *ex nunc*, o Edital normativo n° 1/2015 que fixou as condições e os critérios disciplinadores do Processo Seletivo Simplificado, de interesse do Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte, visando à contratação de operários, operadores de máquinas pesadas e oficiais de manutenção, em caráter temporário, de excepcional interesse público, no interior do Estado, em razão da obscuridade da fase de provas práticas e pela adoção de critérios subjetivos no momento do julgamento (como se depreende das fichas de avaliação usadas pela Comissão de Avaliação), o que ofende o princípio constitucional da impessoalidade, preservando-se os efeitos dos contratos temporários já em curso;

III - Ratificar a tutela inibitória proferida nos Autos n. 683/15, por meio da Decisão n. 54/15, no que se refere à ordem de interrupção das convocações vindouras de candidatos aprovados para a função de operador de máquinas pesadas, em razão de todas as irregularidades detectadas no curso da instrução processual;

IV - Determinar aos responsáveis que adotem todas as medidas administrativas a seu alcance para evitar a ocorrência das irregularidades detectadas por esta Corte nesta fiscalização, especialmente quanto à obscuridade e subjetividade da fase de aplicação das provas práticas e à adoção de critérios exclusivamente sociais para o desempate das notas dos candidatos;

V - Dar ciência deste Acórdão, via ofício, aos responsáveis identificados no cabeçalho, informando-lhes que o Voto e o Parecer do Ministério Público de Contas, em seu inteiro teor, encontram-se disponíveis no sítio deste Tribunal de Contas (www.tce.ro.gov.br);

VI - Sobrestar os autos no Departamento do Pleno para acompanhamento do feito; e

VII - Arquivar o processo depois de cumpridos os trâmites regimentais.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO (Relator), WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 1º de outubro de 2015.

PAULO CURI NETO
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA
PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE-RO
Nº 1014 DE 16 / 10 / 2015

Tatiana Horeay Santos
Assistente de Gabinete
Matrícula nº 290634

PROCESSO Nº: 1986/2015 (ANEXO AO PROCESSO ELETRÔNICO Nº 0683/2015)
INTERESSADO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGENS E TRANSPORTE DO ESTADO DE RONDÔNIA - DER
ASSUNTO: ANÁLISE DA LEGALIDADE DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015
REPRESENTANTE: LAERTE GOMES – CPF Nº 419.890.901-68
RESPONSÁVEIS: UBIRATAN BERNARDINHO GOMES - CPF nº 144.054.314-34
DIRETOR GERAL DO DER, À ÉPOCA DOS FATOS
LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – CPF Nº 532.637.740-34 – ATUAL DIRETOR DO DER
REINALDO ROBERTO DOS SANTOS – CPF Nº 866.048.302-25
PRESIDENTE DA COMISSÃO DO PPS
RELATOR: CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

ACÓRDÃO Nº 114/2015 - PLENO

Processo Seletivo Simplificado. Contratação de operários, operadores de máquinas pesadas e oficiais de manutenção, em caráter temporário, de excepcional interesse público, no interior do Estado. Graves falhas detectadas em instrução preliminar com especial destaque à ausência de parâmetros objetivos para a etapa de avaliação prática dos candidatos ao cargo de Operador de Máquinas Pesadas. Determinações aos responsáveis para o exato cumprimento da lei. Falhas não saneadas. Relativização dos atos praticados, tendo em vista que suas consequências não causaram prejuízos aos candidatos. Necessidade do órgão em relação aos trabalhadores temporários recrutados. Representação noticiando possível direcionamento da disputa para candidatos que teriam apoiado agentes políticos eleitos na última eleição. Fato não comprovado. Alegação do MPC quanto ao descumprimento ao disposto no artigo 37, IX, da CF, em razão da omissão da lei regulamentadora do certame quanto à menção das situações de excepcional interesse público. Improcedência. Caso de possível utilização de Processo Seletivo Simplificado para celebração dos contratos temporários. Não conveniência de realização de concurso público. Revogação da tutela inibitória proferida pela Relataria durante a instrução dos autos. Precedente desta Corte. Determinações para que não ocorra a reincidência das falhas aqui consignadas. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de análise da legalidade do Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 001/2015, deflagrado pelo Departamento de Estradas e Rodagem e Transportes - DER/RO, para a contratação de operários, operadores de máquinas pesadas e oficiais de manutenção, em caráter temporário, de excepcional interesse público, no interior do Estado, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro PAULO CURI NETO, por unanimidade de votos, em:

I - Conhecer da Representação oferecida pelo Deputado Laerte Gomes, autuada sob o n. 1986/15, por preencher os requisitos regimentais de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, tendo em vista que esta Corte já havia constatado a obscuridade dos critérios de avaliação das provas práticas para a função de operador de máquinas pesadas, oferecida pelo DER no Processo Seletivo Simplificado n. 1/2015, mas não se constatou, pelos documentos que instruem os autos, a prática de direcionamento massivo do julgamento para candidatos que teriam apoiado políticos eleitos na última eleição;

II - Considerar ilegal, com efeito *ex nunc*, o Edital normativo n° 1/2015 que fixou as condições e os critérios disciplinadores do Processo Seletivo Simplificado, de interesse do Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte, visando à contratação de operários, operadores de máquinas pesadas e oficiais de manutenção, em caráter temporário, de excepcional interesse público, no interior do Estado, em razão da obscuridade da fase de provas práticas e pela adoção de critérios subjetivos no momento do julgamento (como se depreende das fichas de avaliação usadas pela Comissão de Avaliação), o que ofende o princípio constitucional da impessoalidade, preservando-se os efeitos dos contratos temporários já em curso;

III - Ratificar a tutela inibitória proferida nos Autos n. 683/15, por meio da Decisão n. 54/15, no que se refere à ordem de interrupção das convocações vindouras de candidatos aprovados para a função de operador de máquinas pesadas, em razão de todas as irregularidades detectadas no curso da instrução processual;

IV - Determinar aos responsáveis que adotem todas as medidas administrativas a seu alcance para evitar a ocorrência das irregularidades detectadas por esta Corte nesta fiscalização, especialmente quanto à obscuridade e subjetividade da fase de aplicação das provas práticas e à adoção de critérios exclusivamente sociais para o desempate das notas dos candidatos;

V - Dar ciência deste Acórdão, via ofício, aos responsáveis identificados no cabeçalho, informando-lhes que o Voto e o Parecer do Ministério Público de Contas, em seu inteiro teor, encontram-se disponíveis no sítio deste Tribunal de Contas (www.tce.ro.gov.br);

VI - Sobrestar os autos no Departamento do Pleno para acompanhamento do feito; e

VII - Arquivar o processo depois de cumpridos os trâmites regimentais.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO (Relator), WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 1º de outubro de 2015.

PAULO CURI NETO
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA
PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1016 DE 20 / 10 / 2015
Tatiana Horeay Santos
Assistente de Gabinete
Cadastro nº 990634

PROCESSO Nº: 2547/2014
UNIDADE DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA - DPE
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – CONVERTIDA POR FORÇA DA DECISÃO Nº 181/2010-PLENO
RESPONSÁVEIS: ANTÔNIO FONTOURA COIMBRA – CPF nº 574.416.007-82
EX-DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
ANA CLÁUDIA MORETI OBERST – CPF Nº 220.174.798-96
ASSESSORA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
LUIZ CARLOS STORCH – CPF Nº 667.544.612-68
ASSESSOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
MARIA DE LURDES SIMIONATTO – CPF Nº 490.739.589-20
ASSISTENTE JURÍDICA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
RELATOR: CONSELHEIRO WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA

ACÓRDÃO Nº 115/2015 - PLENO

REPRESENTAÇÃO RELATIVA À EXISTÊNCIA DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES, NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL, ATINENTES À ATUAÇÃODE ASSESSORES DE DEFENSOR E ASSISTENTES JURÍDICOS LOTADOS NO INTERIOR DO ESTADO DE RONDÔNIA. RESOLUÇÃO DA DPE/RO QUE REGULAMENTOU A LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 370, DE 8 DE MARÇO DE 2007. CONSTATAÇÃO DE PETIÇÕES COM O TIMBRE DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA SUBSCRITAS POR ASSESSORES E ASSISTENTES JURÍDICOS. INSTRUÇÃO PROCESSUAL QUE DEMONSTRA A EXISTÊNCIA DE NÃO OBSERVÂNCIA À LEI COMPLEMENTAR N. 80, DE 1994. REPRESENTAÇÃO QUE DEVE SER CONHECIDA E, NO MÉRITO, JULGADA PROCEDENTE, SEM APLICAÇÃO DE SANÇÃO, EM RAZÃO DO RESPALDO CONFERIDO PELA RESOLUÇÃO N. 51/2011-DPE E AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ OU OBTENÇÃO DE QUALQUER VANTAGEM. ARQUIVAMENTO.

1. A regra insculpida no inciso II do art. 37 da Constituição Federal, reverbera a obrigatoriedade de se admitir servidores públicos, mediante a realização de concurso público.

2. A contratação de pessoal, excepcionalmente admitida, é legítima, senão para evitar o declínio do serviço ou para lhe restaurar o padrão indispensável mínimo deteriorado pela ausência de servidores.

3. A contratação de advogados, regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, para atuarem como Assessores de Defensores e/ou Assistentes Jurídicos foi a saída encontrada pela Administração Pública para viabilizar o patrocínio dos jurisdicionados hipossuficientes, domiciliados no interior do Estado de Rondônia, por meio de edição de Lei Complementar n. 370, de 2007.

4. Edição da Resolução n. 41/2007-DPG/DPE, alterada pela Resolução n. 51/2011-DPG/DPE, os assessores de Defensor Público podem praticar os atos processuais quando ausente o Defensor Público.

5. A desassistência jurídica dos comprovadamente necessitados, por ausência de atuação do Estado Brasileiro, inspirou a edição da Emenda Constitucional n. 80, de 4 de junho de 2014, cujo objeto é a majoração do número de defensores públicos para oficiarem em todas as unidades jurisdicionais do Estado Brasileiro.

6. O não atendimento aos interesses dos jurisdicionados hipossuficientes, domiciliados no interior do Estado de Rondônia, por parte dos responsáveis, consubstanciar-se-ia em gravíssimo desrespeito ao inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal de 1988.

7. Existência de irregularidade ante a não observância do disposto no art. 10 da Lei Complementar n. 80, de 1994

8. Representação conhecida e, no mérito, julgada procedente, sem aplicação de sanção, em face da constatada ausência de má-fé e inexistência de obtenção de qualquer vantagem.

9. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Representação formulada pelos Eminentes Juízes Federais da 1ª Instância da Vara Única da Subseção Judiciária de Vilhena, ante a constatação de peças exordiais, subscritas pelos Assessores da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, nas varas em que oficiavam, respectivamente, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, por unanimidade de votos, em:

I – Conhecer a Representação oferecida pelos doutos Juízes Federais de 1ª instância da Vara Única da Subseção Judiciária de Vilhena, os Excelentíssimos Doutores Emmanuel Mascena de Medeiros e Eduardo Santos da Rocha Penteado, uma vez preenchidos os pressupostos processuais intrínsecos e extrínsecos aplicáveis à espécie versada (art. 82-A, VI, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia);

II – Julgar o mérito procedente, haja vista que os representados, ao assinarem as petições iniciais, embora estivessem respaldados pela Resolução n. 51/2011-DPG/DPE, não observaram o disposto nos §§ 6º e 10º, do art. 4º, da Lei Complementar n. 80, de 1994, uma vez que subscreveram petições com o timbre da Defensoria Pública do Estado de Rondônia;

III – Deixar de sancionar os representados, haja vista que não se vislumbrou a existência de má-fé ou qualquer intenção de auferir vantagem pessoal ou financeira em suas condutas, mas tão somente a intenção de resguardar os direitos daqueles que são assistidos pela Defensoria Pública, consoante os fundamentos articulados no bojo do Voto;

IV – Dar ciência deste Acórdão, via DOeTCE-RO, na forma do art. 22 da LC n. 154, de 1996, com redação dada pela LC n. 749, de 2013, aos interessados adiante arrolados:

a.1) O Excelentíssimo Juiz Federal, Dr. Emmanuel Mascena de Medeiros – Vara Única da Subseção Judiciária de Vilhena;

a.2) O Excelentíssimo Juiz Federal, Dr. Eduardo Santos da Rocha Penteado – Vara Única da Subseção Judiciária de Vilhena;

a.3) O Excelentíssimo Defensor Público, Dr. Antônio Fontoura Coimbra – CPF/MF n. 574.416.007-82;

a.4) Ao advogado Luiz Carlos Storch – CPF/MF n. 667.544.612-68 – Ex-Assessor da Defensoria Pública do Estado de Rondônia;

a.5) À advogada Ana Cláudia Moretti Oberst – CPF/MF n. 220.174.798-96 – Assessora da Defensoria Pública do Estado de Rondônia;

a.6) À advogada Maria de Lurdes Simionatto – CPF/MF n. 490.739.589-20 – Assistente Jurídica da Defensoria Pública do Estado de Rondônia;

V – Publicar na forma regimental; e

VI – Após adoção de todas as medidas determinados nos itens anteriores, e certificação do trânsito em julgado da Decisão, arquivar os autos em epígrafe na forma da lei de regência aplicável à espécie versada.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA (Relator), BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 1º de outubro de 2015.

WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1024 DE 3 / 11 / 2015

Tatiana Horeay Santos
Assistente de Gabinete
Cadastro nº 990634

PROCESSO Nº: 4985/2005
UNIDADE FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO – POSSÍVEL DESVIO DE RECURSOS DO FUNDEF NO ESTADO DE RONDÔNIA
RESPONSÁVEIS: JOSÉ DE OLIVEIRA VASCONCELOS – CPF Nº 045.719.912-15
SECRETÁRIO DE ESTADO DE FINANÇAS – PERÍODO DE 1.1.2001 A 31.12.2012
JOSÉ GENARO DE ANDRADE – CPF Nº 055.983.549-34
EX-SECRETÁRIO DE ESTADO DE FINANÇAS
RELATOR: CONSELHEIRO EDILSON DE SOUSA SILVA

ACÓRDÃO Nº 116/2015 - PLENO

REPRESENTAÇÃO. IRREGULARIDADE NO REPASSE DE VERBAS PROVENIENTES DA ARRECADAÇÃO DO ICMS AO FUNDEF DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS. TRANSFERÊNCIAS A MENOR. DESCONTROLE DOS SERVIÇOS DE CONTABILIDADE. APLICAÇÃO DE MULTA EM DESFAVOR DO GESTOR PÚBLICO RESPONSÁVEL. EFETIVO PREJUÍZO AOS ENTES PÚBLICOS QUE DEIXARAM DE PERCEBER OS MONTANTES PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO. RESSARCIMENTO DOS VALORES. REPRESENTAÇÃO JULGADA PROCEDENTE.

É de se julgar procedente a Representação quando comprovado nos autos o repasse a menor de verbas provenientes da arrecadação do ICMS ao Fundef e ao FPM.
Comprovada a prática de atos contrários ao ordenamento jurídico, impõe-se a aplicação de multa em desfavor do gestor público que deixou de cumprir com o comando legal.

Ainda que o caso dos autos não demonstre a hipótese de dano ao erário em sentido amplo, por não haver prova de aplicação dos recursos em finalidade não afeta ao interesse público, o prejuízo causado aos entes públicos que deixaram de perceber os valores efetivamente destinados ao Fundo é incontroverso, impondo-se, portanto, o ressarcimento dos montantes retidos impropriamente pelo Estado de Rondônia, o que poderá ser realizado em parcelas, mas devidamente corrigido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Representação formulada pelo Ministério Público de Rondônia, através da Promotora de Justiça Rosângela Marsaro do Vale, a fim de apurar eventual desvio de recursos do Fundef (atualmente denominado Fundeb) no âmbito do Estado de Rondônia no período de 1998 a 2002, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro EDILSON DE SOUSA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I – Julgar procedente a Representação formulada contra atos praticados no âmbito da Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia, os quais violaram as disposições legais referentes à aplicação das verbas do Fundef, além de não ter mantido organizado os serviços de contabilidade na forma determinada pela Lei n. 4.320/64;

II – Afastar a responsabilidade atribuída em desfavor de José Genaro de Andrade, por não haver nos autos qualquer fato que demonstre o nexo de causalidade entre conduta por ele praticada e o resultado final obtido;

III – Reconhecer a responsabilidade atribuída em desfavor de José de Oliveira Vasconcelos, Secretário de Finanças do Estado de Rondônia à época dos fatos, uma vez comprovada a prática de atos que violaram as normas legais, consistentes em efetuar o repasse a menor dos valores que eram devidos ao Fundef dos Estados e Municípios, nos exercícios de 2001 e 2002, provenientes da arrecadação do ICMS;

IV – Em consequência, fixar multa ao então gestor público, Senhor José de Oliveira Vasconcelos, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com apoio nas disposições previstas no inciso II do art. 55 da LC n. 154/1996, c/c inciso II do art. 103 do RITCE/RO;

V – Determinar à Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia – Sefin que proceda ao ressarcimento dos valores repassados a menor ao Fundef do Estado (R$58.332,02) e Municípios (R$ 2.352.683,42), o que poderá ser realizado por meio de parcelas, mas devidamente corrigidas, cuja quitação deve se dar até dezembro de 2018;

VI – Determinar à Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia – Sefin que encaminhe a este Tribunal o cronograma de pagamento, no qual deverá conter a data e os valores que serão repassados até o prazo final fixado, devendo, ainda, comunicar e comprovar a realização dos repasses;

VII – Comunicar ao Controle Externo o dever de acompanhar o efetivo cumprimento das disposições impostas no inciso anterior (VI);

VIII – Impor ao responsável José de Oliveira Vasconcelos que, no prazo de 15 dias a contar da notificação via Diário, proceda ao recolhimento dos valores fixados a título de multa individual ao Fundo de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – Conta Corrente n. 8358-5, Agência n. 2757-X, Banco do Brasil, conforme preceitua o art. 56 c/c art. 3°, inciso III da LC 154/96;

IX- Advertir, via ofício, ao atual Secretário de Finanças do Estado de Rondônia que cumpra fielmente às disposições legais referentes aos repasses destinados ao Fundeb e ao FPM, bem como adote providências no sentido de aprimorar os controles pertinentes, sob pena de aplicação de multa por descumprimento da decisão desta egrégia Corte de Contas, além de reprovação das contas de Governo e da Secretaria de Finanças.

X – Determinar, via DOeTCE-RO, que sejam os responsáveis cientificados do conteúdo deste Acórdão, informando-lhes que o voto, em seu inteiro teor, e o parecer do Ministério Público de Contas estarão disponíveis no sítio deste Tribunal (www.tce.ro.gov.br);

XI – Dar ciência do presente Acórdão à Associação dos Municípios do Estado de Rondônia - Arom, haja vista o seu eventual interesse no controle de seu integral cumprimento;

XII – Transitado em julgado o presente Acórdão sem que haja o recolhimento da multa, inicie-se a cobrança judicial nos termos do art. 27, II, da LC n. 154/96 c/c art. 36, II, do RITCE/RO;

XIII – Sobrestar no Departamento do Pleno para o acompanhamento do cumprimento dos termos do Acórdão, os quais deverão, após certificada a execução em sua totalidade, ser remetidos ao arquivo; e

XIV – Determinar, finalmente, a correção da autuação dos presentes autos, os quais consistem em Representação, devendo haver as alterações necessárias.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA (Relator), VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 15 de outubro de 2015.

EDILSON DE SOUSA SILVA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1024 DE 3 / 11 / 2015

Tatiana Horedy Santos
Assistente de Gabinete
Cadastro nº 000634

PROCESSO Nº: 1828/2010
UNIDADE MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES
ASSUNTO: AUDITORIA DE GESTÃO – 2º SEMESTRE DE 2009 – CONVERTIDA EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL POR MEIO DA DECISÃO Nº 264/2011 - PLENO

RESPONSÁVEIS: JACQUELINE FERREIRA GÓIS – PREFEITA MUNICIPAL
CPF Nº 386.536.052-15.
LÁZARO RODRIGUES TEIXEIRA – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (PERÍODO DE 6.7 A 31.12.2009)
CPF Nº 315.439.872-49
ORLANDO IBANES CUELLAR – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA (PERÍODO DE 1.1 A 31.12.2009)
CPF Nº 050.878.646-00
GLIDES BANEGA JUSTINIANO – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA (PERÍODO DE 1.1 A 31.12.2009)
CPF Nº 242.283.622-49
CLEBSON GONÇALVES DA SILVA – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (PERÍODO DE 6.7 A 31.12.2009)
CPF Nº 591.462.492-49
FÁBIO PEREIRA MESQUITA MUNIZ – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER (PERÍODO DE 7.7 A 31.12.2009) - CPF Nº 904.089.502-34
ALTAIR ORTIS – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO (PERÍODO DE 1.1 A 31.12.2009) - CPF Nº 659.042.062-91
MARCELO RAMOS ZOMERFELD – MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO (PERÍODO DE 1.1 A 31.12.2009) – CPF Nº 886.772.062-72
PEDRO SOLI NETO – MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO (PERÍODO DE 1.1 A 31.12.2009) - CPF Nº 632.076.562-34
MÁRCIO FRANKE – MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO (PERÍODO DE 1.1 A 31.12.2009), CPF Nº 622.827.192-04
LÁZARO RODRIGUES TEIXEIRA – SECRETÁRIO MUNICIPAL ADJUNTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER (PERÍODO DE 1.1 A 6.7.2009) – CPF Nº 315.439.872-49
AILUDE FERREIRA DA SILVA – SECRETÁRIA MUNICIPAL ADJUNTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER (PERÍODO DE 11.3 A 25.5.2009) - CPF Nº 179.919.942-87
GILSON CABRAL DA COSTA – CONTADOR (PERÍODO DE 1.1 A 31.12.2009) – CPF Nº 649.603.664-00
MAURO ARROIO PEREIRA – DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO (PERÍODO DE 1.1 A 31.12.2009)
CPF Nº 096.270.062-20
SEBASTIANA AUGUSTA M. DA SILVA – MEMBRO DO CONSELHO DO FUNDEB - CPF Nº 654.499.672-68
LUDMILA C. DE ALMEIDA – MEMBRO DO CONSELHO DO FUNDEB - CPF Nº 731.934.372-04

WANILSON NEILE MENDES – MEMBRO DO CONSELHO DO FUNDEB - CPF Nº 582.024.632-20
MARIA DA GLÓRIA PRATA – MEMBRO DO CONSELHO DO FUNDEB – CPF Nº 707.469.077-53
GRACIELA CARVALHO PAES – MEMBRO DO CONSELHO DO FUNDEB – CPF Nº 469.172.502-44
ROBERTO PESSOA RAMOS – MEMBRO DO CONSELHO DO FUNDEB – CPF Nº 559.821.312-53
TALINE ANDRADE JUSTINO – MEMBRO DO CONSELHO DO FUNDEB – CPF Nº 904.223.412-15
JELSON FERREIRA DE FRANÇA – MEMBRO DO CONSELHO DO FUNDEB – CPF Nº 315.630.072-15
NÁDIA PINHEIRO CASARA – MEMBRO DO CONSELHO DO FUNDEB – CPF Nº 673.040.602-04
LEIDY LAURA SILVA MARCELINO – MEMBRO DO CONSELHO DO FUNDEB – CPF Nº 783.118.882-72
ELAINE BEZERRA DOS SANTOS – MEMBRO DO CONSELHO DO FUNDEB – CPF Nº 981.083.442-04
GENIVALDO APOLINÁRIO BATISTA – MEMBRO DO CONSELHO DO FUNDEB – CPF Nº 242.260.412-91

ADVOGADOS: ANTÔNIO RABELO PINHEIRO - OAB/RO 659, GILSON VIEIRA LIMA – OAB/RO 4216, JULIANA MALESKI BELINI – OAB/RO 3503, VALNEI GOMES DA CRUZ ROCHA – OAB/RO 2479, VINICIUS JÁCOME DOS SANTOS JÚNIOR – OAB/RO 3099

RELATOR: CONSELHEIRO VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA

ACÓRDÃO Nº 117/2015 - PLENO

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL - TCE. IRREGULARIDADES FORMAIS E COM DANO AO ERÁRIO. REALIZAÇÃO DE PAGAMENTO IRREGULAR DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECER VEÍCULOS NÃO PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL SEM A REGULAR LIQUIDAÇÃO DA DESPESA PAGAMENTO IRREGULAR DE ACUMULAÇÃO DE REMUNERAÇÃO. NOTAS FISCAIS INIDÔNEAS. DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADE. CONCESSÃO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. REVELIA. DANO AO ERÁRIO. TCE IRREGULAR. IMPUTAÇÃO DE DÉBITO E COMINAÇÃO DE MULTA. DETERMINAÇÕES. REMESSA DOS AUTOS AO MP/RO.

1. Irregularidades, dentre as quais, a infringência grave decorrente da realização de pagamento para abastecer veículos que não pertencem à frota municipal, sem a regular liquidação da despesa, com dano ao erário, em

violação aos artigos 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/64, enseja o julgamento da Tomada de Contas Especial no grau irregular, nos termos do art. 16, III, "b" e "c", da Lei Complementar Estadual nº 154/96 c/c artigos 18, §2º; e 25, II e III; do Regimento Interno desta Corte de Contas.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Tomada de Contas Especial - TCE, originária de Auditoria de Gestão, efetivada no Município de Costa Marques/RO, referente ao 2º semestre do exercício de 2009, convertida por meio da Decisão nº 264/2011- Pleno, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, por unanimidade de votos, em:

I - Julgar Irregular a Tomada de Contas Especial, relativa à Auditoria de Gestão no período de julho a dezembro de 2009, no âmbito do Município de Costa Marques/RO, de responsabilidade da Senhora JACQUELINE FERREIRA GÓIS – na qualidade de Prefeita Municipal, nos termos do art. 25, II e III, da Resolução Administrativa nº 005/TCER-96 (Regimento Interno) e art. 16, III, "b" e "c", da Lei Complementar nº 154/96, pela ocorrência das irregularidades a seguir elencadas:

1. De responsabilidade da Senhora Jacqueline Ferreira Góis – Prefeita Municipal (período de 1.1 a 31.12.2009):

a) Descumprimento ao art. 37, II, da Constituição Federal, por ter efetuado contratação de Nutricionista por meio de licitação, concernente ao Processo nº 00543/2009, Contrato nº 025/2009/PMCM, sendo que a prestação de serviços tem caráter de atividade administrativa permanente e contínua, integrante do quadro de cargo efetivo do órgão auditado, com provimento mediante Concurso Público;

b) Descumprimento aos princípios constitucionais da moralidade e impessoalidade, instituídos no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal, pela contratação de servidores para exercerem os Cargos em Comissão de: Agentes de Serviços Escolar, Agente de Serviço Hospitalar e Agente de Serviço Social, porém atribuições desses Cargos estão estabelecidas no bojo da Lei Municipal nº 489/2009, em que se verifica que são para execução de tarefas como: "limpeza, manutenção e conservação" e "controle e preparo da merenda escolar". Assim, em que pese à autorização legislativa para tais contratações, tais cargos não se destinam às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

c) Descumprimento às regras estabelecidas nos arts. 37, *caput*, e 74 caput, e incisos, ambos, da Constituição Federal (princípios da legalidade e eficiência), visto que não assegurou condições ao Sistema de Controle Interno do Município, tendo em vista que aquele órgão não

dispõe de recursos humanos e estruturais suficientes para melhor realizar as suas atribuições, fatos que, colaboram para não eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial (principalmente: Gestão Fiscal, Saúde, Educação);

d) Descumprimento aos princípios da Administração Pública (princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência) e ao inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal c/c os artigos 2°, 3° e 23, inciso II, alínea "b", da Lei Federal nº 8.666/93, pela fuga ao devido certame licitatório, nos Processos Administrativos nº 1286/09, 1352/09, 1489/09, 1664/09, 1665/09, 1821/09 e 1968/09, nos quais foram contratados serviços médicos para plantões extras, no montante de R$100.550,00 (cem mil quinhentos e cinquenta reais) mediante dispensa de licitação:

PROC Nº	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	VALOR CONTRATADO	VALOR PAGO	OBJETO
1286/09	Dispensa de Licitação	15.400,00	15.400,00	Pagamento de 22 plantões médicos
1352/09	Dispensa de Licitação	6.300,00	6.300,00	Pagamento de 09 plantões médicos
1489/09	Dispensa de Licitação	17.100,00	17.100,00	Pagamento de 18 plantões médicos
1664/09	Dispensa de Licitação	16.150,00	16.150,00	Pagamento de 17 plantões médicos
1665/09	Dispensa de Licitação	5.700,00	5.700,00	Pagamento de 06 plantões médicos
1821/09	Dispensa de Licitação	19.000,00	19.000,00	Pagamento de 20 plantões médicos
1968/09	Dispensa de Licitação	20.900,00	20.900,00	Pagamento de 22 plantões médicos
TOTAL		100.550,00	100.550,00	

2. De responsabilidade da Senhora Jacqueline Ferreira Góis - Prefeita Municipal (período de 1.1 a 31.12.2009) solidariamente com o Senhor Lázaro Rodrigues Teixeira- Secretário Municipal de Administração (período de 6.7 a 31.12.2009):

a) Descumprimento ao artigo 256 da Constituição Estadual c/c o artigo 2° da Resolução Normativa nº 001/TCER/98, por não ter apresentado à Câmara Municipal de Costa Marques, no prazo de sessenta dias, a contar da data de assunção da posse em cargo de direção e assessoramento superior, Certidão Negativa de Débitos do Tribunal de Contas do Estado, sob pena de não o fazendo, tornar nulo o ato de nomeação;

b) Descumprimento aos princípios da legalidade, impessoalidade e eficiência, instituídos no *caput* do artigo 37 da CF/88; bem como ao inciso XI e XVI do mesmo instituto legal c/c o artigo 22, parágrafo único, da Lei Municipal nº 003/92, tendo em vista que houve pagamentos irregulares a título de remuneração ao Senhor Luiz Carlos Ferrari, pelo exercício do Cargo Comissionado de Médico (dedicação exclusiva), concomitantemente com pagamentos pela realização de plantões médicos extras;

c) Descumprimento aos princípios da legalidade, impessoalidade e eficiência instituídos no *caput* do artigo 37 da CF/88; bem como aos incisos XI e XVI do mesmo instituto legal c/c o artigo 22, parágrafo único, da Lei Municipal nº 003/92, tendo em vista que houve pagamentos irregulares ao Senhor Valdir João Rodegheri, pelos seguintes motivos:

c.1. Pagamentos a título de Verba de Representação, no Cargo de Diretor Clínico da Unidade Mista de Saúde, concomitantemente com o Cargo Comissionado de Médico (dedicação exclusiva) e realização de plantões médicos extras;

c.2. Os valores pagos a título de remuneração pelo Cargo Comissionado de Médico excederam à remuneração da Prefeita Municipal.

d) Descumprimento aos princípios da legalidade, impessoalidade e eficiência, instituídos no *caput* do artigo 37 da CF/88; bem como ao incisos XI e XVI do mesmo instituto legal c/c o artigo 22, parágrafo único, da Lei Municipal nº 003/92, tendo em vista que houve pagamentos irregulares ao Senhor João Otávio Silva Morheb, pelos seguintes motivos:

d.1. Pagamento a título de remuneração, pelo exercício do Cargo Comissionado de Médico (dedicação exclusiva), concomitantemente com pagamentos pela realização de plantões médicos extras;

d.2. Os valores pagos a título de remuneração pelo Cargo Comissionado de Médicos excederam à remuneração da Prefeita Municipal.

e) Descumprimento ao mandamento constitucional previsto no artigo 37, XVI, e artigo 38, III, da Constituição Federal, por autorizar os pagamentos a título de remuneração, de forma acumulativa, aos Senhores Cleiton Ferreira Anez, Ceir de Andrade, Ailude Ferreira da Silva e Cleiton Souza Xavier, conforme abaixo discriminado, considerando a incompatibilidade de horários do cargo efetivo e as sessões do legislativo municipal que ocorriam, no horário das 10h às 13h, às segundas-feiras. Assim, temos que os valores pagos pelo Executivo Municipal, no montante de R$444,57 (quatrocentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos) deverão ser ressarcidos ao cofres do Município.

Servidor	Julho	Agosto	Setembro	TOTAL
CLEITON FERREIRA ANEZ	R$33,81	R$25,36	R$19,02	R$78,19
CEIR DE ANDRADE	R$47,94	R$47,02	R$35,26	R$130,2
AIULUDE FERREIRA DA SILVA	R$48,69	R$48,69	R$36,51	R$133,89
CLEITON SOUZA XAVIER	R$34,09	R$34,09	R$34,09	R$102,27
TOTAL				**R$444,57**

f) Descumprimento do artigo 37, XVI, da Constituição Federal, por autorizar pagamentos de forma cumulativa ao Senhor Orlando Ibanes Cuellar, ocupante do Cargo de Secretário Municipal de Planejamento, que durante o exercício de 2009, recebeu, a título de subsídio, porém, este Senhor pertence ao quadro de servidores efetivos do Governo do Estado de Rondônia, no cargo de Professor Nível III 40h, e também recebeu normalmente sua remuneração pelo cargo efetivo. Considerando que este poderia optar pela remuneração de um dos cargos, os valores referentes ao Subsídio de Secretário Municipal, no montante de R$ 8.750,00 (oito mil setecentos e cinquenta reais), deverão ser restituídos aos cofres do Município.

3. De responsabilidade da Senhora Jacqueline Ferreira Góis - Prefeita Municipal (período de 1.1 a 31.12.2009) solidariamente com os Senhores Orlando Ibanes Cuellar- Secretário Municipal de Planejamento, Ciências e Tecnologia (período de 1.1 a 31.12.2009) e Glides Banega Justiniano - Secretário Municipal de Fazenda (período de 1.1 a 31.12.2009):

a) Descumprimento do artigo 65 da Lei Federal n° 4.320/64, por efetuar recolhimento de tributos em numerário em espécie na própria Divisão de Receita, muito embora o Município não possua tesouraria ou pagadoria regularmente instituídos por estabelecimentos bancários credenciados, portanto, tais recolhimentos deveriam ocorrer somente via bancos.

b) Descumprimento aos princípios constitucionais (legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência) previstos no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal, pela ausência de controles e registros consistentes na Divisão de Receita do Município, conforme abaixo discriminado, que se caracterizam como fortes indícios de fraude de documentos fiscais e de desvio de recursos financeiros:

b.1 Ausência de cadastro de contribuintes de ISS devidamente formalizado;

b.2 A arrecadação tributária municipal é apropriada pela contabilidade em lapso temporal de até 30 dias, visto que os controles da arrecadação e de contabilidade não estão completamente integrados em rede, não permitindo o registro automático das informações;

b.3 Os documentos de Arrecadação Municipal (DAMs) são formulários impressos e preenchidos à máquina de datilografia, sem código de barra. As Notas Fiscais Avulsas para prestadores de serviços;

b.4 Não há servidor especialmente designado para emissão das Notas Fiscais Avulsas, e estas são mantidas em uma prateleira sob o balcão de atendimento aos contribuintes;

b.5 os documentos referentes aos movimentos diários ocorridos em 1.7.2009 e 24.8.2009, sendo constatado que os Boletins Analíticos da Receita Diários registram recolhimento de receita num determinado valor, os documentos de suporte correspondentes a essas receitas registradas somam outro montante e como agravante, os respectivos comprovantes de depósitos, em ambos os casos, foram menores que os registros da Divisão de Receita e os respectivos documentos de suporte, conforme abaixo demonstrado:

BOLETIM ANALÍTICO DA RECEITA DIÁRIA N° 127/DR/SEMFAZ/2009, DE 01/07/2009.		CÓPIA DE DOCUMENTO FISCAL/ARRECADAÇÃO		COMPROVANTES DE DEPÓSITOS E TRANSFERÊNCIA ENTRE CONTAS
Taxa Expediente	97,62	IPTU 2009	66,38	527,00
IPTU	160,09	IPTU 2009	83,10	46,29
Rec. Div. Ativa Tributária	281,75	DivAtivIPTU	122,81	122,81
Multa	21,70	Taxa CND Mun.	15,94	
ISS	265,60	Taxa CND Mun.	15,94	
Taxa Publicidade	29,88	Taxa CND Mun.	15,94	
Taxa Alvará Funcionamento	89,24	Taxa Expediente	9,96	
		Taxa Publicidade	29,88	
		Taxa Alvará Funcionamento	89,24	
		ISS	132,80	
		ISS	132,80	
TOTAIS	**945,88**		**714,79**	**696,10**

BOLETIM ANALÍTICO DA RECEITA DIÁRIA N° 127/DR/SEMFAZ/2009, DE 24/08/2009.		CÓPIA DE DOCUMENTO FISCAL/ARRECADAÇÃO		COMPROVANTES DE DEPÓSITOS E TRANSFERÊNCIA ENTRE CONTAS	
Taxa Expediente	45,82	IPTU 2009		9,96	50,00
Rec. Div. Ativa Tributária	12,98	DivAtivIPTU 2009		26,68	550,00

Multa	13,88	Taxa Expediente	9,96	
ISS	335,50	Taxa Publicidade	29,88	
IRRF	453,00	Taxa Alvará Funcionamento	49,80	
Taxa de Licença de Obras	29,88	ISS	295,50	
Taxa Regul. Imóvel	29,88	Taxa Alvará Saúde	49,80	
Taxa Publicidade	29,88	Taxa CND Trib. Mun.	15,94	
Taxa Alvará Funcionamento	49,80	Taxa de Licença de Obras Resid.	29,88	
Taxa Alvará de Saúde	49,88	Taxa Regul. Imóvel	29,88	
Outras	2,38	ISS	9,24	
		ISS	10,00	
TOTAIS	**1.052,80**		**566,52**	**600,00**

b.6 As Notas Fiscais de Produtor Rural, qualquer servidor lotado naquele setor tem permissão para emiti-las;

b.7 Não houve, durante o período auditado, programação para realização de fiscalizações;

b.8 Uso irregular de bloco de Notas Fiscais avulsas, conforme descrito no WP/AGG.04 – Prestação de Serviços Contábeis (Gilson Cabral da Costa).

c) Descumprimento às determinações contidas nos artigos 16, I e II, e artigo 17, §§ 1° e 2° da Lei Complementar n° 101/00, pelo aumento de despesa com pessoal no 2° semestre de 2009, sem que houvesse previsão orçamentária para tais despesas; além do que não foi providenciado previamente, as respectivas estimativas do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e a declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

4. De responsabilidade da Senhora Jacqueline Ferreira Góis - Prefeita Municipal (período de 1.1 a 31.12.2009) em conjunto com o Senhor Clebson Gonçalves da Silva - Secretário Municipal de Saúde (período de 6.7 a 31.12.2009):

a) Descumprimento ao artigo 12 da Lei Federal n° 8.689/93, por não realizar audiências públicas para análise e ampla divulgação, de relatório detalhado contendo, dentre outros, dados sobre o montante e a fonte de recursos aplicados no período na área da saúde, bem como sobre a oferta e a produção de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada;

b) Descumprimento ao art. 37, *caput*, da CF/88 (princípio da eficiência) c/c o disposto na Portaria n° 1.101, de 2.6.02, por apresentar, no período

auditado, o índice de relação médico por habitante de 0,29 (zero vírgula vinte e nove); ou seja, inferior ao índice recomendado pela OMS que é a relação de 1 médico para cada 1.000 habitantes, o ideal para atendimento em atenção à saúde da população.

5. De responsabilidade da Senhora Jacqueline Ferreira Góis - Prefeita Municipal (período de 1.1 a 31.12.2009) em conjunto com o Senhor Fábio Pereira Mesquita Muniz - Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (período de 7.7 a 31.12.2009):

a) Descumprimento ao item 2.3 – Objetivos e Metas do Ensino Fundamental do documento anexo à Lei nº 10.172/01 – Plano Nacional de Educação, por não assegurar que as escolas municipais atendam aos padrões mínimos de infraestrutura para o ensino fundamental, uma vez que, das escolas visitadas, se constatou as seguintes condições:
a.1 As bibliotecas das escolas, além do espaço ser reduzido para acomodar os alunos, o acervo é composto principalmente de livros didáticos, sendo carente de livros paradidáticos;

a.2 Os banheiros da Escola Polo Municipal de Ensino Infantil e Fundamental "Ilton José Martins" não é adaptado para portadores de necessidades especiais;

a.3 Das 2 (duas) escolas visitadas apenas a Escola Polo Municipal de Ensino Infantil e Fundamental "Ilton José Martins" possui quadra de esportes, porém, esta não possui cobertura;

a.4 Na Escola Municipal de Ensino Fundamental "Américo Casara", encontra-se sem a conclusão das construções dos muros; constatamos que ainda não foram instalados os portões, existindo, ainda, risco iminente de acidentes nos vergalhões expostos no muro;

a.5 Na Escola Municipal de Ensino Fundamental "Américo Casara", apesar de ser um prédio construído recentemente (ano 2008), não foi projetado sala da diretoria, a diretoria funciona junto à sala da Secretaria.

b) Descumprimento às determinações contidas no artigo 1° da Lei Federal nº 11.738/2008, por efetuar pagamento dos profissionais do magistério público da educação básica, a que se refere à alínea "e" do inciso III do *caput* do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória, abaixo do piso estabelecido na norma legal;

c) Descumprimento do artigo 62 da Lei Federal n° 9.394/96, por permitir a atuação dos docentes, relacionados às fls. 5224/5227, sem exigir a formação para atuar na educação básica conforme estabelecido na norma vigente;

d) Descumprimento às disposições contidas no artigo 2° da Lei Federal n° 10.172/2001 c/c os artigos 212, § 3°, e 214 da Constituição Federal, por não ter providenciado a elaboração do Plano Municipal de Educação;

e) Descumprimento ao artigo 37, *caput* (princípio da legalidade) da Constituição Federal c/c o artigo 22 da Lei Federal nº 11.494/2007 e, ainda, ao artigo 10 e incisos da Instrução Normativa nº 22/TCER-2007, por ter pago, no período auditado na folha de pagamentos dos 60% Fundeb, o montante de R$ 133.448,14 (cento e trinta e três mil quatrocentos e quarenta e oito reais e quatorze centavos), para professores municipais abaixo elencados, que não se encontravam atuando em sala de aula do município:

Acácia Garcia da Silva Klug	Letras PN III/40hs.	Isabel Waltman	Magistério PN I/40hs.
Carlos Alberto de Souza Silva	Teologia PN/III/ 40hs.	João Hilário Miranda Ruiz	Letras/Inglês PN/III/40hs.
Cristiane Alves de Ávila	Aux. Adm./40hs.	José Avelino do Nascimento	Ag. Adm./40hs.
Lucicleide de Oliv. Cavalcante	Aux. Escola/40hs.	Mauro Arroio Pereira	ASG/40hs.
Otacilio Lopes de Mesquita	Administração PN III/20hs.	Odília M. Guilhen Rocha Ruiz	Ped. PN III/20hs.

f) Descumprimento às disposições contidas no artigo 23, inciso II, alínea "a" da Lei Federal nº 8.666/93, pela fragmentação da despesa nos Processos Administrativos nº 0956/09, 1324/09 e 1769/09, tendo em vista que foram efetuadas aquisição de gás de cozinha para atender a rede de escolas municipais de ensino público, sendo adquiridos por meio de dispensa de Licitação com fulcro no artigo 24, II, c/c artigo 23, I, "a", da Lei 8.666/93. Ocorre, porém, que as referidas despesas, por se tratarem do mesmo objeto, serem despesas custeadas com a mesma fonte de Recursos e somarem a importância de R$23.340,00 (vinte e três mil trezentos e quarenta reais), deveriam ter sido contratadas mediante licitação na modalidade Convite;

g) Descumprimento às determinações contidas no artigo 22 da Lei Federal nº 11.494/2007 e ainda artigo 10 e incisos da Instrução Normativa nº 22/TCER-2007, por efetuar pagamentos na folha dos 60% do Fundeb aos ocupantes de cargo de "Auxiliar de Escola", "Monitor de Ensino" e "Instrutor de Escola", cujos cargos, por sua natureza, conforme Lei Municipal nº 217/97, não possuem atribuições de natureza de profissionais da Educação e sim de pessoal de apoio administrativo, portanto, tais valores devem ser desconsiderados no cômputo de aplicação dos referidos recursos do Fundeb.

6. De responsabilidade dos (as) Senhores (as) Sebastiana Augusta M. da Silva, Ludmila C. de Almeida, Wanilson Neile Mendes, Maria da Glória Prata, Graciele Carvalho Paes, Roberto Pessoa Ramos, Taline Andrade Justino, Jelson Ferreira de França, Nádia Pinheiro Casara, Leidy Laura Silva Marcolino, Eliane Bezerra dos Santos e Genivaldo Apolinário Batista – membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (período de 1.1 a 31.12.2009):

a) Descumprimento às disposições contidas no § 9° do artigo 24 da Lei Federal n° 11.494/2007 c/c o artigo 5° e seus incisos, da Lei Municipal n° 437/2007, tendo em vista que ficou caracterizado que o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb deixou de exercer as atividades inerentes as suas atribuições, pois se constatou no "Livro Ata de Reunião do Conselho", que se reuniram em duas oportunidades. Sendo que se constata que os assuntos tratados nas reuniões foram às eleições dos membros e a posse do Presidente e do Vice-Presidente, sem, contudo, tratar de assuntos de interesse da Educação do Município.

7. De responsabilidade da Senhora Jacqueline Ferreira Góis - Prefeita Municipal (período de 1.1 a 31.12.2009) solidariamente com o Senhor Lázaro Rodrigues Teixeira - Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (período de 1.1 a 31.3.2009):

a) Descumprimento aos princípios da legalidade e da economicidade insculpidos no art. 37 da Constituição Federal, e aos artigos 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/64, no Processo Administrativo nº 001/2009, por abastecer veículos que não pertencem à frota da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, cuja despesa totalizou a importância de R$4.108,05 (quatro mil cento e oito reais e cinco centavos) na época do alcance correspondendo a 1.611 (mil seiscentos e onze) litros de óleo diesel;

b) Descumprimento aos princípios da legalidade e da economicidade insculpidos no art. 37 da Constituição Federal, no Processo Administrativo 229/2009, por descumprimento dos artigos 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/64, por abastecer veículos que não pertencente à frota da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, cuja despesa totalizou a importância de R$8.106,45 (oito mil cento e seis reais e quarenta e cinco centavos), na época do alcance correspondendo a 3.179 (três mil cento e setenta e nove) litros de óleo diesel.

8. De responsabilidade da Senhora Jacqueline Ferreira Góis- Prefeita Municipal (período de 1.1 a 31.12.2009) em conjunto com os Senhores Clebson Gonçalves da Silva- Secretário Municipal de Administração (período de 1.1 a 31.3.2009) e Altair Ortis- Presidente da Comissão de Licitação (período de 1.1 a 31.12.2009):

a) Descumprimento aos princípios da legalidade e da economicidade insculpidos no art. 37 da Constituição Federal, e ao artigo 22, § 7º, da Lei Federal 8.666/93, no Processo Administrativo nº 0454/2009, no valor de R$7.015,60 (sete mil e quinze reais e sessenta centavos), ante a ausência de 3 (três) propostas válida na cotação de preços.

9. De responsabilidade da Senhora Jacqueline Ferreira Góis- Prefeita Municipal (período de 1.1 a 31.12.2009) em conjunto com os Senhores Lázaro Rodrigues Teixeira - Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (período 1.1 a 31.3.2009), Altair Ortis - Presidente da Comissão de Licitação, Marcelo Ramos Zomerfeld,

Pedro Soli Neto e Márcio Franke - membros da Comissão de Licitação (período de 1.1 a 31.12.2009):

> a) Descumprimento aos princípios da legalidade e da eficiência, insculpidos no art. 37 da Constituição Federal, e ao art. 3º, art. 7º, incisos I e II, e § 1º, c/c art. 6º, IX e art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, no Processo Administrativo nº 0275/2009, no valor de R$ 26.468,62 (vinte e seis mil quatrocentos e sessenta e oito reais e sessenta e dois centavos), ante a ausência de competitividade no certame licitatório, ausência de projeto básico dos serviços executados e ausência de nomeação de profissional responsável pela fiscalização dos serviços executados.

10. De responsabilidade da Senhora Jacqueline Ferreira Góis - Prefeita Municipal (período de 1.1 a 31.12.2009) em conjunto com o Senhor Glides Banega Justiniano - Secretário Municipal de Fazenda (período 1.1 a 31.12.2009):

> a) Descumprimento ao princípio da legalidade, insculpido no art. 37 da Constituição Federal e artigo 9º da Lei Federal 8.429/92, por permitir que os Senhores Robson Pereira Brandão, José Teles Nunes, Wilson Nascimento e Lázaro Samazo Lopes, pessoas estranhas ao quadro de servidores do município, atuassem com fiscais no Posto Fiscal do Distrito de São Domingos, no período de janeiro a maio de 2009, e por permitir recebimento de cheque pré-datado nº 001.913, da Cooperativa SICCOB, emitido pelo Senhor Arcênio Betti, em pagamento de ISS, com a agravante de que fora depositado na conta da empresa Jonas Ribeiro Pontes & Cia, enquanto que deveria ser depositado na conta da Prefeitura Municipal.

11. De responsabilidade da Senhora Jacqueline Ferreira Góis - Prefeita Municipal (período de 1.1 a 31.12.2009) em conjunto com os Senhores Altair Ortis - Presidente da Comissão de Licitação, Marcelo Ramos Zomerfeld, Pedro Soli Neto e Márcio Franke - membros da Comissão de Licitação (período de 1.1 a 31.12.2009) solidariamente com:

> a. Descumprimento aos princípios da Administração Pública (princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência) artigos 37, *caput* da CF/88 c/c inciso XXI do mesmo dispositivo constitucional e artigos 2º e 3º da Lei Federal nº 8.666/93, por efetuar cotações e adjudicar licitações, durante o exercício de 2009, nos Processos Administrativos abaixo elencados, cujas despesas somaram R$326.249,34 (trezentos e vinte e seis mil duzentos e quarenta e nove reais e trinta e quatro centavos), em favor da empresa Délcio Maduro Leão Junior – ME., a qual não poderia comercializar, visto que possuía o Pedido Eletrônico de Baixa na Secretaria da Estadual de Finanças, desde 31.7.2008.

PROC Nº	LICITAÇÃO PRATICADA	FONTE DE RECURSOS	VALOR CONTRATADO
0305/2009	Convite n° 15/CPLM/PMCM/2009	02.02.05.12.361.0012.2024 - Manut. das Atividades PNAE/RP	59.380,00
0310/2009	Convite n° 23/CPLM/PMCM/2009	02.02.05.12.361.0011.2027 - Manut. das ativid. FUNDEB 40%	34.412,00
0665/2009	Dispensa de Licitação conforme art.24, II c/c art 23, I, "a", da Lei 8.666/93	02.02.01.04.122.0002.2002 - Manut. Ativid. Gabinete	3.899,60
0774/2009	Dispensa de Licitação conforme art.24, II c/c art 23, I, "a", da Lei 8.666/93	02.02.05.12.361.0011.2027 - Manut. das ativid. FUNDEB 40%	1.446,94
0919/2009	Convite n° 44/CPLM/PMCM/2009	02.02.05.12.361.0012.2019 - Manut. das Atividades – PNAE	53.915,40
1060/2009	Dispensa de Licitação conforme art.24, II c/c art 23, I, "a", da Lei 8.666/93	02.02.01.04.122.0002.2002 - Manut. Ativid. Gabinete	3.033,70
1088/2009	Convite n° 49/CPLM/PMCM/2009.	02.02.05.12.361.0012.2020 - Manut. Ativ. Sal. Educação	7.352,50
1089/2009	Convite n° 62/CPLM/PMCM/2009.	02.02.05.12.361.0012.2024 - Manut. das Atividades PNAE/RP	56.640,40
1206/2009	Dispensa de Licitação conforme art.24, II c/c art 23, I, "a", da Lei 8.666/93	02.02.02.04.122.0004.2051 - Manut. Ativid. SEMAD	7.630,10
1223/2009	Dispensa de Licitação conforme art.24, II c/c art 23, I, "a", da Lei 8.666/93	02.02.01.08.244.0003.2009 - Manut. Ativ. Assist. Social	388,15
1686/2009	Convite n° 70/CPLM/PMCM/2009.	02.02.05.12.361.0012.2024 - Manut. das Atividades PNAE/RP	64.995,64
1687/2009	Convite n° 82/CPLM/PMCM/2009.	02.02.05.12.361.0012.2020 - Manut. Ativ. Sal. Educação	24.925,77
1793/2009	Dispensa de Licitação conforme art.24, II c/c art 23, I, "a", da Lei 8.666/93	02.02.02.04.122.0004.2051 - Maut. Ativid. SEMAD	6.944,88
1884/2009	Dispensa de Licitação conforme art.24, II c/c art 23, I, "a", da Lei 8.666/93	02.02.05.12.361.0013.2026 - Maut. Ativid. Desportos Amador	1.284,26
TOTAL			**326.249,34**

12. De responsabilidade da Senhora Jacqueline Ferreira Góis - Prefeita Municipal (período de 1.1 a 31.12.2009) solidariamente com os Senhores Lázaro Rodrigues Teixeira - Secretário Municipal Adjunto de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (período de 1.1 a 6.7.2009); Glides Banega Justiniano - Secretário Municipal de Fazenda (período de 1.1 a 31.12.2009); Clebson Gonçalves da Silva - Secretário Municipal de Administração (1.1 a 31.12.2009); Fábio Pereira Mesquita Muniz - Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (período de 6.7 a 31.12.2009); e, da Senhora Ailude Ferreira da Silva - Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (período de 11.3 a 25.5.2009):

a) Descumprimento ao princípio administrativo-contábil de segregação das funções de execução e controle, uma vez que todas as fases das despesas - empenho, liquidação e pagamento - foram realizados pelo

Senhor Fábio Pereira Mesquita Muniz, Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer nos Processos Administrativos nº 0305/09, 0310/09, 0665/09, 0774/09, 0919/09, 1060/09, 1088/09, 1089/09, 1206/09, 1223/09, 1686/09, 1687/09, 1793/09 e 1884/09;

b) Descumprimento ao artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal c/c artigos 2° e 3° da Lei Federal nº 8.666/93, por efetuar pagamento de despesas com serviços contábeis, no Processo Administrativo nº 0913/2009, durante o exercício de 2009, sem no entanto, promover o devido certame licitatório, haja vista que a suposta prorrogação invocada haveria um Termo Aditivo não ficou comprovada, bem como o contrato original (Contrato sem número, de 01/07/2007) já havia expirado em 31/12/2007;

c) Descumprimento à Lei Federal nº 8.666/93, art. 7º, § 2º, III, art. 14, *caput,* e art. 38, *caput*, no Processo nº 0513/2009, por não constar do processo a indicação do recurso próprio para a despesa e comprovação da existência de previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações a serem assumidas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;

d) Descumprimento à Lei Federal nº 8.666/93, art. 6º, IX, no Processo nº 0513/2009, pois o Projeto Básico (necessário para obras e serviços), juntado aos autos da despesa não possui elementos que permitam a caracterização do objeto licitado; tais como: descrição sucinta dos serviços a serem executados, que no presente caso poderia ser as atividades inerentes às atividades do profissional de Contabilidade na Administração Pública. A ausência de elementos que permitam a caracterização do objeto licitado prejudica a competição no certame licitatório, pois não ficam claras as necessidades do contratante, além de que também prejudica a verificação do adimplemento da obrigação contratual a prestação do serviço, ou seja, a verificação do cumprimento das obrigações assumidas pelo Prestador de Serviços. Como, também, esses elementos não estão presentes no Projeto Básico para a realização do certame licitatório;

e) Descumprimento à Lei Federal n° 8.666/93, art. 38, parágrafo único, no Processo n° 0513/2009, pois a minuta do edital de licitação e do contrato não foi previamente examinada e aprovada pela Assessoria Jurídica da Administração;

f) Descumprimento ao artigo 55, incisos II, IX, XII e XIII, no Processo n° 0513/2009, tendo em vista que relativamente às cláusulas essenciais do Termo de Contrato n° 26/PMCM/2009, ante a ausência, de previsão de cláusulas relativas aos: regime de execução ou a forma de fornecimento; reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art. 77 desta Lei; legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos; e, obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em

compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

g) Descumprimento ao Princípio de Controle Interno de Segregação de Funções derivado do Princípio da Moralidade instituído no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal, no Processo Administrativo nº 0513/2009, tendo em vista que o responsável pela fiscalização da execução do contrato é o mesmo que efetua os pagamentos considerando que o responsável pela fiscalização da execução do Contrato 26/PMCM/2009, esteve a cargo do Senhor Glides Banega Justiniano, entretanto o órgão responsável pelos pagamentos do contrato foi a Secretaria Municipal de Fazenda;

h) Descumprimento ao art. 37, II, da Constituição Federal, posto que não houve o devido concurso público para o preenchimento de cargo de Contador que é da atividade fim e faz parte da estrutura organizacional da entidade, tendo em vista que foi contratado, mediante licitação, no Processo Administrativo nº 0513/2009, Contrato nº 26/PMCM/2009, de 1.4.2009, no montante de R$ 35.550,00 (trinta e cinco mil, quinhentos e cinquenta reais), o profissional Senhor Gilson Cabral da Costa, Contador;

i) Descumprimento aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência insculpidos no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal c/c os arts 62 e 63 da Lei 4.320/64, causando dano aos cofres do Município, no montante de R$ 47.400,00 (quarenta e sete mil e quatrocentos reais), pela inclusão e pagamento na folha de pagamento, no cargo de Contador, conforme registros na respectiva ficha financeira fornecida pelo setor de recursos humanos do Município, concomitante com os serviços contábeis que foram terceirizados nos processos licitatórios nº 0913/2007 e 0513/2009.

13. De responsabilidade do Senhor Gilson Cabral da Costa - Contador (período de 1.1 a 31.12.2009) em conjunto com o Senhor Mauro Arroio Pereira - Diretor do Departamento de Arrecadação (período 1.1 a 31.12.2009):

a) Descumprimento aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, insculpidos no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal, e ao artigo 142 do Código Tributário Nacional, consideramos que o Senhor Gilson Cabral da Costa, Prestador de Serviços da Prefeitura Municipal de Costa Marques juntamente com o Senhor Mauro Arroio Pereira, Diretor do Departamento de Arrecadação, utilizaram indevidamente os documentos pertencentes ao Poder Público Municipal, no presente caso, as "Notas Fiscais Avulsas" abaixo elencadas:

Nº DA NOTA FISCAL	MÊS DE REFERÊNCIA DO SERVIÇO PRESTADO	DATA DE EMISSÃO REGISTRADA NA NOTA FISCAL	VALOR DA NOTA FISCAL
5670	ABRIL/09	04/05/09	3.950,00
5671	MAIO/09	01/06/09	3.950,00
5672	JUNHO/09	01/07/09	3.950,00
5673	JULHO/09	03/08/09	3.950,00
5674	AGOSTO/09	01/09/09	3.950,00
5675	SETEMBRO/09	01/10/09	3.950,00
5676	OUTUBRO/09	03/11/09	3.950,00
5677	NOVEMBRO/09	01/12/09	3.950,00
5678	DEZEMBRO/09	30/12/09	3.950,00
TOTAL DAS NOTAS			**35.550,00**

14. De responsabilidade do Senhor Gilson Cabral da Costa - Contador (período de 1.1 a 31.12.2009):

a) Descumprimento às normas estabelecidas nos artigos 83 *usque* 106 da Lei Federal nº 4.320/64 e à Resolução do CFC nº 750/93 (princípios contábeis) c/c o artigo 74, I, II, III e IV, tendo em vista que a Contabilidade não oferece condições de controle para salvaguardar os ativos da Prefeitura Municipal de Costa Marques, tendo em vista que os lançamentos não são confiáveis e produzem relatórios e peças contábeis que não refletem a realidade dos fatos e por se tratar do principal órgão do controle interno não oferece condições de comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, prejudicando, inclusive, o controle externo no exercício de sua missão institucional, tendo em vista ter sido constatadas às seguintes ocorrências:

a.1 As operações contábeis não são feitas através de documentação legalmente hábil;

a.2 Os documentos contábeis não são rigorosamente arquivados;

a.3 A escrituração não se encontra mantida rigorosamente em dia;

a.4 A contabilidade não oferece condições de se conhecer a composição patrimonial, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

a.5 Através da contabilidade não é possível, de forma confiável, efetuar levantamentos dos demonstrativos contábeis, tais como balancetes e balanços, assim como os demais demonstrativos (sintéticos e analíticos);

a.6 Não é possível, através da contabilidade, conhecer todos os credores individualizadamente , com indicação do nome e o valor a pagar;

a.7 Não é possível, através da contabilidade, conhecer todos os devedores individualizadamente, com indicação do nome e o valor a pagar;

a.8 Não é possível identificar, de forma confiável, os restos a pagar, individualizadamente, por credores e discriminadamente os processados e os não processados;

a.9 Não é possível, através da contabilidade, identificar o montante da dívida fundada, em sua composição de principal e juros, assim como os valores já amortizados e o saldo a pagar.

DA IRREGULARIDADE DO PROCESSO Nº 0860/2010 (APENSO):

15. De responsabilidade da Senhora Jacqueline Ferreira Góis - Prefeita Municipal (período de 1.1 a 31.12.2009) em conjunto com os Senhores Altair Ortis - Presidente da Comissão de Licitação; Marcelo Ramos Zomerfeld, Pedro Soli Neto e Márcio Franke - membros da Comissão de Licitação (período de 1.1 a 31.12.2009)

a) Infringência aos artigos 30, II, e 41, da Lei 8.666/93, c/c item 3.1- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, do Edital de Tomada de Preços nº 001/2009/CPLM/PMCM, Processo nº 0290/2009, por ter admitido que a empresa ALEX SANDRO BATISTA LUNA & CIA LTDA-ME participassem da licitação, com ramo de atividade incompatível ao objeto da contratação, sendo uma das empresas contratadas para execução do serviço.

II - Procedência parcial da Representação (Proc.0860/2010) interposta pelos Senhores Rauly Gonçalves de Souza e José Maurício da Silva, respectivamente, Vereador Presidente e Vereador da Câmara Municipal de Costa Marques;

III - Imputar, com fulcro no §3º do artigo 71 da Constituição Federal e no artigo 19 da Lei Complementar nº 154/96, os seguintes débitos:

a) No valor histórico de R$ 444,57 (quatrocentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos), que atualizado monetariamente (R$650,95) e acrescido dos juros de mora a partir de julho de 2009 até agosto de 2015, perfez a quantia de R$1.126,15 (mil cento e vinte e seis reais e quinze centavos) solidariamente com a Senhora Jacqueline Ferreira Góis, Prefeita Municipal, e com o Senhor Lázaro Rodrigues Teixeira, Secretário de Administração, por autorizar os pagamentos a título de remuneração, de forma acumulativa, aos Senhores Cleiton Ferreira Anez, Ceir de Andrade, Ailude Ferreira da Silva e Cleiton Souza Xavier, considerando a incompatibilidade de horários do cargo efetivo e as sessões do legislativo municipal que ocorriam, no horário das 10h às 13h, às segundas-feiras;

b) No valor histórico de R$8.750,00 (oito mil setecentos e cinquenta reais), que atualizado monetariamente (R$12.812,05) e acrescido dos juros de mora a partir de julho de 2009 até agosto de 2015, perfez a quantia de R$22.164,85 (vinte e dois mil, cento e sessenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos) solidariamente com a Senhora Jacqueline Ferreira Góis, Prefeita Municipal, e com o Senhor Lázaro Rodrigues Teixeira, Secretário Municipal de Administração, por autorizarem pagamentos de forma cumulativa ao Senhor Orlando Ibanes Cuellar, ocupante do Cargo de Secretário Municipal de Planejamento, que recebeu, a título de Subsídio, porém, este Senhor pertence ao quadro de servidores efetivos do Governo do Estado de Rondônia, no cargo de Professor Nível III 40h, e também recebeu normalmente sua remuneração pelo cargo efetivo;

c) No valor histórico de R$ 4.108,05 (quatro mil cento e oito reais e cinco centavos), que atualizado monetariamente (R$6.015,95) e acrescido dos juros de mora a partir de julho de 2009 até agosto de 2015, perfez a quantia de R$10.406,21 (dez mil, quatrocentos e seis reais e vinte e um centavos) solidariamente com a Senhora Jacqueline Ferreira Góis, Prefeita Municipal, e com o Senhor Lázaro Rodrigues Teixeira, Secretário Municipal de Administração, por abastecer por meio do Processo Administrativo nº 001/2009, veículos que não pertencem à frota da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, correspondendo a 1.611 (mil seiscentos e onze) litros de óleo diesel;

d) No valor histórico de R$8.106,45 (oito mil cento e seis reais e quarenta e cinco centavos), que atualizado monetariamente (R$11.869,74) e acrescido dos juros de mora a partir de julho de 2009 até agosto de 2015, perfez a quantia de R$ 20.534,66 (vinte mil, quinhentos e trinta e quatro reais e sessenta e seis centavos) solidariamente com a Senhora Jacqueline Ferreira Góis, Prefeita Municipal, e com o Senhor Lázaro Rodrigues Teixeira, Secretário Municipal de Administração, por abastecer por meio do Processo Administrativo nº 229/2009, veículos que não pertencem à frota da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, correspondendo a 3.179 (três mil cento e setenta e nove) litros de óleo diesel;

e) No valor histórico de R$47.400,00 (quarenta e sete mil e quatrocentos reais), que atualizado monetariamente (R$ 69.404,72) e acrescido dos juros de mora a partir de julho de 2009 até agosto de 2015, perfez a quantia de R$120.070,16 (cento e vinte mil e setenta reais e dezesseis centavos) solidariamente com o Senhor Fábio Pereira Muniz, Secretário Municipal de Educação, e com a Senhora Jacqueline Ferreira Góis, Prefeita Municipal, visto que houve pagamentos a título de remuneração, conforme registros na respectiva ficha financeira fornecida pelo setor de recursos humanos do Município, como Contador Municipal, concomitantemente, pelos serviços terceirizados de Contador, por meio dos Processo Administrativos nº 0913/2007 e 0513/2009.

IV - Aplicar multar individual, proporcional ao dano, com fulcro no artigo 54, *caput,* da lei Complementar nº 154/96, da seguinte maneira:

> a) No percentual de 30% (cinquenta por cento) do valor atualizado do dano imputado, sem a incidência de juros de mora (R$100.753,41), perfazendo R$30.226,02 (trinta mil, duzentos e vinte e seis reais e dois centavos), à Senhora Jacqueline Ferreira Góis, Prefeita Municipal, pelas ilegalidades evidenciadas nos itens 2, alíneas "e" e "f", 7, alíneas "a" e "b" e 12, alínea "i", retro, em razão do dano ao erário que deram causa;
>
> b) No percentual de 30% (cinquenta por cento) do valor atualizado do dano imputado, sem a incidência de juros de mora (R$31.348,69), perfazendo R$9.404,61 (nove mil, quatrocentos e quatro reais e sessenta e um centavos), ao Senhor Lázaro Rodrigues Teixeira, Secretário Municipal de Administração Municipal, pelas ilegalidades evidenciadas nos itens 2, alíneas "e" e "f" e 7, alíneas "a" e "b", retro, em razão do dano ao erário que deram causa;
>
> c) No percentual de 30% (vinte por cento) do valor atualizado do dano imputado, sem a incidência de juros de mora (R$69.404,72), perfazendo R$20.821,41 (vinte mil, oitocentos e vinte e um reais e quarenta e um centavos), ao Senhor Fábio Pereira Muniz, Secretário Municipal de Educação, por ter pagado a título de remuneração pelo cargo de contador na folha de pagamento ao Senhor Gilson Cabral Costa, tendo o mesmo recebido, concomitantemente, pelos serviços de Contador, no Processo Administrativo nº 0513/2009, consoante alínea "i", do item 12, retro, em razão do dano ao erário que deram causa.

V - Aplicar multa individual, com fulcro no artigo 55, II, da Lei Complementar nº 154/96 c/c os artigos 25, II, e 103, II, do Regimento Interno desta Corte atualizado pela Resolução nº 100/TCE-RO/2012 e pela Portaria nº 1.162/2012, à Senhora Jacqueline Ferreira Góis, Prefeita Municipal, no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), correspondente ao somatório das irregularidades de graves ofensas à ordem legal, evidenciadas no item 1, alíneas "a" a "d"; item 2, alíneas "a" a "d"; item 3, alíneas "a" a "c"; item 4, alíneas "a" e "b"; item 5, alíneas "a" a "g"; item 8, alínea "a"; item 9, alínea "a"; item 10, alínea "a"; item 11, alínea "a"; item 12, alíneas "a" a "i"; e, item 15, alínea "a", retro, em razão de seu caráter educativo, por força do conteúdo didático da sanção;

VI - Aplicar multa individual, com fulcro no artigo 55, II, da Lei Complementar nº 154/96 c/c os artigos 25, II, e 103, II, do Regimento Interno desta Corte atualizado pela Resolução nº 100/TCE-RO/2012 e pela Portaria nº 1.162/2012, ao Senhor Lázaro Rodrigues Teixeira, Secretário Municipal de Administração, no valor de R$ 16.250,00 (dezesseis mil, duzentos e cinquenta reais), correspondente ao somatório das irregularidades de graves ofensas à ordem legal evidenciadas no item 2, alíneas "a" a "d", item 9, alínea "a", item 12, alíneas "a" a "i", retro, em razão de seu caráter educativo, por força do conteúdo didático da sanção;

VII - Aplicar multa individual, com fulcro no artigo 55, II, da Lei Complementar nº 154/96 c/c os artigos 25, II, e 103, II, do regimento Interno desta Corte atualizado pela Resolução nº 100/TCE-RO/2012 e pela Portaria nº 1.162/2012, ao Senhor Fábio Pereira Mesquita Muniz, Secretário Municipal de Educação, no valor de R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais), correspondente ao somatório das irregularidades de graves ofensas à ordem legal evidenciadas no item 5, alíneas "a" a "g"; item 8, alínea "a"; item 9, alínea "a"; item 10, alínea "a"; item 11, alínea "a"; item 12, alíneas "a" a "i", retro, em razão de seu caráter educativo, por força do conteúdo didático da sanção;

VIII - Aplicar multa individual, com fulcro no artigo 55, II, da Lei Complementar nº 154/96 c/c os artigos 25, II, e 103, II, do Regimento Interno desta Corte atualizado pela Resolução nº 100/TCE-RO/2012 e pela Portaria nº 1.162/2012, ao Senhor Gilson Cabral da Costa, Contador, no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), correspondente ao somatório das irregularidades de graves ofensas à ordem legal evidenciadas no item 13, alínea "a"; e item14, alínea "a", retro, em razão de seu caráter educativo, por força do conteúdo didático da sanção;

IX - Aplicar multa individual, com fulcro no artigo 55, II, da Lei Complementar nº 154/96 c/c os artigos 25, II, e 103, II, do regimento Interno desta Corte atualizado pela Resolução nº 100/TCE-RO/2012 e pela Portaria nº 1.162/2012, aos Senhores (as): Glides Banega Justiniano (Secretário Municipal de Fazenda); Orlando Ibanes Cuellar (Secretário Municipal de Planejamento, Ciências e Tecnologia); Glebson Gonçalves da Silva (Secretário Municipal de Saúde); Altair Ortiz (Presidente CPL); Mauro Arroio Pereira (Diretor Departamento de Arrecadação); e Ailude Ferreira da Silva (Secretária Municipal de Educação), no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), correspondente ao somatório das irregularidades de graves ofensas à ordem legal evidenciadas no item 03, alíneas "a" a "c"; item 04, alíneas "a" e "b"; item 08, alínea "a"; item 09, alínea "a"; item 10, alínea "a"; item 11, alínea "a"; item 12, alíneas "a" a "h"; item 13, alínea "a"; e, item 15 alínea "a", retro, em razão de seu caráter educativo, por força do conteúdo didático da sanção;

X - Aplicar multa individual, com fulcro no artigo 55, II, da Lei Complementar nº 154/96 c/c os artigos 25, II, e 103, II, do Regimento Interno desta Corte atualizado pela Resolução nº 100/TCE-RO/2012 e pela Portaria nº 1.162/2012, aos Senhores: Marcelo Ramos Zomerfeld; Pedro Soli Neto e Marcio Franke, membros da Comissão de Licitação, no valor de R$ 1.250,00 (mil, duzentos e cinquenta reais), correspondente ao somatório das irregularidades de graves ofensas à ordem legal evidenciadas no item 9, alínea "a"; item11, alínea "a"; e item 15 alínea "a", retro, em razão de seu caráter educativo, por força do conteúdo didático da sanção;

XI - Determinar, via ofício, à gestão atual da Prefeitura Municipal de Costa Marques, sob pena de multa insculpida no artigo 55, IV, da Lei Complementar nº 154/96, que:

a) adote medidas visando medidas para aperfeiçoamento das rotinas de controles administrativos e de providências objetivando o fortalecimento e eficiência do Controle Interno;

b) adote medidas para que seja efetivada no Almoxarifado normatização,

regulamentação e efetivo controle dos materiais e produtos;

c) proceda à compra ou à locação de imóvel, somente utilizando o art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93, quando identificar um imóvel específico cujas instalações e localização evidenciem que ele é o único que atende o interesse da Administração, fato que deverá estar devidamente demonstrado no respectivo Processo Administrativo;

d) abstenha de efetuar despesas sem a devida comprovação documental válida, em estrita observância aos ditames da Lei nº 4.320/1964;

e) Adote providências, por meios administrativos, visando o ressarcimento aos cofres públicos do montante de R$ 444,57 (quatrocentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos) pagos indevidamente aos servidores Ceir de Andrade, Ailude Ferreira da Silva e Cleiton Souza Xavier, devidamente corrigido, comprovando a regularização perante esta Corte de Contas.

XII - Recomendar ao Presidente da Câmara Municipal de Costa Marques para que, na fixação dos subsídios dos agentes políticos do Poder Executivo, observe o disposto nos artigos 29, V, §4º do artigo 39 e inciso X do artigo 37, notadamente quanto à necessária fixação, por lei, em seu sentido formal;

XIII - Fixar o prazo de 15 (quinze) dias a contar da publicação deste Acórdão no Diário Oficial eletrônico desta Corte – DOeTCE-RO, para que os responsáveis recolham a importância consignada no item III, devidamente atualizada, à conta única do Tesouro do Município de Costa Marques/RO, e, dos itens IV a X, ao Fundo de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – FDI/TC, em conformidade com o art. 3°, inciso III, da Lei Complementar 194/97;

XIV - Autorizar, caso não ocorrido o recolhimento no prazo estipulado dos débitos e das multas mencionados acima, a emissão dos respectivos Títulos Executivos e as consequentes cobranças judiciais, em conformidade com o art. 27, II, da Lei Complementar nº 154/96 c/c o art. 36, II, do Regimento Interno, sendo que nos débitos incidirão a correção monetária e os juros de mora (art. 19 da Lei Complementar nº 154/96) a partir do fato ilícito (julho de 2009), na multa, apenas a correção monetária (art. 56 da Lei Complementar nº 154/96);

XV - Encaminhar ao Ministério Público Estadual cópia destes autos;

XVI - Determinar a juntada de cópia deste Acórdão aos autos nº 1289/2011 – que tratam da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Costa Marques, referente ao exercício de 2009;

XVII - Dar ciência deste Acórdão aos Senhores Rauly Gonçalves de Souza e José Maurício da Silva, Vereadores de Costa Marques em face da Representação sobre possíveis irregularidades cometidas pela Administração Municipal de Costa Marques (Proc. nº 0860/2010);

XVIII - Dar ciência deste Acórdão, via Diário Oficial Eletrônico-DOeTCE-RO, aos responsáveis identificados no cabeçalho, ficando registrado que o seu inteiro teor estará disponível no sítio eletrônico deste Tribunal (www.tce.ro.gov.br);

XIX - Determinar ao Departamento do Pleno desta Corte de Contas que seja acompanhado o devido cumprimento aos termos do presente Acórdão;

XX - Atendidas todas as exigências contidas neste Acórdão, arquivar os autos.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA (Relator), FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 15 de outubro de 2015.

VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE-RO
Nº 1024 DE 3 / 11 / 2015

Luciana Moreira Santos
Assistente de Gabinete
Cadastro nº 990634

PROCESSO Nº: 0373/2015
UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO – AO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 018/2014/PMA COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR DE URGÊNCIA
REPRESENTANTE: SANECOL – SANEAMENTO AMBIENTAL E ECOLÓGICO LTDA CNPJ Nº 08.864.823/0001-77
RESPONSÁVEIS: LORIVAL RIBEIRO DE AMORIM – CPF 244.231.656-00 PREFEITO MUNICIPAL DE ARIQUEMES/RO
APARECIDA FERREIRA DE ALMEIDA SOARES – CPF 523.175.101-44 - PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RELATOR: CONSELHEIRO VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA

ACÓRDÃO Nº 118/2015 - PLENO

ADMINISTRATIVO. REPRESENTAÇÃO. CONSTITUCIONAL. REPRESENTAÇÃO. CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 018/2014/PMA. MUNICÍPIO DE ARIQUEMES. EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL REGISTRADO NO CREA. PREVISÃO LEGAL. INTERPRETAÇÃO DO ART. 30, II, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. IMPROCEDÊNCIA.
1. Não se comete violação ao caráter competitivo do certame, quando, em procedimento licitatório, exige-se comprovação, em nome da empresa proponente, de atestados técnicos emitidos pelo Poder Público ou por entidade privada, devidamente certificados pela entidade profissional competente;
2. Representação improcedente.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Representação em face do Edital de Concorrência Pública nº 018/2014/PMA, formulado pela empresa Sanecol Saneamento Ambiental e Ecológico Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 08.864.823/0001-77, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, por unanimidade de votos, em:

I - Conhecer da Representação formulada pela empresa Sanecol Saneamento Ambiental e Ecológico Ltda., sobre possível irregularidade no item 18.5.4.1 do Edital de Concorrência Pública nº 018/2014/PMA, que exige que o atestado de capacidade técnico-operacional possua registro no Crea, uma vez que foram preenchidos os pressupostos processuais aplicáveis à matéria, como disciplinado pelos artigos 50 e 52-A, VII, da Lei Complementar nº 154/96 e artigos 80 e 82-A, VII, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ambos combinados com o art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93;

II - Considerar improcedente a Representação, pois os fatos narrados pela empresa Sanecol Saneamento Ambiental e Ecológico Ltda. não constituem ilegalidades, tal como disposto nos fundamentos deste Acórdão;

III - Dar conhecimento deste Acórdão, com a publicação no Diário Oficial eletrônico desta Corte – DOeTCE-RO, à empresa representante: Sanecol Saneamento Ambiental e Ecológico Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 08.864.823/0001-77, com sede na Rua Dona Arcília, nº 155, bairro Santa Isabel, na cidade de Resende – RJ, neste ato representada pelo Senhor Luis Fernando Cardoso Rezende, bem como ao Senhor Lorival Ribeiro de Amorim – Prefeito Municipal de Ariquemes/RO e à Senhora Aparecida Ferreira de Almeida Soares – Presidente da Comissão Permanente de Licitação, por intermédio da Procuradoria-Geral do Município de Ariquemes – RO, informando-lhes da disponibilidade do inteiro teor no site: www.tce.ro.gov.br;

IV - Apensar os presentes autos ao Processo nº 04017/14 – TCE/RO, que trata da análise de legalidade do Edital de Concorrência Pública nº 018/2014-PMA, para fins de aproveitamento informativo das peças processuais; e

V - Determinar ao Departamento do Pleno que adote as medidas administrativas e legais visando ao cumprimento desta Decisão.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA (Relator), VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 15 de outubro de 2015.

VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1024 DE 3 / 11 / 2015

Tatiana Horeay Santos
Assistente de Gabinete
Cadastro nº 000634

PROCESSO Nº: 4000/2009
UNIDADE MUNICÍPIO DE BURITIS
ASSUNTO: AUDITORIA INTERNA – ANÁLISE DA EXECUÇÃO DA DESPESA DA GESTÃO DE 2008, CONVERTIDA EM TCE (DECISÃO Nº 63/2010)
RESPONSÁVEIS: JOSÉ ALFREDO VOLPI – CPF Nº 242.390.702-87
EX-PREFEITO MUNICIPAL
PAULO DOS SANTOS SILVA – CPF Nº 060.824.592-53
EX-SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA
ELIAS DA SILVA – CPF Nº 499.165.212-04
CONTROLADOR INTERNO
JOSÉ GOMES DE OLIVEIRA – CPF Nº 097.277.876-49
EX-SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS
VÁGUIDO SOARES DE PAULA – CPF Nº 497.489.802-78, CLEUSA FERREIRA DA SILVA EFFIGEN – CPF Nº 510.649.362-53, LAÉRCIO DE OLIVEIRA – CPF Nº 348.640.082-72, JOSÉ MÁRCIO ANDRÉ – CPF Nº 576.255.736-72, ROBERTA GARCIA PARREIRA – CPF Nº 298.327.528-09, SILVANI LIMA SILVA – CPF Nº 387.139.422-04, JOSIANE DA SILVA ALVES – CPF Nº 068.365.357-10, IRINEU DOMINGOS VICENTINI – CPF Nº 323.663.709-97, TODOS SERVIDORES
RELATOR: CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

ACÓRDÃO Nº 119/2015 - PLENO

AUDITORIA INTERNA REALIZADA NO MUNCÍPIO DE BURITIS, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2008. CONSTATADA A OCORRÊNCIA DE INDÍCIOS DE VÁRIAS FALHAS COM DANO. IRREGULARIDADES CONSUMADAS, INCLUSIVE COM DANO. JULGAMENTO PELA IRREGULARIDADE DA TCE. IMPUTAÇÃO DE DÉBITO E APLICAÇÃO DE MULTA.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Auditoria Interna realizada pelo Poder Executivo de Buritis, para apurar eventual irregularidade ocorrida no exercício de 2008, posteriormente convertida em Tomada de Contas Especial, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro PAULO CURI NETO, por unanimidade de votos, em:

I - Julgar irregular a presente Tomada de Contas Especial do Município de Buritis, exercício de 2008, com fulcro no art. 16, VI, "b" e "c", da Lei Complementar n°. 154/96, em relação aos Senhores José Alfredo Volpi, Prefeito; Paulo dos Santos Silva, Secretário Municipal de Fazenda; Elias da Silva, Controlador Interno; José Gomes de Oliveira, Secretário Municipal de Obras; e os servidores públicos Váguido Soares de Paula, Laércio de Oliveira, José Márcio André, Roberta Garcia Parreira e Silvani Lima Silva, em razão das seguintes graves ilegalidades:

a) de responsabilidade do Senhor Váguido Soares de Paula: irregularidade danosa ao erário no valor de R$ 4.383,71 (quatro mil, trezentos e oitenta e três reais e setenta e um centavos), consubstanciada na omissão no dever de prestar contas das diárias recebidas (item 1.3);

b) de responsabilidade dos Senhores Laércio de Oliveira e Elias da Silva: irregularidade danosa ao erário, consubstanciada na omissão no dever de prestar contas das diárias recebidas (item 1.2);

c) de responsabilidade dos Senhores José Márcio André e Elias da Silva: irregularidade danosa ao erário, consubstanciada na omissão no dever de prestar contas das diárias recebidas (item 1.4);

d) de responsabilidade da Senhora Roberta Garcia Parreira: irregularidade danosa ao erário no valor de R$ 1.292,03 (mil duzentos e noventa e dois reais e três centavos), consubstanciada na omissão no dever de prestar contas das diárias recebidas (item 1.5);

e) de responsabilidade da Senhora Silvani Lima Silva: irregularidade danosa ao erário no valor de R$ 4.968,21 (quatro mil, novecentos e sessenta e oito reais e vinte e um centavos), consubstanciada na omissão no dever de prestar contas das diárias recebidas (item 1.6);

f) de responsabilidade dos Senhores José Alfredo Volpi e Paulo dos Santos Silva: irregularidade danosa ao erário no valor de R$ 21.398,03 (vinte e um mil, trezentos e noventa e oito reais e três centavos), em decorrência do pagamento de despesa sem a devida liquidação (item 3.1);

g) de responsabilidade dos Senhores José Alfredo Volpi e Paulo dos Santos Silva: irregularidade danosa ao erário no valor de R$ 35.526,21 (trinta e cinco mil, quinhentos e vinte e seis reais e vinte e um centavos), em decorrência do pagamento de despesa sem a devida liquidação (item 3.2);

h) de responsabilidade do Senhor José Alfredo Volpi e José Gomes de Oliveira: utilização de modalidade licitatória inferior à preceituada pela legislação, por intermédio do fracionamento de despesa com a aquisição de materiais elétricos (processos administrativos n° 428/08 e n° 429/08), para atender a Secretaria Municipal de Obras; e

i) de responsabilidade do Senhor José Alfredo Volpi: anulação, sem justificativa, de despesa liquidada no final do exercício.

II - Imputar o débito no valor R$ 4.383,71 (quatro mil, trezentos e oitenta e três reais e setenta e um centavos), com fulcro no artigo 19 da Lei Complementar n° 154/96, ao Senhor Váguido Soares de Paula, em decorrência da omissão no dever de prestar contas nos processos de diárias (1.3);

III - Imputar o débito no valor R$ 584,50 (quinhentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos), com fulcro no artigo 19 da Lei Complementar n° 154/96, ao Senhor Laércio de Oliveira, em decorrência da omissão no dever de prestar contas nos processos de diárias (item 1.3);

IV - Imputar o débito no valor de R$ 876,02 (oitocentos e setenta e seis reais e dois centavos), com fulcro no artigo 19 da Lei Complementar n° 154/96, ao Senhor Laércio de Oliveira, solidariamente, com o Senhor Elias da Silva, em decorrência da omissão no dever de prestar contas nos processos de diárias. Esse último deve responder por ter autorizado o pagamento ilegal (item 1.3);

V - Imputar o débito no valor de R$ 7.598,69 (sete mil, quinhentos e noventa e oito reais e sessenta e nove centavos), com fulcro no artigo 19 da Lei Complementar n° 154/96, ao Sr. José Márcio André, em decorrência da omissão no dever de prestar contas nos processos de diárias (item 1.4);

VI- Imputar o débito no valor de R$ 1.168,99 (mil cento e sessenta e oito reais e noventa e nove centavos), com fulcro no artigo 19 da Lei Complementar no 154/96, ao Senhor José Márcio André, solidariamente, com o Senhor Elias da Silva, em decorrência da omissão no dever de prestar contas nos processos de diárias. Esse último deve responder por ter autorizado o pagamento ilegal (item 1.4);

VII - Imputar o débito no valor R$ 1.292,03 (um mil, duzentos e noventa e dois reais e três centavos), com fulcro no artigo 19 da Lei Complementar n° 154/96, à Senhora Roberta Garcia Parreira, em decorrência da omissão no dever de prestar contas nos processos de diárias (item 1.5);

VIII - Imputar o débito no valor R$ 4.968,21 (quatro mil, novecentos e sessenta e oito reais e vinte e um centavos), com fulcro no artigo 19 da Lei Complementar n° 154/96, à Senhora Silvani Lima Silva, em decorrência da omissão no dever de prestar contas nos processos de diárias (item 1.6);

IX - Imputar o débito no valor de R$ 21.398,03 (vinte e um mil, trezentos e noventa e oito reais e três centavos), com fulcro no artigo 19 da Lei Complementar n° 154/96, ao Senhor José Alfredo Volpi, solidariamente, com o Senhor Paulo dos Santos Silva, em decorrência do pagamento de despesa sem a devida liquidação - processo administrativo n° 871108 (item 3.1);

X - Imputar o débito no valor de R$ 35.526,21 (trinta e cinco mil, quinhentos e vinte e seis reais e vinte e um centavos), com fulcro no artigo 19 da Lei Complementar n° 154/96, ao Senhor José Alfredo Volpi, solidariamente, com o Senhor Paulo

dos Santos Silva, em decorrência do pagamento de despesa sem a regular liquidação -processo administrativo n° 519/08 (item 3.2);

XI - Aplicar multa individual no valor de R$ 1.182,21 (mil, cento e oitenta e dois reais e vinte e um centavos), correspondente ao percentual de dez por cento do débito do item IX (sem a incidência dos juros de mora), aos Senhores José Alfredo Volpi e Paulo dos Santos Silva, em virtude de terem concorrido para a irregularidade danosa (3.1), com arrimo no artigo 54 da Lei Complementar n° 154/96;

XII - Aplicar multa individual no valor de R$ 1.962,77 (mil novecentos e sessenta e dois reais e setenta e sete centavos), correspondente ao percentual de dez por cento do débito do item X (sem a incidência dos juros de mora), aos Senhores José Alfredo Volpi e Paulo dos Santos Silva, em virtude de terem concorrido para a irregularidade danosa (3.2), com arrimo no artigo 54 da Lei Complementar n° 154/96;

XIII - Aplicar multa individual no valor de R$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais), ao Senhores José Alfredo Volpi, em virtude do cancelamento injustificado de despesa liquidada no fim do exercício financeiro (04), com arrimo no artigo 55, II, da Lei Complementar n° 154/96;

XIV- Aplicar multa individual no valor de R$ 1.250,00 (mil, duzentos e cinquenta reais) ao Senhor José Gomes de Oliveira, e a multa individual no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) ao Senhor José Alfredo Volpi, com arrimo no artigo 55, II, da Lei Complementar n° 154/96, em virtude da utilização de modalidade licitatória inferior à preceituada pela legislação, por intermédio do fracionamento de despesa com a aquisição de materiais elétricos (processos administrativos n° 428/08 e n° 429/08), para atender a Secretaria Municipal de Obras. A pena do Senhor José Alfredo Volpi deve ser fixada acima do mínimo, em decorrência do seu maior comprometimento, tendo em vista que, para a consumação da irregularidade, ele praticou atos alheios as suas atribuições. Conforme relatado no tópico 4.1. 1, o imputado avocou a competência e autorizou a abertura dos certames na modalidade convite, sem manifestação da CPL nesse sentido;

XV - Advertir que os débitos (II a X) deverão ser recolhidos à conta única do tesouro municipal de Buritis e as multas (XI a XIV) ao Fundo de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas, na conta corrente n° 8358-5, agência n° 2757-X do Banco do Brasil, com fulcro no artigo 25 da Lei Complementar n° 154/96;

XVI - Fixar o prazo de 15 (quinze) dias para o recolhimento dos débitos e multas cominados, contado da notificação dos responsáveis, com fulcro no art. 31, III, "a", do Regimento Interno;

XVII - Autorizar, caso não verificado o recolhimento dos débitos e multas mencionados acima, a formalização dos respectivos títulos executivos e as cobranças TCE-RO judiciais, em conformidade com o art. 27, II da Lei Complementar n° 154/96 c/c o art. 36, li, do Regimento Interno, sendo que nos débitos incidirão a correção monetária e os juros de mora (art. 19 da Lei Complementar n° 154/96) a partir do fato ilícito (dezembro de 2008), nas multas, apenas a correção monetária (artigo 56 da Lei Complementar n° 154/96);

XVIII - Dar ciência deste Acórdão, via Diário Oficial, aos responsáveis identificados no cabeçalho, ficando registrado que o voto e o parecer do Ministério Público de Contas, em seu inteiro teor, encontram-se disponíveis para consulta no sítio eletrônico desta Corte (www.tce.ro.gov.br);

XIX - Sobrestar os autos no Departamento do Pleno para o acompanhamento do cumprimento integral do Acórdão; e

XX - Arquivar os autos depois de adotadas as medidas pertinentes.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO (Relator), WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 15 de outubro de 2015.

PAULO CURI NETO
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA
PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1030 DE 11 / 11 / 2015
Servidor (a) _____
Cadastradora da Diretoria de Coordenação e Julgamento

PROCESSO Nº: 1742/2005
INTERESSADA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
UNIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
ASSUNTO: FISCALIZAÇÃO DE ATOS E CONTRATOS – CONVÊNIO Nº 91/90-PGE – CELEBRADO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA E A SOCIEDADE BENEFICENTE TANCREDO NEVES, COM A INTERVENIÊNCIA DA SEPLAN
RESPONSÁVEIS: JOSÉ SIMÃO COSTI FILHO – SECRETÁRIO DA SEPLAN À ÉPOCA - CPF Nº 154.182.780-53
PALMIRA JOSÉ DE SOUZA – PRESIDENTE DA SOCIEDADE BENEFICENTE TANCREDO NEVES À ÉPOCA – CPF Nº 117.864.501-00
RELATOR: CONSELHEIRO FRANCISCO CARVALHO DA SILVA

ACÓRDÃO Nº 120/2015 - PLENO

Poder Executivo Estadual. Convênio celebrado em 1990 com a Sociedade Beneficente Tancredo Neves. Julgado em 1994 irregular com imputação de débito e multa, sem a conversão em contas. Acórdão n° 05/94. Nulidade absoluta. Ofensa aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa Fatos ocorridos no exercício de 1990. Inviabilidade da retomada da instrução processual para conversão do processo em Tomada de Contas Especial. Transcurso de mais de 25 (vinte e cinco) anos desde os fatos. Observância dos princípios da segurança jurídica, da razoabilidade, da proporcionalidade, da economicidade e da razoável duração do processo. Baixa de Responsabilidade. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de análise do Convênio n° 91/1990-PGE1, firmado entre o Governo do Estado de Rondônia e a Sociedade Beneficente Tancredo Neves, com a interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, destinado a atender despesas com o atendimento de projetos sociais, no exercício de 1990, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I - Declarar nulo o Acórdão n° 05/1994-Pleno, em razão da inobservância do devido processo legal, por se ter julgado irregular a aplicação dos recursos oriundos do Convênio n° 91/90 com imputação de débito e multa, sem se tratar de contas, havendo ausência de definição de responsabilidade e citação, cerceando, assim, o direito de defesa da Senhora Palmira José de Souza, ex-presidente da Sociedade Beneficente Tancredo Neves;

II - Reconhecer, com fundamento nos princípios da segurança jurídica, razoabilidade, proporcionalidade, economicidade e razoável duração do processo, a inviabilidade da retomada da instrução processual, tendo em vista o decurso de 25 (vinte e cinco) anos desde a ocorrência dos fatos, uma vez que retira a oportunidade de oferecer o adequado contraditório e as condições de exercício da ampla defesa, consectários do princípio do devido processo legal;

III - Determinar ao Departamento do Pleno que dê baixa na responsabilidade da Senhora Palmira José de Souza, com relação aos registros oriundos do Acórdão n° 05/1994-Pleno;

IV - Dar ciência, via Diário Oficial, do teor deste Acórdão aos interessados, ficando registrado que o Voto, em seu inteiro teor, está disponível no sítio deste Tribunal (www.tce.ro.gov.br); e

V - Determinar ao Departamento do Pleno que, depois de adotadas as medidas regimentais cabíveis, sejam os presentes autos arquivados.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA (Relator), PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA e BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS. O Conselheiro VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA declarou-se impedido, nos termos do artigo 134, II do Código de Processo Civil.

Porto Velho/RO, 29 de outubro de 2015.

FRANCISCO CARVALHO DA SILVA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1030 DE 11 / 11 / 2015
Servidor (a) _____
Cristiela Breda Sanches Modesto
Subdiretora da Diretoria de Coordenação e Julgamento
Cadastro 000688

PROCESSO Nº: 3797/2011
UNIDADE: PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CORUMBIARA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO - POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA EM POSTOS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CORUMBIARA
INTERESSADO: JEFFERSON NOGUEIRA DA MATTA – PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORUMBIARA
RESPONSÁVEIS: SILVINO ALVES BOAVENTURA – PREFEITO MUNICIPAL, EXERCÍCIO DE 2008-2012 - CPF Nº 203.727.442-49
DEOCLECIANO FERREIRA FILHO – PREFEITO MUNICIPAL, EXERCÍCIO 2013 - CPF Nº 499.306.2012-53
ADRIANO TEIXEIRA VIEIRA – PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES MUNICIPAL - CPF Nº 055.218.609-08
EMPRESA CONSTRUTORA JOÃO DE BARRO LTDA. - CNPJ Nº 02.364.225/0001-52
RELATOR: CONSELHEIRO FRANCISCO CARVALHO DA SILVA

ACÓRDÃO Nº 121/2015 - PLENO

Representação. Poder Executivo do Município de Corumbiara. Irregularidades na contratação de empresa para reforma em Postos de Saúde. Vício na publicação do aviso de licitação e da alteração do edital. Ausência de previsão para tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte. Não comprovação do recolhimento da contribuição previdenciária, relativo à mão de obra contratada. Ausência de documento nomeando fiscal para a execução do contrato. Prorrogações sucessivas, sem justificativa. Não aplicação de penalidade à empresa contratada. Ausência da ART da obra. Ausência do Termo de recebimento provisório e definitivo. Conhecimento. Procedência. Multa. Determinação.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Representação formulada pelo Senhor Jefferson Nogueira da Matta, presidente do Conselho Municipal de Saúde de Corumbiara, sobre possíveis irregularidades na contratação de empresa para reforma em Postos de Saúde no Município de Corumbiara, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I – Determinar à Divisão de Documentação e Protocolo – DDP a retificação na capa do processo e no sistema de protocolo, substituindo o termo "Denúncia" por "Representação";

II – Conhecer, em preliminar, da Representação formulada pelo Senhor Jefferson Nogueira da Matta – Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Corumbiara, sobre possíveis irregularidades no Processo Administrativo nº 794/2010 (fls. 19/655), referente à contratação da empresa Construtora João de Barro Ltda. (CNPJ nº 02.364.225/0001-52) pelo Poder Executivo do Município de Corumbiara, para reforma dos Postos de Saúde dos Distritos de Alto de Guarajus e de Vitória da União, visto preencher os requisitos de admissibilidade insertos no artigo 80, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

III – Multar em R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) o Senhor Silvino Alves Boaventura - CPF nº 203.727.442-49, Ex-Prefeito Municipal de Corumbiara, com fulcro no artigo 55, inciso II, da Lei Complementar nº 154/96, pela publicação extemporânea do aviso de licitação no DOE/RO, por não publicar a alteração do edital nos mesmos meios em que foi veiculado o aviso de licitação, não fazer menção no edital ao tratamento diferenciado a ser dispensado às microempresas e empresas de Pequeno Porte, não comprovar o recolhimento previdenciário relativo à mão de obra utilizada na execução do contrato, não constar Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, não designar, formalmente, fiscal da obra, prorrogar sucessivamente sem justificativas o prazo de entrega e por não constar os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo da obra; fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que proceda ao recolhimento à conta do Fundo de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas, na forma do artigo 3º, III, da Lei Complementar nº 194/1997;

IV – Multar em R$ 1.620,00 (mil seiscentos e vinte reais) o Senhor Adriano Teixeira Vieira - CPF nº 055.218.609-08, Ex-Presidente da Comissão Permanente de Licitação, com fulcro no artigo 55, inciso II, da Lei Complementar nº 154/96, pela publicação extemporânea do aviso de licitação no DOE/RO, por não publicar a alteração do edital nos mesmos meios em que foi veiculado o aviso de licitação, e por não fazer menção no edital ao tratamento diferenciado a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte; fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que proceda ao recolhimento à conta do Fundo de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas, na forma do artigo 3º, III, da Lei Complementar nº 194/1997;

V – Autorizar desde já que, após o trânsito em julgado e sem que ocorra o recolhimento das multas consignadas nos itens III e IV acima, seja iniciada cobrança judicial nos termos do artigo 27, II, da Lei Complementar nº 154/96, combinado com o artigo 36, II, do Regimento Interno desta Corte;

VI – Determinar ao atual Prefeito do Município de Corumbiara que, sob pena de aplicação de multa, nos termos do art. 55, inciso VII, da Lei nº 154/96, nas futuras contratações de obras e serviços de engenharia, observe as disposições das Leis Federais

nº 8.666/93 e 4.320/64, exija a comprovação do cadastro da obra na Previdência Social e dos recolhimentos das contribuições previdenciárias na matrícula da obra, antes do pagamento das contraprestações, bem como a Anotação de Responsabilidade Técnica da Obra –ART e estabeleça critérios para liquidação de despesa com serviços, nos termos dos arts. 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/64, como a nomeação de comissão específica para recebimento do objeto contratado, a fim de evitar que sejam pagos serviços efetivamente não prestados ou de má qualidade;

VII - Determinar ao atual Prefeito do Município de Corumbiara que adote as medidas cabíveis a fim de que as obrigações assumidas pela Empresa João de Barro Ltda. no Contrato nº 096/2010 e seus aditivos sejam cumpridas na sua integralidade, se assim não o foram, não se podendo olvidar, para tanto, da garantia legal quinquenal preconizada pelo art. 618 do Código Civil e em consonância com o art. 73, §2º, da Lei n. 8.666/93, fixando-se prazo razoável para comprovação das providências adotadas, sob pena de multa e responsabilidade solidária por eventuais danos, se constatados em fiscalização futura;

VIII – Determinar ao Controle Interno daquele Município de Corumbiara quanto ao dever-poder de fiscalizar a observância das determinações dos itens VI e VII;

IX - Dar ciência, via Diário Oficial, do teor deste Acórdão aos interessados;

X - Notificar, via Ofício, o atual Prefeito do Município de Corumbiara para atendimento dos itens VI e VII e o Diretor do Controle Interno daquele município Corumbiara para atendimento do item VIII, cientificando-os que a notificação diz respeito apenas ao cumprimento da decisão nos itens especificados, não estando sua ciência vinculada à contagem do prazo para interposição de recurso, uma vez que esse se dá pela publicação da decisão no Diário Oficial eletrônico desta Corte, conforme Lei Estadual nº 749/2013; e

XI – Determinar ao Departamento do Pleno que, depois de adotadas as providências de praxe e exaurida a tramitação, sejam os autos arquivados.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA (Relator), PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA e BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 29 de outubro de 2015.

FRANCISCO CARVALHO DA SILVA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA
PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1030 DE 11 / 11 / 2015
Servidor (a) _____
Subdiretora da Diretoria de Coordenação e Julgamento
Cadastro 000688

PROCESSO Nº: 4699/2012
UNIDADE: PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CORUMBIARA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO SOBRE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL POR PARTE DO MUNICÍPIO DE CORUMBIARA
REPRESENTANTE: FRADEMA CONSULTORES TRIBUTÁRIOS LTDA. CNPJ Nº 32.121.543/0001-53
RESPONSÁVEIS: SILVINO ALVES BOAVENTURA – PREFEITO MUNICIPAL – CPF Nº 203.727.442-49
JOSÉ ALVES DA SILVA – EX-SECRETÁRIO-GERAL – CPF Nº 189.329.163-49
RELATOR: CONSELHEIRO FRANCISCO CARVALHO DA SILVA

ACÓRDÃO Nº 122/2015 - PLENO

Representação. Poder Executivo do Município de Corumbiara. Contratação de serviço de consultoria técnica. Alegação de inadimplemento contratual por parte do ente contratante. Irregularidades apuradas na instrução dos autos e na manifestação ministerial. Procedência parcial. Aplicação de multa. Determinações. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Representação formulada pela Empresa Fradema Consultores Tributários Ltda., sobre inadimplemento contratual por parte do Poder Executivo do Município de Corumbiara, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I – Conhecer da Representação proposta pela Empresa Fradema Consultores Tributários Ltda., por atender aos pressupostos de admissibilidade insculpidos nos artigos 80 e 82-A do Regimento Interno desta Corte de Contas;

II – Considerá-la improcedente quanto ao mérito, diante da ausência de comprovação no sentido de que a obrigação assumida pela Representante tenha sido efetivamente cumprida, bem como em virtude de decisão judicial transitada em julgado sobre a questão, cuja sentença, proferida pelo juízo da 2ª Vara de Cerejeiras – Processo nº 0003063-88.2012.822.0013, anulou, com julgamento do mérito, a Ação de Execução de Título

Extrajudicial promovida pela Empresa Fradema Consultores Tributários Ltda. em face do contrato firmado com o Município de Corumbiara, por ausência de executoriedade do título;

III – Declarar ilegal o contrato firmado entre o Município de Corumbiara e a sociedade empresária Fradema Consultores Tributários Ltda., ante a infringência do artigo 37, *caput* e inciso XXI, da Constituição Federal, artigos 3º, 26 e 38, incisos I ao XII, da Lei Federal nº 8.666/93, e artigos 58, 60, 61 e 85 da Lei Federal nº 4.320/64;

IV – Multar, individualmente, em R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), os Senhores Silvino Alves Boaventura, então Prefeito do Município de Corumbiara (CPF nº 203.727.442-49) e José Alves da Silva, Ex-Secretário Geral do Município (CPF nº 189.329.163-49), com fundamento no artigo 55, II, da Lei Complementar nº 154/1996, em virtude de ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, caracterizado pela assinatura de contrato com infringências legais e constitucionais; fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação da decisão no Diário Eletrônico do TCE/RO, para que proceda ao recolhimento à conta do Fundo de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas, na forma do artigo 3º, III, da Lei Complementar nº 194/1997. Decorrido o prazo ora fixado, sem o devido recolhimento, a multa deverá ser corrigida nos termos da lei;

V – Autorizar, nos termos do artigo 27, II, da Lei Complementar nº 154/96, combinado com o artigo 36, II, do Regimento Interno desta Corte, que, após o transitado em julgado, sem que ocorra o recolhimento da multa acima aplicada, sejam iniciadas as providências para a cobrança judicial;

VI – Determinar ao atual Prefeito Municipal de Corumbiara, Senhor Deocleciano Ferreira Filho (CPF nº 499.306.212-53), que observe as exigências legais que disciplinam os procedimentos licitatórios, os gastos públicos e a transparência da gestão pública e não incorra nas mesmas falhas identificadas nos autos, sob pena de aplicação de multa coercitiva, sem prejuízo de outras cominações legais;

VII – Notificar, via ofício, o atual Prefeito Municipal de Corumbiara, Senhor Deocleciano Ferreira Filho (CPF nº 499.306.212-53), para observância da determinação contida no item anterior, cientificando-o de que a notificação diz respeito apenas ao cumprimento da decisão no item especificado, não estando sua ciência vinculada à contagem do prazo para interposição de eventual recurso, uma vez que este se dá pela publicação da decisão no Diário Oficial eletrônico desta Corte, conforme Lei Estadual nº 749/2013;

VIII – Dar ciência, via Diário Eletrônico do TCE-RO, do teor deste Acórdão aos interessados, inclusive para efeito de contagem de prazos recursais, conforme dispõe a Lei Complementar nº 749/13;

IX – Remeter cópia desta Representação ao Ministério Público Estadual para as providências que entender cabíveis; e

X – Determinar ao Departamento do Pleno que, adotadas as medidas de praxe, sejam os autos arquivados.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA (Relator), PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA e

BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 29 de outubro de 2015.

FRANCISCO CARVALHO DA SILVA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA
PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

Fl. nº _____
Proc. nº 2759/2007
_____
DP/SPJ

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1027 DE 6 / 11 / 2015
Tatiana Horeay Santos
Assistente de Gabinete
Cadastro nº 990634

PROCESSO Nº:	2759/2007
UNIDADE:	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL
ASSUNTO:	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – CONTRATO Nº 206/PGE/2006
INTERESSADO:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO (5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO VELHO)
RESPONSÁVEIS:	AUGUSTINHO PASTORE - CPF Nº 400.690.289-15 SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL ERISMAR MOREIRA DA SILVA - CPF Nº 049.914.433-34 COORDENADOR TÉCNICO CLETHO MUNIZ DE BRITO - CPF Nº 441.851.706-53 SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL WILSON BONFIM ABREU - CPF Nº 113.256.822-68 GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS EUGÊNIO PACELLI MARTINS - CPF Nº 209.616.691-87 GERENTE DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL LUIZ CLÁUDIO FERNANDES - CPF Nº 820.864.788-87 GERENTE DO NÚCLEO DE SENSORIAMENTO REMOTO CARLITO LUCENA CAVALCANTE - CPF Nº 110.227.281-72 GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS JOSÉ RICARDO ORRIGO GARCIA - CPF Nº 329.059.121-20 DIRETOR-PRESIDENTE DA TECNOMAPAS LTDA. EDSON LUIS DUARTE TEIXEIRA - CPF Nº 429.165.501-00 GERENTE REGIONAL DA TECNOMAPAS LTDA. RUY CARLOS FREIRE FILHO - CPF Nº 286.406.672-68 ASSESSOR JURÍDICO NANCI MARIA RODRIGUES DA SILVA - CPF Nº 079.376.362-20 SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL TECNOMAPAS LTDA. - CNPJ Nº 01.544.328/0001-31
ADVOGADOS:	MAGUIS UMBERTO CORREIA – OAB/RO 1214 E ALLAN PEREIRA GUIMARÃES – OAB/RO 1046
RELATOR:	CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

ACÓRDÃO Nº 123/2015 - PLENO

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental. Contrato. Solução integrada. Licença de uso permanente de software. Locação de mão de obra. Achados da fiscalização. Irregularidades graves. Dispensa ilegal de licitação. Despesas sem cobertura contratual e sem prévio empenho. Expressivo dano ao erário. Serviços não executados. Postos de trabalho pagos em quantidade maior do que a fornecida.

Desconsideração da personalidade jurídica. Simulação do procedimento de contratação direta para oficializar um contrato verbal. Participação e conivência de agentes públicos e privados. Fraude para obtenção de vantagens ilícitas. Prévia superestimação do quantitativo de postos de trabalho. Ressarcimento do erário. Responsabilidade solidária. Multa.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Tomada de Contas Especial originária do exame da legalidade da execução do Contrato nº 206/PGE/2006 firmado entre o Estado, por meio da Secretaria do Desenvolvimento Ambiental – Sedam, e a sociedade empresarial Tecnomapas Ltda., como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro PAULO CURI NETO, por unanimidade de votos, em:

I - Rejeitar as questões preliminares arguidas por Augustinho Pastore e Ruy Carlos Freire Filho, Cletho Muniz de Brito, Carlito Lucena Cavalcante, Tecnomapas Ltda. e Edson Luiz Duarte;

II - Rejeitar, em preliminar, o pedido de conversão do julgamento em diligência, formulado por Augustinho Pastore, nos termos do artigo 149, §1º, do Regimento Interno, combinado com o artigo 130 do Código de Processo Civil;

III - Confirmar, em juízo exauriente e definitivo, a tutela de urgência consubstanciada na Decisão nº. 316/2011 – Pleno, ratificando os seus efeitos;

IV - Julgar irregulares as contas do Senhor Augustinho Pastore (Secretário de Estado da Sedam), com imputação de débito, com supedâneo no artigo 16, III, "b" e "c", da Lei Complementar nº 154/96, por haver concorrido com a consumação de dano ao erário no valor histórico de R$ 2.530.946,00 (dois milhões, quinhentos e trinta mil, novecentos e quarenta e seis reais), pelo pagamento das parcelas correspondentes aos meses de outubro de 2006 a dezembro de 2007, em valor superior à remuneração devida e aos serviços prestados, bem como por incorrer em graves infrações: a) aos artigos 3º, 24, IV, 26, parágrafo único, II e III, da Lei nº. 8.666/93 e ao princípio da moralidade (artigo 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988), ao celebrar ilegalmente o Contrato nº. 206/PGE/2006, mediante dispensa de licitação; b) ao artigo 60 da Lei nº. 4.320/64, ao realizar despesas sem prévio empenho, no montante de R$3.655.619,10, correspondente às parcelas executadas no período de novembro, dezembro de 2006, janeiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2007, bem como janeiro, fevereiro e março de 2008; c) ao artigo 60, parágrafo único, da Lei nº. 8.666/93, ao realizar, nos meses de abril de 2007 a março de 2008, despesas sem cobertura contratual, no montante de R$ 3.133.387,80, e proceder ao pagamento mediante reconhecimento de dívida; d) ao artigo 167, II, da CRFB/88, por realizar despesa sem dotação orçamentária suficiente; e) ao artigo 16, II, da Lei Complementar nº 101/2000, por realizar despesa sem a declaração da adequação orçamentária e financeira;

V - Julgar irregulares as contas do Senhor Wilson Bonfim Abreu (Gerente de Administração e Finanças), com imputação de débito, com supedâneo no artigo 16, III, "b" e "c", da Lei Complementar nº. 154/96, por haver concorrido com a consumação de dano ao erário no valor de R$ 2.530.946,00 (dois milhões, quinhentos e trinta mil, novecentos e quarenta e seis reais), pelo pagamento das parcelas correspondentes aos meses de outubro de 2006 a dezembro de 2007, em valor superior à remuneração devida e aos serviços prestados, bem como por incorrer em graves infrações ao artigo 60 da Lei nº. 4.320/64, ao realizar despesas sem prévio empenho, no montante de R$ 3.655.619,10, correspondente às parcelas executadas no período de novembro e dezembro de 2006, janeiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2007, bem como janeiro, fevereiro e março de 2008;

VI - Julgar irregulares as contas do Senhor Cletho Muniz Brito (Secretário de Estado da Sedam) e Senhor Carlito Lucena Cavalcante (Gerente de Administração e Finanças), com imputação de débito, com supedâneo no artigo 16, III, "c", da Lei Complementar nº. 154/96, por haverem concorrido com a consumação de dano ao erário no valor de R$ 481.411,83 (quatrocentos e oitenta e um mil, quatrocentos e onze reais e oitenta e três centavos), pelo pagamento das parcelas contratuais correspondentes aos meses de janeiro a março de 2008, em valor superior à remuneração devida e aos serviços prestados;

VII - Julgar irregulares as contas do Senhor Eugênio Pacelli Martins (Gerente do Núcleo de Desenvolvimento Florestal), Senhor Luiz Cláudio Fernandes (Gerente do Núcleo de Sensoriamento Remoto), Tecnomapas Ltda. (empresa contratada), Senhor José Ricardo Orrigo Garcia (Diretor-Presidente da empresa Tecnomapas Ltda.) e Senhor Edson Luís Duarte Teixeira (Gerente Regional da Tecnomapas Ltda.), com imputação de débito, com supedâneo no artigo 16, III, "c", da Lei Complementar nº. 154/96, por haverem concorrido com a consumação de dano ao erário no valor de R$ 3.012.357,65 (três milhões, doze mil, trezentos e cinquenta e sete reais e sessenta e cinco centavos), pelo pagamento das parcelas contratuais correspondentes aos meses de outubro de 2006 a março de 2008, em valor superior à remuneração devida e aos serviços prestados;

VIII - Julgar irregulares as contas do Senhor Erismar Moreira da Silva (Coordenador Técnico da Sedam) e do Senhor Ruy Carlos Freire Filho (Assessor Jurídico), sem imputação de débito, com supedâneo no artigo 16, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 154/96, por incorrerem em grave infração ao artigo 3º da Lei nº. 8.666/93, ao contribuir para a celebração ilegal do Contrato nº. 206/PGE/2006, mediante dispensa de licitação;

IX - Julgar irregulares as contas do Senhor Ruy Carlos Freire Filho (Assessor Jurídico), sem imputação de débito, com supedâneo nos artigos 16, III, "b", e 19, parágrafo único, da Lei Complementar nº 154/96, por incorrer em grave infração aos artigos 3º e 24, IV, da Lei nº. 8.666/93, ao contribuir para a prorrogação ilegal da execução do Contrato nº. 206/PGE/2006;

X - Condenar, com fulcro no artigo 19 da Lei Complementar nº 154/96, o Senhor Augustinho Pastore, Senhor Wilson Bomfim Abreu (Gerente de Administração e Finanças), Senhor Eugênio Pacelli Martins (Gerente do Núcleo de Desenvolvimento Florestal), Senhor Luiz Cláudio Fernandes (Gerente do Núcleo de Sensoriamento Remoto), Tecnomapas Ltda. (empresa contratada), Senhor José Ricardo Orrigo Garcia (Diretor-Presidente da empresa Tecnomapas Ltda.) e Senhor Edson Luís Duarte Teixeira (Gerente Regional da Tecnomapas

Ltda.) à obrigação solidária de restituir ao erário estadual o valor histórico de R$ 2.530.946,00 (dois milhões, quinhentos e trinta mil, novecentos e quarenta e seis reais), o qual, ao ser corrigido monetariamente e acrescido de juros de mora a partir de maio de 2008 a agosto de 2015, corresponde ao valor presente de R$ 7.379.331,88 (sete milhões, trezentos e setenta e nove mil, trezentos e trinta e um reais e oitenta e oito centavos);

XI - Condenar, com fulcro no artigo 19 da Lei Complementar nº 154/96, o Senhor Cletho Muniz Brito (Secretário de Estado da Sedam), o Senhor Carlito Lucena Cavalcante (Gerente de Administração e Finanças), Senhor Eugênio Pacelli Martins (Gerente do Núcleo de Desenvolvimento Florestal), Senhor Luiz Cláudio Fernandes (Gerente do Núcleo de Sensoriamento Remoto), Tecnomapas Ltda. (empresa contratada), Senhor José Ricardo Orrigo Garcia (Diretor-Presidente da empresa Tecnomapas Ltda.) e Senhor Edson Luís Duarte Teixeira (Gerente Regional da Tecnomapas Ltda.) à obrigação solidária de restituir ao erário estadual o valor histórico de R$ 481.411,83 (quatrocentos e oitenta e um mil, quatrocentos e onze reais e oitenta e três centavos), o qual, ao ser corrigido monetariamente e acrescido de juros de mora a partir de maio de 2008 a agosto de 2015, corresponde ao valor presente de R$ 1.403.624,44 (um milhão, quatrocentos e três mil, seiscentos e vinte e quatro reais e quarenta e quatro centavos);

XII - Condenar o Senhor Augustinho Pastore ao pagamento das seguintes sanções pecuniárias:

a) multa individual, com fulcro no art. 54 da Lei Complementar nº 154/96, no percentual de 30% (trinta por cento) do valor atualizado do débito cominado (sem a incidência dos juros de mora), totalizando R$ 1.183.850,03 (um milhão, cento e oitenta e três mil, oitocentos e cinquenta reais e três centavos), pelo pagamento das parcelas contratuais correspondentes aos meses de outubro de 2006 a março de 2008, em valor superior à remuneração devida e aos serviços prestados;

Valor histórico	Valor corrigido	Percentual	Valor da multa
R$ 2.530.946,00	R$ 3.946.166,78	30%	R$ 1.183.850,03

b) multa individual, com fulcro no artigo 55, I, da Lei Complementar nº. 154/1996, combinado com o artigo 103, I, do Regimento Interno (redação original), no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), pela grave infração aos artigos 3º, 24, IV, 26, parágrafo único, II e III, da Lei nº. 8.666/93 e ao princípio da moralidade (artigo 37, caput, da Constituição Federal de 1988), ao celebrar ilegalmente o Contrato nº. 206/PGE/2006, mediante dispensa de licitação;

c) multa individual, com fulcro no artigo 55, I, da Lei Complementar nº. 154/1996, combinado com o artigo 103, I, do Regimento Interno (redação original), no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), pelas graves infrações ao artigo 167, II, da CRFB/88, ao artigo 60, parágrafo único, da Lei nº. 8.666/93, ao artigo 60 da Lei nº. 4.320/64 e ao artigo 16, II, da Lei Complementar nº. 101/00, ao realizar despesa: a) sem prévio empenho, no montante de R$ 3.916.735,80, correspondente às parcelas executadas no período de novembro e dezembro de 2006, janeiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2007, bem como janeiro, fevereiro e março de 2008; b) sem cobertura contratual, nos meses de abril de 2007 a março de 2008, despesas, no montante de

R$3.133.387,80, e proceder ao pagamento mediante reconhecimento de dívida; c) realizar despesa sem dotação orçamentária suficiente, no mês de agosto de 2007; e d) sem a declaração da adequação orçamentária e financeira.

XIII - Condenar o Senhor Wilson Bomfim Abreu ao pagamento das seguintes sanções pecuniárias:

a) multa individual, com fulcro no art. 54 da Lei Complementar nº 154/96, no percentual de 15% (quinze por cento) do valor atualizado do débito cominado (sem a incidência dos juros de mora), totalizando R$ 591.925,02 (quinhentos e noventa e um mil, novecentos e vinte e cinco reais e dois centavos), pelo pagamento das parcelas contratuais correspondentes aos meses de outubro de 2006 a dezembro de 2007, em valor superior à remuneração devida e aos serviços prestados;

Valor histórico	Valor corrigido	Percentual	Valor da multa
R$ 2.530.946,00	$ 3.946.166,78	15%	R$ 591.925,02

b) multa individual, com fulcro no artigo 55, I, da Lei Complementar nº. 154/1996, combinado com o artigo 103, I, do Regimento Interno (redação original), no valor de R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), pelas graves infrações ao artigo 60 da Lei nº. 4.320/64, ao realizar despesa sem prévio empenho, no montante de R$3.916.735,80, correspondente às parcelas executadas no período de novembro e dezembro de 2006, janeiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2007, bem como janeiro, fevereiro e março de 2008.

XIV - Condenar a Tecnomapas Ltda. (empresa contratada) ao pagamento de multa individual, com fulcro no art. 54 da Lei Complementar nº 154/96, no percentual de 30% (trinta por cento) do valor atualizado do débito cominado (sem a incidência dos juros de mora), totalizando R$ 1.409.030,34 (um milhão, quatrocentos e nove mil, trinta reais e trinta e quatro centavos), pelo pagamento das parcelas contratuais correspondentes aos meses de outubro de 2006 a março de 2008, em valor superior à remuneração devida e aos serviços prestados;

Valor histórico	Valor corrigido	Percentual	Valor da multa
R$ 3.012.357,83	R$ 4.696.767,81	30%	R$ 1.409.030,34

XV - Condenar o Senhor Edson Luís Duarte Teixeira (Gerente Regional da Tecnomapas Ltda.) ao pagamento de multa individual, com fulcro no art. 54 da Lei Complementar nº 154/96, no percentual de 30% (trinta por cento) do valor atualizado do débito cominado (sem a incidência dos juros de mora), totalizando R$ 1.409.030,34 (um milhão, quatrocentos e nove mil, trinta reais e trinta e quatro centavos), pelo pagamento das parcelas contratuais correspondentes aos meses de outubro de 2006 a março de 2008, em valor superior à remuneração devida e aos serviços prestados;

Valor histórico	Valor corrigido	Percentual	Valor da multa
R$ 3.012.357,83	R$ 4.696.767,81	30%	R$ 1.409.030,34

XVI - Condenar o Senhor José Ricardo Orrigo Garcia (Diretor-Presidente da empresa Tecnomapas Ltda.) ao pagamento de multa individual, com fulcro no art. 54 da Lei Complementar nº 154/96, no percentual de 30% (trinta por cento) do valor atualizado do débito cominado (sem a incidência dos juros de mora), totalizando R$ 1.409.030,34 (um milhão, quatrocentos e nove mil, trinta reais e trinta e quatro centavos), pelo pagamento das parcelas contratuais correspondentes aos meses de outubro de 2006 a março de 2008, em valor superior à remuneração devida e aos serviços prestados;

Valor histórico	Valor corrigido	Percentual	Valor da multa
R$ 3.012.357,83	R$ 4.696.767,81	30%	R$ 1.409.030,34

XVII - Condenar o Senhor Cletho Muniz Brito (Secretário de Estado da Sedam) ao pagamento de multa individual, com fulcro no art. 54 da Lei Complementar nº 154/96, no percentual de 10% (dez por cento) do valor atualizado do débito cominado (sem a incidência dos juros de mora), totalizando R$ 75.060,13 (setenta e cinco mil, sessenta reais e treze centavos), pelo pagamento das parcelas contratuais correspondentes aos meses de janeiro a março de 2008, em valor superior à remuneração devida e aos serviços prestados;

Valor histórico	Valor corrigido	Percentual	Valor da multa
R$ 481.411,83	R$ 750.601,31	10%	R$ 75.060,13

XVIII - Condenar o Senhor Carlito Lucena Cavalcante (Gerente de Administração e Finanças) ao pagamento de multa individual, com fulcro no art. 54 da Lei Complementar nº 154/96, no percentual de 10% (dez por cento) do valor atualizado do débito cominado (sem a incidência dos juros de mora), totalizando R$ 75.060,13 (setenta e cinco mil, sessenta reais e treze centavos), pelo pagamento das parcelas contratuais correspondentes aos meses de janeiro a março de 2008, em valor superior à remuneração devida e aos serviços prestados;

Valor histórico	Valor corrigido	Percentual	Valor da multa
R$ 481.411,83	R$ 750.601,31	10%	R$ 75.060,13

XIX - Condenar o Senhor Eugênio Pacelli Martins (Gerente do Núcleo de Desenvolvimento Florestal) ao pagamento de multa individual, com fulcro no art. 54 da Lei Complementar nº 154/96, no percentual de 15% (quinze por cento) do valor atualizado do débito cominado (sem a incidência dos juros de mora), totalizando R$ 704.515,17 (setecentos e quatro mil, quinhentos e quinze reais e dezessete centavos), pelo pagamento das parcelas

contratuais correspondentes aos meses de outubro de 2006 a março de 2008, em valor superior à remuneração devida e aos serviços prestados;

Valor histórico	Valor corrigido	Percentual	Valor da multa
R$ 3.012.357,83	R$ 4.696.767,81	15%	**R$ 704.515,17**

XX - Condenar o Senhor Luiz Cláudio Fernandes (Gerente do Núcleo de Sensoriamento Remoto) ao pagamento de multa individual, com fulcro no art. 54 da Lei Complementar nº 154/96, no percentual de 15% (quinze por cento) do valor atualizado do débito cominado (sem a incidência dos juros de mora), totalizando R$ 704.515,17 (setecentos e quatro mil, quinhentos e quinze reais e dezessete centavos), pelo pagamento das parcelas contratuais correspondentes aos meses de outubro de 2006 a março de 2008, em valor superior à remuneração devida e aos serviços prestados;

Valor histórico	Valor corrigido	Percentual	Valor da multa
R$ 3.012.357,83	R$ 4.696.767,81	15%	**R$ 704.515,17**

XXI - Condenar o Senhor Erismar Moreira da Silva (Coordenador Técnico da Sedam) ao pagamento de multa individual, no valor de R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), com fulcro no artigo 55, I, da Lei Complementar nº 154/96, por incorrer em grave infração ao artigo 3º da Lei nº. 8.666/93, ao contribuir para a celebração ilegal do Contrato nº. 206/PGE/2006, mediante dispensa de licitação;

XXII - Condenar o Senhor Ruy Carlos Freire Filho (Assessor Jurídico) ao pagamento de multa individual, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com fulcro no artigo 55, I, da Lei Complementar nº 154/96, por incorrer em grave infração aos artigos 3º e 24, IV, da Lei nº. 8.666/93, ao contribuir para a prorrogação ilegal da execução do Contrato nº. 206/PGE/2006;

XXIII - Advertir que os débitos (itens X e XI) deverão ser recolhidos à conta única do tesouro estadual e as multas (itens XII a XXII), ao Fundo de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas, na conta corrente nº 8358-5, agência nº 2757-X do Banco do Brasil, com fulcro no artigo 25 da Lei Complementar nº 154/96;

XXIV - Fixar o prazo de 15 (quinze) dias para o recolhimento dos débitos e multas cominados, contado da notificação dos responsáveis, com fulcro no art. 31, III, "a", do Regimento Interno;

XXV - Autorizar, caso não sejam recolhidos os débitos e multas mencionados acima, a formalização dos respectivos títulos executivos e as cobranças judiciais, em conformidade com o art. 27, II, da Lei Complementar nº 154/96 c/c o art. 36, II, do Regimento Interno, sendo que no débito incidirão a correção monetária e os juros de mora (art. 19 da Lei Complementar nº 154/96) a partir do fato ilícito (maio de 2008), na multa, apenas a correção monetária a partir do vencimento (artigo 56 da Lei Complementar nº 154/96);

XXVI - Intimar acerca do Acórdão, via Diário Oficial, a Augustinho Pastore, Erismar Moreira da Silva, Wilson Bomfim Abreu, Eugênio Pacelli Martins, Luiz Cláudio Fernandes, Tecnomapas Ltda., José Ricardo Orrigo Garcia, Edson Luís Duarte Teixeira, Ruy Carlos Freire Filho, Cletho Muniz Brito, Carlito Lucena Cavalcante e Nanci Maria Rodrigues da Silva, ficando registrado que o voto e o parecer do Ministério Público de Contas, em seu inteiro teor, encontram-se disponíveis para consulta no sítio eletrônico desta Corte (www.tce.ro.gov.br);

XXVII - Encaminhar cópia do acórdão e do voto à 5ª e 6ª Promotorias de Justiça;

XXVIII - Sobrestar os autos no Departamento do Pleno para o acompanhamento do cumprimento integral da decisão; e

XXIX - Autorizar o arquivamento dos autos, depois de transitado em julgado o Acórdão e de adotadas as providências cabíveis para a cobrança dos débitos e das multas.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO (Relator), WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS. O Conselheiro BENEDITO ANTÔNIO ALVES arguiu suspeição, nos termos do artigo 135, I, do Código de Processo Civil.

Porto Velho/RO, 29 de outubro de 2015.

PAULO CURI NETO
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA
PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

PUBLICADO NO PLENO FISICA E ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1030 DE 11 / 11 / 2015
Servidor (a) _____
Ceila Breda Sanches Modesto
Subdiretora da Diretoria de Coordenação
Julgamento
Cadastro 000626

PROCESSO Nº: 2482/2010
UNIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
ASSUNTO: FISCALIZAÇÃO DE ATOS E CONTRATOS – APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA DOS AGENTES ENVOLVIDOS COM A EXTRAPOLAÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL
RESPONSÁVEIS: NADELSON DE CARVALHO – PREFEITO – CPF Nº 281.121.059-87
EMERSON CAVALCANTE DE FREITAS – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA – CPF Nº 327.313.962-53
EVA DOS SANTOS – RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE – CPF Nº 490.907.043-53
ANTÔNIO MARCOS LIMA – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO – CPF Nº 791.081.21-68
RELATOR: CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

ACÓRDÃO Nº 124/2015 - PLENO

Fiscalização de Atos e Contratos. Município de Novo Horizonte do Oeste. Apuração de Apuração de responsabilidade administrativa dos agentes envolvidos com a extrapolação da despesa com pessoal do município no exercício de 2009. Práticas de atos que contribuíram para o aumento do dispêndio. Cancelamento de empenhos referentes aos encargos sociais, com o propósito de burlar o limite de gasto com pessoal. Não adoção das medidas necessárias para adequar o gasto com pessoal ao limite legal (54%). Nexo causal entre a conduta dos envolvidos (Prefeito, Contadora e Secretário Municipal de Fazenda) e as irregularidades apontadas. Afastamento da responsabilidade do Senhor Antônio Marcos Lima (Secretario Municipal de Planejamento), pois não há elementos nos autos a indicar que ele tenha concorrido para a concretização dessas irregularidades contábeis. Infringência ao disposto nos artigos, 22, inciso IV, § 1° e 50, inciso II (1a parte), da Lei de Responsabilidade Fiscal, artigo 169, §§ 3° e 4°, da Constituição Federal bem como ao princípio da oportunidade insculpido no artigo 6° da Resolução n° 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade. Cominação de multas aos responsáveis com base no artigo 55, inciso II, da Lei Complementar n° 154/96. Extrapolação do limite da despesa com pessoal no exercício de 2009. Omissão do gestor quanto à adoção das medidas preconizadas em lei. Infração administrativa prevista no artigo 5°, inciso IV, da Lei n° 10.028/00, sujeita à multa no § 1° do mesmo artigo. Determinação.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Fiscalização de Atos e Contratos promovida no âmbito do Município de Novo Horizonte do Oeste, com a finalidade de apurar a *"responsabilidade administrativa dos agentes envolvidos com a extrapolação do limite de gasto com pessoal"*, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro PAULO CURI NETO, por unanimidade de votos, em:

I - Considerar ilegais os Decretos Municipais n° 93/2009, 96/2009 e 98/2009, editados pelo chefe do Poder Executivo do Município de Novo Horizonte do Oeste, os quais promoveram o cancelamento de despesas relacionadas às fls. 83/87 do presente feito;

II - Aplicar multa no valor de R$ 21.840,00 (vinte e um mil, oitocentos e quarenta reais), com fulcro no artigo 5°, inciso IV, §§ 1° e 2°, da Lei n° 10.028/00, ao Senhor Nadelson de Carvalho (Prefeito), por ter extrapolado o limite da despesa com pessoal no exercício de 2009, tendo se mantido, no prazo de dois quadrimestres fixado pela LC n° 101/00, omisso quanto à adoção das medidas preconizadas no artigo 169, §§ 3° e 4°, da Constituição Federal;

III - Aplicar multa no valor de R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), com fulcro no artigo 55, inciso II, da Lei Complementar n° 154/96, ao Senhor Nadelson de Carvalho (Prefeito do Município de Novo Horizonte do Oeste), por ter determinado o cancelamento de empenhos referentes aos encargos sociais, com o propósito de burlar o limite de gasto com pessoal e ludibriar a fiscalização desta Corte, o que infringe o disposto nos artigos, 22, inciso IV, § 1° e 50, inciso II (1a parte), da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o princípio da oportunidade insculpido no artigo 6° da Resolução n° 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade;

IV - Aplicar multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com fulcro no artigo 55, inciso II, da Lei Complementar n° 154/96, à Senhora Eva dos Santos (Contadora), por deixar de escriturar em sua totalidade a despesa com pessoal, cancelando despesas com encargos sociais relativas ao INSS, IPSNH e IRRF e a Consignações, descumprindo o princípio da oportunidade insculpido no artigo 6° da Resolução n° 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade;

V - Aplicar multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com fulcro no artigo 55, inciso II, da Lei Complementar n° 154/96, ao Senhor Emerson Cavalcante de Freitas (Secretário Municipal de Fazenda), por ter deixado de acompanhar a elaboração dos RGFs, permitindo que eles fossem encaminhados com informações inverídicas, descumprindo o princípio da oportunidade insculpido no artigo 6° da Resolução n° 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade;

VI - Fixar o prazo de 15 (quinze) dias para o recolhimento das multas fixadas, contados da notificação dos responsáveis, com fulcro no art. 31, III, "a", do Regimento Interno;

VII - Autorizar, caso não ocorrido o recolhimento das multas mencionadas acima, a emissão do respectivo Título Executivo e a consequente cobrança judicial, em conformidade com o art. 27, II, da Lei Complementar n° 154/96 c/c o art. 36, II, do

Regimento Interno, devendo incidir apenas a correção monetária (artigo 56 da Lei Complementar 154/96);

VIII - Determinar ao atual gestor do Município de Novo Horizonte do Oeste que adote as medidas necessárias visando a não reincidência nas irregularidades apontadas no presente feito (cancelamento de empenhos referentes aos encargos sociais, com o propósito de burlar o limite de gasto com pessoal, bem como em função de ter deixado de adotar as medidas necessárias para adequar o gasto de pessoal ao limite legal);

IX - Dar ciência, por Diário Oficial, deste Acórdão à interessada e aos responsabilizados, ficando registrado que o Voto e o Parecer Ministerial, em seu inteiro teor, estão disponíveis no sítio deste Tribunal (www. tce.ro.gov.br); e

X - Arquivar os presentes autos depois dos trâmites regimentais.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO (Relator), WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA e BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 29 de outubro de 2015.

PAULO CURI NETO
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA
PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1030 DE 11 / 11 / 2015
Servidor (a) _____
Ida Bregi Sanches Modesto
Coordenadora da Diretoria de Coordenação
Julgamento
Cadastro 900688

PROCESSO Nº: 4076/2009
UNIDADE: MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI
ASSUNTO: AUDITORIA DE REVISÃO – PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2009 – CONVERTIDA EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – DECISÃO Nº 301/2010-2ª CÂMARA
RESPONSÁVEIS: EDIMILSON MATURANA DA SILVA – PREFEITO MUNICIPAL - CPF Nº 582.148.106-63
CLOVIS ROBERTO ZIMERMANN – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA – CPF Nº 524.274.399-91
DEZEILMA FERREIRA DA SILVA – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CPF Nº 161.727.282-53
ROBERTO CARLOS TOMAZ FILHO – PROFESSOR – CPF Nº 272.181.042-15
LEOSEMIR REYES PERES – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE – CPF Nº 969.742.658-91
CARLOS BEZERRA JÚNIOR – CONTROLADOR INTERNO – CPF Nº 800.375.852-15
RODRIGO REIS RIBEIRO – PROCURADOR JURÍDICO – OAB/RO Nº 1659 – CPF Nº 614.547.372-04
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.F. PEDRO AMÉRICO – CNPJ Nº 01.345.590/0001-57
ARI BORGES – PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.F. PEDRO AMÉRICO – CPF Nº 325.429.252-91
DEZENI FERREIRA DA SILVA – DIRETORA DE ESCOLA – CPF Nº 576.368.002-25
VANILCE ALVES DE SOUZA – AGENTE PÚBLICO MUNICIPAL – CPF Nº 469.745.552-53
RELATOR: CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

ACÓRDÃO Nº 125/2015 - PLENO

Tomada de Contas Especial. Município de Vale do Anari — Exercício de 2009. Várias irregularidades consumadas. Prestação de contas de convênio confeccionada de forma irregular. Ausência de repasse das contribuições previdenciárias. Descontrole das obrigações financeiras. Procedimentos licitatórios sem parecer jurídico. Contratação sem concurso público. Ineficiência dos controles contábeis. Descontrole patrimonial (bens permanentes e de consumo). Controle interno deficiente. Responsabilização com multa (art. 55 da LC n° 154/96). Apuração de responsabilidade

administrativa dos agentes envolvidos com a extrapolação da despesa com pessoal do município no exercício de 2009. Práticas de atos que contribuíram para o aumento do dispêndio. Cancelamento de empenhos referentes aos encargos sociais, com o propósito de burlar o limite de gasto com pessoal. Não adoção das medidas necessárias para adequar o gasto com pessoal ao limite legal (54%). Responsabilização com multa (Lei n° 10.028/00, art. 5°). TCE irregular. Cominação de multa.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Tomada de Contas Especial instalada em razão de irregularidades danosas ao erário, detectadas em Auditoria de Revisão realizada no Município de Vale do Anari, no período de janeiro a setembro de 2009, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro PAULO CURI NETO, por unanimidade de votos, em:

I - Julgar irregular a Tomada de Contas Especial, em relação aos Senhores Edimilson Maturana da Silva, Prefeito Municipal; Clovis Roberto Zimermann, Secretário Municipal de Administração e Fazenda; Dezeilma Ferreira da Silva, Secretária Municipal de Educação; Leosemir Reyes Peres, Secretário Municipal de Saúde; Carlos Bezerra Júnior, Controlador Interno; Rodrigo Reis Ribeiro, Procurador Jurídico; Dezeni Ferreira da Silva, Diretora de Escola; e Vanilce Alves de Souza, Agente Público Municipal com supedâneo no art. 16, III, "b", da Lei Complementar n° 154/1996, em razão das seguintes irregularidades:

1. De responsabilidade do Senhor Edimilson Maturana da Silva, Prefeito Municipal, juntamente com a Senhora Dezeilma Ferreira da Silva, Secretária Municipal de Educação, com o Senhor Carlos Bezerra Júnior, Controlador Interno, e com a Senhora Dezeni Ferreira da Silva, Diretora de Escola:

i) Pelos fatos detectados nos autos do procedimento administrativo n° *205/2009:*

a) "O plano de trabalho foi aprovado sem a especificação dos percursos que o transporte faria, informação essa essencial para produzir a estimativa do percurso diário e, assim, os recursos necessários. Isso configura uma não conformidade ao art. 116, § 1°, I, da Lei Federal n. 8.666, de 1993";

b) "Não houve especificação das metas a serem atingidas, configurando uma não conformidade ao art. 116, § 1º, II, da Lei Federal n. 8.666, de 1993";

c) "Não houve descrição das etapas do serviço a ser prestado, de forma a esclarecer os turnos a que atenderia (matutino, vespertino e noturno), bem como a vinculação com o calendário escolar, caracterizando uma não conformidade art. 116, § 1° III, da Lei Federal n° 8.666, de 1993";

d) Omissão diante das graves fragilidades da prestação de contas do convênio;

2. De responsabilidade dos Senhores Edimilson Maturana da Silva, Prefeito Municipal; Leosemir Reyes Peres, Secretário Municipal de Saúde; Carlos Bezerra Júnior, Controlador Interno; Rodrigo Reis Ribeiro, Procurador Jurídico; e a Senhora Vanilce Alves de Souza, Agente Público Municipal (Médica):

i) Ausência de comprovação de que a Senhora Vanilce Alves de Souza, médica e servidora municipal, preenche os requisitos estabelecidos no art. 1°, inciso I, alíneas "a" a "f", da Lei Municipal n° 476, de 2009, para o percebimento da verba funcional denominada "subsídio de incentivo para o profissional médico (clínico geral)", no valor de R$ 7.900,00.

3. De responsabilidade do Senhor Edimilson Maturana da Silva, Prefeito Municipal, juntamente com o Senhor Clovis Roberto Zimermann, Secretário Municipal de Administração e Fazenda:

i) Realização de despesa com pessoal no limite de 63,17% em relação à Receita Corrente Líquida, acima do linde legal de 54% da RCL;

ii) Ausência de um controle efetivo do montante da dívida do Município, haja vista a municipalidade desconhecer a composição das obrigações (principal, amortização, atualização monetária e saldo remanescente), atinentes aos parcelamentos de débitos com o RPPS, com o INSS e com a CERON;

iii) Omissão em efetuar os recolhimentos das contribuições previdenciárias patronais e dos segurados, referentes ao exercício de 2009, devidas ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Vale do Anari, cujo montante não recolhido é de R$ 1.083.559,91; e

iv) Ausência nos procedimentos administrativos n° 38/2009, 45/2009 e 471/2009 dos seguintes documentos: parecer técnico ou jurídico emitido sobre a licitação, atos de adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação e certidões de regularidade junto ao FGTS e ao INSS.

4. De responsabilidade dos Senhores Edimilson Maturana da Silva, Prefeito Municipal; Leosemir Reyes Peres, Secretário Municipal de Saúde; Clovis Roberto Zimermann, Secretário Municipal de Administração e Fazenda; e Carlos Bezerra Júnior, Controlador Interno:

i) Contratação dos profissionais Vanilce Alves de Souza, José Manoel Cardoso e Sérgio Augusto da Silva Nascimento sem a prévia aprovação em concurso público ou por prazo determinado, para prestação de serviços de médicos plantonistas.

5. De responsabilidade do Senhor Clovis Roberto Zimermann, Secretário Municipal de Administração e Fazenda:

i) Anulação de despesa de contribuição previdenciária patronal no montante de R$ 797.726,52, apresentando-se assim a despesa total com pessoal a menor do efetivamente verificado no exercício; e

ii) Ineficiência nos controles contábeis, impossibilitando uma avaliação mais acurada nos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial;

6. De responsabilidade do Senhor Edimilson Maturana da Silva, Prefeito Municipal:

i) Omissão em municiar o órgão de Controle Interno dos meios necessários ao cumprimento de suas atribuições.

7. De responsabilidade da Senhora Dezeilma Ferreira da Silva, Secretária Municipal de Educação:

i) Descontrole nos bens patrimoniais e de almoxarifado da Secretária Municipal de Educação.

8. De responsabilidade do Senhor Leosemir Reyes Peres, Secretário Municipal de Saúde:

i) Descontrole nos bens patrimoniais e de almoxarifado da Secretária Municipal de Saúde.

II - Aplicar multa individual, com fulcro no art. 55, II, da Lei Complementar n° 154/96 c/c o artigo 103, II, do Regimento Interno desta Corte, ao Senhor Edimilson Maturana da Silva, Prefeito Municipal; à Senhora Dezeilma Ferreira da Silva, Secretária Municipal de Educação; ao Senhor Carlos Bezerra Júnior, Controlador Interno; e à Senhora Dezeni Ferreira da Silva, Diretora de Escola, no valor de R$ 2.500,00, Pelos fatos detectados nos autos do procedimento administrativo n° 205/2009:

a) "O plano de trabalho foi aprovado sem a especificação dos percursos que o transporte faria, informação essa essencial para produzir a estimativa do percurso diário e, assim, os recursos necessários. Isso configura uma não conformidade ao art. 116, § 1°, I, da Lei Federal n. 8.666, de 1993";

b) "Não houve especificação das metas a serem atingidas, configurando uma não conformidade ao art. 116, § 1°, U, da Lei Federal n. 8.666, de 1993";

c) "Não houve descrição das etapas do serviço a ser prestado, de forma a esclarecer os turnos a que atenderia (matutino, vespertino e noturno), bem como a vinculação com o calendário escolar, caracterizando uma não conformidade art. 116, § l°, III, da Lei Federal n. 8.666, de 1993";

d) Omissão diante das graves fragilidades na Prestação de Contas do Convênio;

III - Aplicar multa individual, com fulcro no art. 55, II, da Lei Complementar n° 154/96 c/c o artigo 103, II, do Regimento Interno desta Corte, ao Senhor Edimilson Maturana da Silva, Prefeito Municipal; ao Senhor Leosemir Reyes Peres, Secretário

Municipal de Saúde; ao Senhor Carlos Bezerra Júnior, Controlador Interno; ao Senhor Rodrigo Reis Ribeiro, Procurador Jurídico; e à Senhora Vanilce Alves de Souza, Agente Público Municipal (Médica), no valor de R$ 1.500,00, pela ausência de comprovação de que a Senhora. Vanilce Alves de Souza, médica e servidora municipal, preenche os requisitos estabelecidos no art. 1°, inciso I, alíneas "a" a "f", da Lei municipal n° 476, de 2009, para o percebimento da verba funcional denominada "subsídio de incentivo para o profissional médico (clínico geral)", no valor de R$ 7.900,00;

IV - Aplicar as multas individuais, com fulcro no artigo 5°, inciso IV, §§ 1° e 2°, da Lei n° 10.028/00, nos valores de R$ 31.200,00, ao Senhor Edimilson Maturana da Silva, Prefeito Municipal; e de R$ 13.650,00 ao Senhor Clovis Roberto Zimermann, Secretário Municipal de Administração e Fazenda, por terem extrapolado o limite da despesa com pessoal no exercício de 2009, tendo se mantido, no prazo de dois quadrimestres fixado pela LC n° 101/00, omisso quanto à adoção das medidas preconizadas no artigo 169, §§ 3° e 4°, da Constituição Federal para o reenquadramento das despesas ao limite legal de gastos com pessoal;

V - Aplicar multa individual, com fulcro no art. 55, II, da Lei Complementar n° 154/96 c/c o artigo 103, II, do Regimento Interno desta Corte, ao Senhor Edimilson Maturana da Silva, Prefeito Municipal; ao Senhor Clovis Roberto Zimermann, Secretário Municipal de Administração e Fazenda, no valor de R$ 2.500,00, pela ausência de um controle efetivo do montante da dívida do Município, haja vista a municipalidade desconhece a composição das obrigações (principal, amortização, atualização monetária e saldo remanescente), atinentes aos parcelamentos de débitos com o RPPS, com o INSS e com a CERON;

VI - Aplicar multa individual, com fulcro no art. 55, II e III, da Lei Complementar n° 154/96 c/c o artigo 103, II e III, do Regimento Interno desta Corte, ao Senhor Edimilson Maturana da Silva, Prefeito Municipal; ao Senhor Clovis Roberto Zimermann, Secretário Municipal de Administração e Fazenda, no valor de R$ 25.000,00, por deixarem de efetuar os recolhimentos das contribuições previdenciárias patronais e dos segurados, referentes ao exercício de 2009, devidos ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Vale do Anari, cujo montante não recolhido é de R$ 1.083.559,91;

VII - Aplicar multa individual, com fulcro no art. 55, II, da Lei Complementar n° 154/96 c/c o artigo 103, II, do Regimento Interno desta Corte, ao Senhor Edimilson Maturana da Silva, Prefeito Municipal; ao Senhor Clovis Roberto Zimermann, Secretário Municipal de Administração e Fazenda, no valor de R$ 2.000,00, pela ausência nos procedimentos administrativos n° 38/2009, 45/2009 e 471/2009 dos seguintes documentos: parecer técnico ou jurídico emitido sobre a licitação, atos de adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação e certidões de regularidade junto ao FGTS e ao INSS.

VIII - Aplicar multa individual, no valor de R$ 1.250,00, com fulcro no art. 55, II, da Lei Complementar n° 154/96 c/c o artigo 103, II, do Regimento Interno desta Corte, ao Senhor Edimilson Maturana da Silva, Prefeito Municipal; ao Senhor Leosemir Reyes Peres, Secretário Municipal de Saúde, e ao Senhor Carlos Bezerra Júnior, Controlador Interno, pela contratação dos profissionais Vanilce Alves de Souza, José Manoel Cardoso e Sérgio Augusto da Silva Nascimento sem a prévia aprovação em concurso público ou por prazo determinado, para prestação de serviços de médicos plantonistas;

IX - Aplicar multa, com fulcro no art. 55, II, da Lei Complementar n° 154/96 c/c o artigo 103, II, do Regimento Interno desta Corte, ao Senhor Clovis Roberto Zimermann, Secretário Municipal de Administração e Fazenda, no valor de R$ 10.000,00, pela anulação de despesa de contribuição previdenciária patronal no montante de R$ 797.726,52, apresentando-se assim a despesa total com pessoal a menor do efetivamente verificado no exercício;

X - Aplicar multa, com fulcro no art. 55, II, da Lei Complementar n° 154/96 c/c o artigo 103, II, do Regimento Interno desta Corte, ao Senhor Clovis Roberto Zimermann, Secretário Municipal de Administração e Fazenda, no valor de R$ 1.250,00, pela ineficiência nos controles contábeis, impossibilitando uma avaliação mais acurada nos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial;

XI - Aplicar multa, com fulcro no art. 55, II, da Lei Complementar n° 154/96 c/c o artigo 103, II, do Regimento Interno desta Corte, ao Senhor Edimilson Maturana da Silva, Prefeito Municipal, no valor de R$ 1.250,00, pela omissão em municiar o órgão de Controle Interno dos meios necessários ao cumprimento de suas atribuições;

XII - Aplicar multa, com fulcro no art. 55, II, da Lei Complementar n° 154/96 c/c o artigo 103, II, do Regimento Interno desta Corte, à Senhora Dezeilma Ferreira da Silva, Secretária Municipal de Educação, no valor de R$ 1.250,00, pelo descontrole nos bens patrimoniais e de almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação;

XIII - Aplicar multa, com fulcro no art. 55, II, da Lei Complementar n° 154/96 c/c o artigo 103, II, do Regimento Interno desta Corte, ao Senhor Leosemir Reyes Peres, Secretário Municipal de Saúde, no valor de R$ 1.250,00, pelo descontrole nos bens patrimoniais e de almoxarifado, da Secretaria Municipal de Saúde;

XIV - Advertir que as multas cominadas nos itens anteriores deverão ser recolhidas ao Fundo de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas - Banco do Brasil, agência n° 2757-X, conta corrente n° 8358-5;

XV- Fixar o prazo de 15 (quinze) dias para o recolhimento das multas cominadas, contando da notificação dos responsáveis, com fulcro no art. 31, III, "a", do Regimento Interno;

XVI - Autorizar, caso não ocorrido o recolhimento das multas mencionadas acima, a emissão dos respectivos Títulos Executivos e as consequentes cobranças judiciais, em conformidade com o art. 27, II, da Lei Complementar n° 154/96 c/c o art. 36, II, do Regimento Interno, sendo que nas multas incidirão apenas a correção monetária (art. 56 da Lei Complementar n° 154/96);

XVII - Dar ciência deste Acórdão, via Diário Oficial, aos responsáveis identificados no cabeçalho, ficando registrado que o Voto e o Parecer Ministerial, em seu inteiro teor, estão disponíveis no sítio eletrônico deste Tribunal (www.tce.ro.gov.br);

XVIII - Sobrestar os autos no Departamento do Pleno para o acompanhamento do cumprimento integral deste Acórdão; e

XIX - Arquivar os presentes autos depois de adotadas as medidas pertinentes.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO (Relator), WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA e BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 29 de outubro de 2015.

PAULO CURI NETO
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA
PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1039 de 17 / 11 / 2015
Servidor (a) _____
Ilda Brega Sanches Modesto
Subdiretora da Diretoria de Coordenação
Julgamento
Cadastro 000606

PROCESSO Nº: 3110/2009
INTERESSADO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
UNIDADE: MUNICÍPIO DE ALVORADA DO OESTE
ASSUNTO: AUDITORIA AMBIENTAL – CUMPRIMENTO DE DECISÃO (ITEM V DO ACÓRDÃO Nº 179/2014-PLENO)
RESPONSÁVEL: RANIERY LUIZ FABRIS – PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE - CPF Nº 420.097.582-34
RELATOR: CONSELHEIRO VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA

ACÓRDÃO Nº 126/2015 - PLENO

AUDITORIA AMBIENTAL. MUNICÍPIO DE ALVORADA DO OESTE/RO. DESCUMPRIMENTO DO ITEM V DO ACÓRDÃO Nº 179/2014-PLENO. COMINAÇÃO DE MULTA.
1. O descumprimento reiterado de determinações deste Tribunal de Contas, em face de omissão em comprovar a adoção de medidas de gestão ambiental, sujeita o responsável à multa descrita no art. 55, VII, da Lei Complementar nº 154/96, sem prejuízo da cominação de novas sanções e da responsabilização por eventual dano ao erário.
2. Diante do descumprimento, por parte do Gestor municipal, de determinações desta Corte de Contas que visem à proteção do meio ambiente, deve ser dado conhecimento ao Ministério Público do Estado para adoção das medidas que entender cabíveis no âmbito de sua alçada, nos termos do art. 129, III, da Constituição Federal.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Auditoria Ambiental realizada no Município de Alvorada do Oeste, abrangendo o 1º semestre de 2009, de responsabilidade do Senhor Laerte Gomes, Ex-Prefeito Municipal, e do Senhor Raniery Luiz Fabris, atual Prefeito do Município, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, por unanimidade de votos, em:

I - Multar no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) o Senhor Raniery Luiz Fabris - Prefeito Municipal de Alvorada do Oeste, CPF nº 420.097.582-34, na forma do art. 55, VII, da Lei Complementar nº 154/96, por ser reincidente no descumprimento do item II da Decisão nº 32/2014-Pleno, o qual disciplina a necessidade da adoção de medidas saneadoras das inconformidades delineadas no item I, alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", e "g", da citada decisão;

II - Fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste Acórdão no DOeTCE-RO, para que o responsável recolha a importância consignada no item I, devidamente atualizada, à conta do Fundo de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – FDI/TC, em conformidade com o art. 3°, inciso III, da Lei Complementar 194/97;

III - Autorizar, desde já, a cobrança judicial, após transitado em julgado este Acórdão sem o recolhimento da multa descrita no item I, nos termos do art. 27, I, da Lei Complementar nº 154/96 c/c o art. 36, II, do Regimento Interno do TCE-RO;

IV - Reiterar, via ofício, ao Senhor Raniery Luiz Fabris - Prefeito Municipal de Alvorada do Oeste, CPF nº 420.097.582-34 - que adote as medidas descritas nos itens II e III da Decisão nº 32/2014-Pleno, em face das irregularidades descritas no item I, alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", e "g", também do citado *decisum*, apresentando a esta Corte, no prazo de 90 (noventa) dias contados do conhecimento deste Acórdão, quais as medidas inicialmente tomadas, sob pena de multa, em grau máximo, nos termos do art. 55, VII, da Lei Complementar nº 154/1996; e cominação de multa diária (astreinte), com incidência após o fim do prazo sobreposto; bem como responder por eventuais danos decorrentes da omissão;

V - Determinar à Diretoria de Controle Ambiental que promova o acompanhamento da implementação das medidas descritas no item III da Decisão nº 32/2014 – Pleno, pelo atual Gestor de Alvorada do Oeste, Raniery Luiz Fabris, ou quem venha substitui-lo, aferindo o saneamento das inconformidades presentes no item I, alíneas "a", "b", "c", "d", "e" "f", e "g, do mesmo *Decisum;*

VI - Encaminhar cópia deste Acórdão ao Ministério Público do Estado de Rondônia, Promotoria de Justiça de Alvorada do Oeste, em referência ao Procedimento nº 2014001010008099, para adoção das providências que entender necessárias no âmbito de sua alçada, haja vista a omissão do atual Gestor de Alvorada do Oeste, Raniery Luiz Fabris, na implementação de medidas para sanear as infringências, com indícios de crime ambiental, disciplinadas no item I, alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", e "g", da Decisão nº 32/2014-Pleno;

VII - Dar conhecimento desta Decisão, por meio do Diário Oficial eletrônico desta Corte – DOeTCE-RO, ao Senhor Raniery Luiz Fabris - Prefeito Municipal de Alvorada do Oeste, comunicando a disponibilidade no inteiro teor no sítio: www.tce.ro.gov.br; e

VIII - Determinar ao Departamento do Pleno que adote as medidas administrativas e legais para cumprimento deste Acórdão, após arquivem-se estes autos.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA (Relator), FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA e BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS. O Conselheiro EDILSON DE SOUSA SILVA arguiu suspeição, nos termos do artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

Porto Velho/RO, 29 de outubro de 2015.

VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1034 DE 17 / 11 / 2015
Servidor (a) _____
Ada Graciete Guinchês Modesto
Diretora da Diretoria de Coordenação
Julgamento
Cadastro 900608

PROCESSO Nº: 0269/2015 (PROCESSO ELETRÔNICO)
INTERESSADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA
UNIDADE: MUNICÍPIO DE CUJUBIM
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO – POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA ALTERAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CUJUBIM
RESPONSÁVEL: FÁBIO PATRÍCIO NETO – PREFEITO MUNICIPAL - CPF Nº 421.845.922-34
RELATOR: CONSELHEIRO VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA

ACÓRDÃO Nº 127/2015 - PLENO

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. REPRESENTAÇÃO. ATENDIMENTO AOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA ALTERAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CUJUBIM. CONHECIMENTO. IMPROCEDENTE.
1. Conhece-se de representação uma vez atendidos os pressupostos processuais aplicáveis à matéria, in casu, art. 52-A, III, da Lei Complementar n° 154/96, art. 82-A, III, do Regimento Interno desta Corte.
2. Afastado os indícios de irregularidades ou ilegalidades nos fatos denunciados, o processo será arquivado pelo Tribunal de Contas com resolução do mérito.
3. Representação improcedente.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Representação sobre possíveis irregularidades na alteração do orçamento do Município de Cujubim, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, por unanimidade de votos, em:

I - Conhecer da presente Representação ofertada pelo Ministério Público de Rondônia - por intermédio da Promotora de Justiça de Ariquemes Tâmera Padoin Marques Marin, acerca de possível irregularidade na alteração do orçamento do Município de Cujubim, uma vez preenchidos os pressupostos processuais aplicáveis à espécie versada,

conforme disciplinado no art. 52-A, III, da Lei Complementar n° 154/96, art. 82-A, III, do Regimento Interno desta Corte;

II - Considerar improcedente a presente Representação, visto que dos fatos noticiados no processo, não se comprovou irregularidade ou ilegalidade, conforme explicitado no relatório condutor do voto; e

III - Arquivar os presentes autos após cumpridas as formalidades legais e administrativas necessárias.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA (Relator), FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA e BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 29 de outubro de 2015.

VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

Fl. nº _____
Proc. nº 4991/2012
_____
DP/SPJ

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO TCE/RO
Nº 1033 DE 16 / 11 / 2015
Servidor (a) _____
Ida Breda Sanches Modesto
Subdiretora da Diretoria de Coordenação
Julgamento
Cadastro 000686

PROCESSO Nº: 4991/2012
RESPONSÁVEIS: ATALÍBIO JOSÉ PEGORINI – EX-PREFEITO MUNICIPAL - CPF Nº 070.093.641-68
MIGUEL EDSON HURTADO OREAY – EX-SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO – CPF Nº 114.162.542-34
PAULO ROBERTO ARAÚJO BUENO – CPF Nº 780.809.838-87
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – INSPEÇÃO ORDINÁRIA PARA VERIFICAR A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE OFERTADO PELO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM NO EXERCÍCIO DE 2012
UNIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM/RO
INTERESSADO: ATALÍBIO JOSÉ PEGORINI
RELATOR: CONSELHEIRO EDILSON DE SOUSA SILVA

ACÓRDÃO Nº 128/2015 - PLENO

EMENTA: INSPEÇÃO ORDINÁRIA CONVERTIDA EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. PREFEITURA DE GUAJARÁ-MIRIM. SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR. AUSÊNCIA DE CONTROLE DE COMBUSTÍVEL. DANO AO ERÁRIO CONFIGURADO. IMPUTAÇÃO DE DÉBITO E APLICAÇÃO DE MULTAS AOS RESPONSÁVEIS.

Constatado em procedimento de Tomada de Contas Especial a existência de dano ao erário na Administração Pública da Prefeitura de Guajará-Mirim nos serviços de transporte escolar e na falta de controle de combustíveis, é de se imputar débito solidariamente aos responsáveis, bem como sancioná-los com aplicação de multa pelo dano e pelas irregularidades formais, sobremodo se oportunizado o contraditório e a ampla defesa quedaram-se inertes, fazendo incidir os efeitos da revelia.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Auditoria (inspeção ordinária), na Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim no período compreendido entre os dias 5.11.2012 a 13.11.2012, com o objetivo de fiscalizar o serviço de transporte escolar oferecido pela Secretaria Municipal de Educação, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro EDILSON DE SOUSA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I – JULGAR IRREGULAR a Tomada de Contas Especial, nos termos do art. 16, inc. III, da Lei Complementar nº 154/96, letras "b" e "c", instaurada em desfavor de MIGUEL EDSON HURTADO OREAY – Ex-Secretário Municipal de Educação de Guajará-Mirim (CPF nº 114.162.542-34) e PAULO ROBERTO ARAÚJO BUENO – Ex-Controlador-Geral (CPF nº 780.809.838-87), pelo pagamento de multa por atraso da regularização do licenciamento anual de veículos destinados ao transporte escolar no valor original de R$ 912,66 que atualizado até o mês de setembro/2015 perfaz o valor de R$ 1.133,55 (mil cento e trinta e três mil reais e cinquenta e cinco centavos) e que deverão suportar solidariamente;

II – JULGAR IRREGULAR a Tomada de Contas Especial, nos termos do art. 16, inc. III, da Lei Complementar nº 154/96, letras "b" e "c", instaurada em desfavor de ATALÍBIO JOSÉ PEGORINI – Ex-Prefeito Municipal de Guajará-Mirim (CPF nº 070.093.641-68), MIGUEL EDSON HURTADO OREAY – Ex-Secretário Municipal de Educação de Guajará-Mirim (CPF nº 114.162.542-34) e PAULO ROBERTO ARAÚJO BUENO – Ex-Controlador-Geral (CPF nº 780.809.838-87) por:

a) infringência ao artigo 74, inciso II, da Constituição Federal c/c o item IX do Acórdão nº 87/2010-Pleno do TCE/RO, ante a inexistência de efetivo controle do consumo de combustível, da utilização e do custo operacional dos veículos destinados ao transporte escolar.

III – IMPUTAR SOLIDARIAMENTE DÉBITO aos responsáveis MIGUEL EDSON HURTADO OREAY – Ex-Secretário Municipal de Educação de Guajará-Mirim (CPF nº 114.162.542-34) e PAULO ROBERTO ARAÚJO BUENO – Ex-Controlador-Geral (CPF nº 780.809.838-87) por violação ao artigo 37, *caput*, da Constituição Federal (princípios da eficiência e legalidade) c/c o artigo 130 da Lei Federal nº 9.503/97, no valor original de R$ 912,66, que atualizado monetariamente desde o fato gerador (novembro/2012) até o mês de setembro/2015 perfaz o montante de R$ 1.133,55, devendo ser procedida à nova atualização monetária acrescida de juros, referente ao período de setembro de 2015 até a data do efetivo pagamento, nos termos da Resolução nº 039/2006-TCE-RO, podendo o cálculo ser efetivado por meio do sítio eletrônico deste Tribunal de Contas no link http://www.tce.ro.gov.br/nova/atualizacaomonetaria/atualizavalor.asp, ante o pagamento de multa por atraso na regularização do licenciamento anual de veículos destinados ao transporte escolar do Município de Guajará-Mirim;

IV – EXCLUIR A RESPONSABILIDADE dos fatos delineados na DDR à fl. 1.880 verso e imputados solidariamente aos responsáveis ATALÍBIO JOSÉ PEGORINI – Ex-Prefeito Municipal de Guajará-Mirim (CPF nº 070.093.641-68), MIGUEL EDSON HURTADO OREAY – Ex-Secretário Municipal de Educação de Guajará-Mirim (CPF nº 114.162.542-34) e PAULO ROBERTO ARAÚJO BUENO – Ex-Controlador-Geral (CPF nº 780.809.838-87), porquanto não restou provado terem praticado ou concorrido em deixarem de reter o ISSQN nos autos nº 1.469/12, que tratam de despesa com manutenção preventiva e corretiva dos veículos;

DAS MULTAS:

V - APLICAR MULTA INDIVIDUAL aos responsáveis ATALÍBIO JOSÉ PEGORINI – Ex-Prefeito Municipal de Guajará-Mirim (CPF nº 070.093.641-68), MIGUEL EDSON HURTADO OREAY – Ex-Secretário Municipal de Educação de Guajará-Mirim (CPF nº 114.162.542-34) e PAULO ROBERTO ARAÚJO BUENO – Ex-Controlador-Geral (CPF nº 780.809.838-87), ante a inexistência de efetivo controle do consumo de combustível, da utilização e do custo operacional dos veículos destinados ao transporte escolar no valor de R$ 2.000,00, nos termos do art. 55, inc. II, da Lei Complementar nº 154/96;

VI - DETERMINAR aos responsáveis que os valores das multas aplicadas sejam recolhidos ao Fundo de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas, no Banco do Brasil, agência nº 2757-X, conta corrente nº 8358-5, nos termos do art. 3º, inc. III, da Lei Complementar nº 194/97;

VII - DETERMINAR aos responsáveis que o valor do dano seja recolhido em favor da Fazenda Pública do Município de Guajará-Mirim/RO;

VIII - FIXAR o prazo de 15 dias (artigo 31, inciso III, letra "a", do RITCE/RO), a contar da publicação do Acórdão para que os responsáveis comprovem a esta Corte de Contas o recolhimento das multas e do débito, salientando que o pagamento fora do prazo assinalado terá por efeito a incidência de correção monetária, em conformidade com o disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 154/96;

IX - Na hipótese de não haver sido realizado o recolhimento das multas e do débito no prazo antes fixado, certificado o trânsito em julgado, e somente após a emissão do título executivo, deverão os autos ser encaminhados ao Departamento de Acompanhamento de Decisões desta Corte para que requeira a cobrança judicial do valor da multa cominada, remetendo-lhe a documentação para a instrução necessária, na forma do art. 27, II, combinado com o art. 80, inc. III, da Lei Complementar nº 154/96;

X – RECOMENDAR, via ofício, que o atual Prefeito do Município de Guajará-Mirim adote todas as medidas necessárias à contratação de monitores para auxiliar os motoristas no transporte de escolares, conforme recomendação do Corpo Técnico à fl. 1855 verso, bem como submeta os processos de serviços continuados à Controladoria Interna e à Procuradoria Jurídica do Município;

XI - DAR CIÊNCIA, via DOeTCE-RO, do teor deste Acórdão aos responsáveis, informando-lhes, ainda, que outras peças dos autos e manifestações, em seu inteiro teor, também estão disponíveis no sítio eletrônico deste Tribunal de Contas (www.tce.ro.gov.br), em atenção à sustentabilidade ambiental;

XII – SOBRESTAR os autos no Departamento do Pleno para acompanhamento do acórdão; e

XIII – Comprovado o recolhimento do valor da multa e do débito, nos termos da decisão, arquivem-se.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA (Relator), VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA e BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 29 de outubro de 2015.

EDILSON DE SOUSA SILVA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1033 DE 16 / 11 / 2015
Servidor (a) _____
Ila Brena Sanches Modesto
Diretora da Diretoria de Coordenação
Julgamento
Cadastro 90008

PROCESSO Nº: 1724/2015 (PROCESSO DE ORIGEM Nº 2722/2009)
INTERESSADO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
ASSUNTO: RECURSO DE REVISÃO – ACÓRDÃO Nº 103/2013-PLENO (PROCESSO Nº 2722/2009)
UNIDADE: PMGMI - PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM/RO
RESPONSÁVEIS: ATALÍBIO JOSÉ PEGORINI – EX-PREFEITO MUNICIPAL - CPF Nº 070.093.641-68
DÚLCIO SILVA MENDES – PREFEITO MUNICIPAL – CPF Nº 000.967.172-20
RELATOR: CONSELHEIRO EDILSON DE SOUSA SILVA

ACÓRDÃO Nº 129/2015 - PLENO

Ementa: Recurso de Revisão. Inadequação da via eleita. Não conhecimento. Nulidade. Reconhecimento de ofício. Se o recurso de revisão é interposto em face de Acórdão proferido em processo de fiscalização de atos e contratos dele não se conhece por ser inadequado.
É de se reconhecer, de ofício, a nulidade parcial do Acórdão nº 103/2013-Pleno, tão somente do seu item III, que imputou débito ao jurisdicionado e a terceiro, sem a conversão do processo em Tomada de Contas Especial.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Recurso de Revisão interposto pelo Senhor Dúlcio da Silva Mendes, Prefeito do Município de Guajará-Mirim, em face do Acórdão nº 103/2013-Pleno, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro EDILSON DE SOUSA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I – NÃO CONHECER o Recurso de Revisão manejado por Dúlcio da Silva Mendes (CPF nº 000.967.172-20), uma vez que foi interposto fora das hipóteses legais descritas no art. 34 da LC nº 154/96 e no art. 96 do RITCE/RO, mostrando-se inadequado;

II – RECONHECER DE OFÍCIO a nulidade parcial do Acórdão nº 103/2013 - Pleno, tão somente do seu item III, proferido nos autos do Processo nº 2722/09 (fl. 520/520v), que imputou débito ao recorrente Dúlcio da Silva Mendes (CPF nº 000.967.172-20) e ao Ex-Prefeito de Guajará-Mirim Atalíbio José Pegorini (CPF nº 070.093.641-68), de forma

solidária, no valor originário de R$ 8.410,00, bem como os atos dele decorrentes, inclusive a inscrição em Dívida Ativa;

III – ESTENDER os efeitos deste Acórdão ao Senhor Atalíbio José Pegorini (CPF nº 070.093.641-68), por se encontrar em mesma situação processual, em analogia ao disposto no art. 580 do Código de Processo Penal;

IV – DETERMINAR, via ofício, a remessa de cópia deste Acórdão à douta Procuradoria do Município de Guajará-Mirim para que adote as medidas pertinentes nos processos de execução fiscal existentes contra os responsáveis Dúlcio da Silva Mendes e Atalíbio José Pegorini;

V - DAR CIÊNCIA, via DoeTCE-RO, do teor deste Acórdão ao recorrente Dúlcio da Silva Mendes e ao Senhor Atalíbio José Pegorini para os devidos fins de direito, informando-lhes que outras peças dos autos e manifestações, em seu inteiro teor, também estão no sítio eletrônico deste Tribunal de Contas (www.tce.ro.gov.br) em atenção ao desenvolvimento sustentável; e

VI – Ao Departamento do Pleno para cumprimento das determinações e depois de procedidas as anotações pertinentes, arquivem-se.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA (Relator), VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA e BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 29 de outubro de 2015.

EDILSON DE SOUSA SILVA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO TCE/RO
Nº 1033 de 16 / 11 / 2015
Servidor (a) _____
Gisela Breda Sanches Modesto
Subdiretora de Divisão de Coordenação
Julgamento
Cadastro 000686

PROCESSO Nº: 5164/2012
INTERESSADO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
ASSUNTO: FISCALIZAÇÃO DE ATOS E CONTRATOS – DECISÃO Nº 223/2012-PLENO (PROCESSO Nº 1873/11)
UNIDADE: PMGMI - PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM/RO
RESPONSÁVEL: ATALÍBIO JOSÉ PEGORINI – EX-PREFEITO MUNICIPAL - CPF Nº 070.093.641-68
RELATOR: CONSELHEIRO EDILSON DE SOUSA SILVA

ACÓRDÃO Nº 130/2015 - PLENO

Ementa: Fiscalização de Atos e Contratos. Prefeitura de Guajará-Mirim. Ilegalidade da Despesa. Descumprimento da despesa com pessoal. Exercício de 2011. Implicações.
Se o Prefeito Municipal, depois de oportunizado o contraditório e a ampla defesa, deixa de promover, na forma e nos prazos fixados em lei, medidas para reduzir o montante da despesa total com pessoal, é de ser sancionado com aplicação de multa prevista no §1º do art. 5º da Lei nº 10.028/2000, ou seja, 30% dos seus vencimentos anuais.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Fiscalização de Atos e Contratos, em cumprimento ao item IV da Decisão nº 223/2012-Pleno, de 20.9.2012, Processo nº 1873/2011, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro EDILSON DE SOUSA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I – CONSIDERAR ILEGAL a conduta praticada pelo Ex-Prefeito do Município de Guajará-Mirim, Senhor Atalíbio José Pegorini (CPF nº 070.093.641-68), por deixar de ordenar ou promover, na forma e nos prazos fixados em lei, a execução de medidas para a redução do montante da despesa com pessoal, mesmo depois de haver sido por diversas vezes alertado por esta Corte de Contas que o limite máximo previsto para o gasto com pessoal no exercício de 2011 havia sido extrapolado;

II – APLICAR MULTA ao Ex-Prefeito do Município de Guajará-Mirim, Senhor Atalíbio José Pegorini, no valor de R$ 43.200,00, correspondente a 30% dos vencimentos anuais de 2011 (R$ 144.000,00), com suporte no § 1º do artigo 5º da Lei Federal 10.028/00, por infração administrativa contra as leis de finanças públicas ao praticar atos que resultaram no gasto com pessoal na ordem de 66,62% da receita corrente líquida, enquanto o percentual máximo permitido por lei é de 54%, mesmo depois de haver sido alertado por diversas vezes por este Tribunal de Contas;

III - FIXAR o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste Acórdão, nos termos da Lei Complementar nº 749/2013 para que o responsável comprove a esta Corte de Contas o recolhimento da multa aplicada, observando que o pagamento fora do prazo assinalado terá por efeito a incidência de correção monetária, em conformidade com o disposto no artigo 56 da Lei Complementar nº 154/96;

IV – No caso de não haver sido realizado o recolhimento da multa no prazo fixado, certificado o trânsito em julgado, e somente após a emissão do título executivo, deverão os autos ser encaminhados ao Departamento de Acompanhamento de Decisões desta Corte para que requeira a cobrança judicial do valor da multa cominada, remetendo-lhe a documentação para a instrução necessária, na forma do inciso II do artigo 27, c/c o inciso III do artigo 80 da Lei Complementar nº 154/96;

V – ALERTAR que o valor da multa deverá ser recolhido ao Fundo de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas de Rondônia, no Banco do Bras agência 2757-x, conta corrente 8358-5;

VI – DETERMINAR, via ofício, ao atual Prefeito de Guajará-Mirim que adote medidas visando à adequação dos gastos com pessoal ao limite estabelecido na LRF, sob pena de suportar multa no percentual de 30% de seus rendimentos anuais, com fulcro no § 1º do artigo 5º da Lei Federal 10.028/00;

VII - DAR CIÊNCIA, via DoeTCE-RO, do teor deste Acórdão ao responsável para todos os fins de direito, informando-o de que outras peças dos autos e manifestações, em seu inteiro teor, também estão no sítio eletrônico deste Tribunal de Contas (www.tce.ro.gov.br) em atenção ao desenvolvimento sustentável; e

VIII – DETERMINAR o sobrestamento dos autos no Departamento do Pleno para acompanhamento do feito.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA (Relator), VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA e BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 29 de outubro de 2015.

EDILSON DE SOUSA SILVA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1039 DE 24 / 11 / 2015
Servidor (a) Ana Brega Sanches Modesto
diretoria da Diretoria de Coordenação
Julgamento
Cadastro 000606

PROCESSO Nº: 1827/2014
UNIDADE: MUNICÍPIO DE CACAULÂNDIA
ASSUNTO: INSPEÇÃO ESPECIAL DECORRENTE DE REPRESENTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA ACERCA DE NOTÍCIA DE IRREGULARIDADES RELATIVAS AO MUNICÍPIO DE CACAULÂNDIA
RESPONSÁVEIS: EDMAR RIBEIRO DE AMORIM – PREFEITO MUNICIPAL - CPF Nº 206.707.296-04
MOACIR DRESCH – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS – CPF Nº 626.118.282-53
HERLAN MONTEIRO GAMBARINI – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CPF Nº 848.952.412-20
NERISELMA DA COSTA CONCEIÇÃO – CONTROLADORA-GERAL DO MUNICÍPIO DE CACAULÂNDIA NO PERÍODO DE 8.5.2012 A 4.11.2013 – CPF Nº 643.802.382-53
MARIA APARECIDA BARROS CAVALCANTE – CONTROLADORA-GERAL DO MUNICÍPIO DE CACAULÂNDIA NO PERÍODO DE 2.1.2013 A 8.5.2013 – CPF Nº 721.206.062-34
JEANNE GOMES DOS SANTOS – CONTROLADORA-GERAL DO MUNICÍPIO DE CACAULÂNDIA – CPF Nº 013.379.682-50
CRISTIANE BARBOSA DA SILVEIRA – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL – CPF Nº 940.253.202-15
ADAILTON LUZ DE SOUZA – CHEFE DE GABINETE NO PERÍODO DE 11.11.2013 A 10.11.2014 – CPF Nº 497.491.452-91
UANDERSON SILVA DE OLIVEIRA – CHEFE DE GABINETE – CPF Nº 900.852.482-15
VALDECIR BATISTA – ADVOGADO PÚBLICO DESDE 28.12.11 – CPF Nº 715.809.109-15
RAFAELA PAMMY FERNANDES SILVEIRA – ADVOGADA PÚBLICA DESDE 3.7.2013 – CPF Nº 786.992.402-44
ROSILENE RODRIGUES DE MOURA – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL – CPF Nº 408.061.112-91
SILVANIA BISSOLI ALVES – CONTROLADORA-GERAL NO PERÍODO DE 4.11.2013 A 16.6.2014 E ASSESSORA JURÍDICA A PARTIR DE 16.7.2014 – CPF Nº 638.153.032-49
RELATOR: CONSELHEIRO VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA

ACÓRDÃO Nº 131/2015 - PLENO

MUNICÍPIO DE CACAULÂNDIA. INSPEÇÃO ESPECIAL DECORRENTE DE REPRESENTAÇÃO FEITA PELA 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE

ARIQUEMES – 1ª TITULARIDADE, ACERCA DE NOTÍCIA DE IRREGULARIDADES PRATICADAS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL. INDÍCIOS DE DANO AO ERÁRIO. OBRIGATÓRIA A CONVERSÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL.
1. Conhece-se de Representação quando atendidos os pressupostos de admissibilidade contidos no art. 52-A, III, da Lei Complementar 154/96, deve a Representação ser conhecida por este TCE/RO;
2. Evidenciada a prática de atos ilegais, que repercutem de forma danosa em desfavor do erário, torna-se impositiva a conversão do processo em Tomada de Contas Especial, com espeque na norma inserta no art. 44 da Lei Complementar n. 154/96 c/c art. 65 do RITC, para que, após, seja facultado aos responsáveis a apresentação de defesas, em atenção aos princípios da ampla defesa e do contraditório (art. 5º, LIV, da CF/88), corolários do devido processo legal.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Representação formulada pela Promotora de Justiça Tâmera Padoin Marques – 3ª Promotoria de Justiça de Ariquemes – 1ª Titularidade, acerca de prática de possíveis irregularidades no âmbito do Poder Executivo Municipal de Cacaulândia, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, por unanimidade de votos, em:

I - Conhecer da Representação, oriunda do Ministério Público Estadual, formulada pela Promotora de Justiça Tâmera Padoin Marques – 3ª Promotoria de Justiça de Ariquemes – 1ª Titularidade, acerca de notícia de irregularidades praticadas no âmbito do Poder Executivo Municipal de Cacaulândia, diante do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade contidos no art. 52 A, III, da Lei Complementar 154/96, para no mérito considerá-la procedente;

II - Converter os autos em Tomada de Contas Especial, com fulcro no artigo 44 da Lei Complementar nº 154, de 1996, combinado com o artigo 65 do Regimento Interno, por restar evidenciado indícios causadores de dano ao erário, conforme delineado no relatório técnico (fls. 3.271/3.282 dos autos);

III - Determinar ao Departamento de Documentação e Protocolo - DDP que promova a reautuação dos autos nos termos do art. 10, §1º, da Resolução 037/TCERO/2006 ;

IV - Dar conhecimento, via ofício, deste Acórdão Ministério Público Estadual, na pessoa do seu representante da 3ª Promotoria de Justiça de Ariquemes, informando-o do resultado da auditoria realizada por esta Corte de Contas, afeto aos atos do Procedimento Investigatório nº 20140010100047/97;

V - Determinar o retorno dos autos ao Gabinete do Conselheiro Relator para prolação da Decisão em Despacho de Definição de Responsabilidade, conforme art. 12, incisos I e II, da Lei Complementar n. 154/96 c/c o art. 19, incisos I e II, do Regimento Interno, na forma das irregularidades constantes às fls. 433/435v e do relatório condutor deste Acórdão, ocasião em que será oportunizado o exercício do contraditório e da ampla defesa, em sujeição ao art. 5º, LV, da Constituição Federal;

VI - Adotar as medidas administrativas e legais necessárias ao cumprimento deste Acórdão.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA (Relator), FRANCISCO CARVALHO DA SILVA e PAULO CURI NETO; os Conselheiros-Substitutos DAVI DANTAS DA SILVA, FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA E ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 12 de novembro de 2015.

VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1038 DE 23 / 11 / 2015
Servidor (a) _____
Diana Julienes Modesto
Diretoria da Diretoria de Coordenação
Julgamento
Cadastro 90686

PROCESSO Nº: 1647/2015 (PROCESSO ELETRÔNICO)
INTERESSADO: PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014
RESPONSÁVEIS: ANEDINO CARLOS PEREIRA JÚNIOR – PREFEITO MUNICIPAL – PERÍODO: 1º.1 A 4.4.2014 - CPF Nº 260.676.922-87
JOSEMAR BEATTO – PREFEITO MUNICIPAL – PERÍODO: 4.4 A 31.12.2014 – CPF Nº 204.027.672-68
RELATOR: CONSELHEIRO FRANCISCO CARVALHO DA SILVA

ACÓRDÃO Nº 132/2015 - PLENO

Fiscalização a cargo do Tribunal. Das Contas do Governador do Estado e Prefeitos. Poder Executivo do Município de Colorado do Oeste. Prestação de Contas. Exercício de 2014. Cumprimento dos índices de educação, de saúde e de repasse ao Poder Legislativo. Parecer Prévio pela aprovação com ressalvas das Contas. Determinações.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Prestação de Contas do Município de Colorado do Oeste, exercício de 2014, tendo como responsáveis os Senhores Anedino Carlos Pereira Júnior e Josemar Beatto, na qualidade de Gestores e Ordenadores de Despesas nos períodos de 1º.1 a 4.4.2014 e 4.4 a 31.12.2014, respectivamente, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I - Emitir Parecer Prévio pela APROVAÇÃO das Contas do Município de Colorado do Oeste, no período de 1°1 a 4.4.2014, sob a responsabilidade do Senhor ANEDINO CARLOS PEREIRA JÚNIOR CPF n° 260.676.922-87, nos termos do inciso I do artigo 71 da Constituição Federal c/c o artigo 1°, incisos III e VI, da Lei Complementar n° 154/96;

II - Emitir Parecer Prévio pela APROVAÇÃO COM RESSALVAS das Contas do Município de Colorado do Oeste, no período de 4.4. a 31.12.2014, sob a responsabilidade do Senhor JOSEMAR BEATTO - CPF n° 204.027.672-68, nos termos do artigo 71, inciso I, da Constituição Federal c/c o artigo 1°, incisos III e VI, da Lei Complementar n° 154/96, em virtude das seguintes falhas:

a) Envio extemporâneo dos balancetes de janeiro, fevereiro e março de 2014, ao TCE-RO, contrariando as disposições do artigo 53 da Constituição Estadual c/c o artigo 5° da IN n° 019/TCERO-2006 e à prorrogação concedida no item III. II da Decisão n° 07/2014-CSA;

b) Não atingimento das Metas Fiscais de Resultados Primário e Nominal previstas na LDO, no exercício de 2014, infringindo aos artigos 4°, § 1°, 9° e 53, III, da LRF.

III - Determinar ao atual Prefeito do Município de Colorado do Oeste a adoção das seguintes medidas:

a) Utilizar o protesto extrajudicial como medida prévia ao ajuizamento das execuções judiciais para os créditos tributários e não tributários, objetivando incrementar a arrecadação da Dívida Ativa e, se necessário, outras providências que resultem na diminuição efetiva do saldo acumulado desses créditos, promovendo o cancelamento de Dívida Ativa somente nos casos que se enquadrem no disposto no artigo 14 da LRF;

b) Observar os prazos de envio de documentos exigidos por esta Corte de Contas, notadamente quanto às remessas dos balancetes mensais de acordo com a Instrução Normativa n° 019/TCE-RO-2006;

c) Adotar mecanismos técnicos eficazes, quando da elaboração das Metas dos Resultados Primário e Nominal, evitando a ocorrência de inconsistência dos valores previstos com os executados, utilizando as normas técnicas da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, em observância ao princípio do planejamento - artigo 1°, § 1°, e às disposições do artigo 9°, todos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

IV - Dar ciência, via ofício, do teor deste Acórdão às partes interessadas; e

V - Determinar ao Departamento do Pleno que, após adoção das medidas de praxe, reproduza mídia digital dos autos para ser remetida ao Legislativo Municipal para providências de sua alçada.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA (Relator) e PAULO CURI NETO; os Conselheiros-Substitutos DAVI DANTAS DA SILVA, FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA e ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 12 de novembro de 2015.

FRANCISCO CARVALHO DA SILVA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1038 DE 23 / 11 / 2015
Servidor (a) _____
Ilda Brega Sanches Modes
Diretora da Diretoria de Coordenação
Julgamento
Cadastro 900606

PROCESSO Nº: 1483/2015 (PROCESSO ELETRÔNICO)
INTERESSADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014
RESPONSÁVEL: HÉVERTON ALVES DE AGUIAR – PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA - CPF Nº 142.939.192-87
RELATOR: CONSELHEIRO FRANCISCO CARVALHO DA SILVA

ACÓRDÃO Nº 133/2015 - PLENO

Do Julgamento de Contas. Ministério Público Estadual - MPE/RO. Prestação de Contas. Exercício de 2014. Regular. Artigo 16, I, da Lei Complementar n° 154/96. Quitação Plena. Artigo 23, parágrafo único, do RI/TCE-RO. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Prestação de Contas do Ministério Público do Estado, exercício 2014, sob a responsabilidade do Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Héverton Alves de Aguiar, na condição de Ordenador de Despesas, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I - Julgar regular a Prestação de Contas do Ministério Público do Estado de Rondônia, exercício de 2014, de responsabilidade do Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Héverton Alves de Aguiar, nos termos do artigo 16, inciso I, da Lei Complementar n° 154/96/TCE-RO;

II - Conceder quitação plena, na forma do artigo 23, parágrafo único, do Regimento Interno/TCE-RO, ao Excelentíssimo Senhor Héverton Alves de Aguiar - CPF n° 142.939.192-87, na condição de Ordenador de Despesa do MPE-RO, exercício de 2014; e

III - Dar ciência, via Diário Oficial Eletrônico, aos interessados e, após os trâmites regimentais, arquive-se.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA (Relator) e PAULO CURI NETO; os Conselheiros-Substitutos DAVI DANTAS DA SILVA, FRANCISCO

JÚNIOR FERREIRA DA SILVA e ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 12 de novembro de 2015.

FRANCISCO CARVALHO DA SILVA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO TCE/RO
Nº 1039 DE 24 / 11 / 2015
Servidor (a) _____
Ida Breda Sanches Mendes
diretora da Diretoria de Coordenação
Julgamento

PROCESSO Nº: 2908/2013
UNIDADE: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TEIXEIRÓPOLIS
INTERESSADO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
ASSUNTO: AUDITORIA DE CUMPRIMENTO LEGAL – MAPEAMENTO QUANTO AO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 131/2009
RESPONSÁVEL: VALDIR MENDES DE CASTRO – CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL - CPF Nº 674.396.167-15
RELATOR: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO DAVI DANTAS DA SILVA (em substituição ao Conselheiro BENEDITO ANTÔNIO ALVES)

ACÓRDÃO Nº 134/2015 - PLENO

Auditoria de Cumprimento Legal. Poder Executivo Municipal de Teixeirópolis. Lei Complementar Federal n. 131/2009 – Lei da Transparência. Inadequado. Decisão Monocrática n. 22/2013/GCBAA. Descumprimento. Aplicação da sanção de multa, prescrita no artigo 55, inciso IV, da Lei Complementar n. 154/96. Novas determinações, para adequação das informações constantes do Portal de Transparência, sob pena de multa diária, na forma de astreintes, com fulcro no art. 461, § 4º, do CPC c/c o artigo 286-A do Regimento Interno. Determinações.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Auditoria, que tem por escopo averiguar o cumprimento da Lei Complementar Federal n. 131/2009, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I – CONSIDERAR INADEQUADO o Portal da Transparência do Poder Executivo Municipal de Teixeirópolis, haja vista as não conformidades, objeto da Auditoria de Cumprimento Legal, que teve como escopo averiguar o cumprimento da Lei Complementar Federal n. 131/2009, que dispõe sobre obrigações a todas as esferas da administração pública, visando à publicidade da execução orçamentária e financeira, objetivando potencializar o controle social dos entes públicos, conforme relatório da Unidade Técnica, às fls. 95/98, concernente à infringência ao art. 48, *caput*, da LC n. 101/2000, c/c art. 37, *caput*, da Constituição Federal (princípio da publicidade), em razão de não disponibilizar em seu Portal da Transparência os documentos relativos ao Relatório Resumido de Execução Orçamentária, ao Relatório de Gestão Fiscal e os documentos inerentes às prestações de Contas e respectivos pareceres prévios (subitem 3.2.9);

II – MULTAR o Chefe do Poder Executivo Municipal de Teixeirópolis, Valdir Mendes de Castro, CPF n. 674.396.167-15, no valor de R$ 2.500,00 (dois

mil e quinhentos reais), nos termos do art. 55, IV, da Lei Complementar n. 154/96, c/c o art. 103, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, uma vez não cumpridas as determinações constantes da Decisão Monocrática n. 22/2013/GCBAA, concernentes à completa disponibilização de informações no Portal de Transparência, no âmbito do Poder Executivo Municipal de Teixeirópolis, conforme relatório da Unidade Técnica, às fls. 95/98;

III – FIXAR o prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma da legislação em vigor, para que o Senhor Valdir Mendes de Castro, recolha o valor da multa consignada no item II, ao Fundo de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas, no Banco do Brasil, Agência 2757-X, c/c n. 8358-5, nos termos do art. 3°, III, da Lei Complementar n. 194/97, devidamente atualizadas, caso não recolhida no prazo assinalado, conforme artigo 56, da Lei Complementar n. 154/96;

IV – DETERMINAR que, transitado em julgado sem o recolhimento da multa, seja iniciada a cobrança judicial nos termos do artigo 36, II, do Regimento Interno, c/c artigo 27, II, da Lei Complementar n. 154/96;

V – DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), ao atual Chefe do Poder Executivo Municipal de Teixeirópolis, com fulcro no art. 71, IX, da Constituição Federal, c/c o art. 63, *caput*, do RITCE-RO que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste Acórdão, adote providências visando adequar o *site* Portal Eletrônico do Município, disponibilizando todas as informações necessárias ao cumprimento da Lei Complementar Federal n. 131/2009, devendo constar, de forma clara e facilmente acessível pelos cidadãos, todas as informações de relevância pública, concernentes ao Relatório Resumido de Execução Orçamentária, ao Relatório de Gestão Fiscal e os documentos inerentes às prestações de Contas e respectivos pareceres prévios, sob pena de aplicação de nova sanção de multa, na forma de *astreintes,* no valor de R$ 100,00 (cem reais) por dia, até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com fulcro no art. 461, § 4°, do CPC, c/c o artigo 286-A do Regimento Interno;

VI – DAR CONHECIMENTO deste Acórdão aos interessados, via Diário Oficial eletrônico desta Corte, cujo acesso está disponível para consulta no *site* www.tce.ro.gov.br, com o escopo de evitar dispêndios desnecessários com extração de fotocópias, em atenção à sustentabilidade ambiental; e

VII - SOBRESTAR os autos no Departamento do Pleno visando ao acompanhamento do feito.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA e PAULO CURI NETO; os Conselheiros-Substitutos DAVI DANTAS DA SILVA (Relator), FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA e ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 12 de novembro de 2015.

DAVI DANTAS DA SILVA
Conselheiro-Substituto Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1039 DE 24 / 11 / 2015
Servidor (a) _____
Vitória Brenda Sanches Modesto
Subdiretora da Diretoria de Coordenação
Julgamento

PROCESSO Nº: 0794/1999
UNIDADE: NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE
ASSUNTO: CONTRATO Nº 001/96 – ANÁLISE QUANTO AO CUMPRIMENTO DO ACÓRDÃO Nº 161/00
RESPONSÁVEL: JUAREZ MARTINS DE OLIVEIRA - CPF Nº 272.309.292-53
RELATOR: CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

ACÓRDÃO Nº 135/2015 - PLENO

Análise de despesa. Contrato n° 001/96. Nova Brasilândia do Oeste. Acórdão proferido. Responsabilização com a imputação de débito e de multa. Exame quanto ao cumprimento. Imputação de multa (item III). Inexistência de cobrança judicial. Falta de qualquer questionamento por parte deste Tribunal de Contas. Constituição definitiva do crédito em 2001 (decisão irrecorrível desta Corte). Prescrição reconhecida. Ausência de interesse de agir (inutilidade da persecução). Seletividade das ações de controle. Baixa de responsabilidade. Prosseguimento do feito em relação ao débito pendente de recolhimento (item II).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de análise da despesa referente ao Contrato n° 001/96, firmado pelo Município de Nova Brasilândia do Oeste para a contratação de médicos, que culminou no Acórdão n° 161/00, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro PAULO CURI NETO, por unanimidade de votos, em:

I - Baixar a responsabilidade do Senhor Juarez Martins de Oliveira, em relação à imputação do item III (multa) do Acórdão n° 161/00. A referida obrigação decorrente da pena de multa no valor histórico de R$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais), deve ser afastada, em decorrência do decurso do prazo prescricional de cinco anos entre a constituição definitiva do crédito, que, no caso posto, configurou-se pela decisão irrecorrível desta Corte, em 15 de fevereiro de 2001, e da pendência quanto ao ajuizamento da ação de execução do crédito;

II - Dar ciência deste Acórdão, via Diário Oficial, ao responsável, ficando registrado que o seu inteiro teor está disponível no sítio eletrônico deste Tribunal (www.tce.ro.gov.br); e

III - Remeter os presentes autos ao Dead, que deverá instar o Prefeito de Nova Brasilândia do Oeste a comprovar perante esta Corte de Contas, no prazo de 30 dias, o ajuizamento da ação de cobrança em face do responsável pelo débito (dano ao erário) ainda pendente de recolhimento (item II do Acórdão n° 161/00), sob pena de responsabilização.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA e PAULO CURI NETO (Relator); os Conselheiros-Substitutos DAVI DANTAS DA SILVA, FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA e ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministéi Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 12 de novembro de 2015.

PAULO CURI NETO
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1039 DE 24 / 11 / 2015
Servidor (a) _____
Ana Brega Sanches Modesto
Subdiretora da Diretoria de Coordenação
Julgamento
Cadastro 900606

PROCESSO Nº: 3989/2014 (PROCESSO ELETRÔNICO)
INTERESSADA: SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE-SESAU, SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE E MUNICÍPIOS DO ESTADO DE RONDÔNIA
ASSUNTO: FISCALIZAÇÃO (AUDITORIA COORDENADA EM UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-UBSS)
RESPONSÁVEIS: WILLIAMES PIMENTEL DE OLIVEIRA (CPF: 085.341.442-49) – SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE
MAURO NAZIF RASUL (CPF: 701.620.007-82) E DOMINGOS SÁVIO FERNANDES ARAÚJO (CPF: 173.530.505-78) – PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO VELHO
VALDOIR GOMES FERREIRA (CPF: 169.941.401.72) E MANOEL RUMÃO DE PAULA NETO (CPF: 566.808.056-00) – PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTA FLORESTA D'OESTE
OBADIAS BRAZ ODORICO (CPF: 288.101.202-72) E NAIR QUEIROZ DE OLIVEIRA SANTOS (CPF: 598.765.142-53) – PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
MARCOS APARECIDO LEGHI (CPF: 352.551.701-78) E CAMILO NOGUEIRA DE OLIVEIRA (CPF: 142.990.201-97) – PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
RANIERY LUIZ FABRIS (CPF: 420.097.582-34) E PEDRO HENRIQUE DE ANDRADE FERREIRA (CPF: 978.419.272-15) – PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALVORADA D'OESTE
LORIVAL RIBEIRO DE AMORIM (CPF: 244.231.656-00) E JOSEILTON SOUTO PEREIRA (CPF: 918.134.504-63) – PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARIQUEMES
ANTÔNIO CORREA DE LIMA (CPF: 574.910.389-72) E JOSIANE DA SILVA ALVES QUIUQUI (CPF: 068.365.357-10) – PREFEITO E SECRETÁRIA MUNICIPAL DE BURITIS
IZAEL DIAS MOREIRA (CPF: 340.617.382-91) E SADI MASSAROLI (CPF: 407.964.002-10) – PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CABIXI
EDMAR RIBEIRO AMORIM (CPF: 206.707.296-04) E MAXSUEL FALCÃO METZKER (CPF: 498.104.992-72) – PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACAULÂNDIA
FRANCESCO VIALLETTO (CPF: 302.949.757-72) E FABIANO SANTOS DE AMORIM (CPF: 841.155.302-78) – PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACOAL
OSCIMAR APARECIDO FERREIRA (CPF: 556.984.769-34) E

CLEIDIMAR APARECIDA ROCHA (CPF: 587.821.502-06) – PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA
FRANCISCO SOBREIRA DE SOARES (CPF: 204.823.372-49) E DJEINI CHEURIE MUNIZ (CPF: 860.039.252-72) – PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANDEIAS DO JAMARI
CLAUDIO MARTINS DE OLIVEIRA (CPF: 092.622.877-39) E FREDIMAR ANTONELO (CPF: 723.496.032-53) – PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CASTANHEIRAS
AIRTON GOMES (CPF: 239.871.629-53) E MARLI KNOOP DE SOUZA (CPF: 407.765.309-68) – PREFEITO E SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CEREJEIRAS
VANDERLEI PALHARI (CPF: 036.671.778-28) E APARECIDO ALVES DOS SANTOS (CPF: 592.417.802-15) – PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHUPINGUAIA
JOSEMAR BEATTO (CPF: 204.027.672-68) E ELIENE MEDEIROS FELIX DA CRUZ (CPF: 730.009.062-15) – PREFEITO E SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE COLORADO DO OESTE
DEOCLECIANO FERREIRA FILHO (CPF: 499.306.212-53) E ROSANA MESQUITA VALADÃO (CPF: 740.239.932-04) – PREFEITO E SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CORUMBIARA
FRANCISCO GONÇALVES NETO (CPF: 037.118.622-68) E CLÁUDIO XAVIER CUSTÓDIO (CPF: 604.215.092-87) – PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COSTA MARQUES
FÁBIO PATRÍCIO NETO (CPF: 421.845.922-34) E ANA MARIA DA SILVA (CPF: 645.581.582-00) – PREFEITO E SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CUJUBIM
CÉLIO RENATO DA SILVEIRA (CPF: 130.634.721-15) E LAURA GUEDES BEZERRA (CPF: 247.441.744-34) – PREFEITO E SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ESPIGÃO D'OESTE
MARIA APARECIDA TORQUATO SIMON (CPF: 486.251.242-91) E LÚCIA MARIA MOREIRA CÉLIA (CPF: 294.443.652-04) – PREFEITA E SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA
DULCIO DA SILVA MENDES (CPF: 000.967.172-20) E SAMIA GONÇALVES DE MELGAR (CPF: 242.059.742-72) – PREFEITO E SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUAJARÁ-MIRIM
JOÃO ADALBERTO TESTA (CPF: 367.261.681-87) E ROSE LOPES DOS SANTOS OLIVEIRA (CPF: 607.055.312-87) – PREFEITO E SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPUÃ D'OESTE
SÔNIA CORDEIRO DE SOUZA (CPF: 905.580.227-15) E FÁBIO APARECIDO DE SOUZA DOBRI (CPF: 754.261.962-49) – PREFEITA E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARU
JESUALDO PIRES FERREIRA JÚNIOR (CPF: 042.321.878-63) E

RENATO ANTÔNIO FUVERKI (CPF: 306.219.179-15) – PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JI-PARANÁ

MÁRIO ALVES DA COSTA (CPF: 351.093.002-91) E ELIEZER BISPO DOS SANTOS (CPF: 789.727.602-34) – PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACHADINHO D'OESTE

NEURI CARLOS PERSCH (CPF: 325.451.772-53) E JOÃO EDIS DE OLIVEIRA (CPF: 409.126.042-04) – PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MINISTRO ANDREAZZA

JANDIR LOUZADA DE MELO (CPF: 169.028.316-53) E LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA SILVA (CPF: 630.552.876-49) – PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MIRANTE DA SERRA

JAIR MIOTTO JÚNIOR (CPF: 852.987.002-68) E EDIMARA DA SILVA (CPF: 518.164.742-15) – PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE NEGRO

GERSON NEVES (CPF: 272.784.761-00) E MARCOS DE FARIAS NICOLETTE (CPF: 498.941.532-91) – PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA BRASILÂNDIA

LAERTE SILVA DE QUEIROZ (CPF: 156.833.541-53) E FRANCISCA DE BARROS MARINHO (CPF: 242.015.532-72) – PREFEITO E SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA MAMORÉ

JOSÉ SILVA PEREIRA (CPF: 856.518.425-00) E RENATA MARTINS DE MENDONÇA (CPF: 710.103.942-15) – PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA UNIÃO

VARLEY GONÇALVES FERREIRA (CPF: 277.040.922-00) E EMILIA LEITE (CPF: 607.615.551-53) – PREFEITO E SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE D'OESTE

JOSÉ LUIZ VIEIRA (CPF: 885.365.217-91) E EDERBAL RAPOSO DA ROCHA (CPF: 470.462.602-49) – PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FELIPE D'OESTE

GISLAINE CLEMENTE (CPF: 298.853.638-40) E VERA LÚCIA QUADROS (CPF: 191.418.232-49) – PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

ZENILDO PEREIRA DOS SANTOS (CPF: 909.566.722-72) E ELIVELTO KOVALHCZVK (CPF: 020.828.429-08) – PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

ARMANDO BERNARDO DA SILVA (CPF: 157.857.728-41) E CLAUDIO ROBERTO DE OLIVEIRA (CPF: 761.808.837-34) – PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERINGUEIRAS

VALDIR MENDES DE CASTRO (CPF: 674.396.167-15) E DEVAIR VIEIRA DE OLIVEIRA (CPF: 709.635.842-00) –

PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TEIXEIRÓPOLIS

JOSÉ LIMA DA SILVA (CPF: 191.010.232-68) E FERNANDO DOS SANTOS DE OLIVEIRA (CPF: 036.063.526-11) – PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE THEOBROMA

SÉRGIO DOS SANTOS (CPF: 625.209.032-87) E ADALVO MAIA (CPF: 236.445.322-49) – PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUPÁ

NILSON AKIRA SUGANUMA (CPF: 160.574.302-04) E LEOSEMIR REYS PERES (CPF: 969.742.658-91) – PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VALE DO ANARI

JUAN ALEX TESTONI (CPF: 203.400.012-91) E MARLUCI BRILHANTE DE SOUZA (CPF: 312.287.712-00) – PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO PRETO D'OESTE

LUIZ AMARAL DE BRITO (CPF: 638.899.782-15) E ISRAEL ELIAS DE OLIVEIRA (CPF: 588.609.599-34) – PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARECIS

JEAN HENRIQUE GERELOMO DE MENDONÇA (CPF: 603.371.842-91) E ANA LOPES BASTOS (CPF: 085.031.252-34) – PREFEITO E SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIMENTA BUENO

JOÃO MIRANDA DE ALMEIDA (CPF: 088.931.178-19) E ELIZIANE DOS SANTOS TEODORO (CPF: 884.253.631-87) – PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIMENTEIRAS D'OESTE

MARIA DE LOURDES DANTAS ALVES (CPF: 581.619.102-00) E LARISSA DE SOUSA RAMALHO (CPF: 969.333.132-04) – PREFEITA E SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE MÉDICI

MANOEL LOPES DE OLIVEIRA (CPF: 107.456.531-20) E JENIVALDO GOMES DE ALMEIDA FONSECA (CPF: 856.156.252-87) – PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA

EUDES DE SOUSA E SILVA (CPF: 023.087.694-32) E FRANCISCA MARIA DE SOUSA MEIRELLES (CPF: 614.592.322-91) – PREFEITO E SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO CRESPO

LUIZ ADEMIR SCHOCK (CPF: 391.260.729-04) E JAIR JOSÉ DA ROCHA (CPF: 219.819.812-68) – PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ROLIM DE MOURA

JURANDIR DE OLIVEIRA ARAÚJO (CPF: 315.662.192-72) E AFONSO EMERICK DUTRA (CPF: 420.163.042-00) – PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA LUZIA

LUIZ PEREIRA DE SOUZA (CPF: 327.042.242-34) E LUZIA INES DE ANDRADE (CPF: 958.071.526-20) – PREFEITO E SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VALE DO PARAÍSO

JOSÉ LUIZ ROVER (CPF: 591.002.149-49) E ADILSON

RELATOR: BERNARDINO RODRIGUES (CPF: 235.151.719-91) – PREFEITO E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILHENA
CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

ACÓRDÃO Nº 136/2015 - PLENO

Fiscalização. Auditoria Operacional Coordenada. Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebraram o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Tribunal de Contas da União, demais Tribunais de Contas brasileiros, Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB). Finalidade de avaliar a gestão exercida sobre a Atenção Básica de saúde. 2. Determinações. 3. Recomendações. Obrigatoriedade de estabelecimento de um plano de ação por parte dos gestores para atacar as fragilidades do serviço.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de auditoria coordenada tendo como objeto avaliar a qualidade das prestações dos serviços da atenção básica à saúde nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro PAULO CURI NETO, por unanimidade de votos, em:

I. Recomendar ao Secretário de Estado da Saúde que:

1.1 Elabore e mantenha atualizado o diagnóstico das necessidades de capacitação e formação dos gestores e profissionais da Atenção Básica;

1.2 Elabore ou reestruture o Plano de Educação Permanente com o fim de ofertar cursos de formação e capacitação continuada de acordo com as necessidades dos gestores e profissionais da Atenção Básica, e de acordo com o Plano de Educação Permanente;

1.3 Promova a articulação entre a SES e a SMS, por meio dos atores envolvidos no processo (CIB e CIR), para discutir, programar e estabelecer ações de capacitações e formação dos profissionais da Atenção Básica;

1.4 Promova ações e capacitações para fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação junto aos Municípios e no âmbito da própria Secretaria Estadual de Saúde;

1.5 Dote a Secretaria Estadual com pessoal capacitado e suficiente, com base em critérios de dimensionamento predefinidos, para o desenvolvimento das ações de monitoramento e avaliação da Atenção Básica;

1.6 Institucionalize o monitoramento e avaliação da Atenção Básica na estrutura da secretaria, de forma coordenada com os Municípios;

1.7 Fortaleça o apoio institucional aos Municípios;

1.8 Articule com o Ministério da Saúde juntamente com os Municípios, por meio de reunião da Comissão Intergestora Tripartite - CIT, a melhoria da infraestrutura para fornecimento de energia elétrica e melhoria da qualidade da internet no âmbito do Estado de Rondônia;

1.9 Elabore um diagnóstico da estrutura de Tecnologia da Informação - TI que reflita as necessidades demandadas para a realização de monitoramento e avaliação da Atenção Básica;

1.10 Adapte a estrutura de Tecnologia da Informação - TI para atendimento das necessidades levantadas no diagnóstico;

1.11 Insira na pauta de reunião da Comissão Intergestora Bipartite CIB e da Comissão Intergestora Tripartite CIT proposta de integração (interoperabilidade) dos sistemas informatizados;

1.12 Preste apoio institucional aos Municípios no processo de levantamento das necessidades da população (equipes de Saúde da Família, necessidade de atendimento próximo, perfil epidemiológico), no processo de planejamento (capacitação e instrumentalização);

1.13 Desenvolva, com a participação do Ministério da Saúde - MS, um programa de capacitação para os membros dos conselhos, objetivando maior efetividade na atuação destes;

1.14 Desenvolva ações de apoio técnico aos Municípios, visando contribuir com o processo de planejamento voltado para a Atenção Básica (exemplos: capacitação, dispor técnicos para auxiliar os municípios);

1.15 Elabore e implemente os fluxos de integração regionalizada (referência e contrarreferência) da Atenção Básica com os demais níveis de atenção;

1.16 Planeje, de forma regionalizada, amplie e melhor distribua a estrutura de média e alta complexidade, aprimore os sistemas de informação, articulando-se com as SMS, com vistas à integração entre as ferramentas de referência e contrarreferência;

1.17 Implemente estratégias para o desenvolvimento do apoio matriciais;

1.18 Crie mecanismos efetivos que institucionalizem o preenchimento/registro da contrarreferência;

1.19 Apoie os municípios no estabelecimento de controles (tempo médio de retomo por encaminhamento, percentual de encaminhamentos da AB para a média e alta complexidade), monitorando e consolidando os resultados;

1.20 Articule com as demais entidades e órgãos de representação estadual (CIB, COSEMS) e nacional (CIT) para a rediscussão da tabela SUS e da quota mensal de procedimentos e exames por município; pactuar na CIB o tema alocação de recursos destinados à Atenção Básica dos Municípios;

1.21 Destine recursos do financiamento tripartite compatíveis com as reais necessidades da Atenção Básica dos Municípios em conformidade com a Lei Federal n. 8.080/90, Política Nacional da Atenção Básica - PNAB e Resolução n. 67/CIBIRO, de 23 de maio de 2012;

1.22 Realize um diagnóstico que aponte as necessidades de financiamento da Atenção Básica dos Municípios.

II. Recomendar aos prefeitos e aos respectivos secretários municipais de saúde que:

2.1 Realizem levantamento (diagnóstico) das necessidades de alocação de pessoal da AB, considerando o perfil epidemiológico, a população coberta por equipe e a composição das equipes multiprofissionais;

2.2 Promovam a articulação com o governo estadual e federal (por meio da CIR e CIB, CONASS, COSEMS, CONASEMS), para discutir, programar e estabelecer uma política de financiamento da Atenção Básica que se adeque à realidade dos Municípios;

2.3 Desenvolvam ações que promovam a permanência dos profissionais na Atenção Básica, a exemplo: concursos públicos e Plano de Cargos, Carreiras e Salários; gratificação e outros incentivos; melhores condições de trabalho (EPIs, materiais, equipamentos, transporte, insumos, infraestrutura);

2.4 Promovam ações e capacitações para fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação com as equipes de Atenção Básica;

2.5 Componham a Secretaria Municipal de Saúde com pessoal capacitado e suficiente, com base em critérios de dimensionamento pré-definidos, para o desenvolvimento das ações de monitoramento e avaliação de indicadores da Atenção Básica;

2.6 Adequem a estrutura organizacional da secretaria, contemplando a atividade de monitoramento e avaliação da Atenção Básica;

2.7 Aprimorem os mecanismos de levantamento de dados para compor os indicadores, incluindo sistemática para verificar a confiabilidade dos dados;

2.8 Implantem, no âmbito municipal, portfólio de indicadores de processos de trabalho para a Atenção Básica;

2.9 Promovam a divulgação dos resultados gerados no processo de monitoramento e avaliação dos indicadores da Atenção Básica;

2.10 Priorizem a utilização do portfólio de indicadores disponíveis como estratégia de aprimoramento da gestão da Atenção Básica;

2.11 Elaborem um diagnóstico da estrutura de Tecnologia da Informação – TI que reflita as necessidades demandadas para a realização de monitoramento e avaliação da Atenção Básica;

2.12 Adequem a estrutura de Tecnologia da Informação - TI para atendimento das necessidades levantadas no diagnóstico;

2.13 Insiram na pauta de reunião da Comissão Intergestora Bipartite CIB e da Comissão Intergestora Tripartite CIT proposta de integração (interoperabilidade) dos sistemas informatizados;

2.14 Promovam a articulação com o governo estadual e federal por meio da CIB e CIT, visando à elaboração de diretrizes para o levantamento das necessidades de saúde da população;

2.15 Promovam a implantação ou aperfeiçoamento dos canais de comunicação entre usuários e a UBS/SMS, de modo que as necessidades dos usuários sejam contempladas no planejamento;

2.16 Desenvolvam e/ou aprimore ações para fomentar a participação dos conselhos de saúde no planejamento das ações de saúde;

2.17 Fortaleçam e estimule a estrutura de apoio matricial;

2.18 Criem mecanismos que institucionalize o preenchimento/registro da contrarreferência;

2.19 Estabeleçam controles do tempo médio de retorno por encaminhamento e do percentual de encaminhamentos da AB para a média e alta complexidade, por meio de indicadores específicos.

III. Representar ao Tribunal de Contas da União-TCU para que recomende ao Ministério da Saúde - a promoção da articulação, por meio da Comissão Intergestores Tripartite-CIT, a fim de que sejam elaboradas diretrizes nacionais para o levantamento das necessidades de saúde da população;

IV. Recomendar às Comissões Intergestores Regionais (CIR) e à Comissão Intergestores Bipartite (CIB) que se articulem para o estabelecimento de fluxos claros e atualizados de integração da Atenção Básica com os demais níveis de saúde;

V. Determinar à Comissão Intergestores Bipartite (CIB), em articulação com: a) Comissões Intergestores Regionais (CIR); b) Secretário de Estado da Saúde; c) Conselho de Secretarias Municipais de Saúde - COSEMS/RO; d) Prefeitos e Secretários Municipais de Saúde que apresentem, no prazo de 180 dias, Plano de Ação, para cada uma das 7 (sete) Regiões de Saúde do Estado (Madeira-Mamoré, Vale do Jamari, Central, Zona da Mata, Café, Cone Sul e Vale do Guaporé), contendo as medidas a serem adotadas, a definição dos responsáveis pelas ações e os respectivos prazos previstos para implementação das recomendações indicadas nos itens I, II e IV do Acórdão e nos subitens dos itens 8.1, 8.2 e 8.4 do Relatório Técnico conclusivo, podendo, para tanto, se entender necessário, se socorrer das orientações da equipe técnica que realizou a presente auditoria.

VI. Encaminhar cópia do acórdão proferido, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentarem, assim como do inteiro teor do Relatório Técnico conclusivo para os seguintes autoridades e órgãos:

6.1 Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG);

6.2 Casa Civil;

6.3 Presidente da Assembleia Legislativa, com proposta de encaminhamento às Comissões de Finanças, Economia, Tributação e Orçamento e de Saúde;

6.4 Conselhos Estadual e Municipais de Saúde do Estado de Rondônia;

6.5 Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia- CREMERO;

6.6 Departamento de Medicina da Fundação Universidade Federal de Rondônia- DEPMED;

VII. Determinar ao Secretário de Estado da Saúde e ao Governador do Estado de Rondônia que viabilizem a inclusão de programa/projeto/atividade específico nos Instrumentos de Planejamentos governamental (PPA, LDO e LOA), com adequada referência dos seus atributos e metas, priorizando a execução de atividades de forma contínua e voltadas para o confinanciamento da Atenção Básica de Saúde, garantindo a alocação de recursos orçamentários e financeiros a ser repassado aos municípios;

VIII. Determinar à Secretaria Geral de Controle Externo a realização do monitoramento do cumprimento do acórdão, encaminhando-lhe cópia do acórdão, do voto e do relatório técnico conclusivo;

IX. Dar ciência do teor deste Acórdão, via ofício, a todos os interessados identificados no cabeçalho, aos citados nos itens IV e V, bem como ao Governador do Estado de Rondônia, devendo ser-lhes encaminhada cópia do relatório técnico conclusivo; e

X. Arquivar o processo depois de cumpridos os trâmites regimentais.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA e PAULO CURI NETO (Relator); os Conselheiros-Substitutos FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA e ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS. O Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA declarou-se impedido, nos termos do artigo 134, II, do Código de Processo Civil).

Porto Velho/RO, 12 de novembro de 2015.

PAULO CURI NETO
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA
PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1038 / 23 / 11 / 2015
Servidor (a) _____
SEM EM BRANCO

PROCESSO Nº: 1831/2015 (PROCESSO ELETRÔNICO)
UNIDADE: MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014
RESPONSÁVEIS: ZENILDO PEREIRA DOS SANTOS – PREFEITO - CPF Nº 909.566.722-72
ROSÂNGELA BAUMANN DOS SANTOS PÁDUA – CONTROLADORA INTERNA – CPF Nº 408.770.512-91
LAURI PEDRO ROCKENBACH – CONTADOR – CPF Nº 334.244.629-34
RELATOR: CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1038 / 23 / 11 / 2015
Servidor (a) _____

ACÓRDÃO Nº 137/2015 - PLENO

Prestação de Contas. Município de São Miguel do Guaporé - Exercício de 2014. Observância do equilíbrio econômico-financeiro da Gestão. Cumprimento dos índices de educação e saúde e de repasse ao Poder Legislativo. Parecer pela aprovação com ressalvas das Contas. Irregularidades formais. Determinações.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Prestação de Contas do Município de São Miguel do Guaporé, atinente ao exercício de 2014, de responsabilidade dos Senhores Zenildo Pereira dos Santos, Prefeito Municipal; Lauri Pedro Rockenbach, Contador; e da Senhora Rosângela Baumann dos Santos Pádua, Controladora Interna, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro PAULO CURI NETO, por unanimidade de votos, em:

I - Emitir Parecer pela aprovação com ressalvas das contas do Chefe do Poder Executivo do Município de São Miguel do Guaporé, Senhor Zenildo Pereira dos Santos, exercício de 2014, com fulcro no inciso I do artigo 71 da Constituição Federal, em virtude das seguintes irregularidades:

a) não encaminhamento da comprovação da publicação dos Balanços do exercício de 2014 em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação no Município;

b) não encaminhamento da comprovação da publicação da relação nominal dos servidores ativos e inativos ao final do exercício em Diário Oficial;

c) não encaminhamento do inventário físico-financeiro dos bens imóveis - Anexo TC 16;

d) não encaminhamento da cópia do ato de nomeação da comissão de elaboração dos inventários físico-financeiros dos bens móveis e imóveis;

e) não encaminhamento do demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar com recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino relativo aos meses de fevereiro, março e abril/20 14 - Anexo IV;

f) não encaminhamento do demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar pagas com recursos vinculados ao Fundeb referente aos meses de fevereiro, março, abril, junho e julho/2014- Anexo X;

g) não encaminhamento do demonstrativo consolidado das receitas do Fundeb relativo ao mês de dezembro/2014 - Anexo XI-A;

h) não encaminhamento do demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar com recursos próprios vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino referente ao mês de dezembro/2014- Anexo VI;

i) não encaminhamento do demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar pagas com recursos próprios vinculados a ações e serviços públicos de saúde referente aos meses de fevereiro, março, abril e outubro/20 14 - Anexo XIV;

j) não encaminhamento do demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar pagas com recursos próprios arrecadados no exercício subsequente relativos a ações e serviços públicos de saúde atinente ao mês de novembro/2014- Anexo XV;

k) não encaminhamento do demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar com recursos próprios vinculados às ações e serviços públicos de saúde relativo ao mês de dezembro/2014- Anexo XVI.

l) envio intempestivo dos balancetes dos meses de janeiro a outubro de 2014;

m) abertura de créditos adicionais suplementares em percentual superior ao definido na LOA;

n) depósito de parte dos recursos financeiros em banco privado, e não em instituições financeiras oficiais; e

o) não envio, via SIGAP, do relatório anual das medidas de combate à evasão e à sonegação de tributos do exercício de 2014.

II - Determinar ao atual Prefeito do Município de São Miguel do Guaporé que, na prestação de contas alusiva ao exercício de 2015 e aos exercícios seguintes, adote as seguintes providências:

a) Encaminhe cópia do relatório anual de medidas de combate à evasão e à sonegação de tributos, conforme exigido pela Instrução Normativa n°. 39/TCER0/2013, especificando: 1) as medidas de combate à evasão e à sonegação de tributos de competência do Município; 2) a quantidade e valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa; 3) a evolução do montante de créditos passíveis de cobrança administrativa; 4) os resultados obtidos a partir do implemento das medidas de execução ou protesto extrajudicial, utilizando, para tanto, dados comparativos entre o exercício vigente e os anteriores;

b) Especifique e comprove todas as baixas realizadas na conta da dívida ativa, demonstrando separadamente os valores correspondentes à inscrição, arrecadação e eventuais cancelamentos, revisões ou ajustes;

c) Comprove a observância ao art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, no caso da concessão de benefícios tributários que impactem a arrecadação municipal, inclusive a redução sem pagamento da dívida ativa;

d) Promova regularmente a inscrição, na conta da dívida ativa, de todos os créditos que se encontrem em condições de exigibilidade, e adote as medidas para intensificar a utilização do protesto extrajudicial para cobrança de créditos inscritos em dívida ativa e, acaso não obtido o sucesso, que se lance mão da via judicial, de modo a alavancar a inexpressiva recuperação dos créditos verificada nestas Contas, conforme determinado na Decisão n. 341/20 14-Pleno;

e) Utilize notas explicativas às demonstrações contábeis para evidenciar informações adicionais em relação à apresentada no corpo dessas demonstrações, nos moldes prescritos pela Secretaria do Tesouro Nacional na 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público;

f) Apure e retifique os valores pendentes na conta restos a pagar, fazendo constar nos demonstrativos contábeis do exercício de 2015, que eventualmente forem alterados em face destes acertos, as necessárias informações que permitam compreender as alterações havidas por meio de Notas explicativas;

g) Apure e retifique os valores relativos ao Resultado Patrimonial Acumulado ao final do exercício de 2014, fazendo constar nos demonstrativos contábeis do exercício de 2015, que eventualmente forem alterados em face destes acertos, as necessárias informações que permitam compreender as alterações havidas por meio do uso de Notas Explicativas;

h) Evidencie em Notas Explicativas os ajustes dos registros contábeis efetuados nos valores inscritos na Dívida Fundada, de modo a expressar as necessárias informações que permitam compreender as alterações havidas;

i) Apure e retifique os valores inscritos na Dívida Flutuante, fazendo constar nos demonstrativos contábeis do exercício de 2015, que eventualmente forem alterados em face destes acertos, as necessárias informações que permitam compreender as alterações havidas por meio de Notas explicativas;

j) Apure e retifique as movimentações ocorridas no caixa Municipal no exercício de 2014, fazendo constar no Demonstrativo dos Fluxos de Caixa do

exercício de 2015, as necessárias informações que permitam compreender as alterações havidas no exercício anterior por meio do uso de Notas Explicativas;

k) Implemente, junto com a Contabilidade do Município, medidas visando evitar discrepâncias nos demonstrativos contábeis, bem como observe os procedimentos da STN e do CFC atribuídos à nova contabilidade aplicada ao setor público; e

l) Providencie a remessa de documentos a esta Corte dentro dos prazos legais e promova a publicação das peças contábeis, bem como dos demonstrativos exigidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

III - Determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo que deflagre procedimento de fiscalização para apurar a regularidade do cancelamento de créditos inscritos em Dívida Ativa, no montante de R$ 853.065,96;

IV - Determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo que verifique, por ocasião da análise da próxima Prestação de Contas do Município de São Miguel do Guaporé, o cumprimento das determinações contidas nos itens anteriores desta decisão;

V - Dar ciência, via Diário Oficial, do teor deste Acórdão aos interessados identificados no cabeçalho e, via Oficio, ao atual chefe do Poder Executivo Municipal, ficando registrado que o Voto e o Parecer Ministerial, em seu inteiro teor, estão disponíveis no sítio deste Tribunal (www.tce.ro.gov.br); e

VI - Determinar ao Departamento do Pleno que encaminhe os presentes autos à Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé para apreciação e julgamento, expedindo-se, para tanto, o necessário, após o trânsito em julgado deste Acórdão.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA e PAULO CURI NETO (Relator); os Conselheiros-Substitutos DAVI DANTAS DA SILVA, FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA e ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 12 de novembro de 2015.

PAULO CURI NETO
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1038 DE 23 / 11 / 2015
Servidor (a) _____
Ana Paula Sanches Modesto
Subdiretora da Diretoria de Coordenação
Julgamento
Cadastro 000666

PROCESSO Nº: 2576/2010
UNIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO
RESPONSÁVEL: MILTON LUIZ MOREIRA – EX-SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE - CPF Nº 018.625.948-48
RELATOR: CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

ACÓRDÃO Nº 138/2015 - PLENO

Representação. Possível dano ao erário por descumprimento de obrigação de fazer. Conhecimento. Ausência do interesse de agir (inutilidade da persecução), tendo em vista que o prejuízo noticiado não é materialmente significativo. Seletividade das Ações de Controle. Extinção do Processo sem julgamento do mérito. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Representação formulada pela Juíza Federal do Trabalho, Senhora Fernanda Constantino de Campos, acerca de irregularidade atribuída ao então Secretário de Estado da Saúde, Senhor Milton Luiz Moreira, por ocasião da contratação temporária da Senhora Marilza Santana Rodrigues no cargo de enfermeira, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro PAULO CURI NETO, por unanimidade de votos, em:

I - Conhecer a presente Representação, nos termos do artigo 82-A, inciso IV do Regimento Interno desta Corte;

II - Extinguir o presente processo sem a resolução do mérito, em decorrência da ausência de interesse de agir (inutilidade da persecução), tendo em vista a modicidade do possível prejuízo noticiado nos autos, bem como em atendimento aos princípios da economicidade, da seletividade e da razoabilidade;

III - Dar conhecimento deste Acórdão ao Representante, bem como ao responsável, via Diário Oficial, informando-lhes que o Voto e o Parecer do Ministério Público de Contas, em seu inteiro teor, estão disponíveis no sítio deste Tribunal (www.tce.ro.gov.br); e

IV - Arquivar os autos depois de adotadas as medidas pertinentes.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA e PAULO CURI NETO (Relator); os Conselheiros-Substitutos DAVI DANTAS DA SILVA, FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA e ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 12 de novembro de 2015.

PAULO CURI NETO
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1042 DE 27 / 11 / 2015
Servidor (a) _____
Daniela Sanches Mendes
diretora da Diretoria de Coordenação
Julgamento

PROCESSO Nº: 0976/2014
UNIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO 2013
RESPONSÁVEIS: DÚLCIO DA SILVA MENDES – PREFEITO MUNICIPAL – CPF Nº 000.967.172-20
SÉRGIO DA COSTA CURAN – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CPF Nº 349.398.302-68
NÚBIA CAVALCANTE DA SILVA – CONTROLADORA-GERAL DO MUNICÍPIO – CPF Nº 420.783.182-72
ROOSEVELT DE OLIVEIRA CAVALCANTE – CONTADOR – CPF Nº 348.797.902-06
RELATOR: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA (em substituição ao Conselheiro WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA)

ACÓRDÃO Nº 139/2015 - PLENO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL. PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM-RO. IDENTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADES GRAVES E FORMAIS. ALTERAÇÃO EXCESSIVA DO ORÇAMENTO. CUMPRIMENTO DOS ÍNDICES CONSTITUCIONAIS DE APLICAÇÃO EM SAÚDE E EDUÇAÇÃO. REPASSE FINANCEIRO AO PODER LEGISLATIVO NOS TERMOS CONSTITUCIONAIS. ÍNDICE DE DESPESA COM PESSOAL ACIMA DO LIMITE LEGAL. NÃO RETORNO DOS GASTOS COM PESSOAL AO LIMITE LEGAL NO TEMPO E NA FORMA DETERMINADA EM LEI. DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES DA CORTE DE CONTAS. PARECER PRÉVIO DESFAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS. DETERMINAÇÕES.

1. A Prestação de Contas anual do Poder Executivo (Estadual ou Municipal) submetida ao crivo técnico do Tribunal de Contas, conforme estabelece o art. 35 da Lei Complementar n. 154, de 1996 c/c o art. 49, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia-RITC/RO, tem por fim precípuo aferir a regular aplicação dos recursos públicos, o equilíbrio orçamentário e financeiro e o cumprimento dos índices constitucionais de aplicação em Educação e Saúde, bem como dos limites de repasses de recursos ao Poder

Legislativo, de gastos com pessoal e o cumprimento das regras de final de mandato, quando se aplicar à matéria.
2. In casu, evidenciou-se nas Contas do Poder Executivo do Município de Guajará-Mirim, no exercício de 2013, a falha de natureza gravíssima consubstanciada na extrapolação do limite da despesa com pessoal em infringência ao art. 20, III, "b", da Lei Complementar n. 101, de 2000, todavia, tal irregularidade foi mitigada haja vista que tal falha é resultante de atos de gestões anteriores.
3. Verificou-se, todavia, que o Alcaide, embora formalmente alertado por intermédio da Decisão Monocrática n. 209/2013/GCWCSC, prolatada nos autos do Processo n. 0974/2013/TCER, não implementou as providências necessárias, estabelecidas no art. 23, da LC n. 101, de 2000, c/c o art. 169, da Constituição Federal de 1988, para fazer retornar o percentual da despesa com pessoal do Município ao limite máximo de 54% (cinquenta e quatro por cento), fixado pelo art. 20, III, "b", da Lei Complementar citada.
4. Parecer Prévio pela não aprovação das contas do Município de Guajará-Mirim, do exercício de 2013, com fulcro no art. 1º, VI c/c o art. 35, da Lei Complementar n. 154, de 1996, combinado com o art. 49, § 1º, do Regimento Interno desta Corte. Precedente: Processo n. 1.410/2014/TCER; Decisão n. 111/2015- Pleno; Parecer Prévio n. 5/2015-Pleno.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim, referente ao exercício de 2013, de responsabilidade do Senhor Dúlcio da Silva Mendes, CPF n. 000.967.172-20, na qualidade de Prefeito Municipal, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro-Substituto FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I - EMITIR PARECER PRÉVIO CONTRÁRIO À APROVAÇÃO das Contas do Poder Executivo do Município de Guajará-Mirim, relativas ao exercício financeiro de 2013, de responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Dúlcio da Silva Mendes, CPF n. 000.967.172-20, Prefeito Municipal, com fulcro no art. 71, I, da Constituição Federal de 1988, no art. 1º, VI, e no art. 35, da LC n. 154, de 1996, c/c o art. 49, § 1º, do RITC-RO, em face dos seguintes apontamentos:

a) De responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Dúlcio da Silva Mendes, CPF n. 000.967.172-20, Prefeito Municipal de Guajará-Mirim, por:

1 - Descumprimento ao que estabelece o art. 23 da LC n. 101, de 2000, c/c o art. 169 da Constituição Federal de 1988, por não retornar o percentual da despesa

total com pessoal do Município de Guajará-Mirim, ao limite legal de 54% (cinquenta e quatro por cento), fixado pelo art. 20, III, "b", da LC n. 101, de 2000, no tempo e na forma legalmente estabelecidos, mesmo tendo sido formalmente advertido para fazê-lo, por intermédio da Decisão Monocrática n. 209/2013/GCWCSC;

2 - Descumprimento à Decisão Monocrática n. 209/2013/GCWCSC, por não atender a advertência proferida no sentido de reduzir o percentual excedente da despesa com pessoal nos dois quadrimestres seguintes do exercício de 2013, conforme estabelece o art. 23, da LC n. 101, de 2000 c/c o art. 169, da Constituição Federal de 1988;

3 - Descumprimento à alínea "a", do inciso VI, do art. 11, da IN n. 13/TCER-2004, pelo não encaminhamento do Relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas no período, constando exame comparativo em relação aos últimos três exercícios, em termos qualitativos e quantitativos, das ações planejadas no PPA, na LDO e LOA, e das ações efetivamente realizadas, com especial enfoque sobre os programas voltados às áreas de educação, saúde, segurança e obras públicas;

4 - Descumprimento ao art. 51, I, § 1º, da LC n. 101, de 2000, devido à ausência de encaminhamento a esta Corte de Contas do comprovante do envio das Contas anuais do Poder Executivo Municipal à União;

5 - Descumprimento ao art. 9º, § 4º, da LC n. 101, de 2000, pela ausência de encaminhamento da cópia da Ata da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das metas previstas no Anexo de Metas Fiscais da LDO atinente ao 3º quadrimestre de 2013;

6 - Descumprimento ao art. 52 da LC n. 101, de 2000 c/c o art. 5º da IN n. 39/2013/TCE-RO, anexo B, pela publicação intempestiva do Relatório Resumido da Execução Orçamentária-RREO do 5º e 6º bimestres de 2013 e pela remessa intempestiva a esta Corte de Contas do Relatório Resumido da Execução Orçamentária-RREO do 6º bimestre de 2013;

7 - Descumprimento ao art. 55, § 2º, da LC n. 101, de 2000 c/c o art. 5º da IN n. 39/2013/TCE-RO, anexo B, c/c art. 2º, § 1º, da IN n. 018/TCE-RO-2006, pela publicação e remessa intempestivas a esta Corte de Contas do Relatório de Gestão Fiscal-RGF do 3º quadrimestre de 2013;

8 - Descumprimento ao art. 11, parágrafo único, e art. 13, da LC n. 101, de 2000, c/c o art. 8º, II, da IN n. 018/TCE-RO-2006, por não apresentar o Relatório Anual especificando as medidas de combate à evasão e à sonegação de tributos de competência do Município.

b) De responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Dúlcio da Silva Mendes, CPF n. 000.967.172-20, Prefeito Municipal, solidariamente com o Senhor Roosevelt de Oliveira Cavalcante, CPF n. 348.797.902-06, Contador, do Poder Executivo de Guajará-Mirim, por:

1- Descumprimento ao art. 53 da Constituição Estadual c/c art. 5º da IN n. 019/TCE-RO-2006, pelo encaminhamento intempestivo a esta Corte de Contas dos balancetes relativos aos meses de janeiro a agosto e novembro de 2013;

2 - Descumprimento ao art. 89, c/c o art. 105, da Lei n. 4320, de 1964, devido à divergência de R$ 2.918.568,56 (dois milhões, novecentos e dezoito mil, quinhentos e sessenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), apresentada entre o saldo final da conta Restos por Pagar apurado pelo corpo técnico no valor de R$ 2.262.489,40 (dois milhões, duzentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e quarenta centavos), e o valor a esse mesmo título informado no Demonstrativo da Dívida Flutuante no montante de R$ 5.181.057,96 (cinco milhões, cento e oitenta e um mil, cinquenta e sete reais e noventa e seis centavos);

3 - Descumprimento ao art. 89, c/c os arts. 104 e 105, da Lei n. 4.320, de 1964, devido à divergência de R$-2.493.447,50 (dois milhões, quatrocentos e noventa e três mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos) negativo, entre o valor demonstrado do Patrimônio Líquido de R$-14.709.955,54 (quatorze milhões, setecentos e nove mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) negativo, constante no Balanço Patrimonial e o valor a esse mesmo título apurado pelo corpo técnico, de R$ -17.203.403,04 (dezessete milhões, duzentos e três mil, quatrocentos e três reais e quatro centavos) negativo;

4 - Descumprimento ao art. 85, c/c o art. 92 da Lei n. 4.320, de 1964, devido à divergência de R$ 91.646,43 (noventa e um mil, seiscentos e quarenta e seis reais e quarenta e três centavos), entre o saldo para o exercício seguinte da conta Dívida Flutuante apurado pelo corpo técnico de R$ 6.831.123,92 (seis milhões, oitocentos e trinta e um mil, cento e vinte e três reais e noventa e dois centavos) e o valor apresentado a este mesmo título no Demonstrativo da Dívida Flutuante no valor de R$ 6.739.477,49 (seis milhões, setecentos e trinta e nove mil, quatrocentos e setenta e sete reais e quarenta e nove centavos).

II - Determinar, via expedição de ofício, com Aviso de Recebimento em Mão Própria (ARMP):

a) Ao Excelentíssimo Senhor Dúlcio da Silva Mendes, CPF n. 000.967.172-20, Prefeito do Município de Guajará-Mirim, ou a quem o substitua na forma da Lei, para que:

1 - Adote as medidas necessárias, visando à correção e à prevenção de reincidência das irregularidades apontadas no item I, alíneas "a" e "b", e suas subalíneas, deste Dispositivo, sob pena de emissão de Parecer Prévio contrário à aprovação das futuras Contas e aplicação das sanções previstas, no inciso VII, do art. 55, da LC n. 154, de 1996, por caracterizar o descumprimento de determinações desta Corte de Contas;

2 - Implemente os procedimentos necessários à regularização, no exercício financeiro de 2016, da divergência contábil, no valor de R$ 70.004,82 (setenta mil, quatro reais e oitenta e dois centavos), existente no valor do saldo da Dívida Ativa do Município ao final do exercício de 2012, ocorrido no exercício financeiro de 2008, e até o presente exercício, ainda não foi regularizada;

3 - Aprimore a política orçamentária do Município de Guajará-Mirim, planejando com maior exatidão e fidedignidade os recursos orçados, uma vez que o orçamento do exercício de 2013 foi expressivamente alterado, evidenciando deficiência no sistema de planejamento do Município;

4 - Adote, a partir do exercício de 2016, se ainda não o fez, o mecanismo de protesto extrajudicial, nos termos que estabelece o Ato Recomendatório conjunto n. 001/2014, do TJ-RO, do TCE-RO e do MPC, como medida prévia de ajuizamento das execuções judiciais para os créditos tributários ou não tributários, visando à maior eficácia no recebimento dos créditos da dívida ativa Municipal;

5 - Apresente, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir de sua ciência pessoal, Plano de Ação contendo as medidas necessárias para a recondução dos gastos com pessoal ao limite estabelecido no art. 20, III, "b", da LC n. 101, de 2000.

b) À Senhora Núbia Cavalcante da Silva, CPF n. 420.783.182-72, Controladora-Geral do Município de Guajará-Mirim, ou a quem a substitua na forma da Lei, para que:

1- Atente ao cumprimento do prazo estabelecido no art. 11, V, "b", da IN n. 13/TCER-2004, para envio a esta Corte de Contas do Relatório do órgão de Controle Interno do Município;

III - Determinar, à Secretaria-Geral de Controle Externo desta Corte de Contas, que verifique:

1- Por ocasião da análise da Prestação de Contas do Município de Guajará-Mirim, do exercício de 2016, o cumprimento das determinações lançadas no item II deste Dispositivo;

2- Se o Excelentíssimo Senhor Dúlcio da Silva Mendes, Prefeito Municipal de Guajará-Mirim, no exercício financeiro de 2013, incorreu nas infrações administrativas tipificadas no art. 5º, da Lei n. 10.028, de 2000, devendo tal apuração ser realizada em autos próprios e apartados.

IV - Dar ciência deste Acórdão aos interessados referidos no item I, alíneas "a" e "b", nos termos do art. 22, da LC n. 154, de 1996, com redação dada pela LC n. 749, de 2013, via Diário Oficial Eletrônico, informando-lhes que o Voto, o Parecer ministerial e Acórdão estão disponíveis no sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, no endereço www.tce.ro.gov.br;

V - Determinar à Secretaria de Processamento e Julgamento que, após o trânsito em julgado, extraia cópia dos presentes autos para o arquivo desta Corte e encaminhe o processo original à Câmara Municipal de Guajará-Mirim, para apreciação e julgamento, expedindo-se, para tanto, o necessário.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA e PAULO *CURI* NETO; os Conselheiros-Substitutos DAVI DANTAS DA SILVA, FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA (Relator) e ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 12 de novembro de 2015.

FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA
Conselheiro-Substituto Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1012 DE 27 / 11 / 2015
Servidor (a) _____
Diretora da Diretoria de Coordenação
Julgamento
Cadastro 000606

PROCESSO Nº: 1767/2015 (PROCESSO DE ORIGEM Nº 2630/2008)
ASSUNTO: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO
RECORRENTE: ÉLIO MACHADO DE ASSIS – CPF Nº 162.041.662-04
ADVOGADOS: JOÃO EVANGELISTA MINARI – OAB/RO 574-A
PAOLA FEREIRA DA SILVA – OAB/RO 5710
RELATOR: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA (em substituição ao Conselheiro WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA)

ACÓRDÃO Nº 140/2015 - PLENO

RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. LEGITIMIDADE DE PARTES. INTERESSE RECURSAL. INTEMPESTIVIDADE. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. MANTER INALTERADOS OS TERMOS DO ACÓRDÃO N. 5/2015 - PLENO.

1. O Recurso de Reconsideração é cabível e adequado ao caso.

2. Para o regular processamento da via recursal é necessário que o recurso interposto preencha todos os requisitos de admissibilidade que antecede a apreciação do mérito recursal.

3. In casu, os requisitos de admissibilidade não foram preenchidos, uma vez que a presente peça recursal foi protocolizada nesta Corte de Contas, intempestivamente, razão que impõe o não conhecimento do presente recurso.

4. Assim, não se conhece o presente instrumento recursal, uma vez que ausente a tempestividade, requisito este de admissibilidade recursal, mantendo-se inalterados os termos do Acórdão n. 5/2015 - Pleno.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Recurso de Reconsideração manejado pelo Senhor Élio Machado de Assis em face do Acórdão n. 5/2015-Pleno, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro-Substituto FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I - Não conhecer do presente Recurso de Reconsideração interposto pelo Senhor Élio Machado de Assis, uma vez que a presente peça recursal foi protocolizada nesta Corte intempestivamente e, portanto, não preencheu os requisitos de admissibilidade, nos termos do art. 31, Parágrafo único da Lei Complementar n. 154, de 1996, mantendo-se inalterados os termos do Acórdão n. 5/2015 – Pleno;

II - Dar conhecimento do teor deste Acórdão ao recorrente;

III - Publicar; e

IV - Após, arquivar os autos.

Expeça-se o que necessário na forma regimental.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA e PAULO CURI NETO; os Conselheiros-Substitutos DAVI DANTAS DA SILVA, FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA (Relator) e ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 12 de novembro de 2015.

FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA
Conselheiro-Substituto Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1092 DE 27 / 11 / 2015
Servidor (a) _____
Diretora da Diretoria de Coordenação
Julgamento
Cadastro 000606

PROCESSO Nº: 1793/2015 (PROCESSO DE ORIGEM Nº 2630/2008)
ASSUNTO: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO
RECORRENTE: PEDRO ALVES ALVARENGA – CPF Nº 393.338.337-49
ADVOGADOS: JOÃO EVANGELISTA MINARI – OAB/RO 574-A
PAOLA FEREIRA DA SILVA – OAB/RO 5710
RELATOR: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA (em substituição ao Conselheiro WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA)

ACÓRDÃO Nº 141/2015 - PLENO

RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. LEGITIMIDADE DE PARTES. INTERESSE RECURSAL. INTEMPESTIVIDADE. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. MANTER INALTERADOS OS TERMOS DO ACÓRDÃO N. 5/2015 - PLENO.

1. O Recurso de Reconsideração é cabível e adequado ao caso.

2. Para o regular processamento da via recursal é necessário que o recurso interposto preencha todos os requisitos de admissibilidade que antecede a apreciação do mérito recursal.

3. In casu, os requisitos de admissibilidade não foram preenchidos, uma vez que a presente peça recursal foi protocolizada nesta Corte de Contas, intempestivamente, razão que impõe o não conhecimento do presente recurso.

4. Assim, não se conhece o presente instrumento recursal, uma vez que ausente a tempestividade, requisito este de admissibilidade recursal, mantendo-se inalterados os termos do Acórdão n. 5/2015 - Pleno.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Recurso de Reconsideração manejado pelo Senhor Pedro Alves Alvarenga em face do Acórdão n. 5/2015-Pleno, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro-Substituto FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I - Não conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo Senhor Pedro Alves Alvarenga, uma vez que a presente peça recursal foi protocolizada nesta Corte intempestivamente e, portanto, não preencheu os requisitos de admissibilidade, nos termos do art. 31, Parágrafo único da Lei Complementar n. 154, de 1996, mantendo-se inalterados os termos do Acórdão n. 5/2015 – Pleno;

II - Dar conhecimento do teor deste Acórdão ao recorrente;

III - Publicar; e

IV - Após, arquivar os autos.

Expeça-se o que necessário na forma regimental.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA e PAULO CURI NETO; os Conselheiros-Substitutos DAVI DANTAS DA SILVA, FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA (Relator) e ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 12 de novembro de 2015.

FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA
Conselheiro-Substituto Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1042 DE 27 / 11 / 2015
Servidor (a) _____
Diretora da Diretoria de Coordenação de Julgamento
Cadastro 000606

PROCESSO Nº: 1795/2015 (PROCESSO DE ORIGEM Nº 2630/2008)
ASSUNTO: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO
RECORRENTE: CLEACIR LONGHI – CPF Nº 335.135.549-15
ADVOGADOS: JOÃO EVANGELISTA MINARI – OAB/RO 574-A
PAOLA FEREIRA DA SILVA – OAB/RO 5710
RELATOR: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA (em substituição ao Conselheiro WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA)

ACÓRDÃO Nº 142/2015 - PLENO

RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. LEGITIMIDADE DE PARTES. INTERESSE RECURSAL. INTEMPESTIVIDADE. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. MANTER INALTERADOS OS TERMOS DO ACÓRDÃO N. 5/2015 - PLENO.

1. O Recurso de Reconsideração é cabível e adequado ao caso.

2. Para o regular processamento da via recursal é necessário que o recurso interposto preencha todos os requisitos de admissibilidade que antecede a apreciação do mérito recursal.

3. In casu, os requisitos de admissibilidade não foram preenchidos, uma vez que a presente peça recursal foi protocolizada nesta Corte de Contas, intempestivamente, razão que impõe o não conhecimento do presente recurso.

4. Assim, não se conhece o presente instrumento recursal, uma vez que ausente a tempestividade, requisito este de admissibilidade recursal, mantendo-se inalterados os termos do Acórdão n. 5/2015 - Pleno.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Recurso de Reconsideração manejado pelo Senhor Cleacir Longhi, em face do Acórdão n. 5/2015-Pleno, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro-Substituto FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I - Não conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo Senhor Cleacir Longhi, uma vez que a presente peça recursal foi protocolizada nesta Corte intempestivamente e, portanto, não preencheu os requisitos de admissibilidade, nos termos do art. 31, Parágrafo único da Lei Complementar n. 154, de 1996, mantendo-se inalterados os termos do Acórdão n. 5/2015 – Pleno;

II - Dar conhecimento do teor deste Acórdão ao recorrente;

III - Publicar; e

IV - Após, arquivar os Autos.

Expeça-se o que necessário na forma regimental.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA e PAULO CURI NETO; os Conselheiros-Substitutos DAVI DANTAS DA SILVA, FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA (Relator) e ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 12 de novembro de 2015.

FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA
Conselheiro-Substituto Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1042 DE 27 / 11 / 2015
Servidor (a) _____
Diretora da Diretoria de Coordenação
Julgamento

PROCESSO Nº: 1794/2015 (PROCESSO DE ORIGEM Nº 2630/2008)
ASSUNTO: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO
RECORRENTE: EUCLIDES SÉRGIO NETO – CPF Nº 467.603.699-04
ADVOGADOS: JOÃO EVANGELISTA MINARI – OAB/RO 574-A
PAOLA FEREIRA DA SILVA – OAB/RO 5710
RELATOR: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA (em substituição ao Conselheiro WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA)

ACÓRDÃO Nº 143/2015 - PLENO

RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. LEGITIMIDADE DE PARTES. INTERESSE RECURSAL. INTEMPESTIVIDADE. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. MANTER INALTERADOS OS TERMOS DO ACÓRDÃO N. 5/2015 - PLENO.

1. O Recurso de Reconsideração é cabível e adequado ao caso.

2. Para o regular processamento da via recursal é necessário que o recurso interposto preencha todos os requisitos de admissibilidade que antecede a apreciação do mérito recursal.

3. In casu, os requisitos de admissibilidade não foram preenchidos, uma vez que a presente peça recursal foi protocolizada nesta Corte de Contas, intempestivamente, razão que impõe o não conhecimento do presente recurso.

4. Assim, não se conhece o presente instrumento recursal, uma vez que ausente a tempestividade, requisito este de admissibilidade recursal, mantendo-se inalterados os termos do Acórdão n. 5/2015 - Pleno.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Recurso de Reconsideração manejado pelo Senhor Euclides Sérgio Neto em face do Acórdão n. 5/2015-Pleno, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro-Substituto FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I - Não conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo Senhor Euclides Sérgio Neto, uma vez que a presente peça recursal foi protocolizada nesta Corte intempestivamente e, portanto, não preencheu os requisitos de admissibilidade, nos termos do art. 31, Parágrafo único da Lei Complementar n. 154, de 1996, mantendo-se inalterados os termos do Acórdão n. 5/2015 – Pleno;

II - Dar conhecimento do teor deste Acórdão ao recorrente;

III - Publicar; e

IV - Após, arquivar os Autos.

Expeça-se o que necessário na forma regimental.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA e PAULO CURI NETO; os Conselheiros-Substitutos DAVI DANTAS DA SILVA, FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA (Relator) e ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 12 de novembro de 2015.

FRANCISCO JUNIOR FERREIRA DA SILVA
Conselheiro-Substituto Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PROCESSO Nº:	0874/06 (PROCESSO DE ORIGEM Nº 0259/94 - APENSO Nº 1413/05)
RECORRENTE:	OLÍVIA GOMES OZIAS
ASSUNTO:	PEDIDO DE REEXAME À DECISÃO Nº 68/04-1ª CÂMARA
RELATOR:	CONSELHEIRO ROCHILMER MELLO DA ROCHA

ACÓRDÃO Nº 144/2009 - PLENO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam do Pedido de Reexame à Decisão nº 68/2004-1ª Câmara, interposto pela Senhora Olívia Gomes Ozias, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro ROCHILMER MELLO DA ROCHA, por unanimidade de votos, em:

I – **Conhecer do Pedido de Reexame, dando-lhe provimento**, para tornar sem efeito a Decisão nº 68/2004-1ª Câmara e o Acórdão nº 58/06-Pleno, em respeito aos princípios da segurança jurídica, da boa-fé, da razoabilidade, da isonomia e da economia processual, e, sobretudo, considerando os avanços jurisprudenciais levados a efeito pelo Supremo Tribunal Federal no tocante à exegese das "funções de magistério".

II – **Considerar ilegal**, sem pronúncia de nulidade, o ato concessório de aposentadoria, Portaria nº 158/GP, de 28 de dezembro de 1992, da Senhora **Olívia Gomes Ozias**, natural da cidade de Manaus/AM, nascida em 03.06.50, cadastro nº 03570-0, ocupante do cargo de Professora Licenciatura Plena I, classe IX, faixa II, do Quadro de Pessoal Permanente da Prefeitura Municipal de Porto Velho, filha de Pedro Gomes dos Santos e Helena Pereira do Nascimento, com fundamento nos artigos 165, IV, "b", 171, I e 172 da Lei nº

901, de 23.07.90 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Velho), publicada no D.O.M. nº 1.007, de 02.03.93.

III – **Determinar** o registro do referido ato concessório de aposentadoria, nos termos do artigo 49, III, "b", da Constituição Estadual.

IV – **Dar ciência** deste Acórdão à Recorrente.

V – **Proceder o arquivamento** dos autos, após os trâmites legais.

Participaram da Sessão os Senhores Conselheiros ROCHILMER MELLO DA ROCHA (Relator), JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO, EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA; o Conselheiro Substituto LUCIVAL FERNANDES; o Conselheiro Presidente JOSÉ GOMES DE MELO; o Procurador Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, KAZUNARI NAKASHIMA.

Sala das Sessões, 03 de setembro de 2009.

ROCHILMER MELLO DA ROCHA
Conselheiro Relator

JOSÉ GOMES DE MELO
Conselheiro Presidente

KAZUNARI NAKASHIMA
Procurador Geral do M. P.
junto ao TCE-RO

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1042 DE 27 / 11 / 2015
Servidor (a) _____
Ana Paula Sanches Modesto
Diretora da Diretoria de Coordenação
Julgamento
Cadastro 000606

PROCESSO Nº: 3777/2011
INTERESSADO: PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA
ASSUNTO: FISCALIZAÇÃO DE ATOS E CONTRATOS – OMISSÃO NO ENVIO DE RELATÓRIOS RESUMIDOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL DO EXERCÍCIO DE 2011
RESPONSÁVEL: MARCOS ROBERTO DE MEDEIROS MARTINS – PREFEITO MUNICIPAL – CPF Nº 421.222.952-87
RELATOR: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA (em substituição ao Conselheiro EDILSON DE SOUSA SILVA)

ACÓRDÃO Nº 144/2015 - PLENO

FISCALIZAÇÃO DE ATOS. PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA. RELATÓRIOS RESUMIDOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DE GESTÃO FISCAL. EXERCÍCIO DE 2011. OMISSÃO NO ENVIO EM MEIO DOCUMENTAL. ENVIO INTEMPESTIVO EM MEIO ELETRÔNICO. DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES DESTA CORTE. APLICAÇÃO DE MULTA.

1. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece normas de finanças públicas, as quais impõem, por meio da análise e acompanhamento da Gestão Fiscal, o controle da execução orçamentária realizada pelos Poderes e órgãos, cabendo ao Tribunal de Contas o dever de fiscalização.

2. A omissão em enviar em meio físico, assim como o envio intempestivo em meio eletrônico dos relatórios resumidos de execução orçamentária e gestão fiscal prejudica o exercício do controle externo concomitante, por obstar o exame dos dados ali constantes em tempo oportuno e configura infração administrativa, ato passível de responsabilidade e aplicação de sanção.

3. A responsabilidade pela realização da gestão fiscal do dirigente máximo dos Poderes e órgãos autônomos, sem admitir delegação de poderes.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de procedimento de fiscalização de atos, instaurado por este Tribunal, ante a omissão do Prefeito

Marcos Roberto de Medeiros Martins em encaminhar em meio físico, os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO) e Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) relativos ao exercício de 2011, bem como da projeção de receita para o exercício de 2012, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro-Substituto ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I – Considerar ilegal a conduta praticada pelo prefeito municipal à época dos fatos, Senhor Marcos Roberto de Medeiros Martins, por:

a) omissão em remeter, em meio físico, os demonstrativos da gestão fiscal (Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e Relatórios de Gestão Fiscal) relativos ao exercício de 2011, requisitados em diligências promovidas pelo Controle Externo desta Corte mediante os Ofícios 044/2011/DTCE6ª/TCE-RO e 111/2011/DTCE6ª/TCE-RO e ratificados na Decisão Monocrática 156/2011, em infringência ao § 4º do art. 2º c/c o art. 9º da IN 18/2006-TCER; e

b) pela remessa intempestiva em meio eletrônico, via LRF-Net, dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao exercício de 2011, em infringência ao art. 3º c/c o art. 9ª da IN 18/2006-TCER.

II – Multar Marcos Roberto de Medeiros Martins, nos termos do inciso IV do art. 55 da Lei Complementar Estadual 154/96 c/c o inciso IV do art. 103 do Regimento Interno desta Corte de Contas, em R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), correspondente a 10% (dez por cento) do valor estipulado no *caput* do artigo 55 da Lei Complementar Estadual 154/96, pela omissão em remeter os demonstrativos fiscais (RREO e RGF) pertinentes ao exercício de 2011 em meio físico, bem como pela intempestividade na remessa em meio eletrônico dos mesmos demonstrativos fiscais, conforme especificado no item I deste Acórdão;

III - Fixar o prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma da legislação em vigor, para que proceda ao recolhimento do valor consignado no item II à conta do Fundo de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas – FDI/TCER, nos termos do inciso III do art. 3º da Lei Complementar Estadual 194/97;

IV – Determinar que, transitado em julgado sem o recolhimento da multa consignada no item II seja iniciada a cobrança judicial, nos termos do inciso II do artigo 27 e artigo 56 da Lei Complementar Estadual 154/96 c/c o inciso II do artigo 36 do Regimento Interno desta Corte;

V - Dar ciência, via DOeTCE-RO, ao interessado e ao Ministério Público de Contas, informando-os de que o inteiro teor do voto e deste Acórdão está disponível para consulta no endereço eletrônico www.tce.ro.gov.br, em atenção ao desenvolvimento sustentável; e

VI – Sobrestar os autos na Secretaria de Processamento e Julgamento – Departamento do Pleno para acompanhamento do feito.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA e PAULO CURI NETO; os Conselheiros-Substitutos DAVI DANTAS DA SILVA, FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA e ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA (Relator); o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 12 de novembro de 2015.

ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA
Conselheiro-Substituto Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1092 DE 27 / 11 / 2015
Servidor (a) _____
Diretora da Diretoria de Ordenação e Julgamento

PROCESSO Nº: 1929/2014
INTERESSADA: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA – ALE/RO
ASSUNTO: GESTÃO FISCAL – EXERCÍCIO DE 2014
RESPONSÁVEL: JOSÉ HERMÍNIO COELHO – PRESIDENTE - CPF Nº 117.618.978-61
RELATOR: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA (em substituição ao Conselheiro EDILSON DE SOUSA SILVA)

ACÓRDÃO Nº 145/2015 - PLENO

CONSTITUCIONAL. FINANCEIRO. GESTÃO FISCAL - EXERCÍCIO DE 2014. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA. ATENDIMENTO DO LIMITE CONSTITUCIONAL DA DESPESA COM PESSOAL. SUFICIÊNCIA FINANCEIRA APÓS A INSCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS. OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS. CUMPRIMENTO DAS REGRAS DE FINAL DE MANDATO (ART. 21, PARÁGRAFO ÚNICO E ART. 42, AMBOS DA LRF). GESTÃO FISCAL ATENDE AOS PRESSUPOSTOS DE RESPONSABILIDADE FISCAL.
1. Restou evidenciado nos autos regularidade nos gastos com pessoal (1,83% da RCL do Estado), bem como suficiência financeira após a inscrição dos restos a pagar processados e não processados.
2. Nada obstante que tenha ocorrido acréscimo nos dispêndios com pessoal nos 180 dias do final do mandato do Presidente do Parlamento Estadual, este decorreu de ato involuntário e vinculado, fundado em cumprimento de dever legal. Assim, restou comprovado o cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 21 da Lei Complementar 101/2000.
3. Portanto, ante o atendimento às exigências da LRF, deve se considerar que a Gestão Fiscal atende aos pressupostos de Responsabilidade Fiscal.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Gestão Fiscal, referente ao exercício de 2014, da Assembleia Legislativa do Estado - ALE, de responsabilidade do Deputado José Hermínio Coelho, na condição de Presidente, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro-Substituto ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I – Considerar que as contas de Gestão Fiscal da Assembleia Legislativa do Estado, relativas ao exercício de 2014, de responsabilidade do Deputado José Hermínio Coelho, Presidente, atendem aos pressupostos de Responsabilidade Fiscal exigidos na Lei Complementar Federal 101/2000, pelos fundamentos expostos ao longo do voto;

II – Determinar ao Controle Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia que, ao elaborar os relatórios de auditoria, profira manifestação técnica específica quanto ao cumprimento das metas e respeito aos limites insculpidos na Lei Complementar Federal 101/2000, contemplando, dentre outros, aspectos relacionados ao cumprimento ou não cumprimento dos artigos 21 e 42 da citada Lei, quando se tratar de final de gestão;

III – Dar ciência por ofício aos interessados e ao Ministério Público de Contas, informando-os de que o inteiro teor do voto e deste Acórdão está disponível para consulta no endereço eletrônico www.tce.ro.gov.br; e

IV – Encaminhar os presentes autos à Diretoria de Controle IV - Poderes para subsidiar a análise da prestação de contas anual do exercício em referência da Assembleia Legislativa do Estado. Após, arquivem-se os autos.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA e PAULO CURI NETO; os Conselheiros-Substitutos DAVI DANTAS DA SILVA, FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA e ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA (Relator); o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 12 de novembro de 2015.

ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA
Conselheiro-Substituto Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1042 DE 27 / 11 / 2015
Servidor (a) _____
Ivia Breda Sanches Modesti
diretora da Diretoria de Coordenação
Julgamento

PROCESSO Nº: 2916/2014 (PROCESSO DE ORIGEM Nº 3820/2010)
RECORRENTE: ROMEU REOLON – EX-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO – CPF Nº 577.325.589-87
ADVOGADOS: NILTON EDGARD MATTOS MARENA – OAB/RO 361-B
MARCOS PEDRO BARBAS MENDONÇA – OAB/RO 4476
DENNIS LIMA BATISTA GURGEL DO AMARAL – OAB/RO 603-E
ASSUNTO: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO – ACÓRDÃO Nº 110/2014-PLENO
RELATOR: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA (em substituição ao Conselheiro EDILSON DE SOUSA SILVA)

ACÓRDÃO Nº 146/2015 - PLENO

Recurso de Reconsideração. Recebimento como Pedido de Reexame. Aplicação do princípio da fungibilidade. Culpa oriunda de incúria no desempenho de deveres de ofício.
Preenchidos os pressupostos subjetivos e objetivos de admissibilidade, aplica-se o princípio da fungibilidade para receber o Recurso de Reconsideração como Pedido de Reexame.
Se configurada a culpa oriunda de incúria no desempenho de deveres de ofício, afasta-se a arguição de ilegitimidade passiva (culpa in vigilando e culpa in elegendo).
É de se manter os valores das multas aplicadas se condizentes e razoáveis com as condutas tidas como reprováveis.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Recurso de Reconsideração interposto pelo Senhor Romeu Reolon, Ex-Prefeito do Município de Alto Paraíso, em face do Acórdão nº 110/2014-Pleno, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro-Substituto ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I – RECEBER o Recurso de Reconsideração interposto em face do Acórdão nº 110/2014-Pleno pelo Senhor Romeu Reolon (CPF nº 577.325.589-87), Ex-Prefeito do Município de Alto Paraíso, como Pedido de Reexame, com fulcro no princípio da

fungibilidade, bem como por atender aos requisitos regimentais de admissibilidade, conforme o artigo 45, parágrafo único c.c. os artigos 31 e 32, todos da Lei Complementar nº 154/96;

II – NÃO CONHECER do Pedido de Reexame no que é pertinente à ausência de médicos e cargas horárias específicas, porquanto o recorrente deixou de atender aos requisitos de admissibilidade previstos no artigo 93, parágrafo único, do RITCE/RO e artigo 514, inciso II, do Código de Processo Civil;

III – REJEITAR a preliminar de ilegitimidade passiva suscitada pelo recorrente, uma vez que a culpa é oriunda da falta de cuidado no desempenho de deveres de ofício, consubstanciada na escolha de seus subordinados (*culpa in eligendo*) e na fiscalização dos atos praticados (*culpa in vigilando*);

IV – CONHECER DO MÉRITO (contratação de profissionais da área de saúde em concurso público e ausência de controle de combustíveis) do Pedido de Reexame e a ele NEGAR PROVIMENTO à luz do artigo 557 do Código de Processo Civil, porquanto as razões expostas pelo recorrente confrontam com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal de Contas da União e desta Corte de Contas;

V – MANTER inalterados os termos do Acórdão nº 110/2014-Pleno, inclusive os valores das multas sancionatórias aplicadas, pelos seus próprios e jurídicos fundamentos;

VI - DAR CIÊNCIA, via DOeTCE-RO, do teor deste Acórdão ao responsável, informando-lhe, ainda, que outras peças dos autos e manifestações, em seu inteiro teor, também estão disponíveis no sítio eletrônico deste Tribunal de Contas (www.tce.ro.gov.br), em atenção à sustentabilidade ambiental; e

VII – DETERMINAR que, depois de adotadas a providências de praxe, sejam os autos arquivados.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA e PAULO CURI NETO; os Conselheiros-Substitutos DAVI DANTAS DA SILVA, FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA e ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA (Relator); o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 12 de novembro de 2015.

ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA
Conselheiro-Substituto Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1042 DE 27 / 11 / 2015
Servidor (a) Ana Breaa Sanches Modesto
Diretora da Diretoria de Coordenação
Julgamento
Cadastro 000606

PROCESSO Nº: 2927/2012
INTERESSADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO / PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO – DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FIRMADAS NO TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA N. 407/2010
RESPONSÁVEIS: JOÃO APARECIDO CAHULLA – EX-GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA – CPF Nº 431.101.779-00
RONALDO FURTADO – EX-PROCURADOR-GERAL DO ESTADO – CPF Nº 030.864.208-20
MILTON LUIZ MOREIRA – EX-SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE – SESAU – CPF Nº 018.625.948-48
MOACIR CAETANO DE SANT'ANA – EX-SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD – CPF Nº 549.882.928-00
CONFÚCIO AIRES MOURA – ATUAL GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA – CPF Nº 037.338.311-87
WILLIAMES PIMENTEL DE OLIVEIRA – ATUAL SECRETÁRIO DE SAÚDE – SESAU – CPF Nº 085.341.442-49
CARLA MITSUE ITO – EX-SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS – SEARH – CPF Nº 125.541.438-38
RELATOR: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA (em substituição ao Conselheiro EDILSON DE SOUSA SILVA)

ACÓRDÃO Nº 147/2015 - PLENO

Representação. Providências requeridas pela Procuradoria Regional do Trabalho – 14ª Região. Apuração de responsabilidade em desfavor dos gestores públicos do Estado de Rondônia. Descumprimento das determinações impostas no Termo de Ajuste de Conduta n. 407/2010. Objeto relacionado à anotação e devolução da CTPS no prazo fixado na legislação. Matéria atinente à Justiça do Trabalho. Incompetência deste Tribunal para apurar responsabilidade. Não conhecimento da Representação. Arquivamento.

Impõe-se reconhecer a incompetência desta Corte de Contas para fiscalizar eventual descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta (TAC) quando o seu objeto versar sobre irregularidades de cunho eminentemente trabalhista, sem notícia de lesão ao erário.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Representação formulada pelo Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho - 14ª Região acerca do descumprimento das obrigações firmadas no Termo de Ajuste de Conduta n. 407/2010, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro-Substituto ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I - Não conhecer da Representação formulada pelo Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho - 14ª Região, em razão da incompetência desta Corte de Contas para apreciar matéria de natureza eminentemente trabalhista;

II - Dar ciência deste Acordão, via DOeTCE-RO, aos responsáveis, informando-lhes que o voto e o parecer ministerial, em seu inteiro teor, estão disponíveis no sítio deste Tribunal de Contas (www.tce.ro.gov.br);

III - Dar ciência deste Acórdão, via ofício, à Procuradoria Regional do Trabalho – 14ª Região; e

IV - Determinar que, depois de cumpridas as formalidades necessárias, sejam os autos arquivados.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA e PAULO CURI NETO; os Conselheiros-Substitutos DAVI DANTAS DA SILVA, FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA e ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA (Relator); o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 12 de novembro de 2015.

ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA
Conselheiro-Substituto Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1042 DE 27 / 11 / 2015
Servidor (a) _____
Diretora da Diretoria de Coordenação e Julgamento
Cadastro 000606

PROCESSO Nº: 2928/2012
INTERESSADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO/PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO – DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FIRMADAS NO TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA N. 408/2010
RESPONSÁVEIS: JOÃO APARECIDO CAHULLA – EX-GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA – CPF Nº 431.101.779-00
RONALDO FURTADO – EX-PROCURADOR-GERAL DO ESTADO – CPF Nº 030.864.208-20
MILTON LUIZ MOREIRA – EX-SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE – SESAU – CPF Nº 018.625.948-48
MOACIR CAETANO DE SANT'ANA – EX-SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD – CPF Nº 549.882.928-00
CONFÚCIO AIRES MOURA – ATUAL GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA – CPF Nº 037.338.311-87
WILLIAMES PIMENTEL DE OLIVEIRA – ATUAL SECRETÁRIO DE SAÚDE – SESAU – CPF Nº 085.341.442-49
CARLA MITSUE ITO – EX-SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS – SEARH – CPF Nº 125.541.438-38
RELATOR: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA (em substituição ao Conselheiro EDILSON DE SOUSA SILVA)

ACÓRDÃO Nº 148/2015 - PLENO

Representação. Providências requeridas pela Procuradoria Regional do Trabalho – 14ª Região. Apuração de responsabilidade em desfavor dos gestores públicos do Estado de Rondônia. Descumprimento das determinações impostas no Termo de Ajuste de Conduta n. 408/2010. Objeto relacionado às normas de segurança e medicina do trabalho. Matéria atinente à Justiça do Trabalho. Incompetência deste Tribunal para apurar responsabilidade. Não conhecimento da Representação. Arquivamento.

Impõe-se reconhecer a incompetência desta Corte de Contas para fiscalizar eventual descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta (TAC) quando o seu objeto versar sobre irregularidades de cunho eminentemente trabalhista, sem falar, ainda, que os fatos já estão sendo objeto de apuração no âmbito judicial.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Representação formulada pelo Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho - 14ª Região acerca do descumprimento das obrigações firmadas no Termo de Ajuste de Conduta n. 408/2010, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro-Substituto ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I - Não conhecer da Representação formulada pelo Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho - 14ª Região, em razão da incompetência desta Corte de Contas para apreciar matéria de natureza eminentemente trabalhista;

II - Dar ciência deste Acordão, via DOeTCE-RO, aos responsáveis, informando-lhes que o voto e o parecer ministerial, em seu inteiro teor, estão disponíveis no sítio deste Tribunal de Contas (www.tce.ro.gov.br);

III – Dar ciência deste Acórdão, via ofício, à Procuradoria Regional do Trabalho – 14ª Região; e

IV - Determinar que, depois de cumpridas as formalidades necessárias, sejam os autos arquivados.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA e PAULO CURI NETO; os Conselheiros-Substitutos DAVI DANTAS DA SILVA, FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA e ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA (Relator); o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 12 de novembro de 2015.

ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA
Conselheiro-Substituto Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1050 DE 9 / 12 / 2015
Tatiana Ferro dos Santos
Assistente de Gabinete
Cadastro nº 990634

PROCESSO Nº: 1743/2015 (PROCESSO ELETRÔNICO)
INTERESSADO: PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2014
RESPONSÁVEIS: OBADIAS BRAZ ODORICO – PREFEITO MUNICIPAL – CPF Nº 288.101.202-72
ELIELTON CARVALHO – CONTROLADOR GERAL – CPF Nº 809.308.242-53
JOSÉ CARLOS FERMINO FARIAS – CONTADOR – CPF Nº 626.633.642-15
RELATOR: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA (em substituição ao Conselheiro EDILSON DE SOUSA SILVA)

ACÓRDÃO Nº 149/2015 - PLENO

CONSTITUCIONAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL. CONTAS DE GOVERNO. CUMPRIMENTO DOS ÍNDICES CONSTITUCIONAIS COM A EDUCAÇÃO, SAÚDE, GASTOS COM PESSOAL E REPASSE AO LEGISLATIVO. SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA SUPERAVITÁRIA. EQUILÍBRIO FINANCEIRO. COBRANÇA JUDICIAL E ADMINISTRATIVA NÃO SATISFATÓRIA DA DÍVIDA ATIVA. EXISTÊNCIA DE IMPROPRIEDADES FORMAIS. DETERMINAÇÕES PARA CORREÇÃO E PREVENÇÃO. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS.

1 – Restou evidenciado o cumprimento dos mandamentos constitucionais e legais relativos à educação (29,62% na MDE e 62,41% no Fundeb – valorização do magistério); à saúde (18,99%); gasto com pessoal (51,67%); e repasse ao Legislativo (6,99%).

2 – O município encerrou o exercício apresentando execução orçamentária, financeira e patrimonial líquidas superavitárias.

3 – A cobrança judicial e administrativa da dívida ativa mostrou-se insatisfatória.

4 – Considerando apenas a existência de impropriedades formais, as contas merecem receber Parecer Prévio pela aprovação com ressalvas, uma vez que a gestão mostrou-se eficiente e as irregularidades remanescentes foram meramente formais.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Prestação de Contas do Poder Executivo do Município de Alto Alegre dos Parecis, exercício de 2014, de responsabilidade de Obadias Braz Odorico, na condição de Prefeito Municipal, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro-Substituto ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I - Emitir PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL A APROVAÇÃO COM RESSALVAS da prestação de contas do Poder Executivo do Município de Alto Alegre dos Parecis, exercício de 2014, de responsabilidade de Obadias Braz Odorico - Prefeito Municipal, com fulcro no inciso I do artigo 71 da Constituição Federal c/c o artigo 35 da Lei Complementar 154/96, e artigo 49 do Regimento Interno, em razão das impropriedades abaixo elencadas, excepcionadas, no entanto, as contas da mesa Diretora do Poder Legislativo Municipal, dos convênios e contratos firmados, além dos atos de ordenação de despesas eventualmente praticados pelo chefe do Poder Executivo, que serão apreciados e julgados em autos apartados e diretamente por este Tribunal:

a) encaminhamento intempestivo dos balancetes, via SIGAP, relativos aos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, novembro e dezembro/2014, em infringência ao artigo 53 da Constituição Estadual, c/c o artigo 5º da Instrução Normativa 019/TCERO-06 e com a alínea "c" do item II da Decisão 318/2013-Pleno;

b) encaminhamento intempestivo dos demonstrativos gerenciais da educação (anexos I ao X), relativos aos meses de janeiro, fevereiro, março, maio, outubro e novembro/2014, em infringência aos incisos I a V do artigo 13, e I e II do artigo 14 da Instrução Normativa 022/TCERO-07; e

c) encaminhamento intempestivo dos demonstrativos gerenciais da saúde (anexos XII ao XV), relativos aos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, outubro, novembro e dezembro/2014, em infringência ao inciso I do artigo 22 da Instrução Normativa 022/TCERO-07.

II – Determinar via ofício ao atual prefeito que:

a) adote de medidas visando à correção e prevenção da reincidência das irregularidades apontadas no item I, alíneas "a" a "c", deste Acórdão, sob pena de aplicação das sanções previstas no artigo 55, VII, da Lei Complementar 154/96, pelo descumprimento de determinações desta Corte;

b) implemente ou aprimore a utilização do protesto extrajudicial como medida prévia de ajuizamento das execuções judiciais para o créditos tributários ou não tributários, em obediência ao Ato Recomendatório Conjunto expedido em 13 de janeiro de 2014 por esta Corte de Contas, pelo Ministério Público de Contas e pelo Poder Judiciário do Estado de Rondônia, bem como à Decisão 328/2014-Pleno, proferida nos autos do Processo 1503/2014, sob pena de aplicação das sanções previstas no inciso IV da artigo 55 da Lei Complementar Estadual 154/96, pelo descumprimento de determinação desta Corte;

c) Encaminhe a este Tribunal a Tomada de Contas Especial instaurada em cumprimento a letra "c" do item II da Decisão 328/2014-Pleno, que apura os motivos e eventuais responsáveis pela prescrição e não ajuizamento de ações de cobrança dos créditos no valor de R$ 26.617,73 (vinte e seis mil seiscentos e dezessete reais e setenta e três centavos) inscritos em dívida ativa, sob pena de responsabilidade solidária, acompanhado das manifestações do órgão de Controle Interno e do Ordenador de Despesa, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do acórdão;

d) determine ao setor responsável de contabilidade que promova rigorosa auditoria nos lançamentos contábeis antes de processar o encerramento do exercício e de elaborar as peças contáveis para evitar inconsistências técnicas e, que por ocasião das correções dos demonstrativos, estes sejam republicados a fim de dar cumprimento às exigências legais contidas no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal;

e) adote medidas capazes de reduzir as despesas de custeio, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados à população e promover a ampliação dos investimentos no município;

f) implemente as diretrizes traçadas na Decisão Normativa 01/2015-TCER, estruturando melhor o órgão de controle interno, dotando-o de meios físicos, material e com pessoal qualificado e em número suficiente para o desempenho de sua função constitucional;

g) determine ao órgão de controle interno que proceda à análise do cumprimento das diretrizes traçadas nos instrumentos de planejamento orçamentário (PPA e LDO), de modo a aferir se o orçamento anual concretizou o planejamento previsto; e

h) atente para o cumprimento dos prazos para a remessa de documentos a este Tribunal de Contas.

III – Determinar ao Controle Externo desta Corte que:

a) advindo os documentos relativos à Tomada de Contas Especial relacionada no item II, alínea "c", deste Acórdão, autue-os em autos apartados, procedendo a sua análise;

b) verifique, por ocasião da análise da prestação de contas do município relativa ao exercício de 2016, o cumprimento das determinações contidas no item II deste Acórdão; e

c) ao proceder à análise das prestações de contas anuais verifique se o relatório, parecer e certificado de auditoria do órgão de Controle Interno foram compatíveis com a realidade, sobretudo quando evidenciadas graves irregularidades que comprometam a gestão.

IV – Determinar, via ofício, aos atuais responsáveis pelo controle interno do município que ao tomarem conhecimento de impropriedades, tais como as apontadas no item I, alíneas "a" a "c", deste Acórdão, adotem medidas saneadoras e deem imediata ciência a esta Corte, sob pena de não o fazendo estarem sujeitos à responsabilização solidária, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar 154/96;

V - Determinar a exclusão da responsabilidade imputada na Decisão em Definição de Responsabilidade 169/2015/GCESS de José Carlos Fermino Farias (CPF 626.633.642-15), na condição de Contador, em razão de não ter remanescido qualquer irregularidade a ele atribuída; bem como de Elielton Carvalho (CPF 809.308.242-53), em razão de que a irregularidade remanescente a ele atribuída ser incapaz de macular a presente prestação de contas;

VI – Dar ciência, por ofício, aos interessados e ao Ministério Público de Contas, informando-os de que o inteiro teor do voto, acórdão e parecer prévio estão disponíveis para consulta no endereço eletrônico www.tce.ro.gov.br; e

VII – Determinar à Secretaria de Processamento e Julgamento – Departamento do Pleno que, ocorrendo o trânsito em julgado, extraia cópia digitalizada dos presentes autos e encaminhe os originais à Câmara Municipal de Alto Alegre dos Parecis, para apreciação e julgamento, expedindo-se, para tanto, o necessário.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA e BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro-Substituto ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA (Relator); o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; a Procuradora-Geral Substituta do Ministério Público de Contas ÉRIKA PATRÍCIA SALDANHA DE OLIVEIRA.

Porto Velho/RO, 19 de novembro de 2015.

ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA
Conselheiro-Substituto Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1080 DE 9 / 12 / 2015

Tatiana Horeay Santos
Assistente de Gabinete

PROCESSO Nº: 0384/2015 (PROCESSO ELETRÔNICO)
UNIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO – APURAÇÃO DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES DANOSAS AO ERÁRIO MUNICIPAL
REPRESENTANTE: ZENILDO PEREIRA DOS SANTOS – PREFEITO – CPF Nº 909.566.722-72
RESPONSÁVEIS: ÂNGELO FENALI – PREFEITO NO PERÍODO DE 31.12.8 A 20.11.12 – CPF Nº 162.047.272-49
ZENILDO PEREIRA DOS SANTOS – PREFEITO NO PERÍODO 31.12.12 A 31.12.14 – CPF Nº 909.566.722-72
LILIAN APARECIDA DA COSTA BEZERRA – DIRETORA DE TESOURARIA – CPF Nº 421.662.762-53
ZENAIDE DE FREITAS – DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS – CPF Nº 290.390.532-00
GLEICIANE DE JESUS SANTOS – ZELADORA – CPF Nº 895.210.562-15
RODRIGO ANTÔNIO PIOLI – AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS – CPF Nº 001.462.242-48
ORILDO FERREIRA DOS SANTOS – MOTORISTA CPF Nº 190.713.022-53
HELIDE DE FREITAS – AGENTE ADMINISTRATIVO – CPF Nº 857.860.632-91
GLENIA DE FREITAS GERALDO - NÃO TEM/TEVE VÍNCULO COM A PREFEITURA MUNICIPAL – CPF Nº 001.542.842-70
JOSÉ GERALDI – CONTROLADOR INTERNO NO PERÍODO DE 8.11.10 A 13.2.2012 – CPF Nº 206.434.971-53
KEILA ROCHA – CONTROLADORA INTERNA NO PERÍODO DE 13.2.2012 A 2.1.2013 – CPF Nº 595.495.992-72
IVANY RODRIGUES DE OLIVEIRA LOPES – CONTROLADORA INTERNA NO PERÍODO DE 3.1.13 A 1.12.14 – CPF Nº 029.143.559-98
ROSÂNGELA BAUMANN DOS SANTOS PÁDUA – CONTROLADORA INTERNA NO PERÍODO DE 6.4.14 A 31.12.14 – CPF Nº 408.770.512-91
LAURI PEDRO ROCKENBACH – CONTADOR – CPF Nº 334.244.629-34
CÉSAR GONÇALVES DE MATOS – CONTADOR – CPF Nº 350.696.192-68
RELATOR: CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

ACÓRDÃO Nº 150/2015 - PLENO

REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ ACERCA DE POSSÍVEIS

IRREGULARIDADES RELACIONADAS A FRAUDES E DESVIOS DE RECURSOS PÚBLICOS NA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES DA MUNICIPALIDADE. INDÍCIOS DE DANO AO ERÁRIO. PRETENSÃO RESSARCITORIA. CONVERSÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. COGNIÇÃO SUMÁRIA. EXISTÊNCIA DE ELEMENTOS INDICIÁRIOS DA MATERIALIDADE E DA AUTORIA.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Representação formulada pelo Senhor Zenildo Pereira dos Santos, Chefe do Poder Executivo do Município de São Miguel do Guaporé, o qual noticia possível consumação de irregularidades danosas relacionadas a fraudes e desvios de recursos públicos na folha de pagamento dos servidores da municipalidade, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro PAULO CURI NETO, por unanimidade de votos, em:

I - Conhecer da Representação apresentada pelo Senhor Zenildo Pereira dos Santos - Chefe do Poder Executivo, sobre possíveis irregularidades danosas ocorridas no âmbito do município de São Miguel do Guaporé que diz respeito a "fraudes e desvios" de recursos públicos na folha de pagamento dos servidores da municipalidade e considerá-la procedente para efeito de conversão do processo em Tomada de Contas Especial;

II - Converter os autos em Tomada de Contas Especial, nos termos do art. 44 da Lei Complementar n. 154/96 c/c o art. 65 do Regimento Interno, em face das irregularidades danosas detectadas pelo Corpo Instrutivo; e

III - Determinar o retorno dos autos ao Conselheiro Relator para a Definição de Responsabilidade, nos termos dispostos no artigo 12, incisos I e II, da Lei Complementar n. 154/96 c/c o artigo 19, incisos I e II, do Regimento Interno.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO (Relator), WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA e BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro-Substituto ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; a Procuradora-Geral Substituta do Ministério Público de Contas ÉRIKA PATRÍCIA SALDANHA DE OLIVEIRA.

Porto Velho/RO, 19 de novembro de 2015.

PAULO CURI NETO
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1050 DE 9 / 12 / 2015
Tatiana Foreay Sant
Assistente de Gabinete
Mat. 300634

PROCESSO Nº: 1434/2015 (PROCESSO ELETRÔNICO)
INTERESSADO: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014
RESPONSÁVEIS: MARIA APARECIDA TORQUATO SIMON – CHEFE DO PODER EXECUTIVO – CPF Nº 486.251.242-91
EDVALDO ARAÚJO DA SILVA – RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE – CPF Nº 188.028.058-22
NERISELMA DA COSTA CONCEIÇÃO – SECRETÁRIA DE CONTROLE INTERNO – CPF Nº 643.802.382-53
GIMAEL CARDOSO SILVA – CONTROLADOR INTERNO – CPF Nº 791.623.042-91
RELATOR: CONSELHEIRO BENEDITO ANTÔNIO ALVES

ACÓRDÃO Nº 151/2015 - PLENO

Constitucional. Contas Anuais. Poder Executivo Municipal de Governador Jorge Teixeira. Exercício Financeiro de 2014. Execuções orçamentária, financeira e patrimonial regulares. Observância do equilíbrio econômico-financeiro da gestão. Cumprimento dos limites constitucionais com a educação e com a saúde. Despesa com pessoal abaixo do limite máximo estabelecido pela LRF. Regularidade no repasse financeiro ao Poder Legislativo. Impropriedades formais. Parecer Prévio pela aprovação das contas com ressalvas. Precedentes. Determinações legais. Recomendações. Encaminhamento ao Poder Legislativo Municipal, para apreciação e julgamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam das Contas Anuais do Poder Executivo Municipal de Governador Jorge Teixeira, relativas ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade de Maria Aparecida Torquato Simon, na condição de Chefe do Poder Executivo, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro BENEDITO ANTÔNIO ALVES, por unanimidade de votos, em:

I – EMITIR PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO COM RESSALVAS das Contas da Chefe do Poder Executivo do Município de Governador Jorge Teixeira, relativas ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade de Maria

Aparecida Torquato Simon – Chefe do Poder Executivo, CPF n. 486.251.242-91, com fulcro no art. 71, inciso I, da Constituição Federal, c/c o art. 1°, inciso VI, da Lei Complementar Estadual n. 154/96, em razão dos apontamentos a seguir elencados, ressalvados os atos e as contas da Mesa Diretora do Poder Legislativo Municipal, dos convênios e contratos firmados, além dos atos de ordenação de despesas eventualmente praticados pelo Poder Executivo, que serão apreciados e julgados oportunamente em autos apartados:

I.1. Infringência às disposições insertas no art. 53 da Constituição Estadual, c/c o art. 5° da IN n. 019/2006-TCE-RO; arts. 13, I a V, 14, I e II e 22, I, da IN n. 022/2007-TCE-RO, pela intempestividade no envio do balancete do mês de março, dos demonstrativos gerenciais dos recursos da educação dos meses de janeiro, fevereiro e novembro e dos recursos da saúde dos meses de janeiro e fevereiro, respectivamente;

I.2. Infringência às disposições insertas no art. 167, II, da Constituição Federal, c/c o artigo 43 da Lei Federal n. 4.320/64, ante a abertura de créditos adicionais suplementares com recursos fictícios, no valor de R$83.612,98 (oitenta e três mil, seiscentos e doze reais e noventa e oito centavos), todavia não tem o condão de inquinar as referidas contas, pois não houve empenhamento de despesa com base no referido recurso;

I.3. Infringência às disposições insertas no art. 60 do ADCT, da Constituição Federal, com a nova redação dada pela EC n. 53/2006, pela utilização do valor de R$2.902,85 (dois mil, novecentos e dois reais e oitenta e cinco centavos) do Fundeb, para custear despesas estranhas à sua finalidade;

I.4. Infringência às disposições insertas no Anexo II da Lei Federal n. 4.320/64 e Resolução CFC n. 1.133/2008, ante a divergência em informação dos recursos do Fundeb e ausência de notas explicativas nos balanços e anexos correspondentes, respectivamente;

I.5. Infringência às disposições insertas nos arts. 85 e 89, c/c o parágrafo único, do art. 98 da Lei Federal n. 4.320/64, pelas divergências nos lançamentos dos saldos das contas "encargos sociais a pagar" e "patrimônio líquido"; e

I.6. Infringência às disposições insertas no art. 74, I e II, da Constituição Federal, c/c o art. 51, I e II, da Constituição do Estado de Rondônia, em razão da ausência de avaliação por parte do Controle Interno sobre o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da municipalidade, bem como não avaliou os resultados obtidos, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do ente.

II – DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), à atual Chefe do Poder Executivo do Município de Governador Jorge Teixeira a adoção de medidas visando à correção e prevenção da reincidência das ilegalidades apontadas no item I, sob pena de reprovação das futuras contas;

III – DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), aos responsáveis pelo Controle Interno do Município de Governador Jorge Teixeira, que observem com rigor as disposições insertas na Decisão Normativa n. 001/2015-TCE-RO que *"estabelece as diretrizes gerais sobre a implementação e operacionalização do sistema de controle interno para os entes*

jurisdicionados" e, em suas ações cotidianas, ao tomarem conhecimento de impropriedades adotem medidas saneadoras e deem imediata ciência ao gestor e a este Tribunal;

IV – DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), à atual Chefe do Poder Executivo Municipal de Governador Jorge Teixeira, a observância da norma cogente no tocante às despesas inscritas em "restos a pagar" que deverão ser pagas até o final do primeiro trimestre do exercício seguinte, com a disponibilidade financeira do exercício findo, sob pena de serem desconsideradas para fins de cálculo do percentual estabelecido no art. 77, III, do ADCT da Constituição Federal, conforme o § 2º dos artigos 6º e 23 da IN n. 22/2007-TCE-RO, com a nova redação dada pela Instrução Normativa n. 27/2012-TCE-RO;

V – DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), à atual Chefe do Poder Executivo Municipal de Governador Jorge Teixeira, que aprimore a sistemática de cobrança da dívida ativa no menor lapso de tempo possível, em cumprimento às determinações insertas no art. 11, da Lei Complementar Federal n. 101/00, c/c o "Ato Recomendatório Conjunto", celebrado pelo Poder Judiciário do Estado de Rondônia, Corregedoria-Geral de Justiça de Rondônia, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Ministério Público de Contas que:

V.1. Recomenda aos entes municipais a adoção de providências tendentes a aprimorar a sistemática de cobrança da dívida pública, otimizando os procedimentos para promover a cobrança no menor lapso de tempo possível, encaminhando ou restituindo os feitos ao Poder Judiciário, acompanhados das manifestações pertinentes;

V.2. Recomenda aos entes municipais o uso do protesto extrajudicial como medida prévia ao ajuizamento das execuções judiciais para os créditos tributários e não tributários, independentemente do valor do crédito;

V.3. Recomenda a implementação em seus respectivos âmbitos legislativos a normatização necessária para possibilitar sistema alternativo de cobrança da dívida pública, por meio de procedimento administrativo de cobrança extrajudicial de títulos executivos, tendo como referência as disposições insertas na Lei Estadual n. 2.913/2012; e

V.4. Recomenda estabelecer por meio de Lei, patamar mínimo para ajuizamento das execuções fiscais, de modo a evitar que o custo da cobrança judicial seja superior ao benefício proporcionado pela satisfação do crédito.

VI – DETERMINAR à Secretaria-Geral de Controle Externo que:

VI.1. Verifique, por ocasião da análise da próxima Prestação de Contas do Poder Executivo Municipal de Governador Jorge Teixeira, o cumprimento das determinações contidas nos itens anteriores deste Acórdão; e

VII.2. No exame das futuras prestações de contas, proceda ao confronto do Demonstrativo da Dívida Ativa arrecadada com o Anexo 10 da Lei Federal n. 4.320/64 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.

VII - DETERMINAR a exclusão das responsabilidades imputadas na Decisão em Definição de Responsabilidade n. 033/2015-GCBAA de Edvaldo Araújo da Silva, CPF n. 188.028.058-22, na condição de Contador; Neriselma da Costa Conceição, CPF n. 643.802.382-53 e Gimael Cardoso Silva, CPF n. 791.623.042-91, na qualidade de Controladores

Internos, em razão das impropriedades remanescentes a eles atribuídas serem de caráter formal, sem o condão de macular as contas *sub examine,* comunicando-lhes via ofício (mãos próprias), o teor deste Acórdão;

VIII – DAR CONHECIMENTO deste Acórdão aos demais interessados, via Diário Oficial eletrônico desta Corte de Contas, cujo acesso está disponível para consulta no *site* www.tce.ro.gov.br, com o escopo de evitar dispêndios desnecessários com extração de cópias, em homenagem à sustentabilidade ambiental; e

IX - DETERMINAR ao Departamento do Pleno da Secretaria de Processamento e Julgamento que extraia cópia digitalizada dos autos para o arquivo desta Corte, e encaminhe os originais ao Poder Legislativo Municipal de Governador Jorge Teixeira, para apreciação e julgamento, expedindo-se, para tanto, o necessário, após o trânsito em julgado deste Acórdão

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA e BENEDITO ANTÔNIO ALVES (Relator); o Conselheiro-Substituto ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; a Procuradora-Geral Substituta do Ministério Público de Contas ÉRIKA PATRÍCIA SALDANHA DE OLIVEIRA.

Porto Velho/RO, 19 de novembro de 2015.

BENEDITO ANTÔNIO ALVES
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PORTARIA Nº 1050 DE 9 12 2015

Tatiana Hellen Santos
Assistente de Gabinete
Cadastro nº 990634

PROCESSO Nº: 4428/1997
DENUNCIANTE: GILBERTO ESTRELLA - CPF Nº 994.101.417-53
INTERESSADO: PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE VILHENA
ASSUNTO: DENÚNCIA CONVERTIDA EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL POR MEIO DO ACÓRDÃO N. 80/2008-PLENO
RESPONSÁVEIS: GILSON CARLOS FERREIRA - CPF Nº 049.586.268-16 - EX-PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE VILHENA (PERÍODO AUDITADO: 1.1.1997 A 31.10.1997)
ROBERTO PEDROSO – CPF Nº 023.553.018-24 - EX-ASSESSOR DE IMPRENSA DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE VILHENA
JOSÉ CÂNDIDO GONÇALVES DE ESPÍNDULA – CPF Nº 062.721.420-72 - EX-VEREADOR DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE VILHENA
WALTER DOURADO DA SILVA (FALECIDO) - EX-VEREADOR DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE VILHENA - CPF Nº 106.528.092-00 - SUCEDIDO PELO CÔNJUGE SUPÉRSTITE, MARLI TERESINHA BALTAZAR DOURADO DA SILVA – CPF Nº 139.347.832-87)
JACY ALVES DE SOUZA - CPF Nº 412.703.719-91 - EX-VEREADOR DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE VILHENA
AUGUSTINHO PASTORE - CPF Nº 400.690.289-15 - EX-VEREADOR DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE VILHENA
NATALINO DE CAMPOS - CPF Nº 363.045.908-06 - EX-VEREADOR DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE VILHENA
SALATIEL RODRIGUES DE SOUZA - CPF Nº 220.810.032-87 - EX-VEREADOR DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE VILHENA
VANDERLEI AMAURI GRAEBIN - CPF Nº 242.002.122-34 - EX-VEREADOR DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE VILHENA
ANÍSIO PEREIRA RUAS - CPF Nº 204.114.132-87 - EX-VEREADOR DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE VILHENA
CARLOS ANTÔNIO DALTOÉ - CPF Nº 488.415.289-15 - EX-VEREADOR DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE VILHENA
JOÃO BATISTA GONÇALVES - CPF 313.133.702-82 - EX-VEREADOR DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE VILHENA
RELATOR: CONSELHEIRO BENEDITO ANTÔNIO ALVES

ACÓRDÃO Nº 152/2015 - PLENO

Denúncia convertida em Tomada de Contas Especial. Poder Legislativo do Município de Vilhena. Irregularidades praticadas durante o exercício do ano de 1997. Condutas causadoras de dano ao erário. Responsabilidade individual do Chefe do Poder

Legislativo. Ressarcimento que se impõe. Imposição de pena pecuniária. Longo transcurso temporal (aproximadamente 18 anos) entre a data dos fatos e o julgamento definitivo por esta Corte. Inviabilidade.
I – Demonstrado nos autos que o Chefe do Poder Legislativo Municipal cometeu irregularidades que culminaram em dano ao erário, deve ele ser responsabilizado pelo ressarcimento, mormente quando este não consegue amealhar aos autos documentos hábeis a eximi-lo da responsabilidade.
II – Estando provado nos autos que os demais Vereadores não praticaram conduta irregular e nem foram beneficiados pelo comportamento do Presidente, não há se falar em responsabilidade solidária, não podendo eles serem responsabilizados pela Conduta do Presidente.
III – O longo transcurso do prazo (aproximadamente 18 anos) entre a data dos fatos e a do julgamento definitivo impede a aplicação de pena pecuniária, em razão do sofrimento experimentado pelo responsável que aguarda o julgamento de suas contas.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Tomada de Contas Especial visando apurar possíveis irregularidades praticadas no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Vilhena, durante o exercício de 1997, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro BENEDITO ANTÔNIO ALVES, por unanimidade de votos, em:

I – JULGAR IRREGULAR a Tomada de Contas Especial, de responsabilidade de Gilson Carlos Ferreira, Ex-Presidente do Poder Legislativo Municipal de Vilhena, CPF n. 049.586.268-16, com fundamento no artigo 16, inciso III, alíneas "b" e "c", ambos da Lei Complementar n. 154/96, combinado com o artigo 25, incisos II e III, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

II - IMPUTAR DÉBITO a GILSON CARLOS FERREIRA, CPF n. 049.586.268-16, pelas seguintes impropriedades e seus respectivos valores:

II.1 - R$ 5.350,00 (cinco mil, trezentos e cinquenta reais), por não ter exigido dos demais Vereadores a devida prestação de contas dos recursos repassados a titulo de concessão de diárias, que atualizado monetariamente desde o fato gerador (junho de 1997) até o mês de setembro de 2015, corresponde ao valor de R$ 17.288,84 (dezessete mil, duzentos e oitenta e oito reais e oitenta e quatro centavos) que, acrescido de juros perfaz o total de R$55.151,41 (cinquenta e cinco mil, cento e cinquenta e um reais e quarenta e um centavos), conforme memória de cálculo, devendo ser procedida à nova atualização monetária acrescida de juros, referente ao período de setembro de 2015 até a data do efetivo pagamento, nos termos da Resolução n. 039/2006-TCE-RO, podendo o cálculo ser efetivado por meio do *site* eletrônico

deste Tribunal de Contas no link http://www.tce.ro.gov.br/nova/atualizacaomonetaria/atualizavalor.asp, com supedâneo nos arts. 71, § 3° da Constituição Federal, 49, § 3°, da Constituição Estadual e 19 da Lei Complementar n. 154/96;

II.2 - R$ 140,00 (cento e quarenta reais), por conceder diárias aos servidores Cláudio Henning e Roberto Pedroso para tratarem de assuntos alheios aos interesses do Poder Legislativo, que atualizado monetariamente desde o fato gerador (junho de 1997) até o mês de setembro de 2015, corresponde ao valor de R$ 452,42 (quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e dois centavos) que, acrescido de juros perfaz o total de R$ 1.443,21 (mil, quatrocentos e quarenta e três reais e vinte e um centavos), conforme memória de cálculo, devendo ser procedida à nova atualização monetária acrescida de juros, referente ao período de setembro de 2015 até a data do efetivo pagamento, nos termos da Resolução n. 039/2006-TCE-RO, podendo o cálculo ser efetivado por meio do *site* eletrônico deste Tribunal de Contas no link http://www.tce.ro.gov.br/nova/atualizacaomonetaria/atualizavalor.asp, pelo uso irregular de valores na concessão de diárias, gerando dano ao erário, com supedâneo nos arts. 71, § 3° da Constituição Federal, 49, § 3°, da Constituição Estadual e 19 da Lei Complementar n. 154/96;

II.3 - R$ 220,00 (duzentos e vinte reais), por não ter comprovado o emprego deste valor na aquisição e utilização de combustível para a viatura daquele Poder, que atualizado monetariamente desde o fato gerador (junho de 1997) até o mês de setembro de 2015, corresponde ao valor de R$ 710,94 (setecentos e dez reais e noventa e quatro centavos) que, acrescido de juros perfaz o total de R$ 2.267,91 (dois mil, duzentos e sessenta e sete reais e noventa e um centavos), conforme memória de cálculo, devendo ser procedida à nova atualização monetária acrescida de juros, referente ao período de setembro de 2015 até a data do efetivo pagamento, nos termos da Resolução n. 039/2006-TCE-RO, podendo o cálculo ser efetivado por meio do *site* eletrônico deste Tribunal de Contas no link http://www.tce.ro.gov.br/nova/atualizacaomonetaria/atualizavalor.asp, gerando dano ao erário, com supedâneo nos arts. 71, § 3° da Constituição Federal, 49, § 3°, da Constituição Estadual e 19 da Lei Complementar n. 154/96;

II.4 - R$ 1.014,00 (mil e quatorze reais), por ter realizado pagamento relativo à aquisição de material esportivo, despesa estranha ao interesse do Poder Legislativo Municipal de Vilhena, que atualizado monetariamente desde o fato gerador (junho de 1997) até o mês de setembro de 2015, corresponde ao valor de R$ 3.276,80 (três mil, duzentos e setenta e seis reais e oitenta centavos) que, acrescido de juros perfaz o total de R$ 10.453,00 (dez mil, quatrocentos e cinquenta e três reais), conforme memória de cálculo anexa, devendo ser procedida à nova atualização monetária acrescida de juros, referente ao período de setembro de 2015 até a data do efetivo pagamento, nos termos da Resolução n. 039/2006-TCE-RO, podendo o cálculo ser efetivado por meio do *site* eletrônico deste Tribunal de Contas no link http://www.tce.ro.gov.br/nova/atualizacaomonetaria/atualizavalor.asp, gerando dano ao erário, com supedâneo nos arts. 71, § 3° da Constituição Federal, 49, § 3°, da Constituição Estadual e 19 da Lei Complementar n. 154/96;

II.5 - R$ 3.640,00 (três mil, seiscentos e quarenta reais), relativo ao pagamento por serviços publicitários de divulgação em emissoras de rádio e televisão, cuja execução não foi efetivamente comprovada, que atualizado monetariamente desde o fato gerador (junho de 1997) até o mês de setembro de 2015, corresponde ao valor de R$ 11.762,88 (onze mil, setecentos e sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos) que, acrescido de juros perfaz o total de R$ 37.523,58 (trinta e sete mil, quinhentos e vinte e três reais e cinquenta e oito centavos), conforme memória de cálculo, devendo ser procedida à nova atualização monetária

acrescida de juros, referente ao período de setembro de 2015 até a data do efetivo pagamento, nos termos da Resolução n. 039/2006-TCE-RO, podendo o cálculo ser efetivado por meio do *site* eletrônico deste Tribunal de Contas no link http://www.tce.ro.gov.br/nova/atualizacaomonetaria/atualizavalor.asp, com supedâneo nos arts. 71, § 3º da Constituição Federal, 49, § 3º, da Constituição Estadual e 19 da Lei Complementar n. 154/96;

II.6 - R$ 140,00 (cento e quarenta reais), referente ao pagamento pela aquisição de cartões de aniversário, tratando-se de despesa que não atende ao interesse público, que atualizado monetariamente desde o fato gerador (maio de 1997) até o mês de setembro de 2015, corresponde ao valor de R$ 452,92 (quatrocentos e cinquenta e dois reais) que, acrescido de juros perfaz o total de R$ 1.449,33 (mil quatrocentos e quarenta e nove reais e trinta e três centavos), conforme memória de cálculo, devendo ser procedida à nova atualização monetária acrescida de juros, referente ao período de setembro de 2015 até a data do efetivo pagamento, nos termos da Resolução n. 039/2006-TCE-RO, podendo o cálculo ser efetivado por meio do *site* eletrônico deste Tribunal de Contas no link http://www.tce.ro.gov.br/nova/atualizacaomonetaria/atualizavalor.asp, com supedâneo nos arts. 71, § 3º da Constituição Federal, 49, § 3º, da Constituição Estadual e 19 da Lei Complementar n. 154/96; e

II.7 - R$ 300,00 (trezentos reais), pelo pagamento de despesa decorrente da aquisição de material para ser utilizado na publicação de mensagem alusiva ao Dia das Mães, que atualizado monetariamente desde o fato gerador (maio de 1997) até o mês de setembro de 2015, corresponde ao valor de R$ 970,53 (novecentos e setenta reais e cinquenta e três centavos) que, acrescido de juros perfaz o total de R$ 3.105,71 (três mil, cento e cinco reais e setenta e um centavos), conforme memória de cálculo, devendo ser procedida à nova atualização monetária acrescida de juros, referente ao período de setembro de 2015 até a data do efetivo pagamento, nos termos da Resolução n. 039/2006-TCE-RO, podendo o cálculo ser efetivado por meio do *site* eletrônico deste Tribunal de Contas no link http://www.tce.ro.gov.br/nova/atualizacaomonetaria/atualizavalor.asp, com supedâneo nos arts. 71, § 3º da Constituição Federal, 49, § 3º, da Constituição Estadual e 19 da Lei Complementar n. 154/96.

III - DETERMINAR a exclusão das responsabilidades imputadas a José Cândido Gonçalves de Espíndula, CPF n. 062.721.420-72, Jacy Alves de Souza, CPF n. 412.703.719-91, Augustinho Pastore, CPF n. 400.690.289-15, Natalino de Campos, CPF n. 363.045.908-06, Salatiel Rodrigues de Souza, CPF n. 220.810.032-87, Vanderlei Amauri Graebin, CPF n. 242.002.122-34, João Batista Gonçalves, CPF n. 313.133.702-82 , Anísio Pereira Ruas, CPF n. 204.114.132-87, Carlos Antônio Daltoé, CPF n. 488.415.289-15, Roberto Pedroso, CPF n. 023.553.018-24, e Marli Terezinha Baltazar Dourado da Silva, CPF n. 139.347.832-87 (cônjuge supérstite de Walter Dourado da Silva - CPF n. 106.528.092-00), ante a ausência de provas nos autos de que tenham praticado as irregularidades a eles imputadas;

IV - FIXAR o prazo de 15 dias, contados na forma da legislação em vigor, para que o responsável comprove a esta Corte de Contas o recolhimento dos débitos aos cofres do Município, consignados no item II e subitens II.1, II.2, II.3, II.4, II.5, II.6 e II.7;

V – DETERMINAR que, transitando em julgado sem o recolhimento dos débitos, seja iniciada a cobrança judicial nos termos do art. 27, II, da Lei Complementar 154/96, c/c art. 36, inciso II, do Regimento Interno desta Corte;

VI - DAR CONHECIMENTO aos interessados, via Diário Oficial eletrônico, cujo acesso está disponível para consulta no *site* www.tce.ro.gov.br, com o escopo de evitar dispêndios desnecessários com a extração de fotocópias, em atenção à sustentabilidade ambiental; e

VII – SOBRESTAR os autos no Departamento do Pleno para o seu acompanhamento.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA e BENEDITO ANTÔNIO ALVES (Relator); o Conselheiro-Substituto ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; a Procuradora-Geral Substituta do Ministério Público de Contas ÉRIKA PATRÍCIA SALDANHA DE OLIVEIRA.

Porto Velho/RO, 19 de novembro de 2015.

BENEDITO ANTÔNIO ALVES
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA
PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1054 DE 15 / 12 / 2015

Tatiana Honda Santos
Assistente de Gabinete
Cadastro nº 990634

PROCESSO Nº: 3827/2011
UNIDADE: PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CABIXI
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – REPRESENTAÇÃO CONVERTIDA MEDIANTE DECISÃO Nº 72/2012-PLENO
RESPONSÁVEIS: JOSÉ ROZÁRIO BARROSO – EX-PREFEITO MUNICIPAL - CPF Nº 315.685.722-04
JAIR GODINHO DA SILVA – EX-CONTROLADOR INTERNO MUNICIPAL – CPF Nº 471.014.742-68
HENRY HATTORI – ENGENHEIRO CIVIL - CPF 457.013.002-00
RELATOR: CONSELHEIRO FRANCISCO CARVALHO DA SILVA

ACÓRDÃO Nº 153/2015 - PLENO

Tomada de Contas Especial decorrente de Representação. Poder Executivo do Município de Cabixi. Irregularidades na aquisição de materiais para construção do Centro de Idosos no Município de Cabixi. Obra não concluída. Materiais pagos não utilizados e não localizados. Processamento Irregular da Despesa. Existência de dano ao erário. Imputação de débito. Multas. Julgamento pela irregularidade. Determinação.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Representação formulada por Vereadores da Câmara Municipal de Cabixi acerca de irregularidades na aquisição de materiais para construção do Centro de Convivência do Idoso no Município de Cabixi, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I - Julgar irregular a Tomada de Contas Especial, com fulcro no artigo 16, III, "b" e "c", da Lei Complementar n° 154/96, de responsabilidade do Senhor José Rozário Barroso - CPF n° 315.685.722-04, Ex-Prefeito Municipal de Cabixi, solidariamente ao Senhor Jair Godinho da Silva - CPF n° 471.014.742-68, Ex-Controlador Interno, por pagamento indevido de materiais para construção do Centro de Convivência do Idoso (Pregão Presencial n° 37/2010), na importância de R$ 20.005,80, que não foram utilizados na obra e nem localizados, caracterizando despesa irregularmente liquidada em descumprimento aos artigos 62 e 63 da Lei Federal n° 4.320/64 c/c o artigo 37, *caput,* da Constituição Federal, e ao Senhor Henrry Hattori - Engenheiro Civil, por descumprimento aos artigos 14 e 15, §7°, I, e II, da Lei Federal n° 8.666/93;

II - Imputar débito com fulcro no artigo 19, *caput,* da Lei Complementar n° 154/96, c/c com o artigo 26 do RI/TCE-RO, ao Senhor José Rozário Barroso, solidariamente ao Senhor Jair Godinho da Silva, no valor histórico de R$ 20.005,80 (vinte mil e cinco reais e oitenta centavos), que atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora (de fevereiro de 2011 a outubro de 2015), perfaz a importância de R$ 42.373,49 (quarenta e dois mil, trezentos e setenta e três reais e quarenta e nove centavos), em virtude do pagamento indevido de materiais para construção do Centro de Convivência do Idoso (Pregão Presencial n° 37/2010), que não foram utilizados na obra e nem localizados, caracterizando despesa irregularmente liquidada em descumprimento aos artigos 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/64 c/c o artigo 37, *caput,* da Constituição Federal; fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do acórdão no Diário Oficial Eletrônico do TCE/RO, para que procedam ao recolhimento do débito aos cofres do tesouro municipal, comprovando a esta Corte para posterior quitação e baixa de responsabilidade;

III - Multar, individualmente, ao Senhor José Rozário Barroso - CPF n° 315.685.722-04, e ao Senhor Jair Godinho da Silva - CPF n° 471.014.742-68, com fulcro no art. 54 da Lei Complementar n° 154/96 c/c o artigo 102 do Regimento Interno/TCE-RO, em R$1.629,74 (mil seiscentos e vinte e nove reais e setenta e quatro centavos), equivalente ao percentual de 6% (seis por cento) sobre o valor do débito constante do item II, retro, atualizado monetariamente (R$ 27.162,49), e sem a incidência dos juros de mora; fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do acórdão no Diário Oficial, para que os responsáveis procedam ao recolhimento da multa a cada um imputada à conta do Fundo de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas - FDI, comprovando a esta Corte, sendo que decorrido o prazo fixado, sem o devido recolhimento, a multa será atualizada monetariamente, nos termos do artigo 56 da Lei Complementar Estadual n° 154/1996, combinado com o artigo 3°, III, da Lei Complementar 194/1997;

IV - Multar em R$ 1.620,00 (mil seiscentos e vinte reais), o Senhor Henrry Hattori - CPF n° 457.013.002-00, com fulcro no art. 55, inciso II, da Lei Complementar Estadual n. 154/96, por descumprimento ao disposto no artigo 6°, IX, "c" e "e", 7°, I, da Lei n° 8.666/1993, em face da especificação inadequada do objeto (ausência de cronograma físico-financeiro do projeto básico e ausência da memória de cálculo das quantidades dos serviços e quantificação dos materiais); fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do acórdão no Diário Oficial, para que proceda ao recolhimento da multa à conta do Fundo de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas - FDI, comprovando a esta Corte, sendo que decorrido o prazo fixado, sem o devido recolhimento, a multa será atualizada monetariamente, nos termos do artigo 56 da Lei Complementar Estadual n° 154/1996, combinado com o artigo 3°, III, da Lei Complementar n° 194/1997;

V - Autorizar desde já que, após o trânsito em julgado, sem que ocorra o recolhimento do débito consignado no item II e das multas aplicadas nos itens III e IV, seja iniciada a cobrança judicial, nos termos do artigo 27, II, da Lei Complementar n° 154/96, combinado com o artigo 36, II, do Regimento Interno desta Corte;

VI - Determinar, via ofício, ao atual Prefeito do Município de Cabixi, ou a quem venha sucedê-lo, que adote medidas que resultem na utilização/destinação pública da obra objeto do Edital de Pregão Presencial n° 37/2010, concluindo-a ou adaptando para outras atividades de interesse da comunidade, cabendo ao Órgão de Controle Interno do Município, por seu responsável, acompanhar o fiel cumprimento dessa medida, uma vez que responderá pelo não atendimento a este TCE/RO, a qualquer momento, ou quando de futuros

trabalhos de auditoria, tornando-se passível de sanção nos termos do art. 55, IV, da LC n° 154/1996;

VII - Dar ciência, via Diário Eletrônico do TCE-RO, do teor deste Acórdão aos interessados, inclusive para efeito de contagem de prazos recursais, conforme dispõe a Lei Complementar n° 749/13; e

VIII - Determinar ao Departamento do Pleno que, depois de adotadas as providências de praxe e exaurida a tramitação, sejam os autos arquivados.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA (Relator), PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA e BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro-Substituto ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; a Procuradora-Geral Substituta do Ministério Público de Contas ÉRIKA PATRÍCIA SALDANHA DE OLIVEIRA.

Porto Velho/RO, 19 de novembro de 2015.

FRANCISCO CARVALHO DA SILVA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO TCE/RO
Nº 1054 DE 15 / 12 / 2015

Tatiana Moreay Santos
Assistente de Gabinete
Cadastro nº 990634

PROCESSO Nº:	3207/1996
ASSUNTO:	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
INTERESSADO:	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON
RESPONSÁVEIS:	AMILCAR DA SILVA LOPES – CPF Nº 297.056.227-87
	LEONÍDIA FERREIRA DA SILVA LOPES – CPF Nº 314.425.607-20
ADVOGADO:	AMADEU GUILHERME LOPES MACHADO – OAB/RO Nº 1225
RESPONSÁVEL:	EDSON JANELLA – CPF Nº 327.219.946-20
ADVOGADOS:	ARCELINO LEON – OAB/RO Nº 991 E CEZAR LEON NETO – OAB/RO Nº 3009
RESPONSÁVEL:	FÁTIMA SANKARI – CPF Nº 553.373.689-15
ADVOGADO:	LÚCIO AFONSO DA FONSECA SALOMÃO – OAB/RO Nº 1063
RESPONSÁVEIS:	JOSÉ ODAIR FERRARI – CPF Nº 354.362.479-20
	LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA – CPF Nº 450.617.344-91
ADVOGADO:	FELIPE SANTOS VIEIRA NOGUEIRA – OAB/RO Nº 5743
RESPONSÁVEL:	MÁRIO RICARDO DIAS MOLERO – CPF Nº 303.269.310-15
ADVOGADA:	MARIA EUGÊNIA DE OLIVEIRA – OAB/RO Nº 494-A
RESPONSÁVEL:	NESTOR ÂNGELO D'ANDREA MENDES – CPF Nº 025.955.528-21
ADVOGADOS:	SAMUEL DOS SANTOS JÚNIOR – OAB/RO Nº 1238
	HENRY RODRIGO RODRIGUES GOUVÊA – OAB/RO Nº 632-A
RELATOR:	CONSELHEIRO FRANCISCO CARVALHO DA SILVA

ACÓRDÃO Nº 154/2015 - PLENO

Tomada de Contas Especial. Convertida por meio do Acórdão n° 382/1999-Pleno. Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia. Suposto dano ao erário. Acumulação ilegal de cargos públicos remunerados. Verbas de caráter alimentares. Ausência de elementos suficientes ao convencimento do julgador quanto ao dano ao erário. Inviabilidade na realização de novas diligências. Decurso de mais de 20 anos desde os fatos. Prejuízo ao exercício do direito de defesa, inclusive o interesse recursal. Princípios da segurança jurídica, razoabilidade, proporcionalidade, economicidade, duração razoável do processo. Extinção sem julgamento. Arquivamento. Determinação aos atuais gestores.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Tomada de Contas Especial, originária de inspeção realizada nas unidades de saúde estatal, convertida por meio do Acórdão n° 382/1999-Pleno, em face do suposto dano aos cofres do

Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Rondônia - IPERON decorrente da acumulação ilícita de cargos públicos por profissionais da saúde daquela autarquia, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I - Extinguir o presente processo, sem resolução do mérito, com fundamento na segurança jurídica, devido processo legal, contraditório e ampla defesa, razoabilidade, proporcionalidade, economicidade, duração razoável do processo, por reconhecer que o lapso de 20 anos desde os fatos inviabiliza a validade do contraditório e ampla defesa concedidos;

II - Determinar a atual Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas e ao Presidente do Iperon que instaurem procedimento para averiguar a acumulação de cargos de médico pelo Senhor Mário Ricardo Dias Molero, e caso confirmada ilicitude tomem providências para notificação do servidor para que faça opção de apenas dois cargos, adequando-os a regra constitucional, bem como instaure Tomada de Contas Especial para apurar possível prejuízo ao erário, no caso de comprovada ausência de contraprestação de serviço, ficando a Controladoria-Geral do Estado responsável pelo acompanhamento das medidas adotadas, sob pena de tornarem-se sujeitos à aplicação das sanções previstas no artigo 55 da Lei Complementar n° 154/96;

III - Determinar ao atual Chefe do Poder Executivo do Município de Porto Velho que determine a instauração de procedimento para averiguar a acumulação de cargos de médico pelo Senhor Mário Ricardo Dias Molero, e caso confirmada a ilicitude notifique o servidor para adequação à regra constitucional, bem como instaure Tomada de Contas Especial para apurar possível prejuízo ao erário, no caso de comprovada ausência de contraprestação de serviço, ficando a Controladoria-Geral do Município responsável pelo acompanhamento das medidas adotadas, sob pena de tornarem-se sujeito a aplicação das sanções previstas no artigo 55 da Lei Complementar n° 154/96;

IV - Dar ciência, via Diário Oficial, do teor deste Acórdão aos interessados;

V - Notificar, via Ofício, a atual Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas e o Presidente do Iperon e o Gestor Municipal para atendimento dos itens II e III, respectivamente, cientificando-os de que a notificação diz respeito apenas ao cumprimento da decisão nos itens especificados, não estando sua ciência vinculada à contagem do prazo para interposição de recurso, uma vez que esse se dá pela publicação da decisão no Diário Oficial eletrônico desta Corte, conforme Lei Estadual n° 749/2013;

VI - Notificar, via ofício, o atual Controlador-Geral do Estado e do Município de Porto Velho, para que acompanhe a adoção das medidas constantes dos itens II e III, respectivamente, cada um dentro da sua esfera de competência, até a adequação dos acúmulos ao constitucionalmente possível, inclusive cruzando os dados para implementação das medidas necessárias ao enquadramento da situação ao constitucionalmente possível, cuja averiguação será objeto de futura fiscalização pelo Controle Externo deste Tribunal;

VII - Dar ciência ao Secretário-Geral de Controle Externo das determinações constantes dos itens II e III, cujo cumprimento deverá ser objeto de fiscalização futura, a ser realizada em momento oportuno;

VIII - Determinar ao Departamento do Pleno, que depois de adotadas as providências de praxe, sejam os autos arquivados.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA (Relator), PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA e BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro-Substituto ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; a Procuradora-Geral Substituta do Ministério Público de Contas ÉRIKA PATRÍCIA SALDANHA DE OLIVEIRA.

Porto Velho/RO, 19 de novembro de 2015.

FRANCISCO CARVALHO DA SILVA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1054 DE 15 / 12 / 2015

Tatiana Moreay Sa
Assistente de Gabine
Cadastro nº 99[illegible]4

PROCESSO Nº:	1006/2015 (PROCESSO DE ORIGEM Nº 00655/2014)
ASSUNTO:	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO AO ACÓRDÃO Nº 197/2014-PLENO
JURISIDICIONADO:	CASA CIVIL DO GOVERNO DO ESTADO
RESPONSÁVEL:	JOSÉ DE ALMEIDA JÚNIOR – CPF Nº 710.648.188-20 – OAB/RO Nº 1370
RELATOR:	CONSELHEIRO VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA

ACÓRDÃO Nº 155/2015 - PLENO

RECURSO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONHECIMENTO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. NÃO PROVIMENTO.
1. O recurso de embargos de declaração possui natureza integrativa destinada a desfazer obscuridades, sanar contradições ou suprir omissões.
2. Não existindo omissão no enfrentamento das teses defensivas deve ser negado provimento aos embargos, mantendo-se na integralidade os termos da decisão recorrida.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam dos Embargos de Declaração interpostos pelo Senhor José de Almeida Júnior, em face do Acórdão nº 197/2014-Pleno, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, por unanimidade de votos, em:

I - Conhecer dos Embargos de Declaração interpostos pelo Senhor José de Almeida Júnior, Ex-Secretário Chefe da Casa Civil do Estado de Rondônia, CPF nº 710.648.188-20, OAB/RO nº 1370, em face dos termos do Acórdão nº 197/2014-Pleno, em razão do preenchimento dos requisitos de admissibilidade, conforme previsto no art. 33, *caput*, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 154/96, para, no mérito, negar-lhe provimento, diante da ausência de omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado;

II - Manter inalterados os termos do Acórdão nº 197/2014-Pleno;

III - Dar ciência deste Acórdão ao embargante, por meio do Diário Oficial eletrônico - DOeTCE/RO, informando-lhe da disponibilidade do inteiro teor no sítio: www.tce.ro.gov.br;

IV - Encaminhar os autos ao Departamento do Pleno para adoção das medidas legais e administrativas necessárias ao efetivo cumprimento do Acórdão nº 197/2014-Pleno; e

V - Arquivar os presentes autos após cumpridas as formalidades legais e administrativas necessárias.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA (Relator), FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA e BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro-Substituto ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; a Procuradora-Geral Substituta do Ministério Público de Contas ÉRIKA PATRÍCIA SALDANHA DE OLIVEIRA.

Porto Velho/RO, 19 de novembro de 2015.

VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA
PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

Fl. nº _____
Proc. nº 4163/2013
_____
DP/SPJ

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1054 DE 15 / 12 / 2015

Tatiana Horeay Martins
Assistente de Gabinete
Cadastro nº [illegible]

PROCESSO Nº:	4163/2013
ASSUNTO:	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL - EM CUMPRIMENTO A DECISÃO Nº 291/2014 - 2ª CÂMARA, PROFERIDA EM 6.08.14. APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NOTICIADAS JUNTO A OUVIDORIA DO TCE-RO
JURISIDICIONADA:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
INTERESSADO:	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
RESPONSÁVEIS:	VANDER BARBOSA MEIRELES - CPF Nº 724.471.252-91 ROSANA APARECIDA DOS SANTOS - CPF Nº 350.687.792-53 JOSÉ AIRTON MORAES - CPF Nº 321.130.642-00 IDELMA LUCIANA DA SILVA NUNES - CPF Nº 390.226.682-15 REINALDO CABRAL - CPF Nº 816.554.878-68 ADIR DE LARA - CPF Nº 191.173.702-30 ELOÍSA HELENA BERTOLETTI - CPF Nº 414.079.979-04 MARCELO TRUZ - CPF Nº 695.356.982-49 IZAIAS DIAS FERNANDES - CPF Nº 938.611.847-53 MANOEL LOPES DE OLIVEIRA - CPF Nº 107.456.531-20
ADVOGADOS:	MARCIO ANTONIO PEREIRA - OAB Nº. 1615 E NEIRELENE DA SILVA AZEVEDO - OAB Nº. 6119
RELATOR:	CONSELHEIRO VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA

ACÓRDÃO Nº 156/2015 - PLENO

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL - TCE. IRREGULARIDADES FORMAIS E COM DANO AO ERÁRIO. REALIZAÇÃO DE PAGAMENTO À EMPRESA DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS DE BATE ESTACA PARA A CONSTRUÇÃO DE PONTES SEM A REGULAR LIQUIDAÇÃO DA DESPESA. DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADE. CONCESSÃO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. REVELIA. DANO AO ERÁRIO. TCE IRREGULAR. MULTAS.

1. A infringência decorrente da realização de pagamento irregular à empresa especializada no serviço de locação de bate-estaca para a construção de pontes, sem a regular liquidação da despesa, com dano ao erário, em violação aos artigos 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/64, enseja o julgamento da Tomada de Contas Especial no grau irregular, nos termos do art. 16, III, "b" e "c", da Lei Complementar Estadual nº 154/96 c/c artigos 18,

§2º; e 25, II e III, do Regimento Interno desta Corte de Contas, sem prejuízo da cominação de multa em face do conjunto de irregularidades formais aferidas nos autos.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Tomada de Contas Especial, originária de Inspeção Especial realizada no município de Primavera de Rondônia, com o objetivo de apurar possíveis irregularidades na Administração Municipal, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, por unanimidade de votos, em:

I - Julgar irregular a vertente Tomada de Contas Especial de responsabilidade dos Senhores ELOÍSA HELENA BERTOLETTI – Prefeita Municipal, período de 2009/2012, CPF nº 414.079.979-04; JOSÉ AIRTON MORAIS – Controlador-Geral do Município, período de 2009/2012, CPF nº 321.130.642-00; IDELMA LUCIANA DA SILVA NUNES – Secretária Municipal de Educação, período de 1.1 a 31.12.2009; CPF nº 390.226.682-15; REINALDO CABRAL – Secretário Municipal de Administração e Fazenda, período de 2011, CPF nº 816.554.878-68; VANDER BARBOSA MEIRELES – Secretário Municipal de Saúde, período de 2011, CPF nº 724.471.252-91; ROSANA APARECIDA DOS SANTOS – Secretária Municipal de Assistência Social, período de 2011, CPF nº 350.687.792-53; ADIR DE LARA – Secretário Municipal de Obras, período de 2011, CPF nº 191.173.702-30; IZAIAS DIAS FERNANDES – Secretário Municipal de Educação, período de 2011, CPF nº 938.611.847-53; MARCELO TRUZ – Controlador Interno, no período de 1º.1 a 18.7.2011, CPF nº 695.356.982-49 - nos termos do art. 16, III, "b" e "c", da Lei Complementar Estadual nº 154/96 c/c artigos 18, §2º; e 25, II e III; do Regimento Interno desta Corte de Contas, pela ocorrência das irregularidades a seguir elencadas:

a) De responsabilidade da Senhora ELOÍSA HELENA BERTOLETTI, CPF n. 414.079.979-04, Prefeita Municipal de Primavera de Rondônia, no período de 1º.1.2009 a 31.12.2012, bem como dos Senhores JOSÉ AIRTON MORAES, CPF n. 321.130.642-00, Controlador-Geral do Município, no período de 2009/2012; e IDELMA LUCIANA DA SILVA NUNES, CPF n. 390.226.682-15, Secretária Municipal de Educação, no período de 1º.1 a 31.12.2009;

a.1 - infringência ao artigo 37, *caput,* da Constituição Federal de 1988, e aos princípios da moralidade e eficiência, pela aquisição de bens móveis (condicionadores de ar) sem o devido planejamento, permitindo que eles ficassem ociosos, conforme indicado no item 3.3 do Relatório de Auditoria de fls. 419/437 v.

b) De responsabilidade da Senhora ELOÍSA HELENA BERTOLETTI, CPF n. 414.079.979-04, Prefeita Municipal de Primavera de Rondônia, no período de 1º.1.2009 a 31.12.2012; e dos Senhores REINALDO CABRAL, CPF n. 816.554.878-68, Secretário Municipal de Administração e Finanças, no período de 2011, e JOSÉ AIRTON MORAES, CPF n. 321.130.642-00, Controlador-Geral do Município, no período de 2009/2012.

b.1 - infringência ao artigo 37, *caput*, da Constituição Federal e não observância da jurisprudência dos Tribunais de Contas, por realizar a contratação de empresa para a realização de atividades fins da Administração, ou seja, para a elaboração das Leis Orçamentárias de 2012 e atualização do PPA, nos termos dispostos no item 3.4 do Relatório de Auditoria de fls. 419/437 v.

c) De responsabilidade da Senhora ELOÍSA HELENA BERTOLETTI, CPF n. 414.079.979-04, Prefeita Municipal de Primavera de Rondônia, no período de 1º.1.2009 a 31.12.2012, bem como dos Senhores REINALDO CABRAL, CPF n. 816.554.878-68, Secretário Municipal de Administração e Finanças, no período de 2011; VANDER BARBOSA MEIRELES, CPF n. 724.471.252-91, Secretário Municipal de Saúde, no período de 1º.1 a 31.7.2011; ROSANA APARECIDA DOS SANTOS, CPF n. 350.687.792-53, Secretária Municipal de Assistência Social, no período de 2011; ADIR DE LARA, CPF n. 191.173.702-30, Secretário Municipal de Obras, no período de 2011; IZAIAS DIAS FERNANDES, CPF n. 938.611.847-53, Secretário Municipal de Educação, no período de 2011; MARCELO TRUIZ, CPF n. 695.356.982-49, Controlador Interno do Município, no período de 1º.1 a 18.7.2011; e JOSÉ AIRTON MORAES, CPF n. 321.130.642-00, Controlador-Geral do Município, no período de 2009/2012.

c.1 - descumprimento à Constituição Federal, art. 37, *caput*, aos princípios da eficiência e da transparência, c/c o item IX do Acórdão n. 87/2010-Pleno/TCERO, pela ausência de controle efetivo do consumo de combustível no município de Primavera de Rondônia, conforme narrado no item 3.6 do Relatório de Auditoria de fls. 419/437 v.

d) De responsabilidade da Senhora ELOÍSA HELENA BERTOLETTI, CPF n. 414.079.979-04, Prefeita Municipal de Primavera de Rondônia, no período de 1º.1.2009 a 31.12.2012, solidariamente com o Senhor JOSÉ AIRTON MORAES, CPF n. 321.130.642-00, Controlador-Geral do Município, no período de 2009/2012;

d.1 - infringência aos artigos 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/64 e aos princípios da legalidade e moralidade, artigo 37, *caput*, da Constituição Federal, em virtude da realização de pagamento à empresa L. Vilar Nogueira – ME, sem a regular liquidação da despesa frente à ausência de qualquer documento que comprove que houve a locação dos serviços de bate-estaca para a construção de pontes, conforme previsão do Contrato nº 1008/09, causando dano ao erário no valor histórico de R$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais).

II - Imputar débito a Senhora ELOÍSA HELENA BERTOLETTI, CPF n. 414.079.979-04, Prefeita Municipal de Primavera de Rondônia, no período de 1º.1.2009 a 31.12.2012, solidariamente com o Senhor JOSÉ AIRTON MORAES, CPF n. 321.130.642-00, Controlador-Geral do Município, no período de 2009/2012, no valor histórico de R$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais), pela infringência descrita no item I, "d", "d.1", deste Acórdão, em virtude da realização de pagamento a empresa L. Vilar Nogueira – ME, sem a regular liquidação da despesa frente à ausência de qualquer documento que comprove que houve a locação dos serviços de bate estaca para a construção de pontes, conforme previsão do Contrato nº 1008/09, o qual, ao ser corrigido monetariamente, a partir de fevereiro de 2010 até julho de 2015, corresponde ao valor atualizado de R$ 10.951,03 (dez mil novecentos e cinquenta e um reais e três centavos), e acrescido de juros perfaz o somatório de R$18.069,19 (dezoito mil sessenta e nove reais e dezenove centavos), conforme memoria de cálculo anexa aos autos;

III - Multar a Senhora ELOÍSA HELENA BERTOLETTI, CPF nº 414.079.979-04, Prefeita Municipal de Primavera de Rondônia, exercícios 2009/2012, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em face das infringências descritas no item I, "a" ("a.1"), "b" ("b.1"), "c" ("c.1") e "d", ("d.1") deste Acórdão, na forma do art. 55, II e III, da Lei Complementar nº 154/96;

IV - Multar o Senhor JOSÉ AIRTON MORAES, CPF n. 321.130.642-00, Controlador-Geral do Município, no período de 2009/2012, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em face das infringências descritas no item I, "a" ("a.1"), "b" ("b.1"), "c" ("c.1") e "d", ("d.1") deste Acórdão, na forma do art. 55, II e III, da Lei Complementar nº 154/96;

V - Multar o Senhor REINALDO CABRAL, CPF n. 816.554.878-68, Secretário Municipal de Administração e Finanças, no período de 2011, no valor de R$3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais), em face das infringências descritas no item I, "b" ("b.1") e "c" (c.1") deste Acórdão, na forma do art. 55, II, da Lei Complementar nº 154/96;

VI - Multar a Senhora IDELMA LUCIANA DA SILVA NUNES, CPF n. 390.226.682-15, Secretária Municipal de Educação, no período de 1º.1 a 31.12.2009, no valor de R$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais), em face das infringências descritas no item I, "a" ("a.1") deste Acórdão, na forma do art. 55, II, da Lei Complementar nº 154/96;

VII - Multar o Senhor IZAIAS DIAS FERNANDES, CPF n. 938.611.847-53, Secretário Municipal de Educação, no período de 2011, no valor de R$1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais), em face da infringência descrita no item I, "c" ("c.1")] deste Acórdão, na forma do art. 55, II, da Lei Complementar nº 154/96;

VIII - Multar o Senhor VANDER BARBOSA MEIRELES, CPF n. 724.471.252-91, Secretário Municipal de Saúde, no período de 1º.1 a 31.7.2011, no valor de R$1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais), em face da infringência descrita no item I, "c" ("c.1") deste Acórdão, na forma do art. 55, II, da Lei Complementar nº 154/96;

IX - Multar a Senhora ROSANA APARECIDA DOS SANTOS, CPF n. 350.687.792-53, Secretária Municipal de Assistência Social, no período de 2011, no valor de R$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais), em face da infringência descrita no item I, "c" ("c.1") deste Acórdão, na forma do art. 55, II, da Lei Complementar nº 154/96;

X - Multar o Senhor ADIR DE LARA, CPF n. 191.173.702-30, Secretário Municipal de Obras, no período de 2011, no valor de R$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais), em face da infringência descrita no item I, "c" ("c.1") deste Acórdão, na forma do art. 55, II, da Lei Complementar nº 154/96;

XI - Multar o Senhor MARCELO TRUIZ, CPF n. 695.356.982-49, Controlador Interno do Município, no período de 1º.1 a 18.7.2011, no valor de R$ 1.250,00 (mil

duzentos e cinquenta reais), em face da infringência descrita no item I, "c" ("c.1") deste Acórdão, na forma do art. 55, II, da Lei Complementar nº 154/96;

XII - Fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste Acórdão no DOeTCE/RO, para que os responsáveis recolham a importância consignada no item II, a título de débito, aos cofres do Município de Primavera de Rondônia; e o valor das multas constantes dos itens III e XI ao Fundo de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – FDI/TC, em conformidade com o art. 3°, inciso III, da Lei Complementar nº 194/97;

XIII - Autorizar, desde já, a cobrança judicial, depois de transitada em julgado este Acórdão sem o recolhimento do débito e das multas, nos termos do art. 27, II, da lei Complementar nº 154/96 c/c art. 36, II, do Regimento Interno do TCE-RO;

XIV - Determinar, via ofício, ao Senhor MANOEL LOPES DE OLIVEIRA - atual Prefeito do Município de Primavera de Rondônia, CPF nº 107.456.531-20, que, no prazo de 15 (quinze) dias do conhecimento deste Acórdão, encaminhe a este Tribunal de Contas as conclusões das Tomadas de Contas Especiais instauradas pelas Portarias nº 146, 147, 148, 149, 150 e 151/GP/2014, informando os eventuais danos e responsabilidades aferidas, bem como quais medidas administrativas e judiciais adotadas, visando à preservação do erário e do interesse público, bem como que comprove, documentalmente, a forma como está sendo realizado o controle do consumo de combustíveis, destacando as medidas efetivas adotadas para atendimento dos termos do Acórdão n. 087/2010/TCE/RO, reproduzido na Decisão nº 291/2014-2ª Câmara;

XV - Alertar o Senhor MANOEL LOPES DE OLIVEIRA - atual Prefeito do Município de Primavera de Rondônia, CPF nº 107.456.531-20, de que o descumprimento da determinação presente no item XIV ensejará a cominação de multa nos termos do art. 55, IV, da Lei Complementar nº 154/96, sem prejuízo doutras cominações legais em face de ilegalidades ou da perpetração de atos danosos ao erário;

XVI - Dar conhecimento deste Acórdão, por meio do Diário Oficial eletrônico desta Corte – DOeTCE/RO, aos interessados, responsáveis e advogados, informando-lhes da disponibilidade do interior teor no site: www.tce.ro.gov.br; e

XVII - Determinar ao Departamento do Pleno que adote as medidas necessárias para o efetivo cumprimento dos termos deste Acórdão;

XVIII - Comprovados o recolhimento do débito e das multas na forma do item XII e o cumprimento das determinações presentes neste Acórdão, dando-se as devidas quitações aos responsáveis, bem como com adoção das demais medidas administrativas e legais cabíveis, arquivem-se estes autos.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA (Relator), FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA e BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro-Substituto ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; a Procuradora-Geral Substituta do Ministério Público de Contas ÉRIKA PATRÍCIA SALDANHA DE OLIVEIRA.

Porto Velho/RO, 19 de novembro de 2015.

VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

Fl. nº _____
Proc. nº 3881/2008
_____
TCE/RO

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO TCE/RO
Nº 1054 DE 15 / 12 / 2015

Tatiana Horley Santos
Assistente de Gabinete
Cadastro nº 990634

PROCESSO Nº:	3881/2008
ASSUNTO:	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – Nº 074/2008 – EM CUMPRIMENTO À DECISÃO Nº 396/2010 - 2ª CÂMARA, PROFERIDA EM 1º DE DEZEMBRO DE 2010, EM ATENDIMENTO AO DESPACHO DE FL. 242.
JURISIDICIONADA:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
INTERESSADO:	MUNICÍPIO DE CACOAL
RESPONSÁVEIS:	AYLTON DEO DE FREITAS FILHO – CPF Nº 252.483.912-53 SUELI ALVES ARAGÃO – CPF Nº 172.474.899-87
RELATOR:	CONSELHEIRO VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA

ACÓRDÃO Nº 157/2015 - PLENO

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. AUSÊNCIA DE DANO E DE ILEGALIDADE A MACULAR AS CONTAS. REGULARIDADE.
1. Não comprovada a existência de dano ao erário ou ilegalidade a macular as contas, a Tomada de Contas Especial deve ser julgada regular, nos termos do art. 16, inciso I, e art. 17 da Lei Complementar nº 154/96 c/c art. 23, parágrafo único, do Regimento Interno desta Corte de Contas.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Tomada de Contas Especial, originária da apreciação da legalidade da despesa decorrente do Contrato n.º 074/08, celebrado entre o município de Cacoal e a Empresa R. C. M. Engenharia Indústria e Comercio Ltda., como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, por unanimidade de votos, em:

I - Julgar regular a Tomada de Contas Especial, de responsabilidade dos Senhores Sueli Alves Aragão, CPF nº 172.474.899-87, Ex-Prefeita de Cacoal; e Aylton Déo de Freitas Filho, CPF nº 252.483.912-53, Engenheiro e Fiscal das Obras, relativamente à execução do Contrato n.º 074/08, cujo objeto era a Construção de bloco administrativo, refeitório e salas de aula no Centro de Formação Integral no município de Cacoal, concedendo-lhes quitação, nos termos do art. 16, inciso I, e art. 17 da Lei Complementar nº 154/96 c/c art. 23, parágrafo único, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

II - Dar ciência deste Acórdão aos responsáveis, com a publicação no Diário Oficial eletrônico deste Tribunal de Contas – DOeTCE/RO, informando-lhes da disponibilidade do inteiro teor no sítio: www.tce.ro.gov.br;

III - Determinar ao Departamento do Pleno que adote medidas para o efetivo cumprimento dos termos deste Acórdão; e

IV - Após adoção das demais medidas administrativas e legais cabíveis, arquivar os autos.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA (Relator), FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA e BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro-Substituto ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; a Procuradora-Geral Substituta do Ministério Público de Contas ÉRIKA PATRÍCIA SALDANHA DE OLIVEIRA.

Porto Velho/RO, 19 de novembro de 2015.

VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE-RO
Nº 1072 DE 19/05/16

PROCESSO Nº: 3622/2013
ASSUNTO: FISCALIZAÇÃO DE ATOS E CONTRATOS – EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 001/2013/CEL/SEMAD/PVH
UNIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
RESPONSÁVEIS: MAURO NAZIF RASUL - CPF Nº 701.620.007-82 - PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO VELHO
CARLOS DOBBIS - CPF Nº 147.091.639-87 - PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO
PAULA JAQUELINE DE ASSIS MIRANDA - CPF Nº 767.892.922-6810 - COORDENADORA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
RELATOR: CONSELHEIRO WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA

ACÓRDÃO Nº 158/2015 - PLENO

EDITAL DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 001/2013/CEL/CML/SEMAD/PVH. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA DE CARÁTER EDUCATIVO, INFORMATIVO E DE ORIENTAÇÃO SOCIAL. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA ADEQUADA. CUMPRIMENTO DA DECISÃO MONOCRÁTICA N. 94/2014/GCWCSC/TCE/RO. LEGALIDADE FORMAL (PRECEDENTE PROC. 0257/2013). ARQUIVAMENTO.
1. Demonstrada a conformidade com os requisitos da Lei Federal 8.666, de 1993, bem como aos termos da Lei 12.232, de 2010, e mais, devidamente comprovada a previsão orçamentária para regular liquidação de despesa, quando da futura contratação de empresa para prestação de serviços à Administração Pública, deve-se pugnar pela legalidade formal de Edital de Concorrência Pública.
2. Devidamente certificado o cumprimento de determinação emanada pelo Tribunal de contas em fase de Decisão Monocrática, não se pede falar em aplicação de sanção.
3. In casu, a regularidade no procedimento licitatório com estrita obediência as normas de regência, bem como o cumprimento da Decisão Monocrática nº 094/2014/GCWCSC, há que se conhecer a regularidade formal da presente Concorrência Pública e determinar seu arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de exame prévio e formal do Edital de Licitação, modalidade Concorrência n. 001/2013/CEL/CML/SEMAD/PVH (processo SEMAD n. 02.0135/2012) promovido pela

Coordenadoria Municipal de Licitação - CML da Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal, do tipo "melhor técnica e preço", como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, por unanimidade de votos, em:

I – CONSIDERAR cumprida a determinação empreendida pela Decisão Monocrática n. 094/2014/GCWCSC, às fls. n. 1.286 a 1.293, ante a demonstração de justificativas satisfatórias dos itens "a" e "c" da referida Decisão;

II – CONSIDERAR FORMALMENTE LEGAL o Edital de Concorrência Pública n. 001/2013/CEL/PUBLICIDADE, cujo objeto consubstanciou-se na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Publicidade, compreendendo o estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação, supervisão da execução externa e distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, para atender o Município de Porto Velho;

III - DAR CONHECIMENTO do teor deste Acórdão aos interessados, Senhor Mauro Nazif Rasul, CPF n. 701.620.007-82, Prefeito do Município de Porto Velho, Dr. Carlos Dobbis, CPF n. 147.091.639-87, Procurador-Geral do Município, e à Senhora Paula Jaqueline de Assis Miranda, CPF n. 767.892.922-6810, Coordenadora Municipal de Licitações, via DOeTCE-RO, na forma do art. 22 da LC n. 154, de 1996, com redação dada pela LC n. 749, de 16 de dezembro de 2013, comunicando-lhes que o inteiro teor do Voto e dos Pareceres Ministeriais está disponível para consulta no sítio eletrônico desta Corte de Contas (www.tce.ro.gov.br);

IV- DETERMINAR à Secretaria-Geral de Controle Externo que, em autos próprios a serem formados da análise do processo de execução do contrato, decorrente do Edital de Concorrência n. 001/2013/CEL/CML/SEMAD/PVH (processo SEMAD n. 02.0135/2012), sindique com o fim de aferir a regular veiculação das publicidades institucionais com as de utilidade pública;

V - PUBLICAR; e

VI – ARQUIVAR.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA (Relator) e BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro-Substituto ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; a Procuradora-Geral Substituta do Ministério Público de Contas ÉRIKA PATRÍCIA SALDANHA DE OLIVEIRA.

Porto Velho/RO, 19 de novembro de 2015.

WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1072 DE 19 / 01 / 16

PROCESSO Nº: 1969/2011
ASSUNTO: INSPEÇÃO ESPECIAL
RESPONSÁVEL: MARCOS ROBERTO DE MEDEIROS MARTINS – CPF Nº 421.222.952-87 – PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA
UNIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA
RELATOR: CONSELHEIRO WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA

ACÓRDÃO Nº 159/2015 - PLENO

INSPEÇÃO ESPECIAL. PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA. ANÁLISE DE CUMPRIMENTO DETERMINAÇÃO NO BOJO DO DESPACHO CIRCUSTANCIADO N. 25/2011/GCWCSC. NÃO DEMONSTRAÇÃO. APLICAÇÃO DE MULTA. DETERMINAÇÃO. SOBRESTAMENTO.

1. A Administração Pública, na realização de todos os atos administrativos, deve pautar-se pelas regras previstas no ordenamento jurídico, pois é dever do Gestor Público fiscalizar o devido registro de profissional da saúde em seus devidos Conselhos de Classe.

2. In casu, observa-se que a Prefeitura Municipal de Campo de Novo de Rondônia, não adotou medidas tendentes a regularizar os devidos registros dos Técnicos em Laboratório no CRF, em desobediência à determinação desta egrégia Corte de Contas, o que por consectário impõe a aplicação de sanção, ante a violação ao inciso IV, do art. 55, da Lei Complementar 154, de 1996.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Inspeção Especial levada a efeito na Prefeitura do Município de Campo Novo de Rondônia, referente ao exercício de 2010, com vistas à falta de registro em órgão de classe de alguns técnicos em laboratório e a verificação do cumprimento da Recomendação n. 05/2010-MPRO/PJ/BURITIS, referente ao uso apropriado dos veículos da Municipalidade, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, por unanimidade de votos, em:

I – CONSIDERAR juridicamente válidos os achados provenientes da Inspeção Especial, bem como declarar que o Senhor Paulo Roberto Medeiros Martins, Ex-Prefeito do Município de Campo Novo de Rondônia, deixou de atender, no prazo fixado no Despacho Circunstanciado n. 25/2011/GCWCSC, sem causa justificada, aos devidos registros dos Técnicos em Laboratórios, Alberto Luiz de Almeida da Silva, Vitorino Joaquim da Silva e Dercila Salete Ferronatto Francener, no Conselho Regional de Farmácia - CRF;

II – APLICAR MULTA ao Senhor Paulo Roberto Medeiros Martins, CPF n. 421.222.952-87, Ex-Prefeito do Município de Campo Novo de Rondônia, no importe de R$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta), ante o descumprimento de determinação imposta no item I do Despacho Circunstanciado n. 25/2011/GCWCSC, às fls. n. 58 a 60, por deixar de comprovar os devidos registros dos Técnicos em Laboratórios, Alberto Luiz de Almeida da Silva, Vitorino Joaquim da Silva e Dercila Salete Ferronatto Francener, no Conselho Regional de Farmácia – CRF, com fundamento no inciso IV do art. 55 da Lei Complementar n. 154, de 1996;

III – FIXAR o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação do jurisdicionado mencionado nos item II, para que proceda ao recolhimento à conta do Fundo de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas - Conta Corrente n. 8358-5 agência n. 2757-X, Banco do Brasil - da multa consignada, na forma do art. 3º, III, da Lei Complementar n. 194, de 1997, cujo valor deve ser atualizado à época do recolhimento, devendo a quitação ser comprovada neste Tribunal, na forma regimental;

IV - AUTORIZAR, caso não seja comprovado o devido recolhimento até o trânsito em julgado do presente Acórdão, a cobrança judicial da multa consignada, nos termos do que estabelece o art. 27, II, da Lei Complementar n 154, de 1996;

V - DETERMINAR ao atual alcaide municipal de Campo Novo de Rondônia, ou quem o substitua na forma da lei, para que apresente o devido registro no Conselho Regional de Farmácia dos servidores ocupantes do cargo de Técnico em Laboratório, Senhores Alberto Luiz de Almeida da Silva, Vitorino Joaquim da Silva e Dercila Salete Ferronatto Francener e/ou comprove a adoção de providências saneadoras, no prazo de 90 (noventa dias);

VI - DAR CIÊNCIA deste Acórdão ao Senhor Paulo Roberto Medeiros Martins, CPF n. 421.222.952-87, Ex-Prefeito do Município de Campo Novo de Rondônia, via publicação no DOeTCE-RO, e, via Ofício, ao atual Prefeito do Município de Campo Novo de Rondônia, na forma regimental, informando-lhes que o Acórdão e o Voto, encontram-se disponíveis no endereço eletrônico do Tribunal de Contas (http://www.tce.ro.gov.br);

VII – SOBRESTAR os autos no Departamento do Pleno para adoção e acompanhamento das medidas determinadas; e

VIII – PUBLICAR na forma regimental.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA (Relator) e BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro-Substituto ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; a Procuradora-Geral Substituta do Ministério Público de Contas ÉRIKA PATRÍCIA SALDANHA DE OLIVEIRA.

Porto Velho/RO, 19 de novembro de 2015.

WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

Processo: 01969/11
Subcategoria: Inspeção Especial
Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Campo Novo de Rondônia
Exercício: 2011

CERTIDÃO

CERTIDÃO TÉCNICA

Certifico e dou fé que em cumprimento ao Despacho em correição permanente de fls. 128/129, o Acórdão nº 159/2015-Pleno, proferido no Processo nº 1969/2011/TCE-RO, em virtude de erro material nos itens I, II e VI referente ao nome do responsável, foi corrigido e republicado no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia nº 1118, de 30.3.2016, considerando-se como data de publicação o dia 31.3.2016, primeiro dia útil posterior à disponibilização, nos termos do artigo 3º, da Resolução nº 73/TCE/RO-2011.

Porto Velho, 31 de Março de 2016

Assinado Eletronicamente

Embasamento legal: art. 1º da Lei Federal 11.419/06; art. 58-C da Lei Complementar 799/14 c/c art. 4º da Resolução 165/14 do TCERO.

Tatiana Maria Gomes Horeay Santos

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1118 DE 30 / 3 / 2016

PROCESSO Nº: 1969/2011
ASSUNTO: INSPEÇÃO ESPECIAL
RESPONSÁVEL: MARCOS ROBERTO DE MEDEIROS MARTINS – CPF Nº 421.222.952-87 – PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA
UNIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA
RELATOR: CONSELHEIRO WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA

ACÓRDÃO Nº 159/2015 - PLENO

INSPEÇÃO ESPECIAL. PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA. ANÁLISE DE CUMPRIMENTO DETERMINAÇÃO NO BOJO DO DESPACHO CIRCUSTANCIADO N. 25/2011/GCWCSC. NÃO DEMONSTRAÇÃO. APLICAÇÃO DE MULTA. DETERMINAÇÃO. SOBRESTAMENTO.
1. A Administração Pública, na realização de todos os atos administrativos, deve pautar-se pelas regras previstas no ordenamento jurídico, pois é dever do Gestor Público fiscalizar o devido registro de profissional da saúde em seus devidos Conselhos de Classe.
2. In casu, observa-se que a Prefeitura Municipal de Campo de Novo de Rondônia, não adotou medidas tendentes a regularizar os devidos registros dos Técnicos em Laboratório no CRF, em desobediência à determinação desta egrégia Corte de Contas, o que por consectário impõe a aplicação de sanção, ante a violação ao inciso IV, do art. 55, da Lei Complementar 154, de 1996.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Inspeção Especial levada a efeito na Prefeitura do Município de Campo Novo de Rondônia, referente ao exercício de 2010, com vistas à falta de registro em órgão de classe de alguns técnicos em laboratório e a verificação do cumprimento da Recomendação n. 05/2010-MPRO/PJ/BURITIS, referente ao uso apropriado dos veículos da Municipalidade, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, por unanimidade de votos, em:

I – CONSIDERAR juridicamente válidos os achados provenientes da Inspeção Especial, bem como declarar que o Senhor Marcos Roberto de Medeiros Martins, Ex-Prefeito do Município de Campo Novo de Rondônia, deixou de atender, no prazo fixado no Despacho Circunstanciado n. 25/2011/GCWCSC, sem causa justificada, aos devidos registros dos Técnicos em Laboratórios, Alberto Luiz de Almeida da Silva, Vitorino Joaquim da Silva e Dercila Salete Ferronatto Francener, no Conselho Regional de Farmácia - CRF;

II – APLICAR MULTA ao Senhor Marcos Roberto de Medeiros Martins, CPF n. 421.222.952-87, Ex-Prefeito do Município de Campo Novo de Rondônia no importe de R$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta), ante o descumprimento de determinação imposta no item I do Despacho Circunstanciado n. 25/2011/GCWCSC, às fls. n. 58 a 60, por deixar de comprovar os devidos registros dos Técnicos em Laboratórios, Alberto Luiz de Almeida da Silva, Vitorino Joaquim da Silva e Dercila Salete Ferronatto Francener, no Conselho Regional de Farmácia – CRF, com fundamento no inciso IV do art. 55 da Lei Complementar n. 154, de 1996;

III – FIXAR o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação do jurisdicionado mencionado nos item II, para que proceda ao recolhimento à conta do Fundo de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas - Conta Corrente n. 8358-5 agência n. 2757-X, Banco do Brasil - da multa consignada, na forma do art. 3º, III, da Lei Complementar n. 194, de 1997, cujo valor deve ser atualizado à época do recolhimento, devendo a quitação ser comprovada neste Tribunal, na forma regimental;

IV - AUTORIZAR, caso não seja comprovado o devido recolhimento até o trânsito em julgado do presente Acórdão, a cobrança judicial da multa consignada, nos termos do que estabelece o art. 27, II, da Lei Complementar n 154, de 1996;

V - DETERMINAR ao atual alcaide municipal de Campo Novo de Rondônia, ou quem o substitua na forma da lei, para que apresente o devido registro no Conselho Regional de Farmácia dos servidores ocupantes do cargo de Técnico em Laboratório, Senhores Alberto Luiz de Almeida da Silva, Vitorino Joaquim da Silva e Dercila Salete Ferronatto Francener e/ou comprove a adoção de providências saneadoras, no prazo de 90 (noventa dias);

VI - DAR CIÊNCIA deste Acórdão ao Senhor Marcos Roberto de Medeiros Martins, CPF n. 421.222.952-87, Ex-Prefeito do Município de Campo Novo de Rondônia, via publicação no DOeTCE-RO, e, via Ofício, ao atual Prefeito do Município de Campo Novo de Rondônia, na forma regimental, informando-lhes que o Acórdão e o Voto encontram-se disponíveis no endereço eletrônico do Tribunal de Contas (http://www.tce.ro.gov.br);

VII – SOBRESTAR os autos no Departamento do Pleno para adoção e acompanhamento das medidas determinadas; e

VIII – PUBLICAR na forma regimental.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA (Relator) e BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro-Substituto ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; a Procuradora-Geral Substituta do Ministério Público de Contas ÉRIKA PATRÍCIA SALDANHA DE OLIVEIRA.

Porto Velho/RO, 19 de novembro de 2015.

WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1072 DE 19/01/16

PROCESSO Nº:	1346/2015
ASSUNTO:	DIREITO DE PETIÇÃO – OBJETIVANDO REFORMAR O ACÓRDÃO Nº 62, DE 2002, PROFERIDO NOS AUTOS DO PROCESSO Nº 4093/2000
PETICIONANTE:	ILDEMAR KUSSLER – CPF Nº 346.317.809-59 – EX-PREFEITO DO
REPRESENTANTE:	MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
ADVOGADOS:	CLAYTON CONRAT KUSSLER – OAB-RO Nº 3.861
	EVERSON APARECIDO BARBOSA – OAB-RO Nº 2.803
	LUCIANA SALES NASCIMENTO – OAB-PB Nº 17625-B
	MIRIANI INAH KUSSLER CHINELATO – OAB-DF Nº 33.642
UNIDADE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
RELATOR:	CONSELHEIRO WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA

ACÓRDÃO Nº 160/2015 - PLENO

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. DIREITO DE PETIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO. EXISTÊNCIA DE QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA DECORRENTE DE NULIDADE POR AUSÊNICA DE PUBLICAÇÃO DA PAUTA DE JULGAMENTO. POSIBILIDADE DE PROVIMENTO. ARQUIVAMENTO.

1. Ante a existência de sistema processual que permite a regular utilização da via recursal, este Tribunal de Contas não admite o exercício do Direito de Petição como sucedâneo de recurso, permitindo-se, contudo, o conhecimento de questões de ordem pública que possam ser conhecidas de ofício pelos Órgãos de julgamento desta Corte de Contas.

2. Hipótese em que no processo de origem, não houve a publicação da pauta de julgamento, maculando os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, o que caracteriza nulidade do julgamento, tornando sem efeito o Acordão n. 62/2002-PLENO, por ofensa aos comandos insertos nos incisos LIV e LV do art. 5º, da CF/88.

3. Adoção de providencias visando a tornar sem efeito a inscrição em dívida ativa originada do Acórdão n. 62/2002-PLENO.

4. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Petição interposta pelo Senhor Ildemar Kussler, Ex-Prefeito Municipal de Ji-Paraná, em razão de seu inconformismo com a multa que lhe foi imposta no Acórdão n. 62/2002-Pleno, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, por unanimidade de votos, em:

I – NÃO CONHECER o Direito de Petição formulado pelo Senhor Ildemar Kussler – CPF n. 346.317.809-59 – Ex-Prefeito Municipal de Ji-Paraná, visando declarar a nulidade do Acórdão n. 62/2002- Pleno, que o condenou ao pagamento de multa no valor de R$ 1.250,00 (mil, duzentos e cinquenta reais), entretanto, ACOLHER QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA, visto que foi verificado cerceamento de defesa, ante a ausência de observância aos princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal, uma vez que não ocorreu a publicação da pauta de julgamento, declarando-se, por consequência, a nulidade do Acórdão n. 62/2002-Pleno, proferido nos autos do processo n. 4.093, de 2000, tornando, sem efeito, a multa aplicada no item III do referido Acórdão ao Senhor Ildemar Kussler;

II – NOTIFICAR, pessoalmente, na forma regimental, o Excelentíssimo Senhor Juraci Jorge da Silva, Procurador-Geral do Estado, para adoção das medidas necessárias quanto à baixa da responsabilidade e desistência da Execução Fiscal n. 001.2008.003605-7, em face do Senhor Ildemar Kussler - CPF n. 346.317.80959, Ex-Prefeito Municipal de Ji-Paraná;

III – DAR CIÊNCIA deste Acórdão ao interessado, por meio de seus patronos constituídos nos autos, mediante a publicação no Diário Oficial eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;

IV - PUBLICAR; e

V - ARQUIVAR após os procedimentos de praxe.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA (Relator) e BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro-Substituto ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; a Procuradora-Geral Substituta do Ministério Público de Contas ÉRIKA PATRÍCIA SALDANHA DE OLIVEIRA. O Conselheiro PAULO CURI NETO declarou-se impedido, nos termos do artigo 134, II do Código de Processo Civil.

Porto Velho/RO, 19 de novembro de 2015.

WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1074 DE 23 / 05 / 16

PROCESSO Nº: 3286/2014
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO
UNIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
REPRESENTANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. – CNPJ N. 33.530.486/0001-29 – EMBRATEL, REPRESENTADA POR SEU PROCURADOR, SENHOR JOÃO EUZÉBIO BEZERRA NETO, CPF N. 181.566.812-15
RESPONSÁVEIS: MAURO NAZIF RASUL - CPF Nº 701.620.007-82 - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO-RO
JAILSON RAMALHO FERREIRA - CPF Nº 225.916.644-04 - SECRETÁRIO MUNICIPAL ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PORTO VELHO-RO
SENHOR ANDREY DE LIMA NASCIMENTO - CPF Nº 704.319.572-15 - PRESIDENTE DA CPL-GERAL/SEMAD/PVH
DIONE RODRIGUES LIMA - CPF N. 272.429.002-04 - PREGOEIRA
RELATOR: CONSELHEIRO WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA

ACÓRDÃO Nº 161/2015 - PLENO

REPRESENTAÇÃO. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE. SUPENSÃO DO CERTAME, DE OFÍCIO, PELA PRÓPRIA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL. INCONSISTÊNCIAS CORRIGIDAS DE OFÍCIO. EDITAL SANEADO PUBLICADO. REPRESENTAÇÃO CONHECIDA E JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE.

1. O art. 113, § 1°, da Lei n. 8.666, de 1993, faculta o poder de representação a este Tribunal a "qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica", objetivando a preservação do patrimônio público, à aplicação regular dos recursos públicos, bem como a regularidade das contrações públicas, razão pela a vertente representação foi conhecida, preliminarmente.

2. Com relação ao mérito, tendo em vista que, in casu, a própria Administração Municipal reconheceu parte das impropriedades veiculadas na vertente peça representativa, notadamente quanto ao item 39 do Projeto Básico do Edital de Pregão Eletrônico n/ 92 de 2014, incialmente, divulgado, que conflitava com o regramento inserto no art. 3°, inciso I, da Lei n. 8.666, de 1993, sendo que a Municipalidade, de ofício, suspendeu a licitação de que se cuida, bem como adotou as medidas necessárias ao saneamento das inconsistências

apontadas, modificando, inclusive, o instrumento convocatório e publicando-o, restando evidenciado nos autos que houve competitividade e economicidade no certame em tela, meta-fim do processo licitatório.
3. Representação, preliminarmente, conhecida e o mérito julgado parcialmente procedente.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Representação formulada pela Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. – CNPJ n. 33.530.486/0001-29 – Embratel, representada por seu procurador, Senhor João Euzébio Bezerra Neto, CPF n. 181.566.812-15, que noticiou supostas impropriedades ocorridas no Edital de Pregão Eletrônico n. 92 de 2014 do Município de Porto Velho, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, por unanimidade de votos, em:

I – CONHECER a presente REPRESENTAÇÃO oferecida pela Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. – CNPJ n. 33.530.486/0001-29 – Embratel, pessoa jurídica de direito privado, uma vez preenchidos os pressupostos processuais intrínsecos e extrínsecos aplicáveis à espécie versada, a teor do preceptivo encartado no art. 113, § 1º, da Lei n. 8.666, de 1993 c/c art. 82-A, VII, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;

II – JULGAR O MÉRITO PARCIALMENTE PROCEDENTE, tendo em vista que a própria Administração Municipal reconheceu parte das impropriedades veiculadas na vertente peça representativa, notadamente quanto ao item 39 do Projeto Básico do Edital de Pregão Eletrônico n. 92 de 2014, inicialmente divulgado, que conflitava com o regramento inserto no art. 3º, inciso I, da Lei n. 8.666, de 1993, sendo que a Municipalidade adotou, de ofício, as medidas necessárias ao saneamento das inconsistências apontadas, modificando, inclusive, o instrumento convocatório, restando evidenciado nos autos que houve competitividade e economicidade no certame em tela, meta-fim do processo licitatório, consoante fundamentos articulados no bojo do Voto;

III – CONSIDERAR prejudicado o pedido de tutela inibitória para suspender os atos do Pregão Eletrônico n. 092 de 2014, ante o perecimento do objeto, uma vez que a própria Administração, à época dos fatos, suspendeu o certame em apreço, *ex officio,* adotando, ato sequencial, as medidas corretivas necessárias ao saneamento das falhas detectadas no instrumento convocatório, tendo o certame, como dito acima, obtido ampla participação de interessados e uma economia na expressiva em relação ao valor inicialmente estimado;

IV – DAR CIÊNCIA DA DECISÃO, via DOeTCE-RO, a Representante - Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A., CNPJ n. 33.530.486/0001-29, representada por seu procurador, Senhor João Euzébio Bezerra Neto, CPF n. 181.566.812-15- e aos agentes públicos interessados infracitados:

a) Senhor Mauro Nazif Rasul, CPF n. 701.620.007-82, Prefeito do Município de Porto Velho;

b) Senhor Jailson Ramalho Ferreira, CPF n. 225.916.644-04, Secretário Municipal Adjunto de Administração de Porto Velho;

c) Senhor Andrey de Lima Nascimento, CPF n. 704.319.572-15, Presidente da CPL-Geral/SEMAD/PVH; e

d) Senhora Dione Rodrigues Lima, CPF n. 272.429.002-04, Pregoeira.

V – PUBLICAR; E

VI – ARQUIVAR os autos em epígrafe após adoção das medidas aqui determinadas.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA (Relator) e BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro-Substituto ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; a Procuradora-Geral Substituta do Ministério Público de Contas ÉRIKA PATRÍCIA SALDANHA DE OLIVEIRA.

Porto Velho/RO, 19 de novembro de 2015.

WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1055 DE 16 / 12 / 2015
Tatiana Holtz Santos
Assistente de Gabinete
Cadastro nº 900634

PROCESSO Nº: 2104/2010
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
INTERESSADA: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
RESPONSÁVEIS: JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA – EX-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA - CPF Nº 200.179.369-34
FRANCISCO CARLOS ALMEIDA LEMOS – EX-SECRETÁRIO-GERAL DA ALE/RO – CPF Nº 079.934.552-00
JOSÉ RONALDO PALITOT – EX-SECRETÁRIO-GERAL DA ALE/RO – CPF Nº 112.055.984-72
NEODI CARLOS FRANCISCO DE OLIVEIRA – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CPF Nº 240.747.999-87
JOSÉ HERMÍNIO COELHO – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO – CPF Nº 117.618.978-61
DAVID HUMBERTO REYES ORTIZ DE LA VEJA – CONTROLADOR-GERAL SUBSTITUTO – CPF Nº 113.896.722-04
RELATOR: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA

ACÓRDÃO Nº 162/2015 - PLENO

Tomada de Contas Especial. Possíveis irregularidades praticadas no pagamento de parcela indenizatória a servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia em razão de sessões extraordinárias. Exclusão de Responsabilidade. Inexistência de dano ao erário. Julgamento pela regularidade com ressalva da TCE nos termos do art. 16, II, da Lei Complementar nº 154/96.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Tomada de Contas Especial, instaurada no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia - ALE, com o objetivo de apurar possíveis irregularidades no pagamento de verbas indenizatórias aos servidores da ALE pela convocação em sessão extraordinária, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros-Substitutos do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro-Substituto FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I - Julgar regular com ressalva a Tomada de Contas Especial, instaurada no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, por meio dos Atos nº 1987/2009-DRH/ALE e nº 0904/2011-DRH/MD/ALE, com o objetivo de apurar possíveis irregularidades no pagamento de verbas indenizatórias aos servidores da ALE pela convocação em sessão extraordinária, oriundos dos Processos Administrativos nº 23/06, nº 1151/2006, nº 1148/2006, nº 1159/2006 e nº 1149/2006, com fulcro no art. 16, II, da Lei Complementar n. 154/96, por deixar de encaminhar a esta Corte o Certificado de Auditoria sobre o Relatório da TCE, que deveria ter sido enviado juntamente com o Relatório de Auditoria;

II - Determinar ao atual Presidente e ao Controlador-Geral Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia que encaminhem a esta Corte o Certificado de Auditoria emitido pelo órgão de Controle Interno sobre as contas tomadas, em observância ao disposto no inciso III do artigo 9º da LCE 154/96 c/c artigo 4º, XV, da IN 21/TCE-RO e artigo 15, III, da Resolução Administrativa 005/1996;

III - Determinar ao atual Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia que, doravante, abstenha-se de realizar despesa com o pagamento de verba indenizatória por sessão extraordinária aos Servidores da ALE, em decorrência da sua inconstitucionalidade, consoante declarada pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 4587, uma vez que, pelo serviço extraordinário, devem ser remunerados exclusivamente de acordo com o disposto no artigo 92 da Lei Complementar Estadual nº 68/92;

IV - Dar ciência do teor deste Acórdão via Diário Oficial Eletrônico, nos termos da Lei Complementar n. 729, de 2013, aos Senhores José Carlos de Oliveira, Francisco Carlos Almeida Lemos, José Ronaldo Palitot, Neodi Carlos Francisco de Oliveira, José Hermínio Coelho e David Humberto R. O. de La Vega, informando-os da disponibilidade do relatório e voto no site: www.tce.ro.gov.br;

V - Determinar ao Departamento do Pleno que adote medidas para o efetivo cumprimento dos termos do presente Acórdão; e

VI - Arquivar os autos após adoção das medidas legais e administrativas necessárias.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros-Substitutos OMAR PIRES DIAS, FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA (Relator) e ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA; o Conselheiro-Substituto Presidente DAVI DANTAS DA SILVA; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 26 de novembro de 2015.

FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA
Conselheiro-Substituto Relator

DAVI DANTAS DA SILVA
Conselheiro-Substituto Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1053 de 14 / 12 / 2015

Tatiane Moreira Santos
Assistente de Gabinete
Cadastro nº 6000634

PROCESSO Nº: 4295/2015 (PROCESSO DE ORIGEM Nº 1276/2015)
INTERESSADA: SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A. – CNPJ Nº 09.391.823/0001-60
ADVOGADO: CLAYTON CONRAT KUSSLER – OAB/RO Nº 3861
ASSUNTO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS EM FACE DA DECISÃO Nº 179/2015-PLENO
RELATOR: CONSELHEIRO EDILSON DE SOUSA SILVA

ACÓRDÃO Nº 163/2015 - PLENO

Embargos de Declaração. Alegação de contradição e omissão. Inexistência.
Se inexistentes na Decisão impugnada a contradição e a omissão alegada pelo embargante, é de se negar provimento aos embargos de declaração.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Embargos de Declaração opostos pelo advogado da Santo Antônio Energia S.A., em face da Decisão nº 179/2015-Pleno, proferida nos autos nº 1.276/15, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro EDILSON DE SOUSA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I – CONHECER dos Embargos de Declaração para, no mérito, negar-lhes provimento, uma vez inexistentes as contradições e omissões apontadas;

II – DAR CIÊNCIA à embargante, via DOe-TCE/RO, do teor deste Acórdão, informando-lhe que o inteiro teor do voto encontra-se disponível no sítio eletrônico do Tribunal de Contas (www.tce.gov.ro.br), em atenção à sustentabilidade ambiental; e

III – DETERMINAR, após escoado o prazo legal, o arquivamento dos autos, independentemente de novo despacho.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA (Relator), VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS

COIMBRA e BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 26 de novembro de 2015.

EDILSON DE SOUSA SILVA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1053 DE 14 / 12 / 2015

Tatiana Holtz Santos
Assistente de Gabinete
Cadastro nº 390634

PROCESSO Nº: 6062/2005
INTERESSADA: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
RESPONSÁVEIS: MANOEL DE ANDRADE VENCESLAU – CPF Nº 006.188.758-75
CARLOS ROBERTO CUPERTINO SILVA – CPF Nº 658.561.396-15
DARCI AMARO DA SILVA – CPF Nº 668.886.386-34
IVANDIRA ROCHA – CPF Nº 018.383.248-52
LUIZ CASTRO PINHEIRO – CPF Nº 138.923.472-04
WILSON CAETANO COELHO – CPF Nº 267.268.312-34
ASSUNTO: DENÚNCIA CONVERTIDA EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – IRREGULARIDADE POR ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS PÚBLICOS
UNIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA
RELATOR: CONSELHEIRO EDILSON DE SOUSA SILVA

ACÓRDÃO Nº 164/2015 - PLENO

DENÚNCIA. CONVERSÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA. DISPONIBILIDADE DE SERVIDOR PÚBLICO SEM O NECESSÁRIO ATO FORMAL. IRREGULARIDADE. OBRIGAÇÃO DO PREFEITO EM FORMALIZAR O ATO ADMINISTRATIVO. ALERTA PARA CORREÇÃO DA FALHA SEM A APLICAÇÃO DE PENALIDADE. RESPONSABILIDADE DE SERVIDORES PÚBLICOS PELO ACÚMULO DE REMUNERAÇÕES/VENCIMENTOS. RESSARCIMENTO DOS VALORES QUANDO CONFIGURADA A IRREGULARIDADE.

Imperioso reconhecer consistir em irregularidade a omissão praticada por Prefeito Municipal que deixa de formalizar o ato de disponibilidade de seus servidores ao Estado de Rondônia.

Deixa-se, contudo, de aplicar penalidade quando não caracterizada a hipótese de má-fé ou dolo na conduta irregular praticada, devendo haver, no entanto, um alerta para que, doravante, os atos administrativos sejam precedidos de todas as formalidades legais.

Configurado no caso a hipótese de disponibilidade de servidores públicos, imperioso reconhecer lhe ser facultada a opção de perceber o vencimento do cargo efetivo, acrescido da representação oriunda do cargo em comissão.

Na hipótese de exercício de cargo de Secretário Municipal não há que se falar na possibilidade do

servidor continuar a perceber os vencimentos inerentes ao cargo efetivo, considerando que a remuneração do cargo em comissão é paga por meio de subsídio, o qual é fixado em parcela única.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Tomada de Contas Especial, oriunda de Denúncia encaminhada pela Promotoria de Justiça de Jaru, que veio noticiar supostas irregularidades relativas à permuta de servidores públicos e acúmulos indevidos de cargos no âmbito da Prefeitura Municipal, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro EDILSON DE SOUSA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I – Julgar regular com ressalva a Tomada de Contas Especial em desfavor de Manoel de Andrade Venceslau, por reconhecer a prática de ato contrário ao ordenamento jurídico, uma vez que, na qualidade de Prefeito do Município de Governador Jorge Teixeira, omitiu-se do dever de formalizar os atos de cedência dos servidores do Município para o Estado de Rondônia, não sendo a hipótese, entretanto, de dano ao erário;

II – Julgar regular a Tomada de Contas Especial em desfavor dos servidores Carlos Roberto Cupertino e Darci Amaro da Silva, por não visualizar ilegalidade no recebimento cumulado dos vencimentos oriundos do cargo efetivo de professor junto ao Estado de Rondônia e a gratificação de função comissionada relativa ao cargo comissionado do Município de Jorge Teixeira;

III – Julgar regular a Tomada de Contas Especial em desfavor do servidor Wilson Caetano Coelho, por vislumbrar ilegalidade no acúmulo de vencimentos referente a um cargo efetivo de auxiliar de enfermagem e a gratificação oriunda de um cargo comissionado;

IV – Julgar irregular a Tomada de Contas Especial em desfavor dos servidores Luiz Castro Pinheiro e Ivandira Rocha, haja vista não ser permitido o pagamento cumulado de subsídio oriundo do cargo de Secretário Municipal com vencimento de cargo efetivo (professor);

V - Em consequência, determinar ao servidor Luiz Castro Pinheiro o ressarcimento do valor de R$ 23.565,72 (vinte três mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e setenta e dois centavos), o qual deverá ser pago aos cofres do Estado de Rondônia, devidamente atualizado;

VI – Determinar à servidora Ivandira Rocha o ressarcimento do valor de R$ 10.278,90 (dez mil, duzentos e setenta e oito reais e noventa centavos), o qual deverá ser pago aos cofres do Estado de Rondônia, devidamente atualizado;

VII – Determinar aos responsáveis Luiz Castro Pinheiro e Ivandira Rocha que, no prazo de 15 dias, a contar da publicação do acórdão, comprovem a esta Corte de Contas o recolhimento do valor do débito imputado ao tesouro estadual;

VIII – Transitado em julgado o presente sem que haja o recolhimento do débito, inicie-se a cobrança judicial nos termos do art. 27, inciso II, da LC n. 154/96 c/c art. 36, II, do Regimento Interno deste egrégio Tribunal;

IX - Advertir, via ofício, ao atual Prefeito do Município de Governador Jorge Teixeira que, doravante, antes de efetuar a cedência de seus servidores, regulamente-a de maneira formal, inclusive com as obrigações e ônus do Município, sob pena de aplicação de multa caso constatada a reiteração da irregularidade aqui detectada;

X – Determinar, via DOeTCE-RO, que sejam os responsáveis cientificados do conteúdo deste Acórdão, informando-lhes que o voto, em seu inteiro teor, e o parecer do Ministério Público de Contas estarão disponíveis no sítio deste Tribunal (www.tce.ro.gov.br); e

XI – Sobrestar os autos no Departamento do Pleno para o acompanhamento do cumprimento dos termos do Acórdão.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA (Relator), VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA e BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 26 de novembro de 2015.

EDILSON DE SOUSA SILVA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1053 DE 14 / 12 / 2015

PROCESSO Nº: 2077/2014 (PROCESSO DE ORIGEM Nº 1573/2002)
INTERESSADO: ILDEMAR KUSSLER – EX-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO - CPF Nº 346.317.809-59
ASSUNTO: DIREITO DE PETIÇÃO
RELATOR PARA ACÓRDÃO: CONSELHEIRO EDILSON DE SOUSA SILVA

ACÓRDÃO Nº 165/2015 - PLENO

DIREITO DE PETIÇÃO. DESCONSTITUIÇÃO DE DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. NULIDADE ABSOLUTA. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO, SALVO COMPROVADO EFETIVO PREJUÍZO.
Rejeita-se o pedido nominado de direito de petição por ser de cabimento residual e meio inidôneo para desconstituir-se decisão transitada em julgado, sob pena de violação ao princípio da segurança jurídica.
Tratando-se de matéria de ordem pública, a nulidade absoluta de Acordão cuja pauta de julgamento careceu da indicação do nome do advogado constituído pela parte, somente deve ser declarada de ofício após o trânsito em julgado, se houver a demonstração de prejuízo à parte, em conformidade com as jurisprudências do STJ e sobremodo do STF que em casos iguais relativizam a nulidade absoluta em virtude da preclusão.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de direito de petição formulado pelo Senhor Ildemar Kussler objetivando declarar a nulidade do Acórdão nº 57/2005-Pleno, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator para o Acórdão, Conselheiro EDILSON DE SOUSA SILVA, por maioria, vencidos o Conselheiro Relator Originário WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA e o Conselheiro BENEDITO ANTÔNIO ALVES em:

I - Rejeitar a questão de ordem pública consistente na ausência de intimação do patrono constituído nos autos de origem da pauta de julgamento e relativizar a nulidade absoluta para considerá-la sanada em virtude da preclusão, na esteira das jurisprudências citadas no voto;

II – Dar ciência ao interessado e ao Ministério Público de Contas na forma da lei; e

III – Após, arquivar os autos.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA (Relator para o Acórdão), VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA e BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 26 de novembro de 2015.

EDILSON DE SOUSA SILVA
Conselheiro Relator para Acórdão

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1058 DE 21 / 12 / 2015

PROCESSO Nº: 1183/2011
INTERESSADO: MUNICÍPIO DE ALVORADA D'OESTE
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2010
RESPONSÁVEIS: LAERTE GOMES – CPF Nº 419.890.901-68
WAGNER BARBOSA DE OLIVEIRA – CPF Nº 279.774.202-87
RELATOR: CONSELHEIRO VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA

ACÓRDÃO Nº 166/2015 - PLENO

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. EXERCÍCIO DO PODER FISCALIZATÓRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS. PRESTAÇÃO DE CONTAS. MUNICÍPIO DE ALVORADA D'OESTE. EXERCÍCIO DE 2010. IRREGULARIDADE FORMAL. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO COM RESSALVAS.
1. Recebe Parecer Prévio Favorável à Aprovação com Ressalvas quando da ocorrência de irregularidades de cunho formal não prejudicial à análise, nos termos do art. 16, I, da Lei Complementar nº 154/96.
2. É obrigatória a observância das exigências contidas no art. 53 da Constituição Estadual c/c inciso I, do art. 5º da Instrução Normativa nº 019/TCE-RO/2006, no que se refere ao encaminhamento tempestivo dos balancetes mensais.
3. Necessidade de implementação de protesto judicial para cobrança de créditos inscritos em dívida ativa em observância aos precedentes desta Corte de Contas (Decisões nº 212/2014-Pleno, 222/2014-Pleno).
4. A Constituição Federal, por meio do art. 74, incisos e parágrafos estabelece o sistema de controle interno como instrumento de legalidade e legitimidade dos atos administrativos, de forma a avaliar a gestão dos órgãos e entidades da administração pública e apoiar o controle externo, esse, consigna como premente à observância quanto à atuação eficiente do Órgão de Controle Interno, in casu, o Município de Alvorada D'Oeste.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Prestação de Contas do exercício de 2010 do Município de Alvorada D'Oeste, de responsabilidade do Senhor Laerte Gomes, na qualidade de Prefeito Municipal, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, por unanimidade de votos, em:

I. Emitir Parecer Prévio favorável à aprovação com ressalva das contas do município de Alvorada D'Oeste, relativas ao exercício financeiro de 2010, de responsabilidade do Senhor LAERTE GOMES – Prefeito Municipal, CPF nº 419.890.901-68, na forma e nos termos do Projeto de Parecer Prévio, consoante dispõe a Constituição Federal, no artigo 31, §§ 1º e 2º, e a Lei Complementar Estadual nº 154/1996, no artigo 1º, III, e no artigo 35, ressalvadas as Contas da Mesa da Câmara Municipal, dos Convênios e Contratos firmados pelo Executivo em 2010, os quais terão apreciações técnicas com análises detalhadas e julgamentos em separado, em virtude da seguinte irregularidade:

DE RESPONSABILIDADE DO SENHOR LAERTE GOMES – PREFEITO MUNICIPAL CONJUNTAMENTE COM O SENHOR WAGNER BARBOSA DE OLIVEIRA – TÉCNICO CONTÁBIL.

a) Descumprimento do art. 53 da Constituição Estadual c/c o artigo 5º da Instrução Normativa nº 19/TCER/06, ao promoverem o encaminhamento intempestivo dos balancetes mensais de janeiro, maio, junho e agosto de 2010;

II – Determinar, via ofício, ao atual Prefeito do Município de Alvorada D'Oeste, Senhor RANIERY LUIZ FABRIS, que aprimore a sistemática de cobrança da dívida ativa, otimizando os procedimentos para promover a cobrança no menor lapso de tempo possível, em cumprimento às determinações expostas no art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000 c/c o Ato Recomendatório Conjunto, firmado entre o Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e Ministério Público do Estado de Rondônia;

III – Determinar, via ofício, ao atual Prefeito do Município de Alvorada D'Oeste, Senhor RANIERY LUIZ FABRIS, que se abstenha de encaminhar, de forma intempestiva, os balancetes mensais da municipalidade a esta Corte de Contas, evitando, com isso, incidir em multa decorrente da reincidência, caso venha a ser novamente constatada;

IV - Determinar via ofício, ao atual responsável pelo controle interno que aperfeiçoe a fiscalização no município e que, ao proceder à análise das prestações de contas anuais verifique se o relatório, parecer e certificado de auditoria do órgão de Controle Interno foram compatíveis com a realidade, sobretudo quando evidenciadas graves irregularidades que comprometam a gestão;

V - Dar ciência aos responsáveis, informando-os de que o inteiro teor do voto e acórdão está disponível para consulta no endereço eletrônico www.tce.ro.gov.br; e

VI - Determinar à Secretaria de Processamento e Julgamento que promova a digitalização dos presentes autos, encaminhando os originais à Câmara Municipal de Alvorada D'Oeste para apreciação e julgamento, expedindo-se, para tanto, o necessário, após o trânsito em julgado deste Acórdão;

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA (Relator), FRANCISCO CARVALHO DA SILVA,

PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA e BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS. O Conselheiro EDILSON DE SOUSA SILVA arguiu suspeição, nos termos do artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

Porto Velho/RO, 26 de novembro de 2015.

VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA
PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

Fl. nº _____
Proc. nº 1558/2015
_____
DP/SPJ

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO TCE/RO
Nº 1054 DE 15 / 12 / 2015

Tatiana Moreira Santos
Assistente de Gabinete
Cadastro nº 6016

PROCESSO Nº: 1558/2015 (PROCESSO ELETRÔNICO)
INTERESSADO: MUNICÍPIO DE RIO CRESPO
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2014
RESPONSAVEIS: EUDES DE SOUSA E SILVA – PREFEITO MUNICIPAL - CPF Nº 023.087.694-32
MANOEL SARAIVA MENDES – CONTROLADOR INTERNO – CPF Nº 485.515.202-10
RELATOR: CONSELHEIRO VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA

ACÓRDÃO Nº 167/2015 - PLENO

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. EXERCÍCIO DO PODER FISCALIZATÓRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE RIO CRESPO. EXERCÍCIO DE 2014. IRREGULARIDADES FORMAIS. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO COM RESSALVAS. DETERMINAÇÕES.

1. Recebe Parecer Prévio Favorável à Aprovação com Ressalvas quando da ocorrência de irregularidades de cunho formal não prejudicial à análise, nos termos do art.16, 1, da Lei Complementar n. 154/96.

2. É obrigatória a observância das exigências contidas no artigo 53 da Constituição Estadual c/c inciso I do artigo 5° da Instrução Normativa n. 019/2006, bem como inciso V do art. 11 da Instrução Normativa n° 013/TCE-RO/2004 e arts. 14 e 22 da Instrução Normativa n° 022/2007, no que se referem ao encaminhamento tempestivo dos balancetes mensais, relatórios quadrimestrais de controle interno, demonstrativos gerenciais da educação e saúde.

3. Necessidade de implementação do protesto judicial para cobrança de créditos inscritos em divida ativa em observância aos precedentes desta Corte de Contas contidas nas Decisões n. 212/2014-Pleno, 222/2014-Pleno.

4. De acordo com a Decisão Normativa n° 001/2015-TCERO que estabelece as diretrizes gerais sobre a implementação e operacionalização do sistema de controle interno, essa, consigna como premente à observância quanto à atuação eficiente do Órgão de Controle Interno, in casu, o Município de Rio Crespo.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Prestação de Contas do exercício de 2014 do Município de Rio Crespo, de responsabilidade do Senhor EUDES DE SOUSA E SILVA, na qualidade de Prefeito Municipal, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, por unanimidade de votos, em:

I - Emitir Parecer Prévio favorável à aprovação com ressalva das contas do Município de Rio Crespo, relativas ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade do Senhor EUDES DE SOUSA E SILVA - Prefeito Municipal, CPF nº 023.087.694-32, na forma e nos termos do Projeto de Parecer Prévio, consoante dispõe a Constituição Federal, no artigo 31, §§ 1° e 2°, e a Lei Complementar Estadual n. 154/1996, no artigo 1°, III, e no artigo 35, ressalvadas as Contas da Mesa da Câmara Municipal, dos Convênios e Contratos firmados pelo Executivo em 2014, os quais terão apreciações técnicas com análises detalhadas e julgamentos em separado, em virtude das seguintes irregularidades:

DE RESPONSABILIDADE DE EUDES DE SOUSA E SILVA - PREFEITO MUNICIPAL.

a) Descumprimento ao artigo 53 da Constituição Estadual c/c o artigo 5° da IN n. 019/TCE-RO-2006, pelo encaminhamento intempestivo dos balancetes mensais referentes aos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, outubro e dezembro do exercício de 2014, conforme dados do SIGAP;

b) Descumprimento ao disposto no artigo 13 e inciso I do artigo 14 da IN n. 022/2007-TCE-RO, pela remessa intempestiva dos Demonstrativos Gerenciais da Educação da MDE e Fundeb (Anexos I ao X) referentes a todos os meses do exercício de 2014;

c) Descumprimento ao parágrafo único do art. 13 e §1° do art. 14 da IN n. 022/TCERO-07, em razão do envio intempestivo a esta Corte do anexo XI referente às despesas inscritas em restos a pagar com recursos vinculados ao Fundeb;

d) Descumprimento ao disposto no inciso I do artigo 22 da IN n. 022/TCERO- 2007, pelo encaminhamento intempestivo do demonstrativo de aplicação de recursos com ações e serviços públicos de saúde (anexos XII ao XV), referentes a todos os meses do exercício de 2014;

e) Descumprimento do artigo 53, III c/c o art. 4°, § 1° e art. 9° da LRF, pelo não atingimento da Meta Fiscal de Resultado Primário prevista na LDO, no exercício de 2014;

DE RESPONSABILIDADE DO SENHOR EUDES DE SOUSA E SILVA - PREFEITO MUNICIPAL, EM CONJUNTO COM MANOEL SARAIVA MENDES - CONTROLADOR INTERNO.

f) Descumprimento do artigo 11, V, "b", da IN nº 013/2004-TCE-RO, pelo encaminhamento intempestivo dos relatórios quadrimestrais de controle interno, referentes ao I, II e III quadrimestres do exercício de 2014;

g) Descumprimento dos incisos I e II do artigo 74 da Constituição Federal, bem como os incisos I e II do artigo 51 da Constituição do Estado de Rondônia, haja vista que em suas manifestações (relatórios enviados), o sistema de Controle Interno não avaliou o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da municipalidade, assim como também não avaliou os resultados obtidos, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal.

II - Considerar que a Gestão Fiscal do Poder Executivo do Município de Rio Crespo, relativa ao exercício de 2014, de responsabilidade do Senhor Eudes de Sousa e Silva, Prefeito Municipal, atende aos pressupostos fixados na Lei Complementar Federal n. 101/2000, quanto ao atendimento aos parâmetros de Receita e Despesa, Despesas com Pessoal, Dívida Consolidada Líquida, Operação de Crédito, e, ainda, quanto aos limites constitucionais de aplicação de recursos nas áreas de Educação e Saúde, nos termos determinados nos §§ 1° e 2°, do art. 8°, da Resolução n° 173/2014-TCERO;

III - Ratificar os Termos de Alertas de Responsabilidade Fiscal n° 20/2014 e 20/2015 ao gestor do Município de Rio Crespo, Senhor Eudes de Sousa e Silva, na forma do artigo 59, § 1°, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que embora tenha sido cumprido o art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal no exercício 2014, o gasto com pessoal do Poder Executivo de Rio Crespo consistiu em 53,94% no 2° semestre de 2014 ultrapassou o Limite de Alerta de 95%, do limite legal de 54% da RCL;

IV - Determinar, via ofício, ao atual Prefeito do Município de Rio Crespo, Senhor Eudes de Sousa e Silva, que aprimore a sistemática de cobrança da dívida ativa, otimizando os procedimentos para promover a cobrança no menor lapso de tempo possível, em cumprimento às determinações expostas no art. 11 da Lei Complementar n° 101/2000 c/c o Ato Recomendatório Conjunto, firmado entre o Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e Ministério Público do Estado de Rondônia;

V - Determinar, via ofício, ao atual Prefeito do Município de Rio Crespo, Senhor Eudes de Sousa e Silva, que se abstenha de encaminhar, de forma intempestiva, os documentos contábeis da municipalidade a esta Corte de Contas, evitando, com isso, incidir em multa decorrente da reincidência, caso venha a ser novamente constatada;

VI - Determinar, via ofício, ao atual Prefeito do Município de Rio Crespo, Senhor Eudes de Sousa e Silva, que cumpra as diretrizes constantes na Decisão Normativa n° 001/2015-TCERO quanto à atuação eficiente do Órgão de Controle Interno no cumprimento de seu mister constitucional;

VII – Determinar, via oficio, ao responsável pelo Órgão de Controle Interno que observe à obrigatoriedade do cumprimento da missão constitucional e infraconstitucional atribuída ao Sistema de Controle Interno, nos termos do art. 51 da Constituição Estadual c/c o art. 9°, inciso II, da Lei Complementar n° 154/96, devendo reportar a

este Tribunal ao constatar quaisquer irregularidades, sob pena de responsabilização solidária, sem prejuízo da aplicação de sanções previstas na Lei Orgânica desta Corte;

VIII - Dar ciência aos responsáveis, nos termos do art. 22 da LC n. 154/96 com redação dada pela LC n. 749/13, informando-lhes que o Voto, Parecer Ministerial e Acórdão estarão disponíveis no sítio do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (www.tce.ro.gov.br);

IX - Determinar ao Departamento do Pleno que, após adoção das medidas de praxe, reproduza mídia digital dos autos para ser encaminhada à Câmara Municipal de Rio Crespo para apreciação e julgamento, expedindo-se, para tanto, o necessário, após o trânsito em julgado deste Acórdão;

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA (Relator), FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA e BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 26 de novembro de 2015.

VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA
PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1054 DE 15 / 12 / 2015

Tatiana Horeay Santos
Assistente de Gabinete
Cadastro nº 990634

PROCESSO Nº: 2977/2009
INTERESSADA: PREFEITURA DE MONTE NEGRO
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL - NO SENTIDO DE CONCILIAR OS SALDOS DA CONTA CORRENTE DO FUNDEF COM A ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DA PMMN
RESPONSÁVEIS: JOSÉ FERNANDES PEREIRA – CPF Nº 557.665.446-34
ELOISIO ANTÔNIO – CPF Nº 360.973.816-20
GERALDO JOSÉ ZANOTELLI – CPF Nº 576.014.027-20
RELATOR: CONSELHEIRO VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA

ACÓRDÃO Nº 168/2015 - PLENO

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS IMPOSTAS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DEVER DE FISCALIZAR. APRECIAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL EM CUMPRIMENTO À DECISÃO Nº 277/2008-PLENO. EXERCÍCIO DE 2006. PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO - PMMN. DESVIO DE FINALIDADE DAS VERBAS REPASSADAS PELO FUNDEF, A QUAL SE DESTINA EXCLUSIVAMENTE AO ENSINO FUNDAMENTAL. DE DANO AO ERÁRIO. TCE IRREGULAR. APLICAÇÃO DE MULTA AOS EX-GESTORES. DETERMINAÇÕES.

1. *As Contas devem ser julgadas irregulares quando houver ocorrências de prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo, antieconômico ou infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, nos termos do art. 16, III, "b", da Lei Complementar nº 154/96.*

2. *É obrigatória a observância das exigências determinadas, quanto à aplicação dos recursos do Fundef na manutenção e desenvolvimento do ensino público fundamental e na valorização do magistério, nos termos do art. 2º, da Lei Federal nº 9.424/1996.*

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Tomada de Contas Especial, realizada no Município de Monte Negro, para conciliar os saldos das contas correntes do Fundeb com a escrituração contábil do exercício de 2006, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, por unanimidade de votos, em:

I - Julgar irregular a vertente Tomada de Contas Especial de responsabilidade dos Senhores ELOÍSIO ANTÔNIO DA SILVA (CPF nº 360.973.816-20) e JOSÉ FERNANDES PEREIRA (CPF nº 557.665.446-34) – Ex-Prefeitos do Município de Monte Negro, exercício 2006, nos termos do art. 25, II, do Regimento Interno e art. 16, III, "b", da Lei Complementar nº 154/96, pela ocorrência da irregularidade a seguir elencada:

a) Descumprimento às disposições contidas no artigo 2º da Lei Federal nº 9.424/96 e pela diferença a menor nas contas correntes do Fundef, na ordem de R$84.804,22 (oitenta e quatro mil, oitocentos e quatro reais e vinte e dois centavos), cujos recursos foram aplicados em despesas com finalidade diversa das que são previstas para o Fundo.

II - Aplicar multa ao Senhor Eloísio Antônio da Silva, Ex-Prefeito do Município de Monte Negro (período de 26.1 a 24.9.2006), no montante de R$ 10.000,00 (dez mil reais) pela ilegalidade evidenciada no item 1, alínea "a", deste Acórdão, em razão do desvio de finalidade dos recursos do Fundef;

III - Aplicar multa ao Senhor José Fernandes Pereira, ex- Prefeito do Município de Monte Negro (período de 16.10 a 31.12.2006), no montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), pela ilegalidade evidenciada no item 1, alínea "a", deste Acórdão, em razão do desvio de finalidade dos recursos do Fundef;

IV - Autorizar, caso não ocorrido os recolhimentos das multas mencionados acima, a emissão dos respectivos Títulos Executivos e as consequentes cobranças judiciais, em conformidade com o art. 27, II, da Lei Complementar nº 154/96 c/c art. 36, II, do Regimento Interno do TCE-RO, sendo que as multas incidirão apenas a correção monetária (art. 56 da Lei Complementar nº 154/96);

V - Fixar o prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta Decisão, para que os Senhores Eloísio Antônio da Silva e José Fernandes Pereira – na qualidade de ex-prefeitos Municipal de Monte Negro, recolham as importâncias indicadas nos itens II e III à conta do Fundo de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – FDI-TC, em conformidade com o art. 3º, inciso III, da Lei Complementar nº 194/97, autorizando a cobrança judicial, caso os responsáveis em débito não recolham os valores constantes dos citados itens;

VI - Determinar via ofício, ao atual Prefeito do Município de Monte Negro, que proceda a devolução do montante de R$84.804,22 (oitenta e quatro mil, oitocentos e quatro reais e vinte e dois centavos) pagos indevidamente na conta do Fundef, retirando o valor da conta do Tesouro Municipal para a conta do Fundeb e utilizando apenas em despesas do ensino fundamental, o que deve ser realizado até o final do exercício seguinte, com a comprovação na prestação de contas do exercício de 2016, ressalvando, que tal valor deverá ser utilizado tão somente para os fins de que trata a Lei Federal nº 9.424/96, independente da aplicação dos recursos do exercício vigente;

VII - Determinar o encaminhamento de cópia do Relatório Técnico, Parecer Ministerial, Relatório e Voto do Relator e deste Acórdão ao Ministério Público Estadual, para adoção de providências de sua alçada;

VIII - Determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo que, na prestação de contas do exercício de 2016, fiscalize/monitore a aplicação, nos recursos do Fundef, do montante de R$ 84.804,22 (oitenta e quatro mil, oitocentos e quatro reais e vinte e dois centavos), referentes ao saldo a menor aplicado no exercício de 2006, conforme descrito no item IV deste Acórdão, atestando ainda, a execução legal de tais recursos na forma exigida na Lei Federal nº 9.424/96;

IX - Dar conhecimento deste Acórdão ao atual Prefeito do Município de Monte Negro e aos Senhores Eloísio Antônio da Silva e José Fernandes Pereira, Ex-Prefeitos, com a publicação no Diário Oficial eletrônico – DOeTCE/RO, informando-lhes da disponibilidade do relatório e voto no site: www.tce.ro.gov.br;

X - Determinar ao Departamento do Pleno desta Corte de Contas que acompanhe o devido cumprimento aos termos do presente Acórdão; e

XI - Atendidas todas as exigências contidas neste Acórdão, arquivar os autos.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA (Relator), FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA e BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 26 de novembro de 2015.

VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

Fl. nº _____
Proc. nº 2027/2014
_____
DP/SPJ

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1054 DE 15 / 12 / 2015

Tatiana Horeay Santos
Assistente de Gabinete
Matrícula 634

PROCESSO Nº: 2027/2014
INTERESSADO: MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO OESTE
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – CONSIGNADOS COM FINANCEIRAS, CREDIP, ENG, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BANCO DO BRASIL, SINDERON E SINSEZMAT
RESPONSÁVEIS: MONIQUE SAMIRA SAKEB TOMMALIEH – CPF Nº 723.496.382-00
JURANDIR DE OLIVEIRA ARAÚJO – CPF Nº 315.662.192-72
RELATOR: CONSELHEIRO VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA

ACÓRDÃO Nº 169/2015 - PLENO

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. EXERCÍCIO DO PODER FISCALIZATÓRIO. OBEDIÊNCIA À LEGISLAÇÃO PROCESSUAL E INFRACONSTITUCIONAL. INSTAURAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO OESTE. MANIFESTAÇÃO TÉCNICA E MINISTERIAL NO SENTIDO DE RESTAR PREJUDICADA A ANÁLISE DOS PRESENTES AUTOS SOB O ARGUMENTO DE AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL DE VALIDADE. EXISTÊNCIA DE FATOS NOVOS. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE DETERMINAÇÃO COM VISTAS AO SANEAMENTO DOS AUTOS. ENCAMINHAMENTO DE NOVOS DOCUMENTOS. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE CONVÊNIOS ENTRE O PODER PÚBLICO E INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. INSTITUTO PRIVADO OU ENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA PARA REALIZAÇÃO DE CONSIGNAÇÕES COMPULSÓRIAS E FACULTATIVAS EM FOLHA DE PAGAMENTO. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

1. Somente existindo norma infraconstitucional balizadora poderá o ente público realizar convênios com instituição financeira para concessão de consignações financeiras para desconto em folha de pagamento.

2. A lei infraconstitucional deve dispor sobre os beneficiários e a concessão para consignação em folha de pagamento, cuja abrangência poderá atingir os servidores ativos, aposentados e pensionistas.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Tomada de Contas Especial, a qual teve por objetivo apurar supostas irregularidades ocorridas na execução de convênios celebrados entre o Município de Santa Luzia do Oeste, gestão 2009/2012, e diversas instituições financeiras, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, por unanimidade de votos, em:

I - Arquivar os presentes autos em virtude da perda de objeto, em face do recolhimento devidamente comprovado dos valores retidos na folha de pagamento do mês de dezembro de 2012, no valor de R$ 56.226,82 (cinquenta e seis mil duzentos e vinte e seis reais e oitenta e dois centavos) relativos aos consignados realizados no período supra indicado;

II - Dar ciência deste Acórdão ao Senhor JURANDIR OLIVEIRA ARAÚJO, com a publicação no Diário Oficial eletrônico desta Corte - DOeTCE/RO, comunicando-lhe da disponibilidade do inteiro teor no site: www.tce.ro.gov.br;

III - Encaminhar os autos ao Departamento do Pleno para o cumprimento dos itens I e II deste Acórdão.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA (Relator), FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA e BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 26 de novembro de 2015.

VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1054 DE 15 / 12 / 2015

Tatiana Moreay Santos
Assistente de Gabinete
Cadastro nº 990634

PROCESSO Nº: 1768/2015 (PROCESSO ELETRÔNICO)
INTERESSADO: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2014
RESPONSAVEIS: VARLEY GONÇALVES FERREIRA – PREFEITO MUNICIPAL – CPF Nº 277.040.922-00
EVA DOS SANTOS – CONTADORA – CPF Nº 490.907.043-53
ROSANGELA REGINA DE OLIVEIRA – CONTROLADORA INTERNA – CPF Nº 747.456.892-68
JOSÉ MARCOS GARCIA – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CPF Nº 234.357.392-15
RELATOR: CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

ACÓRDÃO Nº 170/2015 - PLENO

Prestação de Contas. Município de Novo Horizonte do Oeste — Exercício de 2014. Observância de desequilíbrio na Gestão. Déficits orçamentário e financeiro. Omissão no recolhimento das contribuições previdenciárias, no exercício. Inadimplemento do parcelamento previdenciário. Saldo financeiro do Fundeb a menor, falha minorada em razão do saldo negativo da gestão anterior (2012). Não atingimento dos resultados nominal e primário. Parecer pela reprovação das Contas. Irregularidades graves. Determinações.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Prestação de Contas do Município de Novo Horizonte do Oeste, atinente ao exercício de 2014, de responsabilidade dos Senhores Varley Gonçalves Ferreira, Prefeito Municipal, Eva dos Santos, Contadora, Rosângela Regina de Oliveira, Controladora Interna, e José Marcos Garcia, Secretário Municipal de Educação, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro PAULO CURI NETO, por unanimidade de votos, em:

I - Emitir Parecer pela reprovação das contas do Chefe do Poder Executivo do Município de Novo Horizonte do Oeste, Senhor Varley Gonçalves Ferreira, relativas ao exercício de 2014, com fulcro no inciso I do artigo 71 da Constituição Federal, em razão das seguintes irregularidades algumas das quais graves:

a) déficit orçamentário no valor de R$ 54.126,06;

b) déficit financeiro no valor de R$ 310.605,90;

c) não recolhimento das contribuições previdenciárias (patronal e dos servidores) do exercício;

d) não pagamento dos parcelamentos celebrados com o RPPS;

e) não atingimento dos resultados nominal e primário;

f) contratação de horas extras no período proibitivo, porquanto o Município ultrapassou o limite prudencial de despesa com pessoal de 95% do linde máximo de 54% da RCL, no 2° semestre de 2013 e nos 1° e 2° semestres de 2014;

g) relatório anual do Controle Interno com ausência de exame comparativo em relação aos três últimos anos, em termos quantitativos e qualitativos, das ações planejadas no PPA, LDO e LOA;

h) por manter o valor de R$ 6.804.627,20 registrado no curto prazo (ativo circulante) por mais de dois anos, uma vez que perdeu a característica de curto prazo;

i) envio intempestivo dos demonstrativos gerenciais da aplicação mensal e acumulada das receitas em ações e serviços de saúde e no Fundeb;

j) remessa intempestiva do relatório do Controle Interno, 1° quadrimestre;

k) desobediência aos termos do item II da Decisão n° 297/2013-Pleno TC-RO;

l) envio a destempo dos RREOs e dos RGFs;

m) saldo financeiro a menor nas contas do Fundeb, no valor de R$ 220.800,54.

II - Determinar ao atual Prefeito do Município de Novo Horizonte do Oeste que:

a) Providencie o recolhimento das contribuições previdenciárias dentro do prazo legal para não onerar os cofres do Município, com o pagamento de juros e multas, bem como realize o adimplemento dos parcelamentos;

b) Deixe de realizar horas extras quando o limite prudencial de despesa com pessoal tenha extrapolado;

c) Providencie a remessa de documentos a esta Corte dentro dos prazos legais;

d) Providencie a restituição para a conta corrente do Fundeb da quantia de R$ 220.800,54 até o último mês do mandato atual;

e) Nos próximos exercícios verifique, ao cabo de cada bimestre, o comportamento da despesa empenhada, comparativamente com as receitas arrecadadas, visando ao equilíbrio orçamentário e financeiro das contas públicas;

f) Adote providências para que as metas fiscais guardem correspondência com a realidade econômico-financeira do município, principalmente, com relação aos resultados nominal e primário;

g) Incremente, ainda mais, a arrecadação, fazendo uso da via administrativa (protesto extrajudicial) ou judicial, dos créditos inscritos em dívida ativa, de forma a diminuir o saldo acumulado e de evitar a prescrição; e

h) Municie o órgão de Controle Interno dos meios necessários ao cumprimento de suas atribuições, uma vez que suas manifestações são fundamentais para a eficácia do controle da Administração Pública, bem como para o acompanhamento dos instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA).

III - Preceituar à Secretaria-Geral de Controle Externo que verifique, por ocasião da análise da próxima Prestação de Contas do Município de Novo Horizonte do Oeste, o cumprimento das determinações contidas no item anterior deste acórdão;

IV - Determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo que apure, em autos apartados, o prejuízo causado pelo não recolhimento das contribuições previdenciárias, bem como pelo não pagamento dos parcelamentos dos encargos previdenciários (juros e multas);

V - Determinar aos responsáveis pelo Controle Interno do Município que aperfeiçoem as análises realizadas nas prestações de contas, verificando se o executado pela LOA guarda compatibilidade com o previsto pela LDO e pelo PPA;

VI - Encaminhar ao Ministério Público Estadual as cópias do Voto, do Acórdão e do Parecer do Ministério Público de Contas, tendo em vista que deixar de repassar ao RPPS as contribuições previdenciárias constitui, em tese, ato de impropriedade administrativa;

VII - Dar ciência, via Diário Oficial, do teor deste Acórdão aos interessados identificados no cabeçalho, e via ofício, ao atual chefe do Poder Executivo Municipal, ficando registrado que o Voto e o Parecer Ministerial, em seu inteiro teor, estão disponíveis no sítio deste Tribunal (www.tce.ro.gov.br); e

VIII - Determinar ao Departamento do Pleno que encaminhe os presentes autos à Câmara Municipal de Novo Horizonte do Oeste, para apreciação e julgamento, expedindo-se, para tanto, o necessário, após o trânsito em julgado deste Acórdão.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO (Relator), WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA e BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS. O Conselheiro EDILSON DE SOUSA SILVA arguiu suspeição, nos termos do artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

Porto Velho/RO, 26 de novembro de 2015.

PAULO CURI NETO
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA
PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1054 DE 15 / 12 / 2015

Tatiana Horeis Santos
Assistente de Gabinete
Cadastro nº 990634

PROCESSO Nº:	5412/2012
SUBCATEGORIA:	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
ASSUNTO:	INSPEÇÃO ORDINÁRIA PARA VERIFICAR A REGULARIDADE NO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PELO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE VILHENA AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA, CONVERTIDA EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL — EM CUMPRIMENTO À DECISÃO Nº 23/2013-PLENO, DE 21.2.13
JURISDICIONADA:	PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
RESPONSÁVEIS:	JOSÉ LUIZ ROVER - CPF Nº 591.002.149-49 - PREFEITO GUSTAVO VALMÓRBIDA - CPF Nº 514.353.572-72 - SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA JOSÉ CARLOS ARRIGO - CPF Nº 051.977.082-04 – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO VIVALDO CARNEIRO GOMES - CPF Nº 326.732.132-87 - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE CARLOS EDUARDO MACHADO FERREIRA - CPF Nº 030.501.019-03 - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO BRUNO LEONARDO BRANDI PIETROBON - CPF Nº 650.523.822-00 - CHEFE DE GABINETE DA PREFEITURA
RELATOR:	CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

ACÓRDÃO Nº 171/2015 - PLENO

Tomada de Contas Especial. Município de Vilhena. Dano ao erário. Incidência de juros de mora e multa por omissão no recolhimento de contribuições previdenciárias. Ressarcimento do erário. Multa.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Tomada de Contas Especial originária de Inspeção Ordinária para verificar a regularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias pelo Poder Executivo do Município de Vilhena ao Instituto de Previdência responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro PAULO CURI NETO, por unanimidade de votos, em:

I - Rejeitar, em preliminar, a arguição de ilegitimidade passiva suscitada por Carlos Eduardo Machado Ferreira (Procurador-Geral do Município) e por Bruno Leonardo Brandi Pietrobon (Chefe de Gabinete do Prefeito);

II - Julgar irregulares as contas do senhor José Luiz Rover (Prefeito), com imputação de débito, com supedâneo no artigo 16, III, "c", da Lei Complementar n°. 154/96, por haver concorrido com a consumação de dano ao erário, pela omissão no recolhimento de contribuições previdenciárias, no período de maio a outubro de 2012, o que ensejou juros de mora e multa a serem arcados pela Administração municipal no valor histórico de R$ 105.096,24 (cento e cinco mil, noventa e seis reais e vinte e quatro centavos);

III - Julgar irregulares as contas do Senhor Gustavo Valmórbida (Secretário Municipal da Fazenda), com imputação de débito, com supedâneo no artigo 16, III, "c", da Lei Complementar n°. 154/96, por haver concorrido com a consumação de dano ao erário, pela omissão no recolhimento de contribuições previdenciárias, no período de maio a setembro de 2012, o que ensejou juros de mora e multa a serem arcados pela Administração municipal, no valor histórico de R$ 100.671,15 (cento mil, seiscentos e setenta e um reais e quinze centavos);

IV - Condenar, com fulcro no artigo 19 da Lei Complementar n° 154/96, José Luiz Rover (Prefeito) e Gustavo Valmórbida (Secretário Municipal da Fazenda) à obrigação solidária de restituir ao erário municipal o valor histórico de R$ 100.671,15 (cento mil, seiscentos e setenta e um reais e quinze centavos), o qual, ao ser corrigido monetariamente e acrescido de juros de mora a partir de outubro de 2012 a outubro de 2015, corresponde ao valor presente de R$ 169.610,25 (cento e sessenta e nove mil, seiscentos e dez reais e vinte e cinco centavos), conforme "Cálculo de débito" de fl. 427;

V - Condenar, com fulcro no artigo 19 da Lei Complementar n° 154/96, José Luiz Rover (Prefeito) à obrigação de restituir ao erário municipal o valor histórico de R$ 4.425,09 (quatro mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e nove centavos), o qual, ao ser corrigido monetariamente e acrescido de juros de mora a partir de outubro de 2012 a outubro de 2015, corresponde ao valor presente de R$ 7.455,37 (sete mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e sete centavos), conforme "Cálculo de débito" de fl. 426;

VI - Condenar o Senhor José Luiz Rover (Prefeito) ao pagamento de multa individual, com fulcro no art. 54 da Lei Complementar n° 154/96, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do débito cominado (sem a incidência dos juros de mora), totalizando R$ 6.509,76 (seis mil, quinhentos e nove reais e setenta e seis centavos), pela omissão no recolhimento de contribuições previdenciárias, no período de maio a outubro de 2012, o que ensejou juros de mora e multa a serem arcados pela Administração municipal;

Valor histórico do débito	Valor corrigido	Percentual	Valor da multa
R$ 105.096,24	R$ 130.195,31	5%	R$ 6.509,76

VII - Condenar o Senhor Gustavo Valmórbida (Secretário Municipal da Fazenda) ao pagamento de multa individual, com fulcro no art. 54, da Lei Complementar n° 154/96, no percentual de 5% (trinta por cento) do valor atualizado do débito cominado (sem a incidência dos juros de mora), totalizando R$ 6.235,67 (seis mil, duzentos e

trinta e cinco reais e sessenta e sete centavos), pela omissão no recolhimento de contribuições previdenciárias, no período de maio a setembro de 2012, o que ensejou juros de mora e multa a serem arcados pela Administração municipal;

Valor histórico do débito	Valor corrigido	Percentual	Valor da multa
R$ 100.671,15	R$ 124.713,42	5%	R$ 6.235,67

VIII - Julgar regulares, com ressalvas, as contas do Senhor José Carlos Arrigo (Secretário Municipal de Educação), com supedâneo no artigo 16, III, "b", da Lei Complementar n°. 154/96, por infração ao parágrafo único do artigo 8° da Lei Complementar n°. 101/00, ao realizar pagamento de juros e multas decorrentes do atraso no recolhimento das contribuições ao IPMV com recursos oriundos do Fundeb;

IX - Condenar o Senhor José Carlos Arrigo (Secretário Municipal de Educação) ao pagamento de multa individual, no valor de R$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais), com fulcro no artigo 55, II, da Lei Complementar n° 154/96, por incorrer infração ao parágrafo único do artigo 8° da Lei Complementar n°. 101/00, ao realizar pagamento de juros e multas decorrentes do atraso no recolhimento das contribuições ao IPMV com recursos oriundos do Fundeb;

X - Julgar regulares as contas de Vivaldo Carneiro Gomes (Secretário Municipal de Saúde), Carlos Eduardo Machado Ferreira (Procurador-Geral do Município) e Bruno Leonardo Brandi Pietrobon (Chefe de Gabinete da Prefeitura), nos termos do artigo 17, concedendo-lhes quitação, ressalvada a existência de outros títulos executivos de débitos e/ou multas não quitados;

XI - Advertir que os débitos (itens IV e V) deverão ser recolhidos à conta única do tesouro municipal e as multas (itens VI, VII e IX), ao Fundo de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas, na conta corrente n° 8358-5, agência n° 275 7-X do Banco do Brasil, com fulcro no artigo 25 da Lei Complementar n° 154/96;

XII - Fixar o prazo de 15 (quinze) dias para o recolhimento dos débitos e multas cominados, contado da notificação dos responsáveis, com fulcro no art. 31, III, "a", do Regimento Interno;

XIII - Autorizar, caso não sejam recolhidos os débitos e multas mencionados acima, a formalização dos respectivos títulos executivos e as cobranças judiciais, em conformidade com o art. 27, II, da Lei Complementar n° 154/96 c/c o art. 36, II, do Regimento Interno, sendo que no débito incidirão a correção monetária e os juros de mora (art. 19 da Lei Complementar n° 154/96) a partir do fato ilícito (outubro de 2012), na multa, apenas a correção monetária a partir do vencimento (artigo 56 da Lei Complementar n° 154/96);

XIV - Intimar acerca do acórdão, via Diário Oficial, os responsáveis identificados no cabeçalho, ficando registrado que o voto e o parecer do Ministério Público de Contas, em seu inteiro teor, encontram-se disponíveis para consulta no sítio eletrônico desta Corte (www.tce.ro.gov.br);

XV - Sobrestar os autos no Departamento do Pleno para o acompanhamento do cumprimento integral do acórdão; e

XVI - Autorizar o arquivamento dos autos, depois de transitado em julgado o acórdão e de adotadas as providências cabíveis para a cobrança dos débitos e das multas.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO (Relator), WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA e BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 26 de novembro de 2015.

PAULO CURI NETO
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1072 DE 19 / 01 / 16

PROCESSO Nº: 1223/2014
UNIDADE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2013
RESPONSÁVEIS: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA – CPF N. 032.251.511-49 – PRESIDENTE
FABIANO ALTINO DE SOUZA – CPF N. 704.360.882-15 – DIRETOR DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE
RELATOR: CONSELHEIRO WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA

ACÓRDÃO Nº 172/2015 - PLENO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL. EXERCÍCIO 2013. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA. IDENTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADES FORMAIS. ELISÃO DAS IRREGULARIDADES FORMAIS. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA EQUILIBRADA. JULGAMENTO PELA REGULARIDADE DAS CONTAS PRESTADAS. QUITAÇÃO AO RESPONSÁVEL. DETERMINAÇÕES.

1. As demonstrações contábeis consubstanciadas nos balanços e demais documentos que compõem os autos de Prestação de Contas, devem evidenciar de forma fidedigna a realidade do ente sob o enfoque orçamentário, financeiro, patrimonial e fiscal, razão por que cabe aos responsáveis pelos serviços de contabilidade nos entes da federação compreender os eventos e seus efeitos na evidenciação contábil, a partir do entendimento das normas e dos conceitos inerentes a cada aspecto, inclusive àqueles relativos ao final de mandato, quando couber.

2. Foram identificadas impropriedades de cunho formal que restaram elididas após o contraditório tornando hígidas as presentes contas, razão por que culminaram com o posicionamento da egrégia Corte de Contas pelo julgamento regular das contas prestadas e quitação plena ao Responsável.

3. Voto favorável, portanto, ao julgamento pela regularidade das Contas do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, relativa ao exercício de 2013, com fundamento no art. 16, I, da LC n. 154, de 1996, c/c o art. 23, do RITC-RO, ensejando, em consequência, a quitação ao Responsável, com amparo no art. 17, da LC n. 154, de 1996, c/c art. 23, Parágrafo único, do RITC-RO. PRECEDENTE: Processo n. 1.314/2009/TCER; Acórdão n. 251/2009-Pleno.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Prestação de Contas anual, do exercício financeiro de 2013, do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO, de responsabilidade, à época, de seu Presidente, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Roosevelt Queiroz Costa, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, por unanimidade de votos, em:

I - JULGAR REGULAR as Contas do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, do exercício financeiro de 2013, de responsabilidade, à época, de seu Presidente, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Roosevelt Queiroz Costa, CPF n. 032.251.511-49, com fulcro no art. 16, I, da LC n. 154, de 1996, c/c art. 23, do RITC-RO;

II - CONSIDERAR, em atenção ao que estabelece o § 1º, do art. 8º, da Resolução n. 173/2014/TCE-RO, que a Gestão Fiscal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, relativa ao exercício financeiro de 2013 – Processo n. 2.240/2013/TCER, apenso aos presentes autos – de responsabilidade, à época, de seu Presidente, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Roosevelt Queiroz Costa, CPF n. 032.251.511-49, ATENDEU aos pressupostos de responsabilidade fiscal exigidos na LC n. 101, de 2000;

III - DAR QUITAÇÃO plena ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Roosevelt Queiroz Costa, CPF n. 032.251.511-49, com fulcro no art. 17 da LC n. 154, de 1996, c/c o parágrafo único, do art. 23, do RITC-RO;

IV - DETERMINAR, via expedição de ofício, ao atual Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, ou a quem o substitua na forma da Lei, que:

a) REQUEIRA ao Órgão de Controle Interno que em sua atuação cotidiana e, sobretudo, por ocasião da elaboração do Relatório de Controle Interno, Certificado de Auditoria e Parecer de Auditoria, avalie e emita pronunciamento sobre os aspectos legais e também sobre os atos de gestão envolvendo a eficiência, a eficácia, a economicidade e a efetividade no emprego dos recursos públicos, fundamentando sua opinião com indicadores de desempenho tecnicamente construídos para essa finalidade, em especial tal avaliação deve abranger às seguintes áreas: a) Almoxarifado e Patrimônio; b) Recursos Humanos; c) Orçamento e Execução Orçamentária; d) Contabilidade; e) Licitações e Contratos; f) Lei de Responsabilidade Fiscal; g) Diárias; h) Suprimento de fundos; e i) Transferência de recursos para o setor privado, se for o caso;

b) APRIMORE a política orçamentária, planejando com maior exatidão e fidedignidade os recursos orçados, uma vez que no exercício de 2013, embora tenha sido majorado no percentual de apenas 1,24% (um vírgula vinte e quatro por cento), em relação ao orçamento inicial, a alteração por meio de Créditos Adicionais representou 11,29% (onze vírgula vinte e nove por cento), e a modificação por Anulação de Dotações no exercício alcançou o percentual de 10,05% (dez vírgula zero cinco por cento), comparados ao valor inicialmente orçado, evidenciando, deficiência no sistema de planejamento no âmbito daquele Poder Judiciário;

c) ENVIDE esforços para que nas Prestações de Contas futuras sejam observados os preceitos estabelecidos pela Resolução CFC n. 1.136, de 2008, que aprovou a NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão;

d) IMPLEMENTE medidas visando aprimorar o sistema de controle patrimonial, uma vez que são reincidentes os fatos envolvendo a não localização de bens patrimoniais daquele Poder Judiciário.

V - DAR CIÊNCIA, nos termos do art. 22, da LC n. 154, de 1996, alterada pela LC n. 749, de 2013, via Diário Oficial Eletrônico:

a) Ao atual Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia-TJRO, ou a quem o substitua na forma da Lei, que o descumprimento das determinações mencionadas no item III deste dispositivo, constitui razão para julgar as contas irregulares, nos termos do § 1º, do art. 16, da LC n. 154, de 1996 c/c § 1º, do art. 25, do RITC-RO, o que pode culminar com a aplicação de multa ao responsável, com fulcro no art. 55, VII, da LC n. 154, de 1996 c/c o art. 103, VII, do RITC-RO;

b) Ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Roosevelt Queiroz Costa, CPF n. 032.251.511-49, Ex-Presidente, e ao atual Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, ou a quem o substitua na forma da Lei, informando-lhes que o Voto, o Acórdão e o Parecer Ministerial estão disponíveis, em seus inteiros teores, no sítio eletrônico deste Tribunal de Contas, no endereço www.tce.ro.gov.br;

VI - PUBLICAR na forma da lei; e

VII - ARQUIVAR os autos após as providências de praxe.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA (Relator) e BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 26 de novembro de 2015.

WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1072 DE 19 / 01 / 16

PROCESSO Nº: 3005/2013 (PROCESSO DE ORIGEM Nº 2440/2010)
ASSUNTO: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO
RECORRENTE: EMANUEL NERI PIEDADE - CPF N. 628.883.152-20
RELATOR: CONSELHEIRO WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA

ACÓRDÃO Nº 173/2015 - PLENO

RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. LEGITIMIDADE DE PARTES. INTERESSE RECURSAL. INTEMPESTIVIDADE. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. MANTER INALTERADOS OS TERMOS DO ACÓRDÃO N. 123/2012 - PLENO.

1. O Recurso de Reconsideração é cabível e adequado ao caso.

2. Para o regular processamento da via recursal é necessário que o recurso interposto preencha todos os requisitos de admissibilidade que antecede a apreciação do mérito recursal.

3. In casu, os requisitos de admissibilidade não foram preenchidos, uma vez que a presente peça recursal foi protocolizada nesta Corte de Contas, intempestivamente, razão que impõe o não conhecimento do presente recurso.

4. Assim, não se conhece o presente instrumento recursal, uma vez ausente a tempestividade, requisito este de admissibilidade recursal, mantendo-se inalterados os termos do Acórdão n. 123/2012 - Pleno.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Recurso de Reconsideração interposto pelo Senhor **Emanuel Neri Piedade**, em face ao Acórdão n. 123/2012 - Pleno, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, por unanimidade de votos, em:

I – NÃO CONHECER o presente Recurso de Reconsideração interposto pelo Senhor Emanuel Neri Piedade, uma vez que a presente peça recursal foi protocolizada nesta Corte intempestivamente e, portanto, não preencheu os requisitos de admissibilidade, nos termos do art. 31, parágrafo único, da Lei Complementar n. 154, de 1996, mantendo-se inalterados os termos do Acórdão n. 123/2012 – Pleno;

II - DAR CONHECIMENTO do teor deste Acórdão ao recorrente;

III – PUBLICAR; e

IV - APÓS, ARQUIVAR OS AUTOS.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA (Relator) e BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 26 de novembro de 2015.

WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1054 DE 15 / 12 / 2015

Tatiana Horeay Santos
Assistente de Gabinete
Cadastro nº 990634

PROCESSO Nº: 1702/2015
INTERESSADO: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE THEOBROMA
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014
RESPONSÁVEIS: JOSÉ LIMA DA SILVA – CHEFE DO PODER EXECUTIVO – CPF Nº 191.010.232-68
GYAM CÉLIA DE SOUZA CATELANI FERRO – CONTADORA – CPF Nº 566.681.202-53
JÚNIOR FERREIRA MENDONÇA – CONTROLADOR INTERNO – CPF Nº 325.667.782-72
RELATOR: CONSELHEIRO BENEDITO ANTÔNIO ALVES

ACÓRDÃO Nº 174/2015 - PLENO

Constitucional. Contas Anuais. Poder Executivo Municipal de Theobroma. Exercício Financeiro de 2014. Execuções orçamentária, financeira e patrimonial regulares. Observância do equilíbrio econômico-financeiro da gestão. Cumprimento dos limites constitucionais com a Educação e com a Saúde. Despesa com pessoal abaixo do limite máximo estabelecido pela LRF. Regularidade no repasse financeiro ao Poder Legislativo. Impropriedades formais. Parecer Prévio pela Aprovação das Contas com Ressalvas. Precedentes. Determinações legais. Recomendações. Encaminhamento ao Poder Legislativo Municipal, para apreciação e julgamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Contas Anuais do Poder Executivo Municipal de Theobroma, relativas ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade de José Lima da Silva, na condição de Chefe do Poder Executivo, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro BENEDITO ANTÔNIO ALVES, por unanimidade de votos, em:

1 - EMITIR PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO COM RESSALVAS das Contas do Chefe do Poder Executivo do Município de Theobroma, relativas ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade de José Lima da Silva, CPF n. 191.010.232-68, Chefe do Poder Executivo, com fulcro no art. 71, inciso I, da Constituição Federal, c/c o art. 1°, inciso VI, da Lei Complementar Estadual n. 154/96, em razão dos apontamentos a seguir elencados, ressalvados os atos e as contas da Mesa Diretora do Poder

Legislativo Municipal, dos convênios e contratos firmados, além dos atos de ordenação de despesas eventualmente praticados pelo Poder Executivo, que serão apreciados e julgados oportunamente em autos apartados:

I.1 - Infringência às disposições insertas no art. 70 da Constituição Federal, c/c o art. 52, alínea "a", da Constituição Estadual e art. 53 do mesmo dispositivo legal, c/c o art. 5°, da IN n. 019/2006-TCE-RO, pelo envio intempestivo das contas e dos balancetes mensais dos meses de janeiro, fevereiro, março, maio, junho, agosto, novembro e dezembro de 2014, respectivamente;

I.2 - Infringência às disposições insertas no art. 13 da Lei Complementar Federal n. 101/2000, c/c o art. 8°, inciso II, da IN n. 018/2006-TCE-RO, pela ausência do relatório anual especificando as medidas de combate à evasão e à sonegação de tributos de competência do Município, que deveria demonstrar a quantidade e valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como a evolução do montante de créditos passíveis de cobrança administrativa; e

I.3 - Infringência às disposições insertas no art. 9°, inciso III, da Lei Complementar Estadual n. 154/96 e à Súmula 004/2010-TCE, pela ausência de avaliação por parte do Controle Interno sobre o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da municipalidade, além da não avaliação dos resultados obtidos, quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do ente.

II - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), ao atual Chefe do Poder Executivo do Município de Theobroma a adoção de medidas visando à correção e à prevenção da reincidência das ilegalidades apontadas no item I, sob pena de reprovação das futuras contas;

III - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), aos responsáveis pelo Controle Interno do Município de Theobroma que observem com rigor as disposições insertas na Decisão Normativa n. 001/2015-TCE-RO que *"estabelece as diretrizes gerais sobre a implementação e operacionalização do sistema de controle interno para os entes jurisdicionados"* e, em suas ações cotidianas, ao tomarem conhecimento de impropriedades adotem medidas saneadoras e deem imediata ciência ao Gestor e a este Tribunal;

IV - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), ao atual gestor a observância da norma cogente no tocante às despesas inscritas em "restos a pagar" que deverão ser pagas até o final do primeiro trimestre do exercício seguinte, com a disponibilidade financeira do exercício findo, sob pena de serem desconsideradas para fins de cálculo do percentual estabelecido no art. 77, III, do ADCT da Constituição Federal, conforme o § 2° dos artigos 6° e 23 da IN n. 22/2007-TCE-RO, com a nova redação dada pela Instrução Normativa n. 27/2012-TCE-RO;

V - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), ao atual Chefe do Poder Executivo Municipal de Theobroma que aprimore a sistemática de cobrança da dívida ativa no menor lapso de tempo possível, em cumprimento às determinações insertas no art. 11 da Lei Complementar Federal n. 101/00, c/c o "Ato Recomendatório Conjunto", celebrado pelo

Poder Judiciário do Estado de Rondônia, Corregedoria-Geral de Justiça de Rondônia, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Ministério Público de Contas que:

V.1. Recomenda aos entes municipais a adoção de providências tendentes a aprimorar a sistemática de cobrança da dívida pública, otimizando os procedimentos para promover a cobrança no menor lapso de tempo possível, encaminhando ou restituindo os feitos ao Poder Judiciário, acompanhadas das manifestações pertinentes;

V.2. Recomenda aos entes municipais o uso do protesto extrajudicial como medida prévia ao ajuizamento das execuções judiciais para os créditos tributários e não tributários, independentemente do valor do crédito;

V.3. Recomenda a implementação em seus respectivos âmbitos legislativos a normatização necessária para possibilitar sistema alternativo de cobrança da dívida pública, por meio de procedimento administrativo de cobrança extrajudicial de títulos executivos, tendo como referência as disposições insertas na Lei Estadual n. 2.913/2012; e

V.4. Recomenda estabelecer, por meio de lei, patamar mínimo para ajuizamento das execuções fiscais, de modo a evitar que o custo da cobrança judicial seja superior ao benefício proporcionado pela satisfação do crédito.

VI - DETERMINAR ao atual responsável pela Contabilidade que proceda à correção do Balanço Patrimonial, no que concerne aos ajustes do Patrimônio Líquido;

VII – DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), ao atual Chefe do Poder Executivo Municipal de Theobroma que aprimore o planejamento das ações, para que o orçamento aprovado não seja objeto de sucessivas modificações quando de sua execução, observando, por conseguinte, às disposições insertas na Decisão n. 232/2011 - Pleno (Processo n. 1133/2011) que considera razoáveis alterações até o patamar de 20% (vinte por cento);

VIII - DETERMINAR à Secretaria-Geral de Controle Externo que:

VIII.1. Verifique, por ocasião da análise da próxima Prestação de Contas do Poder Executivo Municipal de Theobroma, o cumprimento das determinações contidas nos itens anteriores deste Acórdão; e

VIII.2. No exame das futuras prestações de contas, proceda ao confronto do Demonstrativo da Dívida Ativa arrecadada com o Anexo 10 da Lei Federal n. 4.320/64 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.

IX - DETERMINAR a exclusão da responsabilidade imputada na Decisão em Definição de Responsabilidade n. 046/2015-GCBAA de Gyam Célia de Souza Catelani Ferro, CPF n. 566.681.202-53, na condição de Contadora; e Júnior Ferreira Mendonça, CPF n. 325.667.782-42, na qualidade de Controlador Interno, em razão das impropriedades remanescentes a eles atribuídas serem de caráter formal, sem o condão de macular as contas *sub examine;*

X - DAR CONHECIMENTO deste Acórdão aos interessados, via Diário Oficial eletrônico desta Corte de Contas, cujo acesso está disponível para consulta no *site*

www.tce.ro.gov.br, com o escopo de evitar dispêndios desnecessários com extração de cópias, em atenção à sustentabilidade ambiental; e

XI - DETERMINAR ao Departamento do Pleno da Secretaria de Processamento e Julgamento que promova a digitalização dos presentes autos e encaminhe os originais ao Poder Legislativo Municipal de Theobroma, para apreciação e julgamento, expedindo-se, para tanto, o necessário, após o trânsito em julgado deste Acórdão.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA e BENEDITO ANTÔNIO ALVES (Relator); o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 26 de novembro de 2015.

BENEDITO ANTÔNIO ALVES
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA
PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1054 DE 15 / 12 / 2015

Tatiana Costa Santos
Assistente de Gabinete
Cadastro nº 990634

PROCESSO Nº: 1476/2015
INTERESSADO: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TEIXEIRÓPOLIS
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014
RESPONSÁVEIS: VALDIR MENDES DE CASTRO – CHEFE DO PODER EXECUTIVO – CPF Nº 674.396.167-15
CLAUDINEY TAVARES – RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE – CPF Nº 607.837.612-87
DEYSY KELLE MISAEL DOS SANTOS – CONTROLADORA INTERNA – CPF Nº 756.406.512-53
RELATOR: CONSELHEIRO BENEDITO ANTÔNIO ALVES

ACÓRDÃO Nº 175/2015 - PLENO

Constitucional. Contas Anuais. Poder Executivo Municipal de Teixeirópolis. Exercício Financeiro de 2014. Execuções orçamentária, financeira e patrimonial regulares. Observância do equilíbrio econômico-financeiro da gestão. Cumprimento dos limites constitucionais com a Educação e com a Saúde. Despesa com pessoal abaixo do limite máximo estabelecido pela LRF. Regularidade no repasse financeiro ao Poder Legislativo. Impropriedades formais. Parecer Prévio pela Aprovação das Contas com Ressalvas. Precedentes. Determinações legais. Recomendações. Encaminhamento ao Poder Legislativo Municipal, para apreciação e julgamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Contas Anuais do Poder Executivo Municipal de Teixeirópolis, relativas ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade de Valdir Mendes de Castro, na condição de Chefe do Poder Executivo, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro BENEDITO ANTÔNIO ALVES, por unanimidade de votos, em:

1 - EMITIR PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO COM RESSALVAS das Contas do Chefe do Poder Executivo do Município de Teixeirópolis, relativas ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade de Valdir Mendes de Castro, CPF n. 674.396.167-15, Chefe do Poder Executivo, com fulcro no art. 71, inciso I, da Constituição Federal, c/c o art. 1°, inciso VI, da Lei Complementar Estadual n. 154/96, em razão dos apontamentos a seguir elencados, ressalvados os atos e as contas da Mesa Diretora do Poder

Legislativo Municipal, dos convênios e contratos firmados, além dos atos de ordenação de despesas eventualmente praticados pelo Poder Executivo, que serão apreciados e julgados oportunamente em autos apartados:

I.1. Infringência às disposições insertas no art. 52, alínea "a", da Constituição Estadual e art. 11, V, "b", da IN n. 013/2004/TCE-RO, pelo envio intempestivo dos balancetes mensais e do relatório do Controle Interno do 1° quadrimestre de 2014, respectivamente;

I.2. Infringência às disposições insertas na IN n. 001/1999/TCERRO, pelo não encaminhamento da "projeção de receita" para o exercício de 2014;

I.3. Infringência às disposições insertas no art. 13 da Lei Complementar Federal n. 101/2000, c/c o art. 20, inciso II, da IN n. 034/2012-TCE-RO, pela ausência do relatório anual especificando as medidas de combate à evasão e à sonegação de tributos de competência do Município, demonstrar a quantidade e os valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como a evolução do montante de créditos passíveis de cobrança administrativa;

I.4. Infringência às disposições insertas no art. 164 da Constituição Federal, c/c a IN n. 24/2008-TCE-RO, por apresentar saldo em bancos privados e não em instituições financeiras oficiais; e

I.5. Infringência às disposições insertas no art. 85, da Lei Federal n. 4.320/64, pela divergência na geração líquida de caixa e equivalentes apresentada no Demonstrativo de Fluxo de Caixa, no montante de R$ 200,00 (duzentos reais).

II - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), ao atual Chefe do Poder Executivo do Município de Teixeirópolis a adoção de medidas visando à correção e prevenção da reincidência das ilegalidades apontadas no item I, sob pena de reprovação das futuras contas;

III - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), aos responsáveis pelo Controle Interno do Município de Teixeirópolis, que observem com rigor as disposições insertas na Decisão Normativa n. 001/2015-TCE-RO que *"estabelece as diretrizes gerais sobre a implementação e operacionalização do sistema de controle interno para os entes jurisdicionados"* e, em suas ações cotidianas, ao tomarem conhecimento de impropriedades adotem medidas saneadoras e deem imediata ciência ao Gestor e a este Tribunal;

IV - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), ao atual Chefe do Poder Executivo Municipal de Teixeirópolis a observância da norma cogente no tocante às despesas inscritas em "restos a pagar" que deverão ser pagas até o final do primeiro trimestre do exercício seguinte, com a disponibilidade financeira do exercício findo, sob pena de serem desconsideradas para fins de cálculo do percentual estabelecido no art. 77, III, do ADCT da Constituição Federal, conforme o § 2° dos artigos 6° e 23 da IN n. 22/2007-TCE-RO, com a nova redação dada pela Instrução Normativa n. 27/2012-TCE-RO;

V - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), ao atual Chefe do Poder Executivo Municipal de Teixeirópolis que aprimore a sistemática de cobrança da dívida ativa no menor lapso de tempo possível, em cumprimento às determinações insertas no art. 11 da Lei Complementar Federal n. 101/00, c/c o "Ato Recomendatório Conjunto", celebrado pelo Poder Judiciário do Estado de Rondônia, Corregedoria-Geral de Justiça de Rondônia, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Ministério Público de Contas que:

V.1. Recomenda aos entes municipais a adoção de providências tendentes a aprimorar a sistemática de cobrança da dívida pública, otimizando os procedimentos para promover a cobrança no menor lapso de tempo possível, encaminhando ou restituindo os feitos ao Poder Judiciário, acompanhadas das manifestações pertinentes;

V.2. Recomenda aos entes municipais o uso do protesto extrajudicial como medida prévia ao ajuizamento das execuções judiciais para os créditos tributários e não tributários, independentemente do valor do crédito;

V.3. Recomenda a implementação em seus respectivos âmbitos legislativos a normalização necessária para possibilitar sistema alternativo de cobrança da dívida pública, por meio de procedimento administrativo de cobrança extrajudicial de títulos executivos, tendo como referência as disposições insertas na Lei Estadual n. 2.913/2012; e

V.4. Recomenda estabelecer por meio de Lei, patamar mínimo para ajuizamento das execuções fiscais, de modo a evitar que o custo da cobrança judicial seja superior ao benefício proporcionado pela satisfação do crédito.

VI - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), ao atual responsável pela Contabilidade que proceda à correção da divergência apresentada no demonstrativo do fluxo de caixa e observe as normas técnicas de contabilidade, quanto aos lançamento contábeis;

VII - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), ao atual Chefe do Poder Executivo Municipal de Teixeirópolis, que aprimore o planejamento das ações, para que o orçamento aprovado não seja objeto de sucessivas modificações quando de sua execução, observando, por conseguinte, às disposições insertas na Decisão n. 232/2011 - Pleno (Processo n. 1133/2011) que considera razoável as alterações até o patamar de 20% (vinte por cento);

VIII - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), ao atual Chefe do Poder Executivo Municipal de Teixeirópolis que observe as disposições insertas na Instrução Normativa n° 001/TCER/99, pertinente ao encaminhamento da 'Projeção de Receita" a esta Corte de Contas, sob pena das sanções previstas na norma de regência;

IX - DETERMINAR à Secretaria-Geral de Controle Externo que:

IX.1. Verifique, por ocasião da análise da próxima Prestação de Contas do Poder Executivo Municipal de Teixeirópolis, o cumprimento das determinações contidas nos itens anteriores desta decisão;

IX.2. No exame das futuras prestações de contas, proceda ao confronto do Demonstrativo da Dívida Ativa arrecadada com o Anexo 10 da Lei Federal n. 4.320/64 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.

X - DETERMINAR a exclusão das responsabilidades imputadas na Decisão em Definição de Responsabilidade n. 044/2015-GCBAA de Claudiney Tavares, CPF n. 607.837.612-87, responsável pela contabilidade e Deysy Kelle Misael dos Santos, CPF n. 756.406.512-53, na qualidade de Controladora Interna, em razão das impropriedades remanescentes a eles atribuídas serem de caráter formal, sem o condão de macular as contas *sub examine;*

XI - DAR CONHECIMENTO deste Acórdão aos interessados, via Diário Oficial eletrônico desta Corte de Contas, cujo acesso está disponível para consulta no *site* www.tce.ro.gov.br, com o escopo de evitar dispêndios desnecessários com extração de cópias, em atenção à sustentabilidade ambiental;

XII - DETERMINAR ao Departamento do Pleno da Secretaria de Processamento e Julgamento que promova a digitalização dos presentes autos e encaminhe os originais ao Poder Legislativo Municipal de Teixeirópolis, para apreciação e julgamento, expedindo-se, para tanto, o necessário, após o trânsito em julgado deste Acórdão.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA e BENEDITO ANTÔNIO ALVES (Relator); o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 26 de novembro de 2015.

BENEDITO ANTÔNIO ALVES
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1054 DE 15 / 12 / 2015
Tatiana Horeay Santos
Assistente de Gabinete
Cadastro nº 990634

PROCESSO Nº: 1443/2015
INTERESSADO: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE JARU
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014
RESPONSÁVEIS: SÔNIA CORDEIRO DE SOUZA – CHEFE DO PODER EXECUTIVO – CPF Nº 905.580.227-15
MARTA RODRIGUES DIAS - RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE – CPF Nº 390.427.231-49
DIRCIRENE SOUZA DE FARIAS PESSOA – CONTROLADORA INTERNA – CPF Nº 585.582.762-34
RELATOR: CONSELHEIRO BENEDITO ANTÔNIO ALVES

ACÓRDÃO Nº 176/2015 - PLENO

Constitucional. Contas Anuais. Poder Executivo Municipal de Jaru. Exercício Financeiro de 2014. Execuções orçamentária, financeira e patrimonial regulares. Observância do equilíbrio econômico-financeiro da gestão. Cumprimento dos limites constitucionais com a Educação e com a Saúde. Despesa com pessoal abaixo do limite máximo estabelecido pela LRF. Regularidade no repasse financeiro ao Poder Legislativo. Impropriedades formais. Parecer Prévio pela Aprovação das Contas com Ressalvas. Precedentes. Determinações legais. Recomendações. Encaminhamento ao Poder Legislativo Municipal, para apreciação e julgamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Contas Anuais do Poder Executivo Municipal de Jaru, relativas ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade de Sônia Cordeiro de Souza, na condição de Chefe do Poder Executivo, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro BENEDITO ANTÔNIO ALVES, por unanimidade de votos, em:

1 - EMITIR PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO COM RESSALVAS das Contas da Chefe do Poder Executivo do Município de Jaru, relativas ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade de Sônia Cordeiro de Souza, CPF n. 905.580.227-15, com fulcro no art. 71, inciso I, da Constituição Federal, c/c o art. 1°, inciso VI, da Lei Complementar Estadual n. 154/96, em razão dos apontamentos a seguir elencados, ressalvados os atos e as contas da Mesa Diretora do Poder Legislativo Municipal, dos convênios

e contratos firmados, além dos atos de ordenação de despesas eventualmente praticados pelo Poder Executivo, que serão apreciados e julgados oportunamente em autos apartados:

I.1. Infringência às disposições insertas nos arts. 13, I a V, 14, I e II, da IN n. 022/2007-TCE-RO pela intempestividade no envio dos demonstrativos gerenciais dos recursos da educação do mês de janeiro;

I.2. Infringência às disposições insertas no art. 13, da LRF e a art 20, "c", da IN n. 39/2013-TCE-RO, ante a ausência no Relatório Anual das especificações inerentes às medidas de combate à evasão e à sonegação de tributos de competência do Ente;

I.3. Infringência às disposições insertas no art. 10, I, da Lei Municipal n. 1.829/GP/2014 (LOA), pela abertura de crédito adicional suplementar acima do patamar previsto na LDO, acarretando extrapolação do percentual de 20% (vinte por cento) sugerido pelo Tribunal, por meio da Decisão n. 232/2011- Pleno;

I.4. Infringência às disposições insertas no art. 4°, § 1°, da Lei Complementar Federal n. 101/00, pelo não atingimento da meta fiscal da receita prevista na LDO;

I.5. Infringência às disposições insertas nos arts. 85 e 89, c/c o 96 da Lei Federal n. 4.320/64, em face da divergência dos valores dos saldos das contas bens móveis e imóveis, registrados nos Anexos TC-23 e TC-15 e 16, respectivamente; e

I.6. Infringência às disposições insertas no art. 74, I e II, da Constituição Federal, c/c o art. 51, I e II, da Constituição do Estado de Rondônia, em razão da ausência de avaliação por parte do Controle Interno sobre o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da municipalidade, bem como não avaliou os resultados obtidos, quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Ente.

II - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), à atual Chefe do Poder Executivo do Município de Jaru a adoção de medidas visando à correção e à prevenção da reincidência das ilegalidades apontadas no item I, sob pena de reprovação das futuras contas;

III - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), aos responsáveis pelo Controle Interno do Município de Jaru que observem com rigor as disposições insertas na Decisão Normativa n. 001/2015-TCE-RO que *"estabelece as diretrizes gerais sobre a implementação e operacionalização do sistema de controle interno para os entes jurisdicionados"* e, em suas ações cotidianas, ao tomarem conhecimento de impropriedades adotem medidas saneadoras e deem imediata ciência ao gestor e a este Tribunal;

IV - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), à atual gestora a observância da norma cogente no tocante às despesas inscritas em "restos a pagar" que deverão ser pagas até o final do primeiro trimestre do exercício seguinte, com a disponibilidade financeira do exercício findo, sob pena de serem desconsideradas para fins de cálculo do percentual estabelecido no art. 77, III do ADCT da Constituição Federal, conforme o § 2° dos artigos 6° e 23 da IN n. 22/2007-TCE-RO, com a nova redação dada pela Instrução Normativa n. 27/2012-TCE-RO;

V - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), à atual Chefe do Poder Executivo Municipal de Jaru, que aprimore a sistemática de cobrança da dívida ativa no menor lapso de tempo possível, em cumprimento às determinações insertas no art. 11 da Lei Complementar Federal n. 101/00, c/c o "Ato Recomendatório Conjunto", celebrado pelo Poder Judiciário do Estado de Rondônia, Corregedoria-Geral de Justiça de Rondônia, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Ministério Público de Contas que:

V.1. Recomenda aos entes municipais a adoção de providências tendentes a aprimorar a sistemática de cobrança da dívida pública, otimizando os procedimentos para promover a cobrança no menor lapso de tempo possível, encaminhando ou restituindo os feitos ao Poder Judiciário, acompanhadas das manifestações pertinentes;

V.2. Recomenda aos entes municipais o uso do protesto extrajudicial como medida prévia ao ajuizamento das execuções judiciais para os créditos tributários e não tributários, independentemente do valor do crédito;

V.3. Recomenda a implementação em seus respectivos âmbitos legislativos a normalização necessária para possibilitar sistema alternativo de cobrança da dívida pública, por meio de procedimento administrativo de cobrança extrajudicial de títulos executivos, tendo como referência as disposições insertas na Lei Estadual n. 2.913/2012;

V.4. Recomenda estabelecer por meio de Lei, patamar mínimo para ajuizamento das execuções fiscais, de modo a evitar que o custo da cobrança judicial seja superior ao benefício proporcionado pela satisfação do crédito.

VI - DETERMINAR à Secretaria-Geral de Controle Externo que:

VI.1. Verifique, por ocasião da análise da próxima Prestação de Contas do Poder Executivo Municipal de Jaru, o cumprimento das determinações contidas nos itens anteriores desta decisão; e

VI.2. No exame das futuras prestações de contas, proceda ao confronto do Demonstrativo da Dívida Ativa arrecadada com o Anexo 10 da Lei Federal n. 4.320/64 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.

VII - DETERMINAR a exclusão das responsabilidades imputadas na Decisão em Definição de Responsabilidade n. 037/2015-GCBAA de Marta Rodrigues Dias, CPF n. 390.427.231-49, na condição de Contadora; e Dircirene Souza de Farias Pessoa, CPF n. 585.582.762-34, na qualidade de Controladora-Geral, em razão das impropriedades remanescentes a eles atribuídas serem de caráter formal, sem o condão de macular as contas *sub examine;*

VIII - DAR CONHECIMENTO deste Acórdão aos interessados, via Diário Oficial eletrônico desta Corte de Contas, cujo acesso está disponível para consulta no *site* www.tce.ro.gov.br, com o escopo de evitar dispêndios desnecessários com extração de cópias, em atenção à sustentabilidade ambiental; e

IX - DETERMINAR ao Departamento do Pleno da Secretaria de Processamento e Julgamento que promova digitalização dos presentes autos e encaminhe os

originais ao Poder Legislativo Municipal de Jaru, para apreciação e julgamento, expedindo-se, para tanto, o necessário, após o trânsito em julgado deste Acórdão.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA e BENEDITO ANTÔNIO ALVES (Relator); o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS. O Conselheiro PAULO CURI NETO arguiu suspeição, nos termos do artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

Porto Velho/RO, 26 de novembro de 2015.

BENEDITO ANTÔNIO ALVES
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO TCE/RO
Nº 1054 DE 15 / 12 / 2015

Tatiana Moreira Santos
Assistente de Gabinete
Cadastro nº 990634

PROCESSO Nº: 1430/2015
INTERESSADO: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014
RESPONSÁVEIS: JOSÉ SILVA PEREIRA - CHEFE DO PODER EXECUTIVO – CPF Nº 856.518.425-00
JAILTON MARQUES DA SILVA - RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE – CPF Nº 009.610.227-60
RELATOR: CONSELHEIRO BENEDITO ANTÔNIO ALVES

ACÓRDÃO Nº 177/2015 - PLENO

Constitucional. Contas Anuais. Poder Executivo Municipal de Nova União. Exercício Financeiro de 2014. Execuções orçamentária, financeira e patrimonial regulares. Observância do equilíbrio econômico-financeiro da gestão. Cumprimento dos limites constitucionais com a Educação e com a Saúde. Despesa com pessoal abaixo do limite máximo estabelecido pela LRF. Regularidade no repasse financeiro ao Poder Legislativo. Impropriedades formais. Parecer Prévio pela Aprovação das Contas com Ressalvas. Precedentes. Determinações legais. Recomendações. Encaminhamento ao Poder Legislativo Municipal, para apreciação e julgamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Contas Anuais do Poder Executivo Municipal de Nova União, relativas ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade de José Silva Pereira, na condição de Chefe do Poder Executivo, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro BENEDITO ANTÔNIO ALVES, por unanimidade de votos, em:

1 - EMITIR PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO COM RESSALVAS das Contas do Chefe do Poder Executivo do Município de Nova União, relativas ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade de José Silva Pereira, CPF n. 856.518.425,00, Chefe do Poder Executivo, com fulcro no art. 71, inciso l, da Constituição Federal, c/c o art. 1°, inciso VI, da Lei Complementar Estadual n. 154/96, em razão dos apontamentos a seguir elencados, ressalvados os atos e as contas da Mesa Diretora do Poder Legislativo Municipal, dos convênios e contratos firmados, além dos atos de ordenação de

despesas eventualmente praticados pelo Poder Executivo, que serão apreciados e julgados oportunamente em autos apartados:

I.1 - Infringência às disposições insertas no art. 52, alínea "a", da Constituição Estadual, c/c o art. 5°, da IN n. 019/2006-TCE-RO e art. 14, I e II, da IN n. 022/2007-TCE-RO, pelo envio intempestivo dos balancetes mensais dos meses de janeiro, fevereiro, março, maio, junho, agosto, novembro e dezembro de 2014 e dos demonstrativos da Educação e Saúde referentes aos meses de janeiro/junho, novembro e dezembro de 2014, respectivamente;

I.2 - Infringência às disposições insertas no art. 13, VI, da IN n. 022/2007-TCE-RO, pelo não encaminhamento do Ato de designação dos responsáveis pela movimentação financeira da Educação;

I.3 - Infringência às disposições insertas no art. 167, II, da CF, c/c o art. 43 da Lei Federal n. 4.320/64, pela abertura de créditos adicionais com recursos fictícios;

I.4 - Infringência às disposições insertas no art. 164, da CF, c/c a IN n. 27/2011-TCE-RO, por apresentar disponibilidades de caixa em bancos privados, quando deveria ser em instituições financeiras oficiais;

I.5 - Infringência às disposições insertas no art. 53, III, c/c o art. 4°, § 1° e art. 9° LRF, pelo não atingimento das metas de resultado nominal e primário previstas na LDO; e

I.6 - Infringência às disposições insertas nos arts. 39, § 1° e 85 da Lei Federal n. 4.320/64, pelo registro de valores divergentes referentes ao passivo circulante, dívida ativa, restos a pagar e equivalente de caixa.

II - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), ao atual Chefe do Poder Executivo do Município de Nova União a adoção de medidas visando à correção e à prevenção da reincidência das ilegalidades apontadas no item I, sob pena de reprovação das futuras contas;

III - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), aos responsáveis pelo Controle Interno do Município de Nova União que observem com rigor as disposições insertas na Decisão Normativa n. 001/2015-TCE-RO que *"estabelece as diretrizes gerais sobre a implementação e operacionalização do sistema de controle interno para os entes jurisdicionados"* e, em suas ações cotidianas, ao tomarem conhecimento de impropriedades, adotem medidas saneadoras e deem imediata ciência ao Gestor e a este Tribunal;

IV - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), ao atual gestor a observância da norma cogente no tocante às despesas inscritas em "restos a pagar" que deverão ser pagas até o final do primeiro trimestre do exercício seguinte, com a disponibilidade financeira do exercício findo, sob pena de serem desconsideradas para fins de cálculo do percentual estabelecido no art. 77, III, do ADCT da Constituição Federal, conforme o § 2° dos artigos 6° e 23 da IN n. 22/2007-TCE-RO, com a nova redação dada pela Instrução Normativa n. 27/2012-TCE-RO;

V - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), ao atual Chefe do Poder Executivo Municipal de Nova União que aprimore a sistemática de cobrança da dívida ativa no menor lapso de tempo possível, em cumprimento às determinações insertas no art. 11 da Lei Complementar Federal n. 101/00, c/c o "Ato Recomendatório Conjunto", celebrado pelo Poder Judiciário do Estado de Rondônia, Corregedoria-Geral de Justiça de Rondônia, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Ministério Público de Contas que:

V.1. Recomenda aos entes municipais a adoção de providências tendentes a aprimorar a sistemática de cobrança da dívida pública, otimizando os procedimentos para promover a cobrança no menor lapso de tempo possível, encaminhando ou restituindo os feitos ao Poder Judiciário, acompanhadas das manifestações pertinentes;

V.2. Recomenda aos entes municipais o uso do protesto extrajudicial como medida prévia ao ajuizamento das execuções judiciais para os créditos tributários e não tributários, independentemente do valor do crédito;

V.3. Recomenda a implementação em seus respectivos âmbitos legislativos a normatização necessária para possibilitar sistema alternativo de cobrança da dívida pública, por meio de procedimento administrativo de cobrança extrajudicial de títulos executivos, tendo como referência as disposições insertas na Lei Estadual n. 2.913/2012; e

V.4. Recomenda estabelecer, por meio de Lei, patamar mínimo para ajuizamento das execuções fiscais, de modo a evitar que o custo da cobrança judicial seja superior ao benefício proporcionado pela satisfação do crédito.

VI - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), ao atual responsável pela Contabilidade que proceda à correção do Balanço Patrimonial, no tocante às divergências dos valores do patrimônio líquido, do fluxo de caixa, da dívida ativa e dos restos a pagar, para que se coadune com os valores apresentados nos demonstrativos sintéticos e analíticos;

VII - DETERMINAR via ofício (mãos próprias), ao atual Chefe do Poder Executivo Municipal de Nova União que aprimore o planejamento das ações, para que o orçamento aprovado não seja objeto de sucessivas modificações quando de sua execução, observando, por conseguinte, às disposições insertas na Decisão n. 232/2011 - Pleno (Processo n. 1133/2011) que considera razoável alteração orçamentária até o patamar de 20% (vinte por cento);

VIII - DETERMINAR à Secretaria-Geral de Controle Externo que:

VIII.1. Verifique, por ocasião da análise da próxima Prestação de Contas do Poder Executivo Municipal de Nova União, o cumprimento das determinações contidas nos itens anteriores deste Acórdão; e

VIII.2. No exame das futuras prestações de contas, proceda ao confronto do Demonstrativo da Dívida Ativa arrecadada com o Anexo 10 da Lei Federal n. 4.320/64 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.

IX - DETERMINAR a exclusão da responsabilidade imputada na Decisão em Definição de Responsabilidade n. 039/2015-GCBAA de Jailton Marques da Silva, CPF n. 009.610.227-60, responsável pela Contabilidade, em razão das impropriedades remanescentes a ele atribuída serem de caráter formal, sem o condão de macular as contas *sub examine;*

X - DAR CONHECIMENTO deste Acórdão aos interessados, via Diário Oficial eletrônico desta Corte de Contas, cujo acesso está disponível para consulta no *site* www.tce.ro.gov.br, com o escopo de evitar dispêndios desnecessários com extração de cópias, em atenção à sustentabilidade ambiental;

XI - DETERMINAR ao Departamento do Pleno da Secretaria de Processamento e Julgamento que promova digitalização dos presentes autos e encaminhe os originais ao Poder Legislativo Municipal de Nova União, para apreciação e julgamento, expedindo-se, para tanto, o necessário, após o trânsito em julgado deste Acórdão.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA e BENEDITO ANTÔNIO ALVES (Relator); o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 26 de novembro de 2015.

BENEDITO ANTÔNIO ALVES
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA
PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

Fl. nº _____
Proc. nº 3319/2015
_____
DP/SPJ

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO TCE/RO
Nº 1054 DE 15 / 12 / 2015

Tatiana Horeay Rodrigues
Assistente de Gabinete
Cad. nº 990634

PROCESSO Nº: 3319/2015 (PROCESSO DE ORIGEM Nº 3896/2008)
ASSUNTO: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO AO ACÓRDÃO Nº 44/2015-PLENO
RECORRENTE: ZULMAR GONÇALVES DE OLIVEIRA - CPF N. 217.485.351-53
RELATOR: CONSELHEIRO BENEDITO ANTÔNIO ALVES

ACÓRDÃO Nº 178/2015 - PLENO

Recurso de Reconsideração. Ausência de Pressuposto de Admissibilidade do Recurso. Intempestividade. Não conhecimento. Impossibilidade da análise de mérito.
O oferecimento de recurso deve estar constrito ao preenchimento dos pressupostos de admissibilidade, sob pena de não conhecimento.
Pelo requisito da tempestividade, o prazo para a interposição do recurso cabível deve obedecer ao previsto em lei, já que os prazos são em regra peremptórios, sob pena de a não obediência de tal pressuposto ensejar a preclusão temporal.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Recurso de Reconsideração interposto por Zulmar Gonçalves de Oliveira, ao Acórdão n. 44/2015-Pleno, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro BENEDITO ANTÔNIO ALVES, por unanimidade de votos, em:

I – PRELIMINARMENTE, NÃO CONHECER do Recurso de Reconsideração interposto por Zulmar Gonçalves de Oliveira, ao Acórdão n. 44/2015-Pleno, ante o desatendimento ao pressuposto de admissibilidade, consistente na intempestividade da peça recursal, nos termos do art. 91 do RITCE-RO e art. 29 da Lei Complementar n. 154/96, com a redação dada pela Lei Complementar n. 749/13, operando, destarte, a preclusão consumativa, nos termos do art. 473 do CPC, aplicado subsidiariamente por força do art. 286-A do Regimento Interno desta Corte de Contas;

II – DAR CONHECIMENTO deste Acórdão ao interessado, via Diário Oficial eletrônico desta Corte, cujo acesso está disponível para consulta no *site* www.tce.ro.gov.br, com o escopo de evitar dispêndios desnecessários com extração de cópias, em atenção à sustentabilidade ambiental; e

III – REMETER os autos, após cumpridas as formalidades de praxe, ao Departamento do Pleno para providências cabíveis de sua alçada.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA e BENEDITO ANTÔNIO ALVES (Relator); o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 26 de novembro de 2015.

BENEDITO ANTÔNIO ALVES
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA
PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1072 19 01 16

PROCESSO: 02928/14
ASSUNTO: CONTRATO Nº 001/2014/GJ/DER/RO - CONSTRUÇÃO DO NOVO ESPAÇO ALTERNATIVO, INCLUINDO REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL, URBANÍSTICA, PAISAGÍSTICA, ARQUITETÔNICA, APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE MACRODRENAGEM E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS. VALOR LICITADO: R$20.471.425,85 (VINTE MILHÕES, QUATROCENTOS E SETENTA E UM MIL, QUATROCENTOS E VINTE E CINCO REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS).
JURISDICIONADO: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES DO ESTADO DE RONDÔNIA – DER/RO.
INTERESSADOS: LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA - CPF Nº 532.637.740-34 – EX-DIRETOR DO DER/RO
ISEQUIEL NEIVA DE CARVALHO – CPF Nº 315.682.702-91
ATUAL DIRETOR DO DER/RO
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS DO ESTADO DE RONDÔNIA – DER
JURACI JORGE DA SILVA – PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA – PGE/RO
RESPONSÁVEIS: LÚCIO ANTÔNIO MOSQUINI - CPF N. 286.499.232-91
DIRETOR-GERAL DO DER-RO (ATÉ 11.4.2014)
UBIRATAN BERNARDINO GOMES - CPF Nº 144.054.314-34
DIRETOR DO DER-RO (APÓS 11.4.2014)
JOSÉ EDUARDO GUIDI - CPF N° 020.154.259-50
COORDENADOR DE PLANEJAMENTO
LUCIANO JOSÉ DA SILVA - CPF N° 568.387.352-53
PROCURADOR JURÍDICO
MAURÍCIO CALIXTO JÚNIOR - CPF N° 516.224.162-87
PROCURADOR JURÍDICO
ANA CAROLINA N. DA SILVA - CPF N° 691.948.402-10
CONTROLE INTERNO DO DER
HUMBERTO ANSELMO SILVA FAYAL - CPF N° 665.057.472-49
ENGENHEIRO DO DER/RO
MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL - CPF N° 302.479.422-00
SUPERINTENDENTE DA SUPEL
NORMAN VIRÍSSIMO DA SILVA - CPF N° 362.185.453-34
PRESIDENTE DA CPLO/SUPEL
MARIA CAROLINA DE CARVALHO - CPF N° 214.389.578-07
MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ERALDA ETRA MARIA LESSA - CPF N° 161.821.702-04
MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
NILTON GONÇALVES DE LIMA JÚNIOR - CPF N° 272.214.901-04
MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
VANESSA GONÇALVES DE LIMA - CPF N° 681.574.952-53
FISCAL DA OBRA (DEPOIS DE 31/03/2014)
ANDRÉ KENDE OBINATA - CPF N° 595.465.651-72
FISCAL DA OBRA (ATÉ 31/03/2014)
RENAN DA SILVA GRAVATA - CPF N° 802.500.412-00

FISCAL DA OBRA (ATÉ 31/03/2014)
RENATA BONELLI ROMEIRO - CPF N° 023.127.231-66
FISCAL DA OBRA (DEPOIS DE 31/03/2014)
DIEGO SOUZA AULER - CPF N° 944.007.252-00
FISCAL DA OBRA (DEPOIS DE 31/03/2014)
BRUNA LOPES BISPO - CPF N° 007.440.312-57
FISCAL DA OBRA (DEPOIS DE 31/03/2014)
EDILANE IBIAPINA DE MELO - CPF N° 521.667.082-34
FISCAL DA OBRA (DEPOIS DE 31/03/2014)
HENRIQUE FERREIRA DE ALMEIDA JÚNIOR - CPF N° 418.610.512-04 - FISCAL DA OBRA (DEPOIS DE 1.6.2014)
WANDERLEY GRACILIANO LOPES – CPF Nº 312.283.722-68
NOELI FERNANDES – CPF Nº 221.361.182-34
ADIEL FERNANDES – CPF Nº 221.238.142-53
RENATA FABRIS PINTO - CPF N° 741.534.122-87
ASSESSORA ESPECIAL III – PARECERISTA - OAB N° 3126
CONSÓRCIO DE OBRAS CENTRO OESTE - CONSTRUTORA E INSTALADORA RONDONORTE LTDA – ME (CNPJ 06.042.126/001-05, REPRESENTANTE LEGAL: ADIEL ANDRADE; SÓCIA ADMINISTRADORA: NOELI FERNANDES); E MAX SILVA LOPES CONSTRUÇÕES LTDA – EPP (CNPJ 11.174.668/0001-71) REPRESENTANTE LEGAL: WANDERLEY GRACILIANO LOPES).

ADVOGADOS: JOSÉ MANOEL ALBERTO MATIAS PIRES - OAB N° 3718
SILVIO FELIPE GUIDE – OAB 36503
GUSTAVO GEROLA MARZOLLA, OAB/RO N° 4164
PROCURADORES DO CONSÓRCIO CENTRO OESTE.
ALINE SILVA CORREA – OAB/RO 4696
GRAZIELA ZANELLA DE CORDUVA – OAB/RO 4238
GLAUBER LUCIANO COSTA GAHYVA – PROCURADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA – OAB/RO 1768, JURACI JORGE DA SILVA - PROCURADOR DO ESTADO - OAB N° 528, FÁBIO DE SOUSA SANTOS - PROCURADOR DO ESTADO – OAB N° 5221; LERÍ ANTÔNIO SOUZA E SILVA - PROCURADOR DO ESTADO - OAB N° 269-A; FÁBIO HENRIQUE PEDROSA TEIXEIRA - PROCURADOR DO ESTADO - OAB N° 6111.

RELATOR: CONSELHEIRO VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA

ACÓRDÃO Nº 179/2015 - PLENO

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. OBRA PÚBLICA. CONSTRUÇÃO DO NOVO ESPAÇO ALTERNATIVO. REPRESENTAÇÃO. ANÁLISE CONSOLIDADA. ILEGALIDADES. EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 012/13/CPLO/SUPEL/RO. VÍCIOS NO PROJETO BÁSICO E NAS PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS E DE SERVIÇOS. PREÇOS DESTOANTES DA REALIDADE DE MERCADO E TABELAS OFICIAIS. DUPLICIDADE DE ITENS. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO IRREGULARES. NÃO OBSERVÂNCIA ÀS DETERMINAÇÕES E RESSALVAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO E INTERNO. CONTRATO Nº 001/2014/CJ/DER/RO.

DESCUMPRIMENTO À DETERMINAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS COM INÍCIO DAS OBRAS SEM O RELATÓRIO DE IMPACTO SOBRE TRÁFEGO URBANO – RIT, OS LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS E O ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO. FORMULAÇÃO DE ADITIVOS. ALTERAÇÕES EM PERCENTUAIS SUPERIORES AOS LIMITES LEGAIS (25%). DESCARACTERIZAÇÃO DO OBJETO. SOBREPREÇO, SUPERFATURAMENTO. JOGO DE PLANILHA. RECOLHIMENTOS FISCAIS INFERIORES AO ESTIMADO. ATRASO NA EXECUÇÃO DA OBRA, COM DILAÇÃO DE PRAZO SEM PARÂMETROS TÉCNICOS. INDÍCIOS DE DANO AO ERÁRIO.

O Projeto Básico incompleto e deficitário; a elaboração da Planilha de Orçamento e de Serviços com itens fora dos preços de mercado, ou mesmo das tabelas oficiais de referência do Departamento de Obras Civis e Serviços Públicos (DEOSP) e/ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI); a previsão, em duplicidade, de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs; a realização da sessão de abertura e julgamento das propostas pela Superintendência Estadual de Licitação (SUPEL), com base em planilhas viciadas; a homologação e adjudicação de todo o procedimento licitatório irregular pelo Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes do Estado de Rondônia (DER/RO), em desrespeito às determinações do Tribunal de Contas, do setor jurídico e do próprio controle interno do DER/RO, dentre outras condutas, constituem ilegalidades gravíssimas, em violação à Lei nº 8.666/93, ao art. 37 da Constituição Federal; e, potencialmente, aos artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/64. Tais infringências sujeitam os responsáveis às penalidades administrativas no âmbito do Tribunal de Contas, inclusive ressarcimento em decorrência de dano ao erário. Ademais, diante das ilegalidades em questão, considerando os indícios de condutas típicas delineadas nos artigos 89 e seguintes da Lei nº 8.666/93, na legislação ambiental, dentre outros diplomas legais, deve ser dado conhecimento aos Ministérios Públicos Estadual e Federal para adoção das medidas que entenderem pertinentes, no âmbito de suas competências, quanto à responsabilização na esfera penal.

A autorização da emissão de ordem de serviço para o início das obras e a permissão de continuidade da execução dos serviços, mesmo em face da ausência do Relatório de Impacto sobre Tráfego Urbano (RIT) e dos licenciamentos ambientais, em descumprimento à determinação do Tribunal de Contas, bem como desconsiderando as ressalvas do setor jurídico e do próprio controle interno do DER/RO; os atos que ensejaram a formulação do Primeiro Termo Aditivo, com as modificações no Projeto Básico e no Orçamento, excedendo ao limite legal de 25%, com a descaracterização do objeto licitado; os atos que proporcionaram a execução da obra em desacordo com os projetos, resultando em pagamento de itens com sobrepreço, superfaturamento; os indícios de jogo de planilha; as condutas que permitiram recolhimentos fiscais inferiores ao estimado; e, os atos que nortearam o Segundo Termo Aditivo, formulado sem estudos, relato de ocorrências, projetos ou outros parâmetros técnicos, com atrasos na execução das obras, dentre outras condutas, constituem infringências legais e contratuais gravíssimas, principalmente à Lei nº 8.666/93, ao art. 37 da Constituição Federal; às cláusulas do Contrato nº 001/14/GJ/DER/RO; e, potencialmente, aos artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/64. As ilegalidades em questão sujeitam os responsáveis às penalidades administrativas no âmbito do Tribunal de

Contas, inclusive com a obrigação de ressarcimento pelos eventuais danos gerados ao erário. Ademais, diante dos indícios de condutas típicas delineadas nos artigos 89 e seguintes da Lei nº 8.666/93, na legislação ambiental, dentre outros diplomas legais, deve ser representado aos Ministérios Públicos Estadual e Federal para adoção das medidas que entenderem cabíveis no âmbito de suas competências, quanto à responsabilização na esfera penal.

O descumprimento de decisão do Tribunal de Contas - que determinou que as obras não fossem iniciadas sem o Relatório de Impacto sobre Tráfego Urbano - RIT, instrumento condicionante para análise da concessão do alvará de construção, na forma do art. 3º da Lei Complementar nº 336/09 - sujeita os responsáveis às sanções previstas no artigo 55, IV, da Lei Complementar nº 154/96, sem prejuízo do ressarcimento pelo dano gerado ao erário em face da conduta, podendo a sanção ser cominada em decisão una no processo de Tomada de Contas Especial.

É indevida a alteração de contratos de obras públicas, por meio de aditivos contratuais que ultrapassem o limite de 25% previsto no art. 65, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/93; e, é vedada a compensação entre acréscimos e supressões, com base no valor original do contratado, para atingir o limite legal, ainda que tenha por objetivo correções de eventuais erros decorrentes de Planilha Orçamentária, com composições de custos fora dos preços referências do Departamento de Obras e Serviços Públicos do Estado de Rondônia (DEOSP) e Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI). Nestas condições, as alterações indevidas do Projeto Básico e acréscimos ou supressões superiores ao limite legal, acarretam, nos termos do art. 7º, § 6º, da Lei 8.666/1993, a nulidade do contrato, com a consequente determinação para que seja realizada nova licitação ou, quando possível, procedida à execução direta do objeto pela Administração Pública, após os ajustes devidos no Projeto Básico e nas planilhas, com a responsabilização dos agentes que deram causa as ilegalidades, por eventual dano gerado. (Tribunal de Contas da União – TCU, Acórdãos nº 353/2007, 1733/2009, 749/2010 e 137/13-P – Plenário).

REGIME DE EXECUÇÃO. EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL. EXECUÇÃO CONTRATUAL EM DESACORDO COM O REGIME. DESCARACTERIZAÇÃO. FORMULAÇÃO DE ADITIVO. NÃO ATENDIMENTO DAS CONDIÇÕES LEGAIS E DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU (ACÓRDÃO Nº 1977/2013 PLENÁRIO). IMPOSSIBILIDADE.

Nas licitações e contratos em que haja a previsão da empreitada por preço global como regime de execução da obra, faz-se necessário aos agentes públicos, no processo licitatório, fundamentarem a escolha deste regime; definirem os quantitativos dos serviços a serem executados com boa margem de precisão, isto é, com uma descrição minuciosa de todos os componentes a serem executados conforme os projetos; delinearem as regras relativas às medições para pagamento, sempre de forma objetiva e de acordo com o cronograma físico-financeiro, em atendimento ao art. 40, inciso XIV, da Lei 8.666/93. No mundo fático, caso não sejam observadas estas diretrizes, o regime de execução da obra não poderá ser considerado como de empreitada por preço global. (Tribunal de Contas da União – TCU, Acórdão nº 1977/2013 Plenário).

Ainda que diante do regime de empreitada por preço global, excepcionalmente - visando evitar o enriquecimento sem causa de

qualquer das partes, garantir o valor fundamental da melhor proposta e assegurar o princípio da isonomia - se houver erro ou omissão na planilha de orçamento, decorrente de subestimativas ou superestimativas nos quantitativos e/ou preços de itens, poderão ser ajustados Termos Aditivos para restabelecer a equação econômico-financeira da avença, desde que: a) a proposta ofertada tenha seguido os quantitativos e os preços de referência equivocadamente previstos no orçamento-base da licitação; b) a identificação prévia dos erros na planilha seja inexigível ao licitante vencedor e, se exigível, tenha ele impugnado tempestivamente o edital, nos termos do art. 41, § 2º, da Lei 8.666/93; c) a alteração contratual não supere o estabelecido no art. 13, inciso II, do Decreto 7.983/2013, cumulativamente com os limites previstos nos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei 8.666/93; d) a modificação não enseje a ocorrência de "jogo de planilha", em respeito ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal; e) haja avaliação para aferir se a correção de quantitativos, bem como a inclusão de serviço omitido, não está compensada por distorções em outros itens contratuais que tornem o valor global da avença compatível com o de mercado. Ausentes estas condicionantes, e, ainda, o pedido formal e fundamentado por parte do contratado, não poderá ser firmado Termo Aditivo em face do regime de empreitada por preço global. (Tribunal de Contas da União – TCU, Acórdão nº 1977/2013/Plenário).

RESPONSABILIZAÇÃO DO CONSÓRCIO CONTRATADO. POSSIBILIDADE. PARTICIPAÇÃO EFETIVA NA INSTRUÇÃO PROCESSUAL COM OBTENÇÃO DE CÓPIAS DOS AUTOS. CONCESSÃO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA EM FACE DAS ILEGALIDADES ESPECÍFICAS E ANTES DA APRECIAÇÃO DO FEITO PELA CORTE DE CONTAS. INEXISTÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA.
Na qualidade de licitante, contratado, destinatário direto dos recursos públicos relativos à execução de obra, bem como signatário dos termos aditivos ao contrato - em que existam atos ilegais, com indícios graves de dano ao erário - o Consórcio de empresas tem legitimidade para figurar no polo passivo junto ao Tribunal de Contas, inclusive como responsável no competente Processo de Tomada de Contas Especial, nos termos do art. 71, II, da Constituição Federal c/c artigos 1º, I, 5º, I, II, ambos da Lei Complementar nº 154/96. Em complemento, não há cerceamento de defesa ao contratado (responsável) quando este comparece espontaneamente aos autos, inclusive obtendo cópias do feito; e, antes da apreciação do processo pelo Tribunal de Contas, os autos são baixados em diligência para oportunizar o contraditório e a ampla defesa em face de ilegalidades específicas (item II da Decisão nº 137/2015-Pleno e DM-GCVCS-TC 00172/15), momento em que são informados os possíveis reflexos negativos advindos com a ilegalidade e a nulidade do edital e do contrato.

CONHECIMENTO E PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO (PROC. Nº 03187/14/TCE-RO). DECLARAÇÃO DE ILEGALIDADE E NULIDADE DO EDITAL DE LICITAÇÃO (PROC. Nº 02207/13/TCE-RO). DETERMINAÇÃO AO DER/RO PARA ANULAÇÃO DO CONTRATO. CONVERSÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL-TCE.

Diante de indícios de dano ao erário, em face de sobrepreço, superfaturamento, "jogo de planilha", pagamentos em duplicidade de itens, execução de obra e serviços de forma irregular, dentre outras ilegalidades, cabe conhecer a Representação efetivada pela Diretoria de Projetos e Obras – DPO/TCE/RO, para, no mérito, considerá-la procedente, com a conversão dos autos em Tomada de Contas Especial - TCE, nos termos do art. 44 da Lei Complementar Estadual nº 154/96, e art. 65 do Regimento Interno desta Corte de Contas, visando apurar os fatos, definir o quantum a ser ressarcido e qualificar os responsáveis, momento em que serão ofertadas as garantias do contraditório e da ampla defesa, nos termos do art. 5º, LV, da Constituição Federal. (Supremo Tribunal Federal - STF, MS 24941 DF, Relator Ministro Dias Toffoli, julgado em 06.09.2011, DJe-174, de 09.09.2011, publicado em 12.09.2011).

A declaração de ilegalidade e nulidade do edital e do procedimento da licitação enseja determinação à Administração Pública para que anule o Contrato, na forma do art. 49, §3º, da lei nº 8.666/93. Em caso de obras, quando a nulidade ocorrer antes da execução total dos serviços, o Gestor Público deve adotar as medidas administrativas necessárias à preservação do empreendimento em face das etapas já realizadas, promover estudos, levantamentos e elaborar os projetos para conclusão do restante das etapas, deflagrando nova licitação ou executando a obra de forma direta, em obediência ao art. 37, caput, da Constituição Federal, principalmente, ao princípio da eficiência. Nestes casos, o Administrador Público deve reter valores questionados para preservação do erário e efetivar o pagamento do montante que for comprovadamente devido ao contratado, nos termos dos artigos 49, §3º, e 59, parágrafo único, da citada Lei nº 8.666/93 (Tribunal de Contas da União – TCU, Acórdão nº 1904/2008 – Plenário.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam da análise do Contrato nº 001/2014/GJ/DER/RO, o qual tem por objeto a construção do Novo Espaço Alternativo, incluindo requalificação ambiental, urbanística, paisagística, arquitetônica, aperfeiçoamento do sistema de macrodrenagem e instalação de equipamentos comunitários, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, por unanimidade de votos, em:

I - Conhecer a Representação apresentada pela Diretoria de Projetos e Obras deste Tribunal de Contas – DPO/TCE/RO, Processo nº 03187/14 (apenso), em face do edital de Concorrência Pública nº 012/13/CPLO/SUPEL/RO e do Contrato nº 001/2014/GJ/DER/RO, com fundamento no art. 52-A, I, c/c o art. 85, II, da Lei Complementar nº 154/96, para, no mérito, considerá-la PROCEDENTE, diante do rol de ilegalidades descritas nos itens II e III deste Acórdão e no item I da DM-GCVCS-TC 00172/15;

II - Declarar a ILEGALIDADE e a NULIDADE do edital e do procedimento da Concorrência Pública nº 012/13/CPLO/SUPEL/RO, Processos nº 2207/2013, o qual teve por objeto a construção do Novo Espaço Alternativo, incluindo requalificação ambiental, urbanística, paisagística, arquitetônica, aperfeiçoamento do sistema de macrodrenagem e instalação de equipamentos comunitários, nos termos do art. 49, VIII, da

Constituição do Estado de Rondônia c/c os artigos 113 e 49, §§1º e 2º, da Lei nº 8.666/93, por estar eivado das seguintes ilegalidades:

a) **infringência ao art. 6º, IX, "b" e "c" c/c o art. 7º, §4º; art. 66 da Lei nº 8.666/93; e, potencialmente, aos artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/64**, em face da elaboração de Projeto Básico incompleto e deficitário, conforme inicialmente previsto no item II, "f", da Decisão Monocrática nº 068/2013/GCVCS/TCE/RO, o que propiciou a alteração do objeto originalmente licitado em mais de 60%, diante das mudanças advindas, logo em seguida, em face do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 001/14/GJ/DER-RO, conforme disposto no item 4.1.1 da conclusão do relatório técnico (fls. 1573/1596) e no item 2 do Parecer Ministerial nº 374/2015 (fls. 2252/2297);

b) **infringência ao art. 6º, IX, "b", "c" e "f" c/c o art. 7º, §4º; art. 43, IV, todos da Lei nº 8.666/93; e, potencialmente, aos artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/64**, em razão da elaboração da Planilha de Orçamento e Serviços, incluindo-se itens com preços diferentes dos valores reais de mercado, referenciados nas tabelas oficiais do Departamento de Obras Civis e Serviços Públicos (DEOSP) e/ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), ensejando a efetivação de mudanças, logo em seguida, por meio do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 001/14/GJ/DER-RO, o que propiciou, na fase de execução contratual, diversas alterações prejudiciais nos projetos e na planilha de orçamento, a exemplo da previsão dos itens 1.1.3 (Vale Transporte) e 2.4.1 (Escavação Mecânica) da planilha de serviços com indício de sobrepreço, bem como das mudanças nos pisos das pistas de caminhada, ciclismo e corrida, que passaram a ser executadas com qualidade inferior (DEOSP, código 02752.8.6.2: piso rústico em concreto, fck 13.5 Mpa, controle tipo "c" formando quadros ripados de 1.50x150 m e, com 7cm) se comparado ao piso de melhor qualidade originalmente previsto (fck 15 MBa, controle tipo "B", 8cm, sobre lastro de brita 3 e 4, com 5cm, e armado com tela de aço), conforme descrito nos itens 3.1.2.7, 3.1.2.8, 3.1.2.9 e 3.1.2.10 do último relatório técnico da DPO/TCE/RO (fls. 2191/2237); e, itens 4 e 13 do Parecer Ministerial nº 374/2015 (fls. 2252/2297);

c) **infringência ao art. 6º, IX, "b", "c" e "f" c/c art. 7º, §4º; art. 66 da Lei nº 8.666/93; e, potencialmente, aos artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/64**, diante da inserção de Equipamentos de Proteção Individual-EPIs, quando da elaboração da Planilha de Serviços, sem ter sido considerado que o DER/RO continha planilha padrão com EPIs já embutidos, causando pagamento em duplicidade de itens (EPIs), conforme item 3.1.2.1 do relatório técnico de fls. 1573/1596, reiterado também no item 3.1.2.1 do último relatório da DPO/TCE/RO (fls. 2191/2237), bem como no item 2 do Parecer Ministerial nº 374/2015 (fls. 2252/2297);

d) **infringência aos princípios da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e da economicidade, insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, bem como da legalidade, publicidade, moralidade e eficiência, previstos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal; e, potencialmente, aos artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/64**, diante da utilização, no procedimento licitatório da Concorrência Pública nº 012/13/CPLO/SUPEL/RO, da primeira Planilha de Preços sem correções, em detrimento da Planilha corrigida pelo DER/RO, conforme proposição do Tribunal de Contas - sobre a qual deveria ter ocorrido a formulação e

publicação de Adendo Modificador, corrigindo os vícios com reabertura de prazos para a sessão licitatória - o que possibilitou a prática de futuros atos danosos ao erário, conforme os fundamentos deste Acórdão e os apontamentos do item b1-3.1.3.1 do relatório técnico (fl. 1305); item 3.1.10.7 do relatório técnico (fls. 1573/1596); item 3.1.2.7 do último relatório técnico (fls. 2191/2237); e, item 3 do Parecer Ministerial nº 374/2015 (fls. 2252/2297);

e) **infringência aos artigos 3º; 7º, §2º, III; 43, IV, VI; 44, §3º, da Lei nº 8.666/93; e, potencialmente, aos artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/64**, em face da homologação e da adjudicação irregular do edital de Concorrência Pública nº 012/13/CPLO/SUPEL/RO, mesmo diante da Planilha de Orçamento, com composição de custos unitários inadequados, em descumprimento à Decisão deste Tribunal de Contas, o que possibilitou ilegalidades na fase contratual, dentre elas sobrepreço e superfaturamento, resultando em potencial dano ao erário, nos termos dos itens 3.1.10.9, 3.1.10.12, 3.1.10.13 do relatório técnico (fls. 1573/1596); conforme os itens 3.1.2.3 e 3.1.2.5 do último relatório técnico (fls. 2191/2237); e, o item 3 do Parecer Ministerial nº 374/2015 (fls. 2252/2297).

III - Determinar ao atual Diretor do Departamento de Estradas de Rodagens e Transportes do Estado de Rondônia – DER/RO, Senhor ISEQUIEL NEIVA DE CARVALHO, CPF nº 315.682.702-91, ou quem lhe substitua, que adote medidas para ANULAÇÃO do Contrato nº 001/14/GJ/DER-RO, decorrente do edital Concorrência Pública nº 012/13/CPLO/SUPEL/RO, na forma do art. 49, §2º, da Lei nº 8.666/93, sob pena de multa nos termos do art. 55, IV, da Lei Complementar nº 154/96, em face das ilegalidades abaixo descritas, somadas àquelas delineadas no item II deste Acórdão e no item I da DM-GCVCS-TC 00172/15, quais sejam:

a) **infringência ao art. 1º da Lei Municipal nº 63/1973 c/c art. 3º da Lei Complementar Municipal nº 336/09; aos artigos 3º-B c/c 42 e 63 c/c 108-A, §1º, todos do Regimento Interno; e, potencialmente, aos artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/64; com o descumprimento da determinação do Tribunal de Contas, presente no item IV da Decisão Monocrática nº 115/2013/GCVCS/TCE/RO**, diante da emissão da Ordem de Serviço, com a autorização e a permissão do início e continuidade das obras do Novo Espaço Alternativo, sem o Relatório de Impacto sobre Tráfego Urbano - RIT, e, via de consequência, sem o alvará de construção; bem como pela violação ao art. 52 do Código Municipal de Meio Ambiente, com o início e permissão de continuidade das citadas obras sem o Relatório de Impacto Ambiental, conforme os itens 3.1.1.1 a 3.1.1.3 e item 3.1.2.16 do último relatório técnico (fls. 2191/2237), bem como o item 7 do Parecer Ministerial nº 374/2015 (fls. 2252/2297);

b) **infringência aos artigos 3º, *caput* (obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e economicidade); 65, *caput,* inciso I, "a", §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/93; aos princípios da legalidade e eficiência (art. 37, *caput*, da Constituição Federal); e, potencialmente, aos artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/64**, pela celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 001/14/GJ/DER-RO, sem justificativas para as modificações do Projeto Básico e do Orçamento, excedendo aos limites legais de 25% - com a supressão de 52,5% dos serviços contratados e inclusão de 63,8% outros novos e diferentes serviços, de modo a descaracterizar o objeto inicialmente contratado, com indícios de dano ao erário, na forma do Item

3.3.2.3 (fls. 971/972v) da instrução inicial; item b4- 3.3.2.3 do relatório técnico (fls. 1307); item 3.1.10.10 do relatório técnico (fls. 1573/1596); item 3.1.2.6 do último relatório técnico (fls. 2191/2237); e item 5 do Parecer Ministerial nº 374/2015 (fls. 2252/2297);

c) **infringência aos artigos 66 e 76 c/c 78, II, da Lei 8.666/93; e art. 63, §2º, III, da Lei 4.320/64**, diante da elaboração, aprovação, assinatura, validação e implementação das mudanças na Planilha Orçamentária do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 001/14/GJ/DER-RO, o que resultou em potencial dano ao erário, no valor de **R$ 1.562.688,74 (um milhão, quinhentos e sessenta e dois mil, seiscentos e oitenta e oito reais e setenta e quatro centavos)**, com a mudança do piso original para o piso rústico - em concreto, fck 13.5 Mpa, controle tipo "c" formando quadros ripados de 1.50x150 m e, com 7cm – de menor resistência, espessura e sem malha de aço, ensejando irregular liquidação de despesa, conforme item e-3.3.2.2 do relatório técnico (fl. 1314); itens 3.1.10.10 e 3.1.10.16 do relatório técnico (fls. 1573/1596); item 3.1.2.11 do último relatório técnico (fls. 2191/2237); e item 9 do Parecer Ministerial nº 374/2015 (fls. 2252/2297);

d) **infringência aos artigos 66 e 76 c/c 78, II, da Lei 8.666/93; e aos artigos 62 e 63 da Lei 4.320/64**, pela execução da obra em desacordo com os projetos inicialmente licitados, resultando em pagamento de itens com sobrepreço e superfaturamento, com indícios de dano ao erário nos valores de **R$ 221.234,97 (duzentos e vinte e um mil, duzentos e trinta e quatro reais e noventa e sete centavos)**, conforme tópico d2-3.3.2.6 do relatório técnico (fl. 1313v) e tópico 3.1.10.15 do relatório técnico (fls. 1573/1596), e de **R$ 65.156,53 (sessenta e cinco mil, cento e cinquenta e seis reais e cinquenta e três centavos)**, totalizando **R$ 286.391,50 (duzentos e oitenta e seis mil, trezentos e noventa e um reais e cinquenta centavos)**, conforme item d1-3.3.2.5 do relatório técnico (fl. 1312v); item 3.1.10.14 do relatório técnico (fls. 1573/1596); itens 3.1.2.8, 3.1.2.9 e 3.1.2.10 do último relatório técnico (fls. 2191/2237); e item 4 do Parecer Ministerial nº 374/2015 (fls. 2252/2297);

e) **infringência aos artigos 7º, §6º, 78, XIII, 65, II, "d", todos da Lei nº 8.666/93; ao art. 37, XXI, da Constituição Federal (quebra do equilíbrio financeiro do contrato); e não observância à jurisprudência pacífica do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1757/2008 – Plenário)**, em face dos indícios de "Jogo de Planilha", presentes na Planilha de Orçamento e composição de custos unitários do Primeiro Termo Aditivo", conforme item 3.1.10.12 do relatório técnico (fls. 1573/1596); item 3.1.2.7 do último relatório técnico (fls. 2191/2237); item 2.2 do Parecer Ministerial nº 146/15; e, item 6 do Parecer Ministerial nº 374/2015 (fls. 2252/2297);

f) **infringência aos artigos 66 e 71 da Lei nº 8.666/93 c/c os artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/64**, diante de recolhimentos fiscais inferiores ao estimado, bem como pela irregular liquidação da despesa nos serviços preliminares (custos com trabalhadores: vale transporte, refeições, EPIs, exames médicos), com fundamento nos itens 1.1.3 a 1.1.6 da planilha de serviços, conforme itens 3.3.2.7 e 3.3.2.8 do relatório técnico (fls. 974/976); itens 3.1.10.6 e 3.1.10.17 do último relatório técnico (fls. 2191/2237); e itens 11 e 12 do Parecer Ministerial nº 374/2015 (fls. 2252/2297);

g) **descumprimento ao disposto na Cláusula Décima Quinta do Contrato nº 001/14/GJ/DER/RO**, em face dos atrasos no cronograma da obra, com a celebração do Segundo Termo Aditivo, por meio do qual houve a dilação do prazo de execução da obra por mais 180 (cento e oitenta dias), na forma dos itens 3.1.10.18 e 3.1.10.20 do relatório técnico (fls. 1573/1596); itens 3.1.2.13 e 3.1.2.15 do último relatório técnico (fls. 2191/2237); e item 10 do Parecer Ministerial nº 374/2015 (fls. 2252/2297).

IV - Determinar, via ofício, ao atual Diretor do DER/RO, Senhor ISEQUIEL NEIVA DE CARVALHO, ou a quem lhe substitua - com natureza jurídica de Tutela de Urgência, conforme previsão do art. 3º-A da Lei Complementar nº 154/96 c/c artigos 108-A e 108-B do Regimento Interno - que realize o planejamento, os estudos de engenharia e providencie os projetos necessários para finalizar a obra do Novo Espaço Alternativo, com a deflagração de nova licitação ou por meio de execução direta, de modo a concluir os procedimentos e dar início a obra **no prazo máximo de 90 (noventa) dias**, contados do conhecimento deste *Decisum*; e, ainda, que adote, de imediato e no mencionado período, as medidas para evitar a deterioração da parte já executada, visando atender aos interesses público e social na conclusão dos serviços, de modo a proporcionar o efetivo uso do espaço de lazer e de práticas esportivas pela população local, com fulcro no princípio da eficiência (art. 37, *caput*, da Constituição Federal), sob pena de multa, nos termos do art. 55, IV, da Lei Complementar nº 154/96;

V - Determinar, via ofício, ao atual Diretor do DER/RO, Senhor ISEQUIEL NEIVA DE CARVALHO, ou a quem lhe substitua - visando à quantificação adequada dos valores para ressarcir o erário e à instrução dos Processos no âmbito do próprio DER/RO e desta Corte de Contas, em complementação à Tomada de Contas Especial prevista no item VII deste *decisum* - que promova e comprove a esta Corte de Contas, **no prazo de 120 (cento e vinte)** dias contados do conhecimento deste Acórdão, sob pena de multa na forma do art. 55, IV, da Lei Complementar 154/96, a adoção das seguintes medidas:

a) elabore e apresente, em meio eletrônico editável (MS Excel ou compatível), as planilhas de serviços e de composições de custos unitários, de todos os itens medidos e a medir, separando e subtotalizando, os valores (quantidades e preços) de mão de obra de forma destacada dos demais insumos, de todas as versões das planilhas do contrato (originais e modificadas por aditivos);
b) verifique TODOS os itens de serviços, quanto à compatibilidade dos preços das planilhas licitada, contratada e dos termos aditivos em relação aos preços máximos de referência admitidos (preços de mercado ou das tabelas referenciais), sendo os valores referenciais os valores-teto, corrigindo os itens com sobrepreço. Para os itens criados nos termos aditivos, deve ser aplicado ainda, e após o estabelecimento do preço-teto, o desconto, respeitando o equilíbrio econômico-financeiro da proposta original;
c) apresente, fundamentando nos dados das planilhas de composições de custos unitários e nos quantitativos, os valores previstos em termos de homens-hora, por função, para execução do contrato;
d) apresente os dados relativos às quantidades de pessoal alocado na obra, por data e por função, de modo a subsidiar o dimensionamento do dano por irregular liquidação da despesa de acordo com a relação previsto *versus* realizado, dada a majoração de mão de obra identificada na análise dos recolhimentos previdenciários e trabalhistas, a menor, justificando a manutenção de valores item a item, caso ocorra;

e) adeque as planilhas com vista a eliminar pagamento em duplicidade pelos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, apurando e glosando os valores eventualmente já pagos nestas condições;
f) informe a metodologia executiva utilizada na realização de cada serviço já medido, comparativamente ao previsto no projeto básico (projetos, memoriais, especificações);
g) encaminhe a esta Corte de Contas os autos da Tomada de Contas Especial – TCE, instaurada pelo DER/RO, **no prazo de até 10 (dez) dias de sua conclusão**, na forma do art. 12 da IN nº 21/TCE-RO-2007 - tal como informado pelo então Diretor Geral do DER/RO, Lioberto Ubirajara Caetano de Souza, na defesa de fls. 1464 - para que integre os autos da Tomada de Contas Especial prevista no item VII deste Acórdão.

VI - Determinar, via ofício, ao atual Diretor do DER/RO, Senhor ISEQUIEL NEIVA DE CARVALHO, ou a quem lhe substitua, que - após adoção das medidas descritas nas alíneas do item V deste Acórdão - retenha os valores apurados como indevidos em face de recebimento a maior, com sobrepreço ou superfaturamento, itens duplos (EPIs), ou de obras/serviços executados em desacordo com os projetos, em percentual suficiente para repor eventuais danos delas decorrentes, mantendo-os em conta remunerada, até deliberação desta Corte de Contas, evitando a irregular liquidação da despesa, nos termos dos artigos 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/64, bem como realize o pagamento ao Consórcio Centro Oeste, em relação a obras/serviços efetivamente executados/prestados, desde que inquestionáveis, nos termos do art. 49, §§ 1º, 2º, e 3º c/c art. 59, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 e art. 5º, LV, da Constituição Federal, sob pena de multa na forma do art. 55, IV, da Lei Complementar 154/96, sem prejuízo da responsabilização por dano ao erário, caso efetive pagamentos irregulares;

VII - Converter os autos em Tomada de Contas Especial, nos termos estabelecidos no art. 44 da Lei Complementar Estadual nº 154/96 c/c o art. 65 do Regimento Interno desta Corte de Contas, diante dos indícios de dano ao erário, em infração ao disposto nos artigos 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/64, em face das ilegalidades delineadas nos itens II e III deste Acórdão e no item I da DM-GCVCS-TC 00172/15;

VIII - Determinar ao Departamento de Documentação e Protocolo – DDP que promova a reautuação destes autos, nos termos do art. 10, §1º, da Resolução n. 037/TCERO/2006;

IX - Determinar o retorno dos autos ao Conselheiro Relator, para continuidade do feito, com a emissão de Decisão em Despacho de Definição de Responsabilidade, momento em que será aberto o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 5º, LV, da Constituição Federal, artigo 12, incisos I e II, da Lei Complementar nº 154/96 c/c o artigo 19, incisos I e II, do Regimento Interno. A aplicação de sanções e o ressarcimento ao erário, decorrente das ilegalidades aferidas neste Acórdão, ficam postergados para momento oportuno, por ocasião da apreciação do processo da Tomada de Contas Especial – TCE;

X - Determinar que, após quantificação do valor exato do dano e identificação de todos os responsáveis pela Unidade Técnica, em relatório específico, com base nas informações prestadas pelo DER/RO em atendimento ao item V deste *decisum* – os autos retornem ao Conselheiro Relator para emissão de Decisão em Despacho de Definição de Responsabilidade (complementar), momento em que será aberto o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 5º, LV, da Constituição Federal, artigo 12, incisos I e II, da Lei Complementar nº 154/96 c/c o artigo 19, incisos I e II, do Regimento Interno;

XI - Alertar, via ofício, o Senhor ISEQUIEL NEIVA DE CARVALHO, atual Diretor do DER/RO, e o Senhor MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL, Superintendente da Supel, ou a quem lhes vier a substituir, para que orientem os servidores no sentido de cumprir o descrito no art. 7º, §2º, III, da Lei nº 8.666/93, aferindo, na face interna dos certames, a exatidão das Previsões Orçamentárias, sob pena de multa, nos termos do art. 55, IV, da Lei Complementar nº 154/96;

XII - Alertar, via ofício, o Senhor ISEQUIEL NEIVA DE CARVALHO, atual Diretor do DER/RO, ou a quem lhe substitua, para que nos contratos correlatos atente ao cumprimento adequado das obrigações fiscais pelo contratado, relativas aos recolhimentos de INSS e FGTS, sob pena de responsabilização por eventuais danos gerados por ter a Administração Pública que arcar com encargos não adimplidos, sob pena de multa na forma do art. 55, IV, da Lei Complementar nº 154/96;

XIII - Recomendar ao Senhor ISEQUIEL NEIVA DE CARVALHO, atual Diretor do DER/RO, ou a quem lhe substitua, que, em futuros procedimentos de contratação de obras e serviços de engenharia, executadas sob o regime de empreitada por preço global, sejam observadas as diretrizes constantes deste Acórdão e do Acórdão nº 1977/2013/Plenário do TCU;

XIV - Recomendar a todos que integrarem o polo passivo da Tomada de Contas Especial que, quando do exercício do contraditório e da ampla defesa, observem os fundamentos deste Acórdão, das Decisões em Despacho de Definição de Responsabilidade, dos Relatórios Técnicos, bem como dos Pareceres Ministeriais nº 146/2015 e nº 374/2015;

XV - Encaminhar, via ofício, cópias deste Acórdão ao Ministério Público do Estado de Rondônia – MP/RO (Procuradoria Geral de Justiça e 5ª Promotoria de Justiça de Porto Velho/RO, esta em referência ao Procedimento nº 201400101000068), conforme previsão do art. 1º, VII, da Lei Complementar nº 154/96, considerando os indícios de condutas típicas delineadas nos artigos 89 e seguintes da Lei nº 8.666/93, na legislação ambiental - tal como disposto no item 3.1 (subitens 3.1.1.2 e 3.1.1.3) do relatório técnico de fls. 2191/2237 - dentre outros diplomas legais, para adoção das medidas que entender cabíveis no âmbito de sua competência, informando da disponibilidade das peças técnicas, dos Pareceres Ministeriais e deste *decisum* no sítio: www.tce.ro.gov.br;

XVI - Encaminhar, via ofício, cópias deste Acórdão ao Ministério Público Federal - MPF, conforme previsão do art. 1º, VII, da Lei Complementar nº 154/96, diante dos indícios de condutas típicas delineadas nos artigos 89 e seguintes da Lei nº 8.666/93, na legislação ambiental - tal como disposto no item 3.1 (subitens 3.1.1.2 e 3.1.1.3) do relatório técnico de fls. 2191/2237 - dentre outros diplomas legais; e, ainda, considerando a existência de Agentes Públicos com foro por prerrogativa de função, para adoção das medidas que entender cabíveis no âmbito de sua competência, informando da disponibilidade das peças técnicas, dos Pareceres Ministeriais e deste *decisum* no sítio: www.tce.ro.gov.br;

XVII - Encaminhar, via ofício, cópias deste Acórdão à Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO, para conhecimento e deliberações de sua alçada; e

XVIII - Dar ciência deste Acórdão aos responsáveis, interessados, Procuradores, Advogados, e ao Consórcio de Obras Centro Oeste - via Diário Oficial Eletrônico - DOeTCE/RO, informando-os de que o inteiro teor estará disponível no sítio: www.tce.ro.gov.br.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA (Relator), FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; a Procuradora-Geral Substituta do Ministério Público de Contas ÉRIKA PATRÍCIA SALDANHA DE OLIVEIRA.

Porto Velho/RO, 11 de dezembro de 2015.

VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA
PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1075 DE 18/01/16

PROCESSO: 04023/14
ASSUNTO: PEDIDO DE REEXAME DA DECISÃO MONOCRÁTICA Nº 310/2014/GCWSC
INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS E MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
RESPONSÁVEL: SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS – HELENA DA COSTA BEZERRA – CPF n. 638.205.797-53
RELATOR: CONSELHEIRO EDILSON DE SOUSA SILVA

ACÓRDÃO Nº 180/2015 - PLENO

PEDIDO DE REEXAME. DECISÃO MONOCRÁTICA NOS AUTOS DE REPRESENTAÇÃO. ADMISSIBILIDADE. PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO AOS PROCURADORES DO ESTADO DE RONDÔNIA. SUPOSTA INCONSTITUCIONALIDADE. VIOLAÇÃO AO TETO CONSTITUCIONAL. SUBSÍDIO CUMULADO COM OUTRAS VERBAS. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DAS ESPECIFICIDADES. CONCESSÃO DE TUTELA INIBITÓRIA. DEMONSTRAÇÃO DE PLAUSIBILIDADE DO DIREITO INVOCADO E RISCO DE LESÃO À ORDEM ECONÔMICA.

Admite-se a interposição de pedido reexame quando a matéria discutida nos autos demanda a fiscalização de atos passíveis de resultar danos ao erário, o que se enquadra, portanto, nas hipóteses previstas no artigo 45 do RITCE/RO.

A tempestividade também se revela presente, uma vez que as partes requerentes possuem a prerrogativa de intimação pessoal.

A controvérsia dos autos consiste na remuneração a ser paga aos Procuradores do Estado de Rondônia, a qual é compreendida por subsídio que, percebidos cumulativamente ou não com outra espécie remuneratória, deve obedecer ao teto previsto no ordenamento jurídico que, no presente caso, consiste em 90,25% do subsídio fixado para os Ministros do STF.

A regra geral estabelecida pela Constituição Federal veda o pagamento de subsídio acrescido de vantagem pessoal, o qual deve ser fixado em parcela única.

Sabe-se não ser garantido ao servidor público direito adquirido ao sistema de cálculo de remuneração, o que autoriza, portanto, a extinção ou absorção de eventual vantagem adquirida ao longo dos anos, preservando-se apenas a irredutibilidade de vencimentos.

A concessão de aumento ao subsídio dos Procuradores do Estado de Rondônia, com a garantia de irredutibilidade de vencimentos, fez cessar o direito adquirido de perceber subsídio cumulado com vantagem

pessoal. A exceção aplica-se apenas para aqueles Procuradores que, mesmo após os subsequentes aumentos concedidos à categoria, não tiveram a absorção da vantagem pessoal alcançada pelos novos valores fixados para o subsídio, por ser assegurada apenas a proteção ao decesso remuneratório.

A gratificação de representação não possui caráter indenizatório razão pela qual o seu pagamento cumulado com o subsídio deve obedecer ao limite máximo remuneratório previsto para essa hipótese, que consiste em 100% do subsídio auferido pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Em juízo de delibação sumária, admite-se a concessão de tutela inibitória a fim de impedir a permanência de pagamentos supostamente contrários ao ordenamento jurídico, como meio de impedir a continuação de lesão à ordem econômica, mormente pela ausência de perspectiva de retorno aos cofres públicos sob o argumento de recebimento de boa-fé.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Pedido de Reexame da Decisão Monocrática nº 310/2014/GCWSC, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro EDILSON DE SOUSA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I – Conceder o pedido de tutela inibitória a fim de determinar à **Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas,** Helena da Costa Bezerra que, **em caráter cautelar, se abstenha**, até nova decisão ou julgamento definitivo do processo principal – Representação - de:

a) efetuar em favor dos Procuradores do Estado de Rondônia o pagamento de subsídio acrescido de vantagem pessoal, tendo em vista que a sistemática infringe o disposto no artigo 39, § 4º, da Constituição Federal;

a.1) efetuar o pagamento de subsídio cumulado com vantagens de qualquer natureza em valor que extrapole o teto máximo permitido para a categoria, que consiste em 90,25% do subsídio fixado para os Ministros do STF, previsão contida no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal, exceto para aqueles Procuradores que, mesmo após os subsequentes aumentos concedidos aos Procuradores, não tiveram a absorção da vantagem pessoal alcançada pelos novos valores fixados para o subsídio, sendo assegurada apenas a proteção ao decesso remuneratório;

b) efetuar em favor do Procurador-Geral, Procurador-Geral Adjunto e Corregedor o pagamento de subsídio que, cumulado com a gratificação de representação, ultrapasse o teto máximo estabelecido na Constituição Federal, que consiste em 100% do auferido pelos Ministros do STF.

II – Determinar à Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas do Estado de Rondônia a abertura de uma conta bancária exclusiva para que os valores

eventualmente retidos nesse processo sejam nela depositados a fim de aguardar o julgamento final do processo principal – Representação;

III – Dar ciência do presente acórdão, com a devida cópia e por meio de ofício, aos responsáveis do processo de origem, bem como ao Relator da Representação, ao Ministério Público Estadual e ao Ministério Público de Contas, na pessoa de seus subscritores; e

IV – Após o trânsito em julgado do presente acórdão, os autos deverão ser apensados à Representação e seguir seu regular processamento.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA (Relator), VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 11 de dezembro de 2015.

EDILSON DE SOUSA SILVA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PROCESSO-e: 1.552/2015
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO DE 2014
UNIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI-RO
RESPONSÁVEIS: OSVALDO SOUZA
CPF N. 190.797.962-04
PREFEITO MUNICIPAL
NO PERÍODO DE 1º DE JANEIRO A 4 DE ABRIL DE 2014
FRANCISCO SOBREIRA DE SOARES
CPF N. 204.823.372-49
PREFEITO MUNICIPAL
LIFLÁVIA TÍNDALE DE SOUZA
CPF N. 586.727.022-04
SECRETÁRIA-GERAL E FAZENDA MUNICIPAL
EUZÉBIO LOPES NOVAIS
CPF N. 203.740.972-91
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
KLEBER LUIZ DA SILVA
CPF N. 479.741.922-91
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
TELMO QUEIROZ DE OLIVEIRA
CPF N. 408.790.462-87
TÉCNICO EM CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO
EDMAR OLIVEIRA AMORIM
CPF/MF N. 629.330.272-91
COORDENADOR E CONTADOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
HERÁCLIO RODRIGUES SERRA FILHO
CPF N. 106.636.812-00
CONTADOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
RELATOR: CONSELHEIRO WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA

ACÓRDÃO Nº 181/2015 - PLENO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI-RO. ATENDIMENTO AOS LIMITES MÍNIMOS DE APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO E SAÚDE. GASTO COM PESSOAL DENTRO DOS LIMITES, LEGAIS. RESPEITO AO LIMITE MÁXIMO DE REPASSE LEGISLATIVO. REMESSA INTEMPESTIVA DE BALANCETES, PRESTAÇÃO DE CONTAS. IRREGULARIDADES FORMAIS. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO COM RESSALVAS DAS CONTAS. DETERMINAÇÕES.

1. A Prestação de Contas anual do Poder Executivo (Estadual

ou Municipal) submetida ao crivo técnico do Tribunal de Contas, conforme estabelece o art. 35 da Lei Complementar n. 154/1996 c/c o art. 49, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia-RITC/RO, tem por fim precípuo aferir a regular aplicação dos recursos públicos, o equilíbrio orçamentário e financeiro e o cumprimento dos índices constitucionais de aplicação em Educação e Saúde, bem como dos limites de repasses de recursos ao Poder Legislativo, de gastos com pessoal.
2. In casu, evidenciou-se nas contas do Poder Executivo do Município de Candeias do Jamari, no exercício de 2014, apenas falhas de natureza formal que não ensejam a emissão de Parecer Prévio contrário à aprovação das Contas do Município em epígrafe.
3. Parecer Prévio favorável à aprovação com ressalvas das Contas do Município de Candeias do Jamari, com fulcro no art. 1º, VI c/c o art. 35 da Lei Complementar n. 154/1996, combinado com o art. 49, § 1º, do Regimento Interno desta Corte. Precedentes: Processo n. 1212/2012/TCER, Processo n. 1460/2012/TCER e Processo n. 1151/2014/TCER; Parecer Prévio n. 13/2014-Pleno, Parecer Prévio n. 11/2014-Pleno e Parecer Prévio n. 16/2014-Pleno; Decisão n. 245/2014- Pleno, Decisão n. 221/2014-Pleno e Decisão n. 265/2014-Pleno.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam da Prestação de Contas, exercício de 2014, da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, por unanimidade de votos, em:

I - EMITIR PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO COM RESSALVAS das Contas do Município de Candeias do Jamari, relativas ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade do Senhor Osvaldo Sousa, CPF/MF n. 190.797.962-04, Prefeito Municipal; Francisco Sobreira de Soares, CPF/MF n. 204.823.372-49, Prefeito Municipal (5 de abril a dezembro de 2014) no exercício de 2014, com fulcro no artigo 49, § *1º*, do Regimento Interno desta Corte, com fundamento no art. 71,1, c/c o art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal/1988 c/c o art. 35 da Lei Complementar n. 154/1996, em face dos seguintes apontamentos:

a) De responsabilidade do Senhor Francisco Sobreira de Soares, CPF/MF n. 204.823.372-49, Prefeito Municipal de Candeias do Jamari, a partir de 5 de abril de 2014, por:

1 - Descumprimento do art. 53, caput, da Constituição Estadual c/c o art. *5º* da Instrução Normativa n. 019/TCE-RO-2006, por encaminhar de forma intempestiva os balancetes mensais de abril, maio, junho, agosto e dezembro de 2014;

b) De responsabilidade do Senhor Francisco Sobreira de Soares - Prefeito Municipal, CPF/MF n. 204.823-372-49, solidariamente com os Senhores Edmar Oliveira Amorim - Contador do Fundo Municipal de Saúde, CPF/MF n. 629.330.272/91 e Kleber Luiz da Silva - Secretário Municipal de Saúde, CPF/MF n. 479.741.922-91:

2 - Infringência ao artigo 22, II, alínea "c" da Instrução Normativa n. 22/TCERO-07, e despesas inscritas em restos a pagar com recursos vinculados às ações e serviços públicos de saúde.

II - DETERMINAR ao atual Prefeito do Município de Candeias do Jamari, Senhor Francisco Sobreira de Soares, CPF n. 204.823.372-49, ou a quem o substitua na forma da Lei, via expedição de ofício, com Aviso de Recebimento em Mão Própria (ARMP), para que adote as seguintes medidas:

1 - Envide esforços no sentido de encaminhar dentro do prazo estabelecido os documentos definidos no art. 53 da Constituição Estadual, art. 5° da Instrução Normativa n. 019/TCE-RO-2006;

2 - Busque cumprir rigorosamente o princípio do equilíbrio das contas públicas, insculpido no art. 1°, § 1°, da Lei Complementar n. 101 de 2000, evitando o desequilíbrio orçamentário e/ou financeiro;

3 - Evite modificar, desnecessariamente, a Lei Orçamentária Anual, por meio de abertura de créditos adicionais;

4 - Aprimore a política orçamentária, planejando com maior exatidão e fidedignidade os recursos orçados, uma vez que o orçamento do exercício de 2014 foi expressivamente alterado, evidenciando deficiência no sistema de planejamento do Município;

5 - Requeira do setor de contabilidade especial atenção na elaboração das peças contábeis, notadamente na elaboração do balanço financeiro no que diz respeito aos valores de Restos por Pagar, em atenção ao que estabelecem a legislação vigente;

6 - Promova, em articulação com a Procuradoria-Geral do Município e a Secretaria Municipal de Fazenda, os estudos necessários para fim de edição de ato legislativo com vista a permitir a utilização do instrumento de protesto para a cobrança de crédito da dívida ativa Municipal, nos moldes delineados pela Lei Federal n. 9.492, de 1997 *e* Ato Recomendatório Conjunto expedido em 13 de janeiro de 2014 por esta Corte de Conta, pelo Ministério Público de Contas e pelo Poder Judiciário do Estado de Rondônia, com o desiderato de evitar a perda de créditos tributários daquela Municipalidade por decurso de tempo, bem como a ampliação do volume de recebimento de tais direitos;

7) Estabeleça que caso existam cancelamentos dos créditos da Dívida Ativa, que seja encaminhado juntamente com os documentos de Prestação de Contas anual, a comprovação de que foram obedecidas as exigências contidas na Lei Complementar n. 101/2000.

III - DAR CIÊNCIA aos interessados referidos no item I, *alíneas* "a" e "b", deste Acórdão, nos termos do art. 22 da LC n. 154 de 1996 com redação dada pela LC n. 749 de 2013, via Diário Oficial Eletrônico, informando-lhes que o Voto, o Parecer ministerial e Acórdão estão disponíveis no sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, no endereço www.tce.ro.gov.br; e

IV - DETERMINAR à Secretaria de Processamento e Julgamento que, após o TRÂNSITO EM JULGADO, certificado nos autos, seja o presente processo reproduzido integralmente em mídia eletrônica, para nesse modelo ser encaminhado à Câmara Municipal de Candeias do Jamari para apreciação e julgamento, expedindo-se, para tanto, o necessário.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA (Relator), o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 11 de dezembro de 2015.

WILBER CARLOS DOS S. COIMBRA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1072 DE 19/01/16

PROCESSO-e: 1626/2015
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO DE 2014
UNIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM-RO-PMGM
RESPONSÁVEIS: DÚLCIO DA SILVA MENDES
CPF N. 000.967.172-20
PREFEITO MUNICIPAL
FRANCISCO BARTOLOMEU DE ALMEIDA
CPF N. 079.528.052-15
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
IVALDO FERNANDES DA ROCHA
CPF N. 149.511.502-04
CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO
ROOSEVELT DE OLIVEIRA CAVALCANTE
CPF N. 348.797.902-06
CONTADOR
RELATOR: CONSELHEIRO WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA

ACÓRDÃO Nº 182/2015 - PLENO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL. PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014. IDENTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADES GRAVES E FORMAIS-ALTERAÇÃO
EXCESSIVA DO ORÇAMENTO. ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS COM FONTES DE RECURSOS FICTÍCIOS. CUMPRIMENTO DOS ÍNDICES CONSTITUCIONAIS DE APLICAÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO. REPASSE FINANCEIRO AO PODER LEGISLATIVO NOS TERMOS CONSTITUCIONAIS. INÉRCIA DO ALCAIDE E DE OUTROS RESPONSABILIZADOS EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. GESTÃO FISCAL NÃO ATENDEU AOS PRESSUPOSTOS DA LRF. ÍNDICE DE DESPESA COM PESSOAL ACIMA DO LIMITE LEGAL. NÃO RETORNO DOS GASTOS COM PESSOAL AO LIMITE LEGAL, NO TEMPO E NA FORMA DETERMINADA EM LEI, DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES DA CORTE DE CONTAS. PARECER PRÉVIO DESFAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS. DETERMINAÇÕES.
1. A Prestação de Contas anual do Poder Executivo (Estadual ou Municipal) submetida ao crivo técnico do Tribunal de Contas, conforme estabelece o art. 35 da Lei Complementar n. 154, de 1996 c/c o art. 49, § 1º, do

Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Rondónia-RITC/RO, tem por fim precípuo aferir a regular aplicação dos recursos públicos, o equilíbrio orçamentário e financeiro e o cumprimento dos índices constitucionais de aplicação em Educação e Saúde, bem como dos limites de repasses de recursos ao Poder Legislativo, de gastos com pessoal e o cumprimento das regras de final de mandato, quando se aplicar à matéria.

2. In casu, evidenciou-se nas Contas do Poder Executivo do Município de Guajará-Mirim, no exercício de 2014, corroborada pelo resultado da análise da Gestão Fiscal do Município do mesmo período, a falha de natureza gravíssima consubstanciada na extrapolação do limite da despesa com pessoal em infringência ao art. 20, III, "b", da Lei Complementar n. 101, de 2000, todavia, tal irregularidade foi mitigada haja vista que, conforme se demonstrou, o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no exercício financeiro examinado não concorreu para tal extrapolação, já o tendo recebido desrespeitado da gestão anterior.

3. Em relação às irregularidades identificadas no presente processo, tanto as graves quanto as formais, em que foram responsabilizados o Senhor Prefeito Municipal, solidariamente com o Secretário Municipal de Planejamento e o Contador do Município, os Agentes se quedaram inertes, transitando, in albis, o prazo para o exercício da ampla defesa e do contraditório.

4. Verificou-se, também, que o Alcaide, no exercício financeiro apreciado, embora formalmente alertado por intermédio da Decisão n. 283/2013-Pleno, prolatada nos autos do Processo n. 1.487/2013/TCER e do Termo de Alerta de Responsabilidade Fiscal n. 9/2014, exarado nos autos do Processo n. 0511/2014/TCER, não implementou as providências necessárias, estabelecidas no art 23 da LC n. 101, de 2000, c/c o art. 169 da Constituição Federal de 1988, para fazer retornar o percentual da despesa com pessoal do Município ao limite máximo de 54% (cinquenta e quatro por cento), fixado pelo art. 20, III, "b", da Lei Complementar citada.

5. Parecer Prévio pela não aprovação das contas do Município de Guajará-Mirim, do exercício de 2014, com fulcro no art. 1°, VI c/c o art. 35, da Lei Complementar n. 154, de 1996, combinado com o art. 49, § 1°, do Regimento Interno desta Corte, Precedente: Processo n. 1.410/2014/TCER; Decisão n. 111/2015- Pleno; Parecer Prévio n. 5/2015-Pleno.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam da Prestação de Contas, exercício de 2014, da Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, por unanimidade de votos, em:

I - EMITIR PARECER PRÉVIO CONTRÁRIO À APROVAÇÃO das Contas do Poder Executivo do Município de Guajará-Mirim, relativas ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Dúlcio da Silva Mendes, CPF n. 000.967.172-20, Prefeito Municipal, com fulcro no art. 71, I, da Constituição Federal de 1988, no art. 1º, VI, e no art. 35 da LC n. 154, de 1996, c/c o art. 49, § 1°, do RITC-RO, em face dos seguintes apontamentos:

a) De responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Dúlcio da Silva Mendes, CPF n. 000.967.172-20, Prefeito Municipal de Guajará-Mirim, por:

1 - Descumprimento ao que estabelece o art. 23 da LC n. 101, de 2000, c/c o art. 169 da Constituição Federal de 1988, por não retornar o percentual da despesa total com pessoal do Município de Guajará-Mirim, ao limite legal de 54% (cinquenta e quatro por cento), fixado pelo art. 20, III, "b", da LC n. 101, de 2000, no tempo e na forma legalmente estabelecidos, mesmo tendo sido formalmente advertido para fazê-lo, por intermédio do Termo de Alerta de Responsabilidade Fiscal n. 9/2014, prolatado nos autos do Processo n. 0511/2014/TCER, que cuidou da Gestão Fiscal do Município de Guajará- Mirim, do exercício de 2014;

2 - Descumprimento do Termo de Alerta de Responsabilidade Fiscal n. 9/2014, prolatado nos autos do Processo n. 0511/2014/TCER, que cuidou da Gestão Fiscal do Município de Guajará-Mirim, do exercício de 2014, por não atender à advertência proferida no sentido de reduzir o percentual excedente da despesa com pessoal nos dois quadrimestres seguintes do exercício de 2014, conforme estabelece o art. 23 da LC n. 101, de 2000 c/c o art. 169 da Constituição Federal de 1988;

3 - Infringência ao inciso VI do art. 13 da IN n. 22/TCE-RO-2007, por não encaminhar o ato de designação dos responsáveis pela movimentação financeira da educação;

4 - Infringência às alíneas "a" e "b" do art. 22 da IN n. 22/TCE-RO-2007, por não encaminhar o ato de designação dos responsáveis ou a indicação pela movimentação das contas do Fundo Municipal de Saúde;

5 - Infringência ao art. 31, § 3º, da Constituição Federal de 1988, c/c o art. 49 do RITC-RO, por não comprovar o envio das Contas ao Poder Legislativo;

6 - Infringência ao inciso I do § 1º do art. 51 da LC n. 101, de 2000, por não comprovar a remessa dos Demonstrativos Contábeis ao Estado e à União, para fins de consolidação;

7 - Infringência ao art. 53, III, art. 49, § 1º, e art. 9º da LC n. 101, de 2000, por não atingimento da meta fiscal de resultado primário;

8 - Infringência ao art. 53, III, art. 45, § 1º, e art. 9º da LC n. 101, de 2000, por não atingimento da meta fiscal de resultado nominal.

b) De responsabilidade do Senhor Dúlcio da Silva Mendes, CPF n. 000.967.172-20, Prefeito Municipal de Guajará-Mirim, solidariamente com o Senhor Francisco Bartolomeu de Almeida, CPF n. 079.528.052-15, Secretário Municipal de Planejamento, por:

1 - Infringência ao art. 1º da IN n. 001/TCER-99, por elaboração da proposta orçamentária com previsão de receita superior em 10,31% (dez, vírgula trinta e um por cento), ao estabelecido no Parecer de Viabilidade de Receita emitido por esta Corte por intermédio da Decisão Monocrática n. 302/2013/GCWCSC, portanto, fora do coeficiente de razoabilidade de cinco por cento, para mais ou para menos (-5% a +5%);

2 - Infringência ao disposto no art. 167, II, da Constituição Federal de 1988, c/c o art. 43 da Lei Federal n. 4.320, de 1964, pela abertura descréditos adicionais utilizando recursos fictícios de excesso de arrecadação no montante de R$ 5.636.686,77 (cinco milhões, seiscentos e trinta e seis mil, seiscentos e oitenta e seis reais e setenta e sete centavos).

c) De responsabilidade do Senhor Dúlcio da Silva Mendes, CPF n. 000.967.172-20, Prefeito Municipal de Guajará-Mirim, solidariamente com o Senhor Roosevelt de Oliveira Cavalcante, CPF n. 348.797.902-06, Contador, por:

1 - Infringência ao parágrafo único, do art. 44 da IN n. 13/TCER-2004, c/c o parágrafo único, do art. 1º da Resolução CFC n. 871, de 2000, por não apresentar a Declaração de Habilitação Profissional - DHP, do profissional responsável pela contabilidade do Município;

2 - Infringência ao art. 53 da Constituição Estadual, c/c art. 5º da IN n. 019/TCE-RO-2006, por envio, via SIGAP, com atraso dos Balancetes mensais de todos os meses do exercício de 2014;

3 - Infringência ao art. 11, VI, "n", da IN n. 13/TCER-2004, por apresentar divergência R$ 3.239.456,41 (três milhões, duzentos e trinta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e quarenta e um centavos), no saldo da Dívida Ativa apresentado no Anexo TC-23, o qual não coincide com valor apresentado na Relação de Contribuintes Inscritos na Dívida Ativa e o registrado no Balanço Patrimonial;

4 - Infringência ao art. 101 da Lei n. 4.320, de 1964, por classificar despesas em funções não contempladas pelas competências do Município, bem como classificação em subfunções não correspondente às funções relacionadas no MCASP;

5 -Infringência ao art. 85 da Lei n. 4.320, de 1964, pela divergência no montante de R$ 4.999.729,15 (quatro milhões, novecentos e noventa e nove mil, setecentos e vinte e nove reais e quinze centavos), entre os dados/de Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nos demonstrativos contábeis, (Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial), com os dados do Balancete do mês de dezembro de 2014 (Remessa Consolidada), consultado no sistema SIGAP;

6 - Infringência aos arts. 8º e 50, I e II, da LC n. 101, de 2000, por não apresentar controle sobre as disponibilidades financeiras das fontes de recursos vinculados, mediante apresentação do anexo ao Balanço Patrimonial do Demonstrativo do Superávit/Déficit por fonte vinculada, consoante às disposições do MCASP;

7 - Infringência ao art. 89, c/c os art. 104 e105 da Lei n. 4.320, de 1964, devido à divergência de R$ 2.493.447,50 (dois milhões, quatrocentos e noventa e três mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos), negativos, entre o valor do Patrimônio Líquido constante no Balanço Patrimonial e o valor apurado pelo Corpo Técnico;

8 - Infringência aos arts. 85, 98 e 105, da Lei n. 4.320, de 1964, c/c o teor da Portaria n. 438/2012-STN, pela diferença aritmética de R$ 193.680,69 (cento e noventa e três mil, seiscentos e oitenta reais e sessenta e nove centavos), entre o saldo do Demonstrativo da Dívida Flutuante e a apuração do Corpo Técnico desta Corte de Contas;

II - CONSIDERAR, em atendimento ao que estabelece o § 1º do art. 8º da Resolução n. 173/2014/TCE-RO, que a Gestão Fiscal da Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim, relativa ao exercício financeiro de 2014 - Processo Eletrônico n. 0511/2014/TCER - de responsabilidade, do Excelentíssimo Prefeito Municipal, Senhor Dúlcio da Silva Mendes, CPF n. 000.967.172-20, NÃO ATENDEU aos pressupostos de responsabilidade fiscal exigidos na LC n. 101, de 2000;

III - DETERMINAR, via expedição de ofício, com Aviso de Recebimento em Mão Própria (ARMP):

a) Ao Excelentíssimo Senhor Dúlcio da Silva Mendes, CPF n. 000.967.172-20, Prefeito do Município de Guajará-Mirim, ou a quem o substitua na forma da Lei, para que:

1- Adote as medidas necessárias, visando à correção e prevenção de reincidência das irregularidades apontadas no item I, alíneas "a", "b" e "c", e seus subitens, deste Acórdão, sob pena de emissão de Parecer Prévio contrário a aprovação das futuras Contas e aplicação das sanções previstas, no inciso VII, do art. 55, da LC n. 154, de 1996, por caracterizar o descumprimento de determinações desta Corte de Contas;

2- Exorte os responsáveis pela elaboração e execução do orçamento para que aprimorem a política orçamentária do Município de Guajará-Mirim, planejando com maior exatidão e fidedignidade os recursos orçados, uma vez que o orçamento do exercício de 2014 foi expressivamente alterado, evidenciando deficiência no sistema de planejamento do Município e, ainda, que observem os preceitos estabelecidos na legislação, sobretudo quanto à abertura de créditos adicionais;

3- Promova e implemente medidas de recondução dos gastos com pessoal aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, nos termos do art. 59, § 1º, II, art. 22, parágrafo único, art. 20, III, "b", e art. 23, todos da LC n. 101, de 2000;

4- Incite à Contadoria do Município para que atente às normas de elaboração das Demonstrações Contábeis e que aperfeiçoe a elaboração das Notas Explicativas, considerando princípio da transparência e das normas elencadas na legislação e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP;

5- Observe com a atenção necessária os preceitos estabelecidos na IN n. 13/TCER-2004 e IN n. 22/TCE-RO-2007, em relação ao preenchimento de seus anexos.

b) Ao Senhor Ivaldo Fernandes da Rocha, CPF n. 149.511.502-04 Controlador-Geral do Município de Guajará-Mirim, ou a quem a substitua na forma da Lei, para que:

1 - Atente ao cumprimento do prazo estabelecido no art. 11, V, "b", da IN n. 13/TCER-2004, para envio a esta Corte de Contas do Relatório quadrimestral do órgão de Controle Interno do Município.

IV - DETERMINAR à Secretaria-Geral de Controle Externo desta Corte de Contas que verifique:

1 - Por ocasião da análise da Prestação de Contas do Município de Guajará- Mirim, do exercício de 2016, o cumprimento das determinações lançadas no item III, deste Acórdão;

V - DAR CIÊNCIA aos interessados referidos no item I, alíneas "a", "b" e "c", deste Acórdão, nos termos do art. 22 da LC n. 154, de 1996, com redação dada pela LC n. 749, de 2013, via Diário Oficial Eletrônico, informando-lhes que o Voto, o Parecer ministerial e Acórdão estão disponíveis no sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, no endereço www.tce.ro.gov.br;

VI - DETERMINAR à Secretaria de Processamento e Julgamento que, após o trânsito em julgado, certificado nos autos, seja o presente processo reproduzido integralmente em mídia eletrônica, para nesse modelo ser encaminhado à Câmara Municipal de Guajará-Mirim, para fins de apreciação e julgamento por aquele Parlamento Municipal, expedindo-se, para tanto, o necessário; ato contínuo sejam, os presentes autos, arquivados nesta Corte de Contas, na forma regimental.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA (Relator), o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 11 de dezembro de 2015.

WILBER CARLOS DOS S. COIMBRA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA
PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1072 DE 19/01/16

PROCESSO N.	3492/2014-TCE/RO (PROCESSO DE ORIGEM Nº 1610/2013 APENSOS OS PROCESSOS Nº 3515/2014 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E 0714/2015 - RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO)
UNIDADE:	PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
RECORRENTE:	CRICÉLIA FRÓES SIMÕES EX-CONTROLADORA-GERAL CPF Nº 711.386.509-78
ASSUNTO:	RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO INTERPOSTO EM FACE DA DECISÃO Nº 159/2014 - PLENO - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, EXERCÍCIO DE 2012
RELATOR ORIGINÁRIO:	WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA
RELATOR:	FRANCISCO CARVALHO DA SILVA

ACÓRDÃO Nº 183/2015 - PLENO

Recurso de Reconsideração. Prestação de Contas do exercício de 2012. Poder Executivo do Município de Porto Velho. Requisitos de admissibilidade atendidos. Conhecimento. Deficiência na atuação do órgão de controle interno demonstrada. Falha que não tem o condão de inquinar as contas. Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de do Recurso de Reconsideração interposto pela Senhora Cricélia Fróes Simões contra a Decisão nº 159/2014 - Pleno, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I - Conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pela Senhora Cricélia Fróes Simões, Ex-Controladora-Geral do Município de Porto Velho, visto ser tempestivo e atender aos requisitos de admissibilidade insertos no Regimento Interno e na Lei Orgânica do TCE/RO;

II - No mérito dar provimento parcial para excluir unicamente a alínea "d", 04, do item I da Decisão nº 159/2014-Pleno, mantendo-se inalteradas as demais disposições, por entender que a deficiência na atuação da Controladoria-Geral do Município não teve o condão de inquinar as contas do Município de Porto Velho relativas ao exercício de 2012; e

III - Dar ciência à recorrente do teor deste Acórdão via Diário Oficial.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA (Relator), PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 11 de dezembro de 2015.

FRANCISCO CARVALHO DA SILVA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1072 DE 19/01/16

PROCESSO N.	1943/1990
INTERESSADA:	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
UNIDADE:	SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL E ADMINISTRAÇÃO
ASSUNTO:	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL - CONVÊNIO N° 73/90-PGE - CELEBRADO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA E A COMISSÃO EXECUTIVA DOS VALES DOS RIOS MAMORÉ, GUAPORÉ E MADEIRA - CEMAGUAM, COM A INTERVENIÊNCIA DA SEPLAN
RESPONSÁVEIS:	JOSÉ SIMÃO COSTI FILHO EX-SECRETÁRIO DA SEPLAN CPF N° 154.182.780-53 WALTER BÁRTOLO EX-SUPERINTENDENTE DA CEMAGUAM CPF N° 007.280.552-87
RELATOR:	CONSELHEIRO FRANCISCO CARVALHO DA SILVA

ACÓRDÃO Nº 184/2015 - PLENO

Poder Executivo Estadual. Convênio celebrado em 1990 com a Comissão Executiva dos Vales dos Rios Guaporé e Madeira. Acórdão proferido. Nulidade absoluta do Acórdão n° 372/98 que converteu os autos em Tomada de Contas Especial e julgou irregular com a imputação de débito e multa na mesma sessão. Ofensa aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. Fatos ocorridos no exercício de 1990. Inviabilidade da retomada da instrução processual. Lapso de mais de 25 (vinte e cinco) anos desde os fatos. Observância dos princípios da segurança jurídica, da razoabilidade, da proporcionalidade, da economicidade e da razoável duração do processo. Baixa de responsabilidade. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam da Tomada de Contas Especial convertida por meio do Acórdão n° 372/1998-Pleno, em face do suposto dano ao cofre estadual, em razão da não Prestação de Contas do Convênio n° 073/90-PGE, celebrado entre o Governo do Estado de Rondônia e a Comissão Executiva dos Vales dos Rios Mamoré, Guaporé e Madeira, com a interveniência da Seplan, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I - Declarar nulo o Acórdão n° 372/1998-Pleno, em razão da inobservância do devido processo legal ao ser o processo convertido em Tomada de Contas

Especial e na mesma sessão receber julgamento irregular com imputação de débito e multa, cerceando, assim, o direito de defesa dos responsáveis;

II - Reconhecer, com fundamento nos princípios da segurança jurídica, razoabilidade, proporcionalidade, economicidade e razoável duração do processo, a inviabilidade da retomada da instrução processual, tendo em vista o decurso de 25 (vinte e cinco) anos desde a ocorrência dos fatos, uma vez que retira a oportunidade de oferecer o adequado contraditório e as condições de exercício da ampla defesa, consectários do princípio do devido processo legal;

III - Determinar ao Departamento do Pleno que dê baixa na responsabilidade do Senhor Walter Bártolo, com relação aos registros oriundos do Acórdão n° 372/1998-Pleno;

IV - Dar ciência, via Diário Oficial, do teor deste Acórdão aos interessados;

V - Dar ciência, via ofício, ao Procurador-Geral do Estado do teor deste Acórdão; e

VI - Determinar ao Departamento do Pleno que, depois de adotadas as medidas regimentais cabíveis, sejam os presentes autos arquivados.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA (Relator), PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 11 de dezembro de 2015.

FRANCISCO CARVALHO DA SILVA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE-RO
Nº 1072 DE 29 / 01 / 16

PROCESSO N. 0519/2011
UNIDADE: PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL - APURAÇÃO DE ACUMULAÇÃO ILEGAL DE CARGOS PÚBLICOS (DECISÃO N° 200/2014 - PLENO)
RESPONSÁVEIS: ANEDINO CARLOS PEREIRA JÚNIOR
EX-PREFEITO MUNICIPAL
CPF N° 260.676.922-87
SORAIA ALVES FERREIRA PEREIRA
CPF N° 577.860.622-20
EX-SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
EX-SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE SAÚDE
CPF N° 420.220.612-68
ADVOGADO: GILVAN ROCHA FILHO - OAB/RO 2.650
RELATOR: CONSELHEIRO FRANCISCO CARVALHO DA SILVA

ACÓRDÃO Nº 185/2015 - PLENO

Tomada de Contas Especial. Poder Executivo do Município de Colorado do Oeste. Acúmulo do subsídio de Secretária Municipal de Trabalho e Assistência Social com o vencimento do cargo efetivo de Bioquímica. Impossibilidade. Conflito com o artigo 39, § 4°, da Constituição Federal. Não prestação dos serviços relativos ao cargo efetivo. Devolução do vencimento do cargo efetivo de Bioquímica. Imputação de débito. Aplicação de multa.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Tomada de Contas Especial - Apuração de acumulação ilegal de cargos públicos (Decisão n° 200/2014-Pleno), como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I - Julgar irregular a Tomada de Contas Especial, nos termos do artigo 16, III, "b" e "c", da Lei Complementar n° 154/96, de responsabilidade da Senhora Soraia Alves Ferreira Pereira - CPF n. 577.860.622-20 em virtude de acumulação ilegal de cargos e sem a devida contraprestação dos serviços do cargo efetivo de Bioquímica, no período de junho de

2009 a fevereiro de 2011, exercendo unicamente as atribuições do Cargo de Secretária Municipal de Trabalho e Assistência Social do Município de Colorado, conforme demonstrado na instrução dos autos e na manifestação ministerial, em descumprimento às disposições do art. 37, *caput* e inciso XVI, c/c art. 39, § 4°, ambos da Constituição Federal;

II - Imputar débito no valor histórico de R$ 40.012,47 (quarenta mil, doze reais e quarenta e sete centavos), que atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora a partir de fevereiro de 2011 a outubro de 2015, totaliza R$ 84.748,82 (oitenta e quatro mil, setecentos e quarenta e oito reais e oitenta e dois centavos), à Senhora Soraia Alves Ferreira Pereira - CPF n° 577.860.622-20, Ex-Secretária Municipal de Trabalho e Assistência Social de Colorado do Oeste, pelo recebimento ilegal da remuneração do cargo efetivo de Bioquímica, em face do acúmulo ilegal de remuneração com subsídios de agente político de Secretária Municipal de Trabalho e Assistência Social, no período de junho de 2009 a fevereiro de 2011, em afronta ao art. 37, *caput* e inciso XVI, c/c art. 39, § 4°, ambos da Constituição Federal; fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do acórdão no Diário Eletrônico deste Tribunal, para que procedam ao recolhimento na Fazenda Municipal e comprovem a este Tribunal;

III - Multar em 5% sobre o valor atualizado do dano ao erário constante do item II supra, com fundamento no artigo 54 da Lei Complementar n° 154/1996, perfazendo a quantia de R$ 2.716,31 (dois mil, setecentos e dezesseis reais e trinta e um centavos), a Senhora Soraia Alves Ferreira Pereira - CPF n° 577.860.622-20, pelo acúmulo ilegal de cargo público remunerado descrito no item I, retro; fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do acórdão no Diário Eletrônico do TCE/RO, para que proceda ao recolhimento à conta do Fundo de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas - FDI, comprovando a esta Corte, sendo que decorrido o prazo fixado, sem o devido recolhimento, a multa será atualizada monetariamente, nos termos do artigo 56 da Lei Complementar Estadual n° 154/1996, combinado com o artigo 3°, III, da Lei Complementar n° 194/1997;

IV - Dar quitação, nos termos do artigo 26 da Lei Complementar n° 154/96, ao Senhor Antônio Carlos de Oliveira - CPF n° 420.220.612-68, Ex-Secretário Municipal de Saúde Interino, em face da comprovação da devolução da remuneração do Cargo de Vigia, pertinente a janeiro de 2010;

V - Autorizar, nos termos do artigo 27, II, da Lei Complementar n° 154/96, combinado com o artigo 36, II, do Regimento Interno desta Corte, que, após o transitado em julgado, sem que ocorra o recolhimento do débito (item II) e da multa (item III), sejam iniciadas as providências para envio aos órgãos competentes para promoção da devida cobrança;

VI - Dar ciência via Diário Eletrônico do TCE-RO, do teor deste Acórdão aos interessados, inclusive para efeito de contagem de prazos recursais, conforme dispõe a Lei Complementar n° 749/13; e

VII - Determinar ao Departamento do Pleno que adotadas as providências de praxe e exaurida a tramitação, sejam os autos arquivados.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA (Relator), PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 11 de dezembro de 2015.

FRANCISCO CARVALHO DA SILVA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1072 DE 23 / 05 / 16

PROCESSO: 0839/2014
UNIDADE: PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CORUMBIARA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO - POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DA EDUCAÇÃO
INTERESSADO: WILMAR JOSÉ CARDOSO
VEREADOR MUNICIPAL
CPF N° 792.861.196-15
RESPONSÁVEL: DEOCLECIANO FERREIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL
CPF N° 499.306.212-53
RELATOR: CONSELHEIRO FRANCISCO CARVALHO DA SILVA

ACÓRDÃO Nº 186/2015 - PLENO

Representação. Vereador Municipal. Poder Executivo do Município de Corumbiara. Possíveis irregularidades na utilização de recurso da educação. Condições precárias das estruturas físicas de escolas municipais. Suposta preterição de ações da área de educação em favor de eventos festivos de final de ano. Autorização orçamentária para os gastos com o evento de final de ano. Procedimento para reforma de escolas. Pendências. Decisão Monocrática. Determinações Atendimento. Conhecimento. Improcedência. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Representação formulada pelo Senhor Wilmar José Cardoso, Vereador da Câmara Municipal de Corumbiara, acerca de possíveis irregularidades na utilização de recursos da educação, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I - Conhecer, em preliminar, da Representação formulada pelo Wilmar José Cardoso, Vereador da Câmara Municipal de Corumbiara, visto preencher os requisitos de admissibilidade insertos no artigo 80, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, para, no mérito, considerá-la improcedente, ante a existência de previsão orçamentária para acobertar a realização de eventos festivos, não configurando a preterição de investimento na área de educação, uma vez que também ficou comprovada a destinação de recursos para melhoria das condições físicas das Escolas Municipais Helicônia e Vital Brasil;

II - Dar ciência, via Diário Oficial, do teor deste Acórdão aos interessados; e

III - Determinar ao Departamento do Pleno que, depois de adotadas as providências de praxe e com o envio dos autos ao Departamento de Documentação e Protocolo para que se proceda à correção de sua autuação, pois consta como jurisdicionada a Câmara

Municipal de Corumbiara ao invés do Poder Executivo do Município de Corumbiara, após e exaurida a tramitação, sejam os autos arquivados.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA (Relator), PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 11 de dezembro de 2015.

FRANCISCO CARVALHO DA SILVA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE
Nº 1074 DE 23 / 1 / 16

PROCESSO: 1163/2009
INTERESSADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA – PROMOTORIA DE CACOAL/RO
ASSUNTO: DENÚNCIA CONVERTIDA EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – IRREGULARIDADES NO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS AOS PROCURADORES JURÍDICOS DO MUNICÍPIO DE CACOAL/RO
UNIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
RESPONSÁVEL: FRANCESCO VIALETTO
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CACOAL
CPF Nº 302.949.757-72
RELATOR: CONSELHEIRO EDILSON DE SOUSA SILVA

ACÓRDÃO Nº 187/2015 - PLENO

Denúncia convertida em Tomada de Contas Especial. Irregularidades no pagamento de honorários advocatícios aos procuradores jurídicos do município de Cacoal/RO. Depósito em conta corrente específica. Inconstitucionalidade da Lei Municipal declarada pelo Judiciário.
Embora a Comissão de Tomada de Contas Especial tenha deixado quantificado o dano e a indicado os responsáveis à luz do quanto determinado no Acórdão nº 252/2009 - Pleno, a sua reinstrução pela terceira vez mostra-se desarrazoável, sobremodo se a atuação preventiva da Corte de Contas evitou a ocorrência de dano ao erário municipal significativo, ao determinar que os honorários de sucumbência destinados aos Procuradores Municipais fossem depositados em conta corrente específica.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Denúncia convertida em Tomada de Contas Especial acerca de irregularidades no pagamento de honorários advocatícios aos procuradores jurídicos do Município de Cacoal, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro EDILSON DE SOUSA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I – JULGAR REGULAR COM RESSALVA a presente Tomada de Contas Especial, nos termos do artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 154/96, já que não restou comprovado efetivo dano ao erário no recebimento de honorários de sucumbência pelos Procuradores Municipais de Cacoal/RO;

II – DETERMINAR que todos os valores relativos aos honorários de sucumbência destinados aos Procuradores Municipais continuem a ser depositados na conta

corrente específica nº 35.856-8, agência 1179-7, do Banco do Brasil, devendo ser revertidos à Fazenda Pública do Município de Cacoal/RO;

III – DETERMINAR, via ofício, a remessa de cópia do Parecer Conclusivo da Comissão de Tomada de Contas Especial (fls. 1.102/1.132); da manifestação do Corpo Técnico (fls. 1.145/1.148); do Parecer do Ministério Público de Contas (fls. 1.154/1.157); e deste Acórdão, ao digno representante do Ministério Público do Estado de Rondônia (3ª Promotoria de Justiça de Cacoal) para subsidiar o Procedimento de Investigação Preliminar nº 07/2008 (MP 2008001060024087);

IV – DAR CIÊNCIA via DOeTCE-RO do teor deste Acórdão ao interessado, informando-o de que outras peças dos autos e manifestações, em seu inteiro teor, também estão disponíveis no sítio eletrônico deste Tribunal de Contas (www.tce.ro.gov.br), em atenção à sustentabilidade ambiental; e

V – DETERMINAR o arquivamento dos autos após as anotações pertinentes.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA (Relator), VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 11 de dezembro de 2015.

EDILSON DE SOUSA SILVA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA
PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1076 DE 25/01/16

PROCESSO N.	1232/2015 (PROCESSO DE ORIGEM N. 2571/2010)
INTERESSADO:	TRIBUNAL DE CONTAS DE RONDÔNIA
ASSUNTO:	RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO – ACÓRDÃO Nº 196/2014 – PLENO
RECORRENTES:	JOSÉ MÁRCIO LONDE RAPOSO ENTÃO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES CPF N. 573.487.748-49 CARLOS ALBERTO CAIEIROS ENTÃO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE CPF N. 382.397.526-91 EDSON LUIZ FERNANDES ENTÃO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CPF N. 332.172.542-87 MARCELO DOS SANTOS ENTÃO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO CPF N. 586.749.852-20
ADVOGADOS:	NILTOM EDGARD MATTOS MARENA (OAB/RO 361-B) PAULO CÉSAR DOS SANTOS (OAB/RO 4768) VIRGÍLIO PEREIRA REZENDE (OAB/RO 4068)
UNIDADE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
RELATOR:	CONSELHEIRO EDILSON DE SOUSA SILVA

ACÓRDÃO Nº 188/2015 - PLENO

RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADOS. REPETIÇÃO DAS ALEGAÇÕES DE DEFESA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

O recurso de reconsideração deve impugnar os fundamentos da decisão recorrida, trazendo as razões pelas quais entende que merece ser reformada, sob pena de não conhecimento.

Verificada a mera repetição das razões de defesa formuladas nos autos principais, não há como conhecer o recurso interposto por ausência de requisito formal de admissibilidade.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Recurso de Reconsideração interposto por José Márcio Londe Raposo, Carlos Alberto Caieiros, Edson Luiz Fernandes e Marcelo dos Santos em face do Acórdão nº 196/2014-Pleno, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro EDILSON DE SOUSA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I – NÃO CONHECER do Recurso de Reconsideração interposto pelos recorrentes José Márcio Londe Raposo, Carlos Alberto Caieiros, Edson Luiz Fernandes e Marcelo dos Santos, em face da não observância ao princípio da dialeticidade, mantendo-se inalterado o Acórdão nº 196/2014 proferido pelo Pleno deste egrégio Tribunal de Contas nos autos do Processo nº 2571/2010;

II – Dar conhecimento deste acórdão, via Diário Oficial, aos recorrentes, informando-lhes que o voto e o parecer do Ministério Público de Contas estão disponíveis no sítio deste Tribunal de Contas (www.tce.ro.gov.br), em atenção ao desenvolvimento sustentável; e

III – Cumpridas as formalidades de praxe, arquivem-se os autos.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA (Relator), VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; O Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 11 de dezembro de 2015.

EDILSON DE SOUSA SILVA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1072 DE 19/01/16

PROCESSO N. 1289/2011(APENSO Nº 4117/09, 911/10, 921/10 e 901/10).
SUBCATEGORIA: PRESTAÇÃO DE CONTAS
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2010
INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
RESPONSÁVEIS: CONFÚCIO AIRES MOURO
CPF Nº 037.338.311-87
PREFEITO PERÍODO DE 1.1.2010 a 30.3.2010
JOSÉ MÁRCIO LONDE RAPOSO
CPF Nº 573.487.748-49
PREFEITO A PARTIR DE 1.4.2010
RELATOR: CONSELHEIRO VALDIVINO CRISPIM DE SOZA

ACÓRDÃO Nº 189/2015 - PLENO

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. EXERCÍCIO DO PODER FISCALIZATÓRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES. EXERCÍCIO DE 2010. SOBRESTAMENTO EM FACE DE AUDITORIA REALIZADA NO PERÍODO. OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES IDENTIFICADAS NA AUDITORIA. CONVERSÃO DOS AUTOS DE AUDITORIA EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAIS. SANEAMENTO DAS IRREGULARIDADES NOS AUTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO.

1. Recebe Parecer Prévio Favorável à Aprovação quando há atendimento aos preceitos legais estabelecidos, principalmente em relação às exigências contidas na Lei Federal nº 4.320/64, bem como na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

2. Ao Poder Público Municipal recai a responsabilidade de implementação do protesto judicial para cobrança de créditos inscritos em dívida ativa em observância aos precedentes desta Corte de Contas contidas nas Decisões nº 212/2014-Pleno, 222/2014-Pleno.

3. A Constituição Federal, por meio do art. 74, incisos e parágrafos estabelece o sistema de controle interno como instrumento de legalidade e legitimidade dos atos administrativos, de forma a avaliar a gestão dos órgãos e entidades da administração pública e apoiar o controle externo, esse, consigna como premente à

observância quanto à atuação eficiente do Órgão de Controle Interno.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam da Prestação de Contas, exercício de 2010, do Município de Ariquemes, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, por unanimidade de votos, em:

I - Emitir PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO das Contas do Município de ARIQUEMES, relativas ao exercício financeiro de 2010, de responsabilidade dos Senhores CONFÚCIO AIRES MOURA – Prefeito no período de 1.1 a 30.3.2010 e JOSÉ MÁRCIO LONDE RAPOSO – Prefeito no período de 1.4 a 31.12.2010, consoante dispõe a Constituição Federal, no artigo 31, §§ 1º e 2º, e a Lei Complementar Estadual nº 154/1996, no artigo 1º, III, e no artigo 35, ressalvadas as Contas da Mesa da Câmara Municipal, dos Convênios e Contratos firmados pelo Executivo em 2010, os quais terão apreciações técnicas com análises detalhadas e julgamentos em separado;

II - Determinar via ofício, ao atual Prefeito de ARIQUEMES que adote as seguintes medidas administrativas:

a) observância ao devido cumprimento da Decisão nº 416/2014-Pleno, que determina a adoção e efetiva utilização do protesto extrajudicial para cobrança de créditos inscritos em dívida ativa, cuja aferição e consequências de eventual descumprimento terão lugar por ocasião da apreciação das contas alusivas ao exercício de 2015;

b) implementar e efetivar a utilização do protesto judicial para cobrança de créditos inscritos em dívida ativa, na mesma senda dos seguintes precedentes da Corte: Decisão nº 212/201-Pleno (Proc. nº 1722/2013- TCERO); Decisão nº. 221/2012-Pleno (Proc. nº 1460/2012- TCERO); Decisão nº. 222/2014-Pleno (Proc. nº 1611/2005- TCERO; e

c) exigir do Controle Interno maior atuação quando da avaliação da gestão, procurando verificar a legalidade e legitimidade dos atos administrativos praticados pela Administração Pública Municipal de Ariquemes.

III - Determinar à Secretaria de Processamento e Julgamento que promova a digitalização dos presentes autos, encaminhando os originais à Câmara Municipal de Ariquemes para apreciação e julgamento, expedindo-se, para tanto, o necessário; e

IV - Dar ciência deste Acórdão aos interessados, nos termos do art. 22 da LC n. 154/96 com redação dada pela LC n. 749/13, informando-lhes que o Voto e o Parecer Ministerial estarão disponíveis no sítio do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (www.tce.ro.gov.br).

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA (Relator), FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 11 de dezembro de 2015.

VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE RO
Nº 1072 DE 19/01/16

PROCESSO N. 1406/1992
INTERESSADA: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
UNIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL E ADMINISTRAÇÃO
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL CONVÊNIO N° 102/90-PGE CELEBRADO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA E A COMISSÃO EXECUTIVA DOS VALES DOS RIOS MAMORÉ, GUAPORÉ E MADEIRA - CEMAGUAM, COM A INTERVENIÊNCIA DA SEPLAN
RESPONSÁVEIS: JOSÉ SIMÃO COSTI FILHO
EX-SECRETÁRIO DA SEPLAN
CPF N° 154.182.780-53
WALTER BÁRTOLO
EX-SUPERINTENDENTE DA CEMAGUAM
CPF N° 007.280.552-87
RELATOR: CONSELHEIRO FRANCISCO CARVALHO DA SILVA

ACÓRDÃO Nº 190/2015 - PLENO

Poder Executivo Estadual. Convênio celebrado em 1990 com a Comissão Executiva dos Vales dos Rios Guaporé e Madeira. Acórdão proferido. Nulidade absoluta do Acórdão n° 377/98 que converteu os autos em Tomada de Contas Especial e julgou irregular com a imputação de débito e multa na mesma sessão. Ofensa aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla. Fatos ocorridos no exercício de 1990. Inviabilidade da retomada da instrução processual. Lapso de mais de 25 (vinte e cinco) anos desde os fatos. Observância dos princípios da segurança jurídica, da razoabilidade, da proporcionalidade, da economicidade e da razoável duração do processo. Baixa de Responsabilidade. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Tomada de Contas Especial convertida por meio do Acórdão n° 377/1998-Pleno, em face do suposto dano ao cofre estadual, em razão da não Prestação de Contas do Convênio n° 102/90-PGE, celebrado entre o Governo do Estado de Rondônia e a Comissão Executiva dos Vales dos Rios Mamoré, Guaporé e Madeira, com a interveniência da Seplan, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I - Declarar nulo o Acórdão n° 377/1998-Pleno, em razão da inobservância do devido processo legal ao ser o processo convertido em Tomada de Contas Especial

e na mesma sessão receber julgamento irregular com imputação de débito e multa, cerceando, assim, o direito de defesa dos responsáveis;

II - Reconhecer, com fundamento nos princípios da segurança jurídica, razoabilidade, proporcionalidade, economicidade e razoável duração do processo, a inviabilidade da retomada da instrução processual, tendo em vista o decurso de 25 (vinte e cinco) anos desde a ocorrência dos fatos, uma vez que retira a oportunidade de oferecer o adequado contraditório e as condições de exercício da ampla defesa, consectários do princípio do devido processo legal;

III - Determinar ao Departamento do Pleno que dê baixa na responsabilidade do Senhor Walter Bártolo, com relação aos registros oriundos do Acórdão nº 377/1998-Pleno;

IV - Dar ciência, via Diário Oficial, do teor deste Acórdão aos interessados;

V - Dar ciência, via ofício, ao Procurador Geral do Estado do teor deste Acórdão; e

VI - Determinar ao Departamento do Pleno que, depois de adotadas as medidas regimentais cabíveis, sejam os presentes autos arquivados.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA (Relator), PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 11 de dezembro de 2015.

FRANCISCO CARVALHO DA SILVA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PROCESSO N. 3785/2014/TCE-RO (APENSO PROCESSO Nº 3659/2014)
UNIDADE: PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE ESPIGÃO DO OESTE
ASSUNTO: AUDITORIA ORDINÁRIA NA ÁREA DE PESSOAL- EXERCÍCIO DE 2014
RESPONSÁVEL: CÉLIO RENATO DA SILVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL
CPF Nº 130.634.721-15
RELATOR: FRANCISCO CARVALHO DA SILVA

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1072 DE 29 / 01 / 16

ACÓRDÃO Nº 191/2015 - PLENO

Fiscalização de Atos. Auditoria Ordinária. Área de Pessoal. Poder Executivo do Município de Espigão do Oeste. Período de janeiro a outubro de 2014. Cumprimento da Decisão Monocrática nº 394/2014/GCFCS. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Auditoria realizada no Executivo Municipal de Espigão do Oeste, referente ao exercício de 2014, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I - Arquivar o processo de Auditoria Ordinária realizada no Executivo Municipal de Espigão do Oeste, referente período de janeiro a outubro de 2014, sob a responsabilidade do Senhor Célio Renato da Silveira, CPF nº 130.634.721-15, por encontrar-se exaurido do ponto de vista procedimental, em face da inviabilidade de cumprimento do disposto no § 1° do artigo 62 do RI/TCE-RO; e

II - Dar ciência, via Diário Eletrônico do TCE-RO, do teor deste Acórdão ao interessado.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA (Relator), PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 11 de dezembro de 2015.

FRANCISCO CARVALHO DA SILVA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE-RO
Nº 1072 DE 30/03/16

PROCESSO N. 3771/2014
UNIDADE: PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CORUMBIARA
ASSUNTO: AUDITORIA ORDINÁRIA - ÁREA DE PESSOAL - EXERCÍCIO DE 2014
RESPONSÁVEIS: DEOCLECIANO FERREIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL
CPF N° 499.306.212-53
EMERSON TEIXEIRA DE SOUZA
VICE-PREFEITO MUNICIPAL
CPF N° 638.771.632-20
MARIA ALVES DA SILVA
CHEFE DO SETOR DE PESSOAL
CPF N°237.443.831-72
RELATOR: FRANCISCO CARVALHO DA SILVA

ACÓRDÃO Nº 192/2015 - PLENO

Auditoria. Poder Executivo do Município de Corumbiara. Irregularidades formais. Multa. Determinações. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Auditoria realizada no Executivo Municipal de Corumbiara, com fulcro no disposto nos incisos I e V do artigo 70 do Regimento Interno deste Tribunal, pertinente ao período de janeiro a outubro de 2014, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I - Considerar ilegais as nomeações de servidores para cargos em comissão, de livre provimento, cujas atribuições na prática equivalem ao exercício de cargo provido mediante concurso público, em afronta ao artigo 37, *caput,* II e V, da Constituição Federal c/c o artigo 1° da Lei Municipal n° 763/20, detectadas em Auditoria Ordinária realizada na área de Pessoal do Executivo Municipal de Corumbiara, exercício de 2014, de responsabilidade do Senhor Deocleciano Ferreira Filho - CPF n° 499.306.212-53, conforme descrição no quadro que especifica os servidores no item 8.2.1 do voto;

II - Aplicar multa na ordem de R$ 1.620,00 (mil seiscentos e vinte reais) ao Senhor Deocleciano Ferreira Filho - CPF n° 499.306.212-53, Prefeito do Município de Corumbiara, com fulcro no artigo 55, II, da Lei Complementar n° 154/96, por afronta ao artigo 37, *caput,* incisos II e V, da Constituição Federal, ao utilizar cargos em comissão para o exercício de atribuições da natureza de cargos de provimento efetivo e na ausência de características de direção, chefia e assessoramento;

III - Fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste Acórdão no Diário Oficial, para que comprove perante este Tribunal o recolhimento da multa imputada no item II retro à Conta do Fundo de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, na forma do artigo 3°, III, da Lei Complementar n° 194/97; autorizando, desde já, que, transitado em julgado, sem que ocorra o recolhimento da multa, inicie-se a cobrança judicial nos termos do artigo, 27, inciso II, da Lei Complementar n° 154/96, c/c o artigo 36, II/ do Regimento Interno/TCE-RO;

IV - Determinar ao atual Chefe do Poder Executivo do Município de Corumbiara, ou a quem vier sucedê-lo ou substituir, que regularize os casos de desvio de função, decorrente da nomeação de servidores comissionados para a execução de atribuições típicas de servidores de carreira, conforme apurado na presente inspeção, devendo as nomeações precárias e temporárias limitarem-se a cargos de Direção, Chefia e Assessoramento, conforme regra contida no artigo 37, V, da Constituição Federal; ficando o Controle Interno Municipal responsável pelo acompanhamento do cumprimento da medida e da comprovação a esta Corte, quando de futuras auditorias, sob pena do não atendimento torná-los passíveis de sanção na forma do artigo 55 da Lei Complementar n° 154/96;

V - Determinar ao atual Chefe do Poder Executivo do Município de Corumbiara, ou a quem vier sucedê-lo ou substituir, que providencie a regularização de diferença de contribuição previdenciária na ordem de R$ 2.971,27 (dois mil, novecentos e setenta e um reais e vinte e sete centavos), ao INSS, pertinente ao período de janeiro a setembro de 2014, caso ainda não tenha sido recolhido, ficando o Controle Interno Municipal responsável pelo acompanhamento do cumprimento da medida e da comprovação a esta Corte, quando de futuras auditorias, sob pena do não atendimento torná-los passíveis de sanção na forma do artigo 55 da Lei Complementar n° 154/96;

VI - Dar ciência, via Ofício, ao atual Chefe do Poder Executivo e ao Controlador Interno do Município de Corumbiara, do disposto nos itens IV e V, retro, cientificando-os de que a notificação diz respeito apenas ao cumprimento do acórdão nos itens especificados, não estando sua ciência vinculada à contagem do prazo para interposição de recurso, uma vez que esse se dá pela publicação do acórdão no Diário Oficial eletrônico desta Corte, conforme Lei Estadual n° 749/2013;

VII - Dar ciência deste Acórdão à -Geral de Controle Externo para monitoramento das determinações constantes nos itens IV e V retro;

VIII - Dar ciência, via Diário Oficial Eletrônico do TCE-RO, do teor deste Acórdão aos interessados; e

IX - Autorizar, sobrevindo à comprovação do recolhimento da multa imputada no item II, e após as medidas de praxe, o arquivamento dos autos.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA (Relator), PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 11 de dezembro de 2015.

FRANCISCO CARVALHO DA SILVA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE-RO
Nº 1044 DE 21 / 9 / 16

PROCESSO N. 4079/2010
INTERESSADA: EMPRESA CENTERCOPY COMÉRCIO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 04060246/0001-00
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO - EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL N. 01/2010/TCE-RO – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS, REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS, FOTOCÓPIAS, PLASTIFICAÇÃO E ENCADERNAÇÃO ESPIRAL ATÉ 500 FOLHAS.
UNIDADE: TRIBUNAL DE CONTAS
RESPONSÁVEIS: JOSÉ GOMES DE MELO
EX-CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS
CPF N. 089.144.606-06
LUIZ FRANCISCO GONÇALVES RODRIGUES
EX-SECRETÁRIO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS
CPF N. 408.104.612-34
IVALDO FERREIRA VIANA
CONTROLADOR INTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS
CPF N. 113.497.432-91
RELATOR: CONSELHEIRO EDILSON DE SOUSA SILVA

ACÓRDÃO Nº 193/2015 - PLENO

Representação. Contratação de empresa para prestação de serviços gráficos, fotocópias, plastificação e encardenação. Pregão Presencial n. 01/2010/TCE-RO. Alerta quanto à preferência na modalidade eletrônica. Alegação de descumprimento das regras do edital. Produtos remanufaturados e em linha de fabricação. Ausência de prejuízo na prestação dos serviços. Improcedência quanto à pretensão de declaração de nulidade do contrato. Arquivamento.

Impõe-se reconhecer ser entendimento pacificado no âmbito desta Corte o dever de preferência ao pregão eletrônico, de modo que a opção pelo presencial é exceção, amparada apenas quando há justificativa consistente.

Inexiste irregularidade na utilização de produtos remanufaturados quando não há vedação nas regras contidas no edital.

A existência de apenas uma máquina fora da linha de produção não é motivo suficiente para reconhecer a ilegalidade do contrato firmado, haja vista não haver notícia de que esse fato tenha ocasionado prejuízo à prestação do serviço, que fora devidamente cumprido.

Ausentes os motivos ensejadores, deixa-se de dar provimento à pretensão requerida na Representação.

Arquivamento que se impõe.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Representação formulada pela empresa Centercopy Comércio de Máquinas, Equipamentos e Serviços Ltda, na qual alega o não cumprimento das cláusulas oriundas do contrato firmado entre a empresa R. da Costa Silva – ME e o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, referente ao Pregão Presencial n. 01/2010/TCE-RO, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro EDILSON DE SOUSA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I - Conhecer da Representação formulada nos presentes autos, contudo, no mérito, deixar de declarar a nulidade do contrato firmado entre o Tribunal de Contas e a empresa R. da Costa e Silva – ME, ante a ausência de elementos justificadores;

II – Determinar aos responsáveis que, doravante, adotem as medidas cabíveis no sentido de assegurar a integral fidelidade das disposições contratuais e editalícias quando da execução do contrato, em observância aos artigos 66 e 67 da Lei 8.666/1993, sob pena de seu descumprimento resultar na aplicação de multa;

III – Advertir a Administração desta Corte de Contas acerca da necessidade de observar o entendimento firmado na Súmula n. 06/TCE-RO, quanto à utilização preferencial do pregão eletrônico para a contratação de bens e serviços comuns, sob pena de cominação de multa em caso de não atendimento;

IV - Dar ciência deste Acórdão decisão, via DOeTCE-RO, aos responsáveis, informando-lhes que o voto e o parecer ministerial, em seu inteiro teor, estão disponíveis no sítio deste Tribunal de Contas (www.tce.ro.gov.br); e

V - Determinar que, depois de cumpridas as formalidades necessárias, sejam os autos arquivados.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA (Relator), VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 11 de dezembro de 2015.

EDILSON DE SOUSA SILVA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1078 DE 27 / 5 / 2016

PROCESSO-e: 1590/2015
INTERESSADO: MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO DE 2014
RESPONSÁVEL: GERSON NEVES - PREFEITO MUNICIPAL
CPF Nº 272.784.761-00
CARLOS ALEXANDRE DELGADO
CPF Nº 620.830.742-20
CONTADOR CRC/RO: 005814/0-6
LAURI PEDRO ROCKENBACH
CPF Nº 334.244.629-34
CONTROLADOR INTERNO
RELATOR: CONSELHEIRO EDILSON DE SOUSA SILVA

ACÓRDÃO Nº 194/2015 - PLENO

CONSTITUCIONAL. FINANCEIRO. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL. CONTAS DE GOVERNO. CUMPRIMENTO DOS ÍNDICES CONSTITUCIONAIS COM A EDUCAÇÃO, SAÚDE, GASTOS COM PESSOAL E REPASSE AO LEGISLATIVO. SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA SUPERAVITÁRIA. EQUILÍBRIO FINANCEIRO. COBRANÇA JUDICIAL E ADMINISTRATIVA NÃO SATISFATÓRIA DA DÍVIDA ATIVA. CONTRATAÇÃO DE HORAS EXTRAS EM PERÍODO VEDADO. AUMENTO DA DÍVIDA DO INSS E RPPS ONERANDO OS COFRES DO MUNICÍPIO COM O PAGAMENTO DE JUROS E MULTA. DETERMINAR A INSTAURAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL PARA APURAR O DANO AO ERÁRIO DECORRENTE DO NÃO PAGAMENTO E/OU PAGAMENTO EM ATRASO DOS DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS. DETERMINAR INSTAURAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ATOS E CONTRATOS PARA APURAR RESPONSABILIDADE DO PREFEITO PELA CONTRATAÇÃO DE HORAS EXTRAS NO PERÍODO VEDADO. CONTROLE INTERNO INEFICIENTE. DETERMINAÇÕES PARA CORREÇÃO E PREVENÇÃO DAS IRREGULARIDADES FORMAIS. PARECER DESFAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS. PRECEDENTES

1 - Restou evidenciado o cumprimento dos mandamentos constitucionais e legais relativos à educação (29,62% na MDE e 62,41% no FUNDEB - valorização do magistério); à saúde (18,99%); gasto com pessoal (51,67%); e repasse ao Legislativo (6,99%).

2 - O município encerrou o exercício apresentando execução orçamentária e financeira líquidas superavitárias.

3 - A cobrança judicial e administrativa da dívida ativa mostrou-se insatisfatória.
4 - Ficou demonstrada nos autos a prática reiterada do não recolhimento das contribuições previdenciárias e/ou seu pagamento fora da data limite, bem como sucessivos parcelamentos dos débitos previdenciários, ocasionando grave dano ao erário decorrente de pagamento injustificado de juros e multa, bem como impondo sério prejuízo ao Instituto de Previdência Municipal.
6 - Ante a gravidade da conduta que impõe ônus desnecessário aos cofres municipais, necessária à determinação de instauração de tomada de contas especial visando apurar os fatos, quantificar o dano ao erário e identificar os agentes responsáveis.
7 - O Município efetuou contratação de horas extras em período vedado, vez que ao final do primeiro semestre a despesa com pessoal encontrava-se acima do limite prudencial.
8 - Necessária perquirir em autos apartados a responsabilidade do Prefeito pela contratação irregular de horas extras.
9 - Por efeito, a presente prestação de contas deve receber parecer prévio desfavorável à aprovação.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam da Prestação de Contas, exercício de 2014, do Município de Nova Brasilândia do Oeste, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro EDILSON DE SOUSA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I - Emitir Parecer Prévio DESFAVORÁVEL À APROVAÇÃO da Prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo do Município de Nova Brasilândia do Oeste, exercício de 2014, de responsabilidade de Gerson Neves - Prefeito Municipal, com fulcro no inciso I do artigo 71 da Constituição Federal c/c 35 da Lei Complementar 154/96, e artigo 49 do Regimento Interno, em razão das impropriedades abaixo elencadas, excepcionadas, no entanto, as contas da mesa Diretora do Poder Legislativo Municipal, dos convênios e contratos firmados, além dos atos de ordenação de despesas eventualmente praticados pelo chefe do Poder Executivo, que serão apreciados e julgados em autos apartados e diretamente por este Tribunal:

a) não recolhimento no prazo das contribuições previdenciárias, gerando aumento dos débitos previdenciários (parcelamentos) e dano ao erário ante o pagamento de juros e multa, em infringência ao artigo 14 da Lei Federal 4.320/64, c/c inciso III do artigo 29 e inciso III do artigo 37, ambos da Lei Complementar 101/00; artigo 2° da Lei Federal 10.028/00; artigo 3° da Resolução 43 do Senado Federal; artigo 36 da ON/MPS/SPS 02/09 e artigos 49, 149, §1° e 195, inciso II, todos da Constituição Federal;

b) encaminhamento intempestivo dos balancetes, via SIGAP, relativos aos meses de janeiro, fevereiro, março e dezembro/2014, em infringência ao artigo 53 da Constituição Estadual, c/c o artigo 5° da Instrução Normativa 019/TCERO-06 e com a alínea "c" do item II da Decisão 318/2013-Pleno;

c) encaminhamento intempestivo de todos os demonstrativos gerenciais da educação (anexos I ao X), a exceção do mês de agosto, em infringência aos incisos I a V do artigo 13, e I e II do artigo 14 da Instrução Normativa 022/TCERO-07;

d) encaminhamento intempestivo de todos os demonstrativos gerenciais da saúde (anexos XII ao XV), a exceção do mês de agosto, em infringência ao inciso I do artigo 22 da Instrução Normativa 022/TCERO-07;

e) descumprimento a letra "c" do item II da decisão 356/2014, ante a não instauração da tomada de contas especial visando apurar a responsabilidade de prescrição de créditos tributários;

f) realização fora do prazo da audiência pública de avaliação das metas fiscais referente ao 2° semestre de 2014;

g) ausência do relatório anual de medidas de combate à evasão e à sonegação de tributos do exercício de 2014; e

h) contratação de horas extras em período vedado, uma vez que a despesa de pessoal encontrava-se no limite de alerta ao final do 1° semestre, em infringência ao inciso V do parágrafo único do artigo 22 da LRF.

II - Considerar que a Gestão Fiscal do Poder Executivo do Município de Nova Brasilândia do Oeste, relativa ao exercício de 2014, de responsabilidade de Gerson Neves, Prefeito Municipal, ATENDE os pressupostos de Responsabilidade Fiscal dispostos na Lei Complementar Federal 101/2000, no que concerne aos parâmetros de equilíbrio da receita e despesa; despesas com pessoal; dívida consolidada líquida; operação de crédito; e, ainda, quanto aos limites constitucionais de aplicação de recursos nas áreas de educação e saúde, nos termos determinados nos §§ 1° e 2° do artigo 8° da Resolução 173/2014/TCERO;

III - Determinar via ofício ao atual prefeito que:

a) adote de medidas visando à correção e prevenção da reincidência das irregularidades apontadas no item I, alíneas "a" a "h" deste voto, sob pena de aplicação das sanções previstas no artigo 55, VII da Lei Complementar 154/96, pelo descumprimento de determinações desta Corte;

b) implemente ou aprimore a utilização do protesto extrajudicial como medida prévia de ajuizamento das execuções judiciais para o créditos tributários ou não tributários, em obediência ao Ato Recomendatório Conjunto expedido em 13 de janeiro de 2014 por esta Corte de Contas, pelo Ministério Público de Contas e pelo Poder Judiciário do Estado de Rondônia, bem como à Decisão 328/2014-Pleno, proferida nos autos do processo 1503/2014, sob pena de aplicação das sanções previstas no inciso IV da artigo 55 da Lei Complementar Estadual 154/96, pelo descumprimento de determinação desta Corte;

c) Dê cumprimento à letra "c" do item II da Decisão 356/2014-Pleno, instaurando e encaminhando a este Tribunal a Tomada de Contas Especial, visando apurar os motivos e eventuais responsáveis pela prescrição e não ajuizamento de ações de cobrança dos créditos da divida ativa, acompanhado das manifestações do órgão de Controle Interno e do

Ordenador de Despesa, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação da decisão, sob pena de responsabilidade solidária;

d) determine ao setor responsável de contabilidade, que promova rigorosa auditoria nos lançamentos contábeis antes de processar o encerramento do exercício e de elaborar as peças contábeis para evitar inconsistências técnicas, e que quando das correções dos demonstrativos, os mesmos sejam republicados a fim de dar cumprimento às exigências legais contidas no caput do artigo 37 da Constituição Federal;

e) determine ao setor responsável de contabilidade, que promova nos demonstrativos contábeis do exercício de 2015, o necessário ajuste no patrimônio líquido, a fim de que corrija a diferença apontada pelo corpo instrutivo, bem como justifique os ajustes em notas explicativas;

f) adote medidas capazes de reduzir as despesas de custeio, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados à população e promover a ampliação dos investimentos no município;

g) implemente as diretrizes traçadas pela Decisão Normativa 01/2015/TCER, na estruturação e melhoria do órgão de controle interno;

h) atente para o cumprimento dos prazos para a remessa de documentos a este Tribunal de Contas;

i) ao elaborar a proposta da Lei Orçamentária atente para que o percentual de alteração do orçamento inicial através de créditos suplementares seja proposto em 20% no máximo, limite este considerado razoável.

IV - Determinar ao Controle Externo desta Corte que:

a) advindo os documentos relativos à Tomada de Contas Especial relacionada no item III, alínea "c", deste Acórdão, autue-os em autos apartados, procedendo a sua análise;

b) verifique, por ocasião da análise da prestação de contas do município relativa ao exercício de 2016, o cumprimento das determinações contidas no item III deste voto;

c) ao proceder à análise das prestações de contas anuais verifique se o relatório, parecer e certificado de auditoria do órgão de Controle Interno foram compatíveis com a realidade, sobretudo quando evidenciadas graves irregularidades que comprometam a gestão.

V - Determinar, via ofício, aos atuais responsáveis pelo controle interno do município que ao tomarem conhecimento de impropriedades, tais como as apontadas no item I, alíneas "a" a "h", deste Acórdão, adotem medidas saneadoras e deem imediata ciência a esta Corte, sob pena de não o fazendo estarem sujeitos à responsabilização solidária, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar 154/96;

VI - Determinar a exclusão da responsabilidade imputada na Decisão em Definição de Responsabilidade 178/2015/GCESS de Carlos Alexandre Delgado

(CPF 620.830.742-20), na condição de Contador, em razão de que a irregularidade remanescente a ele atribuída ser incapaz de macular a presente prestação de contas;

VII - Determinar à Secretaria de Processamento e Julgamento - Departamento do Pleno que extraia cópia dos relatórios do corpo instrutivo (id 201539 e 216216); defesa apresentada pelos jurisdicionados (id 214700, 214715 e 220380); Parecer Ministerial (id 228714), e proceda à autuação como fiscalização de atos e contratos com o consequente encaminhamento à Secretaria-Geral de Controle Externo, para que em procedimento autônomo e apartado seja apurada a responsabilidade do Prefeito pelo pagamento de horas extras a diversos servidores, quando os gastos com pessoal encontravam-se acima do limite prudencial; bem como que extraia cópia dos relatórios do corpo instrutivo (id 201539 e 216216); defesa (id 214745, id 216114 e protocolo 8173/2015), Parecer Ministerial (id 228714) e proceda à respectiva autuação como tomada de contas especial visando apurar o inadimplemento das obrigações previdenciárias e o motivo dos sucessivos parcelamentos dos débitos previdenciários, e encaminhe à Secretaria-Geral de Controle Externo para pronunciamento técnico, identificando os responsáveis e quantificando o dano ao erário ante o pagamento de juros e multa.

VIII - Dar ciência, por ofício, aos interessados e ao Ministério Público de Contas, informando-os de que o inteiro teor do voto, decisão e parecer prévio está disponível para consulta no endereço eletrônico www.tce.ro.gov.br; e

IX - Determinar à Secretaria de Processamento e Julgamento - Departamento do Pleno que, ocorrendo o trânsito em julgado, extraia cópia digitalizada dos presentes autos e encaminhe à Câmara Municipal de Nova Brasilândia do Oeste, para apreciação e julgamento, expedindo-se, para tanto, o necessário.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA (Relator), VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 11 de dezembro de 2015.

EDILSON SOUSA SILVA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1076 DE 25 / 01 / 16

PROCESSO-e: 1564/2015
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2014
JURISDICIONADO: MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA
RESPONSÁVEIS: OSCIMAR APARECIDO FERREIRA
PREFEITO MUNICIPAL
CPF Nº 556.984.769-34
MANOEL SARAIVA MENDES
CONTROLADOR INTERNO
CPF Nº 485.515.202-10
RELATOR: CONSELHEIRO VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA

ACÓRDÃO Nº 195/2015 - PLENO

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. EXERCÍCIO DO PODER FISCALIZATÓRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA. EXERCÍCIO DE 2014. IRREGULARIDADES FORMAIS. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO COM RESSALVAS. DETERMINAÇÕES.
1. Recebe Parecer Prévio Favorável à Aprovação com Ressalvas quando da ocorrência de irregularidades de cunho formal, não prejudicial à análise, nos termos do art. 16, I, da Lei Complementar nº 154/96.
2. É obrigatória a observância das normas inseridas no artigo 60 do ADCT da Constituição Federal, dada pela nova redação da Emenda Constitucional nº 53/06 c/c os artigos 85 e 89 da Lei Federal nº 4.320/64, devendo os recursos de que trata a Lei Federal nº 11.494/07 ser utilizado tão somente em despesas legítimas. Determinações.
3. Necessidade de implementação do protesto judicial para cobrança de créditos inscritos em dívida ativa em observância aos precedentes desta Corte de Contas, contidas nas Decisões nº 212/2014-Pleno, 222/2014-Pleno.
4. De acordo com a Decisão Normativa nº 001/2015-TCERO, que estabelece as diretrizes gerais sobre a implementação e operacionalização do sistema de controle interno, é premente a observância quanto à atuação eficiente do Órgão de Controle Interno, in casu, o Município de Campo Novo de Rondônia.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam da Prestação de Contas, exercício de 2014, do Município de Campo Novo de Rondônia, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, por unanimidade de votos, em:

I - Emitir Parecer Prévio favorável à aprovação com ressalva das contas do Município de Campo Novo de Rondônia, relativas ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade do Senhor OSCIMAR APARECIDO FERREIRA – Prefeito Municipal, CPF nº 023.087.694-32, na forma e nos termos do Projeto de Parecer Prévio, consoante dispõe a Constituição Federal, no artigo 31, §§ 1º e 2º, e a Lei Complementar Estadual nº 154/1996, no artigo 1º, III, e no artigo 35, ressalvadas as Contas da Mesa da Câmara Municipal, dos Convênios e Contratos firmados pelo Executivo em 2014, os quais terão apreciações técnicas com análises detalhadas e julgamentos em separado, em virtude das seguintes irregularidades:

DE RESPONSABILIDADE DE OSCIMAR APARECIDO FERREIRA - PREFEITO MUNICIPAL, CPF nº 556.984.769-34:

a) Infringência ao artigo 13, inciso VI, da Instrução Normativa n.º 022/TCE-RO-2007, em razão da ausência de encaminhamento do ato de designação dos responsáveis pela movimentação financeira da Educação;

b) Infringência ao artigo 22, inciso II, alínea "a", da Instrução Normativa nº. 22/TCERO-07, em razão da ausência de encaminhamento do ato de designação dos responsáveis pela movimentação das contas do Fundo Municipal de Saúde;

c) Infringência à alínea "a" do inciso VI do artigo 11 da Instrução Normativa nº 013/TCERO-2004, visto que, embora o Município tenha encaminhado a esta Corte o Relatório Circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas no período, não trouxe em seu bojo, o exame comparativo em relação aos últimos três exercícios, em termos qualitativos e quantitativos, das ações planejadas no PPA, na LDO e LDO e das ações efetivamente realizadas, com especial enfoque sobre os programas voltados às áreas de educação, saúde, segurança e obras públicas;

DE RESPONSABILIDADE DO SENHOR OSCIMAR APARECIDO FERREIRA - PREFEITO MUNICIPAL, CPF nº 556.984.769-34, EM CONJUNTO COM A SENHORA IZOLDA MADELLA – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CPF nº 577.733.860-72:

d) Infringência às normas inseridas no artigo 60 do ADCT da Constituição Federal, dada pela nova redação da Emenda Constitucional nº 53/06 c/c os artigos 85 e 89 da Lei Federal nº 4.320/64, em razão da diferença de R$ 49.566,04 (quarenta e nove mil, quinhentos e sessenta e seis reais e quatro centavos) nas disponibilidades financeiras do Fundeb, o qual deverá ser restituído às respectivas contas correntes;

DE RESPONSABILIDADE DO SENHOR OSCIMAR APARECIDO FERREIRA - PREFEITO MUNICIPAL, EM CONJUNTO COM A SENHORA LUCIENE FERNANDES GONÇALVES – CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, CPF nº 688.174.102-25:

e) Infringência ao art.53, III; art. 4º, § 1º; art. 9º da LRF, por não atingir a Meta Fiscal de Resultado Nominal prevista na LDO no exercício de 2014.

II – Considerar que a Gestão Fiscal do Poder Executivo do Município de Campo Novo de Rondônia, relativa ao exercício de 2014, de responsabilidade do Senhor Oscimar Aparecido Ferreira, Prefeito Municipal, atende aos pressupostos fixados na Lei Complementar Federal nº. 101/2000, quanto ao atendimento aos parâmetros de Receita e Despesa, Despesas com Pessoal, Dívida Consolidada Líquida, Operação de Crédito e, ainda, quanto aos limites constitucionais de aplicação de recursos nas áreas de Educação e Saúde, nos termos determinados nos §§ 1º e 2º, do art. 8º, da Resolução nº 173/2014-TCERO;

III – Ratificar o Termo de Alerta de Responsabilidade Fiscal nº. 38/2014 ao gestor do Município de Campo Novo de Rondônia, Senhor Oscimar Aparecido Ferreira, na forma do artigo 59, § 1º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que, embora tenha sido cumprido o art.20 da Lei de Responsabilidade Fiscal no exercício 2014, o gasto com pessoal do Poder Executivo de Campo Novo- consistiu em 52,82% no 1º semestre de 2014 ultrapassou o Limite de Alerta de 95%, do limite legal de 54% da RCL;

IV - Determinar, via ofício, ao atual Prefeito do Município de Campo Novo de Rondônia, Senhor Oscimar Aparecido Ferreira, que adote procedimentos adequados para a devolução do montante de R$ 49.566,04 (quarenta e nove mil quinhentos e sessenta e seis reais e quatro centavos) da conta do tesouro municipal para a conta do Fundeb, para regularização/utilização do citado valor, uma vez que se trata de recurso vinculado por lei, devendo ser utilizado tão somente em despesa legítima de que trata a Lei nº 11.494/07, independente da aplicação do exercício de 2016;

V – Determinar a Secretaria Regional de Controle Externo de Ariquemes que, na análise das contas de 2016, verifique se houve a devolução dos recursos do Fundeb, apontado no item III, com documentos probantes das despesas legítimas elencadas na Lei Federal nº 11.494/07;

VI - Alertar, via ofício, o atual Prefeito do Município de Campo Novo de Rondônia, Senhor Oscimar Aparecido Ferreira, de que o não cumprimento da determinação do item III deste Acórdão, sujeitá-lo-á a devolução de débito do valor ali indicado, de forma corrigida, desde a origem do evento;

VII – Determinar, via ofício, ao atual Prefeito do Município de Campo Novo de Rondônia, Senhor Oscimar Aparecido Ferreira, que observe os princípios orçamentários do planejamento, programação e da razoabilidade na execução do orçamento;

VIII - Determinar, via ofício, ao atual Prefeito do Município de Campo Novo de Rondônia, Senhor Oscimar Aparecido Ferreira, que aprimore a sistemática de cobrança da dívida ativa, otimizando os procedimentos para promover a cobrança no menor lapso de tempo possível, em cumprimento às determinações expostas no art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000 c/c Ato Recomendatório Conjunto, firmado entre o Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e Ministério Público do Estado de Rondônia;

IX – Determinar, via ofício, ao atual Prefeito do Município de Campo Novo de Rondônia, Senhor Oscimar Aparecido Ferreira, que cumpra as diretrizes constantes na Decisão Normativa nº 001/2015-TCERO quanto à atuação eficiente do Órgão de Controle Interno no cumprimento de seu mister constitucional;

X - Determinar, via ofício, ao atual Prefeito do Município de Campo Novo de Rondônia, Senhor Oscimar Aparecido Ferreira, que instaure procedimento específico para apuração do cancelamento de créditos no montante de R$ 373.293,56 (trezentos e setenta e três mil, duzentos e noventa e três reais e cinquenta e seis centavos), pois, embora haja informações nos autos de que se trate de ajustes e provisões para perdas de créditos da dívida ativa, há necessidade de se verificar se tal procedimento é adequado aos ditames que regulam a matéria (art. 14, caput, incisos I e II, da LRF e as previsões do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público);

XI - Dar ciência aos responsáveis, nos termos do art. 22 da LC n. 154/96 com redação dada pela LC n. 749/13, informando-lhes que o Voto, o Parecer Ministerial e Acórdão estarão disponíveis no sítio do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (www.tce.ro.gov.br);

XII - Determinar ao Departamento do Pleno que, após adoção das medidas de praxe, reproduza mídia digital dos autos para ser encaminhada à Câmara Municipal de Campo Novo de Rondônia para apreciação e julgamento, expedindo-se, para tanto, o necessário, após o trânsito em julgado deste Acórdão;

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA (Relator), FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 11 de dezembro de 2015.

VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1070 DE 25 / 1 / 16

PROCESSO-e: 1742/2015
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2014
INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI/RO
RESPONSÁVEL: NILSON AKIRA SUGANUMA
CPF Nº 160.574.302-04
RELATOR: CONSELHEIRO VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA

ACÓRDÃO Nº 196/2015 - PLENO

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI. EXERCÍCIO 2014. NECESSIDADE DE REANÁLISE CONTÁBIL PELO CORPO TÉCNICO. CUMPRIMENTO DO RITO PROCESSUAL. SOBRESTAMENTO.
1. Na ocorrência de divergências e/ou constatação de falhas de análise, necessário se faz retornar os autos a Unidade Técnica Especializada para nova análise, evitando com isso futura arguição de nulidade processual.
2. Cabe ao Tribunal de Contas julgar as contas dos Gestores Públicos dentro das normas legais vigentes, procurando sempre a verdade real dos fatos e o perfeito equilíbrio entre as análises técnica realizadas, principalmente em se tratando de Autos referentes à Prestação de Contas Anuais.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam da Prestação de Contas, exercício de 2014, da Prefeitura Municipal de Vale do Anari, de responsabilidade do Senhor Nilson Akira Suganuma, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, por unanimidade de votos, em:

I – Sobrestar os presentes autos até o julgamento dos Processos de nº 3620/15, 4263/15 e 0673/15, sendo medida necessária com vistas a apurar com precisão o percentual das Despesas com Pessoal, considerando, se for o caso, as reduções salariais e posterior pagamento retroativo e/ou qualquer outro artifício implementado com o intuito de falsear a regularidade das despesas com pessoal;

II – Determinar o retorno dos presentes autos ao Corpo Técnico para complementação da instrução processual relativamente a:

a) A base de cálculo para aplicação na MDE, averiguando o valor da contribuição do Município para formação do Fundeb;

b) A aplicação em MDE (art. 212 da CF), considerando, estritamente, o que foi despendido de acordo com o previsto nos artigo 70 e 71 da LDB, Súmula nº 01/99 e IN nº 14/TCER-2005, identificando e discriminando, nesse passo, as despesas realizadas com MDE em 2014, que foram pagas com recursos do ano em análise, dentro do primeiro trimestre de 2015, consoante disposição da IN nº 22/TCE-RO-2007, alterada pela IN nº 27/TCE-RO-2011;

c) A receita a considerar para as aplicações no Fundeb, notadamente no que se refere à contribuição do Município para formação do Fundeb;

d) A aplicação no Fundeb 60% e 40% considerando, estritamente, o que foi despendido em consonância com os artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/96; Também considerar as despesas com Fundeb, realizadas em 2014, que tenham sido pagas no primeiro trimestre de 2015, desde que com recursos vinculados ao exercício de 2014;

e) A composição financeira do Fundeb ao final de 2014, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, realizando, se for o caso, diligências que julgar necessárias;

f) O entesouramento dos recursos do Fundeb, se houver.

III – Após o atendimento dos pontos de análises registrados, retornem os autos ao gabinete do Relator para prolação de Decisão em Despacho de Definição de Responsabilidade – DDR, em cumprimento aos princípios do contraditório e da mais ampla defesa e do devido processo legal;

IV – Promovido os devidos registros por parte da Secretaria de Processamento e Julgamento desta Corte de Contas, realizar a juntada deste Acórdão aos presentes autos, dando prosseguimento ao trâmite processual exigido.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA (Relator), FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 11 de dezembro de 2015.

VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1072 DE 19/01/16

PROCESSO-e: 1426/2015
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO 2014
INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
RESPONSÁVEIS: LORIVAL RIBEIRO DE AMORIM
PREFEITO MUNICIPAL
CPF Nº 244.231.656-00
RELATOR: CONSELHEIRO VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA

ACÓRDÃO Nº 197/2015 - PLENO

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. EXERCÍCIO DO PODER FISCALIZATÓRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES. EXERCÍCIO DE 2014. IDENTIFICAÇÃO DE IMPROPRIEDADES DE CUNHO FORMAL. AUSÊNCIA DE OCORRÊNCIA DE DANO. SANEAMENTO PARCIAL DAS IRREGULARIDADES NOS AUTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

1. Recebe Parecer Prévio Favorável à Aprovação com Ressalvas quando inexiste irregularidades prejudiciais a análise das contas, porém, com incidência de impropriedades de caráter formal.

2. Ao Poder Público Municipal recai a responsabilidade de implementação do protesto judicial para cobrança de créditos inscritos em dívida ativa em observância aos precedentes desta Corte de Contas contidas nas Decisões nº 212/2014-Pleno, 222/2014-Pleno.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam da Prestação de Contas, exercício de 2014, do Município de Ariquemes, de responsabilidade do Senhor Lourival Ribeiro de Amorim, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, por unanimidade de votos, em:

I - Emitir PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO COM RESSALVAS das Contas do Município de ARIQUEMES, relativas ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade do Senhor LORIVAL RIBEIRO DE AMORIM – na qualidade de Prefeito, na forma e nos termos do Projeto de Parecer Prévio, consoante dispõe a Constituição Federal, no artigo 31, §§ 1º e 2º, e a Lei Complementar Estadual nº 154/1996, no artigo 1º, III, e

no artigo 35, ressalvadas as Contas da Mesa da Câmara Municipal, dos Convênios e Contratos firmados pelo Executivo em 2014, os quais terão apreciações técnicas com análises detalhadas e julgamentos em separado, em razão das seguintes irregularidades:

a) Descumprimento ao artigo 53 da Constituição Estadual c/c o artigo 5º da IN nº 019/TCE-RO-2006, pelo encaminhamento intempestivo dos balancetes mensais referentes aos meses de janeiro, fevereiro, março e dezembro do exercício 2014, conforme dados do SIGAP;

b) Descumprimento ao disposto no artigo 13 e inciso I do artigo 14 da IN nº 022/2007-TCE-RO, pela remessa intempestiva dos Demonstrativos Gerenciais da Educação da MDE e Fundeb (Anexos I ao X) referentes aos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho do exercício de 2014;

c) Descumprimento ao disposto no inciso I do artigo 22 da IN nº 022/TCE-RO-2007, pelo encaminhamento intempestivo do demonstrativo de aplicação de recursos com ações e serviços públicos de saúde (Anexos XII ao XV), referentes aos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho do exercício de 2014;

d) Descumprimento ao artigo 165, §8º, da Constituição da República e artigo 7º, I, da Lei Federal nº 4.320/64, em virtude da abertura de créditos adicionais especiais, no valor de R$ 4.380.700,00 (quatro milhões trezentos e oitenta mil e setecentos reais), utilizando como base legal a LOA, ao invés de Lei Específica.

II – Determinar, via ofício, ao atual Prefeito de Ariquemes que adote as seguintes medidas administrativas:

a) observe os princípios legais e constitucionais para o planejamento dos gastos públicos, tendo em vista que as excessivas alterações orçamentárias configuram falta de planejamento;

b) adote medidas com vistas a possibilitar o encaminhamento dos documentos estabelecidos através das Instruções Normativas nº 13/2004, 19/2006 e 22/2007/TCE-RO dentro dos prazos estabelecidos, evitando com isso a ocorrência de envio intempestivo;

c) nas futuras Prestações de Contas, promova o encaminhamento a esta Corte de Contas o Relatório Anual Especificando as Medidas de Combate à Evasão e à Sonegação de Tributos por meio do SIGAP-FISCAL; e,

d) implemente e efetive a utilização do protesto judicial para cobrança de créditos inscritos em dívida ativa, na mesma senda dos seguintes precedentes da Corte: decisão nº 212/201- Pleno (Proc. nº 1722/2013- TCERO); Decisão nº. 221/2012- Pleno (Proc. nº 1460/2012- TCERO); Decisão nº. 222/2014- Pleno (Proc. nº 1611/2005- TCERO;

III - Considerar que a Gestão Fiscal do Poder Executivo do Município de Ariquemes, relativa ao exercício de 2014, de responsabilidade do Senhor LORIVAL RIBEIRO DE AMORIM – na qualidade de Prefeito, atende aos pressupostos fixados na Lei Complementar Federal nº. 101/2000, quanto ao atendimento aos parâmetros de Receita e Despesa, Despesas com Pessoal, Dívida Consolidada Líquida, Operação de Crédito, e, ainda,

quanto aos limites constitucionais de aplicação de recursos nas áreas de Educação e Saúde, nos termos determinados nos §§ 1º e 2º, do art. 8º, da Resolução nº 173/2014-TCERO;

IV - Determinar à Secretaria de Processamento e Julgamento que promova o encaminhamento, por meio digital, dos presentes autos à Câmara Municipal de Ariquemes para apreciação e julgamento, expedindo-se, para tanto, o necessário; e

V - Dar ciência aos interessados, nos termos do art. 22 da LC n. 154/96 com redação dada pela LC n. 749/13, informando-lhes que o Voto, o Parecer Ministerial e o Acórdão estarão disponíveis no sítio do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (www.tce.ro.gov.br).

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA (Relator), FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 11 de dezembro de 2015.

VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO TCE/RO
Nº 1076 DE 25 / 1 / 16

PROCESSO-e: 1342/2015
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2014
INTERESSADO: MUNICÍPIO DE BURITIS/RO
RESPONSÁVEIS: ANTÔNIO CORRÊA DE LIMA
CPF Nº 574.910.389-72
PREFEITO MUNICIPAL
RAFAEL VICENTE MARTINS DOS REIS
CPF Nº 048.431.869-10
CONTROLADOR (1º QUADRIMESTRE)
RONILDA GERTRUDES DA SILVA
CPF Nº 728.763.282-91
CONTROLADORA (2º QUADRIMESTRE)
SÔNIA FELIX DE PAULA MACIEL
CPF Nº 627.716.122-91
CONTROLADORA (3º QUADRIMESTRE)
RELATOR: CONSELHEIRO VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA

ACÓRDÃO Nº 198/2015 - PLENO

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. EXERCÍCIO DO PODER FISCALIZATÓRIO. PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS. EXERCÍCIO 2014. OCORRÊNCIA DE IMPROPRIEDADES DE CUNHO FORMAL. AUSÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO COM RESSALVAS.
1. Recebe Parecer Prévio Favorável à Aprovação com Ressalvas quando há incidência de irregularidades formais que não possuem o condão de inquinar a análise das contas, com a necessidade de atendimento aos preceitos legais estabelecidos, principalmente em relação às exigências contidas na Lei Federal nº 4.320/64, bem como na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.
2. Ao Poder Público Municipal recai a responsabilidade de implementação do protesto judicial para cobrança de créditos inscritos em dívida ativa em observância aos precedentes desta Corte de Contas contidas nas Decisões nº 212/2014-Pleno, 222/2014-Pleno.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam da Prestação de Contas, exercício de 2014, da Prefeitura Municipal de Buritis, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, por unanimidade de votos, em:

I - Emitir Parecer Prévio favorável à aprovação com ressalvas das Contas da Prefeitura Municipal de Buritis, relativas ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade do Senhor ANTÔNIO CORRÊA DE LIMA – na qualidade de Prefeito Municipal, na forma e nos termos do Projeto de Parecer Prévio, consoante dispõe a Constituição Federal, no artigo 31, §§ 1º e 2º, e a Lei Complementar Estadual nº 154/1996, no artigo 1º, III, e no artigo 35, ressalvadas as Contas da Mesa da Câmara Municipal, dos Convênios e Contratos firmados pelo Executivo em 2014, os quais terão apreciações técnicas com análises detalhadas e julgamentos em separado, em razão das seguintes irregularidades:

a) descumprimento ao disposto no artigo 13 e inciso I do artigo 14 da IN nº 022/2007-TCE-RO, pela remessa intempestiva dos Demonstrativos Gerenciais da Educação, da MDE e Fundeb (Anexos I ao X) referentes aos meses de janeiro e fevereiro do exercício de 2014;

b) descumprimento ao disposto no inciso I do artigo 22 da IN nº 022/TCERO-2007, pelo encaminhamento intempestivo do demonstrativo de aplicação de recursos com ações e serviços públicos de saúde (Anexos XII ao XV), referente aos meses de janeiro e fevereiro do exercício de 2014;

c) descumprimento ao artigo 13 da Lei Complementar nº 101/2000 e do artigo 20 da Instrução Normativa nº 39/2013/TCE-RO, visto que, embora o Município tenha encaminhado a esta Corte o relatório das medidas de combate à evasão e à sonegação de tributos de competência daquele Ente, esse relatório não relacionou a quantidade e os valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como a evolução do montante de créditos tributários passíveis de cobrança administrativa; e

d) descumprimento do que dispõe a alínea "a" do inciso VI do artigo 11 da Instrução Normativa nº 013/TCERO-2004, em razão de que, embora o Município tenha encaminhado a esta Corte o Relatório Circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas no período, não trouxe em seu bojo, o exame comparativo em relação aos últimos três exercícios, em termos qualitativos e quantitativos, das ações planejadas no PPA, na LDO e LOA, e das ações efetivamente realizadas, com especial enfoque sobre os programas voltados às áreas de educação, saúde, segurança e obras públicas, conforme se confere por meio dos documentos acostados às págs. 04-16 dos autos.

II – Determinar, via ofício, ao Gestor do Município de Buritis, sob pena de reprovação das futuras contas e aplicação da sanção disposta no inciso VII do artigo 55 da Lei Complementar Estadual nº 154/96, a adoção das medidas a seguir elencadas:

a) evitar, em atenção ao princípio da programação, as excessivas alterações orçamentárias na Lei Orçamentária Anual;

b) observar com rigor as disposições insertas no artigo 53 da Constituição Estadual, na Lei de Responsabilidade Fiscal e nas Instruções Normativas nº 013/2004, 019/2006 e 022/2007-TCERO, no que concerne aos demonstrativos e à documentação da Prestação de Contas a ser encaminhada ao Tribunal, bem como os prazos para publicação e encaminhamento;

c) exigir da Procuradoria Jurídica do município a adoção de providências necessárias à obtenção efetiva de créditos inscritos em dívida ativa, pela via administrativa ou judicial, cabendo frisar, no entanto, que observe o Ato Recomendatório Conjunto expedido em 13 de janeiro de 2014 pela Corte de Contas Estadual, pelo Ministério Público de Contas e pelo Poder Judiciário do Estado de Rondônia, o qual se posiciona pela utilização do protesto extrajudicial como medida prévia de ajuizamento das execuções judiciais para os créditos tributários ou não tributários;

d) implementar medidas com vistas a elaborar, doravante, o relatório anual, especificando, em separado, as medidas de combate à evasão e à sonegação, a quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como a evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, em atenção ao art. 13 da LRF;

e) exigir do responsável pela contabilidade que: i) observe integralmente as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, ao elaborar os Balanços Públicos, principalmente em relação à observância das novas alterações promovidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN; e ii) insira notas explicativas nos balanços, demonstrativos e anexos correspondentes, como recomendam as normas de contabilidade, sempre que existirem registros que possam suscitar dúvidas;

f) exigir do responsável pelo Controle Interno que: i) realize auditorias internas em aéreas/objetos de relevância no Município a exemplo do transporte escolar, consumo de combustíveis, controle de peças, patrimônio e despesas com pessoal, a fim de se evitar falhas/irregularidades e ainda eventuais desperdícios de recursos públicos, bem como, por ocasião da emissão dos relatórios periódicos, certificados e parecer de auditoria; ii) observe o artigo 74, I e II, da Constituição Federal, de forma que emita pronunciamento quanto ao cumprimento de metas previstas no PPA e à execução de programas de governo e avalie os resultados obtidos, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal;

g) verificar por ocasião da elaboração dos Relatórios pelo Controle Interno o cumprimento das determinações exaradas na análise das Contas da municipalidade, sobretudo quanto às prolatadas por meio da Decisão nº 404/2014 – Pleno, considerando ser finalidade do Sistema de Controle Interno apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, consoante preconiza o inciso IV do artigo 74 da Constituição Federal, c/c o inciso IV do artigo 46 da Lei Complementar nº 154/196.

III – Considerar que a Gestão Fiscal do Poder Executivo do Município de Buritis, relativa ao exercício de 2014, de responsabilidade do Senhor ANTÔNIO CORRÊA DE LIMA – na qualidade de Prefeito, atende aos pressupostos fixados na Lei Complementar Federal nº.101/2000, quanto ao atendimento aos parâmetros de Receita e Despesa, Despesas com Pessoal, Dívida Consolidada Líquida, Operação de Crédito, e, ainda, quanto aos limites constitucionais de aplicação de recursos nas áreas de Educação e Saúde, nos termos determinados nos §§ 1º e 2º, do art. 8º, da Resolução nº 173/2014-TCERO;

IV – Determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo – SGCE que, em procedimento em apartado, promova apuração de responsabilidade acerca da ausência de publicação dos Demonstrativos Relativos ao Resultado Nominal e Primário por parte da

Municipalidade, relativamente à Gestão Fiscal do Exercício de 2014, em nítida inobservância ao Princípio Constitucional da publicidade dos atos;

V - Determinar à Secretaria de Processamento e Julgamento que encaminhe todo o material contido nos autos eletrônico à Câmara Municipal de Buritis para apreciação e julgamento, expedindo-se, para tanto, o necessário;

VI – Dar ciência aos interessados, informando-os de que o inteiro teor do voto e acórdão está disponível para consulta no endereço eletrônico www.tce.ro.gov.br; e

VII – Após as medidas de atendimento impostas, arquivar os presentes autos.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA (Relator), FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 11 de dezembro de 2015.

VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE-RO
Nº 1081 DE 05/02/16

PROCESSO-e: 1746/2015
INTERESSADO: MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO OESTE
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014
RESPONSÁVEIS: JURANDIR DE OLIVEIRA ARAÚJO
CPF Nº 315.662.192-72
PREFEITO MUNICIPAL
MONIQUE SAMIRA SAKEB TOMMALIEH
CPF Nº 723.496.382-00
CONTROLADORA-GERAL
LAURI PEDRO ROCKENBACH
CPF Nº 334.244.629-34
CONTADOR
RELATOR: CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

ACÓRDÃO Nº 199/2015 - PLENO

Prestação de Contas. Município de Santa Luzia do Oeste - Exercício de 2014. Observância do Equilíbrio Econômico-Financeiro da Gestão. Cumprimento dos índices de Educação e Saúde e de repasse ao Poder Legislativo. Diferença a menor na composição do Fundeb, mas que não redundou na inobservância dos limites de despesa com a educação. Parecer pela Aprovação com Ressalvas das Contas. Irregularidades formais. Determinações.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam da Prestação de Contas, exercício de 2014, do Município de Santa Luzia do Oeste, responsabilidade do Senhor Jurandir de Oliveira Araújo, Prefeito Municipal; da Senhora Monique Samira Sakeb Tommalieh, Controladora-Geral; e do Senhor Lauri Pedro Rockenbach, Contador, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro PAULO CURI NETO, por unanimidade de votos, em:

I - Emitir Parecer pela aprovação com ressalvas das contas do Chefe do Poder Executivo do Município de Santa Luzia do Oeste, Senhor Jurandir de Oliveira Araújo, exercício de 2014, com fulcro no inciso I do artigo 71 da Constituição Federal, em virtude das seguintes irregularidades:

a) Envio fora do prazo dos balancetes dos meses de janeiro a dezembro de 2014;

b) Envio intempestivo dos demonstrativos gerenciais da aplicação mensal e acumulada das receitas resultantes de impostos e transferências constitucionais na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, da aplicação das receitas do Fundeb, bem como da aplicação em ações e serviços públicos de saúde,

c) Não envio do demonstrativo do fluxo de caixa;

d) Envio intempestivo do relatório do Controle Interno do 3° quadrimestre;

e) Diferença a menor na composição financeira do Fundeb, no valor de R$ 285.526,16, mas que não redundou na inobservância dos limites de despesa com a educação;

f) Ausência da prova de publicação dos balanços em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação;

g) Envio intempestivo da prestação de contas;

h) Divergência na escrituração das receitas de transferências;

i) Discrepância na escrituração da dívida flutuante;

j) Divergência na escrituração do déficit financeiro; e

k) Não atingimento do resultado nominal.

II - Determinar ao atual Prefeito do Município de Santa Luzia do Oeste que:

a) Implemente medidas com o escopo de não mais incidir nos vícios apontados no item I, sob pena de reprovação das contas vindouras;

b) Providencie a remessa de documentos a esta Corte dentro dos prazos legais;

c) Promova a publicação das peças contábeis, bem como dos demonstrativos exigidos na Lei de Responsabilidade Fiscal;

d) Providencie a restituição para a conta corrente do Fundeb da quantia de R$ 285.526,16 até o último mês do mandato atual, bem como comprove na próxima prestação de contas, por meio de documentação pertinente, como se deu a aplicação desse valor, isto é, se foi transferido para alguma outra conta pública, se foi utilizado diretamente para pagamento de fornecedor do Município *etc;*

e) Incremente, ainda mais, a arrecadação da dívida ativa, utilizando-se de expediente administrativo, como o protesto extrajudicial e, acaso não obtido o sucesso, que se lance mão da via judicial, com o fim de diminuir o saldo acumulado e de evitar a prescrição;

f) Implemente, junto à Contabilidade do Município, medidas visando evitar discrepâncias nos demonstrativos contábeis, bem como observe os procedimentos da STN e do CFC atribuídos à nova contabilidade aplicada ao setor público;

g) Deixe de proceder a excessivas alterações na lei orçamentária anual por meio de créditos adicionais, em contrariedade ao princípio da programação;

h) Adote providências para que as metas fiscais guardem correspondência com a realidade econômico-financeira do município, principalmente, com relação ao resultado nominal;

III - Determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo que verifique, por ocasião da análise da próxima Prestação de Contas do Município de Santa Luzia do Oeste, o cumprimento das determinações contidas nos itens anteriores deste Acórdão;

IV - Dar ciência, via Diário Oficial, do teor deste Acórdão aos interessados identificados no cabeçalho, e via Ofício, ao atual chefe do Poder Executivo Municipal, ficando registrado que o Voto e o Parecer Ministerial, em seu inteiro teor, estão disponíveis no sítio deste Tribunal (www.tce.ro.gov.br); e

V - Determinar ao Departamento do Pleno que encaminhe os presentes autos a Câmara Municipal de Santa Luzia do Oeste, para apreciação e julgamento, expedindo-se, para tanto, o necessário, após o trânsito em julgado deste Acórdão.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO (Relator), WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 11 de dezembro de 2015.

PAULO CURI NETO
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1085 de 5 / 2 / 16

PROCESSO-e: 1734/2015
INERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO DE 2014
RESPONSÁVEIS: CLAUDIO MARTINS DE OLIVEIRA
CPF N. 092.622.877-39
PREFEITO
ANA MARIA GONÇALVES DA SILVA
CPF N. 055.660.388-59
CONTROLADORA INTERNA
LEOMIRA LOPES DE FRANÇA
CPF N. 416.083.646-15
CONTADORA
RELATOR: CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

ACÓRDÃO Nº 200/2015 - PLENO

Prestação de Contas. Município de Castanheiras - Exercício de 2014. Observância do Equilíbrio Econômico-Financeiro da Gestão. Cumprimento dos índices de Educação e Saúde e de repasse ao Poder Legislativo. Inadimplência de dívida previdenciária atenuada, em razão de sua origem advir da gestão anterior. Parecer pela Aprovação com Ressalvas das Contas. Irregularidades formais. Determinações.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam da Prestação de Contas, exercício de 2014, do Município de Castanheiras, de responsabilidade dos Senhores Cláudio Martins de Oliveira, Prefeito Municipal; Leomira Lopes de França, Contadora; e Ana Maria Gonçalves da Silva, Controladora Interna, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro PAULO CURI NETO, por unanimidade de votos, em:

I - Emitir Parecer pela aprovação com ressalvas das contas do Chefe do Poder Executivo do Município de Castanheiras, Senhor Cláudio Martins de Oliveira, exercício de 2014, com fulcro no inciso I do artigo 71 da Constituição Federal, em virtude das seguintes irregularidades:

a) Envio intempestivo dos demonstrativos gerenciais da aplicação mensal e acumulada das receitas resultantes de impostos e transferências constitucionais na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, da aplicação das receitas do Fundeb, bem como da aplicação em ações e serviços públicos de saúde;

b) Inadimplência de passivo previdenciário, relativo aos exercícios de 2005 a 2009 e de 2012, atenuado em razão de sua origem advir da gestão anterior;

c) Deficiência na atuação da Controladoria do Município, uma vez que o relatório anual do Controle Interno padece de exame comparativo em relação aos três últimos anos, em termos quantitativos e qualitativos, das ações planejadas no PPA, LDO e LOA;

d) Envio intempestivo do relatório do Controle Interno do 1° quadrimestre;

e) Divergência contábil entre o saldo patrimonial apurado na presente análise e o demonstrado no balanço patrimonial;

f) Contabilização equivocada dos créditos de dívida ativa do Instituto de Previdência, no balanço consolidado do Município;

g) Divergência contábil no saldo da dívida ativa; e

h) Omissão na contabilização de dívida previdenciária oriunda de parcelamento.

II - Determinar ao atual Prefeito do Município de Castanheiras que:

a) Providencie a remessa de documentos a esta Corte dentro dos prazos legais;

b) Encaminhe a esta Corte de Contas, até o final do exercício de 2016, a renegociação junto ao RPPS e ao RGPS e os respectivos comprovantes de amortização dos débitos previdenciários do Município, sob pena de, não o fazendo, ter as contas reprovadas em razão dessa impropriedade.

c) Incremente, ainda mais, a arrecadação da dívida ativa, utilizando-se de expediente administrativo, como o protesto extrajudicial e, acaso não obtido o sucesso, que se lance mão da via judicial, com o fim de diminuir o saldo acumulado e de evitar a prescrição;

d) Implemente, junto à Contabilidade do Município, medidas visando evitar discrepâncias nos demonstrativos contábeis, bem como observe os procedimentos da STN e do CFC atribuídos à nova contabilidade aplicada ao setor público;

e) Implemente, doravante, ações visando o correto preenchimento do Anexo TC 38 - demonstrativo dos recursos financeiros de convênios não repassados cujas despesas já foram empenhadas, sob pena de juízo reprovativo das contas, sem prejuízo da ciência dos fatos ao Ministério Público Estadual, se constatadas informações falsas;

f) Implemente medidas com vistas a cumprir com as determinações constantes na Decisão n° 410/2014, exarada no processo n° 1504/20 14;

g) Deixe de proceder a excessivas alterações na lei orçamentária anual por meio de créditos adicionais, em contrariedade ao princípio da programação; e

h) Municie o órgão de Controle Interno dos meios necessários ao cumprimento de suas atribuições, aumentando o número de servidores efetivos e concedendo a

logística apropriada ao desempenho de suas funções, uma vez que suas manifestações são fundamentais para a eficácia do controle da Administração Pública.

III - Preceituar à Secretaria-Geral de Controle Externo que verifique, por ocasião da análise da próxima Prestação de Contas do Município de Castanheiras, o cumprimento das determinações contidas no item anterior deste Acórdão;

IV - Determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo que instaure, tão logo receba a comprovação da negociação com o RPPS e o INSS, que deve ser enviada a esta Corte até o fim do exercício de 2016, procedimento de fiscalização específica para apurar eventual dano causado ao erário pelo não cumprimento, a termo, das obrigações previdenciárias, que acarretarão, certamente, juros e multas;

V - Advertir o gestor de que, caso comprovada a sua culpa ou dolo, será responsabilizado pessoalmente pelos juros e multas, incidentes nos parcelamentos de dívidas previdenciárias;

VI - Determinar, via oficio, ao atual responsável pelo Controle Interno do Município que aperfeiçoe as análises empreendidas nas prestações de contas, realizando auditorias in loco, examinando a legalidade das despesas realizadas, bem como remeta a esta Corte os relatório quadrimestrais dentro do prazo;

VII - Dar ciência, via Diário Oficial, do teor deste Acórdão aos interessados identificados no cabeçalho, e via Ofício, ao atual chefe do Poder Executivo Municipal, ficando registrado que o Voto e o Parecer Ministerial, em seu inteiro teor, estão disponíveis no sítio deste Tribunal (www.tce.ro.gov.br); e

VIII - Determinar ao Departamento do Pleno que encaminhe os presentes autos à Câmara Municipal de Castanheiras, para apreciação e julgamento, expedindo-se, para tanto, o necessário, após o trânsito em julgado deste Acórdão.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO (Relator), WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 11 de dezembro de 2015.

PAULO CURI NETO
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1079 DE 28 / 1 / 16

PROCESSO-e: 1526/2015
INTERESSADO: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE PRESIDENTE MEDICI
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO DE 2014
RESPONSÁVEIS: MARIA DE LOURDES DANTAS ALVES
CPF N. 581.619.102-00
CHEFE DO PODER EXECUTIVO
LUIZ CARLOS NASARÉ DO NASCIMENTO
CPF N. 382.095.194-68
CONTADOR
IVO FERREIRA MACHADO
CPF N. 387.063.342-53
CONTROLADOR-GERAL (1°.1 A 1°.9.2014)
MARIZETE INÊS BAZZI
CPF N. 386.249.402-06
CONTROLADORA-GERAL (A PARTIR DE 1°.9.2014)
RELATOR: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO DAVI DANTAS DA SILVA (EM SUBSTITUIÇÃO AO CONSELHEIRO BENEDITO ANTÔNIO ALVES)

ACÓRDÃO Nº 201/2015 - PLENO

Constitucional. Contas Anuais, Poder Executivo Municipal de Presidente Médici. Exercício Financeiro de 2014. Execuções orçamentária, financeira e patrimonial regulares. Observância do equilíbrio econômico-financeiro da gestão. Cumprimento dos limites constitucionais com a Educação e com a Saúde. Despesa com pessoal abaixo do limite máximo estabelecido pela LRF. Regularidade no repasse financeiro ao Poder Legislativo. Impropriedades formais. Parecer Prévio pela Aprovação das Contas com Ressalvas. Precedentes. Determinações legais. Recomendações, Encaminhamento ao Poder Legislativo Municipal, para apreciação e julgamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Prestação de Contas, exercício de 2014, de responsabilidade da Senhora Maria de Lourdes Dantas Alves, na condição de Chefe do Poder Executivo, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I - EMITIR PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO COM RESSALVAS das Contas do Poder Executivo Municipal de Presidente Médici, relativas

ao exercício de 2014, de responsabilidade de Maria de Lourdes Dantas Alves, CPF n. 581.619.102-00, Chefe do Poder Executivo, com fulcro no art. 71, inciso I, da Constituição Federal, c/c o art. 1°, inciso VI, da Lei Complementar Estadual n. 154/96, em razão dos apontamentos a seguir elencados, ressalvados os atos e as contas da Mesa Diretora do Poder Legislativo Municipal, dos convênios e contratos firmados, além dos atos de ordenação de despesas eventualmente praticados pelo Poder Executivo, que serão apreciados e julgados oportunamente em autos apartados:

I.1. Infringência às disposições insertas no art. 11, V, alínea "b", da IN n. 013/2004-TCE-RO, pelo encaminhamento intempestivo dos relatórios do Controle Interno, referentes aos 1°, 2° e 3° quadrimestres;

I.2. Infringência, em tese, às disposições insertas no art. 1°, § 1°, da Lei Complementar Federal n. 101/00, em razão do saldo financeiro de R$ 353,79 (trezentos e cinquenta e três reais e setenta e nove centavos) existente em conta corrente do Fundeb n. 13944-0/BB não ser suficiente para custear as Despesas de R$ 63.477,29 (sessenta e três mil, quatrocentos e setenta e sete reais e vinte e nove centavos) inscritas em Restos a Pagar ao final do exercício; e

I.3. Infringência às disposições insertas nos arts. 5° e 20, da IN n. 39/2013/TCER-RO, pelo envio intempestivo do RREQ, referente aos 2° e 3° quadrimestres, do RGF, 1° quadrimestre de 2014, e do Relatório Anual das Medidas de Combate à Evasão e a Sonegação de Impostos de competência do Município.

II - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), à atual Chefe do Poder Executivo do Município de Presidente Médici a adoção de medidas visando à correção e à prevenção da reincidência das ilegalidades apontadas no item I, sob pena de reprovação das futuras contas;

III - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), aos responsáveis pelo Controle Interno do Município de Presidente Médici, que observem com rigor as disposições insertas na Decisão Normativa n. 001/201 5-TCE-RO que "estabelece as diretrizes gerais sobre a implementação e operacionalização do sistema de controle interno para os entes jurisdicionados" e, em suas ações cotidianas, ao tomarem conhecimento de impropriedades adotem medidas saneadoras e deem imediata ciência ao Gestor e a este Tribunal;

IV - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), à atual Chefe do Poder Executivo Municipal de Presidente Médici a observância da norma cogente no tocante às despesas inscritas em "restos a pagar" que deverão ser pagas até o final do primeiro trimestre do exercício seguinte, com a disponibilidade financeira do exercício findo, sob pena de serem desconsideradas para fins de cálculo do percentual estabelecido no art. 77, III, do ADCT da Constituição Federal, conforme o § 2° dos artigos 6° e 23 da IN n. 22/2007-TCE-RO, com a nova redação dada pela Instrução Normativa n. 27/2Q12-TCE-RO;

V - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), à atual Chefe do Poder Executivo Municipal de Presidente Médici que aprimore a sistemática de cobrança da dívida ativa no menor lapso de tempo possível, em cumprimento às determinações insertas no art. 11 da Lei Complementar Federal n. 101/00, c/c o "Ato Recomendatório Conjunto", celebrado pelo Poder Judiciário do Estado de Rondônia, Corregedoria-Geral de Justiça de Rondônia, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Ministério Publico de Contas que:

V.1. Recomenda aos entes municipais a adoção de providências tendentes a aprimorar a sistemática de cobrança da dívida pública, otimizando os procedimentos para promover a cobrança no menor lapso de tempo possível, encaminhando ou restituindo os feitos ao Poder Judiciário, acompanhadas das manifestações pertinentes;

V.2. Recomenda aos entes municipais o uso do protesto extrajudicial como medida prévia ao ajuizamento das execuções judiciais para os créditos tributários e não tributários, independentemente do valor do crédito;

V.3. Recomenda a implementação em seus respectivos âmbitos legislativos a normatização necessária para possibilitar sistema alternativo de cobrança da dívida pública, por meio de procedimento administrativo de cobrança extrajudicial de títulos executivos, tendo como referência as disposições insertas na Lei Estadual n. 2.913/2012;

V.4. Recomenda estabelecer por meio de Lei, patamar mínimo para ajuizamento das execuções fiscais, de modo a evitar que o custo da cobrança judicial seja superior ao benefício proporcionado pela satisfação do crédito.

VI - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), aos atuais responsáveis pela Contabilidade e Controle Interno do Poder Executivo Municipal de Presidente Médici que observem com rigor os prazos para o encaminhamento ao Tribunal, da documentação estabelecida na norma de regência;

VII - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), à atual Chefe do Poder Executivo Municipal de Presidente Médici que aprimore o planejamento das ações para que o orçamento aprovado não seja objeto de sucessivas modificações quando de sua execução, observando, por conseguinte, às disposições insertas na Decisão n. 232/2011 - Pleno (Processo n. 1133/2011) que considera razoável as alterações até o patamar de 20% (vinte por cento);

VIII - DETERMINAR à Secretaria-Geral de Controle Externo que:

VIII.1. Verifique, por ocasião da análise da próxima Prestação de Contas do Poder Executivo Municipal de Presidente Médici, o cumprimento das determinações contidas nos itens anteriores deste Acórdão; e

VIII.2. No exame das futuras prestações de contas, proceda ao confronto do Demonstrativo da Dívida Ativa arrecadada com o Anexo 10 da Lei Federal n. 4.320/64 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.

IX - DETERMINAR a exclusão das responsabilidades imputadas na Decisão em Definição de Responsabilidade n. 038/2015-GCBAA de Luiz Carlos Nasaré do Nascimento, CPF n. 382.095.194-68, responsável pela Contabilidade, no exercício de 2014; Ivo Ferreira Machado, CPF n. 387.063.342-53; e Marizete Inês Bazzi, CPF n. 386.249.402-06, na qualidade de Controladores Internos, nos períodos de 1°.1 a 31.9 e a partir de 1°.9.2014, respectivamente, em razão das impropriedades remanescentes a eles atribuídas serem de caráter formal, sem o condão de macular as contas *sub examine;*

X - DAR CONHECIMENTO deste Acórdão aos demais interessados, via Diário Oficial eletrônico desta Corte de Contas, cujo acesso está disponível para

consulta no *site* www.tce.ro.gov.br, com o escopo de evitar dispêndios desnecessários com extração de cópias, em atenção à sustentabilidade ambiental; e

XI - DETERMINAR ao Departamento do Pleno da Secretaria de Processamento e Julgamento que extraia cópia digitalizada dos autos e encaminhe ao Poder Legislativo Municipal de Presidente Médici, para apreciação e julgamento, expedindo-se, para tanto, o necessário, após o trânsito em julgado deste Acórdão.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA (Relator); o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 11 de dezembro de 2015.

DAVI DANTAS DA SILVA
Conselheiro-Substituto Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1079 28 / 1 / 16

PROCESSO-e: 1457/2015
INTERESSADO: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE VALE DO PARAÍSO
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO DE 2014
RESPONSÁVEIS: LUIZ PEREIRA DE SOUZA
CPF N. 327.042.242-34
CHEFE DO PODER EXECUTIVO
EIDSON CARLOS POLITO
CPF N. 714.840.002-34
CONTADOR
CARLOS BEZERRA JÚNIOR
CPF N. 800.375.852-15
CONTROLADOR INTERNO (1°.1 A 13.11.2014)
NILDA TAVARES DE SOUZA
CPF N. 699.454.892-91
CONTROLADORA INTERNA (A PARTIR DE 25.112014)
RELATOR: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO DAVI DANTAS DA SILVA (EM SUBSTITUIÇÃO AO CONSELHEIRO BENEDITO ANTÔNIO ALVES)

ACÓRDÃO Nº 202/2015 - PLENO

Constitucional. Contas Anuais. Poder Executivo Municipal de Vale do Paraíso. Exercício de 2014, Execuções orçamentária, financeira e patrimonial regulares. Observância do equilíbrio econômico-financeiro da gestão. Cumprimento dos limites constitucionais com a Educação e com a Saúde. Regularidade no repasse financeiro ao Poder Legislativo. Despesa com pessoal acima do limite estabelecido pela LRF, atenuada por não se tratar de contas relativas ao ultimo ano de mandato e da existência de prazo fixado em lei, para eliminação do excedente. Impropriedades formais. Parecer Prévio pela Aprovação das Contas com Ressalvas. Precedentes. Determinações legais. Recomendações. Encaminhamento ao Poder Legislativo Municipal, para apreciação e julgamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam Prestação de Contas, exercício de 2014, do Município de Vale do Paraíso, de responsabilidade do Senhor Luiz Pereira de Souza, Chefe do Poder Executivo, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I - EMITIR PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO COM RESSALVAS das Contas do Poder Executivo do Município de Vale do Paraíso, relativas ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade de Luiz Pereira de Souza, CPF n. 327.042.242-34, Chefe do Poder Executivo, com fulcro no art. 71, inciso l, da Constituição Federal, c/c o art. 1°, inciso VI, da Lei Complementar Estadual n. 154/98, em razão dos apontamentos a seguir elencados, ressalvados os atos e as contas da Mesa Diretora do Poder Legislativo Municipal, dos convênios e contratos firmados, além dos atos de ordenação de despesas eventualmente praticados pelo Poder Executivo, que serão apreciados e julgados oportunamente em autos apartados:

I.1. Infringência às disposições insertas no art. 25 da Instrução Normativa n. 39/2013-TCE-RO, pela realização da Audiência Pública de que trata o § 4°, do art. 9°, da LRF, relativamente ao 1° semestre de 2014, fora do prazo;

I.2. Infringência às disposições insertas no art., 20 da Instrução Normativa n. 39/2013-TCE-RO, em face do encaminhamento intempestivo, via Sigap, do Relatório Anual das Medidas de Combate à Evasão e à Sonegação de Tributos de competência do Município;

I.3. Infringência às disposições insertas no art. 20, III, "b", da LRF, em face dos gastos com pessoal no percentual de 55,62% (cinquenta e cinco, sessenta e dois por cento), da Receita Corrente Liquida, extrapolar o limite de 54% (cinquenta e quatro por cento), atenuadas por não se tratar de contas relativas ao último ano do mandato e da existência de prazo fixado em lei, para eliminação do excedente;

I.4. Infringência às disposições insertas no art. 13, I a V e art. 14, I e II, da Instrução Normativa n, 022/2007-TCE-RO, em razão do envio intempestivo dos demonstrativos gerenciais da aplicação mensal e acumulada das receitas resultantes de impostos e transferências constitucionais na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e da aplicação das receitas do Fundeb, na forma dos Anexos l ao X dos meses de janeiro, julho e dezembro; e

I.5. Infringência às disposições insertas no art. 22, I, da Instrução Normativa n. 022/TCER/2007, em razão do envio intempestivo dos demonstrativos gerenciais da aplicação mensal e acumulada das receitas resultantes de impostos e transferências constitucionais em Ações e Serviços Públicos de Saúde, na forma dos Anexos XII ao XV dos meses de janeiro, julho e dezembro.

II - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), ao atual Chefe do Poder Executivo do Município de Vale do Paraíso a adoção de medidas visando à correção e à prevenção da reincidência das ilegalidades apontadas no item l, sob pena de reprovação das futuras contas.

III - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), aos responsáveis pelo Controle Interno do Município de Vale do Paraíso que observem com rigor as disposições insertas na Decisão Normativa n. 01/2015-TCE-RO que "estabelece as diretrizes gerais sobre a implementação e operacionalização do sistema de controle interno para os entes jurisdicionados" *e,* em suas ações cotidianas, ao tomarem conhecimento de impropriedades adotem medidas saneadoras e deem imediata ciência ao Gestor e a este Tribunal.

IV - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), ao atual Chefe do Poder Executivo Municipal de Vale do Paraíso a observância da norma cogente no tocante às despesas inscritas em "restos a pagar" que deverão ser pagas até o final do primeiro trimestre do exercício seguinte, com a disponibilidade financeira do exercício findo, sob pena de serem desconsideradas para fins de cálculo do percentual estabelecido no art. 77, III do ADCT da Constituição Federai, conforme o § 2° dos artigos 6° e 23 da IN n, 22/2007-TCE-RO, com a nova redação dada pela Instrução Normativa n. 27/2012-TCE-RO.

V - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), ao atual Chefe do Poder Executivo Municipal de Vale do Paraíso que aprimore a sistemática de cobrança da dívida ativa no menor lapso de tempo possível, em cumprimento às determinações insertas no art. 11 da Lei Complementar Federal n. 101/00, c/c o "Ato Recomendatório Conjunto", celebrado pelo Poder Judiciário do Estado de Rondônia, Corregedoria-Geral de Justiça de Rondônia, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Ministério Público de Contas que:

V.1. Recomenda aos entes municipais a adoção de providências tendentes a aprimorar a sistemática de cobrança da dívida pública, otimizando os procedimentos para promover a cobrança no menor lapso de tempo possível, encaminhando ou restituindo os feitos ao Poder Judiciário, acompanhadas das manifestações pertinentes;

V.2. Recomenda aos entes municipais o uso do protesto extrajudicial como medida prévia ao ajuizamento das execuções judiciais para os créditos tributários e não tributários, independentemente do valor do crédito;

V.3. Recomenda a implementação em seus respectivos âmbitos legislativos a normatização necessária para possibilitar sistema alternativo de cobrança da dívida pública, por meio de procedimento administrativo de cobrança extrajudicial de títulos executivos, tendo como referência as disposições insertas na Lei Estadual n. 2.913/2012;

V.4. Recomenda estabelecer por meio de Lei, patamar mínimo para ajuizamento das execuções fiscais, de modo a evitar que o custo da cobrança judicial seja superior ao benefício proporcionado pela satisfação do crédito.

VI - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), aos responsáveis pela Contabilidade e Controle Interno do Poder Executivo Municipal de Vale do Paraíso que observem com rigor os prazos para o encaminhamento ao Tribunal, da documentação estabelecida na norma de regência;

VII - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), ao atual Chefe do Poder Executivo Municipal de Vale do Paraíso que aprimore o planejamento das ações, visando à fixação e ao alcance das metas fiscais e que o orçamento aprovado não seja objeto de sucessivas modificações quando de sua execução, observando, por conseguinte, às disposições insertas na Decisão n. 232/2011 - Pleno (Processo n. 1133/2011) que considera razoável as alterações até o patamar de 20% (vinte por cento);

VIII - DETERMINAR à Secretaria-Geral de Controle Externo que:

VIII.1. Verifique, por ocasião da análise da próxima Prestação de Contas do Poder Executivo Municipal de Vale do Paraíso, o cumprimento das determinações contidas nos itens anteriores deste Acórdão;

VIII.2. No exame das futuras prestações de contas, proceda ao confronto do Demonstrativo da Dívida Ativa arrecadada com o Anexo 10 da Lei Federal n. 4.320/64 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada;

IX - DETERMINAR a exclusão das imputações nominadas na Decisão em Definição de Responsabilidade n, 035/2015-GCBAA a Carlos Bezerra Júnior, CPF n. 800.375.852-15 e Nilda Tavares de Souza, CPF n. 699.454.892-91, Controladores Internos, no período de 1º.1 a 13.11,2014 e a partir de 25.11.2014, respectivamente, por não restar impropriedades sob suas responsabilidades; e de Eidson Carlos Polito, CPF n. 714.840.002-34, responsável pela Contabilidade, em razão das infringências remanescentes a ele atribuídas serem de caráter formal, sem o condão de macular as contas *sub examine;*

X - DAR CONHECIMENTO deste Acórdão aos interessados, via Diário Oficial eletrônico desta Corte de Contas, cujo acesso está disponível para consulta no *site* www.tce.ro.gov.br, com o escopo de evitar dispêndios desnecessários com extração de cópias, em atenção à sustentabilidade ambiental;

XI - DETERMINAR ao Departamento do Pleno da Secretaria de Processamento e Julgamento que extraia cópia digitalizada dos autos e encaminhe ao Poder Legislativo Municipal de Vale do Paraíso, para apreciação e julgamento, expedindo-se, para tanto, o necessário, após o trânsito em julgado deste Acórdão.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA (Relator); o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 11 de dezembro de 2015.

DAVI DANTAS DA SILVA
Conselheiro-Substituto Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA
PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE RO
Nº 1083 DE 1 / 2 / 16

PROCESSO-e: 1877/2015
INTERESSADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO DE 2014
RESPONSÁVEIS: CÉSAR CASSOL
CPF N° 107.345.972-15
PREFEITO MUNICIPAL
ALBANIR OLIVEIRA E SILVA
CPF N° 588.958.091-49
CONTADOR
MARLENE APARECIDA COVIAQUE DA SILVA
CPF N° 307.673.182-34
RELATOR: CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

ACÓRDÃO Nº 203/2015 - PLENO

Prestação de Contas. Município de Rolim de Moura - Exercício de 2014. Omissão no recolhimento das contribuições previdenciárias patronal e dos servidores. Irregularidade gravíssima, suficiente, de per si, para ensejar o Parecer contrário. Inadimplemento do parcelamento previdenciário, irregularidade atenuada em razão do valor ser de baixa relevância. Saldo financeiro do Fundeb a menor. Parecer pela reprovação das Contas. Irregularidades graves. Determinações.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam da Prestação de Contas, exercício de 2014, do Município de Rolim de Moura, de responsabilidade do Senhor César Cassol, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro PAULO CURI NETO, por unanimidade de votos, em:

I - Emitir Parecer pela reprovação das contas do Chefe do Poder Executivo do Município de Rolim de Moura, Senhor César Cassol, relativas ao exercício de 2014, com fulcro no inciso I do artigo 71 da Constituição Federal, em razão das seguintes irregularidades algumas das quais graves:

a) Não recolhimento da contribuição previdenciária patronal do exercício de 2013;

b) Não recolhimento da cota-parte da contribuição previdenciária dos servidores dos exercícios de 2013 e 2014;

c) Não pagamento dos parcelamentos celebrados com o RPPS, irregularidade, contudo atenuada em razão do valor ser de baixa relevância;

d) Remessa intempestiva de balancetes dos meses de abril, maio e dezembro/2014;

e) Envio intempestivo dos demonstrativos gerenciais da aplicação mensal e acumulada das receitas resultantes de impostos e transferências constitucionais na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, da aplicação das receitas do Fundeb, bem como da aplicação em ações e serviços públicos de saúde;

f) Saldo financeiro a menor nas contas do Fundeb, no valor de R$ 340.877,99;

g) Abertura de créditos adicionais sem a cobertura das fontes de recursos;

h) Aplicação dos recursos do Fundeb, no exercício, aquém do limite mínimo de 95%; e

i) Divergência contábil entre o saldo patrimonial apurado na presente análise e o demonstrado no balanço patrimonial.

II - Determinar ao atual Prefeito do Município de Rolim de Moura que:

a) Providencie o recolhimento das contribuições previdenciárias dentro do prazo legal para não onerar os cofres do Município, com o pagamento de juros e multas;

b) adote, com urgência, as providências necessárias para amortizar a dívida previdenciária acumulada e a não parcelada, e encaminhe a esta Corte de Contas, até o final do exercício de 2016, os respectivos comprovantes de amortização dos débitos previdenciários do Município, sob pena de, não o fazendo, ter as contas reprovadas em razão dessa impropriedade;

c) Elabore o projeto de Lei Orçamentária com previsão de repasse à Câmara Municipal em consonância com o percentual constante no inciso I do artigo 29-A da Constituição Federal. Por outro lado, caso a LOA tenha previsto repasse a maior, o Poder Executivo deverá fazer a correta adequação, aos termos da Carta Magna;

d) Providencie a restituição para a conta corrente do Fundeb da quantia de R$ 340.877,99 até o último mês do mandato atual;

e) Não aplique, doravante, menos de 95% dos recursos financeiros do Fundeb na valorização do magistério e em outras despesas de educação;

f) Deixe de abrir créditos adicionais sem a correspondente fonte de recursos:

g) Providencie a remessa de documentos a esta Corte dentro dos prazos legais;

h) Implemente, junto à Contabilidade do Município, medidas visando evitar discrepâncias nos demonstrativos contábeis, bem como observe os procedimentos da STN e do CFC atribuídos à nova contabilidade aplicada ao setor público;

i) Adote providências para que as metas fiscais guardem correspondência com a realidade econômico-financeira do município, principalmente, com relação aos resultados nominal e primário;

j) Incremente, ainda mais, a arrecadação, fazendo uso da via administrativa (protesto extrajudicial) ou judicial, dos créditos inscritos em dívida ativa, de forma a diminuir o saldo acumulado e de evitar a prescrição;

k) Implemente medidas com vistas a cumprir com as determinações constantes na Decisão nº 386/2014-Pleno;

l) Deixe de proceder a excessivas alterações na lei orçamentária anual por meio de créditos adicionais, em contrariedade ao princípio da programação; e

m) Municie o órgão de Controle Interno dos meios necessários ao cumprimento de suas atribuições, aumentando o número de servidores efetivos e concedendo a logística apropriada ao desempenho de suas funções, uma vez que suas manifestações são fundamentais para a eficácia do controle da Administração Pública.

III - Preceituar à Secretaria Geral de Controle Externo que verifique, por ocasião da análise da próxima Prestação de Contas do Município de Rolim de Moura, o cumprimento das determinações contidas no item anterior desta decisão;

IV - Determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo, tão logo receba a comprovação da negociação com o RPPS, que deve ser enviada a esta Corte até o fim do exercício de 2016, que instaure procedimento de fiscalização específica para apurar eventual dano causado ao erário pelo não cumprimento, a termo, das obrigações previdenciárias, que acarretarão, certamente, juros e multas;

V - Advertir ao atual gestor que, caso comprovada a sua culpa ou dolo, será responsabilizado pessoalmente pelos juros e multas, incidentes nos parcelamentos de dívidas previdenciárias;

VI - Encaminhar ao Ministério Público Estadual as cópias do Voto, da Decisão e do Parecer do Ministério Público de Contas, tendo em vista que deixar de repassar ao RPPS as contribuições previdenciárias constitui, em tese, ato de impropriedade administrativa e possível crime de apropriação indébita;

VII - Dar ciência, via Diário Oficial, do teor deste Acórdão aos interessados identificados no cabeçalho, e via ofício, ao atual chefe do Poder Executivo Municipal, ficando registrado que o Voto e o Parecer Ministerial, em seu inteiro teor, estão disponíveis no sítio deste Tribunal (www.tce.ro.gov.br); e

VIII - Determinar ao Departamento do Pleno que encaminhe os presentes autos à Câmara Municipal de Rolim de Moura, para apreciação e julgamento, expedindo-se, para tanto, o necessário, após o trânsito em julgado desta Decisão.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO (Relator), WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente em exercício BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 17 de dezembro de 2015.

PAULO CURI NETO
Conselheiro Relator

BENEDITO ANTÔNIO ALVES
Conselheiro Presidente em exercício

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1081 DE 1 / 2 / 16

PROCESSO-e: 1548/2015
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTA - EXERCÍCIO DE 2014
UNIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE
RESPONSÁVEIS: JOÃO ADALBERTO TESTA
CPF N. 367.261.681-87
PREFEITO MUNICIPAL
ANTÔNIO SÉRGIO ADOLFO CORREIA
CPF N. 634.802.557-87
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
MARCOS PAIVA FREITAS
CPF N. 695.357.872-68
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
MARCLÊS MARQUES DE OLIVEIRA
CPF N. 686.558.002-87
DIRETOR DE CONTABILIDADE
RELATOR: CONSELHEIRO WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA

ACÓRDÃO Nº 204/2015 - PLENO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE-RO. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014. IDENTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADES FORMAIS. ALTERAÇÃO EXCESSIVA DO ORÇAMENTO. SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ESCORREITAS. CUMPRIMENTO DOS ÍNDICES CONSTITUCIONAIS DE APLICAÇÃO EM SAÚDE, EDUCAÇÃO E REPASSE FINANCEIRO AO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL. GESTÃO FISCAL ATENDEU AOS PRESSUPOSTOS DA LRF. ÍNDICE DE DESPESA COM PESSOAL NOS MOLDES DA LRF. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS, COM RESSALVAS. DETERMINAÇÕES.

1. A Prestação de Contas anual do Poder Executivo (Estadual ou Municipal) submetida ao crivo técnico do Tribunal de Contas, conforme estabelece o art. 35, da Lei Complementar n. 154, de 1996 c/c o art. 49, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia-RITC-RO., tem por fim precípuo aferir a regular aplicação dos recursos públicos o equilíbrio orçamentário e financeiro e o cumprimento dos índices constitucionais de aplicação em Educação e Saúde, bem como dos limites de repasses de recursos ao Poder Legislativo, de gastos com pessoal e o cumprimento das regras de final de mandato, quando se aplicar à matéria.

2. In casu, evidenciou-se nas Contas do Poder Executivo do Município de Itapuã do Oeste, no exercício de 2014, corroborada pelo resultado da análise da Gestão Fiscal do

Município do mesmo período, somente falhas formais, que inquinam apenas ressalvas às Contas prestadas.
3. Parecer Prévio pela aprovação das Contas, com ressalvas, do Município de Itapuã do Oeste, do exercício de 2014, com fulcro no art. 1B, VI c/c o art. 35 da Lei Complementar n. 154, de 1996, combinado com o art. 49, § 1B, do Regimento Interno desta Corte. Precedentes: Processo n. 1.150/2014/TCER; Decisão n. 333/2014-Pleno; Parecer Prévio n. 30/2014-Pleno; Processo n. 1.176/2014/TCER; Decisão n. 386/2014- Pleno; Parecer Prévio n. 53/2014-Pleno.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Prestação de Contas, exercício de 2014, da Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste, de responsabilidade do Senhor João Adalberto Testa, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, por unanimidade de votos, em:

I - EMITIR PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO COM RESSALVAS das Contas do Poder Executivo do Município de Itapuã do Oeste relativas ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade do Excelentíssimo Senhor João Adalberto Testa, CPF n. 367.261.681-87, Prefeito Municipal, com fulcro no art. 71,1, da Constituição Federal de 1988, no art. 1º, VI, e no art. 35, ambos da LC n. 154, de 1996, c/c o art. 49, § 1º, do RITC-RO., em face dos seguintes apontamentos:

a) De Responsabilidade do Excelentíssimo Senhor João Adalberto Testa, CPF n. 367.261.681-87, Prefeito Municipal de Itapuã do Oeste, solidariamente com o Senhor Marclês Marques de Oliveira, CPF n. 686.558.002-87, Diretor do Departamento de Contabilidade daquele Município, por:

1 - Infringência ao art. 53 da Constituição Estadual, c/c art. 5º da IN n. 019/TCE-RO-2006, pela remessa intempestiva, via SIGAP, relativa aos meses de janeiro a março, maio, julho, setembro e dezembro de 2014.

b) De Responsabilidade do Excelentíssimo Senhor João Adalberto Testa, CPF n. 367.261.681-87, Prefeito Municipal de Itapuã do Oeste, solidariamente com o Senhor Marclês Marques de Oliveira, CPF n. 686.558.002-87, Diretor do Departamento de Contabilidade daquele Município e com o Senhor Antônio Sérgio Adolfo Corrêa, CPF n. 634.802.557-87, Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte, por:

1 - Violação ao princípio da legalidade insculpido no art. 37 da Constituição Federal de 1988, c/c o art. 6º da IN n. 22-TCE-RO-2007, c/c o art. 70 da Lei Federal n. 9.394, de 1996, em razão da inclusão de despesas no anexo 11 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil, utilizando projeto/atividade não previsto na Lei Orçamentária Municipal n. 520, de 2013, no montante de R$ 35.981,21 (trinta e cinco mil, novecentos e oitenta e um reais e vinte e um centavos).

II - CONSIDERAR, em obediência ao que estabelece o § 1º do art. 8º da Resolução n. 173/2014/TCE-RO, que a Gestão Fiscal da Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste relativa ao exercício financeiro de 2014 - Processo n. 0498/2014/TCER - de

responsabilidade, do Excelentíssimo Prefeito Municipal o Senhor João Adalberto Testa, CPF n. 367.261.681-87, ATENDE aos pressupostos de responsabilidade fiscal exigidos na LC n. 101, de 2000.

III - DETERMINAR:

a) Ao Excelentíssimo Senhor João Adalberto Testa, CPF n. 367.261.681-87 Prefeito do Município de Itapuã do Oeste ou a quem o substitua na forma da Lei, via expedição de ofício, com Aviso de Recebimento em Mão Própria (ARMP), que:

1 - ADOTE as medidas necessárias, visando à correção e prevenção de reincidência das irregularidades apontadas no item I, alíneas "a" e "b", e seus subitens, deste Dispositivo, sob pena de emissão de Parecer Prévio contrário à aprovação das futuras Contas e aplicação das sanções previstas, no inciso VII, do art. 55 da LC n. 154, de 1996, por caracterizar o descumprimento de determinações desta Corte de Contas;

2 - EXORTE os responsáveis pela elaboração e execução do orçamento para que aprimorem a política orçamentária do Município de Itapuã do Oeste planejando com maior exatidão e fidedignidade os recursos orçados, uma vez que o orçamento do exercício de 2014 foi expressivamente alterado, evidenciando deficiência no sistema de planejamento do Município e, ainda, que observem os preceitos estabelecidos na legislação, sobretudo quanto à abertura de créditos adicionais, bem como para que o orçamento contemple todas as despesas que serão executadas no exercício financeiro;

3 - INCITE o responsável pela Contabilidade do Município para que atente para a elaboração e apresentação de Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consoante às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;

4 - OBSERVE com a atenção necessária os preceitos fixados por essa Corte de Contas para o cumprimento do prazo estabelecido para envio das informações e documentos;

5 - ORIENTE o setor responsável para o correto preenchimento do/Quadro Demonstrativo das Alterações Orçamentárias - anexo TC-18 - de Acordo com os Decretos e Leis que suportam as informações apresentadas;

6 - REALIZE a correta aplicação dos recursos vinculados do Fundeb, evitando a aplicação em atividades estranhas à sua finalidade;

7 - PROMOVA, em articulação com a Procuradoria-Geral do Município e a Secretaria Municipal de Fazenda, os estudos necessários para fim de edição de ato legislativo com vista a permitir a utilização do instrumento de protesto para cobrança de crédito da dívida ativa Municipal, nos moldes delineados pela Lei Federal n. 9.492, de 1997, Lei Estadual n. 2.913 de 2012 e Ato Recomendatório Conjunto expedido em 13 de janeiro de 2014 por esta Corte de Contas, pelo Ministério Público de Contas e pelo Poder Judiciário do Estado de Rondônia, com o desiderato de evitar a perda de créditos tributários daquela Municipalidade por decurso de tempo, bem como a ampliação do volume de recebimento de tais direitos;

8 - ATENTE para a efetiva observância das diretrizes constantes da Decisão Normativa n. 001/2015/TCE-RO, quanto à atuação eficiente do Órgão de Controle Interno, no cumprimento de seu mister Constitucional;

b) À Secretaria-Geral de Controle Externo desta Corte de Contas, que verifique, por ocasião da análise da Prestação de Contas do Município de Itapuã do Oeste do exercício de 2016, o cumprimento das determinações lançadas no item III, alínea "a", e seus subitens, deste Dispositivo;

IV - DAR CIÊNCIA deste Acórdão aos interessados referidos no item I, alíneas "a" e "b", nos termos do art. 22, da LC n. 154, de 1996, com redação dada pela LC n. 749, de 2013, via Diário Oficial Eletrônico, informando-lhes que o presente Voto, o Parecer ministerial e Acórdão estão disponíveis no sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, no endereço www.tce.ro.gov.br; e

V - DETERMINAR à Secretaria de Processamento e Julgamento que, após o trânsito em julgado, certificado nos autos, seja o processo, reproduzido integralmente em mídia eletrônica, para nesse modelo ser encaminhado à Câmara Municipal de Itapuã do Oeste para fins de apreciação e julgamento por aquele Parlamento Municipal, expedindo-se para tanto, o necessário; ato contínuo, sejam os presente autos, arquivados nesta Corte de Contas, na forma regimental.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA (Relator), BENEDITO ANTÔNIO ALVES, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente em exercício PAULO CURI NETO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 17 de dezembro de 2015.

WILBER CARLOS DOS S. COIMBRA
Conselheiro Relator

PAULO CURI NETO
Conselheiro Presidente em exercício

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1081 de 1 / 2 / 16

PROCESSO-e: 1595/2015
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO DE 2014
UNIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
RESPONSÁVEIS: MAURO NAZIF RASUL
CPF N. 701.620.007-82
PREFEITO MUNICIPAL
JORGE ALBERTO ELARRAT CANTO
CPF N. 168.099.632-00
NA QUALIDADE DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO
LUIS HENRIQUE GONÇALVES
CPF N. 341.237.842-91
CONTADOR
RELATOR: CONSELHEIRO WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA

ACÓRDÃO Nº 205/2015 - PLENO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL. PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014. IDENTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADES FORMAIS. ALTERAÇÃO EXCESSIVA DO ORÇAMENTO. CUMPRIMENTO DOS ÍNDICES CONSTITUCIONAIS DE APLICAÇÃO EM SAÚDE, EDUCAÇÃO E REPASSE FINANCEIRO AO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL. GESTÃO FISCAL CUJO EXERCÍCIO ATENDEU AOS PRESSUPOSTOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL ÍNDICE DE DESPESA COM PESSOAL NOS MOLDES DA LC N. 101 de 2000. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS, COM RESSALVAS. DETERMINAÇÕES.

1. A Prestação de Contas anual do Poder Executivo submetida ao crivo do Tribunal de Contas, conforme estabelece o art. 35, da Lei Complementar n. 154, de 1996 c/c o art. 49, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia-RITC-RO, tem por escopo aferir a regular aplicação dos recursos públicos, o equilíbrio orçamentário e financeiro e o cumprimento dos índices constitucionais de aplicação em Educação e Saúde, bem como dos limites de repasses de recursos ao Poder Legislativo, de gastos com pessoal e o cumprimento das regras de final de/mandato, quando se aplicar à matéria.

2. In casu, evidenciou-se nas Contas do Poder Executivo do Município de Porto Velho, no exercício de 2014, corroborada pelo resultado da análise da Gestão Fiscal do Município do mesmo período, somente falhas formais, que não tem o condão de macular as presentes contas, todavia, apenas resulta na aposição de "ressalvas" às Contas prestadas.

3. Parecer Prévio pela aprovação das contas, com ressalvas, do Município de Porto Velho, do exercício de 2014, com fulcro no art. 1º, VI c/c o art. 35 da Lei Complementar n.

154, de 1996, combinado com o art. 49, § 1B, do Regimento Interno desta Corte. Precedentes: Processo n. 1.150/2014/TCER; Decisão n. 333/2014-PLENO; Parecer Prévio n. 30/2014-Pleno; Processo n. 1.176/2014/TCER; Decisão n. 386/2014- Pleno; Parecer Prévio n. 53/2014-Pleno.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam da Prestação de Contas, exercício de 2014, da Prefeitura Municipal de Porto Velho, de responsabilidade do Senhor Mauro Nazif Rasul, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, por unanimidade de votos, em:

I - EMITIR PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO, COM RESSALVAS, das Contas do Poder Executivo do Município de Porto Velho, relativas ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Mauro Nazif Rasul, Prefeito Municipal, com fulcro no art. 71, I, da Constituição Federal de 1988, no art. 1º, VI, e no art. 35, ambos da LC n. 154, de 1996, c/c o art. 49, § 1º, do RITC-RO, em face dos seguintes apontamentos:

a) De Responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Mauro Nazif Rasul, Prefeito Municipal de Porto Velho, solidariamente com o Senhor Jorge Alberto Elarrat Canto, na qualidade de Secretário Municipal de Planejamento e Coordenação, do Município em epígrafe, por:

1 - Infringência ao artigo ao disposto no art. 167, V, da Constituição Federal e artigo 6º, I, da Lei Municipal n. 2.116 de 2013, em virtude de abertura de Créditos Adicionais Suplementares sem autorização legislativa, no montante de R$ 167.664.071,18 (cento e sessenta e sete milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, setenta e um reais e dezoito centavos).

b) De Responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Mauro Nazif Rasul, Prefeito Municipal de Porto Velho, solidariamente com o Senhor Luis Henrique Gonçalves, profissional contábil do Município, em tela, por:

1- Infringência ao art. 53 da Constituição Estadual, c/c o art. 5º da IN n. 019/TCE-RO-2006, pela remessa intempestiva, via SIGAP, relativa ao mês de abril de 2014;

2- Infringência ao artigo 8º e 50, I e II, da Lei Complementar n. 101/2000, por não apresentar controle sobre as disponibilidades financeiras das fontes de recurso vinculados mediante apresentação do anexo ao Balanço Patrimonial do Demonstrativo do Superávit/Déficit por fonte vinculada, consoante às disposições do MCASP;

c) De Responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Mauro Nazif Rasul, Prefeito Municipal de Porto Velho, por:

1 - Infringência ao artigo 59, §15, III da Lei de Responsabilidade Fiscal, por não enviar os demonstrativos de operações de créditos quadrimestrais, informando

que não houve movimentação, situação divergente do apurado pela Unidade Técnica que aferiu a existência de operações de crédito, consoante o registro de Receita de Capital - Operações de Crédito.

II - CONSIDERAR, em obediência ao que estabelece o § 1º do art. *8º* da Resolução n. 173/2014/TCE-RO, que a Gestão Fiscal da Prefeitura Municipal de Porto Velho, relativa ao exercício financeiro de 2014 - Processo n. 0522/2014/TCER - de responsabilidade do Excelentíssimo Prefeito Municipal, o Senhor Mauro Nazif Rasul, ATENDEU aos pressupostos de responsabilidade fiscal exigidos na LC n. 101, de 2000;

III - DETERMINAR:

a) Ao Excelentíssimo Senhor Mauro Nazif Rasul, Prefeito do Município de Porto Velho, ou a quem o substitua na forma da Lei, via expedição de ofício, com Aviso de Recebimento em Mão Própria (ARMP), que:

1- ADOTE as medidas necessárias, visando à correção e prevenção de reincidência das irregularidades apontadas no item I, alíneas "a" e "b", e "c", deste Dispositivo, sob pena de emissão de Parecer Prévio contrário à aprovação das futuras Contas e aplicação das sanções previstas, no inciso VII, do art. 55 da LC n. 154, de 1996, por caracterizar o descumprimento de determinações desta Corte de Contas;

2 - EXORTE aos responsáveis pela elaboração e execução do orçamento para que aprimorem a política orçamentária do Município de Porto Velho, planejando com maior exatidão e fidedignidade os recursos orçados, uma vez que o orçamento do exercício de 2014 foi expressivamente alterado, evidenciando deficiência no sistema de planejamento do Município e, ainda, que observem os preceitos estabelecidos na legislação, sobretudo quanto à abertura de créditos adicionais, bem como para que o orçamento contemple todas as despesas que serão executadas no exercício financeiro;

3 - INCITE o responsável pela Contabilidade do Município para destinar especial atenção na elaboração e apresentação de Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consoante às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;

4 - OBSERVE com a atenção necessária os preceitos fixados por essa Corte de Contas para o cumprimento do prazo estabelecido para envio das informações e documentos;

5 - ORIENTE o setor responsável para o correto preenchimento do Quadro Demonstrativo das Alterações Orçamentárias - anexo TC-18 - de acordo com os Decretos e Leis que suportam as informações apresentadas;

6 - PROMOVA, em articulação com a Procuradoria-Geral do Município e a Secretaria Municipal de Fazenda, os estudos necessários para fim de edição de ato legislativo com vista a permitir a utilização do instrumento de protesto para cobrança de crédito da dívida ativa Municipal, nos moldes delineados pela Lei Federal n. 9.492, de 1997 e Ato Recomendatório Conjunto expedido em 13 de janeiro de 2014 por esta Corte de Contas, pelo Ministério Público de Contas e pelo Poder Judiciário do Estado de Rondônia, com o desiderato de evitar a perda de créditos tributários daquela Municipalidade por decurso de tempo, bem como a ampliação do volume de recebimento de tais direitos;

7 - ATENTE para a efetiva observância das diretrizes constantes da Decisão Normativa n. 001/2015/TCE-RO, quanto à atuação eficiente do Órgão de Controle Interno, no cumprimento de seu mister Constitucional;

b) À Secretaria-Geral de Controle Externo desta Corte de Contas, que verifique, por ocasião da análise da Prestação de Contas do Município de Porto Velho, do exercício de 2016, o cumprimento das determinações lançadas no item III, alínea "a", e seus subitens, deste Dispositivo;

IV - DAR CIÊNCIA deste Acórdão aos interessados referidos no item I, alíneas "a", "b" e "c", nos termos do art. 22 da LC n. 154, de 1996, com redação dada pela LC n. 749, de 2013, via Diário Oficial Eletrônico, informando-lhes que o presente Voto, o Parecer ministerial e Acórdão estão disponíveis no sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, no endereço www.tce.ro.gov.br; e

V - DETERMINAR à Secretaria de Processamento e Julgamento que, após o trânsito em julgado, certificado nos autos, seja o presente processo reproduzido integralmente em mídia eletrônica, para nesse modelo ser encaminhado à Câmara Municipal de Porto Velho, para fins de apreciação e julgamento por aquele Parlamento Municipal, expedindo-se, para tanto, o necessário; ato contínuo, sejam os presente autos arquivados nesta Corte de Contas, na forma regimental.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA (Relator), BENEDITO ANTÔNIO ALVES, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente em exercício PAULO CURI NETO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 17 de dezembro de 2015.

WILBER CARLOS DOS S. COIMBRA
Conselheiro Relator

PAULO CURI NETO
Conselheiro Presidente em exercício

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE-RO
Nº 1083 DE 1 / 2 / 16

PROCESSO-e: 1433/2015
INTERESSADO: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE MONTE NEGRO
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO DE 2014
RESPONSÁVEIS: JAIR MIOTTO JÚNIOR
CPF N. 852.987.002-68
CHEFE DO PODER EXECUTIVO, NOS PERÍODOS DE 1°.1 A 18.8 E DE 31.10 A 31.12.2014
BRUNO PEREIRA DE SOUZA
CPF N. 581009.032-04
CHEFE DO PODER EXECUTIVO, NO PERÍODO DE 19.8 A 30.10.2014
CLÁUDIA ANDREIA GOMES ARAÚJO
CPF N. 000.132.242-71
RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE
KELLY GOMES
CPF N. 923.258.402-63
CONTROLADORA-GERAL
MAURO REVEILLEAU JÚNIOR
CPF N. 665.441.732-15
CONTROLADOR INTERNO
SÔNIA FELIX DE PAULA MACIEL
CPF N. 627.716.122-91
CONTROLADORA INTERNA
FERNANDA DE MORAIS XIMENEZ
CPF N. 946.173.412-34
CONTROLADORA INTERNA
RELATOR: CONSELHEIRO BENEDITO ANTÔNIO ALVES

ACÓRDÃO Nº 206/2015 - PLENO

Constitucional. Contas Anuais. Poder Executivo Municipal de Monte Negro. Exercício Financeiro de 2014. Execuções orçamentaria, financeira e patrimonial regulares. Observância do equilíbrio econômico-financeiro da gestão. Cumprimento dos limites constitucionais com a Educação e com a Saúde. Despesa com pessoal abaixo do limite máximo estabelecido pela LRF. Regularidade no repasse financeiro ao Poder Legislativo, i m propriedades formais. Parecer Prévio pela Aprovação das Contas com Ressalvas. Precedentes. Determinações legais. Recomendações. Encaminhamento ao Poder Legislativo Municipal, para apreciação e julgamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam da Prestação de Contas, exercício de 2014, do Poder Executivo Municipal de Monte Negro, de responsabilidade de Jair Miotto Júnior, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro BENEDITO ANTÔNIO ALVES, por unanimidade de votos, em:

I - EMITIR PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO COM RESSALVAS das Contas do Chefe do Poder Executivo do Município de Monte Negro, relativas ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade de Jair Miotto Júnior, CPF n. 852.987.002-68, no período de 1°.1 a 18.8 e de 31.10 a 31.12.2014, e Bruno Pereira de Souza, CPF n. 581.009.032-04, no período de 19.8 a 30.10.2014, Chefes do Poder Executivo, respectivamente, com fulcro no art. 71, inciso I, da Constituição Federal, c/c o art. 1°, inciso VI, da Lei Complementar Estadual n. 154/96, em razão dos apontamentos a seguir elencados, ressalvados os atos e as contas da Mesa Diretora do Poder Legislativo Municipal, dos convênios e contratos firmados, além dos atos de ordenação de despesas eventualmente praticados pelo Poder Executivo, que serão apreciados e julgados oportunamente em autos apartados:

I.1. Infringência às disposições insertas no art. 53 da Constituição Estadual, c/c o art. 5°, da IN n. 019/2006-TCE-RO, arts. 13, I a V, 14, I e II e 22, I, da IN n. 022/2007-TCE-RO pela intempestividade no envio dos balancetes dos meses de janeiro, fevereiro, março e agosto, dos demonstrativos gerenciais dos recursos da educação dos meses de setembro e novembro e dos recursos da Saúde dos meses de janeiro, fevereiro, março, setembro, novembro e dezembro, respectivamente.

I.2. Infringência às disposições insertas no art. 167, II, da Constituição Federal, c/c artigo 43 da Lei Federal n. 4.320/64, ante a abertura de crédito adicional suplementar com recurso fictício, no valor de R$4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais), todavia não tem o condão de inquinar as referidas contas, pois não houve empenhamento de despesa com base no referido recurso;

I.3. Infringência às disposições insertas no art. 4°, § 1°, da Lei Complementar Federal n. 101/00, pelo não atingimento da meta da receita estabelecida na LDO;

I.4. Infringência às disposições insertas no Anexo II, da Lei Federal n. 4.320/64 e Resolução CFC n. 1.133/2008, ante a divergência em informação dos recursos do Fundeb; e

I.5. Infringência às disposições insertas no art. 74, I e II, da Constituição Federal, c/c o art. 51, I e II, da Constituição do Estado de Rondônia, em razão da ausência de avaliação por parte do Controle Interno sobre o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da municipalidade, bem como não avaliou os resultados obtidos, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do ente.

II - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), ao atual Chefe do Poder Executivo do Município de Monte Negro a adoção de medidas visando à correção e prevenção da reincidência das ilegalidades apontadas no item I, sob pena de reprovação das futuras contas;

III - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), aos responsáveis pelo Controle Interno do Município de Monte Negro, que observe com rigor as disposições insertas na Decisão Normativa n. 001/2015-TCE-RO que "estabelece as diretrizes gerais sobre a

implementação e operacionalização do sistema de controle interno para os entes jurisdicionados" e, em suas ações cotidianas, ao tomarem conhecimento de impropriedades adotem medidas saneadoras e deem imediata ciência ao gestor e a este Tribunal.

IV - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), ao atual gestor a observância da norma cogente no tocante às despesas inscritas em "restos a pagar" que deverão ser pagas até o final do primeiro trimestre do exercício seguinte, com a disponibilidade financeira do exercício findo, sob pena de serem desconsideradas para fins de cálculo do percentual estabelecido no art. 77, III do ADCT da Constituição Federal, conforme o § 2° dos artigos 6° e 23 da IN n. 22/2007-TCE-RO, com a nova redação dada pela Instrução Normativa n. 27/2012-TCE-RO;

V - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), ao atual Chefe do Poder Executivo Municipal de Monte Negro, que aprimore a sistemática de cobrança da dívida ativa no menor lapso de tempo possível, em cumprimento às determinações insertas no art. 11, da Lei Complementar Federal n. 101/00, c/c o "Ato Recomendatório Conjunto", celebrado pelo Poder Judiciário do Estado de Rondônia, Corregedoria Geral de Justiça de Rondônia, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Ministério Público de Contas que:

V.1. Recomenda aos entes municipais a adoção de providências tendentes a aprimorar a sistemática de cobrança da dívida pública, otimizando os procedimentos para promover a cobrança no menor lapso de tempo possível, encaminhando ou restituindo os feitos ao Poder Judiciário, acompanhadas das manifestações pertinentes;

V.2. Recomenda aos entes municipais o uso do protesto extrajudicial como medida prévia ao ajuizamento das execuções judiciais para os créditos tributários e não tributários, independentemente do valor do crédito;

V.3. Recomenda a implementação em seus respectivos âmbitos legislativos a normatização necessária para possibilitar sistema alternativo de cobrança da dívida pública, por meio de procedimento administrativo de cobrança extrajudicial de títulos executivos, tendo como referência as disposições insertas na Lei Estadual n. 2.913/2012;

V.4. Recomenda estabelecer por meio de Lei, patamar mínimo para ajuizamento das execuções fiscais, de modo a evitar que o custo da cobrança judicial seja superior ao benefício proporcionado pela satisfação do crédito.

VI - DETERMINAR à Secretaria-Geral de Controle Externo que:

VI.1. Verifique, por ocasião da análise da próxima Prestação de Contas do Poder Executivo Municipal de Monte Negro, o cumprimento das determinações contidas nos itens anteriores deste Acórdão;

VI.2. No exame das futuras prestações de contas, proceda ao confronto do Demonstrativo da Dívida Ativa arrecadada com o Anexo 10 da Lei Federal n. 4.320/64 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.

VII - DETERMINAR a exclusão das responsabilidades imputadas na Decisão em Definição de Responsabilidade n. 029/2015-GCBAA de Cláudia Andreia Gomes Araújo, CPF n. 000.132.242-71, na condição de Contadora; Kelly Gomes, CPF n. 923.258.402-

63, na qualidade de Controladora Geral; Mauro Reveilleau Júnior, CPF n. 665.441.732-15, Sônia Felix de Paula Maciel, CPF n. 627.716.122-91 e Fernanda de Morais Ximenez, CPF n. 946.173.412-34, como Controladores Interinos, em razão das impropriedades remanescentes a eles atribuídas serem de caráter formal, sem o condão de macular as contas *sub examine;*

VIII - DAR CONHECIMENTO da decisão aos demais interessados, via Diário Oficial eletrônico desta Corte de Contas, cujo acesso está disponível para consulta no *site* www.tce.ro.gov.br, com o escopo de evitar dispêndios desnecessários com extração de cópias, em atenção à sustentabilidade ambiental; e

IX - DETERMINAR ao Departamento do Pleno da Secretaria de Processamento e Julgamento que extraia cópia digitalizada dos autos e encaminhe ao Poder Legislativo Municipal de Monte Negro, para apreciação e julgamento, expedindo-se, para tanto, o necessário, após o trânsito em julgado deste Acórdão.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, BENEDITO ANTÔNIO ALVES (Relator), o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente em exercício PAULO CURI NETO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 17 de dezembro de 2015.

BENEDITO ANTÔNIO ALVES
Conselheiro Relator

PAULO CURI NETO
Conselheiro Presidente em exercício

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE-RO
Nº 1081 de 1 / 2 / 16

PROCESSO-e: 1488/2015
INTERESSADO: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO DE 2014
RESPONSÁVEIS: JUAN ALEX TESTONI
CHEFE DO PODER EXECUTIVO (1°.1 A 8.12.2014)
CPF N. 203.400.012-91
JOSELITA ARAÚJO DA SILVA
CHEFE DO PODER EXECUTIVO (9 A 31.12.2014)
CPF N. 139.509.592-20
DENISE MEGUMI YAMANO
RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE
CPF N. 030.022.389-70
RELATOR: CONSELHEIRO BENEDITO ANTÔNIO ALVES

ACÓRDÃO Nº 207/2015 - PLENO

Constitucional. Contas Anuais. Poder Executivo Municipal de Ouro Preto do Oeste. Exercício Financeiro de 2014. Execuções orçamentária, financeira e patrimonial regulares. Observância do equilíbrio econômico-financeiro da gestão. Cumprimento dos limites constitucionais com a Educação e com a Saúde. Despesa com pessoal abaixo do limite máximo estabelecido pela LRF. Regularidade no repasse financeiro ao Poder Legislativo. Impropriedades formais. Parecer Prévio pela Aprovação das Contas com Ressalvas. Precedentes. Determinações legais. Recomendações. Encaminhamento ao Poder Legislativo Municipal, para apreciação e julgamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam da Prestação de Contas, exercício de 2014, do Poder Executivo Municipal de Ouro Preto do Oeste, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro BENEDITO ANTÔNIO ALVES, por unanimidade de votos, em:

I - EMITIR PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO COM RESSALVAS das Contas do Chefe do Poder Executivo do Município de Ouro Preto do Oeste, relativas ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade de Juan Alex Testoni, CPF n. 203.400.012-91 e Joselita Araújo da Silva, CPF n. 139.509.592-20, Chefes do Poder Executivo, nos períodos de 1°.1 a 8.12 e 9 a 31.12.2014, respectivamente, com fulcro no art. 71, inciso I, da Constituição Federal, c/c o art. 1°, inciso VI, da Lei Complementar Estadual n. 154/96, em razão dos apontamentos a seguir elencados, ressalvados os atos e as contas da Mesa Diretora do Poder Legislativo Municipal, dos convênios e contratos firmados, além dos atos de ordenação de despesas eventualmente praticados pelo Poder Executivo, que serão apreciados e julgados oportunamente em autos apartados:

I.1. Infringência às disposições insertas nos arts. 13, I a V , 14, I e II e 22, I, da IN n. 22/2007-TCE-RO, pelo encaminhamento intempestivo dos demonstrativos gerenciais da aplicação mensal da Educação e da Saúde, referentes ao mês de janeiro/2014;

I.2. Infringência às disposições insertas no art. 5° da Lei Federal n. 4.320/64, pela ausência de indicação precisa da fonte de recursos que ocorreu excesso de arrecadação para o aporte do Crédito Adicional aberto por meio do Decreto n. 9311/14;

I.3. Infringência às disposições insertas no art. 11, VI, alínea "I", da IN n. 13/2004/TCER-RO, pelo envio do Anexo TC-18 - Demonstrativo das Alterações Orçamentárias em desacordo com as informações constantes nos Decretos de abertura dos Créditos Adicionais do período;

I.4. Infringência às disposições insertas no art. 41, II, da Lei Federal n. 4.320/64, pela abertura de Crédito Adicional Especial com base na Lei Orçamentária Anual; e 1.5. Infringência às disposições insertas no art. 53, III, c/c o art. 9°, § 1° da LRF, pelo não atingimento da Meta Fiscal do Resultado Nominal prevista na LDO.

II - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), ao atual Chefe do Poder Executivo do Município de Ouro Preto do Oeste, a adoção de medidas visando à correção e prevenção da reincidência das ilegalidades apontadas no item I, sob pena de reprovação das futuras contas.

III - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), aos responsáveis pelo Controle Interno do Município de Ouro Preto do Oeste que observem com rigor as disposições insertas na Decisão Normativa n. 001/2015-TCE-RO que "estabelece as diretrizes gerais sobre a implementação e operacionalização do sistema de controle interno para os entes jurisdicionados" e, em suas ações cotidianas, ao tomarem conhecimento de impropriedades adotem medidas saneadoras e deem imediata ciência ao Gestor e a este Tribunal.

IV - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), ao atual Chefe do Poder Executivo Municipal de Ouro Preto do Oeste a observância da norma cogente no tocante às despesas inscritas em "restos a pagar" que deverão ser pagas até o final do primeiro trimestre do exercício seguinte, com a disponibilidade financeira do exercício findo, sob pena de serem desconsideradas para fins de cálculo do percentual estabelecido no art. 77, III do ADCT da Constituição Federal, conforme o § 2° dos artigos 6° e 23 da IN n. 22/2007-TCE-RO, com a nova redação dada pela Instrução Normativa n. 27/2012-TCE-RO.

V - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), ao atual Chefe do Poder Executivo Municipal de Ouro Preto do Oeste que aprimore a sistemática de cobrança da dívida ativa no menor lapso de tempo possível, em cumprimento às determinações insertas no art. 11 da Lei Complementar Federal n. 101/00, c/c o "Ato Recomendatório Conjunto", celebrado pelo Poder Judiciário do Estado de Rondônia, Corregedoria Geral de Justiça de Rondônia, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Ministério Público de Contas que:

V.1. Recomenda aos entes municipais a adoção de providências tendentes a aprimorar a sistemática de cobrança da dívida pública, otimizando os procedimentos para promover a cobrança no menor lapso de tempo possível, encaminhando ou restituindo os feitos ao Poder Judiciário, acompanhadas das manifestações pertinentes;

V.2. Recomenda aos entes municipais o uso do protesto extrajudicial como medida prévia ao ajuizamento das execuções judiciais para os créditos tributários e não tributários, independentemente do valor do crédito;

V.3. Recomenda a implementação em seus respectivos âmbitos legislativos à normatização necessária para possibilitar sistema alternativo de cobrança da dívida pública, por meio de procedimento administrativo de cobrança extrajudicial de títulos executivos, tendo como referência as disposições insertas na Lei Estadual n. 2.913/2012;

V.4. Recomenda estabelecer por meio de Lei, patamar mínimo para ajuizamento das execuções fiscais, de modo a evitar que o custo da cobrança judicial seja superior ao benefício proporcionado pela satisfação do crédito.

VI - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), à atual responsável pela Contabilidade que proceda à correção das divergências apresentadas no demonstrativo do fluxo de caixa e da dívida ativa;

VII - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), ao atual Chefe do Poder Executivo Municipal de Ouro Preto do Oeste que aprimore o planejamento das ações, para que o orçamento aprovado não seja objeto de sucessivas modificações quando de sua execução, observando, por conseguinte, as disposições insertas na Decisão n. 232/2011 - Pleno (Processo n, 1133/2011) que considera razoável as alterações até o patamar de 20% (vinte por cento).

VIII - DETERMINAR à Secretaria-Geral de Controle Externo que:

VIII.1. Verifique, por ocasião da análise da próxima Prestação de Contas do Poder Executivo Municipal de Ouro Preto do Oeste, o cumprimento das determinações contidas nos itens anteriores deste Acórdão;

VIII.2. No exame das futuras prestações de contas, proceda ao confronto do Demonstrativo da Dívida Ativa arrecadada com o Anexo 10 da Lei Federal n. 4.320/64 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.

IX - DETERMINAR a exclusão das responsabilidades imputadas na Decisão em Definição de Responsabilidade n. 045/2015-GCBAA de Joselita Araújo da Silva, CPF n. 139.509.592-20, Chefe do Poder Executivo Municipal, no período de 9 a 31.12.2014, em razão das impropriedades a ela atribuídas terem sido esclarecidas e justificadas;

X - DETERMINAR a exclusão das responsabilidades imputadas na Decisão em Definição de Responsabilidade n. 045/2015-GCBAA de Denise Megumi Yamano, CPF n. 030.022.389-70, responsável pela Contabilidade, em razão das impropriedades remanescentes a ela atribuídas serem de caráter formal, sem o condão de macular as contas *sub examine;*

XI - DAR CONHECIMENTO aos interessados, via Diário Oficial eletrônico desta Corte de Contas, cujo acesso está disponível para consulta no *site* www.tce.ro.gov.br, com o escopo de evitar dispêndios desnecessários com extração de cópias, em atenção à sustentabilidade ambiental; e

XII - DETERMINAR ao Departamento do Pleno da Secretaria de Processamento e Julgamento que extraia cópia digitalizada dos autos e encaminhe ao Poder Legislativo Municipal de Ouro Preto do Oeste, para apreciação e julgamento, expedindo-se, para tanto, o necessário, após o trânsito em julgado deste Acórdão.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, BENEDITO ANTÔNIO ALVES (Relator), o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente em exercício PAULO CURI NETO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 17 de dezembro de 2015.

BENEDITO ANTÔNO ALVES
Conselheiro Relator

PAULO CURI NETO
Conselheiro Presidente em exercício

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE-RO
Nº 1083 DE 1 / 2 16

PROCESSO-e: 1414/2015
INTERESSADO: PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO DE 2014
RESPONSÁVEIS: GISLAINE CLEMENTE
CPF N. 298.853.638-40
PREFEITA MUNICIPAL
ANA NOGUEIRA TRIZOTI
CPF N. 907.155.602-63
CONTROLADORA INTERNA - PERÍODO: 1.1.2014 A 3.4.2014
ERLIN RASNIEVSKI
CPF N. 961.015.981-87
CONTROLADORA INTERNA A PARTIR DE 4.4.2014
ALCINA MARIA PENAFIEL SOLA
CPF N. 407.649.319-20
CONTADORA
RELATOR: CONSELHEIRO-SUSBSTITUTO DAVI DANTAS DA SILVA (EM SUBSTITUIÇÃO AO CONSELHEIRO EDILSON DE SOUSA SILVA)

ACÓRDÃO Nº 208/2015 - PLENO

CONSTITUCIONAL. FINANCEIRO. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL. CONTAS DE GOVERNO. CUMPRIMENTO DOS ÍNDICES CONSTITUCIONAIS COM A EDUCAÇÃO, SAÚDE, GASTOS COM PESSOAL E REPASSE AO LEGISLATIVO. SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA SUPERAVITÁRIA. EQUILÍBRIO FINANCEIRO. COBRANÇA JUDICIAL E ADMINISTRATIVA NÃO SATISFATÓRIA DA DÍVIDA ATIVA. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

1 - Restou evidenciado o cumprimento dos mandamentos constitucionais e legais relativos à educação (30,06% na MDE e 76,55% no FUNDEB - valorização do magistério); à saúde (21,04%); gasto com pessoal (46,52%); e repasse ao Legislativo (6,95%).

2 - 0 município encerrou o exercício apresentando execução orçamentária e financeira líquidas superavitárias.

3 - A cobrança judicial e administrativa da dívida ativa mostrou-se insatisfatória.

4 - Por efeito, a presente prestação de contas deve receber parecer prévio favorável à aprovação com ressalvas.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam da Prestação de Contas, exercício de 2014, do Poder Executivo do Município de São Francisco, de responsabilidade de Gislaine Clemente - Prefeita Municipal, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I - Emitir Parecer Prévio FAVORÁVEL À APROVAÇÃO COM RESSALVAS da prestação de contas do Poder Executivo do Município de São Francisco do Guaporé, exercício de 2014, de responsabilidade de Gislaine Clemente - Prefeita Municipal, com fulcro no inciso I do artigo 71 da Constituição Federal c/c o art. 35 da Lei Complementar 154/96, e artigo 49 do Regimento Interno, em razão das impropriedades abaixo elencadas, excepcionadas, no entanto, as contas da mesa Diretora do Poder Legislativo Municipal, *dos convênios* e contratos firmados, além dos atos de ordenação de despesas eventualmente praticados pelo chefe do Poder Executivo, que serão apreciados e julgados em autos apartados e diretamente por este Tribunal:

a) encaminhamento intempestivo do balancete, via SIGAP, relativo ao mês de março/2014;

b) ausência de todos os relatórios quadrimestrais do órgão de controle interno;

c) manter parte dos recursos financeiros do município depositados/aplicados em instituições financeiras privadas;

d) por realizar cancelamento de créditos inscritos na dívida ativa sem o cumprimento dos requisitos impostos na LRF;

e) pela ausência de atuação efetiva do Controle Interno, haja vista que o relatório apresentado não avaliou os atos de gestão sob os aspectos da eficiência, eficácia e economicidade, especialmente quanto ao cumprimento das diretrizes traçadas nos instrumentos de planejamento orçamentário (PPA e LDO); à ausência de documentos contábeis; aplicação de recursos financeiros em instituições financeiras privadas; cancelamento de créditos da dívida ativa sem *o* cumprimento dos requisitos estabelecidos na LRF; etc.;

f) divergência do saldo da dívida ativa contabilizado na relação dos contribuintes inscritos em divida ativa e o registrado, a este mesmo título, no balanço patrimonial;

g) não destacar a parcela de retenção de 20% das receitas do IPVA e IPI sobre exportação para a formação do FUNDEB;

h) preenchimento incorreto do Anexo TC-18 no que se refere à fonte de recurso inerente ao Decreto 191/14;

i) Divergência entre o saldo da dívida fundada apurada pela instrução técnica e o registrado a este título no balanço patrimonial;

j) ausência dos seguintes documentos junto à Gestão fiscal: resultados nominal e primário; restos a pagar integrantes do RREO do 3° e 6° bimestres; divida consolidada líquida; dívida consolidada líquida; restos a pagar integrantes do RGF 1° e 2° semestres.

II - Considerar que a Gestão Fiscal do Poder Executivo do Município de São Francisco do Guaporé, relativa ao exercício de 2014, de responsabilidade de Gislaine Clemente, Prefeita Municipal, ATENDE os pressupostos de Responsabilidade Fiscal dispostos na Lei Complementar Federal 101/2000, no que concerne aos parâmetros de equilíbrio da receita e despesa; despesas com pessoal; dívida consolidada líquida; operação de crédito; e, ainda, quanto aos limites constitucionais de aplicação de recursos nas áreas de educação e saúde, nos termos determinados nos §§ 1° e 2° do artigo 8° da Resolução 173/2014/TCERO;

III - Determinar via ofício à atual Prefeita que:

a) adote de medidas visando à correção e prevenção da reincidência das irregularidades apontadas no item I, alíneas "a" a "j" deste voto, sob pena de aplicação das sanções previstas no artigo *55,* VII da Lei Complementar 154/96, pelo descumprimento de determinações desta Corte;

b) ao elaborar a proposta da Lei Orçamentária atente para que o percentual de alteração do orçamento inicial através de créditos suplementares seja proposto em 20% no máximo, limite este considerado razoável;

c) implemente ou aprimore a utilização do protesto extrajudicial como medida prévia de ajuizamento das execuções judiciais para o créditos tributários ou não tributários, em obediência ao Ato Recomendatório Conjunto expedido em 13 de janeiro de 2014 por esta Corte de Contas, pelo Ministério Público de Contas e pelo Poder Judiciário do Estado de Rondônia, bem como à decisão 353/2014-Pleno, proferida nos autos do processo 1406/2014, sob pena de aplicação das sanções previstas no inciso IV da artigo 55 da Lei Complementar Estadual 154/96, pelo descumprimento de determinação desta Corte;

d) encaminhe, a partir do exercício de 2015, junto com as prestações de contas, todos os lançamentos realizados na conta da dívida ativa, demonstrando separadamente os valores correspondentes à inscrição, arrecadação e eventuais cancelamentos, revisões ou ajustes, e que, no caso de cancelamento ou qualquer outro lançamento que acarrete a redução de créditos da dívida ativa, comprove de antemão a observância do artigo 14 da LRF;

e) adote medidas capazes de reduzir as despesas de custeio, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados à população e promover a ampliação dos investimentos no município;

f) determine ao setor responsável de contabilidade que promova rigorosa auditoria nos lançamentos contábeis antes de processar o encerramento do exercício e de elaborar as peças contábeis para evitar inconsistências técnicas, e que quando das correções dos demonstrativos, os mesmos sejam republicados a fim de dar cumprimento às exigências legais contidas no caput do artigo 37 da Constituição Federal;

g) determine ao setor responsável de contabilidade que promova nos demonstrativos contábeis do exercício de 2015, o necessário ajuste na dívida fundada, a fim de que corrija a diferença apontada pelo corpo instrutivo, bem como justifique os ajustes em notas explicativas;

h) determine ao pessoal encarregado do planejamento e elaboração das peças orçamentárias (LDO e LOA) que ao elaborar as metas de resultados nominal e

primário o façam com maior eficiência, de modo que os resultados realizados sejam adequados a real capacidade fiscal do município, conforme estabelece o artigo 1°, § 1° da LRF;

i) implemente as diretrizes traçadas pela Decisão Normativa 01/2015/TCER, na estruturação e melhoria do órgão de controle interno;

j) atente para o cumprimento dos prazos para a remessa de documentos a este Tribunal de Contas.

IV - Determinar ao Controle Externo desta Corte que:

a) verifique, por ocasião da análise da prestação de contas do município relativa ao exercício de 2016, o cumprimento das determinações contidas no item III deste Acórdão; e

b) ao proceder à análise das prestações de contas anuais verifique se o relatório, parecer e certificado de auditoria do órgão de Controle Interno foram compatíveis com a realidade, sobretudo quando evidenciadas graves irregularidades que comprometam a gestão.

V - Determinar, via ofício, aos atuais responsáveis pelo controle interno do município que:

a) ao tomarem conhecimento de impropriedades, tais como as apontadas no item I, alíneas "a" a "j", deste acórdão, adotem medidas saneadoras e deem imediata ciência a esta Corte, sob pena de não o fazendo estarem sujeitos à responsabilização solidária, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar 154/96;

b) aperfeiçoem suas analises e demonstre-as em seus relatórios de auditoria, de forma a observar o disposto no artigo 74 da Constituição Federal e artigos 76 a 80 da Lei Federal 4.320/64

c) proceda à análise do cumprimento das diretrizes traçadas nos instrumentos de planejamento orçamentário (PPA e LDO), de modo a aferir se o orçamento anual concretizou o planejamento previsto;

VI - Determinar a exclusão da responsabilidade imputada na Decisão em Definição de Responsabilidade 188/2015/GCESS de Alcina Maria Penafiel Sola (CPF 407.649.319-20), na condição de Contadora; Ana Nogueira Trizoti (CPF: 907.155.602-63), na qualidade de Controladora-Geral durante o período de 17.1 a 4.4.2014; e, Erlin Rasnievski (CPF: 961.015.981-87), na qualidade de Controladora-Geral do Município a partir de 4.4.2014, em razão de que as irregularidades remanescentes a elas atribuídas serem incapaz de macular a presente prestação de contas;

VII - Dar ciência deste Acórdão por ofício aos interessados e ao Ministério Público de Contas, informando- os de que o voto e parecer prévio estão disponíveis para consulta no endereço eletrônico www.tce.ro.gov.br; e

VIII Determinar à Secretaria de Processamento e Julgamento - Departamento do Pleno que, ocorrendo o trânsito em julgado, extraia cópia digitalizada dos presentes autos e encaminhe à Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé, para apreciação e julgamento, expedindo-se, para tanto, o necessário.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, BENEDITO ANTÔNIO ALVES, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA (Relator); o Conselheiro Presidente em exercício PAULO CURI NETO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 17 de dezembro de 2015.

DAVI DANTAS DA SILVA
Conselheiro-Substituto Relator

PAULO CURI NETO
Conselheiro Presidente em exercício

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO TCE-RO
Nº 1085 DE 1 / 2 / 16

PROCESSO-e: 1497/2015
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO 2014
JURISDICIONADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE
INTERESSADO: MUNICÍPIO DE MACHADINHO D'OESTE
RESPONSÁVEIS: MÁRIO ALVES DA COSTA
CPF Nº 351.093.002-91
PREFEITO MUNICIPAL
ALDA MARIA DE AZEVEDO JANUÁRIO MIRANDA
CPF Nº 639.084.682-72
CONTROLADOR INTERNO
RELATOR: CONSELHEIRO VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA

ACÓRDÃO Nº 209/2015 - PLENO

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. EXERCÍCIO DO PODER FISCALIZATÓRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO D'OESTE. EXERCÍCIO DE 2014. IRREGULARIDADES FORMAIS. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO COM RESSALVAS, DETERMINAÇÕES.

1. Recebe Parecer Prévio Favorável à Aprovação com Ressalvas quando da ocorrência de irregularidades de cunho formal não prejudicial à análise, nos termos do art. 16, I, da Lei Complementar nº 154/96.
2. É obrigatória a observância das exigências contidas no artigo 53 da Constituição Estadual c/c arts. 14 e 22 da Instrução Normativa nº 022/2007, no que se referem ao encaminhamento tempestivo dos balancetes mensais e demonstrativos gerenciais da educação e saúde.
3. Necessidade de implementação do protesto judicial para cobrança de créditos inscritos em dívida ativa, em observância aos precedentes desta Corte de Contas, contidos nas Decisões n. 212/2014-Pleno, 222/2014-Pleno.
4. De acordo com a Decisão Normativa nº 001/2015-TCERO, que estabelece as diretrizes gerais sobre a implementação e operacionalização do sistema de controle interno, é premente a observância quanto à atuação eficiente do Órgão de Controle Interno, *in casu*, o Município de Machadinho do Oeste.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Prestação de Contas, exercício de 2014, do Município de Machadinho de Oeste, de responsabilidade do Senhor Mário Alves d a Costa, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, por unanimidade de votos, em:

I - Emitir Parecer Prévio favorável à aprovação com ressalva das contas do Município de Machadinho D'Oeste, relativas ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade do Senhor MÁRIO ALVES DA COSTA - Prefeito Municipal, CPF nº 351.093.002-91, na forma e nos termos do Projeto de Parecer Prévio, consoante dispõe a Constituição Federal, no artigo 31, §§ 1° e 2°, e a Lei Complementar Estadual nº 154/1996, no artigo 1°, III, e no artigo 35, ressalvadas as Contas da Mesa da Câmara Municipal, dos Convênios e Contratos firmados pelo Executivo em 2014, os quais terão apreciações técnicas com análises detalhadas e julgamentos em separado, em virtude das seguintes irregularidades:

DE RESPONSABILIDADE DE MÁRIO ALVES DA COSTA - PREFEITO MUNICIPAL:

a) Descumprimento ao art. 53 da Constituição Estadual c/c o art. 5° da IN n.º 019/TCE-RO-2006, pelo encaminhamento intempestivo dos balancetes mensais referentes aos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, agosto, setembro, outubro e novembro do exercício de 2014, conforme dados do SIGAP;

b) Descumprimento ao disposto no art. 13 e inciso I a V, e incisos I e II do art. 14 da IN n.º 022/2007-TCE-RO, pela remessa intempestiva dos Demonstrativos Gerenciais da Educação da MDE e FUNDEB (Anexos I ao X) referentes aos meses de março, junho e outubro do exercício de 2014;

c) Descumprimento ao disposto no inciso I do artigo 22 da IN n.º 022/TCERO- 2007 pelo encaminhamento intempestivo do demonstrativo de aplicação de recursos com ações e serviços públicos de saúde, referentes aos meses de março, maio, julho, agosto, outubro, novembro e dezembro do exercício de 2014;

II - Considerar que a Gestão Fiscal do Poder Executivo do Município de Machadinho D'Oeste/RO, relativa ao exercício de 2014, de responsabilidade do Senhor MÁRIO ALVES DA COSTA, Prefeito Municipal, atende aos pressupostos fixados na Lei Complementar Federal n. 101/2000, quanto ao atendimento aos parâmetros de Receita e Despesa, Despesas com Pessoal, Dívida Consolidada Líquida, Operação de Crédito, e, ainda, quanto aos limites constitucionais de aplicação de recursos nas áreas de Educação e Saúde, nos termos determinados nos §§ 1° e 2°, do art. 8°, da Resolução nº 173/2014-TCERO;

III - Ratificar o Termo de Alerta de Responsabilidade Fiscal nº 22/2015 ao gestor do Município de Machadinho D'Oeste/RO, Senhor MÁRIO ALVES DA COSTA, na forma do artigo 59, § 1°, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que embora tenha sido cumprido o art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal no exercício 2014, o gasto com pessoal do Poder Executivo de Machadinho D'Oeste - consistiu em 49,54% no 2° semestre de 2014 ultrapassou o Limite de Alerta de 90%, do limite legal de 54% da RCL;

IV - Determinar, via ofício, ao atual Prefeito do Município de Machadinho D'Oeste/RO, Senhor MÁRIO ALVES DA COSTA, que aprimore a sistemática

de cobrança da dívida ativa, otimizando os procedimentos para promover a cobrança no menor lapso de tempo possível, em cumprimento às determinações expostas no art. 11 da Lei Complementar n° 101/2000 c/c Ato Recomendatório Conjunto, firmado entre o Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e Ministério Público do Estado de Rondônia;

V - Determinar, via ofício, ao atual Prefeito do Município de Machadinho D'Oeste/RO, Senhor MÁRIO ALVES DA COSTA, que se abstenha de encaminhar, de forma intempestiva, os documentos contábeis da municipalidade a esta Corte de Contas, evitando, com isso, incidir em multa decorrente da reincidência, caso venha a ser novamente constatada;

VI - Determinar, via ofício, ao atual Prefeito do Município de Machadinho D'Oeste/RO, Senhor MÁRIO ALVES DA COSTA, que cumpra as diretrizes constantes na Decisão Normativa n° 001/2015-TCERO quanto à atuação eficiente do Órgão de Controle Interno no cumprimento de seu mister constitucional;

VII - Determinar via ofício, ao atual Prefeito do Município de Machadinho D'Oeste/RO, Senhor MÁRIO ALVES DA COSTA, que adote medidas para prevenir que o orçamento seja expressivamente alterado, uma vez que ao agente político condutor do orçamento exige-se a estrita observância a dos princípios orçamentários do planejamento, programação e da razoabilidade na execução do orçamento;

VIII - Determinar via ofício, ao atual Prefeito do Município de Machadinho D'Oeste/RO, Senhor MÁRIO ALVES DA COSTA, que indique de modo claro e preciso - na Lei ou no Decreto respectivo - as fontes de recursos utilizadas para abertura de créditos adicionais no exercício, fazendo constar nos normativos que abrirem créditos adicionais por superávit financeiro, como fonte de recursos, a informação referente ao detalhamento das destinações de recursos em conformidade com os Grupos, Especificações e Detalhamentos utilizados por esta Corte de Contas, ludo em sintonia, ainda, com o Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial, a fim de viabilizar a análise da abertura de créditos adicionais por fonte de recursos;

IX – Determinar, via ofício, ao atual Prefeito do Município de Machadinho D'Oeste/RO, Senhor MÁRIO ALVES DA COSTA, que, quando da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, fixe as metas de resultado nominal;

X - Dar ciência aos responsáveis, nos termos do art. 22 da LC n. 154/96, com redação dada pela LC n. 749/13, informando-lhes que o Voto, o Parecer Ministerial e Acórdão estarão disponíveis no sítio do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (www.tce.ro.gov.br);

XI - Determinar ao Departamento do Pleno que, após adoção das medidas de praxe, reproduza mídia digital dos autos para ser encaminhada à Câmara Municipal de MACHADINHO D'OESTE para apreciação e julgamento, expedindo-se, para tanto o necessário, após o trânsito em julgado deste Acórdão.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA (Relator), FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, BENEDITO ANTÔNIO ALVES, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente em exercício PAULO CURI NETO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 17 de dezembro de 2015.

VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA
Conselheiro Relator

PAULO CURI NETO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1081 DE 5 / 2 / 16

PROCESSO-e: 1440/2015
INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO DE 2014
RESPONSÁVEL: MARCOS APARECIDO LEGHI
CPF Nº 352.551.701-78
RELATOR: CONSELHEIRO VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA

ACÓRDÃO Nº 210/2015 - PLENO

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. EXERCÍCIO DO PODER FISCALIZATÓRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO. EXERCÍCIO DE 2014. IRREGULARIDADES FORMAIS. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO COM RESSALVAS. DETERMINAÇÕES.

1. Recebe Parecer Prévio Favorável à Aprovação com Ressalvas quando da ocorrência de irregularidades de cunho formal não prejudicial à análise, nos termos do art. 16, I, da Lei Complementar nº 154/96.
2. É obrigatória a observância das exigências contidas no artigo 53 da Constituição Estadual c/c arts. 14 e 22 da Instrução Normativa nº 022/2007, no que se referem ao encaminhamento tempestivo dos balancetes mensais e demonstrativos gerenciais da educação e saúde.
3. Necessidade de implementação do protesto judicial para cobrança de créditos inscritos em dívida ativa, em observância aos precedentes desta Corte de Contas, contidos nas Decisões nº 212/2014-Pleno, 222/2014-Pleno.
4. De acordo com a Decisão Normativa nº 001/2015-TCERO, que estabelece as diretrizes gerais sobre a implementação e operacionalização do sistema de controle interno, é premente a observância quanto à atuação eficiente do Órgão de Controle Interno, in casu, o Município de Alto Paraíso.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam da Prestação de Contas, exercício de 2014, do Município de Alto Paraíso, de responsabilidade do Senhor Marcos Aparecido Leghi como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, por unanimidade de votos, em:

I - Emitir PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO COM RESSALVAS das Contas do Município de ALTO PARAÍSO, relativas ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade do Senhor MARCOS APARECIDO LEGHI – na qualidade de

Prefeito, na forma e nos termos do Projeto de Parecer Prévio, consoante dispõe a Constituição Federal, no artigo 31, §§ 1º e 2º, e a Lei Complementar Estadual nº 154/1996, no artigo 1º, III, e no artigo 35, ressalvadas as Contas da Mesa da Câmara Municipal, dos Convênios e Contratos firmados pelo Executivo em 2014, os quais terão apreciações técnicas com análises detalhadas e julgamentos em separado, em razão das seguintes irregularidades:

a) Descumprimento da alínea "a" do inciso VI do artigo 11 da Instrução Normativa nº 013/TCERO-2004, por encaminhar a esta Corte de Contas relatório no qual não se contempla o exame comparativo em relação aos últimos três exercícios, em termos qualitativos das ações planejadas no PPA, na LDO e LOA, e das ações efetivamente realizadas, com especial enfoque sobre os programas voltados às áreas de educação, saúde, segurança e obras públicas;

b) Descumprimento do artigo 51, §1º, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, em razão da ausência nos autos do comprovante de encaminhamento das presentes contas ao Poder Executivo da União;

c) Descumprimento ao disposto no artigo 13 e inciso I do artigo 14 da Instrução Normativa nº 022/2007-TCE/RO, pela remessa intempestiva dos Demonstrativos Gerenciais da Educação da MDE e Fundeb (Anexos I ao X) referentes a janeiro, outubro, novembro e dezembro do exercício de 2014;

d) Descumprimento ao disposto no inciso I, artigo 22 da Instrução Normativa nº022/TCERO-2007, pelo encaminhamento intempestivo do demonstrativo de aplicação de recursos com ações e serviços públicos de saúde (Anexos XII ao XV), referente aos meses de janeiro, outubro, novembro e dezembro do exercício de 2014.

e) Descumprimento do inciso I do artigo 4º da Lei Municipal nº 1152/2013 (LOA), em virtude da abertura de créditos adicionais suplementares, por anulação de dotações no valor de R$9.521.148,37 (nove milhões quinhentos e vinte e um mil cento e quarenta e oito reais e trinta e sete centavos), representando 28,38% do valor inicialmente orçado de R$33.544.728,57 (trinta e três milhões quinhentos e quarenta e quatro mil setecentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos), quando o limite máximo fixado no referido dispositivo legal é de 20% (vinte por cento);

f) Descumprimento ao artigo 165, §8º, da Constituição da República e artigo 7º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, em virtude da abertura de créditos adicionais especiais, no valor de R$22.896,12, utilizando como base legal a LOA, ao invés de lei específica; e,

g) Descumprimento dos artigos 85, 89 e 103 da Lei Federal nº 4.320/64, haja vista que a movimentação (inscrição e baixa) da conta "Depósito", registrada no Balanço Financeiro, não concilia com os valores registrados no Anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante, sendo que o saldo apurado na presente análise, de R$375.012,61 (trezentos e setenta e cinco mil doze reais e sessenta e um centavos), não se harmoniza ao constante do anexo 17 no valor de R$720,00 (setecentos e vinte reais).

II - Determinar via ofício, ao atual Prefeito de ALTO PARAÍSO/RO que adote as seguintes medidas administrativas:

a) observe os princípios legais e constitucionais para o planejamento dos gastos públicos, tendo em vista que as excessivas alterações orçamentárias configuram falta de planejamento;

b) abstenha-se de promover a abertura de créditos adicionais especiais com base na LOA, utilizando, para tal finalidade, lei autorizativa específica;

c) adote medidas com vistas a possibilitar o encaminhamento dos documentos estabelecidos através das Instruções Normativas nº 13/2004, 19/2006 e 22/2007/TCE-RO dentro dos prazos estabelecidos, evitando com isso a ocorrência de envio intempestivo; e,

d) implemente e efetive a utilização do protesto judicial para cobrança de créditos inscritos em dívida ativa, na mesma senda dos seguintes precedentes da Corte: decisão nº 212/201- Pleno (Proc. nº 1722/2013- TCERO); Decisão nº. 221/2012- Pleno (Proc. nº 1460/2012- TCERO); Decisão nº. 222/2014- Pleno (Proc. nº 1611/2005- TCERO;

III - Considerar que a Gestão Fiscal do Poder Executivo do Município de Vale do Paraíso/RO, relativa ao exercício de 2014, de responsabilidade do Senhor MARCOS APARECIDO LEGHI – na qualidade de Prefeito, atende aos pressupostos fixados na Lei Complementar Federal nº.101/2000, quanto ao atendimento aos parâmetros de Receita e Despesa, Despesas com Pessoal, Dívida Consolidada Líquida, Operação de Crédito, e, ainda, quanto aos limites constitucionais de aplicação de recursos nas áreas de Educação e Saúde, nos termos determinados nos §§ 1º e 2º, do art. 8º, da Resolução nº 173/2014-TCERO;

IV - Determinar à Secretaria de Processamento e Julgamento que promova o encaminhamento, por meio digital, dos presentes autos à Câmara Municipal de ALTO PARAÍSO para apreciação e julgamento, expedindo-se, para tanto, o necessário; e

V - Dar ciência aos interessados, nos termos do art. 22 da LC n. 154/96 com redação dada pela LC n. 749/13, informando-lhes que o Voto, o Parecer Ministerial e Acórdão estarão disponíveis no sítio do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (www.tce.ro.gov.br).

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA (Relator), FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, BENEDITO ANTÔNIO ALVES, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente em exercício PAULO CURI NETO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 17 de dezembro de 2015.

VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA
Conselheiro Relator

PAULO CURI NETO
Conselheiro Presidente em exercício

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1081 DE 1 / 2 / 16

PROCESSO-E: 1530/2015
JURISDICIONADO: MUNICÍPIO DE CUJUBIM/RO
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO 2014
INTERESSADO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
RESPONSÁVEL: FÁBIO PATRÍCIO NETO
PREFEITO MUNICIPAL
CPF Nº 421.845.922-34
RELATOR: CONSELHEIRO VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA

ACÓRDÃO Nº 211/2015 - PLENO

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. EXERCÍCIO DO PODER FISCALIZATÓRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE CUJUBIM. EXERCÍCIO DE 2014. IRREGULARIDADES FORMAIS. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO COM RESSALVAS. DETERMINAÇÕES.

1. Recebe Parecer Prévio Favorável à Aprovação com Ressalvas quando da ocorrência de irregularidades de cunho formal não prejudicial à análise, nos termos do art. 16, I, da Lei Complementar nº 154/96.
2. É obrigatória a observância das exigências contidas no artigo 53 da Constituição Estadual c/c arts. 14 e 22 da Instrução Normativa nº 022/2007, no que se referem ao encaminhamento tempestivo dos balancetes mensais e demonstrativos gerenciais da educação e saúde.
3. Necessidade de implementação do protesto judicial para cobrança de créditos inscritos em dívida ativa, em observância aos precedentes desta Corte de Contas, contidos nas Decisões nº 212/2014-Pleno, 222/2014-Pleno.
4. De acordo com a Decisão Normativa nº 001/2015-TCERO, que estabelece as diretrizes gerais sobre a implementação e operacionalização do sistema de controle interno, é premente a observância quanto à atuação eficiente do Órgão de Controle Interno, in casu, o Município de Cujubim.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam da Prestação de Contas, exercício de 2014, do Município de Cujubim, de responsabilidade do Senhor Fábio Patrício Neto – Prefeito Municipal, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, por unanimidade de votos, em:

I - Emitir Parecer Prévio favorável à aprovação com ressalva das Contas do Município de Cujubim, relativas ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade do Senhor FÁBIO PATRÍCIO NETO – Prefeito Municipal, CPF nº 670.803.752-15, na forma e

nos termos do Projeto de Parecer Prévio, consoante dispõe a Constituição Federal, no artigo 31, §§ 1º e 2º, e a Lei Complementar Estadual nº 154/1996, no artigo 1º, III, e no artigo 35, ressalvadas as Contas da Mesa da Câmara Municipal, dos Convênios e Contratos firmados pelo Executivo em 2013, os quais terão apreciações técnicas com análises detalhadas e julgamentos em separado, em virtude das seguintes irregularidades:

a) Infringência ao inciso VI do artigo 13 da Instrução Normativa nº 22/TC-RO-2007, por não encaminhar o ato de designação dos responsáveis pela movimentação financeira da educação, conforme subitem I.1 do relatório técnico anterior;

b) Infringência às alíneas "a" e "b" do artigo 22 da Instrução Normativa nº 22/TCERO-2007, por não encaminhar o ato de designação dos responsáveis ou a indicação pela movimentação das contas e extratos do Fundo Municipal de Saúde;

c) Infringência ao artigo 85 da Lei nº 4.320/64 c/c o disposto no MCAPS, por descontrole contábil no registro das receitas do município de Cujubim, por não registrar a receita intraorçamentária resultante da contribuição patronal no valor de R$1.005.021,40 (um milhão cinco mil vinte e um reais e quarenta centavos) na rubrica própria;

d) Infringência ao artigo 85 da Lei nº 4.320/64 c/c o disposto no MCAPS, por cancelamentos de créditos inscritos na dívida ativa sem apresentação de justificativas em Notas Explicativas;

e) Infringência ao artigo 85 da Lei nº 4.320/64 c/c o disposto no MCAPS, por registros de Variação Patrimonial Aumentativa e/ou Diminutiva sem apresentação de justificativas ou critérios utilizados em Notas Explicativas;

f) Infringência ao art. 20 da IN nº 39/2013/TCE-RO, por não enviar o Relatório Anual das Medidas de Combate à Evasão e à Sonegação de Tributos do exercício de 2014, conforme análise da gestão fiscal sintetizada no item 8 do Relatório Técnica à pág. 2.049.

II – Determinar, via ofício, ao atual Prefeito do Município de Cujubim, Senhor FÁBIO PATRÍCIO NETO, a adoção das seguintes medidas:

a) aprimorar a sistemática de cobrança da dívida ativa, otimizando os procedimentos para promover a cobrança no menor lapso de tempo possível, em cumprimento às determinações expostas no art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000 c/c o Ato Recomendatório Conjunto, firmado entre o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas e o Ministério Público do Estado de Rondônia;

b) abster-se de encaminhar, de forma intempestiva, os balancetes e Relatórios de Gestão Fiscal da municipalidade a esta Corte de Contas, evitando, com isso, incidir em multa decorrente da reincidência, caso venha a ser novamente constatada;

c) fortalecer, por meio das medidas legais e administrativas que se fizerem necessárias, o funcionamento do sistema do Órgão de Controle Interno, a fim de que ocorra nos termos do art. 74 da Constituição da República;

d) observar a obrigatoriedade de cumprimento da missão constitucional e infraconstitucional atribuída ao Sistema de Controle Interno, nos termos do art. 51 da Constituição Estadual c/c o art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 154/96, devendo reportar a este Tribunal ao constatar quaisquer irregularidades, sob pena de responsabilização solidária, sem prejuízo da aplicação de sanções previstas na Lei Orgânica desta Corte;

e) exigir a atuação efetiva e eficiente do sistema de Controle Interno, para melhor auxiliar a Administração Pública Municipal, evitando a ocorrência de falhas como as elencadas no Relatório Técnico (fls. 782/794);

f) em articulação com a Procuradoria-Geral do Município e a Secretaria Municipal de Fazenda, promover os estudos necessários para fim de edição de ato legislativo com vista a permitir a utilização do instrumento de protesto para cobrança de crédito da dívida ativa municipal, nos moldes delineados pela Lei Federal nº 9.492/1997, Lei Estadual nº 2913/2012 e Ato Recomendatório Conjunto expedido em 13 de janeiro de 2014 por esta Corte de Contas, pelo Ministério Público de Contas e pelo Poder Judiciário do Estado de Rondônia;

g) comprovar perante esta Corte de Contas as medidas adotadas com vistas à implementação da cobrança dos créditos inscritos em dívida ativa, sob pena de terem as contas reprovadas a partir do exercício de 2015.

III – Considerar que a Gestão Fiscal do Poder Executivo do Município de Cujubim, relativa ao exercício de 2014, de responsabilidade do Senhor FÁBIO PATRÍCIO NETO – na qualidade de Prefeito, atende aos pressupostos fixados na Lei Complementar Federal nº. 101/2000, quanto ao atendimento aos parâmetros de Receita e Despesa, Despesas com Pessoal, Dívida Consolidada Líquida, Operação de Crédito, e, ainda, quanto aos limites constitucionais de aplicação de recursos nas áreas de Educação e Saúde, nos termos determinados nos §§ 1º e 2º, do art. 8º, da Resolução nº 173/2014-TCERO;

IV - Determinar via ofício ao Prefeito do Município de Cujubim, Senhor FÁBIO PATRÍCIO NETO, que elabore nas próximas prestações de contas o Relatório Anual das medidas de combate à sonegação de tributos de competência do Município, a quantidade e valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como a evolução do montante de créditos passíveis de cobrança administrativa, na forma exigida no artigo 8°, inciso II, da IN nº 18/2006/TCE-RO, de modo a prevenir a reincidência da irregularidade, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Complementar nº 154/96, pelo descumprimento de determinações desta Corte;

V – Publicar este Acórdão no Diário Oficial eletrônico – DOeTCE-RO, informando aos interessados e ao Chefe do Poder Executivo Municipal de Cujubim, Senhor FÁBIO PATRÍCIO NETO, que o Voto e o Parecer Ministerial, em seu inteiro teor, estão disponíveis no sítio eletrônico deste Tribunal (www.tce.ro.gov.br);

VI - Determinar à Secretaria de Processamento e Julgamento que promova a digitalização dos presentes autos, encaminhando à Câmara Municipal de Cujubim para apreciação e julgamento, expedindo-se, para tanto, o necessário, após o trânsito em julgado desta Decisão;

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA (Relator), FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, BENEDITO ANTÔNIO ALVES, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente em exercício PAULO CURI NETO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 17 de dezembro de 2015.

VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA
Conselheiro Relator

PAULO CURI NETO
Conselheiro Presidente em exercício

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1081 DE 1 / 2 / 16

PROCESSO-e: 1353/2015
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2014
INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA/RO
RESPONSÁVEL: EDMAR RIBEIRO DE AMORIM
CPF Nº206.707.296-04
RELATOR: CONSELHEIRO VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA

ACÓRDÃO Nº 212/2015 - PLENO

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA. EXERCÍCIO 2014. NECESSIDADE DE REANÁLISE CONTÁBIL PELO CORPO TÉCNICO. CUMPRIMENTO DO RITO PROCESSUAL. SOBRESTAMENTO.

1. Na ocorrência de divergências e/ou constatação de falhas de análise, necessário se faz retornar os autos a Unidade Técnica Especializada para nova análise, evitando com isso futura arguição de nulidade processual.

2. Cabe ao Tribunal de Contas julgar as contas dos Gestores Públicos dentro das normas legais vigentes, procurando sempre a verdade real dos fatos e o perfeito equilíbrio entre as análises técnicas realizadas, principalmente em se tratando de Autos referentes à Prestação de Contas Anuais.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam da Prestação de Contas, exercício de 2014, da Prefeitura Municipal de Cacaulândia, de responsabilidade do Senhor Edmar Ribeiro de Amorim, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, por unanimidade de votos, em:

I – SOBRESTAR os autos, na forma do art. 10, § 1º da Lei Complementar nº 154/96, em face da necessidade de nova análise técnica no que se refere ao resultado financeiro do Poder Executivo de Cacaulândia;

II – Determinar o retorno dos autos ao Corpo Técnico para complementação da instrução processual relativamente a:

Resultado Financeiro do Poder Executivo, devendo:

a) Conferir a legalidade dos cancelamentos de restos a pagar ocorridos no valor de R$3.158.306,40 (três milhões cento e cinquenta e oito mil trezentos e seis reais e quarenta centavos). Após, caso constatado que houve cancelamento indevido de restos a pagar, considerá-los no cálculo do resultado financeiro;

b) Conferir as informações trazidas no Anexo TC 38 (Convênios empenhados e não recebidos), determinando o real valor de convênios que estão impactando o resultado financeiro. Após, considerar apenas o montante de convênios que estejam impactando o resultado financeiro do Poder Executivo;

c) Demonstrar, fonte a fonte, o resultado financeiro do Poder Executivo Municipal, segregando os valores atinentes ao Instituto de Previdência;

d) Verificar se, após a novel análise, há influências no resultado orçamentário empreendido no relatório inicial, às fls. 902-904.

III – Após o atendimento dos pontos de análises registrados, havendo novas irregularidades, retornem os autos ao Gabinete do Conselheiro Relator para prolação de Decisão em Despacho de Definição de Responsabilidade – DDR, em observância aos princípios do contraditório e da mais ampla defesa e do devido processo legal.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA (Relator), FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, BENEDITO ANTÔNIO ALVES, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente em exercício PAULO CURI NETO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 17 de dezembro de 2015.

VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA
Conselheiro Relator

PAULO CURI NETO
Conselheiro Presidente em exercício

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1081 DE 5 / 2 / 16

PROCESSO-e: 3029/2015
UNIDADE: PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CORUMBIARA
ASSUNTO: CONSULTA SOBRE RECOLHIMENTO DO ISSQN PELAS SERVENTIAS DE NOTAS E REGISTROS DO ESTADO DE RONDÔNIA
CONSULENTE: DEOCLECIANO FERREIRA FILHO - PREFEITO MUNICIPAL
CPF Nº 499.306.212-53
RELATOR: CONSELHEIRO FRANCISCO CARVALHO DA SILVA

ACÓRDÃO Nº 213/2015 - PLENO

Consulta. Poder Executivo do Município de Corumbiara. Dúvida sobre caso concreto. Inobservância dos requisitos de admissibilidade. Não conhecimento. Aplicabilidade do artigo 85 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de consulta a esta Corte de Contas questionando acerca do recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I - Não conhecer da presente Consulta formulada pelo Prefeito Municipal de Corumbiara, Senhor Deocleciano Ferreira Filho, por não atender aos pressupostos de admissibilidade previstos no artigo 84, § 1°, do Regimento Interno desta Corte de Contas, uma vez que não foi instruída com a manifestação técnica ou jurídica do Poder Consulente, e, ainda, demonstra tratar-se de caso concreto, o que impede o seu conhecimento por este Tribunal, por força do artigo 85 do mesmo regramento regimental; e

II - Determinar ao Departamento do Pleno que dê conhecimento deste Acórdão ao Consulente, via ofício e, após, promova o arquivamento dos autos, em cumprimento ao disposto no artigo 85 do RI/TCE-RO;

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA (Relator), WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, BENEDITO ANTÔNIO ALVES, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente em exercício PAULO CURI NETO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 17 de dezembro de 2015.

FRANCISCO CARVALHO DA SILVA
Conselheiro Relator

PAULO CURI NETO
Conselheiro Presidente em exercício

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO TCE-RO
Nº 1081 DE 5 / 2 / 16

PROCESSO-e: 1803/2015
INTERESSADO: PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE VILHENA
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2014
RESPONSÁVEL: JOSÉ LUIZ ROVER
PREFEITO MUNICIPAL
CPF Nº 591.002.149-49
RELATOR: CONSELHEIRO FRANCISCO CARVALHO DA SILVA

ACÓRDÃO Nº 214/2015 - PLENO

Fiscalização a cargo do Tribunal. Das Contas do Governador do Estado e Prefeitos. Poder Executivo do Município de Vilhena. Prestação de Contas. Exercício de 2014. Aumento da dívida com o IPMV, onerando os cofres do Município com o pagamento de juros. Parecer Prévio pela não aprovação das contas. Determinações.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Prestação de Contas, exercício de 2014, do Município de Vilhena, de responsabilidade do Senhor José Luiz Rover - Prefeito Municipal, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I - Emitir Parecer Prévio pela NÃO APROVAÇÃO das Contas do Município de Vilhena, exercício de 2014, sob a responsabilidade do Senhor JOSÉ LUIZ ROVER - Prefeito Municipal, CPF nº 591.002.149-49, nos termos do artigo 71, inciso I, da Constituição Federal c/c o artigo 1º, incisos III e VI, da Lei Complementar nº 154/96, em virtude das seguintes irregularidades:

a) remessa intempestiva dos balancetes dos meses de abril, maio, julho, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2014, em descumprimento ao artigo 37, *caput*, da CF (princípios da legalidade e eficiência) c/c o artigo 53 da Constituição Estadual e com o artigo 5º da Instrução Normativa nº 019/TCERO-2006;

b) não inclusão no orçamento de rubrica própria para precatórios de pessoal do exercício e do não atendimento por parte do Município de Vilhena do acordo realizado com a Justiça Estadual para a liquidação de débitos de precatórios de pessoal, em infringência aos artigos 37, *caput* (princípios da eficiência e da legalidade), e 100, § 5º, ambos, da Constituição Federal c/c o artigo 1º, § 1º, da LRF;

ESPECIFICAÇÃO	2013 (R$)	INSCRIÇÃO	AMORTIZAÇÃO	2014 (R$)
Precatórios de Pessoal de Exercícios Anteriores	6.718.811,94	-	0,00	6.718.811,94
Precatórios de Pessoal do Exercício	-	0,00	0,00	0,00
TOTAL				6.718.811,94

c) aumento crescente do débito previdenciário junto ao Instituto de Previdência Municipal de Vilhena, com a geração de juros passivos ao Município, em descumprimento aos artigos 37, *caput* (princípios da legalidade e da eficiência) e 195, ambos, da Constituição Federal c/c o artigo 69, § 11, da Lei Municipal nº 1.963/06.

EXERCÍCIOS	2011	2012	2013	2014
DÉBITO PREVIDENCIÁRIO COM O IPMV	247.355,95	2.009.391,03	3.083.710,23	3.612.630,23

II - Determinar ao Prefeito do Município de Vilhena a adoção das seguintes medidas:

a) Observar os prazos de remessas dos balancetes mensais de acordo com a Instrução Normativa nº 019/TCE-RO-2006;

b) providenciar o recolhimento das contribuições previdenciárias dentro do prazo legal para não onerar os cofres do Município, com o pagamento de juros, bem como realizar o adimplemento dos parcelamentos em andamento;

c) realizar levantamento histórico dos créditos referentes à dívida ativa, reclassificando-os em Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, de acordo com a expectativa de realização;

d) remanejar de outros recursos para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb o montante de R$950.820,18 (novecentos e cinquenta mil, oitocentos e vinte reais e dezoito centavos) utilizados indevidamente para pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores;

e) utilizar o protesto extrajudicial como medida prévia ao ajuizamento das execuções judiciais para os créditos tributários e não tributários, objetivando incrementar a arrecadação da Dívida Ativa e, se necessário, adote outras providências que otimizem a diminuição do saldo acumulado desses créditos, promovendo o cancelamento de Dívida Ativa somente nos casos que se enquadrem no disposto no art. 14 da LRF;

f) desenvolver mecanismos técnicos mais apurados de previsão e elaboração dos instrumentos de planejamento público, de modo que o orçamento aprovado não seja alvo de sucessivas alterações;

g) excluir das Demonstrações Contábeis Consolidadas as receitas e despesas intraorçamentárias, nos termos das IPCs 04, 05, 06, 07 e 08.

III - Determinar aos responsáveis pelo Controle Interno do Município de Vilhena que observem com rigor as disposições insertas na Decisão Normativa nº 001/2015/TCE-RO que estabelece as diretrizes gerais sobre a implementação e operacionalização do sistema de controle interno para os entes jurisdicionado e, em suas ações cotidianas, ao tomarem conhecimento de impropriedades, adotem medidas saneadoras e deem imediata ciência ao Gestor e a esta Corte de Contas;

IV - Recomendar ao atual Prefeito do Município de Vilhena que exija do Setor de Contabilidade e do Controle Interno a realização de rigorosa conferência da memória de cálculo e dos valores a serem considerados na aplicação de recursos na Educação e na Saúde, evitando com isso divergências entre os valores informados e calculados pelo Corpo Técnico deste Tribunal nas próximas prestações de contas;

V - Dar ciência, via ofício, do teor deste Acórdão à parte interessada;

VI - Determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo, por meio da Unidade Técnica competente, que por ocasião da análise das Contas do Poder Executivo do Município de Vilhena, exercício de 2016, verifique o cumprimento das determinações contidas no item II, retro; e

VII - Determinar ao Departamento do Pleno que, após adoção das medidas de praxe, reproduza mídia digital dos autos para ser remetida ao Legislativo Municipal, para providências de sua alçada.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA (Relator), WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, BENEDITO ANTÔNIO ALVES, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente em exercício PAULO CURI NETO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 17 de dezembro de 2015.

FRANCISCO CARVALHO DA SILVA
Conselheiro Relator

PAULO CURI NETO
Conselheiro Presidente em exercício

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1081 DE 1 / 2 / 16

PROCESSO-e: 1818/2015
INTERESSADO: PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE ALVORADA DO OESTE
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO DE 2014
RESPONSÁVEIS: RANIERY LUIZ FABRIS
CPF N. 420.097.582-34
PREFEITO MUNICIPAL
ADRIANA FERREIRA DE OLIVEIRA
CPF: 739.434.102-00
CONTROLADORA-GERAL DO MUNICÍPIO INTERINA NO PERÍODO DE 29/10/2014 A 31/12/2014
WAGNER BARBOSA DE OLIVEIRA
CPF: 279.774.202-87
ASSESSOR TÉCNICO CONTÁBIL
SHEILA SARAIVA CUNHA E SILVA
CPF: 663.961.582-72
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RELATOR: CONSELHEIRO-SUBSTIUTO DAVI DANTAS DA SILVA (EM SUBSTITUIÇÃO AO CONSELHEIRO EDILSON DE SOUSA SILVA)

ACÓRDÃO Nº 215/2015 - PLENO

CONSTITUCIONAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL. MUNICÍPIO DE ALVORADA DO OESTE - EXERCÍCIO DE 2014. CUMPRIMENTO DOS ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA SUPERAVITÁRIA. EQUILÍBRIO FINANCEIRO. COBRANÇA JUDICIAL E ADMINISTRATIVA NÃO SATISFATÓRIA DA DÍVIDA ATIVA. REPASSE AO LEGISLATIVO ABAIXO DO FIXADO NA LOA EM 0,76%. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E INSIGNIFICÂNCIA EM RAZÃO DA PEQUENA EXPRESSIVIDADE DO REPASSE A MENOR. EXISTÊNCIA DE IMPROPRIEDADES FORMAIS. DETERMINAÇÕES PARA CORREÇÃO E PREVENÇÃO. PARECER PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS.

1. Restou evidenciado nos autos o cumprimento dos mandamentos constitucionais e legais relativos à educação (30,25% na MDE); ações e serviços públicos de saúde (20,85%); aplicação do mínimo de 60% dos recursos do FUNDEB na valorização do magistério (71,38%); bem como regularidade nos gastos com pessoal (51,15%).
2. Restou incontroverso que a situação orçamentária líquida foi superavitária. Há farta demonstração do equilíbrio financeiro, bem como resultado patrimonial positivo.
3. A cobrança judicial e administrativa da dívida ativa mostrou-se insatisfatória.
4. O Executivo repassou ao Legislativo 6,88% da receita apurada no exercício anterior, observando, assim, o disposto no inciso I do art. 29-A da Carta Magna. Contudo, o valor repassado ficou abaixo do fixado na LOA em

0,76%. Ante a inexpressividade do valor a menor, bem como em razão de a diminuta quantia que se deixou de repassar não haver afetado o equilíbrio e a independência institucional do Poder Legislativo Municipal, devem ser aplicados os princípios da razoabilidade e da insignificância, no caso concreto, para afastar a irregularidade.

5. Ante a constatação que as impropriedades remanescentes são de caráter formal, não sendo suficientes a ensejar a reprovação das contas, e principalmente por ficar comprovado o cumprimento dos índices constitucionais e legais evidenciados ao longo deste voto, devem as contas em apreço receber parecer favorável à aprovação com ressalvas.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam da Prestação de Contas, exercício de 2014, do Município de Alvorada do Oeste, de responsabilidade de Raniery Luiz Fabris - Prefeito Municipal, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I - Emitir Parecer favorável à aprovação com ressalvas das contas do Poder Executivo do Município de Alvorada do Oeste, exercício de 2014, de responsabilidade de Raniery Luiz Fabris - Prefeito Municipal, com fulcro no inciso I do artigo 71 da Constituição Federal c/c inciso VI, do artigo 1°, da Lei Complementar 154/96, em razão das impropriedades abaixo elencadas, excepcionadas, no entanto, as contas da mesa Diretora do Poder Legislativo Municipal, dos convênios e contratos firmados, além dos atos de ordenação de despesas eventualmente praticados pelo chefe do Poder Executivo, que serão apreciados e julgados em autos apartados e diretamente por este Tribunal:

a) pela remessa intempestiva, via SIGAP, dos balancetes relativos aos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio e setembro de 2014, infringindo ao art. 53 da Constituição Estadual c/c o art. 5° da IN 19/2006-TCER;

b) imperícia no planejamento orçamentário, cujo percentual de variação atingiu 40,51% da dotação inicial;

c) por não constar no Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (Anexo 10 da Lei Federal 4.320/64) a previsão inicial de arrecadação da receita, impossibilitando a identificação da fonte de receita onde ocorreu possível excesso de arrecadação, em infringência princípio da eficiência insculpido no caput do art. 37 da Constituição Federal;

d) por não constar no Decreto 109/14 a fonte de recursos utilizada para abertura de crédito adicional no montante de R$ 33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais), em infringência princípio da especificação orçamentária;

e) divergência no saldo para o exercício seguinte evidenciado no Demonstrativo da Dívida Fundada e o contabilizado no Balanço Patrimonial, em infringência ao art. 85 e parágrafo único do art. 98, ambos da Lei Federal 4.320/64;

f) divergência nos valores das contas caixa e equivalentes de caixa final e inicial registrados na Demonstração de Fluxo de Caixa e os consignados no ativo circulante no Balanço Patrimonial, em infringência ao art. 85 da Lei Federal 4.320/64 c/c as Portarias 437/2012 e 438/2012 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN);

g) remessa intempestiva via SIGAP dos RREO relativos aos 1°, 2° e 3° bimestres e do RGF relativo ao 1° quadrimestre, em infringência ao art. 5° e anexo A da IN 39/2013-TCER;

h) por realizar fora do prazo a audiência pública para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais relativa ao 1° quadrimestre, em infringência ao art. 25 da IN 39/2013-TCER c/c o § 4° do art. 9° da LRF;

i) por deixar de publicar nos prazos e condições estabelecidas os RREO relativos aos 1°, 2° e 3° bimestres e o RGF relativo ao 1° quadrimestre, em infringência ao caput do art. 52 e § 2° do art. 55 da LRF.

II - Considerar que a Gestão Fiscal do Poder Executivo do Município de Alvorada do Oeste, relativa ao exercício de 2014, de responsabilidade de Raniery Luiz Fabris - Prefeito Municipal, atende aos pressupostos fixados na Lei Complementar Federal n. 101/2000, quanto ao atendimento aos parâmetros de Receita e Despesa, Despesas com Pessoal, Dívida Consolidada Líquida, Operação de Crédito, e, ainda, quanto aos limites constitucionais de aplicação de recursos nas áreas de Educação e Saúde, nos termos determinados nos §§ 1° e 2° do art. 8° da Resolução 173/2014-TCE-RO;

III - Determinar via oficio ao atual prefeito que:

a) adote de medidas visando à correção e prevenção da reincidência das irregularidades apontadas no item I, alíneas "a" a *"i"* deste voto, sob pena de aplicação das sanções previstas no inciso VII, do artigo 55, da Lei Complementar 154/96, pelo descumprimento de determinações desta Corte;

b) implemente ou aprimore a utilização do protesto extrajudicial como medida prévia de ajuizamento das execuções judiciais para os créditos tributários ou não tributários, em obediência ao Ato Recomendatório Conjunto expedido em 13 de janeiro de 2014 por esta Corte de Contas, pelo Ministério Público de Contas e pelo Poder Judiciário do Estado de Rondônia, bem como à Decisão 355/2014-Pleno, proferida nos autos de n. 1901/2014-TCER, sob pena de aplicação das sanções previstas no art. 55, IV da Lei Complementar Estadual 154/96, pelo descumprimento de determinação desta Corte;

c) implemente as diretrizes traçadas pela Decisão Normativa 001/2015/TCE-RO, na estruturação e melhoria do órgão de controle interno; e

d) ao realizar os repasses de recursos ao Poder Legislativo observe, além dos limites previstos no artigo 29-A da Constituição Federal, as previsões contidas na Lei Orçamentária Anual.

IV - Determinar ao Controle Externo desta Corte que:

a) verifique, por ocasião da análise da prestação de contas do município relativa ao exercício de 2016, o cumprimento das determinações contidas no item III deste Acórdão; e

b) ao proceder à análise das prestações de contas anuais verifique se o relatório, parecer e certificado de auditoria do órgão de Controle Interno foram compatíveis com a realidade, sobretudo quando evidenciadas graves irregularidades que comprometam a gestão.

V - Determinar, via ofício, aos atuais responsáveis pelo controle interno do município que:

a) ao tomarem conhecimento de impropriedades, tais como as apontadas no item I, alíneas "a" a "i", deste Acórdão, adotem medidas saneadoras e deem imediata ciência a esta Corte, sob pena de não o fazendo estarem sujeitos à responsabilização solidária, nos termos do art. 48 da Lei Complementar 154/96; e

b) apontem nos relatórios quadrimestrais de controle interno o cumprimento das determinações contidas na Decisão 355/2014- Pleno.

VI - Determinar a exclusão da responsabilidade imputada na Decisão em Definição de Responsabilidade DM-GCESS-TC 207/2015 de Wagner Barbosa de Oliveira - Assessor Técnico Contábil, Adriana Ferreira de Oliveira – Controladora-Geral Interina no período de 29.10.2014 a 31.12.2014 e Sheila Saraiva Cunha e Silva - Diretora do Departamento de Contabilidade, em razão de as impropriedades remanescentes a eles atribuídas serem meramente formais, não tendo o condão de macular as contas em alusão;

VII - Dar ciência deste Acórdão por ofício aos interessados e ao Ministério Público de Contas, informando-os de que o inteiro teor do voto e parecer prévio está disponível para consulta no endereço eletrônico www.tce.ro.gov.br; e

VIII - Determinar à Secretaria de Processamento e Julgamento - Departamento do Pleno que, ocorrendo o trânsito em julgado, reproduza mídia digital dos presentes autos e encaminhe à Câmara Municipal de Alvorada do Oeste, para apreciação e julgamento, expedindo-se, para tanto, o necessário.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, BENEDITO ANTÔNIO ALVES, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA (Relator); o Conselheiro Presidente em exercício PAULO CURI NETO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 17 de dezembro de 2015.

DAVI DANTAS DA SILVA
Conselheiro-Substituto Relator

PAULO CURI NETO
Conselheiro Presidente em exercício

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1076 25/03/16

PROCESSO N.	1221/2015 (PROCESSO DE ORIGEM N. 2571/2010)
INTERESSADO:	TRIBUNAL DE CONTAS DE RONDÔNIA
ASSUNTO:	RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO – ACÓRDÃO Nº 196/2014 – PLENO
RECORRENTE:	CONFÚCIO AIRES MOURA CPF 037.338.311-87 PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES – PERÍODO 1.1.2010 A 30.3.2010
ADVOGADOS:	MARCOS PEDRO BARBA MENDONÇA (OAB/RO 4476) JOSÉ DE ALMEIDA JUNIOR (OAB/RO 1370) CARLOS EDUARDO ROCHA ALMEIDA (OAB/RO 3593)
UNIDADE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
RELATOR:	CONSELHEIRO EDILSON DE SOUSA SILVA

ACÓRDÃO Nº 216/2015 - PLENO

EMENTA. RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE POSITIVO. NÃO CONFIGURAÇÃO DE BIS IN IDEM. OBSERVÂNCIA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. PRELIMINARES REJEITADAS. ANÁLISE DO MÉRITO. SUBSÍDIOS SUPERIORES AO MÁXIMO LEGAL. IMPUTAÇÃO DE DÉBITO. IRREGULARIDADES FORMAIS. APLICAÇÃO DE MULTA

Configurados os pressupostos de admissibilidade deve o recurso interposto ser conhecido.

As preliminares arguidas devem ser afastadas, na medida em que não restou caracterizado ofensa ao princípio do non bis in idem, pois o que se veda é o pagamento em duplicidade e não a existência de mais de um título sobre o mesmo fato. No mesmo sentido, não há que se falar em inobservância ao devido processo legal, pois o julgamento dos atos de gestão compete à Corte de Contas; diferentemente das contas de Governo que devem ser julgadas pelo Poder Legislativo. No mérito, destaca-se a regular imputação de débito ao recorrente em decorrência do recebimento e pagamento de subsídios em valores acima do máximo legal definido pela Lei Municipal nº 1.412/08. Quanto às irregularidades formais o recorrente não apresentou argumentos sólidos a afastá-las, de forma que a aplicação de multa não merece ser afastada.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Recurso de Reconsideração interposto por Confúcio Aires Moura em face do Acórdão nº 196/2014, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro EDILSON DE SOUSA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I – Conhecer do Recurso de Reconsideração interposto por Confúcio Aires Moura, então Prefeito Municipal de Ariquemes, por estarem presentes todos os pressupostos de admissibilidade;

II – Rejeitar as preliminares arguidas e, no mérito, negar provimento ao Recurso de Reconsideração; e

III – Dar conhecimento deste Acórdão, via Diário Oficial, ao recorrente, informando-lhe que o inteiro teor do voto e do parecer do Ministério Público de Contas estão disponíveis no sítio deste Tribunal de Contas (www.tce.ro.gov.br), em atenção ao desenvolvimento sustentável;

IV – Cumpridas as determinações legais, arquivar os presentes autos.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA (Relator), VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 11 de dezembro de 2015.

EDILSON DE SOUSA SILVA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 982 D. 02 / 02 / 16

PROCESSO-e: 4032/2014
ASSUNTO: DENÚNCIA - SUPOSTA PRÁTICA DE NEPOTISMO NO ÂMBITO DOS PODERES LEGISLATIVO E EXECUTIVO

UNIDADES: PODER EXECUTIVO E PODER LEGISLATIVO
ABELARDO TOWNES DE CASTRO
CPF N° 014.791.697-65
DIRETOR-GERAL DO DEOSP (1.1.2011 A 31.12.2011)
AGNALDO FERREIRA DOS SANTOS
CPF N° 848.636.501-59
MEMBRO DE GOT CRIADO PELO DEC. 16694/2012- SEDAM
ALVORINO SOLARIM DA SILVA
CPF N° 277.483.320-53
SERVIDOR ESTADUAL OCUPANDO CARGO EM COMISSÃO NA SOPH (DESDE 1.8.2014)
ANTÔNIO VICENTE COCCO CARGNIN
CPF N° 577.194.540-49
COORDENADOR DE PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO/SEDAM (2.1.2015-PRESENTE)
APARECIDA DE FÁTIMA GAVIOLI SOARES PEREIRA
CPF N° 329.607.192-04
SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (3.12.2014- PRESENTE)
CLÁUDIA LUCENA AIRES MOURA
CPF N° 408.591.502-91
SECRETÁRIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (1.11.2011 – 5.12.2012)
EDSON MARTINS DE PAULA
CPF N° 574.802.657-00
DEPUTADO ESTADUAL (8.1.2009 - PRESENTE)
EMERSON SILVA CASTRO
CPF N° 348.502.362-00
SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (1.10.2013 A 2.12.2014)
ERONILDO SILVINHO BELARMINO DAS NEVES
CPF N° 497.529.012-04
DIRETOR DE DIVISÃO/SEDAM
FRANCISCO LEUDO BURITI DE SOUSA
CPF N° 228.955.073-68
DIRETOR PRESIDENTE DA SOPH (DESDE 26.1.2015)
JOÃO BOSCO DE ARAÚJO
CPF N° 656.430.032-87
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO/SOPH (DESDE 28/3/2014)
ASSESSOR ESPECIAL DO DEOSP (1.12.2011 E 7.4.2014) E GERENTE DE PLANEJAMENTOS E CONVÊNIOS DO DEOSP (1.1.2011 A 30.11.2011)
JOÃO PAULO GRÉGIO DE ARAÚJO
CPF N° 994.855.672-00
ASSISTENTE TÉCNICO DA SEDAM (29.9.2012 E 27.2.2015)
JOSÉ EDUARDO RODRIGUES GUERRA

CPF N° 015.645.141-70
SERVIDOR PÚBLICO COMISSIONADO/SEDAM
JOSÉ HERMÍNIO COELHO
CPF N° 117.618.978-61
PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO (8ª LEGISLATURA - 2011/2015)
JOSÉ MARCUS GOMES DO AMARAL
CPF N° 349.145.799-87
COORDENADOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO/SEDUC (DESDE 17.10.2013)
JOSÉ RIBAMAR DA CRUZ OLIVEIRA
CPF N° 076.076.283-04
DIRETOR PRESIDENTE DA SOPH (9.9.2013-25.1.2015) MIRVALDO MORAES DE SOUZA
CPF N° 220.215.582-15
DIRETOR EXECUTIVO DO DEOSP (1.1.2013 – 10.4.2015)
NANCI MARIA RODRIGUES DA SILVA
CPF N° 079.376.362-20
SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL (1.11.2011 – 4.122014)
NATÁLIA DE SOUZA BARROS
CPF N° 204.411.692-87
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/SEAS (1.1.2011 A 1.6.2013)
NEODI CARLOS FRANCISCO DE OLIVEIRA
CPF N°240.747.999-87
PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO (7ª LEGISLATURA - 2007/2011)
PAULO ANTÔNIO ARAÚJO DA SILVA
CPF N° 949.748.292-20
ASSESSOR PARLAMENTAR 2.8.2010 A 30.12.2010) E ASSESSOR TÉCNICO (DESDE 5.5.2014) DO DEPUTADO ESTADUAL EDSON MARTINS DE PAULA)
RISÂNGELA TAVARES MENDES
CPF N° 658.525.832-00
COORDENADORA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO/SEDAM (31.5.2011-1.1.2015)
ROSEMEIRE DA SILVA ARAÚJO
CPF N° 220.239.922-49
CHEFE DE GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL EDSON MARTINS DE PAULA (DESDE 8.1.2009)
SÍLVIA DA SILVA ARAÚJO
CPF N° 598.774.212-91
MEMBRO DE GOT CRIADO PELO DEC. 16694/2012 SEDAM
UBIRATAN BERNARDINO GOMES
CPF N° 144.054.314-34
DIRETOR-GERAL DO DEOSP (4.4.2014 A 9.2.2015)
VILSON DE SALLES MACHADO
CPF N° 609.792.080-68

RELATOR: SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL (DESDE 9.12.2014)
CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

ACÓRDÃO Nº 217/2015 - PLENO

Denúncia. Instrução do feito. Análise técnica preliminar. Indício de irregularidade danosa. Existência de elementos de materialidade e de autoria. Pretensão ressarcitória. Cognição sumária. CONVERSÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Denúncia formulada por Geyse Esteves, acerca de suposta prática de nepotismo no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo, envolvendo a nomeação de pessoas ligadas ao Deputado Edson Martins de Paula (e à Rosimeire da Silva Araújo, a sua Chefe de Gabinete), como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro PAULO CURI NETO, por unanimidade de votos, em:

I - Converter, com fulcro no artigo 44 da Lei Complementar n° 154, de 1996, combinado com o artigo 65, do Regimento Interno, o presente processo em TOMADA DE CONTAS ESPECIAL, diante dos indícios de irregularidade danosa detectados no relatório instrutivo (fls. 586/653); e

II - Determinar o retorno dos autos ao Gabinete do Conselheiro Relator para a Definição de Responsabilidade, nos termos do artigo 12, incisos I e II, da Lei Complementar n° 154, de 1996, combinado com o artigo 19, incisos I e II, do Regimento Interno.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, PAULO CURI NETO (Relator), o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente em exercício EDILSON DE SOUSA SILVA; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS. Os Conselheiros JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELHO, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA e WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA arguiram suspeição, nos termos do artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

Porto Velho/RO, 11 de dezembro de 2015.

PAULO CURI NETO
Conselheiro Relator

EDILSON DE SOUSA SILVA
Conselheiro Presidente em exercício

PROCESSO-E: 2651/2014 (PROCESSO DE ORIGEM N. 366/2010)
ASSUNTO: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO
RECORRENTE: REIGIS DANIEL ALVES DE OLIVEIRA
CPF N. 530.187.611-20
RELATOR: CONSELHEIRO WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1074 DE 21/01/16

ACÓRDÃO Nº 218/2015 - PLENO

RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. LEGITIMIDADE DE PARTES. INTERESSE RECURSAL. INTEMPESTIVIDADE. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. MANTER INALTERADOS OS TERMOS DO ACÓRDÃO N. 77/2014 - PLENO.
1. O Recurso de Reconsideração é cabível e adequado ao caso.
2. Para o regular processamento da via recursal é necessário que o recurso interposto preencha todos os requisitos de admissibilidade que antecede a apreciação do mérito recursal.
3. In casu, os requisitos de admissibilidade não foram preenchidos, uma vez que a presente peça recursal foi protocolizada nesta Corte de Contas, intempestivamente, razão que impõe o não conhecimento do presente recurso.
4. Assim, não se conhece o presente instrumento recursal, uma vez que ausente a tempestividade, requisito este de admissibilidade recursal, mantendo-se inalterados os termos do Acórdão n. 77/2014 - Pleno.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Recurso de Reconsideração manejado pelo Senhor Reigis Daniel Alves de Oliveira, em face ao Acórdão n. 77/2014 - Pleno, proferido nos autos do processo n. 366, de 2010, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, por unanimidade de votos, em:

I – NÃO CONHECER o presente Recurso de Reconsideração interposto pelo Senhor Reigis Daniel Alves de Oliveira, uma vez que a presente peça recursal foi protocolizada nesta Corte intempestivamente, e, portanto, não preencheu os requisitos de admissibilidade, nos termos do art. 31, parágrafo único da Lei Complementar n. 154, de 1996, mantendo-se inalterados os termos do Acórdão n. 77/2014 – Pleno;

II - DAR CONHECIMENTO do teor deste Acórdão ao recorrente;

III – PUBLICAR; e

IV - ARQUIVAR OS AUTOS.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA (Relator), o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 11 de dezembro de 2015.

WILBER CARLOS DOS S. COIMBRA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PROCESSO-E: 2659/2014 (PROCESSO DE ORIGEM N. 366/2010)
ASSUNTO: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO
RECORRENTE: KENNETH NOBORU NISHIMOTO
CPF N. 220.969.508-21
RELATOR: CONSELHEIRO WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1074 DE 21/05/16

ACÓRDÃO Nº 219/2015 - PLENO

RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. LEGITIMIDADE DE PARTES. INTERESSE RECURSAL. INTEMPESTIVIDADE. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. MANTER INALTERADOS OS TERMOS DO ACÓRDÃO N. 77/2014 - PLENO.
1. O Recurso de Reconsideração é cabível e adequado ao caso.
2. Para o regular processamento da via recursal é necessário que o recurso interposto preencha todos os requisitos de admissibilidade que antecede a apreciação do mérito recursal.
3. In casu, os requisitos de admissibilidade não foram preenchidos, uma vez que a presente peça recursal foi protocolizada nesta Corte de Contas, intempestivamente, razão que impõe o não conhecimento do presente recurso.
4. Assim, não se conhece o presente instrumento recursal, uma vez que ausente a tempestividade, requisito este de admissibilidade recursal, mantendo-se inalterados os termos do Acórdão n. 77/2014 - Pleno.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Recurso de Reconsideração manejado pelo Senhor Kenneth Noboru Nishimoto, em face ao Acórdão n. 77/2014 - Pleno, proferido nos autos do processo n. 366, de 2010, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, por unanimidade de votos, em:

I – NÃO CONHECER o presente Recurso de Reconsideração, interposto pelo Senhor Kenneth Noboru Nishimoto, uma vez que a presente peça recursal foi protocolizada nesta Corte intempestivamente, e, portanto não preencheu os requisitos de admissibilidade, nos termos do art. 31, Parágrafo único da Lei Complementar n. 154, de 1996, mantendo-se inalterados os termos do Acórdão n. 77, de 2014 – Pleno;

II - DAR CONHECIMENTO do teor deste Acórdão ao recorrente;

III – PUBLICAR; e

IV - ARQUIVAR OS AUTOS.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA (Relator), o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 11 de dezembro de 2015.

WILBER CARLOS DOS S. COIMBRA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PROCESSO-E: 0236/2014 (PROCESSO DE ORIGEM N. 366/2010)
ASSUNTO: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO
RECORRENTE: DAIANE TRINDADE DA SILVA
CPF N. 785.605.272-49
ADVOGADOS: MÁRIO CESAR TORRES MENDES, OAB/RO, N. 2.305
ADRIANA REGINA PAGNONCELLI GOLIN, OAB/RO N. 3.021
RELATOR: CONSELHEIRO WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1074 : 21 / 01 / 16

ACÓRDÃO Nº 220/2015 - PLENO

RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. LEGITIMIDADE DA PARTE. INTERESSE RECURSAL. TEMPESTIVIDADE. ANULADA A DECISÃO QUE ENSEJOU A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO RESTA ESSE PREJUDICADO POR PERDA DO OBJETO. ARQUIVAMENTO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Recurso de Reconsideração interposto pela Senhora Daiane Trindade da Silva - CPF n. 785.605.272-49, em face do Acórdão n. 115/2013-Pleno, proferido nos autos do processo n. 366, de 2010, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, por unanimidade de votos, em:

I – NÃO CONHECER o presente Recurso de Reconsideração, interposto pela Senhora Daiane Trindade da Silva, CPF n. 785.605.272-49, ante a perda do objeto, por força da anulação do Acórdão n. 115/2013-Pleno, na ocasião do julgamento dos Embargos de Declaração – Processo n. 244/2014 (Acórdão n. 26/2014-Pleno);

II - DAR CONHECIMENTO do teor deste Acórdão à recorrente, via DOeTCE-RO, na forma da Lei Complementar n. 749, de 2013, uma vez que o Voto está disponível, em seu inteiro teor, no sítio eletrônico deste Tribunal (www.tce.ro.gov.br);

III – PUBLICAR; e

IV - ARQUIVAR OS AUTOS.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA (Relator), o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 11 de dezembro de 2015.

WILBER CARLOS DOS S. COIMBRA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PROCESSO-E: 2056/2014 (PROCESSO DE ORIGEM N. 366/2010)
ASSUNTO: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO
RECORRENTE: DAIANE TRINDADE DA SILVA
CPF N. 785.605.272-49
ADVOGADOS: MÁRIO CESAR TORRES MENDES, OAB/RO, N. 2.305
ADRIANA REGINA PAGNONCELLI GOLIN, OAB/RO N. 3.021
RELATOR: CONSELHEIRO WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1074 DE 25 / 1 / 16

ACÓRDÃO Nº 221/2015 - PLENO

RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. LEGITIMIDADE DE PARTES. INTERESSE RECURSAL. TEMPESTIVIDADE. CONHECIMENTO DO RECURSO. NO MÉRITO, RECURSO NÃO PROVIDO. MANTER INALTERADOS OS TERMOS DO ACÓRDÃO N. 77/2014- PLENO.

1. O Recurso de Reconsideração é cabível e adequado ao caso;
2. Para o regular processamento da via recursal é necessário que o recurso interposto preencha todos os requisitos de admissibilidade que antecede a apreciação do mérito recursal.
3. In casu, os requisitos de admissibilidade foram preenchidos, uma vez que a presente peça recursal foi protocolizada nesta Corte de Contas tempestivamente, razão que impõe o conhecimento do presente recurso;
4. No mérito, recurso não provido, uma que vez o Recorrente não logrou provar suas argumentações.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Recurso de Reconsideração interposto pela Senhora Daiane Trindade da Silva - CPF n. 785.605.272-49, em face do Acórdão n. 77/2014-Pleno, proferido nos autos do Processo n. 366, de 2010, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, por unanimidade de votos, em:

I – CONHECER o presente Recurso de Reconsideração interposto pela Senhora Daiane Trindade da Silva, CPF n. 785.605.272-49, uma vez que a presente peça recursal preencheu os requisitos de admissibilidade, nos termos do parágrafo único, do art. 31, da Lei Estadual n. 154, de 1996, e, no mérito, NÃO DAR PROVIMENTO, mantendo-se inalterados os termos do Acórdão n. 77/2014-Pleno, proferido nos autos n. 366/2010.

II - DAR CONHECIMENTO do teor deste Acórdão à recorrente, via DOeTCE-RO, na forma da Lei Complementar n. 749, de 2013, uma vez que o Voto está disponível, em seu inteiro teor, no sítio eletrônico deste Tribunal (www.tce.ro.gov.br);

III – PUBLICAR; e

IV - ARQUIVAR OS AUTOS.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA (Relator), o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 11 de dezembro de 2015.

WILBER CARLOS DOS S. COIMBRA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PROCESSO: 2660/2014 (PROCESSO DE ORIGEM N. 366/2010)
ASSUNTO: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO – EM FACE DO ACÓRDÃO N. 77/2014/TCE-RO, PROFERIDO NOS AUTOS DO PROCESSO N. 366/2010/TCE-RO
RECORRENTE: SENHORA DEUSLIRA DE ALMEIDA GODOI
CPF N. 778.384.678-53
UNIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ/RO
RELATOR: CONSELHEIRO WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1074 DE 23 / 5 / 16

ACÓRDÃO Nº 222/2015 - PLENO

RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. NÃO CONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DO MÉRITO.
1. A propositura de qualquer recurso deve estar adstrita ao preenchimento dos pressupostos de admissibilidade, sob pena de não conhecimento.
2. Assim, o recurso de reconsideração interposto fora do prazo legalmente estipulado – quinze dias, a teor do art. 32 da LC n. 154, de 1996, não há de ser conhecido, conforme dicção do art. 31, parágrafo único, da LC n. 154, de 1996, c/c art. 91 do RITC.
3. In casu, o pressuposto temporal afeto à admissibilidade do recurso de reconsideração não foi preenchido, uma vez que a presente irresignação foi protocolizada nesta Corte de Contas, intempestivamente, impondo-se, destarte, o seu não conhecimento, com espeque no art. 31, parágrafo único, da LC n. 154, de 1996, c/c art. 91 do RITC. (Precedentes: Processos n. 2.129/2014/TCE-RO e 3005/2013-TCE-RO, ambos da minha Relatoria).
4. Recurso reconsideração não conhecido, mantendo-se inalterado o Acordão objurgado - Acórdão n. 77/2014 – Pleno, proferido nos autos do Processo n. 366/2011/TCE-RO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Recurso de Reconsideração manejado pela Senhora Deuslira de Almeida Godoi em face do Acórdão n. 77/2014-Pleno, proferido nos autos do Processo n. 366/2010/TCE-RO, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, por unanimidade de votos, em:

I - NÃO CONHECER o presente Recurso de Reconsideração manejado pela Senhora Deuslira de Almeida Godoi em face do Acórdão n. 77/2014-Pleno, proferido nos autos do Processo n. 366/2010/TCE-RO, com fulcro no art. 31, parágrafo único, da Lei Complementar n. 154, de 1996, c/c art. 91 do RITC, uma vez que a presente peça recursal foi protocolizada nesta Corte intempestivamente, não preenchendo, portanto, o requisito de admissibilidade temporal, conforme fundamentação articulada no bojo do Voto, mantendo-se inalterados, desse modo, os termos do Decisum precitado;

II - DAR CIÊNCIA deste Acórdão à Senhora Deuslira de Almeida Godoi – CPF n. 778.384.678-53, via DOeTCE-RO, destacando que o Voto e o Parecer do MPC estão disponíveis no sítio eletrônico do TCE-RO: (http://www.tce.ro.gov.br);

III - PUBLICAR; e

IV - ARQUIVAR OS AUTOS após adoção das medidas de estilo e certificado o trânsito em julgado do presente Acórdão.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros EDILSON DE SOUSA SILVA, VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA (Relator), o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 11 de dezembro de 2015.

WILBER CARLOS DOS S. COIMBRA
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1093 DE 22 / 02 / 16

PROCESSO-E: 1393/2015
JURISDICIONADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2014
RESPONSÁVEIS: SONETE DIOGO PEREIRA
CPF Nº 485.640.280-34
ELIAS CAETANO DA SILVA
CPF Nº 421.453.842-00
JESUALDO PIRES FERREIRA JÚNIOR
CPF Nº 042.321.878-63
RELATOR: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO DAVI DANTAS DA SILVA (EM SUBSTITUIÇÃO AO CONSELHEIRO EDILSON DE SOUSA SILVA)

ACÓRDÃO Nº 223/2015 - PLENO

CONSTITUCIONAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL. MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ – EXERCÍCIO DE 2014. CUMPRIMENTO DOS ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA SUPERAVITÁRIA. EQUILÍBRIO FINANCEIRO. COBRANÇA JUDICIAL E ADMINISTRATIVA NÃO SATISFATÓRIA DA DÍVIDA ATIVA. REPASSE AO LEGISLATIVO ABAIXO DO FIXADO NA LOA EM 2%. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E INSIGNIFICÂNCIA EM RAZÃO DA PEQUENA EXPRESSIVIDADE DO REPASSE A MENOR. EXISTÊNCIA DE IMPROPRIEDADES FORMAIS. DETERMINAÇÕES PARA CORREÇÃO E PREVENÇÃO. PARECER PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS.

1. Restou evidenciado nos autos o cumprimento dos mandamentos constitucionais e legais relativos à educação (25,67% na MDE); ações e serviços públicos de saúde (20,95%); aplicação do mínimo de 60% dos recursos do FUNDEB na valorização do magistério (69,05%); bem como regularidade nos gastos com pessoal (46,38%).
2. Restou incontroverso que a situação orçamentária líquida foi superavitária. Há farta demonstração do equilíbrio financeiro, bem como resultado patrimonial positivo.
3. A cobrança judicial e administrativa da dívida ativa mostrou-se insatisfatória.
4. O Executivo repassou ao Legislativo 4,76% da receita apurada no exercício anterior, observando, assim, o disposto no inciso I do art. 29-A da Carta Magna. Contudo, o valor repassado ficou abaixo do fixado na LOA em 2%. Ante a inexpressividade do valor a menor, bem como em razão de a diminuta quantia que se deixou de repassar não haver afetado o equilíbrio e a independência institucional do Poder Legislativo Municipal, devem ser aplicados os princípios da razoabilidade e da insignificância, no caso concreto, para afastar a irregularidade.

5. Ante a constatação de que as impropriedades remanescentes são de caráter formal, não sendo suficientes a ensejar a reprovação das contas, e principalmente por ficar comprovado o cumprimento dos índices constitucionais e legais evidenciados ao longo do voto, devem as contas em apreço receber parecer favorável à aprovação com ressalvas.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam da Prestação de Contas, exercício de 2014, da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

Em decorrência das irregularidades e dos achados apontados no capítulo 1 e das informações evidenciadas ao longo do relatório, propõe-se:

I - Emitir parecer prévio favorável à aprovação com ressalvas das contas do Município de Ji-Paraná, exercício de 2014, de responsabilidade de Jesualdo Pires Ferreira Júnior - Prefeito Municipal, em razão das impropriedades abaixo elencadas:

a) superavaliação e divergência no saldo da Dívida Ativa;

b) ausência de integridade/fidedignidade/representação adequada do saldo da conta Ações;

c) falha de divulgação em Nota Explicativa da composição e da política de classificação dos principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais;

d) infringência aos pressupostos do planejamento (art. 1°, §1° da Lei Complementar Federal n. 101/2000), em razão da excessiva alteração do orçamento;

e) infringência ao princípio da eficiência (caput do artigo 37 da Constituição Federal c/c o art. 11 da LRF), ante ao inexpressivo desempenho da cobrança da dívida ativa;

f) infringência ao Anexo de Metas Fiscais da LDO (artigo 9° da Lei Municipal n. 2495, de 8 de julho de 2013), em razão do não atingimento da meta de resultado primário;

g) infringência ao Anexo de Metas Fiscais da LDO (artigo 9° da Lei Municipal n. 2495, de 8 de julho de 2013), em razão do não atingimento da meta de resultado nominal;

h) inobservância ao limite de repasse ao legislativo (artigo 29-A, inciso III do § 22 da Constituição Federal), em razão do repasse a menor ao Poder Legislativo;

i) inobservância as determinações deste Tribunal (letra "d" do item II da Decisão 303/2014-Pleno), em razão da ausência de encaminhamento da tomada de contas especial; e

II - Alertar a Administração acerca da possibilidade deste Tribunal emitir opinião adversa sobre o Balanço Geral do Município, caso as determinações do item VII,

letras "a" a "d", expedidas a seguir, com vistas à correção das distorções verificadas no Balanço Patrimonial, não sejam implementadas (item 7.2.1).

III - Alertar a Administração acerca da possibilidade deste Tribunal emitir opinião adversa sobre o Relatório da execução do orçamento e gestão fiscal, caso as determinações dos itens IV, letras "a" a "e", e V, expedidas a seguir, com vistas à correção das distorções verificadas na execução do orçamento e gestão fiscal, não sejam implementadas;

IV - Determinar à Administração que:

a) atente para a necessidade de inclusão no orçamento da programação decorrente de recursos vinculados, que possuem base confiável, evitando-se excessivas modificações no orçamento e, ainda, abstenha-se de realizar o cancelamento de empenhos para posterior remissão em exercício seguinte utilizando os créditos adicionais (item 2.2);

b) implemente ou aprimore a utilização do protesto extrajudicial como medida prévia de ajuizamento das execuções judiciais para os créditos tributários ou não tributários, em obediência ao Ato Recomendatório Conjunto expedido em 13 de janeiro de 2014 por esta Corte de Contas, pelo Ministério Público de Contas e pelo Poder Judiciário do Estado de Rondônia, bem como à Decisão 303/2014-Pleno, proferida nos Autos de n. 0978/2014-TCER, sob pena de aplicação das sanções previstas no art. 55, IV, da Lei Complementar Estadual 154/96, pelo descumprimento de determinação desta Corte (item 2.4.3);

c) determine ao pessoal encarregado do planejamento e elaboração das peças orçamentárias (LDO e LOA), que ao estabelecer as metas de resultados nominal e primário as façam com maior eficiência, de modo que os resultados realizados sejam adequados a real capacidade fiscal do município (itens 3.2.1 e 3.2.2);

d) ao realizar os repasses de recursos ao Poder Legislativo observe, além dos limites previstos no artigo 29-A da Constituição Federal, as previsões contidas na Lei Orçamentária Anual (item 5.3); e

e) adote as medidas sugeridas no Plano Atuarial, com o objetivo de reduzir a projeção do déficit atuarial ou equalizar os resultados ao longo dos exercícios futuros (item 4.2).

V - Determinar à Controladoria Geral do Município que acompanhe e informe por meio do Relatório Auditoria Anual as medidas adotadas pela Administração com o objetivo de reduzir a projeção do déficit atuarial ou equalizar os resultados ao longo dos exercícios futuros, e, ainda, caso a Administração não adote as medidas sugeridas, informe os motivos e as medidas adotadas pelo sistema de controle interno (item 4.2);

VI – Determinar, via ofício, ao atual Prefeito que:

a) remeta à Corte o resultado da Tomada de Contas Especial, determinada por ocasião do exame das contas municipais referentes a 2013, em atendimento a Decisão 303/2014-Pleno, cujo desiderato é identificar os motivos e eventuais responsáveis pela prescrição e não ajuizamento de ações de cobrança dos créditos da dívida ativa no valor de R$ 64.333.501,20;

b) nos exercícios seguintes, sob pena de reprovação das contas anuais na hipótese de reincidência, especifique e comprove todos os lançamentos realizados na

conta da dívida ativa, demonstrando separadamente os valores correspondentes à inscrição, arrecadação e eventuais cancelamentos, revisões ou ajustes, sendo que, no caso de cancelamento ou qualquer outro lançamento que acarrete a redução de créditos da dívida ativa, comprove, de antemão, a observância ao art. 14 da Lei Complementar Federal 101/2000 ou a sua não incidência à espécie; e

c) implemente as diretrizes traçadas pela Decisão Normativa 001/2015/TCE-RO, na estruturação e melhoria do órgão de controle interno.

VII - Determinar à Coordenadoria de Contabilidade que:

a) realize (registre) o reconhecimento da perda do direito de receber dos valores incobráveis inscritos e mantidos na Dívida Ativa do Município, bem como, atualize (correção monetária, taxa, juros e multa) os valores realizáveis inscritos em conformidade com a legislação e de acordo com NBC T SP (item 7.2.1);

b) realize, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da notificação, os ajustes necessários à correta evidenciação das variações ocorridas no período de acordo com as NBC T 16.5 (Registro Contábil), NBC T 16.1O (Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público) e NBC TG (Estrutura Conceitual) (item 7.2.1);

c) apresente em nota explicativa dos exercícios futuros a composição e a política de classificação dos critérios de avaliação dos elementos patrimoniais em conformidade com as Normas de Contabilidade Brasileira (item 7.2.1); e

d) doravante realize o registro das transações ou movimentações de recursos decorrentes da cobertura de insuficiência financeira da conta do FUNDEB;

VIII - Determinar à Controladoria Geral do Município que acompanhe e informe, por meio do Relatório Auditoria Anual, as medidas adotadas pela Administração quanto às determinações deste Relatório.

IX - Determinar ao Controle Externo desta Corte que quando da análise das futuras prestações de contas:

a) verifique a fidedignidade das informações constantes no Anexo TC-38, empreendendo as diligências necessárias à certificação das informações nos casos em que os valores ali indicados sejam utilizados como justificativa para eventuais déficits orçamentário e/ou financeiro;

b) promova análise, sob os aspectos financeiro e orçamentário, do resultado do exercício por fonte, efetuando a segregação dos valores atinentes ao Regime de Previdência Municipal; e

c) examine a capacidade de recursos indicados para abertura de créditos ocorrida durante o exercício.

X - Determinar à unidade técnica deste Tribunal que quando da análise da prestação de contas do Fundo de Previdência de Ji-Paraná, relativa ao exercício de 2014, aprofunde o exame acerca das causas da frustração de receitas ocorrida na monta de R$5.099.694,68, conforme observado nestes autos;

XI - Determinar à Secretaria de Processamento e Julgamento - Departamento do Pleno que proceda à respectiva autuação de processo de fiscalização de atos e contratos, para que em procedimento autônomo e apartado seja apurado das razões ensejadoras dos cancelamentos de créditos da dívida ativa informados nesta prestação de contas, no valor de R$ 3.649.639,34, adotando-se, ao final, as medidas pertinentes conforme o caso, devendo os documentos abaixo relacionados comporem os autos:

a) anexo 2 - Receitas Segundo as Categorias Econômicas - Consolidado (fls. 100/109);

b) 1° e 2° relatórios do corpo instrutivo (fls. 15347/15382 e 15503/15570);

c) parecer ministerial (fls. 15573/15605);

d) voto do relator;

e) decisão prolatada.

XII - Dar ciência por ofício aos interessados e ao Ministério Público de Contas, informando-os de que o inteiro teor do voto, acórdão e parecer prévio está disponível para consulta no endereço eletrônico www.tce.ro.gov.br; e

XIII - Determinar à Secretaria de Processamento e Julgamento - Departamento do Pleno que, ocorrendo o trânsito em julgado, extraia cópia digitalizada dos presentes autos e encaminhe os originais à Câmara Municipal de Ji-Paraná, para apreciação e julgamento, expedindo-se, para tanto, o necessário.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, BENEDITO ANTÔNIO ALVES, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA (Relator); o Conselheiro Presidente em exercício PAULO CURI NETO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS. O Conselheiro WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA declarou-se impedido, nos termos do artigo 134, II, do Código de Processo Civil.

Porto Velho/RO, 17 de dezembro de 2015.

DAVI DANTAS DA SILVA
Conselheiro-Substituto Relator

PAULO CURI NETO
Conselheiro Presidente em exercício

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1083 DE 1 / 2 / 16

PROCESSO-E: 2957/2014
UNIDADE: PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO SOBRE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2014
REPRESENTANTE: EMPRESA AJUCEL INFORMÁTICA LTDA.
CNPJ Nº 34.750.158/0001-09
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA: ANTÔNIO JOSÉ GEMELLI
CPF Nº 368.783.329-15
RESPONSÁVEIS: JOÃO MIRANDA DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL
CPF: 088.931.178-19
RODRIGO SORDI MOREIRA
PREGOEIRO MUNICIPAL
CPF: 698.879.342-91
RELATOR: CONSELHEIRO FRANCISCO CARVALHO DA SILVA

ACÓRDÃO Nº 224/2015 - PLENO

Representação. Poder Executivo do Município de Pimenteiras do Oeste. Possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico nº 18/2014. Requisitos de admissibilidade atendidos. Conhecimento. Irregularidades que motivaram a Representação. Não comprovação. Não comprometimento da competitividade do certame, que atingiu os objetivos pretendidos. Improcedência. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Representação formulada pela Empresa Ajucel Informática Ltda., que noticia possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico nº 18/2014, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, por unanimidade de votos, em:

I – Conhecer da Representação proposta pela Empresa Ajucel Informática Ltda., CNPJ nº 34.750.158/0001-09, por atender aos pressupostos de admissibilidade insculpidos no artigo 80 e 82-A do Regimento Interno desta Corte de Contas, para, no mérito, julgá-la improcedente, diante da ausência de comprovação da materialização das irregularidades apontadas na inicial, relacionadas ao Pregão Eletrônico nº 18/2014, deflagrado pelo Poder Executivo do Município de Pimenteiras do Oeste visando à contratação de empresa especializada no fornecimento de cessão de licença de uso de sistemas aplicativos integrados (softwares), atualização, atendimento técnico, infraestrutura tecnológica, implantação, treinamento e assessoria à Administração Municipal nas áreas de tecnologia de informática e gestão tributária;

II – Determinar à atual Pregoeira do Poder Executivo do Município de Pimenteiras do Oeste, Senhora Hatani Eliza Bianchi (CPF nº 025.039.201-20), que, nas suas

decisões, mesmo quando acolher posicionamento de razões recursais, pareceres técnicos ou manifestações da Assessoria Jurídica, promova a devida motivação dos fatos e fundamentos jurídicos de sua decisão, visando dar completude ao princípio da motivação dos atos públicos;

III – Notificar, via ofício, a atual Pregoeira do Poder Executivo do Município de Pimenteiras do Oeste, Senhora Hatani Eliza Bianchi (CPF nº 025.030.201-20), quanto à observância da determinação contida no item anterior, cientificando-a de que a notificação diz respeito apenas ao cumprimento da decisão no item especificado, não estando sua ciência vinculada à contagem do prazo para interposição de eventual recurso, uma vez que este se dá pela publicação da decisão no Diário Oficial eletrônico desta Corte, conforme Lei Estadual nº 749/2013;

IV – Dar ciência, via Diário Eletrônico do TCE-RO, do teor deste Acórdão aos interessados, inclusive para efeito de contagem de prazos recursais, conforme dispõe a Lei Complementar nº 749/13; e

V – Determinar ao Departamento do Pleno que, adotadas as medidas de praxe, sejam os autos arquivados.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA (Relator), WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, BENEDITO ANTÔNIO ALVES, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente em exercício PAULO CURI NETO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 17 de dezembro de 2015.

FRANCISCO CARVALHO DA SILVA
Conselheiro Relator

PAULO CURI NETO
Conselheiro Presidente em exercício

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1081 DE 1 / 2 / 16

PROCESSO-E: 3823/2011
JURISDICIONADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
ASSUNTO: AUDITORIA - REALIZADA NO REFERIDO MUNICÍPIO NO PERÍODO DE JANEIRO A AGOSTO DE 2011
RESPONSÁVEL: JOSÉ LUIZ ROVER
CPF Nº 591.002.149-49
PREFEITO
RELATOR: CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

ACÓRDÃO Nº 225/2015 - PLENO

Auditoria. Município de Vilhena. Irregularidades apontadas na presente fiscalização já examinadas na Prestação de Contas do Município, exercício de 2011. Realização de despesas alheias à educação (com recursos do MDE 25% e do Fundeb 40%). Análise parcialmente prejudicada. Existência de irregularidades não transportadas para o processo de contas. Ausência de contraditório e de ampla defesa. Desnecessidade de retrocesso processual para proceder à oitiva dos jurisdicionais. Expedição de determinações específicas ao gestor, a fim de que efetivamente comprove o saneamento dos fatos em oportunidade diferida (até o encerramento do exercício de 2016). Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Auditoria de Gestão deflagrada para avaliar atos e fatos administrativos praticados pelo Poder Executivo do Município de Vilhena, no período de janeiro a agosto de 2011, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro PAULO CURI NETO, por unanimidade de votos, em:

I - Determinar, em caráter instrutivo e preventivo, ao Chefe do Poder Executivo de Vilhena que adote medidas administrativas bastantes para sanar as seguintes falhas, comprovando perante esta Corte até o encerramento de seu mandato:

a) Ineficiência no controle de combustível no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, o que passa pela implementação de medidas rigorosas no controle de combustível nos termos do Acórdão 87/2010-Pleno (processo n. 3862/06), que está disponível no sítio oficial desta Corte;

b) infraestrutura precária nas escolas municipais Cristo Rei e Marco Donadon;

c) descontrole na prestação de serviço terceirizado de transporte escolar;

d) circulação de ônibus escolares inadequados;

e) existência de professores lecionando em série alheia a sua formação;

f) constatação de servidores comissionados exercendo função típica de servidores efetivos (concursados);

g) constatação de ausência de equipamento de proteção na elaboração da merenda escolar;

h) precariedade das linhas rurais, acarretando em utilização de veículos impróprios para o transporte de alunos (Toyota bandeirante);

i) prorrogação da vigência de ata de registro de preço além do prazo legal;

j) implementar controles rigorosos sobre os procedimentos de concessão e análise de prestação de contas de diárias;

k) atuação indevida nos procedimentos de diárias;

l) descontrole de material e de medicamentos no Hospital Regional de Vilhena;

m) ausência de publicidade dos atos de gestão;

n) inexistência de ligação da contabilidade com os setores de pessoal e patrimônio;

o) descontrole na arrecadação da contribuição de iluminação pública;

p) descontrole na distribuição de materiais do almoxarifado central; e

q) desleixo na guarda dos bens patrimoniais.

II - Dar ciência deste Acórdão, via ofício, ao Senhor José Luiz Rover, Prefeito, ficando registrado que o voto e o parecer do Ministério Público de Contas, em seu inteiro teor, encontram-se disponíveis para consulta no sítio eletrônico desta Corte (www.tce.ro.gov.br);

III - Remeter cópia deste Acórdão à Secretaria-Geral de Controle Externo para que seja acompanhado o cumprimento do item I no prazo ali fixado, devendo consolidar a matéria no processo de prestação de contas do exercício de 2016; e

IV - Arquivar os autos depois de cumpridos os trâmites regimentais.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO (Relator), WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente em exercício BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 17 de dezembro de 2015.

PAULO CURI NETO
Conselheiro Relator

BENEDITO ANTÔNIO ALVES
Conselheiro Presidente em exercício

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1081 DE 1 / 2 / 16

PROCESSO-E: 2868/2013
JURISDICIONADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
ASSUNTO: AUDITORIA - CUMPRIMENTO DA LEI DA TRANSPARÊNCIA (LCN°131/2009)
RESPONSÁVEL: FRANCESCO VIALETTO
CPF N° 302.949.757-72
RELATOR: CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

ACÓRDÃO Nº 226/2015 - PLENO

AUDITORIA. Município de Cacoal. Lei Complementar 131/2009 (Lei da Transparência). Desrespeito configurado (portal não atende aos ditames da Lei n° 12.527/11). Decisão para adequação do portal. Resposta da Administração. Permanência das irregularidades precedentes. Aplicação de multa (art. 55, II e IV, da LC n° 154/96). Abertura de prazo para as adequações às normas de regência.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Auditoria realizada no Município de Cacoal, com vista à verificação do cumprimento da Lei da Transparência, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro PAULO CURI NETO, por unanimidade de votos, em:

I - Multar o Senhor Francesco Vialleto, na qualidade de Prefeito de Cacoal, no valor de R$ 1.620,00 (mil seiscentos e vinte reais), com fulcro no artigo 55, incisos II e IV da Lei Complementar n° 154/1996, c/c o artigo 103, incisos II e IV, do Regimento Interno, por descumprimento à Lei Complementar n° 131/09 (Lei de Transparência), bem como por não cumprir às determinações emanadas da Decisão n° 356/2013-2ªCâmara, que determinou a adequação do Portal de Transparência do Município de Cacoal aos preceitos fixados na Lei n° 12.527/11;

II - Fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que o Senhor Francesco Vialleto recolha o valor da multa consignada no item I, atualizada, nos termos do artigo 56 da Lei Complementar n° 154/1996, ao Fundo de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas - FDI/TC (conta corrente n° 8358-5, agência n° 2757- X do Banco do Brasil), nos termos dos artigos 30, 31, III, "a", e 33 do Regimento Interno c/c o artigo 3°, III, da Lei Complementar n° 194/1997, remetendo comprovante do recolhimento a este Tribunal de Contas;

III - Autorizar a cobrança judicial, após o trânsito em julgado deste Acórdão, em não procedido ao recolhimento da multa consignada no item I, nos termos do artigo 27, II, da Lei Complementar n° 154/1996, combinado com o artigo 36, II, do Regimento Interno desta Corte;

IV - Determinar ao Prefeito do Município de Cacoal, ou a quem vier a substituir ou sucedê-lo, que adote providências com o fim de adequar o "Portal da Transparência" do Município, cujo conteúdo mínimo é aquele fixado na Lei n° 12.527/11 e que foi minudenciado no relatório técnico (que segue em anexo), devendo promover as correções nos seguintes itens:

a) Disponibilização de informações sobre a receita

Com relação à receita o portal de transparência fornece apenas dados globais sobre a receita, o que não atende aos preceitos da Lei 12.527/11. Logo, deverá o município promover a retificação no sentido de acrescentar dados sobre: as transferências federais e estaduais; a arrecadação própria e os inscritos na dívida ativa, bem como informar as providências adotadas para reaver os créditos, conforme minudenciado no relatório técnico;

b) Disponibilização de informações sobre a despesa

A opção de consulta relativa à despesa encontra-se em desconformidade à lei de acesso à informação, uma vez que não estão disponibilizados dados alusivos: à especificação do objeto do empenho; às datas das liquidações e dos pagamentos; à modalidade de licitação ou eventuais dispensa/inexigibilidade e à classificação oriunda da despesa. Logo, deverá o município acrescentar tais informações, conforme minudenciado no relatório técnico;

c) Disponibilização de informações sobre os recursos humanos

A opção de consulta relacionada ao quadro de servidores do Município está disposta no campo denominado "Quadro de Pessoal", contendo, em desacordo com a Lei n° 12.527/11, informações incompletas sobre recursos humanos, já que não constam dados sobre: as informações dos veículos utilizados nas viagens; dos quantitativos de servidores efetivos e comissionados, fornecimento do quadro remuneratório da municipalidade e informações sobre os ganhos eventuais e indenizações dos servidores. Logo, deverá o Município acrescentar tais informações, conforme minudenciado no relatório técnico;

d) Informações detalhadas e compreensíveis

O portal não atende este requisito, também, já que a Lei n° 12.527/11 exige uma linguagem clara, objetivando tornar as informações disponibilizadas inteligíveis ao homem médio. Nesse ponto, verifica-se que, nos termos técnicos dispostos no portal, não constam notas explicativas, nem tutoriais. Logo, deverá o Município usar de tais meios, com vista a facilitar a compreensão das terminologias técnicas, conforme minudenciado no relatório técnico;

e) Informação em tempo real

O portal, também, não atende esse pressuposto, exigido na forma do art. 48, Parágrafo Único, II, da LC n° 101/00, pois os dados não estão sendo divulgados no dia útil seguinte. Logo, deverá o município corrigir tal falha, conforme minudenciado no relatório técnico;

f) Inteiro teor dos contratos

O portal, em desacordo com a Lei n° 12.527/11, não disponibiliza informações sobre todos os contratos firmados pelo poder público em seu inteiro teor. Logo, deverá o Município retificar tal impropriedade, conforme minudenciado no relatório técnico;

g) Divulgação do PPA, LDO, LOA, das prestações de contas e o respectivo parecer prévio, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal

Com relação a esse item, verifica-se que no Portal do jurisdicionado não estão presentes informações sobre o PPA, LOA e LDO, devendo o Município incluir, no seu portal, documentos alusivos às mencionadas leis, conforme minudenciado no relatório técnico.

V - Fixar o prazo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento deste Acórdão, para a Administração comprovar perante esta Corte de Contas o cumprimento do item anterior (IV), sob pena de possível aplicação de multa;

VI - Sobrestar os autos no Departamento do Pleno para acompanhamento do Acórdão, determinando que decorrido o prazo do item V, encaminhada ou não a documentação para demonstrar a comprovação do saneamento das ilegalidades diagnosticadas (item IV), encaminhe os autos ao Corpo Técnico para que seja lançada nova manifestação.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO (Relator), WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente em exercício VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS. O Conselheiro BENEDITO ANTÔNIO ALVES arguiu suspeição, nos termos do artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

Porto Velho/RO, 17 de dezembro de 2015.

PAULO CURI NETO
Conselheiro Relator

VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA
Conselheiro Presidente em exercício

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE-RO
Nº 1083 DE 1 / 2 / 16

PROCESSO: 4219/2010
ASSUNTO: ANÁLISE DA LEGALIDADE DA DISPENSA DE LICITAÇÃO, PROMOVIDA PELO MUNICÍPIO, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ORGANIZADORA DE CONCURSO PÚBLICO — CUMPRIMENTO À DECISÃO Nº 116/2010-PLENO
INTERESSADO: MUNICÍPIO DE CUJUBIM
RESPONSÁVEL: ERNAN SANTANA AMORIM
CPF Nº 670.803.752-15
PREFEITO
RELATOR: CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

ACÓRDÃO Nº 227/2015 - PLENO

Dispensa de licitação. Contratação de instituição organizadora de Concurso Público para o provimento de 16 vagas de cargos efetivos. Análise da legalidade da contratação direta, em cumprimento à Decisão n. 116/2010/Pleno. Graves irregularidades que violam dispositivos da Lei 8.666/93. Revelia do Prefeito Municipal de Cujubim por ausência de razões de justificativas.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de análise da legalidade da dispensa de licitação promovida pelo Município de Cujubim, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro PAULO CURI NETO, por unanimidade de votos, em:

I - Considerar cumprido o item II da Decisão n. 116/2010-Pleno, proferida no bojo do processo n. 406/2010, tendo em vista que o Senhor Ernan Santana Amorim logrou êxito em comprovar a destinação pública aos valores arrecadados a título de taxa do concurso público n. 1/2010;

II - Determinar ao atual Prefeito do município de Cujubim que, doravante, observe os requisitos de legalidade dos procedimentos de dispensa de licitação, especialmente a obrigação de conferir publicidade aos extratos das contratações diretas no prazo de até cinco dias depois de ratificado o ato (artigo 26 da Lei Federal n. 8.666/93);

III - Dar ciência do teor deste acórdão, via ofício, ao atual Prefeito do município de Cujubim, e via Diário Oficial, ao responsável indicado no cabeçalho, ficando registrado que o voto e o parecer do Ministério Público de Contas, em seu inteiro teor, encontram-se disponíveis para consulta no sítio eletrônico desta Corte (www.tce.ro.gov.br); e

IV - Arquivar os autos depois de cumpridos os trâmites regimentais.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO (Relator), WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente em exercício BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 17 de dezembro de 2015.

PAULO CURI NETO
Conselheiro Relator

BENEDITO ANTÔNIO ALVES
Conselheiro Presidente em exercício

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1081 / 3 / 2 / 16

PROCESSO-E: 4337/2015
ASSUNTO: APURAÇÃO DE POSSÍVEL PRÁTICA DE SOBREPREÇO VERIFICADA NO PREGÃO PRESENCIAL N° 16/2014 QUE VERSA SOBRE A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE, OBJETO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 16/CPLM/2014
JURISDICIONADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS
RESPONSÁVEIS: CLÁUDIO MARTINS DE OLIVEIRA
CPF N.º 092.622.877-39
PREFEITO MUNICIPAL
WAINE BATISTA DE MORAES
CPF N.º 828.659.732-04
PREGOEIRO
ADAM JOSHUA PADOVAN
CPF N.º 858.449.692-00
MEMBRO DA CPL
ELAINE PARO NASCIMENTO
CPF N.º 825.048.652-87
MEMBRO DA CPL
MALVINO SANTOS SILVA
CPF N.º 369.296.542-72
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DANIEL DE PÁDUA CARDOSO FREITAS
CPF N.º 644.160.112-53
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO
RELATOR: CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

ACÓRDÃO Nº 228/2015 - PLENO

FISCALIZAÇÃO DE ATOS E CONTRATOS OBJETIVANDO APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES OCORRIDAS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ACADEMIA COM PREÇOS SUPOSTAMENTE SUPERFATURADOS E FORNECIDOS POR EMPRESA QUE NÃO TERIA PREVISÃO, EM SEU OBJETÇ SOCIAL, PARA COMERCIALIZAR TAIS BENS. INDÍCIOS DE MATERIALIDADE E AUTORIA DE DANO AO ERÁRIO. COGNIÇÃO SUMÁRIA. CONVERSÃO DO PROCEDIMENTO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Fiscalização de Atos e Contratos, instaurada por esta Corte no âmbito do Poder Executivo do Município de Castanheiras, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro PAULO CURI NETO, por unanimidade de votos, em:

I - Converter os presentes autos em Tomada de Contas Especial, nos termos do art. 44 da Lei Complementar n. 154/96 c/c o art. 65 do Regimento Interno, em face da irregularidade danosa detectada pelo Corpo Instrutivo; e

II - Determinar o retorno dos autos ao Conselheiro Relator para a Definição de Responsabilidade, nos termos dispostos no artigo 12, incisos I e II, da Lei Complementar n. 154/96 c/c o artigo 19, incisos I e II, do Regimento Interno.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO (Relator), WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente em exercício BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 17 de dezembro de 2015.

PAULO CURI NETO
Conselheiro Relator

BENEDITO ANTÔNIO ALVES
Conselheiro Presidente em exercício

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE-RO
Nº 1081 DE 5 / 2 / 16

PROCESSO-E: 0170/1996
UNIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE
ASSUNTO: INSPEÇÃO ORDINÁRIA - EXERCÍCIO DE 1995
RESPONSÁVEL: JUAREZ MARTINS DE OLIVEIRA
CPF N° 272.309.292-53
RELATOR: CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

ACÓRDÃO Nº 229/2015 - PLENO

INSPEÇÃO ORDINÁRIA. NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE. Rosário de infrações. Ratificação por parte do MPC. Irregularidades formais. Instrução deficiente. Fatos ocorridos há vinte anos. Ausência de interesse de agir (inutilidade da persecução). Duração razoável do processo. Chance real do custo processual se sobrepor consideravelmente aos possíveis benefícios. Seletividade das ações de controle. Prosseguimento do feito inviável. Extinção sem resolução de mérito. ARQUIVAMENTO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Inspeção ordinária, realizada no Município de Nova Brasilândia do Oeste, exercício de 1995, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro PAULO CURI NETO, por unanimidade de votos, em:

I - Extinguir o presente processo sem a resolução do mérito, em decorrência do lapso transcorrido (atos administrativos supostamente ilegais ocorridos há vinte anos) e da instrução deficiente, o que obsta o prosseguimento da investigação, diante da ausência de interesse de agir (inutilidade da persecução), bem como em atendimento aos princípios da economicidade, duração razoável do processo e seletividade;

II - Encaminhar a cópia deste Acórdão à Corregedoria-Geral, para a adoção de providências no sentido de prevenir situações desse jaez;

III - Dar ciência deste Acórdão, via Diário Oficial, ao responsável identificado no cabeçalho, ficando registrado que o Voto, em seu inteiro teor, está disponível no sítio eletrônico deste Tribunal (www.tce.ro.gov.br); e

IV - Arquivar os autos depois da adoção das providências pertinentes.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO (Relator), WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente em exercício BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 17 de dezembro de 2015.

PAULO CURI NETO
Conselheiro Relator

BENEDITO ANTÔNIO ALVES
Conselheiro Presidente em exercício

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE-RO
Nº 1081 DE 5 / 2 / 16

PROCESSO-E: 4587/2015
ASSUNTO: INSPEÇÃO ESPECIAL - EXERCÍCIO DE 2012
JURISDICIONADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
RESPONSÁVEIS: JOSÉ LUIZ ROVER
CPF N. 591.002.149-49
PREFEITO
GUSTAVO VALMÓRBIDA
CPF N. 514.353.572-72
CHEFE DE GABINETE (ENTRE 1.1. e 2.55.12) E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA (ENTRE 2.5 e 15.10.2012)
JOSÉ CARLOS ARRIGO
CPF N. 051.977.082-04
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (ENTRE 1.1 E 31.8.2012/ 8.10 e 31.12.12)
EDMAR DOS SANTOS PEREIRA
CPF N. 419.305.252-49
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTERINO (ENTRE 2.7 e 30.8.2012)
CÍCERO CLEMENTINO DA SILVA
CPF N. 237.887.802-82
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
WELLITON OLIVEIRA FERREIRA
CPF N. 619.157.502-53
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA
GEISA MARIA VIVAN
CPF N. 734.221.772-72
SECRETÁRIA MUNICIPAL ADJUNTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (ENTRE 1.3 E 31.12.12)
VALDIR ARAÚJO COELHO
CPF N. 022.542.803-25
AUDITOR-GERAL DO MUNICÍPIO
MÁRIO GARDINI
CPF N. 452.428.529-68
ADVOGADO DO MUNICÍPIO
RELATOR: CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

ACÓRDÃO Nº 230/2015 - PLENO

Inspeção Especial. Instrução do feito. Análise técnica preliminar. Indício de irregularidade danosa. Existência de elementos de materialidade e de autoria. Pretensão ressarcitória. Cognição sumária. CONVERSÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Inspeção Especial para apurar possíveis irregularidades no pagamento de despesas realizadas pela Prefeitura Municipal de Vilhena, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro PAULO CURI NETO, por unanimidade de votos, em:

I - Converter, com fulcro no artigo 44 da Lei Complementar n° 154, de 1996, combinado com o artigo 65 do Regimento Interno, o presente processo em TOMADA DE CONTAS ESPECIAL, diante dos indícios de irregularidade danosa detectados no relatório instrutivo (fls. 328/350); e

II - Determinar o retorno dos autos ao Gabinete do Conselheiro Relator para a Definição de Responsabilidade, nos termos do artigo 12, incisos I e II, da Lei Complementar n° 154, de 1996, combinado com o artigo 19, incisos I e II, do Regimento Interno.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO (Relator), WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente em exercício BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 17 de dezembro de 2015.

PAULO CURI NETO
Conselheiro Relator

BENEDITO ANTONIO ALVES
Conselheiro Presidente em exercício

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1081 DE 1 / 2 / 16

PROCESSO: 1037/2001
UNIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO
RESPONSÁVEL: ELIAS JOSÉ FERREIRA (CPF Nº 079.907.822-00) - ENTÃO PREFEITO
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS, EXERCÍCIO DE 2000 - CUMPRIMENTO DE DECISÃO
RELATOR: CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

ACÓRDÃO Nº 231/2015 - PLENO

Prestação de Contas. Acórdão proferido. Responsabilização com a imputação de multa e débitos. Exame quanto ao cumprimento. 1. Multa. Omissão da Administração. Inexistência de cobrança judicial. Prescrição reconhecida por força da Decisão n° 379/2011-Pleno. Baixa de responsabilidade em relação a essa obrigação. Medida impositiva. Precedentes. 2. Débitos. Ajuizamento da ação de cobrança em face do responsável pelo dano ao erário. Comprovação por parte do Poder Executivo. Arquivamento temporário.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Nova União, relativa ao exercício de 2000, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro PAULO CURI NETO, por unanimidade de votos, em:

I - Baixar a responsabilidade do Senhor Elias José Ferreira, relativa à pena de multa individual consignada no item IV, no valor histórico de R$ 10.000,00 (dez mil reais), do Acórdão n° 51/2003 (fls. 951/953), em decorrência do reconhecimento, nos termos da Decisão n° 379/2011-Pleno (fls. 1031/1032), da sua prescrição - decurso do prazo de cinco anos entre a constituição definitiva do crédito, que, no caso posto, configurou-se pela decisão irrecorrível desta Corte, em 3.5.2006, e o pendente ajuizamento da ação de execução do crédito -, o que impossibilita continuar a exigir o cumprimento dessa imputação;

II - Dar ciência deste Acórdão, via Diário Oficial, ao Município de Nova União e ao responsável identificado no cabeçalho, ficando registrado que o seu inteiro teor está disponível no sítio eletrônico deste Tribunal (wvvw.tce.ro.gov.br); e

III - Remeter os presentes autos ao Departamento de Acompanhamento de Decisões, a fim do seu arquivamento temporário, depois de adotadas as medidas pertinentes, tendo em vista a comprovação por parte do Poder Executivo Municipal do ajuizamento da ação de cobrança em face do responsável pelos débitos (dano ao erário) do item I do Acórdão n° 511/2003, objeto da Execução Fiscal n° 0037015-61.2007.8.22.0004.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO (Relator), WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente em exercício BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 17 de dezembro de 2015.

PAULO CURI NETO
Conselheiro Relator

BENEDITO ANTÔNIO ALVES
Conselheiro Presidente em exercício

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1081 DE 1 / 2 / 16

PROCESSO:	2847/2015 (PROCESSO DE ORIGEM N. 1503/2014)
UNIDADE:	MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
RECORRENTE:	OBADIAS BRAZ ODORICO CPF Nº 288.101.202-72
ADVOGADO:	ALMIRO SOARES, OAB Nº 412-A
ASSUNTO:	RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO - DECISÃO Nº 328/2014-PLENO E PARECER PRÉVIO Nº 28/2014-PLENO, PROFERIDOS NOS AUTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 1503/2014(EM APENSO)
RELATOR:	CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

ACÓRDÃO Nº 232/2015 - PLENO

RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO INTEMPESTIVO. NÃO CONHECIMENTO. Não se conhece de Recurso de Reconsideração interposto fora do prazo legal (artigo 32 da LC nº 154/96).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Recurso de Reconsideração manejado por Obadias Braz Odorico, Prefeito, em oposição à Decisão nº 328/2014-Pleno (Parecer Prévio nº 28/2014- Pleno), proferida nos autos da Prestação de Contas nº 1503/2014, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro PAULO CURI NETO, por unanimidade de votos, em:

I - Não conhecer do presente Recurso de Reconsideração interposto pelo Senhor Obadias Braz Odorico, contra a Decisão nº 328/2014-Pleno (Parecer Prévio nº 28/2014- Pleno), proferida pelo Pleno, nos autos da Prestação de Contas nº 1503/2014 (em apenso), por ser o recurso intempestivo, com fulcro no artigo 32 da Lei Complementar nº 154/96, c/c o disposto no Regimento Interno (artigos 93 e 97, § 2º);

II - Dar ciência deste Acórdão, via Diário Oficial, ao recorrente, informando-lhe que o Voto e o Parecer Ministerial, em seu inteiro teor, estão disponíveis no sítio deste Tribunal (www. tce.ro.gov.br); e

III - Remeter o feito ao Departamento do Pleno para o encaminhamento do feito ao Poder Legislativo do Município de Alto Alegre dos Parecis, após a adoção das providências pertinentes.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO (Relator), WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente em exercício BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 17 de dezembro de 2015.

PAULO CURI NETO
Conselheiro Relator

BENEDITO ANTÔNIO ALVES
Conselheiro Presidente em exercício

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1088 : 25 / 02 / 16

PROCESSO: 0243/2014 (PROCESSO DE ORIGEM N. 366/2010)
ASSUNTO: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO
RECORRENTE: ADHEMAR DA COSTA SALLES
CPF N. 000.971.102-30
RELATOR: CONSELHEIRO WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA

ACÓRDÃO Nº 233/2015 - PLENO

RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. LEGITIMIDADE DE PARTES. INTERESSE RECURSAL. TEMPESTIVIDADE. CONHECIMENTO DO RECURSO. NO MÉRITO, RECURSO NEGAR PROVIMENTO. MANTER INALTERADOS OS TERMOS DO ACÓRDÃO N. 77/2014 - PLENO.
1. O Recurso de Reconsideração é cabível e adequado ao caso;
2. Para o regular processamento da via recursal é necessário que o recurso interposto preencha todos os requisitos de admissibilidade que antecede a apreciação do mérito recursal.
3. In casu, os requisitos de admissibilidade foram preenchidos, uma vez que a presente peça recursal foi protocolizada nesta Corte de Contas, tempestivamente, razão que impõe o conhecimento do presente recurso;
4. No mérito, recurso não provido, uma que vez o Recorrente não logrou provar suas argumentações.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Recurso de Reconsideração manejado pelo Senhor Adhemar da Costa Salles em face do Acórdão n. 115, de 2013 – Pleno proferido nos autos do Processo n. 366, de 2010, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, por unanimidade de votos, em:

I – CONHECER o presente Recurso de Reconsideração interposto pelo Senhor Adhemar da Costa Salles - CPF n. 000.971.102-30, uma vez que a presente peça recursal preencheu os requisitos de admissibilidade, nos termos do art. 31, parágrafo único, da Lei Complementar n. 154 de 1996, e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO, mantendo-se inalterados os termos do Acórdão n. 77, de 2014 – Pleno;

II - DAR CONHECIMENTO do teor deste Acórdão ao interessado, via DOeTCE-RO, na forma da Lei Complementar n. 749, de 2013, uma vez que o Voto está disponível, em seu inteiro teor, no sítio eletrônico deste Tribunal (www.tce.ro.gov.br);

III – PUBLICAR; e

IV - APÓS, ARQUIVAR OS AUTOS.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA (Relator), BENEDITO ANTÔNIO ALVES, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente em exercício PAULO CURI NETO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 17 de dezembro de 2015.

WILBER CARLOS DOS S. COIMBRA
Conselheiro Relator

PAULO CURI NETO
Conselheiro Presidente em exercício

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1088 DE 15/02/16

PROCESSO: 0242/2014 (PROCESSO DE ORIGEM N. 0366/2010)
ASSUNTO: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO
RECORRENTE: GILDA RODRIGUES DE OLIVEIRA
CPF N. 991.817.627-04
ADVOGADOS: CLEIDE GOMES DE LIMA BERNARDI, OAB/RO, N. 5.559
SUELLEN SANTANA DE JESUS, OAB/RO N. 5.911
RELATOR: CONSELHEIRO WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA

ACÓRDÃO Nº 234/2015 - PLENO

RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. LEGITIMIDADE DE PARTES. INTERESSE RECURSAL. TEMPESTIVIDADE.
CONHECIMENTO DO RECURSO. NO MÉRITO, RECURSO PROVIDO. ALTERAR OS TERMOS DO ACÓRDÃO N. 77/2014- PLENO.
1. O Recurso de Reconsideração é cabível e adequado ao caso;
2. Para o regular processamento da via recursal é necessário que o recurso interposto preencha todos os requisitos de admissibilidade que antecede a apreciação do mérito recursal.
3. In casu, os requisitos de admissibilidade foram preenchidos, uma vez que a presente peça recursal foi protocolizada nesta Corte de Contas, tempestivamente, razão que impõe o conhecimento do presente recurso;
4. No mérito, recurso deve ser provido, uma que vez a recorrente logrou provar suas argumentações.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Recurso de Reconsideração interposto pela Senhora Gilda Rodrigues de Oliveira, em face do Acórdão n. 115, de 2013 - Pleno, proferido nos autos do Processo n. 366, de 2010, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, por unanimidade de votos, em:

I – CONHECER o presente Recurso de Reconsideração interposto pela Senhora Gilda Rodrigues de Oliveira - CPF n. 991.817.627-04, uma vez que a presente peça recursal preencheu os requisitos de admissibilidade, nos termos do parágrafo único, do art. 31, da Lei Estadual n. 154, de 1996, e, no mérito, pelo seu PROVIMENTO, excluindo, assim, sua responsabilidade imposta no Acórdão n. 77/2014-Pleno (autos n. 366/2010) ora vergastado;

II - DAR CONHECIMENTO do teor deste Acórdão à recorrente, via DOeTCE-RO, na forma da Lei Complementar n. 749, de 2013, uma vez que o Voto está disponível, em seu inteiro teor, no sítio eletrônico deste Tribunal (www.tce.ro.gov.br);

III – PUBLICAR; e

IV - APÓS, ARQUIVAR OS AUTOS.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA (Relator), BENEDITO ANTÔNIO ALVES, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente em exercício PAULO CURI NETO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 17 de dezembro de 2015.

WILBER CARLOS DOS S. COIMBRA
Conselheiro Relator

PAULO CURI NETO
Conselheiro Presidente em exercício

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1088 / 25 / 08 / 16

PROCESSO: 2354/2014 (PROCESSO DE ORIGEM N. 366/2010)
ASSUNTO: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO
RECORRENTE: PÚBLICA SERVIÇOS LTDA.
CNPJ N.04.804.931/0001-01
ADVOGADOS: ORESTES MUNIZ FILHO (OAB: 40)
ODAIR MARTINI (OAB: 30-B)
ALEXANDRE CAMARGO (OAB: 704)
CHRISTIANE LESLIE MUNIZ (OAB: 998)
JACIMAR PEREIRA RIGOLON (OAB: 1740)
CRISTIANE DA SILVA LIMA (OAB: 1569)
WELSER RONY ALENCAR ALMEIDA (OAB: 1506)
RELATOR: CONSELHEIRO WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA

ACÓRDÃO Nº 235/2015 - PLENO

RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. LEGITIMIDADE DE PARTES. INTERESSE RECURSAL. TEMPESTIVIDADE. CONHECIMENTO DO RECURSO. NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO. MANTER INALTERADOS OS TERMOS DO ACÓRDÃO N. 77/2014 - PLENO.
1. O Recurso de Reconsideração é cabível e adequado ao caso;
2. Para o regular processamento da via recursal é necessário que o recurso interposto preencha todos os requisitos de admissibilidade que antecede a apreciação do mérito recursal.
3. In casu, os requisitos de admissibilidade foram preenchidos, uma vez que a presente peça recursal foi protocolizada nesta Corte de Contas, tempestivamente, razão que impõe o conhecimento do presente recurso;
4. No mérito, recurso não provido, uma que vez o Recorrente não logrou provar suas argumentações.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Recurso de Reconsideração manejado pela empresa Pública Serviços Ltda., em face do Acórdão n. 77, de 2014 – Pleno, proferido nos autos do Processo n. 366, de 2010, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, por unanimidade de votos, em:

I – CONHECER o presente Recurso de Reconsideração interposto pela empresa Pública Serviços Ltda., uma vez que a presente peça recursal preencheu os requisitos de admissibilidade, nos termos do art. 31, parágrafo único, da Lei Complementar n. 154 de 1996, e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO, uma vez que restou demonstrado a conduta omissiva culposa da Empresa Recorrente, por haver outorgado poderes ao Senhor JORGE KEICHI NISHIMOTO para praticar, em seu nome, atos exorbitantes em decorrência da relação

de trabalho existente, que culminou no desvio capitaneado pela servidora municipal THAÍS SANTOS D'ÁVILA, mantendo-se, portanto, inalterados os termos do Acórdão n. 77, de 2014 - Pleno.

II - DAR CONHECIMENTO do teor deste Acórdão ao interessado, via DOeTCE-RO, na forma da Lei Complementar n. 749, de 2013, uma vez que o Voto está disponível, em seu inteiro teor, no sítio eletrônico deste Tribunal (www.tce.ro.gov.br);

III – PUBLICAR; e

IV - APÓS, ARQUIVAR OS AUTOS.

Expeça-se o que necessário na forma regimental.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA (Relator), BENEDITO ANTÔNIO ALVES, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente em exercício PAULO CURI NETO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 17 de dezembro de 2015.

WILBER CARLOS DOS S. COIMBRA
Conselheiro Relator

PAULO CURI NETO
Conselheiro Presidente em exercício

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 3081 DE 5 / 2 / 16

PROCESSO: 3791/1996
ASSUNTO: INSPEÇÃO ORDINÁRIA - CONVERTIDA EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – DECISÃO N. 151/1997
RESPONSÁVEL: JOSÉ ALVES VIEIRA GUEDES
CPF N. 855.270.418-87
EX-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
UNIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
RELATOR: CONSELHEIRO WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA

ACÓRDÃO Nº 236/2015 - PLENO

INSPEÇÃO ORDINÁRIA EXERCÍCIO 1996. PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO-RO. AUTOS CONVERTIDOS EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. PROCESSO TRAMITANDO HÁ MAIS DE 18 (DEZOITO) ANOS. INDÍCOS DE DANO AO ERÁRIO. REINSTRUÇÃO PROCESSUAL. DESCONFORMIDADE COM A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. NECESSIDADE/UTILIDADE NÃO CONFIGURADA. SELETIVIDADE. IMPOSSIBILIDADE DO EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA POR FORÇA DO DECURSO DO TEMPO. SEGURANÇA JURÍDICA. ARQUIVAMENTO.

1. A Administração Pública, por seus órgãos e Agentes, pode figurar como responsável solidário, quando da prática de condutas irregulares, no entanto, só respondendo na espécie, por ação ou omissão de seus agentes quando demonstrado o nexo causal da conduta com o resultado ilegal.
2. Constitui elemento subjetivo da conduta o dolo ou a culpa, respondendo o Agente pelo ilícito administrativo quando devidamente comprovado sua incidência.
3. A ausência individualização da conduta viola o devido processo legal, pois o agente se defende dos fatos individualizados e não da capitulação imposta.
4. É dever da Unidade Instrutiva individualizar a conduta do jurisdicionado, quantificar o dano, perseguir a existência de concurso de pessoas.
5. Transcorridos mais de 18 (doze) anos da prática do ato, indica impossibilidade de uma instrução, para apurar responsabilidade dos envolvidos, o que autoriza Tribunal de Contas decidir pela não instauração de Processo de Tomada de Contas, ante a impraticabilidade do exercício substancial do direito de defesa, uma vez que o decurso temporal faz emergir uma barreira quase intransponível para a produção da prova a cargo dos inculpados, visto que em tal modalidade de procedimento a produção de prova é ônus especifico do administrador público.
6. Além disso, nova instrução para a oitiva das partes neste momento é ato a colidir com o princípio da não duração razoável do processo.
7. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Inspeção Ordinária, instaurada em 11.12.1996, por meio da Portaria n. 449/TCER, de 1996, tendente a apurar atos de gestão do exercício de 1996, convertida em Tomada de Contas Especial, conforme Decisão n. 151/1997, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, por unanimidade de votos, em:

I – CONSIDERAR prejudicada a análise de mérito, em decorrência do lapso transcorrido, de mais de 18 (dezoito) anos da prática do ato reputado como danoso, que, impossibilita nova uma instrução para apurar responsabilidade dos envolvidos, o que autoriza o Tribunal de Contas decidir pela não reinstrução dos autos, ante a impraticabilidade do exercício substancial do direito de defesa, uma vez que o decurso temporal faz emergir uma barreira quase intransponível para a produção da prova a cargo dos inculpados, visto que em tal modalidade de procedimento a produção de prova é ônus específico do administrador público, violando com isso o devido processo legal, a razoável duração do processo, a seletividade, a segurança jurídica e a economicidade;

II - DAR CIÊNCIA deste Acórdão, via Diário Oficial Eletrônico desta Corte de Contas, ao responsável, Senhor José Alves Vieira Guedes, CPF n. 855.270.418-87, Ex-Prefeito do Município de Porto Velho, informando-lhe que o seu inteiro teor, está disponível no endereço eletrônico deste Tribunal (www.tce.ro.gov.br);

III – PUBLICAR na forma regimental; e

IV - ARQUIVAR os autos.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA (Relator), BENEDITO ANTÔNIO ALVES, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente em exercício PAULO CURI NETO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 17 de dezembro de 2015.

WILBER CARLOS DOS S. COIMBRA
Conselheiro Relator

PAULO CURI NETO
Conselheiro Presidente em exercício

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1081 DE 1 / 2 / 16

PROCESSO: 2357/2015
INTERESSADO: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE THEOBROMA
ASSUNTO: AUDITORIA DE GESTÃO – 1º.1 A 23.7.2010
RESPONSÁVEIS: JOSÉ LIMA DA SILVA
CPF N. 191.010.232-68
CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PAULO DOS SANTOS SILVA
CPF N. 060.824.592-53
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
MARIA EMÍLIA DO ROSÁRIO
CPF N. 300.431.829-68
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
JÚNIOR FERREIRA MENDONÇA
CPF N. 325.667.782-72
CONTROLADOR INTERNO
PATRÍCIA MARGARIDA OLIVEIRA COSTA
CPF N. 421.640.602-53
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RELATOR: CONSELHEIRO BENEDITO ANTÔNIO ALVES

ACÓRDÃO Nº 237/2015 - PLENO

AUDITORIA. AUDITORIA DE GESTÃO. PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE THEOBROMA. PERÍODO DE 1º.1 A 23.7.2010. CONSIDERAR OS ATOS DE GESTÃO RELATIVOS AOS ACHADOS DE AUDITORIA EM DESCONFORMIDADE COM OS PROCEDIMENTOS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO NA TUTELA DA GESTÃO EFICIENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. DETERMINAÇÕES. ARQUIVAMENTO.
1. Atos de gestão concernentes aos achados de auditoria levada a efeito no Poder Executivo do Município de Theobroma, que não foram saneados, são impropriedades de natureza formal, sem indicação de danos ou prejuízos ao erário, na forma preconizada no art. 62, II, do Regimento Interno da Corte de Contas, cabe que se faça determinação aos responsáveis para que evitem impropriedade desse jaez, sob pena de aplicação de multa, nos termos do art. 55, IV, da Lei Complementar n. 154/96.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Auditoria de Gestão, tendo por objeto os atos praticados no período de 1º.1 a 23.7.2010, no Poder Executivo Municipal de Theobroma, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro BENEDITO ANTÔNIO ALVES, por unanimidade de votos, em:

I – ARQUIVAR os autos objeto da Auditoria de Gestão levada a efeito no âmbito do Poder Executivo do Município de Theobroma, relativo ao período de 1º.1 a 23.7.2010, de responsabilidade José Lima da Silva, inscrito no CPF n. 191.010.232-68, então Prefeito Municipal; de Paulo dos Santos Silva, inscrito no CPF n. 060.824.592-53, então Secretário Municipal de Administração e Fazenda; de Maria Emília do Rosário, inscrita no CPF n. 300.431.829-68, então Secretária Municipal de Educação; de Júnior Ferreira Mendonça, inscrito no CPF n. 325.667.782-72, então Controlador Interno; e de Patrícia Margarida Oliveira Costa, inscrita no CPF n. 421.640.602-53, então Diretora do Departamento de Contabilidade, em razão de que as impropriedades relativas aos achados de auditoria que não foram saneados, são de natureza formais, nas forma preconizada no art. 62, II, do Regimento Interno da Corte de Contas, cabe que se faça determinação aos responsáveis para que evitem impropriedade desse jaez, sob pena de aplicação de multa, nos termos do art. 55, IV, da Lei Complementar n. 154/96;

II – DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), aos atuais Chefe do Poder Executivo Municipal de Theobroma, Secretário Municipal de Administração e Fazenda, Secretário Municipal de Educação, Secretário Municipal de Saúde, Controlador Interno e Contador, consoante previsão expressa no artigo 62, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, a adoção de providências, de forma a prevenir a ocorrência de impropriedades como as constatadas nestes autos, sob pena de aplicação de sanção, na forma preconizada no art. 55, IV, da Lei Complementar n. 154/96;

III – RECOMENDAR ao atual Secretário Municipal de Educação que avalie se a complementação das remunerações realizadas aos profissionais da educação, conforme relato contido no parágrafo 17 do voto, foram suficientes para cumprir a legislação, em caso negativo, adote as providências necessárias visando ao saneamento da irregularidade; e

IV – DAR CONHECIMENTO deste Acórdão aos demais interessados, via Diário Oficial eletrônico desta Corte, cujo acesso está disponível para consulta no *site* www.tce.ro.gov.br, com escopo de evitar dispêndios desnecessários com extração de cópias, em atenção à sustentabilidade ambiental.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, BENEDITO ANTÔNIO ALVES (Relator), o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente em exercício PAULO CURI NETO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 17 de dezembro de 2015.

BENEDITO ANTÔNIO ALVES
Conselheiro Relator

PAULO CURI NETO
Conselheiro Presidente em exercício

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE/RO
Nº 1082 DE 02/02/16

PROCESSO: 2826/2013
INTERESSADO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
UNIDADE: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE JARU
ASSUNTO: AUDITORIA DE CUMPRIMENTO LEGAL - MAPEAMENTO QUANTO AO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL N. 131/2009
RESPONSÁVEL: SÔNIA CORDEIRO DE SOUZA
CPF N. 905.580.227-15
CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
RELATOR: CONSELHEIRO BENEDITO ANTÔNIO ALVES

ACÓRDÃO Nº 238/2015 - PLENO

Auditoria de Cumprimento Legal. Poder Executivo Municipal de Jaru. Lei Complementar Federal n. 131/2009 – Lei da Transparência. Inadequado. Decisão Monocrática n. 21/2013/GCBAA. Descumprimento. Aplicação da sanção de multa, prescrita no artigo 55, inciso IV, da Lei Complementar n. 154/96. Novas determinações, para adequação das informações constantes do Portal de Transparência, sob pena de multa diária, na forma de astreintes, com fulcro no art. 461, § 4º, do CPC, c/c o artigo 286-A do Regimento Interno. Determinações.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Auditoria1, que tem por escopo averiguar o cumprimento da Lei Complementar Federal n. 131/2009, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro BENEDITO ANTÔNIO ALVES, por unanimidade de votos, em:

I – CONSIDERAR INADEQUADO o Portal da Transparência do Poder Legislativo do Município de Jaru, haja vista as não conformidades, objeto da Auditoria, que teve como escopo averiguar o cumprimento da Lei Complementar Federal n. 131/2009, que dispõe sobre obrigações a todas as esferas da administração pública, visando à publicidade da execução orçamentária e financeira, objetivando potencializar o controle social dos entes públicos, conforme relatório da Unidade Técnica, às fls. 146/152, quais sejam:

I.1 – Infringência às disposições contidas no art. 48-A, II, Lei Complementar Federal n. 101/2000, c/c o art. 7º, II, "a" a "c" do Decreto Federal n. 7185/2010, c/c o art. 7, II, "a" a "c" da IN 26/2010/TCERO, em virtude da não disponibilização de

informações a respeito dos valores inscritos em dívida ativa, bem como das arrecadações correspondentes (conforme exposto no item 3.1);

I.2 - Infringência ao art. 2º, *caput* e § 2º, II da IN nº 26/TCERO/ 2010, c/c art. 48, parágrafo único, II, da Lei Complementar Federal n. 101/2000 e art. 37, *caput*, da Constituição Federal (princípios da publicidade e eficiência), tendo em vista a não disponibilização em tempo real das informações. (conforme exposto no item 3.3).

II – MULTAR a Chefe do Poder Executivo Municipal de Jaru, Sônia Cordeiro de Souza, CPF n. 905.580.227-15, no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), nos termos do art. 55, IV, da Lei Complementar n. 154/96, c/c o art. 103, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, uma vez não cumpridas às determinações constantes da Decisão Monocrática n. 21/2013/GCBAA, concernentes à completa disponibilização de informações no Portal de Transparência, no âmbito daquele Poder, conforme relatório da Unidade Técnica, às fls. 146/152;

III – FIXAR o prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma da legislação em vigor, para que Sônia Cordeiro de Souza, recolha o valor da multa consignada no item II, ao Fundo de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas, no Banco do Brasil, Agência 2757-X, c/c n. 8358-5, nos termos do art. 3°, III, da Lei Complementar n. 194/97, devidamente atualizada, caso não recolhida no prazo assinalado, conforme artigo 56, da Lei Complementar n. 154/96;

IV – DETERMINAR que, transitado em julgado sem o recolhimento da multa, seja iniciada a cobrança judicial nos termos do artigo 27, II, da Lei Complementar n. 154/96 c/c artigo 36, II, do Regimento Interno;

V – DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), à atual Chefe do Poder Executivo Municipal de Jaru, com fulcro no art. 71, IX, da Constituição Federal, c/c o art. 63, *caput*, do RITCE-RO que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste Acórdão, adote providências visando adequar o *site* Portal Eletrônico do Município, disponibilizando todas as informações necessárias ao cumprimento da Lei Complementar Federal n. 131/2009, devendo constar, de forma clara e facilmente acessível pelos cidadãos, todas as informações de relevância pública, sobretudo, aquelas constantes do relatório da Unidade Técnicas, às fls. 146/152, sob pena de aplicação de nova sanção de multa, na forma de *astreintes,* no valor de R$ 100,00 (cem reais) por dia, até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com fulcro no art. 461, § 4º, do CPC, c/c o artigo 286-A do Regimento Interno;

VI – DAR CONHECIMENTO deste Acórdão aos demais interessados, via Diário Oficial eletrônico desta Corte, cujo acesso está disponível para consulta no *site* www.tce.ro.gov.br, com o escopo de evitar dispêndios desnecessários com extração de fotocópias, em atenção à sustentabilidade ambiental; e

VII - SOBRESTAR os autos no Departamento do Pleno visando ao acompanhamento do feito.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, BENEDITO ANTÔNIO ALVES (Relator), o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente em exercício VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS. O Conselheiro PAULO CURI NETO arguiu suspeição, nos termos do artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

Porto Velho/RO, 17 de dezembro de 2015.

BENEDITO ANTÔNO ALVES
Conselheiro Relator

VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA
Conselheiro Presidente em exercício

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO-TCE RO
Nº 1083 DE 1 / 2 / 16

PROCESSO: 2932/2013
INTERESSADO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
UNIDADE: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE VALE DO PARAÍSO
ASSUNTO: AUDITORIA DE CUMPRIMENTO LEGAL - MAPEAMENTO QUANTO AO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL N. 131/2009
RESPONSÁVEL: LUIZ PEREIRA DE SOUZA
CPF N. 327.042.242-34
CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
RELATOR: CONSELHEIRO BENEDITO ANTÔNIO ALVES

ACÓRDÃO Nº 239/2015 - PLENO

Auditoria de Cumprimento Legal. Poder Executivo Municipal de Vale do Paraíso. Lei Complementar Federal n. 131/2009 – Lei da Transparência. Inadequado. Decisão Monocrática n. 024/2013/GCBAA. Descumprimento. Aplicação da sanção de multa, prescrita no artigo 55, inciso IV, da Lei Complementar n. 154/96. Novas determinações, para adequação das informações constantes do Portal da Transparência, sob pena de multa diária, na forma de astreintes, com fulcro no art. 461, § 4º, do CPC, c/c o artigo 286-A, do Regimento Interno.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Auditoria, que tem por escopo averiguar o cumprimento da Lei Complementar Federal n. 131/2009, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro BENEDITO ANTÔNIO ALVES, por unanimidade de votos, em:

I - CONSIDERAR INADEQUADO o Portal da Transparência do Poder Executivo do Município de Vale do Paraíso, haja vista as não conformidades, objeto da Auditoria, que teve como escopo averiguar o cumprimento da Lei Complementar Federal n. 131/2009, que dispõe sobre obrigações a todas as esferas da administração pública, visando à publicidade da execução orçamentária e financeira, objetivando potencializar o controle social dos entes públicos, conforme relatório da Unidade Técnica, às fls. 177/180, quais sejam:

I.1 - Infringência aos arts. 3º, incisos I, II e IV, e 8º, *caput* e inciso III, da Lei Federal nº 12.527/2011, c/c os arts. 37, *caput* (princípios da publicidade e moralidade), e 39, § 6º, da Constituição da República, por não disponibilizar informações quanto

ao meio de transporte utilizado, referente às diárias e ao quadro remuneratório, conforme detalhamento constante no item 4.1.2, alínea "e", do relatório técnico;

I.2 - Infringência aos arts. 7°, VI, e 8°, §1°, IV da Lei Federal n. 12.527/2011 e art. 37, *caput*, da Constituição Federal (princípio da publicidade), em razão da não disponibilização do inteiro teor dos contratos firmados pela entidade, consoante explanação no item 4.1.2, alínea "h", do relatório técnico;

I.3 - Infringência ao art. 48, *caput*, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, c/c art. 37, *caput*, da Constituição Federal (princípio da publicidade), em razão de não disponibilizar em seu Portal da Transparência os documentos relativos ao PPA, a LDO e a LOA, e o respectivo parecer prévio, conforme relato no item 4.1.2, alínea "i", do relatório Técnico.

II - MULTAR o Chefe do Poder Executivo Municipal de Vale do Paraíso, Luiz Pereira de Souza, CPF n. 327.042.242-34, no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), nos termos do art. 55, IV, da Lei Complementar n. 154/96, c/c o art. 103, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, uma vez não cumpridas às determinações constantes da Decisão Monocrática n. 24/2013/GCBAA, concernentes à completa disponibilização de informações no Portal de Transparência, no âmbito do Poder Executivo Municipal de Vale do Paraíso, conforme relatório da Unidade Técnica, às fls. 177/180.

III - FIXAR o prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma da legislação em vigor, para que Luiz Pereira de Souza recolha o valor da multa consignada no item II, ao Fundo de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas, no Banco do Brasil, Agência 2757-X, c/c n. 8358-5, nos termos do art. 3°, III, da Lei Complementar n. 194/97, devidamente atualizada, caso não recolhida no prazo assinalado, conforme artigo 56 da Lei Complementar n. 154/96;

IV - DETERMINAR que, transitado em julgado sem o recolhimento da multa, seja iniciada a cobrança judicial nos termos do artigo 27,II, da Lei Complementar n. 154/96, c/c artigo 36, II, do Regimento Interno;

V - DETERMINAR, via ofício (mãos próprias), ao atual Chefe do Poder Executivo Municipal de Vale do Paraíso, com fulcro no art. 71, IX, da Constituição Federal, c/c o art. 63, *caput*, do RITCE-RO que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta Decisão, adote providências visando adequar o *site* Portal Eletrônico do Município, disponibilizando todas as informações necessárias ao cumprimento da Lei Complementar Federal n. 131/2009, devendo constar, de forma clara e facilmente acessível pelos cidadãos, todos os documentos explicitados no relatório da Unidade Técnica, às fls. 115/118, sob pena de aplicação de nova sanção de multa, na forma de *astreintes,* no valor de R$ 100,00 (cem reais) por dia, até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com fulcro no art. 461, § 4°, do CPC, c/c o artigo 286-A do Regimento Interno;

VI - DAR CONHECIMENTO deste Acórdão aos demais interessados, via Diário Oficial eletrônico desta Corte, cujo acesso está disponível para consulta no *site* www.tce.ro.gov.br, com o escopo de evitar dispêndios desnecessários com extração de fotocópias, em atenção à sustentabilidade ambiental; e

VII - SOBRESTAR os autos no Departamento do Pleno visando ao acompanhamento do feito.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA, PAULO CURI NETO (Relator), WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA, o Conselheiro-Substituto DAVI DANTAS DA SILVA; o Conselheiro Presidente em exercício BENEDITO ANTÔNIO ALVES; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 17 de dezembro de 2015.

PAULO CURI NETO
Conselheiro Relator

BENEDITO ANTÔNIO ALVES
Conselheiro Presidente em exercício